

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/34981454>

# Sobre a história da lógica no Brasil : da lógica das faculdades à lógica positiva (1808–1909).

## Article

Source: OAI

---

CITATIONS

0

---

READS

116

3 authors, including:



[Evandro Luis Gomes](#)

Universidade Estadual de Maringá

9 PUBLICATIONS 11 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



History of Paraconsistency [View project](#)



History of Logic in Brazil [View project](#)



Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Filosofia

SOBRE A HISTÓRIA DA LÓGICA NO BRASIL:  
DA LÓGICA DAS FACULDADES À LÓGICA  
POSITIVA (1808-1909)

POR

EVANDRO LUÍS GOMES

Prof. Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa (orientador)

Dissertação de Mestrado em Filosofia  
(Lógica e Teoria da Ciência)

São Paulo  
2002



EVANDRO LUÍS GOMES

SOBRE A HISTÓRIA DA LÓGICA NO BRASIL:  
DA LÓGICA DAS FACULDADES À LÓGICA  
POSITIVA (1808-1909)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como condição parcial para a obtenção do grau de *Mestre em Filosofia* sob a orientação do Prof. Dr. Newton Carneiro Affonso da Costa.

São Paulo

2002

Ficha Catalográfica

G633e	GOMES, Evandro Luís, 1976- . <i>Sobre a história da lógica no Brasil: da lógica das faculdades à lógica positiva (1808-1909)</i> / Evandro Luís Gomes. São Paulo, 2002. xxiv, 355p. (inclui anexos). Dissertação de mestrado em Filosofia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.  Inclui apêndice documental.  1. História da Lógica. 2. História da Filosofia no Brasil. 3. História da Ciência no Brasil.
-------	--

Índices para catálogo sistemático:

Lógica: 160

História da Lógica: 160

História da Filosofia no Brasil: 199.89

História da Ciência no Brasil: 509.089

© Evandro L. Gomes  
evgomes@hotmail.com

Permite-se o fornecimento de cópias a interessados.

*À memória de*

*Daniel Kemp Domingos.*

*Meu avô teria comemorado este trabalho.*



## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao professor Newton Carneiro Affonso da Costa que me orientou neste programa de pós-graduação. Sua pessoa tornou-se para mim um parâmetro de seriedade e honestidade tanto na vida acadêmica quanto pessoal. A convivência destes anos posso resumi-la na máxima de Manílio: “Através de várias provas, a experiência cria a arte e o exemplo alheio mostra-nos o caminho.”<sup>1</sup> O professor Newton foi sem dúvida o exemplo alheio que mostra o caminho. Agradeço, sobretudo, a confiança e o incentivo por ele depositados em minha pessoa. Esta atitude pedagógica auxiliou-me a crescer como acadêmico e como pessoa. A ele, portanto, toda a minha gratidão por seus preciosos conselhos, tão amigáveis quanto exigentes.

Gratidão similar tributo a todos os meus colegas do grupo de lógica e teoria da ciência sob a coordenação do professor Newton da Costa. Eles, mestres, mostraram-se pessoas e intelectuais de primeira grandeza. Destaco nominalmente, os professores Edécio G. de Souza, Francisco Antonio Dória e Roque C. Caiero. Agradeço também ao professor Artibano Micali, titular do departamento de Matemática da Universidade de Montpellier II por sua leitura dos originais e preciosíssimas considerações a respeito do positivismo no Brasil e sua influência sobre a nossa matemática. Cada deles em momentos distintos contribuíram decisivamente com críticas e sugestões para este trabalho e para minha formação. A mesma gratidão

---

<sup>1</sup> MANÍLIO apud Michel de MONTAIGNE, *Ensaíos*, lib. III, cap. XIII.



devoto aos demais colegas do grupo entre os quais destaco: Alexandre Luís de Mello, Analice Volkov (*in memoriam*), Christian Alejandro Díaz Garcia, Elígia Hirano, Fábio Romeu de Carvalho, Juliano Maranhão, Luiz Henrique Japi Monteiro Filho, Nelson Andion, Ricardo Carneiro de Miranda Filho, Saul Gurfinkel, Oswaldo Melo Souza Filho e Hildegard Monteiro.

Não poderia deixar de reconhecer e agradecer o auxílio de todas as pessoas que nos diversos centros de documentação utilizados também contribuíram para a execução deste trabalho. Agradeço às bibliotecárias e funcionários da Faculdade de Direito, do Instituto de Estudos Brasileiros, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do Instituto de Matemática e Estatística, do Museu Paulista – em São Paulo e Itú – todos agregados à Universidade de São Paulo. Do mesmo modo, agradeço a ajuda obtida na Biblioteca Pública Municipal de São Paulo “Mário de Andrade”, bem como pelo acesso a alguns arquivos particulares como o do Convento de São Francisco, em São Paulo, da Província Franciscana da Imaculada Conceição. No Rio de Janeiro, de onde proveio grande parte das fontes primárias que embasaram esta pesquisa, agradeço especialmente à Divisão de Informação da Biblioteca Nacional, na pessoa da pesquisadora Eliane Perez pela solicitude com que me atendeu à distância após primeira fase de levantamentos *in loco*. Ainda no Rio de Janeiro, muito devo ao Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, através de sua coordenadora a professora Vera Lúcia Cabana Andrade, ao professor Geraldo Pinto Vieira, à professora Elisabeth Monteiro da Silva e à museóloga Sandra Rodrigues de Brito.

Este trabalho não teria sido possível sem o apoio e o incentivo de amigos e familiares. Assim, agradeço a Claudiano Avelino dos Santos, Pedro Fernando Bendassolli, Rafael Lorenzetti, padre Brás Lorenzetti cmf, Valdinei Aparecido de Oliveira e à Maria Luiza Maretto Silva. Agradeço igualmente a meus pais e irmãos pelo apoio e compreensão devotados em todos os momentos deste processo. Amigos e familiares compreenderam o desafio que se colocava, foi então que seu apoio tornou-se mais efetivo, presente e decisivo.

E. L. G.

## RESUMO

Este trabalho procura compreender as vicissitudes da história da lógica no Brasil durante o século XIX e princípio do XX, mediante a avaliação de livros-texto, tratados e comentários escritos por autores considerados filósofos ou matemáticos, mas, especialmente, por divulgadores que colaboraram para a difusão e o ensino da lógica. Em termos metodológicos, cada divulgação de lógica estudada foi avaliada em seus aspectos fundamentais, destacando a adequação da teoria lógica frente às filosofias às quais elas correspondem, bem como, às influências de escola que caracterizaram o quadro da lógica no Brasil no período estudado. Tal história mostra um quadro de ensino que é, no fundo, um mosaico de visões sobre a matéria. As tendências historiadas sobrepuseram-se de maneira que nenhuma predomina ou desaparece. Partindo da conjuntura filosófica e histórica relevante às manifestações de lógica que tiveram lugar no Brasil no início do século XIX, lugar, dá-se uma visão geral da lógica ibero-européia, explorando suas conexões com as manifestações de lógica ibero-européia no Brasil no final do século XVIII e que se mantém até a metade do século XIX. A lógica das faculdades foi implantada durante a Reforma Pombalina; tal iniciativa conecta a lógica no Brasil a vanguarda da lógica ibero-européia no princípio do século XIX. Desta discussão parte a análise das primeiras manifestações ecléticas da lógica no Brasil que se estende até 1870. Trata-se de textos inéditos, como as *Concluzões Filosoficas de Lógica e Metaphysica* e o manuscrito *Sobre as Idéas*, este último de Evaristo Ferreira da Veiga. A lógica dos *Cadernos de Filosofia* de Diogo Antônio Feijó aqui também é incluída. Do mesmo modo, as iniciativas de divulgação da lógica após a Independência são discutidas no *Compêndio de Philosophia* de Francisco de Monte Alverne e o de Itaparica da Virgem Maria. A influência neo-escolástica na lógica no século XIX, sob a forma do neotomismo oitocentista, aqui divulgado por Soriano de Souza tem destaque na segunda metade do século XIX. Procura-se contextualizar a posição do movimento positivista – mas não só o comteano, mas também o de Stuart Mill, Bain e Spencer – frente à lógica. O positivismo induzirá através de caminhos tortuosos uma perspectiva curiosa de matematização do pensamento. Por fim, contempla-se a compreensão de lógica na transição do século XIX ao XX. Tal discussão tem por base a análise dos textos de

lógica publicados no período e o ensino de lógica no ensino médio brasileiro na transição do Império à República. Este ensino ministrado no Colégio Pedro II constitui-se em fonte histórica cara à determinação do posicionamento intelectual de professores de filosofia, matemática e lógica quanto à disciplina em questão. As provas do concurso à cátedra de lógica vacante no mesmo colégio em 1909, são outro momento privilegiado à compreensão do que era a lógica no Brasil em meados do século XX.

## ABSTRACT

This present work's goal is to understand the way logic developed in Brazil during the 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries. Our conclusions are based on commentaries by early Brazilian philosophers and mathematicians, whose work is here partially rediscovered. We start from the changes made by the Marquis of Pombal in the Portuguese educational system. First considered are authors like Evaristo Ferreira da Veiga and Diogo Antonio Feijó, whose early 19<sup>th</sup> century logical work is quite unknown among us. Follows fr. Francisco de Monte Alverne and fr. Antonio da Virgem Maria Itaparica. Soriano de Souza deals with scholastic and neotomist logical studies. We then show that late 19<sup>th</sup> century Brazilian logicians have their viewprints on Auguste Comte, Stuart Mill, Alexander Bain and Herbert Spencer. In the early 20<sup>th</sup> the Colégio de Pedro II arises as a center of philosophical and logical studies; the teaching at Pedro II shows how the logic reception took place. We conclude this work with the competition between Euclides da Cunha and Farias Brito, among others, for the logic chair in 1909 at Colegio Pedro II.



# SUMÁRIO

## **SOBRE A HISTÓRIA DA LÓGICA NO BRASIL: DA LÓGICA DAS FACULDADES À LÓGICA POSITIVA (1808-1909)**

AGRADECIMENTOS .....	VII
RESUMO .....	IX
ABSTRACT .....	XI
SUMÁRIO .....	XIII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIX
ÍNDICE DE TABELAS.....	XX
ABREVIATURAS, LEGENDAS E SÍMBOLOS .....	XXI
A. SIGLAS.....	XXI
B. ABREVIATURAS.....	XXII
C. LEGENDAS DE TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA .....	XXII
INTRODUÇÃO .....	1
0.1 OBJETO E OBJETIVO.....	8

0.2 PLANO REDACIONAL DA DISSERTAÇÃO .....	10
0.3 METODOLOGIA.....	12
0.4 LEVANTAMENTO E TRATAMENTO DAS FONTES.....	13
CAPÍTULO 1 AS RECORRÊNCIAS IBERO-EUROPÉIAS ÀS MANIFESTAÇÕES DA LÓGICA NO BRASIL, NO INÍCIO DO SÉCULO XIX .....	17
1.1 VISTA GERAL DA LÓGICA IBERO-EUROPEIA E A CONEXÃO COM AS MANIFESTAÇÕES DA LÓGICA NO BRASIL.....	20
1.1.1 <i>Os estatutos da Universidade de Coimbra de 1591, a renovação escolástica, seu espírito e limites</i> .....	25
1.1.2 <i>O plano geral dos manuais ibéricos de lógica nos séculos XVII e XVIII...</i>	27
1.2 A LÓGICA DAS FACULDADES DO ENTENDIMENTO E O RACIONALISMO MODERNO.....	30
1.2.1 <i>Aspectos gerais e escopo da lógica das faculdades</i> .....	30
1.2.1 <i>Aspectos teóricos da lógica das faculdades</i> .....	32
1.3 A LÓGICA NO CONTEXTO DA REFORMA POMBALINA .....	35
1.3.1 <i>O caráter do Iluminismo Luso</i> .....	35
1.3.2 <i>A reforma educacional e da Universidade de Coimbra</i> .....	38
1.3.3 <i>Proponentes e textos da boa lógica em Portugal, no século XVIII</i> .....	44
1.3.4 <i>Reflexos do Iluminismo Luso no Brasil em fins do século XVIII</i> .....	54
1.4 O LEGADO POMBALINO PARA A LÓGICA NO BRASIL NO SÉCULO XIX .....	56
CAPÍTULO 2 CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DA LÓGICA NO BRASIL ATÉ A INDEPENDÊNCIA .....	59
2.1 FONTES .....	64
2.2 AMBIVALÊNCIAS NA LÓGICA ATÉ A INDEPENDÊNCIA.....	68
2.2.1 <i>As Conclusões Philosophicas de Logica, e Metaphysica</i> .....	68
2.2.2 <i>O manuscrito Sobre as Idéas</i> .....	74
2.2.3 <i>A lógica na exposição de Diogo Antônio Feijó</i> .....	85
2.3 COMENTÁRIOS ÀS FORMAS DE LÓGICA ESTUDADAS.....	104
CAPÍTULO 3 A LÓGICA ECLÉTICA NO BRASIL, APÓS A INDEPENDÊNCIA.....	107
3.1 FONTES .....	111
3.2 VISÕES DA LÓGICA SOB A ÉGIDE ECLÉTICA.....	114
3.2.1 <i>O sentido do ecletismo na lógica, no Brasil do século XIX</i> .....	114
3.2.2 <i>A abordagem escolástico-eclética da lógica em Monte Alverne</i> .....	115
3.2.3 <i>A abordagem eclético-moderna da lógica em Itaparica da Virgem Maria</i>	136
3.3 COMENTÁRIOS ÀS VISÕES DE LÓGICA ESTUDADAS .....	152

CAPÍTULO 4 O VULTO ESCOLÁSTICO DA LÓGICA NO BRASIL, NO INTERLÚDIO DO SÉCULO XIX .....	155
4.1 O NEOTOMISMO OITOCENTISTA E SUA CORRELAÇÃO À LÓGICA.....	159
4.2 ULTRAMONTANISMO E LÓGICA NO INTERLÚDIO DO SÉCULO XIX NO BRASIL .....	161
4.2.1 <i>Lógica e o anti-historicismo neotomista no Brasil</i> .....	164
4.3 A HERANÇA ESCOLÁSTICA À LÓGICA NO BRASIL NO SÉCULO XIX... 169	
4.3.1 <i>Fontes</i> .....	169
4.3.2 <i>A ótica escolástica de Miranda Rego</i> .....	170
4.3.3 <i>A divulgação neotomista de Soriano de Souza</i> .....	184
4.4 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	198
CAPÍTULO 5 O POSITIVISMO, A LÓGICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL AO FINAL DO SÉCULO XIX.....	200
5.1 O POSITIVISMO E A LÓGICA.....	202
5.1.1 <i>Estrutura conceitual do positivismo</i> .....	203
5.1.2 <i>O sistema de lógica positiva de Augusto Comte</i> .....	207
5.1.3 <i>Outras sistematizações de lógica sob a inspiração positivista</i> .....	227
5.2 O POSITIVISMO E A LÓGICA NO BRASIL AO FINAL DO SÉCULO XIX. 234	
5.2.1 <i>A filosofia positiva no Brasil: contexto e particularidades</i> .....	235
5.2.2 <i>A influência das manifestações de lógica positiva nas perspectivas de matematização do pensamento</i> .....	240
5.3 COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS.....	242
CAPÍTULO 6 A CACOFONIA NAS COMPREENSÕES DE LÓGICA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	245
6.1 A EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO DE LÓGICA NA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO À PRIMEIRA REPÚBLICA .....	250
6.1.1 <i>Aspectos da educação no Império</i> .....	251
6.1.2 <i>Aspectos da educação na Primeira República</i> .....	257
6.1.3 <i>A lógica nos programas de ensino do Colégio Pedro II</i> .....	258
6.2 COMPREENSÕES DE LÓGICA A PARTIR DAS FONTES E PUBLICAÇÕES DO PERÍODO.....	269
6.2.1 <i>Fontes</i> .....	269
6.2.2 <i>A extensão da influência comteana</i> .....	273
6.2.3 <i>Outras compreensões de lógica</i> .....	285
6.3 AS COMPREENSÕES DE LÓGICA NO CONCURSO À CÁTEDRA DO COLÉGIO PEDRO II .....	293
6.3.1 <i>Histórico do concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II</i> .....	293
6.3.2 <i>A cacofonia das enunciações de lógica nas provas do concurso</i> .....	299
6.4 CONSIDERAÇÕES ÀS COMPREENSÕES DE LÓGICA ESTUDADAS .....	311
CONCLUSÃO.....	313



FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	319
1. FONTES DOCUMENTAIS PRIMÁRIAS MANUSCRITAS.....	321
1.1 <i>Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição</i> .....	321
1.2 <i>Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional</i> .....	321
1.3 <i>Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II</i> .....	321
1.4 <i>Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo</i> .....	321
2. FONTES DOCUMENTAIS PRIMÁRIAS IMPRESSAS .....	321
3. FONTES DOCUMENTAIS SECUNDÁRIAS E BIBLIOGRAFIA .....	327
3.1 <i>Catálogos Bibliográficos e Dicionários Especializados</i> .....	327
3.2 <i>Bibliografia</i> .....	328
CRONOLOGIA PARA A LÓGICA NO BRASIL (1800-1910).....	337
APÊNDICE 1.....	349
1.1 AULA INAUGURAL DO MAGISTÉRIO DO FREI FRANCISCO DE MONTE ALVERNE, EM SÃO PAULO, NO ANO DE 1813.....	351
APÊNDICE 2.....	359
2.1 TRANSCRIÇÃO DO MANUSCRITO “SOBRE AS IDÉAS” DO CADERNO DE EVARISTO FERREIRA DA VEIGA E BARROS.....	361
APÊNDICE 3.....	375
3.1 CARTA DE EUCLIDES DA CUNHA A D. AGUSTIN DE VEDIA .....	377
3.2 CARTA DE EUCLIDES DA CUNHA A OTAVIANO VEIRA.....	378
APÊNDICE 4.....	381
4.1 PARECER DE FARIAS BRITO NO PROVIMENTO DA CÁTEDRA DE FILOSOFIA DO EXTERNADO DO GINÁSIO NACIONAL .....	383
APÊNDICE 5.....	391
5.1 CONCLUSÕES FILOSÓFICAS DE LÓGICA E METAFÍSICA DE CARLOS TEIXEIRA DA SILVA E SIMÃO B. DA COSTA PASSOS (1817).....	393
APÊNDICE 6.....	395
6.1 PROVAS DO CONCURSO À CÁTEDRA DE LÓGICA DO EXTERNATO DO GINÁSIO NACIONAL .....	397
6.1.1 – <i>Prova escrita de Adrien Delpech</i> .....	397
6.1.2 – <i>Prova escrita de Geonísio Curvello de Mendonça</i> .....	403
6.1.3 – <i>Prova escrita de Ovídio Alves Manaya</i> .....	406
6.1.4 – <i>Prova escrita de Vital de Almeida</i> .....	408
6.1.5 – <i>Prova escrita de Armando Dias</i> .....	410
6.1.6 – <i>Prova escrita de Affonso Duarte de Barros</i> .....	418
6.1.7 – <i>Prova escrita de Roberto Gomes</i> .....	423

6.1.8 – Prova escrita de Agliberto Xavier .....	429
6.1.9 – Prova escrita de Manoel Ribeiro de Almeida.....	432
6.1.10 – Prova escrita de Manoel de Bethencourt .....	437
6.1.11 – Prova escrita do Monsenhor Fernando Rangel de Mello.....	441
6.1.12 – Prova escrita de Raymundo de Farias Brito .....	444
6.1.13 – Prova escrita de Júlio Oscar de Novaes Carvalho.....	448
6.1.14 – Prova oral de Júlio Oscar de Novaes Carvalho.....	453
6.1.15 – Arguição de Júlio Oscar de Novaes Carvalho.....	464
6.1.15 – Prova escrita de Graciano dos Santos Neves .....	472
6.1.16 – Prova escrita de Euclides da Cunha.....	474
6.2.17 – Prova oral de Euclides da Cunha.....	478



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Portadas do Institutiones Logicae de Antonio Genovesi</i> .....	53
Figura 2 – <i>Portada das Conclusões de Costa e Passos</i> .....	71
Figura 3 – <i>Fac-símile de página do manuscrito Sobre as Idéas</i> .....	78
Figura 4 – <i>Portada do Lições Elementares de Lógica de Antonio de Almeida</i> .....	113
Figura 5 – <i>Retrato do Frei Francisco de Monte Alverne</i> .....	117
Figura 6 – <i>Portada do Lições Elementares de Lógica de Miranda Rego</i> .....	172
Figura 7 – <i>Portada da Synthése Subjective de Augusto Comte</i> .....	211
Figura 8 – <i>Portada do System of Logic de John Stuart Mill</i> .....	229
Figura 9 – <i>Portada do Principles of Psychology de Herbert Spencer</i> .....	232
Figura 10 – <i>Portada do Logique Déductive et Inductive de Alexander Bain</i> .....	289

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – <i>Esquema geral da lógica positiva em Comte</i> .....	217
Tabela 2 – <i>Matrículas no ensino secundário em 1865</i> .....	254
Tabela 3 – <i>Matrículas no ensino superior em 1864</i> .....	256

## ABREVIATURAS, LEGENDAS E SÍMBOLOS

### A. Siglas

**AN** – Arquivo Público Nacional, Rio de Janeiro.

**AE** – Arquivo do Estado, São Paulo.

**APIC** – Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, São Paulo.

**BFD** – Bibliotecas da Faculdade de Direito, USP, São Paulo.

**BFLCH** – Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

**BN** – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, capital.

**BPM** – Biblioteca Pública Municipal, São Paulo.

**CP II** – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.

**IBF** – Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo.

**IEB** – Instituto de Estudos Brasileiros, USP, São Paulo.

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro.

**IHGSP** – Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo.

**MpI** – Museu da Independência (Ipiranga) – Museu Paulista/USP, São Paulo.

**MpR** – Museu da República (Itú) – Museu Paulista/USP, Itú, Estado de São Paulo.

**RGPL** – Real Gabinete Português de Leitura, Rio de Janeiro.

## B. Abreviaturas

<i>a.D.</i> – <i>anno Domini (era cristã)</i>	<i>vol.</i> – volume
<i>ca.</i> – cerca	<i>i. e.</i> – isto é ( <i>id est</i> )
<i>cf.</i> – confira	<i>lat.</i> – lata
<i>cod.</i> – código	<i>legend.</i> – legenda
<i>codd.</i> – códices	<i>lib.</i> – livro
<i>col.</i> – coluna	<i>l. c.</i> – lugar citado ( <i>loco citato</i> )
<i>cx.</i> – caixa	<i>m.</i> – à mão ( <i>manus</i> )
<i>D.</i> – Dom	<i>ms.</i> – código manuscrito
<i>dett.</i> – deteriorado	<i>mss.</i> – códices manuscritos
<i>doc.</i> – documento	<i>om.</i> – omitido
<i>ed.</i> – editor, edição, editado	<i>op. cit.</i> – obra citada ( <i>opus citatum</i> )
<i>edd.</i> – edições, editores	<i>p.</i> – página
<i>ed. pr.</i> – primeira edição	<i>Pe./ P.<sup>e</sup></i> – padre, paternidade
<i>e. g.</i> – por exemplo ( <i>exempli gratia</i> )	<i>P.<sup>e</sup></i> – paternidade
<i>em.</i> – emendado	<i>pr. m.</i> – primeira mão ( <i>prima manus</i> )
<i>Ex<sup>a</sup> / Ex.<sup>cia</sup></i> – Excelência	<i>ras.</i> – rasura
<i>ex. corr.</i> – sem correção	<i>R.<sup>mo</sup>/Rev.<sup>mo</sup></i> – reverendíssimo
<i>f</i> – frente	<i>S. A. R.</i> – Sua Alteza Real
<i>fasc.</i> – fascículo	<i>s.d.</i> – sem data
<i>F</i> – fonte	<i>sec. m.</i> – segunda mão ( <i>secunda manus</i> )
<i>fl.</i> – folha	<i>S. M. I.</i> – Sua Majestade Imperial
<i>fol.</i> – fólio	<i>sbscr.</i> – subscrito
<i>gav.</i> – gaveta	<i>s. l.</i> – sem lugar
<i>gl.</i> – glosas	<i>ss</i> – seguintes
<i>h. l.</i> – este lugar	<i>s. s.</i> – supra escrito
<i>in. m.</i> – na margem	<i>transp.</i> – transposto
<i>in r.</i> – na rasura	<i>v</i> – verso
<i>lac.</i> – lacuna	<i>v.</i> – vide

## C. Legendas de transcrição paleográfica

+ *ou !* – indicador de deturpação no texto à qual não se propôs conjectura.

[.....] – indicação de letras ilegíveis no original. O número de pontos indica as letras não legíveis.

?	- indicador de palavra ou trecho incerto.	[←101]	- indicação de letras ilegíveis com numeral aproximado.
*...*	- indicador de texto ausente por lacuna por danos materiais no manuscrito.	{texto}	- texto interpolado no original que foi suprimido.
* * *	- indicador de lacuna no texto por falta de ilação.	\texto/	- indicação de texto interlinear no original.
/ <sup>n</sup>	- indicador de numeração de linhas em transcrição de manuscrito.	[texto]	- indica acréscimo de palavras ou comentários explicativos pelo pesquisador.
	- indicador de mudança de fólio.	[[texto]]	- indicação de texto lido sobre trecho afetado por correções e rasuras.
<b>Fol. 3f</b>	- indicação de numeração de fólio com indicação de frente ou verso.	<texto>	- acréscimo no texto pelo pesquisador não constante no original.
<b>p. 5</b>	- indicação de numeração de página em transcrição de documento impresso.	<del>riscado</del>	- indicação de texto riscado no original, horizontal ou verticalmente.
[...]	- indicador de trecho de texto omitido pelo pesquisador em citações.	(sic)	- indicação de trecho incorreto no original.





*“He tão util da Logica o estudo,  
Que suas leis nos servem para tudo.”*

(Lucrécio *apud* Antonio José de Oliveira Leite, 1800 a.D.)



# INTRODUÇÃO



Um vazio e silêncio quase obsequioso tornavam obscuro o passado da lógica no Brasil. Foi desta lacuna que se sentiu a necessidade e a oportunidade de preenchê-la tanto quanto foi permitido pelas fontes. Inúmeras questões não tinham resposta; algumas continuarão a não tê-lo; entretanto, outras dúvidas parecem ter sido satisfeitas. Perguntava-se, e. g., como explicar o salto qualitativo que acometeu a lógica no Brasil, durante a segunda metade do século XX? Teria este salto sido preparado pela conjuntura histórica a ele precedente no século XIX? Teria a lógica sido prejudicada pela influência do positivismo comteano? Por que a lógica contemporânea e a renovação da lógica no século XIX passaram completamente despercebidas durante quase todo o século XIX e primórdios do século XX? Estas entre outras questões puseram-se àqueles que, hoje, ocupam-se da disciplina e interessam-se também pela história da filosofia e ciência no Brasil. Em linhas gerais, estes questionamentos são ponto de partida da curiosidade historiadora que, na origem deste esforço, aqui procurou concretizar-se.

As questões referidas acima foram cumuladas pelo professor orientador. Não se tinha idéia da abissal lacuna, o que motivou a procura de respostas. Abraçou-se, então, a problemática apresentada primeiramente à busca de fontes, caminhos e, finalmente, se propôs esta síntese histórica e crítica das fontes e informações levantadas, analisando sempre que possível a lógica, no contexto amplo da filosofia e do contexto histórico brasileiro, historiando as noções fundamentais da lógica encontradas nos autores avaliados, e buscando compô-las em quadros teóricos mais amplos.

A história da filosofia no Brasil é um assunto menosprezado por muitos dos que se dedicam à história da filosofia no país. Tal atitude de desprezo, que este campo de estudos vem sofrendo nos últimos quarenta anos, faz com que, desde a geração de João Cruz Costa, não se tenha estudos sistemáticos, abrangentes e aprofundados sobre a filosofia no Brasil e tópicos a ela relacionados sendo incentivados no ambiente acadêmico brasileiro. Este trabalho, em diversos aspectos, consiste numa iniciativa inédita de buscar, reunir e interpretar a lógica no Brasil que, no período estudado, correlaciona-se às idéias dominantes aqui em filosofia e, em alguns momentos, às de matemática. Compartilhou-se, durante os trabalhos, do

sentimento que José Querino Ribeiro vivenciou ao preparar, na década de 1940, aulas de história da educação no Brasil<sup>2</sup>:

“Felizmente, porém, à medida que avançava na preparação das aulas, fui verificando os erros que laborava. As mazelas que estava habituado a considerar como exclusivas das nossas condições, foram gerais nas respectivas épocas e, o que foi melhor, as realizações admiradas nos outros povos existiram, também (sic), entre nós, contemporaneamente, guardadas, é claro, as devidas proporções e computadas as diferenças de circunstâncias particulares.”<sup>3</sup>

Esta percepção de Ribeiro não é isolada. Em geral, pensa-se que no Brasil não ocorreu nada de valor, que mereça o estudo atento do filósofo e do historiador. Acredita-se que não há nada a investigar, quando se faz referência ao passado filosófico; esta postura leva a laborar erros advindos da desinformação e do anacronismo. É claro que, em lógica, não se pode afirmar sem maiores conseqüências que *as mazelas que estava habituado a considerar como exclusivas das nossas condições foram gerais*. Mas, freqüentemente, vê-se, com surpresa textos de brasileiros que divulgaram a filosofia, expressando com limitações, clareza e originalidade proporcionais aos seus contextos. A expectativa surpreende-se, positivamente, pelo desnível entre o que se encontra e o que se esperava. Ademais, à lógica foi reservado um lugar pedagógico e cultural privilegiado na mentalidade luso-brasileira; o que faz a afirmação de Ribeiro granjear maior atenção. Sobre isto afirma Miranda Barbosa:

“Há, com efeito, duas constantes na história da Filosofia em Portugal: a reflexão ético-política e a investigação lógica. A primeira decorrente de circunstâncias sócio-culturais; a segunda, dos quadros pedagógicos dos país. Só o facto de a Lógica ter sido ensinada nas escolas portuguesas, desde a Idade Média aos nossos dias, explica a continuidade multissecular dessa investigação.”<sup>4</sup>

Parece que o Brasil, direta ou indiretamente, herda essa tradição.

Por essas razões, defende-se que seja preciso lançar sobre a história da lógica no Brasil um olhar sem preconceitos e julgamentos antecipados, buscando encontrar aqui *as realizações admiradas* que outros povos conquistaram, como afirmou Ribeiro. Dedicou-se neste trabalho o passado da lógica no Brasil, preservando-o do esquecimento e do julgamento injusto e anacrônico de que freqüentemente é cumulado.

---

<sup>2</sup> Cf. RIBEIRO [1945]. Este texto é a tese de doutoramento do autor.

<sup>3</sup> RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>4</sup> MIRANDA BARBOSA, *Prefácio*, in FONSECA [1964], p. XIV.

## Introdução

O plano geral desta introdução consiste em delinear as diretrizes gerais da metodologia e embasamento teórico adotados nesta pesquisa. Tal discussão é trazida em dois momentos. No primeiro, refere-se às questões relacionadas aos fundamentos da lógica avaliadas em estreita cooperação com os objetivos aqui assumidos, concentrando-se especialmente nos diversos problemas concernentes à natureza da lógica e a controversa questão de sua unicidade, pressupostos implícitos e básicos a qualquer maneira de definir e aferir seu progresso, sua periodização e questões correlatas; quase sempre tácitos, pretendeu-se aqui explicitá-los. No segundo, discutem-se questões referentes às peculiaridades da conexão entre a conjuntura da lógica no Brasil, durante o século XIX até o início do XX, com o contexto da lógica em sua generalidade, essencialmente ao cenário europeu, além da determinação do ponto do qual se partiu. Nos tópicos relativos à historiografia, apoia-se em Costa, Bochenski e Le Goff, focalizando suas aplicações à história da lógica.<sup>5</sup> Deste ponto em diante, serão explicitadas as noções historiográficas relevantes.

Duas categorias metodológicas, em especial, merecem exposição atenta, pela importância na compreensão da enunciação que se segue e pelo uso constante que delas foi feito no decurso do trabalho. Estas categorias, em vista das atribuições a elas conferidas, permitiram criar um suporte conceitual, que tratou adequadamente a diversidade teórica de que é constituído o cenário da lógica no Brasil no período estudado. Para tanto, foram cunhadas com o intuito acima descrito, as categorias de forma de lógica e unicidade conjuntural.

Apesar da diversidade de abordagens dadas à lógica no Brasil, encontradas no recorte cronológico que orientou o trabalho de pesquisa e síntese, pôde-se perceber diversas permanências importantes nos divulgadores da lógica no Brasil. Destacam-se, especialmente, a fundamentação da teoria lógica e sua filiação às abordagens européias na matéria, às vezes concomitantes aos movimentos filosóficos em destaque no cenário europeu, como foi o caso das escolas filosóficas em moda na filosofia brasileira como, e. g., a eclética, a neotomista e a positiva. Estas permanências foram qualificadas e denominadas aqui como *unicidade conjuntural* ou *contextual*.

Convém explicitar em que acepção foi tomado o termo *teoria lógica* acima apresentado. No contexto geral da lógica, ele foi tomado como sinônimo de lógica. Nas referências aos divulgadores brasileiros, ele foi tomado na acepção de *síntese*

---

<sup>5</sup> COSTA [1980], p. 1-64, BOCHENSKI [1961], p. 1-23 e, LE GOFF [1998], p. 25-64.



*teórica divulgada ou proposta como lógica*, referindo-se ainda aos componentes daquilo que era aqui ensinado, estudado e entendido como *lógica*.

A qualificação de unicidade conjuntural ou contextual parece razoável, uma vez que estas permanências oferecem pistas importantes a respeito da adequação entre o que se propunha a lógica e a tarefa de estruturação da racionalidade que esperava-se dela em seu respectivo contexto racional. Acredita-se, ainda, que a unicidade conjuntural é uma referência segura à abordagem da história da lógica no Brasil, devido à sua eficácia frente à diversidade de pontos de vista quanto à lógica aqui encontrados e à informalidade que marca as exposições esquemáticas da lógica avaliadas, mesmo consideradas dentro de suas respectivas conjunturas. Com efeito, conforme asseverou Costa, a um dado contexto racional encontra-se nele essencialmente uma única lógica subjacente ao contexto racional dado. Sendo assim, em cada contexto racional dado – seja ele filosófico ou científico – a lógica procura refleti-lo em sua estrutura dedutiva.<sup>6</sup>

Não se entenda pela consideração acima, que se admitiu apenas a lógica dedutiva nesta incursão às formas de lógica existentes no Brasil. Independentemente deste debate de fundamentos da lógica, a lógica indutiva será aqui discutida toda vez que figurar num determinado autor e texto, sendo apresentada como integrante do *corpus logicum*. A estes autores em seus respectivos ambientes não havia estranheza no termo lógica indutiva. A legitimidade desta inclusão é, aqui, de ordem histórica e não teórica, uma vez que segundo este ponto de vista parece não ter havido uma linha divisória clara entre lógica dedutiva e indutiva na maioria dos divulgadores estudados, nem mesmo oposição ao *status* de lógica para a lógica indutiva.

Os períodos da lógica<sup>7</sup> considerados em sua generalidade atestam a existência de conceituações de lógica, métodos de exposição da teoria lógica e

---

<sup>6</sup> COSTA, *Op. Cit.*, p. 17-19.

<sup>7</sup> Nas referências aos períodos da lógica, utilizou-se largamente da divisão proposta por Bochenski. Para este autor, a lógica ocidental pode ser dividida em cinco períodos. São eles: 1) *período antigo* desde o século VI antes de Cristo até o século VII da nossa era; 2) *período da alta idade média*, dos séculos VII ao XI; 3) *período escolástico*, entre os séculos XI e XV; 4) *período da lógica clássica moderna* (tradicional). Este abarca a fase renascentista e moderna, compreendido no intervalo entre o século XV e a metade do século XIX. Referimo-nos a este período como renascentista e moderno; 5) *período da lógica matemática* no qual a fase atual está inserida e inicia-se na metade do século XIX. Este período é aqui referido, também, pelo termo *lógica contemporânea*. Esta periodização baseia-se no conceito teórico de forma de lógica tal como definiu o autor citado. Há outras periodizações; veja-se, por exemplo, Kneale & Kneale [1962] e Blanché [1996]. De maneira geral, uma forma de lógica é estreitamente ligada a um *período da lógica*, que consiste em sua conjuntura histórica – de média e longa duração – onde predominou, de maneira hegemônica aquela forma de lógica, agregando o debate de maneira mais ou menos abrangente.

objetivos relativos ao contexto racional que a lógica procura estruturar; para cada manifestação específica da lógica elege-se uma linguagem, expressões e categorias, bem como, métodos específicos e ferramentas apropriadas à expressão conveniente dos problemas lógicos que a lógica se propõe a elucidar; enfim, derivam-se, e. g., princípios, regras e leis lógicas, para atender à dinâmica dos entes lógicos, como proposições. Espera-se, com isso, obter através de uma teoria lógica ou lógica, uma estruturação da dinâmica racional de um dado contexto, sendo ela capaz de expressar seus princípios racionais constituintes de maneira coerente. Cada conjuntura histórica obtém sua síntese dos elementos acima colocados. Daí deriva sua particularidade.

Todas estas instâncias nas quais uma teoria lógica pode expressar-se a cada época e conjuntura em vista de esquematizar uma racionalidade, denominou-se aqui de *forma de lógica*. O conceito proposto de forma de lógica pode ser aproximado ao de *paradigma*, no sentido que o conferiu Kuhn quando tomou-o por “... conclusões científicas universalmente reconhecidas que por um tempo proveu problemas modelo e soluções para uma comunidade de praticantes.”<sup>8</sup> A título de exemplificação, a lógica das faculdades, que foi a manifestação peculiar da modernidade, é, dentro dos critérios aqui admitidos, uma forma de lógica. A lógica positiva, bem como a lógica neotomista também podem ser consideradas formas de lógica, segundo os critérios acima admitidos.

As noções de unicidade conjuntural e forma de lógica comportam-se de maneira mutuamente complementar, estando, por essa razão capacitadas para equacionar a questão do progresso da lógica no Brasil. Neste caso, poder-se-ia, dentro destas últimas noções, perceber como as elaborações mais recentes, numa mesma forma de lógica, realça melhor as questões, refinando o tratamento teórico a um nível mais alto que as anteriores, ou não. Bochenski defende que cada conjuntura e período trazem critérios de evolução seguros, a fim de comparar entre iguais aquilo que se diferencia, à medida que o debate se desenvolve dentro da conjuntura. Ele afirma:

“Todo particular [aqui *forma de lógica*] destes períodos fornece um critério seguro de progresso; cada um deles tem seus problemas essenciais e, por comparar sua formulação e solução em diferentes lógicas do mesmo período, nós podemos facilmente ver que os escritores mais tardios colocam as questões mais bem delineadas, aplicam melhor os métodos para sua solução, conhecem mais leis e regras.”<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> KUHN [1970], p. vi.

<sup>9</sup> BOCKENSKI, *Op. Cit.*, p. 16.

Do *ponto de vista moderno*, as diferenças relativas à lógica num período anterior são paradoxalmente fecundas a nosso esforço de compreensão do passado, em nosso caso, o passado da lógica no Brasil. A esse respeito, Huizinga qualifica com excelência que “a própria ilusão em que viveram os contemporâneos tem o valor de uma verdade.”<sup>10</sup> Por essa razão é que a diferença entre as nossas concepções de lógica e a de períodos passados torna-se a *condição da particularidade*, a chave para sua compreensão, assegurando-lhe singularidade histórica e originalidade. É a partir da mentalidade contemporânea, da consciência atual do que seja *modernidade em lógica*, que outras formas de lógica diferentes apresentam-se.<sup>11</sup> E não se nega, com esta afirmação, a mentalidade contemporânea, porque “Sem a consciência da modernidade, não haveria mais diferenças e, então, não haveria mais história, e até as não diferenças, isto é, as permanências, não seriam percebidas.”<sup>12</sup>

## 0.1 Objeto e objetivo

O ponto de partida desta pesquisa é a conjuntura do *Dezoito Português* e as formas de lógica que a ele antecederam e nele adaptadas, responsáveis pelas marcas indeléveis encontradas nas formas de lógica praticadas no Brasil, no princípio do século XIX; a seguir, preocupa-se com o desenrolar das idéias relativas à teoria lógica em todo o século XIX, até a primeira década do século XX.

Nas páginas que se seguem verificar-se-á que se restringe o significado da expressão *lógica no Brasil* ao corpo de doutrina ensinado e estudado nos programas de filosofia e lógica, ministrados nos cursos secundário e superior em algumas das principais cidades brasileiras durante o século XIX e princípio do XX. Destacam-se neste caso as localidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Fortaleza, Aracajú e Belém.

De modo geral, a conjuntura histórica da lógica no Brasil, da maneira como é explorada neste trabalho, resume-se a situações de seu ensino nos cursos aqui então estabelecidos, nos quais verificam-se três situações mais freqüentes: a primeira, em que a lógica era ministrada como disciplina secundária, propedêutica ao ensino superior; a segunda, como integrante dos programas de filosofia em cursos livres da

---

<sup>10</sup> HUIZINGA *apud* ARIÈS [1998], p. 155.

<sup>11</sup> ARIÈS, *Op. Cit.*, p. 171.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 171-172.

disciplina que foram muito comuns ao longo do século XIX.<sup>13</sup> Como se mostra adiante, do contingente de alunos do ensino primário e secundário no Brasil – muito mais que a metade – durante o século XIX era atendido em escolas particulares e não pela ínfima rede pública de ensino, que tinha no Colégio Pedro II sua referência e ápice. A terceira situação, quando a lógica era propedêutica a outras habilitações, lecionada em bacharelados de Matemática, Engenharia, Medicina e Direito. Este ensino é acessível por meio de livros-texto, tratados e comentários escritos por autores considerados filósofos ou matemáticos, mas, especialmente, por divulgadores que colaboraram para a difusão e o ensino da lógica. Alguns trabalhos manuscritos foram também avaliados devido ao fato de que, nem tudo que foi estudado, acabou devidamente impresso e publicado. Existem verdadeiras preciosidades descobertas nos arquivos, que são reproduzidas nos anexos documentais e discutidas no corpo da dissertação.<sup>14</sup>

O principal objetivo do trabalho é caracterizar as formas de lógica em seus respectivos contextos racionais, na conjuntura histórica descrita acima. Assevera-se que não há escola brasileira de lógica. O estágio de atividade filosófica e lógica no Brasil, no início do século XIX era incipiente, autodidata e livresco. A conexão do contexto brasileiro, mais nítida com o contexto da lógica e filosofia desenvolvida na Europa, dá-se via Portugal, que, por sua vez, estava na periferia intelectual da lógica europeia da época. É mais cabível e sensato, para este estágio histórico, falar em *lógica por divulgadores brasileiros*, dos quais se têm disponíveis fontes e documentos de caráter geral, que ajudam a circunscrever seu impacto no ambiente cultural, no cenário filosófico e científico, o qual teria oferecido limites e possibilidades à lógica no Brasil.

É importante frisar que os autores brasileiros que escreveram alguma coisa em lógica, em geral, não discutem idéias originais, salvo algumas reelaborações pessoais destacáveis. Na maior parte das vezes, discutir cada autor é, no fundo, discutir as referências nas quais ele se apoiou, embora se tenham iniciativas originais

---

<sup>13</sup> Não quer dizer que estes não fossem dados em escolas. Eles apenas não eram, mesmo naquelas, devidamente regulamentados pelas diversas leis de ensino do período. Ou seja, o ensino de filosofia não tem existência legal durante o século XIX. Ele só a adquirirá com a criação do curso de filosofia do Mosteiro de São Bento, São Paulo, em 1908. (Cf. MORAES [1959])

<sup>14</sup> É o caso, por exemplo, dos textos do Frei Francisco de Monte Alverne, O. F. M., *Aula Inaugural do Colégio Franciscano de São Paulo*, 1813, e de Evaristo da Ferreira da Veiga e Barros, datado entre 1815 e 1837, intitulado *Sobre as idéias*, ambos manuscritos, estando o primeiro sob a guarda do APIC e o segundo sob a da BN.

de divulgação, dentro do contexto do desenvolvimento da discussão da filosofia e da lógica no Brasil.

## 0.2 Plano redacional da dissertação

Passa-se, agora, a uma concisa apresentação dos capítulos que compõem a dissertação. O primeiro capítulo da dissertação é dedicado à discussão da conjuntura filosófica e histórica, que é recorrente às manifestações de lógica ocorridas no Brasil no início do século XIX. Esta tarefa foi dividida em três etapas. A primeira consiste em fornecer uma visão geral da lógica ibero-européia e explorar suas conexões com as manifestações de lógica no Brasil no final do século XVIII, que, como se mostra, manter-se-ão até a metade do século XIX. A segunda seção deste capítulo explora mais acuradamente a forma de lógica característica do racionalismo moderno, denominada por Buickerood de lógica das faculdades. Por fim, o primeiro capítulo é concluído com uma discussão atenta da Reforma Pombalina na implantação de uma lógica de caráter iluminista em Portugal e domínios. Aqui chega-se à conexão de interesse entre a lógica ibero-européia e o ensino da lógica no Brasil.

O segundo capítulo é dedicado às manifestações ecléticas da lógica. A discussão deste capítulo é quase toda correspondente à primeira metade do século XIX. Para maior clareza, ela foi dividida em pré e pós-independência do Brasil. A seção dedicada aos divulgadores da pré-independência do Brasil trata basicamente dos textos inéditos, como as *Concluzões Filosoficas de Lógica e Metaphysica* e o manuscrito *Sobre as Idéas* de Evaristo Ferreira da Veiga, bem como da lógica preparada por Feijó, disponível na edição dos *Cadernos de Filosofia*.

O terceiro capítulo trata das iniciativas de divulgação da lógica após a independência, sendo discutidas as idéias de lógica contidas no *Compêndio de Philosophia* de Francisco de Monte Alverne e do compêndio do também franciscano Itaparica da Virgem Maria. Outros autores não mencionados aqui são trazidos na cronologia e entre as fontes primárias. Citados ao longo do texto, eles não mereceram discussão específica, em vista do critério primeiro para o juízo de representatividade admitido à frente.

O quarto capítulo discute a influência escolástica na lógica no século XIX, bem como da divulgação do movimento neotomista, aqui divulgado por Soriano de Sousa. O compêndio deste autor é um dos que melhor representa o caráter deste

movimento e sua posição quanto à lógica. Embora este movimento tenha tido seu círculo de influência restrito ao ambiente eclesiástico, foi estudado devido à sua particularidade histórica e pelo conflito induzido perante as formas de lógica ecléticas e positivistas que eram então predominantes.

O movimento positivista e sua interpretação da lógica é o objeto do capítulo quinto. Em sua primeira parte, procura-se contextualizar a posição do movimento positivista – mas não só o comteano, mas também o de Stuart Mill, Bain e Spencer – frente à lógica. Os textos destes distintos autores passavam de mão em mão entre os simpatizantes da filosofia positiva, que não concordavam com o radicalismo dos positivistas ortodoxos sediados no Rio de Janeiro. A segunda parte do capítulo dedica-se a expor os textos representativos entre os autores brasileiros que aderiram à filosofia positivista e, dentro desta opção filosófica, passaram a divulgar a visão positivista da lógica. A visão positivista da matemática é também considerada, uma vez que a lógica e a matemática são disciplinas muito próximas no sistema positivista, induzindo inclusive idéias de matematização do pensamento, como será exposto no momento oportuno.

O último capítulo contempla a compreensão da lógica na transição do século XIX ao XX. Essa transição é avaliada em quatro seções. A primeira trata da lógica no ensino brasileiro no Segundo Império e República. Destaca-se, especialmente, a situação dos programas de ensino dos cursos secundários e superiores. Sabe-se que a referência oficial para o ensino secundário no Brasil era a do Colégio Pedro II. Quanto ao ensino superior, encontrou-se um curso de filosofia que serviu para referenciá-lo na Faculdade de Direito de São Paulo. O Colégio Pedro II, em função de sua singularidade, será objeto da segunda seção deste último capítulo. Nele tratam-se aspectos inéditos e relevantes da cátedra de lógica que existiu no colégio. A penúltima seção traz uma discussão geral das provas ao concurso à cátedra de lógica, ocorrido em maio de 1909. Fonte única e de particular importância, as provas do concurso e mesmo sua realização motivaram diversas manifestações quanto à percepção da lógica. A última seção deste capítulo procura concluir, sinteticamente, quais eram as expectativas e percepções da lógica no início do século.

É igualmente proveitosa a consulta às fontes e referências bibliográficas utilizadas, bem como a cronologia proposta para a lógica no Brasil ao fim do volume. Procura-se, com estas seções, enriquecer a apreciação da lógica no Brasil. Isto é

pretendido com a reprodução dos apêndices documentais, onde textos raros e de difícil acesso podem ser apreciados.

### **0.3 Metodologia**

Quanto à abordagem buscou-se desvelar a forma de lógica, avaliando seus aspectos fundamentais, tais como elas foram apreciadas no Brasil, averiguando sua coerência às filosofias a elas correspondentes, bem como às influências de escola aqui verificadas, que formaram o sortido quadro da lógica no Brasil no período estudado. Dessa forma, tal abordagem não se apresenta culturalista, como é comum à maioria dos trabalhos sobre história da filosofia no Brasil, aqui desenvolvidos. Ressaltam-se, sim, quando parece seguro, alguns traços culturais que apontavam para uma interface entre lógica e cultura. Neste sentido, foi investigado o senso comum relativo à lógica no Brasil; mesmo assim, este é um efeito colateral do debate principal, que está centrado, sobretudo, na discussão das formas de lógica aqui existentes, no período em pauta, e sua coerência conceitual e interna, por exemplo.

A abordagem historiográfica procurou pautar-se nas diretrizes do pensamento histórico contemporâneo. Pretendeu-se uma abordagem desta etapa da história da lógica no Brasil que recuse “... a história superficial e simplista que se detém na superfície dos acontecimentos e investe tudo num fator. [...] O essencial, no entanto, é esse apelo a uma história profunda e total. Primeiro quebrar essa história pobre, com a aparência enganadora de pseudo-história.”<sup>15</sup> Almejou-se uma história das permanências e mudanças das idéias a respeito da lógica no Brasil, não apenas uma história fatural, desligada dos contextos mais amplos. Por isso, dá-se preferência ao período longo, da amplitude do abarcado nesta dissertação. Nele podem ser avaliadas as permanências e as mudanças ocorridas dentro das formas de lógica divulgadas no período. Este recorte foi motivado pela afirmação de Le Goff de que “a história caminha mais ou menos depressa, porém as forças profundas só atuam e se deixam apreender no tempo longo.”<sup>16</sup> E, sendo a velocidade das mudanças no contexto da lógica no Brasil muito lentas, só um período longo poderia abraçar convenientemente as mudanças e permanências de interesse histórico. É ainda num pressuposto do historiador francês que se apoia o recorte temporal desta pesquisa. Considera ele que “a história do curto prazo é incapaz de apreender e explicar as

---

<sup>15</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 31.

permanências e as mudanças. Portanto, é preciso estudar o que muda lentamente e o que se chama, desde alguns decênios, de estruturas...”<sup>17</sup>

Ainda norteando-se pelas mesmas afirmações, as questões da lógica nos autores brasileiros foram enfocadas de tal maneira que os enquadrasse numa visão dinâmica do processo histórico, buscando compreender as transformações passadas e, acima de tudo, uma história da lógica explicativa, não puramente narrativa, descritiva, dogmática ou cronológica. Procurou-se, neste assunto, tomar todos os cuidados quanto a um estreitamento do trabalho à reducionista ótica narrativa. Tal abordagem dissimula opções ideológicas e procedimentos metodológicos, que deveriam estar claramente explicitados.<sup>18</sup>

#### **0.4 Levantamento e tratamento das fontes**

Foram estudados todos os autores a cujos textos de lógica se teve acesso nos exaustivos levantamentos bibliográficos, empreendidos durante todas as fases da pesquisa. Chegou-se, inclusive, a obras pouco conhecidas e ainda não comentadas por nenhum estudo anterior. Estes autores foram classificados basicamente em duas classes: os *autóctones* e os *importados*. Estes últimos, freqüentemente autores de livros textos de lógica e filosofia adotados no ensino, serviam de referência a brasileiros que divulgaram a última moda européia no país. Entretanto, figuram no texto apenas aqueles que pareceram extremamente relevantes e significativos para a problemática referente à história da lógica no Brasil, que este trabalho procurou atender, e que consiste, em linhas gerais, em compreender as diversas etapas, influências e divulgadores que marcaram a história da lógica no período avaliado. Dois foram os critérios para o juízo de representatividade entre os diversos autores e divulgadores a que se chegou. São eles:

1º.) Entre os divulgadores e autores brasileiros, mereceram destaque particular aqueles cujas idéias e visão da lógica apresentaram-se emblemáticos, nos principais movimentos filosóficos do século XIX no Brasil, como o ecletismo, o neotomismo, o evolucionismo e o positivismo comteano. Todos foram estudados, mas, segundo este critério, nem todos foram exaustivamente apresentados neste trabalho, uma vez que as idéias essenciais de um divulgador menor estão quase sempre contidas

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>18</sup> LE GOFF, *Op. Cit.*, p. 38.



em um divulgador maior. Quando esta hipótese foi falseada, os autores menores foram considerados em suas diferenciações e particularidades;

2º.) Destacaram-se, também, autores estrangeiros que serviram de fonte aos divulgadores brasileiros dedicados à difusão da lógica, seja sob a égide da filosofia, seja da matemática ou da psicologia. Dessa forma, autores de renome, reconhecidos por suas contribuições à renovação da lógica no século XIX, como Boole, De Morgan e Frege entre outros, só são mencionados à medida que suas contribuições tiverem reflexos de aceitação ou repugnância entre os intelectuais brasileiros que se preocuparam em expor e divulgar a lógica.

Dada a extensão territorial do país e à grande quantidade de escolas particulares e confessionais, como aquelas sediadas em conventos, seminários, colégios religiosos que ofereciam programas de filosofia, e neles os de lógica, é difícil avaliar, neste momento, a lógica no Brasil de maneira absoluta, se bem que os esquemas históricos - as estruturas - propostos possam ser abrangentes e suficientemente ricos para que seja considerado legítimo em sua abordagem e resultados. Dessa forma, não há omissão de fontes. O que os levantamentos colocaram à disposição foi avaliado. Convém esclarecer que o atual estágio das pesquisas não permite uma visão total absoluta das fontes para a lógica no Brasil.

As fontes manuscritas receberam tratamento específico, para reprodução dos apêndices documentais de acordo com as normas técnicas de transcrição paleográfica estabelecidas em Blanco [1987]. Outras fontes históricas, em geral, tiveram preservadas sua ortografia arcaica original, como é praxe em trabalhos desta natureza. O leitor encontrará diferentes grafias para algumas palavras, fato este que pode ser observado ao longo do texto. Isto é natural para uma língua que passou por diversas reformas ortográficas, até as formas atingirem sua grafia atual. As fontes secundárias, textos de referência e a literatura especializada, em geral, tiveram seus extratos reproduzidos *ipsis litteris*, inclusive com diferenciações ortográficas das diversas reformas ortográficas pelas quais a língua portuguesa passou. A incorreção ou suspeição de determinadas construções textuais foram indicadas, com a inserção da expressão latina *sic*. As passagens que originalmente estavam em outros idiomas foram traduzidas, para que não truncassem a leitura com a alternância de diversas línguas num mesmo texto. Todavia, a fim de dissipar eventuais dúvidas quanto à tradução desses trechos, foram reproduzidos os originais nas respectivas notas, para

## *Introdução*

que o leitor os coteje caso considere necessário. Optou-se pelo sistema de referência autor-data, que é extremamente adequado, pela ênfase que dá às datas das fontes, fator de referência do processo histórico. Também foi feito por uma questão de economia; um outro sistema poderia ser muito prolixo, o que inflacionaria as referências como um todo, sem aumentar assim sua clareza.



## CAPÍTULO 1

# AS RECORRÊNCIAS IBERO-EUROPÉIAS ÀS MANIFESTAÇÕES DA LÓGICA NO BRASIL, NO INÍCIO DO SÉCULO XIX



Este capítulo empenha-se em obter uma visão geral do contexto que precedeu às formas de lógica encontradas no início do século XIX, no Brasil. Destacar-se-á, especialmente, o contexto da lógica europeia, ibérica e portuguesa do século XVIII. Para tanto, serão aprofundadas algumas peculiaridades do Dezoito Português, e nele, o impacto das reformas pombalinas sobre o ensino secundário e superior, que tiveram reflexos no Brasil, bem como a filosofia que motiva as manifestações de uma cultura moderna em Portugal, no período. Serão analisadas, também, as possibilidades de prolongamentos deste movimento ao Brasil.

A filosofia moderna inaugura um momento particularmente importante e distinto na história da lógica, uma vez que a compreensão da lógica neste período – a lógica como análise das faculdades do entendimento humano – é completamente distinta das formas de lógica anteriores, como a escolástica, e as subsequentes, como a lógica matemática. No contexto moderno, sobre a lógica recai uma tarefa árdua, própria do século das luzes, de dar ao homem o pleno uso de sua razão, através da manipulação correta das operações do entendimento e do método racional e científico. Neste contexto, as inovações propostas por John Locke e pelos monges de Port-Royal, especialmente pelos últimos, consolidariam a reestruturação da lógica que se operava lentamente desde os fins da Idade Média.

Para alcançar tal intento, será firmada discussão sobre os aspectos mais relevantes da lógica europeia e ibérica nos séculos XVII e XVIII e seus possíveis prolongamentos sobre o Brasil, a serem melhor identificados na discussão encetada a partir do segundo capítulo, ressaltando os aspectos destas formas de lógica que tiveram eco na lógica praticada no Brasil. A conjuntura da lógica, aqui, como se verá, não passam insensível ao movimento iluminista, e mais especificamente, ao iluminismo luso. As formas de lógica aqui encontradas, ainda no princípio do século XIX, foram como se mostra, prolongamentos contingentes do cenário filosófico da modernidade na Europa, especialmente em sua crítica à lógica greco-escolástica; em Portugal esta crítica estará dirigida à *segunda escolástica portuguesa*.

Assim direcionada, a avaliação desta conjuntura está dividida em três frentes. Na primeira, é dada preferência ao contexto geral da lógica na Europa e Península Ibérica, descrevendo-o a partir dos estudos de Muñoz Delgado [1982], Blanché [1996] e Kneale & Kneale [1971]. Para um encadeamento adequado das razões fundamentadas, discute-se, em geral, mas com a prospecção necessária, as três

formas de lógica predominantes na Europa durante a modernidade. São elas, segundo Munõz Delgado, a forma de lógica greco-escolástica, a ramista e a luliana. Particularmente em Portugal merecerá atenção a derrocada da escolástica portuguesa no século XVIII. O professor citado concluiu, em suas pesquisas, que estas três correntes existiram na península Ibérica e alguns de seus prolongamentos atingiram tanto a América espanhola quanto a portuguesa. Serão apreciados mais detalhes no momento oportuno. Esta discussão não deve ser entendida de maneira simplista, como uma analogia direta e grosseira entre as formas de lógica existentes no Brasil, nos séculos precedentes ao XIX, e as europeias do mesmo período. Tal atitude não parece justificável. O contexto da lógica na Europa, considerada como um todo, só será indiretamente relevante para a implantação das incipientes formas de lógica encontradas no Brasil, no mesmo período.

Na segunda frente, concentrar-se-á em discutir o contexto filosófico português, do qual saltarão elementos curiosos a respeito das formas de lógica praticadas no século XVIII e primórdios do XIX. Aqui a referência cronológica é o período conhecido como *Dezoito Portugêses*, compreendido entre o final da década de 1660 até o ano de 1807, no qual foram implementadas diversas reformas, especialmente a educacional, que se refletiu no ensino da filosofia e no da lógica. Esta influência, não tão discreta, deriva-se, como se expõe na seqüência, das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal entre os anos de 1750 e 1777.

Finalmente, no tocante à lógica, serão discutidos aspectos da exposição de lógica de Vernei e de Genovesi. As obras do abade italiano afinam-se com as idéias de Locke e Port-Royal. Ele foi o elo de ligação, na lógica, entre a modernidade e o mundo filosófico luso-brasileiro. O texto de Genovesi e sua concepção de lógica serão muito bem assimilados nas manifestações de lógica dadas no Brasil entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. Essas influências, somadas, delineiam qualitativamente o contexto da lógica aqui vivido no início do século XIX e nele vigente, com força decrescente à medida que a centúria avança, até ser superada na segunda metade do século XIX por outras abordagens da lógica.

## **1.1 Vista geral da lógica ibero-europeia e a conexão com as manifestações da lógica no Brasil**

O panorama da lógica na Europa nos primórdios do século dezenove, na opinião de Kneale & Kneale é, de forma geral, ainda muito parecido com o que se

seguiu ao Renascimento. Para eles, o desenvolvimento da lógica apresenta, nessa época, um quadro complexo, não havendo um contorno claro entre a Idade Média e o período que se lhe seguiu, e, “embora esta [a lógica] continuasse a ser ensinada nos primeiros anos dos cursos universitários, deixou, no entanto, de atrair a atenção das melhores inteligências. Dos 400 anos que vão do meio do século XV ao meio do século XIX temos vários manuais de lógica, mas muito poucas obras que contenham alguma coisa que seja ao mesmo tempo nova e boa.”<sup>19</sup> Afirmam ainda, contundentemente, que, “pelo menos na forma, o programa de estudos [de lógica] na maior parte das universidades era, no fim do século XVII, o mesmo que há 200 ou 300 anos antes; e, tal como na Idade Média, eram exigidas discussões para se obter o grau.”<sup>20</sup>

O pessimismo presente nestas considerações deriva da preferência que alguns autores dão aos aspectos formais da teoria lógica que, sem dúvida, não são o ponto forte das formas de lógica do período, e isto não somente nos citados autores, mas também em Bochenski.<sup>21</sup> Todavia, este pessimismo é relativizado em consulta a outros historiadores da lógica. Blanché e Muñoz Delgado<sup>22</sup>, numa visão mais compreensiva reconhecem, a partir desta fase, o desenvolvimento de elementos bastante originais nas formas de lógica deste período. Ainda segundo eles, algumas das inovações feitas constituir-se-ão nos diversos pontos de partida para desenvolvimentos da lógica contemporânea, como a tendência de matematização do pensamento, muito cultivada pela forma de lógica luliana.

Para Muñoz Delgado, a caracterização mais adequada para a forma de lógica do período compreendido entre os séculos XVI e XVII não seria aristotélico-escolástica, mas greco-escolástica, uma vez que podem ser encontrados elementos estóico-megáricos, da tradição gramatical, além de outros elementos. Este pesquisador insiste, ainda, que a forma de lógica encontrada no século XVII não poderia ser simplesmente reduzida à escolástica: “A lógica tem uma grande amplitude em seu influxo no pensamento do XVII e seria minimizá-la considerá-la como um mero prolongamento da parcela escolástica, tão cultivada nos séculos anteriores.”<sup>23</sup> Segundo

---

<sup>19</sup> KNEALE & KNEALE [1971], p. 303.

<sup>20</sup> KNEALE & KNEALE, *Op. Cit.*, p. 305. Encontra-se no acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, um grande número de *Conclusiones Philosophicae*, dadas em Lisboa, Évora e Coimbra, nos séculos XVII e XVIII. Tudo leva a crer que se tratavam das discussões a que se referem os historiadores ingleses na ocasião da obtenção do grau de bacharel e licenciado em Artes.

<sup>21</sup> *Op. Cit.*

<sup>22</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, e BLANCHÉ, *Op. Cit.*

<sup>23</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, p. 280: “La lógica tiene una gran amplitud en su influjo en el pensamiento del XVII y sería minimizarla considerándola como una mera prolongación de la parcela



ele, os primeiros historiadores da lógica, no século XVII, identificavam como atuantes três grandes formas de lógica: além da peripatética, a ramista e a luliana.<sup>24</sup>

A forma de lógica ramista constituiu-se ao redor das idéias de Pierre de la Ramée, também conhecido por sua denominação latina de Petrus Ramus (1515-1572). Entre seus aspectos básicos encontra-se o desprezo à lógica aristotélico-escolástica, privilegiando o uso retórico da lógica, entendida como instrumento para falar com pureza, elegância, pensar com fineza e julgar prudentemente as matérias. Essa diretriz tem clara inspiração na antigüidade clássica, especialmente estóica, sendo fomentada pelo espírito renascentista e classicista moderno.

Uma contribuição importante de Ramée foi fazer do método uma noção central no pensamento europeu. Afirma Muñoz Delgado que “entre os anos de 1543-47 Ramus, Sturm e Melanchton transladam o interesse humanista pelo método da retórica à dialética, inserindo em seus respectivos manuais uma seção especial sobre o método.”<sup>25</sup> É a esta diretriz que Arnauld e Nicole vão aderir, levados a isso, especialmente, em função do cartesianismo que assumiram, dividindo também sua obra em quatro partes, sendo a última dedicada ao método. Todavia, os autores de Port-Royal não aderiram ao ramismo; abraçando uma concepção de lógica nitidamente anti-retórica.

A forma de lógica luliana funda-se nas idéias de Raimundo Lúlio (1235-1315) e marcou fortemente a lógica no século XVII. Sua principal tese foi a busca de uma linguagem filosófica na qual todas as idéias complexas poderiam ser expressas pela combinação de certos símbolos fundamentais, possibilitando a manipulação mecânica de conceitos. Parece aos estudiosos, inclusive, que esta concepção de lógica teria inspirado Leibniz na concepção de sua *ars combinatoria*.<sup>26</sup> Entre estes estudiosos, também o professor Muñoz Delgado enfatiza: “de todos os aspectos do lulismo no XVII, seguramente, ao menos para a lógica, o de maior importância é o que está unido à *mathesis universalis* e à matematização da lógica, a partir da

---

escolástica, tan cultivada en los siglos anteriores.” Note-se a oposição à opinião de Kneale & Kneale, anteriormente reproduzida.

<sup>24</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, p. 280: “Los primeros historiadores de la lógica, como Bartolomé Keckermann (m. 1609) y Enrique Alsted (m. 1638), señalan que a principios del XVII estaban vigentes tres grandes familias: la lógica peripatética, la ramista y la luliana, enumerando los autores más representativos de cada una. Indicaciones parecidas hace Roberto Sanderson (m. 1663), prof. En el *Appendix Posterior* de su *Logicae Artis Compendium* (Oxford 1618, 2ª. ed.)”

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 287.

<sup>26</sup> KNEALE & KNEALE, *Op. Cit.*, p. 241-242; 301ss; RAMOS DE CARVALHO [1946], p. 69-70.

combinatória, sendo um insigne representante e precursor de Leibniz o jesuíta Sebastián Izquierdo...”<sup>27</sup>

Mas como e em que grau estas formas de lógica tiveram aceitação e divulgação no Brasil? A corrente luliana teve grande aceitação na Espanha e Europa, principalmente na Alemanha, no século XVII, obtendo menor força em Portugal e na Ibero-américa.<sup>28</sup> Mesmo assim, “a este propósito há de se observar que aos vice-reinados ultramarinos passarão todas as correntes e não somente a escolástica.”<sup>29</sup>, afirma Muñoz Delgado. Segundo ele ainda, a Companhia de Jesus aparece intimamente relacionada com a reação católica à reforma protestante, sendo sua protagonista no século XVII, não somente *nos territórios ultramarinos*, mas também em *toda* a Europa: “e isto não somente na difusão da escolástica renovada, mas também na reelaboração de outras correntes, como o lulismo e a progressiva matematização do pensamento.”<sup>30</sup>

Tendo a lógica sido introduzida no Brasil através dos cursos de filosofia ministrados pelos jesuítas em seus colégios, imitando o *Colégio de Artes de Lisboa*,<sup>31</sup> sabe-se que a difusão da escolástica renovada entre nós foi ampla, mas não se tem evidências de que tenha sido a única. A predominância da escolástica não acarreta a ausência de outros elementos. Se, como afirma Delgado, os jesuítas difundiram a lógica dentro do movimento de renovação escolástica, mas reelaboraram outras correntes do pensamento lógico como o lulismo, há razões para crer que aqui possam ter chegado, mesmo que num grau pequeno, idéias de matematização do pensamento e não unicamente as elaborações da segunda escolástica portuguesa. Convém lembrar que a influência jesuítica no ensino colonial foi vasta e hegemônica. Até a primeira metade do século XVIII, a lógica de orientação predominantemente escolástica não sofrerá abalo ou oposição em Portugal; esta constatação é extensível sem problemas ao Brasil. De fato, apenas com a expulsão dos jesuítas em 1759, ano em que Pombal

---

<sup>27</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, p. 289: “De todos los aspectos del lulismo en el XVII seguramente, al menos para la lógica, el de mayor importancia es el que va unido a la mathesis universalis y a la matematización de la lógica, a partir de la combinatoria, siendo un insigne representante y precursos de Leibniz el jesuíta Sebastián Izquierdo, que ha merecido una interesante monografía del prof. J. L. Fuertes Herreros.”

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 289: “Si el lulismo, mezclado a otras corrientes, adquiere enorme importancia en el XVII, en España y en Europa, parece tener menos influjo en el mundo portugués y en Iberoamérica.”

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 289: “A este propósito hay que observar que a los virreinos ultramarinos pasaron todas las corrientes y no solamente la escolástica.”

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 279: “Y esto no solamente en la difusión de la escolástica renovada, sino también en la reelaboración de otras corrientes como el lulismo y la progresiva matematización del pensamiento.”

inicia a reforma dos estudos em Portugal e domínios, é que a lógica escolástica dos séculos anteriores foi substituída oficialmente pela lógica eclética de caráter moderno.

A influência da escolástica no pensamento português foi grande e profunda.<sup>32</sup> Tal afirmação é reforçada por Antônio Saraiva ao afirmar que: “Portugal é um dos países da Europa onde mais cedo se definem as tendências da Contra-Reforma, ou melhor, onde da escolástica e do feudalismo medieval se transitou, quase sem descontinuidade, para a neo-escolástica e para o neo-feudalismo seiscentista.”<sup>33</sup> É esta associação que terá profundos reflexos no caráter da renovação escolástica lusa, determinando suas diretrizes. Afirma Campos a esse respeito:

“O espírito escolástico, predominante na Contra-reforma Portuguesa, é, assim, um estilo de pensamento circunscrito á (sic) repetição de princípios já estabelecidos, onde não se fazem presentes a inquisição e a dúvida. Reagindo contra a escolástica de Quatrocentos e meados de Quinhentos, concentra ela particular atenção na parte metafísica e científica da filosofia. A problemática, objeto da especulação, acha-se inteiramente desvinculada da realidade circundante. *O estudo da Lógica tem como único objetivo o preparo dos estudantes para disputas retóricas e de sentido puramente ornamental.*”<sup>34</sup>

---

<sup>31</sup> Para maiores detalhes consulte Serafim LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria Portugália e Civilização Brasileira, 1938; e, confira ainda CAMPOS [1968], p. 43.

<sup>32</sup> CAMPOS, *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>33</sup> Antônio José SARAIVA, *O humanismo em Portugal*, Lisboa, 1956, p. 18 *apud* CAMPOS, *Op. Cit.*, p. 34. A escolástica portuguesa é dividida em duas fases: a primeira denominada período barroco, corresponde ao início do século XVI até as primeiras décadas do século XVII; a segunda fase, chamada de período escolástico propriamente dito, estende-se de meados do século XVII até meados do século XVIII.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 35. Grifo nosso. Um dos personagens fundamentais para a segunda escolástica portuguesa é o jesuíta Pedro da Fonseca (1528-1597). A renovação escolástica em Portugal não é obra exclusiva dele, se bem que possa ser considerado um de seus iniciadores e protagonistas. Merecem destaque, da mesma forma, Francisco Suarez (1548-1617) autor de *Disputationes Metaphysicae* e Francisco Sanches (1551-1623) autor de *Quod nihil scitur*. O *Cursus Conimbricenses*, realização magna da segunda escolástica portuguesa, nasce motivado pela necessidade pedagógica na elaboração de um curso filosófico de que há muito ressentia-se o ensino em Coimbra, e que seria muito usado e citado em toda a Europa, e não somente a católica. Note-se que aqui coincidem as informações prestadas por Muñoz Delgado a respeito dos manuais comuns no ensino dos séculos XVI e XVII, que são discutidos na próxima subseção. Afirma Campos sobre Fonseca: “A obra filosófica que lhe consagrou o nome, pela extensão, originalidade e proficiência foram seus ‘*Comentários à Metafísica*’. A êste respeito afirma Severino Tavares que ‘de há muito se sentia, em Coimbra, a necessidade de facilitar o trabalho de alunos, escrevendo um curso geral de filosofia. Até aí, o professor ditava as lições, que os alunos se viam obrigados a copiar, não sem grande dispêndio de tempo e energias. Foi só em 1561 que se tomou uma resolução definitiva nesta matéria, por ocasião da visita que, em nome do Padre Geral, Diogo Laines, fêz a Portugal o Padre Jerônimo Nadal. Para levar a têrmo tamanha emprêsa foi designado o Padre Fonseca a quem foram dados como auxiliares mais três Mestres Coimbrões, os Padres Marcos Jorge, Cipriano Soares e Pedro Gomes. Assim nasceu a idéia do Curso Conimbricense que sômente mais tarde, e não já pela mão de Fonseca, teria seu termo.’ ” (Severino Tavares, “*Pedro da Fonseca – sua vida e sua obra*”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, (IX), out./dez 1953, p. 347 *apud* CAMPOS, *Op. Cit.*, p. 36).

### 1.1.1 Os estatutos da Universidade de Coimbra de 1591, a renovação escolástica, seu espírito e limites

Os referidos estatutos, promulgados pelo rei D. Felipe II, determinavam claramente a lógica como condição a que deveria ser submetido o aluno, para que fosse aceito como candidato ao exame ao bacharelado em Artes:

“§ 3. Nenhum examinando será admittido ao exame sem apresentar ao Secretario da Vniversidade huma cedula, com quatro assinados, o primeiro do principal das escholas menores e regente do tal curso, em que justifiquem que o tal examinado tem ouuido toda a Logica e cinco liuros Physicos...”<sup>35</sup>

Entenda-se bem que a afirmação *toda a Logica* correspondia ao plano de estudos de lógica contemplados nos manuais do período. Em lógica, a autoridade universalmente reconhecida era Aristóteles, estudado diretamente, no original ou num comentador competente como Pedro da Fonseca, ou em um curso famoso, como o Curso Conimbricense, devendo ser coberto o conteúdo correspondente em um ano letivo. A próxima seção apresentará com maiores detalhes o conteúdo destes manuais. Quanto ao exame dos candidatos à licenciatura em Artes, parte das exigências são as dadas pelo parágrafo abaixo:

“§ 1. Nenhum bacharel será admittido a este exame, sem trazer cedula assinada do principal e regente, porque conste com ouuido aquelle curso todo inteiro de tres annos e seis mezes, em que se leo e ouuido toda a Logica e Philosophia e o mais que he ordenado que se lea no curso de artes: e assi mesmo dirá a cedula, como o tal bacharel respondeo de conclusões magnas e paruas: e esta cedula se apresentará ao chancellario e examinadores: e em todo o mais se guardará o que he dito he que se guarde no exame dos bachareis, saluo que depois de examinada a Logica e problema dos Physicos, pella mesma ordem que se examinou a Logica serão examinados os licenciados no livros do Coelo, de Generatione, Metauros e de Anima e perguntarão huma questão dos Parus naturaes: e depois disto lhe argumentarão todos os examinadores contra o problema methaphysico, q<eu> cada um dos sobreditos será obrigado a propor e defender: e no fim perguntarão huma questão moral das ethicas de Aristoteles sem argumento: e neste exame, a Logica se não examinará com tanto rigor como a Philosophia e Metaphisica: e em todo o sobredito e no mais se guardará a ordem e solemnidade que se guardou no exame de Logica, quando os licenciados se fizerão bachareis.”<sup>36</sup>

Fundamentalmente, o currículo para a licenciatura é o mesmo do bacharelado com acréscimos. Esta preocupação com o cultivo da lógica é, sem dúvida, derivada da estrutura medieval dos estudos ainda preservada em Portugal, mantida

---

<sup>35</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA [1591], p. 121 f.

<sup>36</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 124 f/v. Os exames são também prescritos nos estatutos: “§3 O primeiro bacharel desta primeira mesa sustentará noue conclusões da Logica, o segundo outras nove dos physicos de Aristoteles, o terceiro será outras noue conclusões de Philosophia natural, o quarto outras noue de Metaphisica, o quinto outras noue das Éticas.”<sup>36</sup>

que foi pela segunda escolástica. Parece sensato afirmar que a função da lógica no contexto medieval e luso, durante a modernidade, são afins. No contexto dos estudos medievais, a lógica compunha o *trivium*. Nele sua finalidade era de que “enquanto a gramática ensina como falar corretamente, e a retórica como falar elegantemente, a lógica ensina como falar verdadeiramente (*vere loqui*) ou fazer inferências válidas”<sup>37</sup>, em suma, a lógica era a ciência da linguagem. Afirma Moody que: “Este é o fim intrínseco da inquirição lógica, definida como ciência. Mas a lógica é igualmente instrumento da inquirição científica, ‘arte das artes e ciência das ciências’, no que ela tem propósito extrínseco de validar as inferências nas ciências positivas. O enunciado de Boécio, que a lógica é ao mesmo tempo, ciência e instrumento da ciência, era entendido neste sentido.”<sup>38</sup>

Com efeito, afirma Cruz Costa que, quando se iniciou a colonização do Brasil, os jesuítas foram chamados para Coimbra. E lá, onde o ensino fôra até então inspirado na tradição científica, “...tornar-se-ia, depois que os jesuítas se apoderaram dêle, um ensino ‘sem base natural e nacional’.”<sup>39</sup> Outro especialista, Teófilo Braga, caracteriza o ensino lá desenvolvido como fortemente marcado por três tristes características: erudição livresca; submissão da arte ao classicismo, imposição da autoridade do passado pelos mestres; e o desprezo das línguas nacionais perante o grego e o latim.<sup>40</sup> Outros fatores contribuirão para o isolamento de Portugal perante a modernidade. Após os descobrimentos, especialmente do Brasil, Portugal passa por uma incrível decadência. Antero de Quental retrata bem o espírito português dos séculos XVI e XVII: “De um mundo como fôra aquêle que prepara os descobrimentos marítimos, Portugal, e com a Península Ibérica, passa ainda em fins do século XVI e comêço do século XVII para um ‘mundo escuro, inerte, pobre e ininteligente’.”<sup>41</sup> Neste contexto, o fanatismo não foi menos prejudicial. Com ênfase, afirma Cruz Costa que a Inquisição velava e que por toda parte descobriam-se hereges e, enquanto na Europa difundia-se e renovava-se o método científico, em Portugal renova-se a

---

<sup>37</sup> MOODY [1953], p. 13. Afirma Castro, quanto ao ensino jesuítico brasileiro, que “No curso de artes, estudava-se matemática, juntamente com a lógica, física, metafísica e ética.” (CASTRO, *Op. Cit.*, p. 11).

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>39</sup> CRUZ COSTA [1956], p. 34.

<sup>40</sup> Teófilo Braga é citado por CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 35.

<sup>41</sup> Antero de QUENTAL, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, p. 101 *apud* CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 42.

escolástica, como já apontado anteriormente.<sup>42</sup> Uma das únicas exceções a esta triste constatação dar-se-á com a lógica ibérica; exceto por ela, Portugal e Espanha não terão grande significação no panorama intelectual do período, o que se pode reconhecer das considerações feitas na próxima seção.<sup>43</sup>

### 1.1.2 O plano geral dos manuais ibéricos de lógica nos séculos XVII e XVIII

Nos séculos XVI, XVII e XVIII era moda na Europa o uso de manuais. Este novo gênero literário consistia em “... elaborações sistemáticas do saber filosófico, em nosso caso de material lógico, realizadas com certa independência da maneira mais antiga de comentário ao texto de Aristóteles ou a outra autoridade.”<sup>44</sup> Os manuais promoveram uma maior ordenação e sistematização da matéria lógica, uma vez que eram elaborados para uso didático. Este gênero de manuais, em lógica, foi popularizado com o de Port-Royal, *La Logique ou Art du Penser*; contudo, este último contempla apenas o material referente às sùmulas, não abarcando o conteúdo completo que os manuais da lógica pré-renascentista abordavam.<sup>45</sup>

O plano geral dos manuais de lógica do século XVII englobava três partes essenciais: as *Sùmulas*, a *Lógica Proemial* e a *Lógica Magna* ou *Maior*.<sup>46</sup> A primeira compreendia as sùmulas lógicas, lógica menor, introdução à lógica ou dialética, lógica parva, entre outras. Tratava basicamente de ordenar o material referente às três operações da razão, a saber: a simples apreensão, o juízo ou proposição e o raciocínio, e, ainda, o silogismo, as conseqüências, as falácias, entre outros assuntos.

A segunda parte denominada *lógica proemial* compreendia os tópicos hoje denominados de filosofia da lógica, como a natureza da lógica, seu objeto, o ente da razão, a necessidade da lógica e outros temas. Aqui se apreciava “Toda uma filosofia da lógica donde se manifestam as divergências das diferentes tendências

---

<sup>42</sup> Antero de QUENTAL, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, p. 101 *apud* CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 43; p. 44: “O aspecto pelo qual se salienta a filosofia em Portugal no século XVII é este: tóda a preocupação volta-se para a *renovação* da escolástica.”

<sup>43</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 44; p. 45: “Portugal não terá dêsse modo grande significação no panorama intelectual do século XVII. Os seus pedagogos subtraíram-no à atividade intelectual da época. [...] Por tóda parte vai intensa a revolução filosófica... menos na Península.”

<sup>44</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, p. 280: “Los s. XVII y XVIII destacan por la moda del nuevo género literario, los manuales Son (sic) elaboraciones sistemáticas del saber filosófico, en nuestro caso del material lógico, realizadas com cierta independência de la manera más antigua de comentario al texto aristotélico o a otra autoridad.”

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 281.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 280-283.

escolásticas...”<sup>47</sup>A última parte era a *lógica magna* ou *maior*. Esta discutia as posições heterodoxas de escotistas e tomistas, a questão dos universais, os predicáveis de Porfírio, os tratados lógicos de Aristóteles.

Esses manuais diferenciavam-se entre si na disposição dos conteúdos e em aspectos doutrinários. Tais diferenças, em geral, deviam-se às famílias religiosas que produziam, nessa época, a maioria absoluta dos manuais na península. Não raramente, elas uniam-se em torno de determinadas posições filosóficas. Em geral, os dominicanos, os mercedários e grande parte dos carmelitas descalços reuniram-se em torno de Santo Tomás; os beneditinos, igualmente, seguem o tomismo, embora com peculiaridades que permitem incluir doutrinas anselmianas ou de outros doutores da ordem. Os agostinianos seguem Egídio Romano e Agostinho. Os diversos ramos franciscanos seguem posições de Duns Scotus e alguns seguem, ainda, Boaventura. Com relação aos jesuítas, “O grande acontecimento do século XVII é o afinamento da escola jesuítica, presidida pelo nome de Francisco Suárez. *A escola suarística* é uma das novidades mais importantes do escolasticismo peninsular com grande projeção ibero-americana e européia, com fervorosos discípulos, e. g., como o trinitário Manuel de la Concepción.”<sup>48</sup>

Enriquece aqui incluir uma nota quanto à maneira ibérica de entender a lógica greco-escolástica nos séculos XVI e XVII: não é a mesma da escolástica do século XIV, se bem que coincide com a escolástica do século XIII (Tomás de Aquino, e. g.). No século XIV, a obra lógica de Ockhman e Buridano, e. g., esquiva-se de polêmicas metafísicas. A lógica escolástica proposta por Ockham tinha uma abordagem formalista: “Era esta lógica formal, ao contrário, a qual proveu William de Ockhman e outros filósofos do século XIV com um poderoso instrumento para sua crítica da lógica metafísica ou da metafísica logicizada, que crescia no final do século XIII.” De maneira ainda mais incisiva Moody conclui: “O significado primário daquilo que é chamado *nominalismo*, de William de Ockhman, é sua rejeição da confusão de lógica com metafísica, e sua vigorosa defesa da concepção mais antiga de lógica como

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 281: “Toda una filosofía de la lógica donde se manifiestan las divergencias de las diferentes tendencias escolásticas, por ej. en torno al ente de razón, que los tomistas ponen como objeto de la lógica y los suaristas quieren que se estudie en metafísica. Hay autores que desarrollan con extensión el tratado del ente de razón.”

<sup>48</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, p. 283.

*scientia sermocinalis*, cuja função é antes analisar a estrutura da linguagem, mais que hipotetizá-la dentro da ciência da Realidade ou da Mente.”<sup>49</sup>

A lógica ocupava, enfim, um lugar importante no ensino ibérico, tanto secundário quanto superior. Em 1625, na Universidade de Salamanca, o bacharel em Artes deveria ouvir dois anos de lógica e um de filosofia, mas isto não era uma situação uniforme.<sup>50</sup> Em outros centros, o aluno estudava lógica apenas no primeiro ano, sendo que os restantes eram destinados a estudar física e metafísica.<sup>51</sup> Este era o caso de Coimbra conforme o exposto.

Ao contrário do que se imagina e se lê, é nesse século que a lógica escolástica peninsular tem como característica marcante a projeção europeia e ibero-americana. Conforme assinalou Muñoz Delgado, “...os conimbricenses, complutenses, Juan de Santo Tomás, Toledo, Fonseca, Rúbio, etc., são cursos muito apreciados em toda a Europa e citados abundantemente na Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Finlândia, Polônia, etc., quando não se copiam literalmente apesar das divisões entre católicos e protestantes.”<sup>52</sup> Os autores acima apresentados foram a base do ensino da lógica em Salamanca, Alcalá, Ingolstadt, Colégio Romano, mas também no México, Córdoba (Argentina), Santiago do Chile, Lima, entre outras. Muñoz Delgado assinala a importante informação de que “Na Ibero-América, durante o século XVII levam a

---

<sup>49</sup> MOODY, *Op. Cit.*, p. 5-6: “It was this formal logic, on the contrary, which provided William of Ockham and other 14<sup>th</sup> century philosophers with a powerful instrument for their criticism of the metaphysical logic or logicized metaphysics that had grown up in the late 13<sup>th</sup> century. The primary significance of what is called the “nominalism” of William of Ockham is its rejection of the confusion of logic with metaphysics, and its vigorous defense of the older conception of logic as a *scientia sermocinalis* whose function is to analyze the formal structure of language rather than to hypostatize this structure into a science of Reality or of Mind.”

<sup>50</sup> Os estatutos de 1584 determinam: “Constitutio XVI. De cursibus Bacchariorum et Licenciatorum in Artibus et Medicina. Item statuimus et ordinamus, quod ad bachalariatus gradum in artibus nullus admittatur, nisi prius in Grammaticalibus competenter in structus per tres annos vel eorum cuiuslibet maiorem partem de aliis artibus. Primo de Logicave teri atque noua. Secundo de Logica et Philosophia naturali et morali simul audierit ac tres logicalibus quartuor vero de philosophia naturali: et tres de morali lectiones in diebus totidem in scholis publicis artium earundem legerit: ac in ceptione huiusmodi gradus de certa quaestione arguere volentibus responderit: Et in super ad examen piutum pro licentia in eisdem artibus ad magisterii gradum obtinenda nullus assumi valeat: nisi de Logica vno, et alio de philosophia naturali: ac tertio de morali annis vel per maiorem partem anni cuiuslibet legerit: ac repetitionem respondendo arguere volentibus fecerit de eisdem.” (UNIVERSIDADE DE SALAMANCA [1584], p. 20 f/v.)

<sup>51</sup> MUÑOZ DELGADO, *Op. Cit.*, p. 281-282.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 284: “Una característica especial de la escolástica peninsular de este período es su proyección europea e iberoamericana. Los conimbricenses, complutenses, Juan de Santo Tomás, Toledo, Fonseca, Rubio, etc., son cursos muy apreciados en toda Europa y se citan abundantemente en Inglaterra, Francia, Alemania, Holanda, Finlandia, Polonia, etc., cuando no se copian literalmente, a pesar de las divisiones entre católicos y protestantes.” O autor justifica esta afirmação com uma extensa lista de exemplos às páginas 284-286. O nome de Manuel de la Concepción pode ser incluído sem problemas à lista de autores citados por toda a Europa no referido período.



palma México e Lima, como se tem visto ao resenhar as fontes e até o século XVIII não há produção massiva autóctone.”<sup>53</sup>

## 1.2 A lógica das faculdades do entendimento e o racionalismo moderno

### 1.2.1 Aspectos gerais e escopo da lógica das faculdades

Segundo Bochenski, do ponto de vista da lógica formal, as formas de lógica encontradas no período moderno abandonam diversos desenvolvimentos formais anteriormente verificados.<sup>54</sup> Isto se deve, ainda segundo o mesmo autor, provavelmente ao caráter transicional desta fase, escasso em inovações, acentuado pelo humanismo renascentista, que desprezou a lógica formalista escolástica do século XIV.<sup>55</sup>

As linhas gerais da forma de lógica do período moderno foram popularizadas por *Port-Royal*, se bem que se possa remontá-la com variações a Agrícola, Ramus, Descartes, Hobbes, Gassendi e Locke, sem dificuldades. Sua diretriz geral consistia em aceitar uma correlação entre aspectos da teoria lógica propriamente dita com o estudo das principais faculdades do entendimento humano. Foi justamente esta a constatação de Buickerood. Ele a denominou lógica das faculdades (*facultative logic*). Dentro desta caracterização, também a concepção de lógica defendida por Kant poderá ser enquadrada.

A diretriz básica desta forma de lógica consistia não em obter regras de inferência – leis do pensamento, naquele contexto – mas, “Ao contrário, o objetivo da lógica das faculdades era formular os princípios da habitual regulação da mente na apreensão da verdade e na aquisição do conhecimento e propriamente da razão suficiente. Era do esquema das faculdades produzidas por essa pesquisa que a doutrina dos termos, proposições, argumentação e método eram compreendidos como derivados.”<sup>56</sup> Segundo o exame do professor citado, o *Essay* de Locke no século dezoito foi recebido como uma lógica. Daquele século permaneceram profundas marcas nas formas de lógica do século posterior. Ele mesmo, investigando John Wallis<sup>57</sup>, averiguou na concepção de lógica de Wallis que “... referência às faculdades

---

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 286.

<sup>54</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 254.

<sup>55</sup> MOODY, *Op. Cit.*, p. 5-6.

<sup>56</sup> BUICKEROOD, *Op. Cit.*, p. 163.

<sup>57</sup> John Wallis, *Institutio logicae*, Oxford, 1687.

cognitivas [eram feitas] simplesmente para estruturar a apresentação da doutrina lógica tradicional, sugerindo, contudo, conexões tênues entre os objetos materiais da doutrina lógica formal e aqueles processos cognitivos para os quais é, de alguma maneira, suposto aplicar. As conexões entre as três partes da lógica e as mais freqüentemente citadas operações eram, muitas vezes, estipuladas como correlativas, como na abertura do *Manuductio ad logicam* de Du Trieu.”<sup>58</sup>

A característica fundamental da lógica das faculdades é expressa pela conceituação proposta por Arnauld e Nicole: “A lógica é a arte de bem conduzir a razão no conhecimento das coisas, tanto para instruir-se como para instruir os outros. Esta arte consiste nas reflexões que os homens fizeram sobre as quatro principais operações de seu espírito: *conceber, julgar, raciocinar e ordenar*.”<sup>59</sup> Por isso,

“Antes dos últimos anos do século dezessete a lógica era freqüentemente caracterizada naquilo que poderia ser preliminarmente chamado nas publicações tradicionais na matéria como ‘arte’ ou ‘ciência’ do ‘raciocínio’ ou ‘discursar’ bem. Este campo era entendido predominantemente como o estudo dos termos e proposições, e das propriedades formais dos argumentos, os quais estavam a maior parte restritos a silogismos. Lógica, então, inclui o desenvolvimento do aparato conceitual, requisito para a discriminação de tais propriedades como a distinção entre verdade e validade, enquanto oferece, ao menos superficialmente, reconhecimento estrutural para as faculdades cognitivas e operações.”<sup>60</sup>

Na diretriz exposta acima, a escola que maior popularidade e sucesso obteve foi a dos citados cartesianos de Port-Royal, uma vez que “... a concepção geral da lógica que eles expuseram neste livro tiveram larga aceitação e dominou o tratamento da lógica pela maior parte dos filósofos nos 200 anos seguintes.”<sup>61</sup> A influência da lógica de Port-Royal, ao final do século XVIII, é assombrosa. A forma de lógica proposta por Arnauld e Nicole é o ápice de todo um movimento de reestruturação da lógica, desde os fins da Idade Média até a modernidade. No julgamento de Buroker, em sua introdução à recente edição inglesa da lógica de Arnauld e Nicole, frisa contundentemente:

---

<sup>58</sup> BUICKEROOD, *Op. Cit.*, p. 160.

<sup>59</sup> ARNAULD & NICOLE [1964], p. 37.

<sup>60</sup> BUICKEROOD, *Op. Cit.*, p. 159. Conforme este autor, esta maneira de conceber a finalidade da lógica e tratar a doutrina lógica como correlata às habilidades cognitivas, no entanto, não era nova. Aristóteles já havia proposto abordagem semelhante: “Logicians’ interest in treating relations between formal logical doctrine and man’s cognitive abilities thus appear for the most part to have been no stronger than the interest displayed by Aristotle himself in his *Organon*.” (*Ibidem*, p. 160; Cf. ARISTOTLE, *Prior Analytics*, II, 19, 99<sup>b</sup>15-100<sup>b</sup>17).

<sup>61</sup> KNEALE & KNEALE, *Op. Cit.*, p. 320: “Some features of the *Port-Royal Logic* reflect special interests of Arnauld and Nicole which could not be expected to spread far beyond their own circle; but the general conception of logic which they expounded in this book was widely accepted and continued to dominate the treatment of logic by most philosophers for the next 200 years.”

“A lógica de *Port-Royal* foi a lógica mais influente, desde Aristóteles até o fim do século XIX. A edição crítica de Pierre Clair e François Girbal lista 63 edições francesas e 10 edições inglesas, uma das quais (1818) serviu como texto no curso de Educação das Universidades de Cambridge e Oxford. O trabalho trata de tópicos de lógica, gramática, filosofia da linguagem, teoria do conhecimento e metafísica.”<sup>62</sup>

Por essa razão, dada a importância e reputação que esta forma de lógica gozou e da qual derivaram diversas outras elaborações secundárias, é oportuno apresentar alguns aspectos teóricos para complementar o escopo da lógica das faculdades aqui apresentado, que são retomados em algumas manifestações de lógica no Brasil e serão discutidos no decurso do trabalho.

### 1.2.1 Aspectos teóricos da lógica das faculdades

Na discussão dos aspectos teóricos que compunham o corpo de doutrina da lógica das faculdades, dá-se aqui especial destaque a Locke e Arnauld & Nicole. Eles foram escolhidos unicamente porque são os autores que, diretamente, influenciarão *Luís Antônio Vernei* e *Antônio Genovesi*, os quais tiveram seus textos largamente utilizados no Brasil, especialmente o último.

A concepção de metafísica e lógica de Locke é distinta da tradicional. Ele procura no *Ensaio sobre o entendimento humano*, conforme afirma Salgado Júnior, estudar a natureza e a origem das idéias, chegando a uma análise do modo como se comportam umas em relação às outras, para então determinar a natureza e o âmbito dos conhecimentos possíveis e dignos de segurança.<sup>63</sup> Para isso, continua o intérprete, “Locke parte da negação das idéias que não tenham sua origem nos sentidos – e dá, portanto, um carácter empírico à natureza de toda ideia valorizável.”<sup>64</sup> Donde se coloca Locke a erigir uma nova metafísica, física e, como se verá, uma nova fundamentação da lógica. O estudioso Salgado Jr. resume, com precisão, o projeto inovador de Locke. Com efeito, sua reforma baseia-se em:

“... uma desconfiança perfeita pela especulação metafísica, cujo exame o levará a um trabalho de selecção. Essa selecção consistirá em separar para um lado aquelas ideias em que a mente descobre, de longe ou de perto, qualquer fundamentação na experiência sensível, e para outro aquelas a que essa fundamentação é completamente alheia. O conjunto destas últimas é ilegítimo; daí ficar a metafísica reduzida ao que ainda puder considerar-se das primeiras. Mas, se essas primeiras andam ligadas, ainda que longinquamente, à experiência sensível, e se destinam a determinar ‘la nature des choses, leur relations, et leur manière d’opère’, são elas de facto,

---

<sup>62</sup> BUROKER in ARNAULD & NICOLE [1996], p. xxiii.

<sup>63</sup> SALGADO Jr. in VERNEI [1950], vol. III, p. XXXV-XXXVI.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. XXXVI.

Física, - uma Física ‘dans un sens un peu plus étendu qu’on ne fait ordinairement.’”<sup>65</sup>

Isto posto, é natural supor que a lógica não ficaria intocada. Locke vai demolir os fundamentos tradicionais da lógica, em seu embasamento metafísico, derivado do sistema filosófico aristotélico e, desta forma, terá grande aceitação, uma vez que a lógica escolástica não será mais compatível com os fundamentos do pensamento moderno, sejam eles predominantemente racionalistas ou empiristas. Com propriedade qualifica Salgado Jr.:

“Não era verdade que imperava como dogma que não era possível construí-la senão a partir das categorias tradicionais, de caráter meio ontológico, meio gramatical? Mas se o exame da origem e natureza das ideias viera destruir o edifício metafísico, como não buscar novos alicerces à lógica? Não mais a atenção às categorias, não mais a entronização do silogismo, incapazes não só de descobrir algo, como ainda de exprimir argumentação com simplicidade mais clara. Nada mais era necessário do que saber que as Ideias ou eram simples ou compostas e que podiam significar modos, substâncias e relações. Sobre essa base, podiam já assentar-se quaisquer Teorias do Juízo e do Discurso. A Lógica dispensava a Metafísica e o Silogismo, e erguia-se toda do simples exame do comportamento do entendimento humano.”<sup>66</sup>

Pode-se qualificar a lógica de Locke, em linhas gerais, de um edifício teórico essencialmente psicológico. Sua lógica dispensa regras, sutilezas formais na construção da argumentação válida e o silogismo. Ele propõe que a lógica adequada à produção do conhecimento verdadeiro seja fundamentada, de maneira simples, na análise do entendimento humano que, com as operações de percepção e reflexão das idéias, material de todo pensamento, dava conta de validar as inquisições humanas.<sup>67</sup> Esta concepção de lógica é adequada e própria à filosofia que a originou. Em suma, a lógica de Locke é psicológica.

Nesta mesma diretriz de fundamentação da teoria lógica, mas com diferenças importantes quanto a aspectos fundamentais, a concepção de Arnauld & Nicole é simultaneamente próxima e distinta da de Locke. Um dos caracteres da distinção é a preservação, pelos monges franceses, de uma boa porção, a correspondente às súmulas da lógica greco-escolástica em seu texto clássico, dando

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. XXXVI-XXXVII: “Temos, pois, que, em Física, o sistema de Locke, dissolvendo o que podia da Metafísica, desaprovava o que mais interessava à Escolástica, e apontava, pela concordância na exclusão das grandes hipóteses independentes da experiência sensível, a orientação newtoniana das pesquisas nas ciências naturais; e, além disso, apontava também a importância de tais estudos no domínio dos conhecimentos de que o homem podia tirar partido, pela sua utilidade.” (*Ibidem*, p. XXXVIII.-XXXIX).

<sup>66</sup> SALGADO Jr. in VERNEI [1950], vol. III, p. XL-XLI.

<sup>67</sup> LOCKE [1952], *An Essay concerning Human Understanding*, p. 121; 122.

tratamento extremamente competente ao silogismo, bem como do estudo minucioso de proposições de que o manual é ricamente constituído, além de uma seção inteiramente dedicada ao método científico. A lógica de Port-Royal, filiada ao racionalismo cartesiano, leva seus proponentes a uma abordagem claramente anti-retórica, combatendo a presença de elementos metafóricos e figurados, tidos por alguns como matéria da lógica.<sup>68</sup> O professor Buroker afirma que os monges de Port-Royal, como cartesianos convictos, consideravam a matemática como paradigma do conhecimento: “Como Descartes, Arnauld e Nicole olham a matemática e, em particular, a geometria, como o paradigma do conhecimento. Não obstante suas críticas na parte IV [da lógica] às definições de Euclides e à ordem de suas provas, eles mantêm que somente a matemática exhibe os traços essenciais da ciência verdadeira, na simplicidade de seus conceitos e no rigor de suas demonstrações.”<sup>69</sup>

Do ponto de vista semântico, afirma o professor Buroker que a lógica de Port-Royal é uma amálgama de teorias medievais e seiscentistas, na qual a influência de Descartes é evidente em dois aspectos básicos: “A primeira é a visão que o pensamento é a priori para a linguagem, que as palavras são meramente externas, signos convencionais de estados mentais privados e independentes”<sup>70</sup>, ou seja, a estrutura de uma expressão lingüística é independente da estrutura natural das idéias que ela expressa. A principal contribuição de Port-Royal para a semântica é a análise dos termos gerais, feita por meio das noções de extensão e compreensão:

“Ao contrário da visão moderna, a qual identifica a extensão de um predicado com o indivíduo aos quais o termo se aplica, Port-Royal concebe que a extensão como inclui espécies (ou subconjuntos) das idéias gerais tão bem quanto os indivíduos (membros do conjunto) possuem os atributos relevantes. Apesar desta ambigüidade, a análise marca uma importante simplificação da teoria medieval da suposição, a qual tentou relatar todas as variedades de referência. Embora a distinção estivesse prefigurada em ambos os trabalhos, o antigo e o escolástico, e igualmente formulada por Leibniz, a avaliação de Port-Royal representa o mais claro tratamento daquele tempo.”<sup>71</sup>

Seu tratamento da negação é clássico: “Port-Royal segue a tradição em tratar afirmação e negação como formas polares de julgamento. Em sua exposição, as proposições contendo partículas negativas, tais como ‘não’, constituem negações como

---

<sup>68</sup> BUROKER in ARNAULD & NICOLE [1996], p. xxi.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. xxi.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. xxiii.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. xxv.

opostas a afirmações.”<sup>72</sup> A teoria da proposição de Port-Royal é um exemplo da teoria tradicional, sujeito, cópula e predicado, mas seu desprezo pela visão tradicional de proposição é devida à influência da metafísica de Descartes.<sup>73</sup>

No período da lógica clássica moderna, ao contrário do que usualmente se pensa, a referência às operações do entendimento não desempenhava apenas um papel meramente auxiliar na exposição da teoria lógica: “O objetivo da lógica era, agora, entendido como a produção de princípios para o correto emprego de todas as operações da mente, as quais contribuem para a cognição”.<sup>74</sup> Da mesma forma, afirma Blanché: “O que se pretende é o método, mas um método poderoso e operativo, capaz de guiar utilmente a atividade intelectual na procura da verdade.”<sup>75</sup> Enfim, essa forma de lógica é, em muitas maneiras, profundamente discordante das formas prévias e posteriores de lógica.

### 1.3 A lógica no contexto da Reforma Pombalina

#### 1.3.1 O caráter do Iluminismo Luso

Como foi antecipado, no Dezoito Português encontram-se pistas decisivas para a compreensão do espírito geral da forma de lógica praticada no Brasil, no final do século XVIII e início do XIX. Durante a administração do Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), mais tarde Marquês de Pombal, defendeu-se a implantação de uma concepção pragmática de lógica, a serviço de uma mentalidade esclarecida, de cunho iluminista, capaz de transformar Portugal, equiparando-o aos grandes países do período, como a França e a Inglaterra, especialmente à última. Havia uma preocupação com a mudança de mentalidade em Portugal, a fim de fazer frente ao novo estado de coisas que se seguiu à independência de Portugal da Espanha (ocorrida em 1640) e à descoberta do ouro no Brasil (Caeté, 1693). Portugal precisava defender-se concorrendo contra a dominação britânica –

---

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. xxiv.

<sup>73</sup> BUROKER in ARNAULD & NICOLE [1996], p. xxiv: “Despite their traditional view of the proposition, the Port-Royal semantics is based on Descartes’ metaphysics. Without using the terminology, they recognize the medieval distinction between categorematic and syncategorematic expressions. Categorematic expressions, or ‘terms’, are those which can serve as a subject or predicate of a proposition. Syncategorematic expressions include verbs and quantifiers, since they signify operations on ideas (such as judgment) rather than the ideas themselves.”

<sup>74</sup> BUICKEROOD, *Op. Cit.*, p. 161.

<sup>75</sup> BLANCHÉ, *Op. Cit.*, p. 170.

econômica e diplomática – a fim de responder à crescente preocupação em conservar e explorar os consideráveis bens de ultramarinos.<sup>76</sup>

Uma análise experimentada do período é a de Kenneth Maxwell<sup>77</sup>. Ele explicita as motivações de Pombal com detalhe:

“Assim, Pombal tomou posse com muita experiência diplomática, com um conjunto de idéias bem formulado e um círculo de amigos e conhecidos que incluía algumas das figuras mais eminentes nas ciências, em especial dentro da comunidade de expatriados portugueses, muitos dos quais haviam sido forçados a deixar Portugal por causa da Inquisição. As preocupações de Pombal também refletiam as de uma geração de funcionários públicos e diplomatas portugueses que haviam meditado muito sobre a organização imperial e as técnicas mercantilistas que acreditavam houvessem ocasionado o poder e a riqueza surpreendentes e crescentes da França e da Grã-Bretanha e fundamentavam dois aspectos distintos, mas inter-relacionados, do ambiente intelectual em Portugal no século XVIII. Primeiro, havia uma base imediata de debates intensos sobre questões fundamentais ligadas à filosofia e à educação.”<sup>78</sup>

Prossegue ainda Maxwell: “Como em outros lugares da Europa, o estímulo ao novo pensamento em Portugal foi dado pelas conquistas intelectuais de Descartes, Newton e Locke, que durante o século XVII operaram uma ruptura audaciosa da tradição da autoridade, seja bíblica, seja aristotélica, e encareceram os méritos do raciocínio, da experiência e da utilidade.”<sup>79</sup>

Neste contexto, o iluminismo português foi um fenômeno particular. O professor Luis Cabral de Moncada qualifica o iluminismo português como sendo “... essencialmente Reformismo e Pedagogismo. O seu espírito era não revolucionário nem anti-histórico, nem irreligioso como o francês, mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era o iluminismo italiano.”<sup>80</sup> Considera ainda Kenneth Maxwell que a maior influência no processo de reformas pedagógicas foi exercida pelo padre oratoriano Luís Antônio Vernei (1713-1792). Ele foi o autor da obra *O Verdadeiro Método de Estudar para ser útil à República e à Igreja, proporcionando estilo e necessidade de Portugal*. O título do livro resumia o

---

<sup>76</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 38: “Within these broad chronological parameters unfolded the struggles of the eighteenth century: the clash of tradition with the forces of change and innovation, the struggle between the old religion and the new rationalism of the age of reason, the desire to be great again on the basis of the wealth of South America yet the ever-present nostalgia for glories past in the Orient, the conflict between despotic means and enlightened objectives.”

<sup>77</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, l. c.

<sup>78</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 10. Entre as “figuras mais eminentes das ciências”, como Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), Jacob de Castro Sarmiento (1692-1762) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1783).

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>80</sup> MONCADA [1941], p. 12.

radicalismo e as limitações da filosofia educacional pragmática da reforma pombalina. Vernei acreditava que a gramática devia ser ensinada em português, não em latim; foi um firme adepto dos métodos experimentais e se opunha a um sistema de debate baseado na autoridade.<sup>81</sup> Na próxima subseção serão retomados alguns aspectos da lógica de Vernei, mas, desde já, adianta-se que ele não foi, em lógica, o pioneiro a criticar a lógica escolástica tão cultivada pelos jesuítas. Esta preferência, a ser exposta na seqüência, é dada a Azevedo Fortes.

Uma das conseqüências destes debates pedagógicos foi a oposição aos jesuítas. Eles detinham quase todo o monopólio do ensino em Portugal e no Brasil, onde os colégios jesuítas eram as principais fontes para a educação secundária.<sup>82</sup> Eles eram acusados na época, por seus oponentes, de serem os principais defensores de uma tradição escolástica morta e estéril, inadequada à idade da razão. A reação jesuíta a essas críticas, tem lugar: “A partir de 1730 o aristotelismo começa a ser criticado e atacado. Ainda, porém, em 1746, os jesuítas, num edital, proibem que se discutam e ensinem as doutrinas de Descartes, de Gassendi e de Newton, filósofos que eles declaravam ser hereges....”<sup>83</sup> Não se pense, por isso, que os jesuítas eram completamente fechados às idéias modernas. Na verdade, eles não eram tão fechados assim. O inventário dos livros da biblioteca da Universidade de Évora continham trabalhos de Bento Feijó, Descartes, Locke e Wolff. Em Coimbra, o colégio jesuíta possuía *O verdadeiro Método de Estudar* de Vernei.<sup>84</sup> Querino Ribeiro afirma, paradoxalmente, que o ocidente muito deve aos jesuítas: “Ora, nas colônias francesas, espanholas, lusitanas ou inglesas, foram também *os jesuítas ou seus imitadores os sustentáculos da escolaridade.*”<sup>85</sup>

A implantação de um novo sistema educacional, que consolidasse as necessárias reformas, exigia a estruturação de um novo sistema educacional público,

---

<sup>81</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 12: “philosophy is to know things by their causes, or to know the true cause of things’. Vernei believed grammar should be taught in Portuguese, not Latin, and he was a staunch partisan of experimental methods, and opposed to a system of argumentation based on authority.”

<sup>82</sup> *Ibidem*, p. 13. Com efeito, CASTRO [1968] afirma: “Com as primeiras missões de padres jesuítas, teve também o Brasil os seus primeiros mestres. Durante pouco mais de dois séculos (1549-1759) foram praticamente os únicos. Fundaram nossas primeiras ‘escolas de ler e escrever’. Estabeleceram ‘colégios’ em vários pontos do país, a começar pelo da Bahia, em 1551. Mesmo depois da injusta expulsão dos filhos da companhia de Jesus, perdeu o seu ensino, pela obra de ex-alunos”.

<sup>83</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 59. Conforme indicação deste autor, confira Braga [1892], p. 19.

<sup>84</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 12-13:

<sup>85</sup> RIBEIRO [1945], p. 17. Grifos nossos.



capaz de substituir os jesuítas.<sup>86</sup> Por ocasião da expulsão dos jesuítas, o seu sistema educacional era um complexo considerável. Em Portugal, 34 faculdades e 17 residências. No Brasil, 25 residências, 36 missões e 17 faculdades e seminários.<sup>87</sup> O principal objetivo da reforma educacional de Pombal era formar um novo corpo de oficiais e funcio-nários, nas mãos dos quais seria entregue a gestão da burocracia estatal reformada e a hierarquia da Igreja, conforme bem ressaltou Maxwell.<sup>88</sup>

### 1.3.2 A reforma educacional e da Universidade de Coimbra

Em Portugal, no século XVIII, o ensino elementar, o secundário e o superior não tinham existência legal escalonada, uma vez que as universidades atendiam todos os níveis de ensino. A essa época “todos os estudos se concentravam no mesmo Estabelecimento (sic) de ensino, sendo assim administrados em locais separados por alguma distância; semelhantes classes formavam, desse modo, um como que santuário da sabedoria em que conviviam, cada um em seu escalão, os candidatos à cultura em todos os graus.”<sup>89</sup> Havia uma coordenação orgânica entre os diversos níveis de ensino, “era assim que as aulas de ler, escrever e contar faziam parte do programa da Universidade de Évora e Colégios e só ingressava na Universidade de Coimbra quem levasse certificado de exame de lógica.”<sup>90</sup>

Para executar a reforma educacional, o rei D. José I, por indicação de Pombal, nomeou *diretor de estudos* D. Tomás de Almeida. Mais tarde viria a ser formada a Junta da Providência Literária, que prepararia a reforma do ensino superior. Na *Carta Régia de nomeação de D. Tomás de Almeida, em 9 de julho de 1759, para o lugar de Diretor Geral dos Estudos*, na seção destinada à *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método*, lê-se, explicitamente, “A *lógica critica do Vernei, ou do Genovesi*.”<sup>91</sup> O livro de Genovesi é novamente indicado e adotado como oficial, na ocasião da reforma da universidade de Coimbra, em 1772. Entre as razões para a simpatia de Pombal por Genovesi, que levou à sua adoção na reforma educacional, foi sua crença de que a Igreja seria autônoma e separada do estado. Seus limites estariam circunscritos a assuntos doutrinários e sacramentos; da mesma forma, a educação religiosa deveria estar a cargo do estado.

---

<sup>86</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 88.

<sup>87</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 95-96.

<sup>88</sup> Cf. *Ibidem*, p. 101.

<sup>89</sup> ANDRADE [1978], p. 1.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

Esse modelo era de inspiração inglesa: “Genovesi via a Inglaterra como modelo em termos de desenvolvimento econômico e desejava ver suas técnicas adaptadas para as condições napolitanas.”<sup>92</sup> Este aspecto muito contribuiu para a simpatia de Pombal por ele.

Como assinalou Banha de Andrade, o Brasil mereceu do referido diretor de estudos “... maior atenção que qualquer outra parte dos ‘Domínios’ da sua jurisdição, exceto, naturalmente, o reino que dirigia em direto, cabendo ao poder local a atenção prestada aos Índios.”<sup>93</sup> Quanto às medidas concretas aqui adotadas na reforma do ensino, cabe destacar inicialmente duas: a primeira foi eliminar os jesuítas e, a curto prazo, todos os religiosos da educação; a segunda visava substituir a ação educativa religiosa por uma de diretriz racionalista, embora ainda ligada à hierarquia eclesial, subordinada ao estado.<sup>94</sup> Contudo, não se tem provas cabais de que a reforma se tenha iniciado a partir da educação elementar, na reforma pombalina dos estudos, mas “... é de crer que a reforma começasse por baixo, visto o ensino da instrução primária ser uma realidade em muitas povoações”<sup>95</sup>, particularmente no Brasil.

Em 1771, relata Maxwell, o diretor de estudos é substituído pela *Mesa Real Censória* e o sistema estadual foi ampliado para incorporar escolas de leitura, composição e cálculos, e para aumentar o número de aulas de latim, grego, retórica e filosofia: o sistema foi estendido aos territórios ultramarinos.<sup>96</sup> A Real Mesa secularizou a Inquisição no papel de censor de livros. Este órgão, de forma paradoxal, funcionou como difusor de um certo iluminismo em Portugal, ao mesmo tempo que julgava aquilo que seria acessível ao leitor português. Todavia, “A Mesa, freqüentemente, liberava livros para seus proprietários ou livreiros que antes haviam sido banidos pela Inquisição - entre eles, as *Oeuvres* de Voltaire (teatro), a *Pamela*, de Richarson, o *Esprit de lois*, de Montesquieu, e os *Essay on human understanding*,

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 186, do extrato do Decreto Real original reproduzido pelo autor em apêndice. Grifos nossos.

<sup>92</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>93</sup> ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 114.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>95</sup> *Ibidem*, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>96</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 97: “In 1771 the director of studies was replaced by a Royal Censorship Board and the state system was expanded to incorporate schools of reading, writing, and calculating, and to increase the number of Latin, Greek, rhetoric and philosophy. The system was also extended to the overseas territories.”

de Locke. [...] Obras consideradas perniciosas para a religião continuaram excluídas.”<sup>97</sup>

A Real Mesa agia de forma ambígua, na medida em que não permitia a circulação de obras consideradas de caráter pernicioso à religião, que veiculassem idéias de ateísmo e materialismo. Mesmo assim, se toda essa cautela era vista como paradoxal aos olhos de um iluminista purista, aos tradicionais as decisões da Mesa eram sacrílegas e perniciosas<sup>98</sup>, enquanto “no contexto do Nordeste europeu, esse modo cauteloso de tratar um assunto parecia tão autodestrutivo, mas no contexto de Portugal do século XVIII era uma grande inovação.”<sup>99</sup>

Faltava, então, reformar a Universidade de Coimbra, tarefa que foi iniciada em 1772. Sua preparação foi confiada à *Junta de Providência Literária*, formada dois anos antes, a qual preparou os novos estatutos para a instituição. No processo de reforma da universidade, criam-se duas novas faculdades, a de *matemática* e a de *filosofia*, e ainda a crítica à lógica escolástica, cuja tradição a reforma pretendia extinguir. O terceiro livro dos estatutos é dedicado aos cursos das *Sciencias Naturaes Philosophicas*. Na segunda parte deste livro, é estatuído o curso de matemática e na terceira o de filosofia. Será avaliada brevemente a motivação da instituição dos dois novos cursos mencionados e a crítica à lógica aparecerá subjacente a muitas destas.

Os novos estatutos, escritos em primeira pessoa pelo rei D. José I, estabeleceram a criação da faculdade de *Ciências Matemáticas* cuja necessidade é abaixo apresentada em seus próprios termos:

“Para reformar pois estes abusos; para restituir as Sciencias Mathematicas ao lugar, que merecem; e para segurar os Estabelecimentos, que Tenho feito nas Faculdades de *Theologica, Canones, Leis e Medicina*; reduzindo-as aos seus verdadeiros, e solidos princípios; expurgando-as das questões *Quodlibéticas*, e *Sofísticas* dos *Escolasticos*; e trazendo-as ao caminho seguro do *Methodo Mathematico*, quando é possível imitallo, e seguillo nos diferentes objectos das dictas Sciencias. Sou servido crear, e estabelecer a Profissão Mathematica na Universidade de Coimbra em Corpo de Faculdade, assim, e da maneira, que ora são estabelecidas as outras Faculdades.”<sup>100</sup>

---

<sup>97</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 92-93.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 100: “If measures of Pombaline organs such as the censorship board seem cautions and contradictory to Enlightenment purists, they seemed eminently dangerous, even sacrilegious, to traditionalists.”

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>100</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, [1772], p. 145. Afirma a esse respeito MOREIRA [1957], p. 230: “É fato que entre os jesuítas que vieram evangelizar as novas terras havia homens de tão sólida instrução que bem se poderiam dedicar a estudos de maior valia sobre as cousas do país. Alguns raros

Há uma identificação entre matemática e lógica, que fica subentendida nos trechos abaixo. Recomendavam os estatutos que os estudantes de matemática no primeiro ano deveriam dar especial atenção aos *Elementos de Geometria* de Euclides. Estabelecem os estatutos:

“§ 5 E porque os Elementos de Geometria, que no Primeiro anno do dito Curso se ensinam, são a Lógica, praticada com a maior perfeição, que he possível ao entendimento do homem; cujo exemplo he mais instructivo, do que todas as Regras e Preceitos, que se podem imaginar, para dirigir, e encaminhar o discurso.”<sup>101</sup>

Observe-se que esta associação entre lógica e método matemático, ou geométrico como era denominado, é uma constante em textos de lógica dos séculos XVII e XVIII. Todavia, é na fundação do curso de filosofia que a crítica à lógica escolástica aparece patente. Havia preocupação na constituição da profissão de filósofo. Acreditava-se, com razão, que sem ela não haveria cultivo sistemático e institucional da filosofia, nem a formação de bons professores de que Portugal tanto precisava, na visão dos reformadores.<sup>102</sup> Além disso, aqui aparece a recomendação quanto aos textos didáticos a serem utilizados. Os estatutos determinam:

“§ 7 Por tanto constará o Curso Filosofico de seis Disciplinas principaes, a saber: Logica, Metafisica, Ethica, Historia Natural, Fysica Experimental e Chimica. Cujas Lições se farão sempre pelos melhores Authores, que tiverem escrito sobre ellas de hum modo elementar, e abbreviado; mas de sorte que sejam cheios de Doutrina...”<sup>103</sup>

Esta recomendação para que fossem usados os melhores autores que tivessem escrito textos elementares, mas cheios de doutrina, não parece um paradoxo? Dentro dos aspectos metodológicos da reforma pombalina do ensino, tal orientação levou à adoção de métodos resumidos, efetivando a simplificação dos assuntos ensinados. Os manuais antigos são substituídos por manuais econômicos, encolhidos. Aliás, escolhem-se os simplificados e, dentre eles, algumas vezes serão feitos cortes, como os que sofreu o tratado de Genovesi, quando elogiou Aristóteles. Se métodos resumidos parecem aqui estranhos, deve-se lembrar que estavam

---

subsídios foram escritos, nem sempre por gente letrada, o que não é aliás para admirar porque em Portugal, além da medicina galênica e das letras teológicas e jurídicas, se não professavam outra (sic) humanas disciplinas e as ciências físicas e naturais como as matemáticas eram quase inteiramente desconhecidas.”

<sup>101</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 151-152. Lê-se nos estatutos que os cursos teológico e jurídico “... sejam também obrigados a estudar privativamente o curso Mathematico, como subsídio importante ao aproveitamento, que devem ter no Estudo das suas respectivas Faculdades.” Para não aumentar os anos de estudo, os alunos de medicina e direito poderiam cursar o ano de geometria na faculdade de filosofia.

<sup>102</sup> Cf. UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 222.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 230.

conformes à proposta dos pedagogos da época.<sup>104</sup> Mesmo assim, das aulas de latim às de lógica, houve uma queda no nível do ensino, comparando o ensino jesuítico com o de então, o reformado. Essa foi uma situação em que boas intenções não produziram os melhores resultados. Mas interessam, essencialmente, as questões teóricas da lógica e não necessariamente as pedagógicas. Estas últimas serão secundariamente relevantes, como se verá.

No título III, *Da Distribuição das lições pelos anos do Curso Filosófico; e do modo, que se há de ter*, no capítulo I, *Das lições do Primeiro Anno*, lê-se:

“§ 2 Feita esta Introdução com brevidade, entrará na Primeira parte da Filosofia Racional, que he a Lógica, a qual deve servir de entrada, e frontispicio ao Curso Filosófico. Porque não sendo todas as verdades, que nelle se devem ensinar, primeiros Princípios; mas necessitando de discussão, e combinação para se alcançarem, e provarem, he necessario saber as Regras, pelas quaes se deve fazer a dita combinação; e o caminho, por onde há de passar continuamente o entendimento do conhecido para o desconhecido.”<sup>105</sup>

O curso de lógica que nos estatutos anteriores era dado em um ano, passaria a ser ministrado em três meses.<sup>106</sup> A recomendação de brevidade seria dada juntamente com outras recomendações de caráter prático no parágrafo seguinte:

“E excluindo a grande multidão de preceitos inúteis, e de questões extravagantes introduzidas pelos *Escolásticos*, e conservadas em grande parte pelos *Modernos*, que se empenharam em fazer longa, difficil, e embaraçada a Arte de discorrer, que deve ser breve, facil, e expedita.”<sup>107</sup>

Esta afirmação condensa os limites e a abrangência das expectativas e concepção de lógica da reforma pombalina. Tal concepção, implantada pela reforma pombalina da Universidade de Coimbra, é muito bem ilustrada pelos quatro parágrafos subsequentes, compilados do capítulo primeiro do terceiro livro dos estatutos:

“§ 4 Assim tera sempre presente: Que toda a Logica se reduz a huma Regra muito simples. Que assim como para comparar dous, ou muitos objectos, distantes huns dos outros, se usa dos objectos intermedios; do mesmo modo se comparam as idéas, cuja relação manifestamente se não vê por meio de outras idéas, que entre ellas se podem achar para servirem de cadeia ao Raciocínio. E toda a Logica não deve ser outra cousa mais, do que a evolução deste único Princípio, e das consequencias, que delle resultam.

§ 5 Primeiro mostrará as Regras, e Methodo, que se devem seguir no Raciocinio perfeito, que se chama *Demonstração* em questões, onde o

---

<sup>104</sup> ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 23.

<sup>105</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 233-234.

<sup>106</sup> Cf. citações subsequentes.

<sup>107</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 234. Sobre o horário das aulas: “§ 5 o Lente de *Logica e Moral* lerá no primeiro espaço da manhã no Geral de Filosofia.” (*Ibidem*, Tit. II, p. 231).

mesmo nome de *Conjectura* seria temerario. E mostrando que as Proposições não ficam já mais demonstradas, por se dizer que o estão; e que de nada vale a fórmula acessoria, e o exterior Geometrico de *Definições, Theoremas, Corollarios*, etc. quando se applica a Principios vagos, faltos da exactidão escrupulosa das Verdades Matemáticas.

§ 6 Em segundo lugar mostrará as Regras necessarias para conduzir o Entendimento no Raciocínio imperfeito, no qual se não póde sentir evidentemente a união, ou opposição das idéas. Nisto consiste hum ramo da Logica tão essencial, e necessario, como a *Arte de Demonstrar*; e pouco cultivado nos Elementos ordinários da mesma Logica; sem embargo que a *Arte conjectural*, que ensina a pesar, e a avaliar as probabilidades, he a que tem mais necessidade de Regras; e que tem o uso mais amplo nas Sciencias, conforme o estado actual, em que se acham ...”<sup>108</sup>

As palavras do rei D. José I qualificam bem o espírito da lógica que era desejada cultivar em Coimbra e, por conseguinte, em todo o reino e domínios. A lógica de então consistia essencialmente numa abordagem pragmática. Esta caracterização da lógica é distinta da escolástica, e. g., a qual, muito refinada no que diz respeito à análise lógica, possui um tratamento lingüístico e metalingüístico bem desenvolvidos. Neste a lógica é entendida como *teoria das segundas intenções*<sup>109</sup> e, assim sendo, a lógica era, em primeiro lugar, uma ciência teórica e só depois uma ciência aplicada, quando, por meio da semiótica, as relações entre os entes da razão eram traduzidas na linguagem natural através de relações gramaticais. Neste sentido, a lógica, caracterizada como disciplina teórica, será a partir das reformas pombalinas uma matéria de carácter aplicado.

Em tal contexto, o interesse primordial dirige-se para as aplicações e, quando estas exigem, se atenta para a teoria lógica. Esta característica, além de moderna, é essencialmente lusa. Esta visão da lógica terá grande tradição em Portugal, pelo menos por cem anos. O mesmo ocorrerá no Brasil. Neste sentido, recomendam os estatutos a respeito dos livros didáticos a serem adotados:

“§ 9 O Livro, que para o dito fim se deve escolher he hum dos Pontos mais importantes das Lições deste anno.”<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 234-235.

<sup>109</sup> Segundo Bochenski é com Tomás de Aquino que esta noção prevalecente se fará explícita: “O ser é duplamente, ser no pensamento (*ens rationes*) e ser na natureza. Ser no pensamento é propriamente dito daquelas intenções as quais a razão produz (*adinventit*) nas coisas que ela considera, e.g., as intenções de gênero, espécie e de modo, as quais não são encontradas entre objetos naturais, mas são conseqüentes a partir das considerações da razão. Esta classe, nominalmente, o ser no pensamento, é a própria matéria da lógica.” (TOMÁS DE AQUINO, *In. Met. Arist.* 4, 4, 574 *apud* BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 154.)

<sup>110</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 235.

Afinal, sem novos textos, a partir de novas diretrizes, não se teria um novo ensino. Ao professor de lógica, observavam os estatutos para que fossem observadas, entre outras, as seguintes precauções:

“§ 11 Reduzindo-se pois o Lente ás Regras necessárias da Logica, e á praxe dellas; não sómente mostrará a origem, e as causas do erro, e os meios de o evitar; mas também costumará os seus Discípulos a examinar, analyzer, e combinar as matérias; e a proceder com exactidão, e boa fé nos Raciocínios.

[...]

O cuidado todo do Professor se reduzirá a inspirar nos seus Ouvintes o *Criterio*, em que consiste a alma da Filosofia; não os cançando com Disputas sobre a primeira proposição verdadeira, que alcança o Entendimento, a qual poderá não ser a mesma em todos os Homens; mas fazendo-os adquirir com o exercícius o habito precioso de distinguir o verdadeiro, do falso; e o Argumento, do Sofisma.

§ 12 Tambem deixará de parte o grande número de questões Metaphysicas, que os Logicos vulgares disputam sobre a natureza, e origem das idéas; a maior parte das quaes não tem Principios certos para já mais se averiguarem; e ainda que os tivessem, não pertencem aos elementos da Logica; antes a suppõe bem estudada e praticada para nellas se poder discorrer alguma cousa com acerto. E por essa razão cortando todas as superfluidades, e embaraços; deverá concluir o que pertence á Logica nos Primeiros tres meses do Anno letivo; exceptuando a prática della, a qual sempre mostrará no resto das Lições de todo o Anno.”<sup>111</sup>

Quanto às novas faculdades, estas encontrariam enorme resistência para que fossem integradas ao ambiente acadêmico português. Como afirma Moreira: “Mesmo em Portugal eram mal vistas as ciências naturais, ‘eram como que bastardas, a quem a generosidade e a clemência de Pombal tinha dado morada e agasalho, naquele arrogante morgado literário, que assentara em Coimbra o seu solar. Eram ciências de plebeus e quase desconhecidas por adventiças e carentes de costado genealógico.”<sup>112</sup> Quanto à implantação de uma nova lógica, sua assimilação será muito maior e duradoura.

### 1.3.3 Proponentes e textos da boa lógica em Portugal, no século XVIII

Neste estágio da análise, trata-se de enumerar as tentativas de reforma da lógica portuguesa no *Dezoito Português*. Há referência às tentativas, uma vez que a lógica eclética, ou boa lógica, como era recomendada, não suprimiu a tradição escolástica em Portugal, muito menos no Brasil. Na verdade, estimularam-se visões

---

<sup>111</sup> UNIVERSIDADE DE COIMBRA, *Op. Cit.*, p. 236-237.

<sup>112</sup> MOREIRA [1957], p. 233. Oliveira de Castro, historiador da matemática no Brasil, confirma a afirmativa de Moreira ao escrever: “É curioso lembrar que, na Universidade de Coimbra, desde 1612 até a Reforma do marquês de Pombal, em 1772, só havia uma cadeira de matemática, e esta cadeira,

‘novas’ da lógica, o que era uma grande inovação em Portugal, não significando isso a anulação da segunda escolástica portuguesa. Parece, antes, que as duas visões da lógica combinaram-se e coexistiram no período que se seguiu à reforma do século XVIII. Pombal pretendia uma lógica eclética mas, especialmente após seu governo, pode-se dizer que não só ela foi obtida, mas também uma lógica verdadeiramente *sincrética*, dada a liberalidade teórica que fundiu elementos de maneira não muito criteriosa entre as formas de lógica em questão, como atestam as manifestações de lógica a serem estudadas no segundo capítulo.

A nova lógica foi implantada, em Portugal e no Brasil, através da adoção de manuais didáticos de lógica modernos, na ocasião da reforma pombalina e continuou mesmo após Pombal. As idéias novas sobre a lógica penetraram no universo luso de maneira enfraquecida, em seu vigor teórico original, conseqüência do ecletismo a que foi submetida. Isso não desmerece as boas intenções da reforma, apenas expõe suas reais possibilidades e limites. Além disso, para a lógica lusa estas inovações serão apenas aproximadoras do contexto geral da lógica européia. Para o Brasil, vale o mesmo. Mas acredita-se que a aproximação, de fato, aqui, foi ainda menor. Urgia superar uma distância acadêmica ainda muito maior.

Na enumeração dos proponentes da *boa lógica* um engano tem sido perpetuado na historiografia da lógica luso-brasileira. Não foi Vernei o pioneiro da reforma da lógica em Portugal, no século XVIII. Este mérito cabe a Manuel Azevedo Fortes (1660-1749).<sup>113</sup> Sua obra *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* foi publicada em 1744<sup>114</sup>, aparecendo dois anos antes d’*O Verdadeiro Método de Estudar*

---

diz Mendonça de Albuquerque, “estava enquadrada na Faculdade de Medicina – que era, aliás, a faculdade onde menos forçosamente pode ser acolhida.” (CASTRO, *Op. Cit.*, p. 16)

<sup>113</sup> Manuel Azevedo Fortes (1660-1749), “iluminista”. É uma personagem múltipla, como sua biografia indica. Ele pertencia a família de ascendência francesa, realizando seus estudos fora de Portugal, especialmente na França e Itália; dedicou-se especialmente à matemática e suas aplicações, preparando-se para a profissão de engenheiro. Percebe-se em sua atuação e formação a presença de traços iluministas, que o autor provavelmente adquiriu ao passar por escolas francesas e italianas. Conforme relata Albuquerque, em Sena, Azevedo Fortes candidatou-se a uma cadeira de filosofia, vencendo o concurso. Após esta fase de formação inicial ele retorna a Portugal, onde ingressa no Exército, atingindo mais tarde o posto de Sargento-mor de Batalha. Protegido pelo rei D. João V, ele iria ocupar um assento acadêmico na Academia Real de História Portuguesa, onde se destaca apresentando trabalhos com maior rigor e lucidez que os comuns naquela academia. Em 1719, ele é investido do cargo de Engenheiro-mor do Reino. Escreveu diversos livros sobre a atividade do engenheiro, regulamentação desta atividade, cartografia e um manual didático com exposição dos conhecimentos necessários ao engenheiro português. (ALBUQUERQUE [1971], vol. II, p. 285)

<sup>114</sup> FORTES [1744] *Lógica Racional, geométrica e analítica; obra utilíssima, e absolutamente necessaria para entrar em qualquer sciência, e ainda para todos os homens, que em qualquer particular, quizerem fazer uso do seu entendimento, e explicar as suas idéas por termos claros, próprios, e intelligiveis*. Lisboa: Officina de José Antonio Plates. BPM.



de Vernei, editado em 1746. Serão expostas aqui as motivações essenciais de Vernei e Genovesi, detendo-se mais atentamente no último.<sup>115</sup> Seu texto *Institutiones Logicae ad usum tironum scriptae*<sup>116</sup> foi adotado, oficialmente, na reforma dos estudos, da mesma forma que o texto *De re logica ad usum lusitanorum adolescentium*<sup>117</sup> de Vernei. Ambos os textos serão encontrados no Brasil.<sup>118</sup>

O livro de Azevedo Fortes, de finalidade didática, expõe um posicionamento de aversão à lógica escolástica, naquele período, ainda intocada criticamente dentro de Portugal; seguia por isso, hegemônico no cenário filosófico e cultural português. Luis de Albuquerque afirma “... que Azevedo Fortes foi, nesse ‘século de luzes’, um dos nossos primeiros escritores, [...] a combater abertamente a lógica escolástica, tradicionalmente estudada nas escolas portuguesas; essa crítica é sobretudo dirigida à deformação a que se sujeitavam as idéias de Aristóteles, o que conduzia a uma filosofia infecunda, que ‘mais servia para embaraçar as idéias, do que para aperfeiçoar o entendimento.’ ”<sup>119</sup> As posições anti-escolásticas que Azevedo Fortes externa não são menos contundentes do que as críticas de Vernei. Mas somente com o oratoriano é que essas críticas se intensificarão.

Os padres oratorianos serão os promotores das ciências naturais em Portugal. Pela ação educativa destes padres, foram introduzidas em Portugal as idéias de Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi.<sup>120</sup> Dentre os oratorianos, Luis Antonio Vernei será o mais destacado. Suas idéias pedagógicas e sua crítica à lógica escolástica terão muita influência na implantação de uma nova lógica em Portugal. A edição crítica de *O Verdadeiro Método de Estudar* de Vernei preparada por Antonio Salgado Júnior, será a base da discussão seguinte. A *Carta*

---

<sup>115</sup> Para uma análise pormenorizada de Vernei, consulte VERNEI [1950], vol. III, *Carta Oitava*.

<sup>116</sup> Este título foi traduzido em Portugal por *Instituições de Lógica para o uso dos principiantes*. Em algumas traduções, instituições é traduzido por aulas e o título aparece como *Aulas de Lógica para o uso dos principiantes*.

<sup>117</sup> Este texto também é conhecido como a *Lógica* de Vernei. Ele foi editado, em primeira edição, em cinco livros, no ano de 1751 em Roma e Lisboa.

<sup>118</sup> Cf. próxima subseção.

<sup>119</sup> ALBUQUERQUE, *Op. Cit.*, p. 285. Nesta análise, ainda inicial, do texto de Azevedo Fortes – seu texto merece estudo em separado – foram detectados diversos aspectos curiosos e relevantes para a caracterização da forma de lógica portuguesa do período. A obra assemelha-se, em diversos pontos, ao manual de Port-Royal. Trabalhou-se, particularmente, com a hipótese de que Fortes se teria inspirado neste texto. A lógica é dividida em três partes e cada uma delas em diversos livros. A primeira denomina-se *Lógica Racional*; como no clássico texto de Port-Royal, é dedicada às operações do entendimento. As duas partes restantes são muito bem trabalhadas em extensão e conteúdo. A segunda consiste numa exposição de *Lógica Geométrica* e a última numa sistematização do que o autor denominou *Lógica Analítica*.

<sup>120</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 14.

Oitava de *O Verdadeiro método de estudar* concentra os aspectos mais decisivos da crítica que é feita por Vernei à concepção e ao ensino da lógica em Portugal.<sup>121</sup>

A primeira observação relevante a esta discussão é a referente à inspiração da lógica de Vernei. Com efeito, diz Salgado Jr. que “de facto, a exposição da porção do texto de Vernei, que chamávamos *Plano duma Lógica Moderna* não só coincidia nas linhas gerais de desenvolvimento com as do *Ensaio* de John Locke como era evidentemente o seu resumo, resumo a um tempo muito claro, inteligente na escolha do essencial, e fiel, duma fidelidade em muitos casos literal.”<sup>122</sup> Quanto aos fundamentos da teoria lógica da mesma forma que Locke, Vernei procurava estabelecer “uma Lógica fundada no comportamento do próprio entendimento, analisando o processo de origem e relação espontânea das ideias.”<sup>123</sup> Daí sua repulsa à lógica artificial ou dos antigos. O estudioso de Vernei enfatiza:

“É conveniente notar neste ponto que a Lógica que Vernei aqui define não é a sua. Está definindo a Lógica dos Antigos. Como veremos, para Vernei não há conjunto artificial de regras para conhecer ou discorrer sem engano. O que há é uma disposição natural do espírito que, sendo perfeita, permite bem discorrer. A análise dessa disposição e do comportamento do espírito segundo ela é que permite, quando necessário, reconhecer algumas leis, não artificiais mas inteiramente naturais. Por outras palavras, a Lógica, em Verney, não é aristotélica, mas lockeana, por que (sic) é de base essencialmente psicológica.”<sup>124</sup>

Este ponto esclarece o desprezo pela lógica escolástica e sua inadequação para as idéias sobre lógica neste período, consideradas como hegemônicas para o iluminismo luso. Para Vernei, à mesma maneira que para Locke e Kant, as regras lógicas do pensamento são internas ao entendimento, naturais e não externas a ele, ou seja, artificiais, independentes da estrutura do intelecto, fundamentadas gramatical ou metafisicamente. Havia, também, um fundo pedagógico às considerações de Vernei

---

<sup>121</sup> Nas edições primitivas, afirma Salgado, o sumário a seguir é o que antecedia a carta: “Tracta-se da Filosofia. Mau método com que se ensina em Portugal. Advertência das outras Nações em procurar a Ciência. Necessidade da Historia Filosófica para se livrar dos prejuízos. Idea da Série Filosófica. Danos e impropriedades da Logica vulgar. Dá-se uma idéia da boa Logica.” (VERNEI, *Op. Cit.*, vol. III, p. 1)

<sup>122</sup> SALGADO Jr. in VERNEI, *Op. Cit.*, p. XXXI. O mesmo crítico afirma: “Verificando, portanto, que essas páginas asseguravam uma adesão completa a Locke, sob pena de Verney se perder numa especie de eclétismo desnortado, encontrávamo-nos, dentro em pouco, a reconhecer que, de facto, o sistema eleito era, a todos os respeitos, fundamentado em Locke que era a coisa mais actual do seu tempo quando se faziam as devidas contas à respectiva cronologia.” (*Ibidem*, p. XXXII). Todavia, afirma Salgado, o pedagogismo de Vernei fundamenta-se em outra obra, fundamentada no *Essay*, mas voltada à educação: *Some thoughts concerning Education*. (*Idem*)

<sup>123</sup> SALGADO Jr. in VERNEI, *Op. Cit.*, p. XLII.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 40.

sobre a lógica. Estas críticas veementes que desferem à lógica escolástica confirmam isso:

“Este é o grande defeito que eu acho nestas Lógicas: não buscarem aquelas coisas em que todos convêm, para as explicar aos estudantes; não acharem um método de ensinar Lógica, começando por documentos claros, que todos entendam, fugindo de todos os gêneros de disputas, que não servem para principiantes. Pois esse devia ser todo o cuidado, e quem não pratica esse método, não quer ensinar Lógica.”<sup>125</sup>

Destacam-se, também, sua crítica colossal ao combater as conclusões filosóficas sustentadas na ocasião do término dos cursos de bacharelado e licenciatura em Artes. Causticamente coloca-se Vernei quanto às ditas conclusões: “Depois [dos quatro anos de estudos] fazem conclusões nas ditas matérias, ou semelhantes, que é um acto em que muitas vezes sucede que o defendente não tem argumento algum.”<sup>126</sup> Há notícia de que estas conclusões ocorreram no Brasil. É documentada a existência de uma *Conclusiones Metaphysicas*, do jesuíta Francisco de Faria, publicada pela primeira tipografia instalada no Brasil, em 1747. Seu proprietário, o português Antonio Isidoro da Fonseca, foi intimado a desativá-la em 6 de julho de 1747, com apenas seis meses de funcionamento.<sup>127</sup> Além desta, foi encontrado um exemplar de 1817<sup>128</sup>, na Biblioteca Nacional<sup>129</sup> e, há notícia de uma outra do ano de 1821. Ambas tiveram lugar no Real Seminário de São Joaquim, da então diocese do Rio de Janeiro.

É oportuno reafirmar sobre estas conclusões a crítica de Vernei. A de Silva & Passos é tão esquemática e resumida que parece mais uma conclusão dogmática do que filosófica, como é intitulada. O teor desta conclusão será pormenorizadamente discutido no próximo capítulo. De qualquer maneira parece mesmo ser esta uma das características da lógica brasileira do período. Estando os professores e divulgadores da lógica no Brasil confinados a textos superficiais e distantes dos fundamentos da doutrina lógica que estudavam, apegavam-se, como única saída, a algumas de suas idéias dogmaticamente. E mais, com o quadro incompleto da lógica moderna à disposição, fundamentavam na escolástica colonial as passagens teóricas incompletas no quadro teórico da lógica moderna, que receberam por meio dos textos ecléticos. Monte Alverne será um exemplo deste procedimento, mas não o único.

---

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 48-49.

<sup>126</sup> VERNEI, *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>127</sup> CAMARGO & MORAES [1993], vol. 1, p. XI.

<sup>128</sup> COSTA & PASSOS [1817]. Cf. Apêndice Documental.

<sup>129</sup> A partir daqui, quando não houver menção em contrário, *Biblioteca Nacional*, referir-se-á à *Biblioteca Nacional* brasileira, sediada no Rio de Janeiro e Brasília. Foi consultado o acervo principal no Rio de Janeiro.

Filosoficamente, Vernei é um simpatizante da filosofia moderna. É um admirador de Descartes. Com suas próprias palavras, ele manifesta sua satisfação: “Eu certamente não sou Cartesiano, porque me persuado que o tal sistema, em muitas coisas, é mais engenhoso que verdadeiro; mas confesso a V. P. que não posso falar no tal Filósofo sem grandíssima veneração.”<sup>130</sup> Particularmente, ele caracteriza a filosofia como “o conhecimento das coisas que há neste mundo e das nossas mesmas acções e modo de as regular para conseguir o seu fim.”<sup>131</sup> Na opinião de Vernei, deveria a filosofia compreender duas partes: uma que regula o juízo para conhecer bem as coisas, que é a lógica e a física; outra, que não só regula o juízo e a vontade, mas as acções que ele entende na ética.<sup>132</sup>

Antônio Genovesi (1712-1769) não é um autor de destaque na história da filosofia. Seu único mérito é o de ter introduzido novas idéias na Itália, não exclusivamente ligadas à lógica, mas, em especial, à economia política – foi ele o primeiro professor deste ramo da economia na Europa – destacando-se, ainda, por ter se colocado num meio termo entre o realismo e o empirismo. Não se vê nos textos de lógica de Genovesi, nem a clareza, nem a coerência interna que comparece aos textos de Port-Royal, Locke, Vernei e Condillac. Genovesi inspira-se, escolhe ecleticamente, elementos doutrinários de todos estes autores, mas o seu ecletismo compromete a coerência interna e a pureza de sua proposta de ‘iluminismo’ e lógica. Contudo, Cruz Costa afirma que seu ecletismo e sua capacidade de harmonizar concepções distintas de pensamento foram o traço altamente valorizado para adoção de seus livros de lógica e metafísica na reforma pombalina, como textos oficiais. Numa das ocasiões em que a lógica de Genovesi é recomendada, apontam-se como razões para a adoção de seu texto como oficial para o ensino da lógica:

“1º. Porque este Autor não é adido à seita ou sistema algum particular como são os Leibnizianos, Wolfianos, etc. mas fez uma seleção de doutrinas escolhidas com muita crítica, que lhe tem granjeado uma estimação geral na República das letras.

---

<sup>130</sup> VERNEI, *Op. Cit.*, p. 14. Quanto à sigla *V. P.* não se pôde estabelecer uma significação certa. Provavelmente significa *Vossa Pessoa*.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 21. Conforme comentário do estudioso Salgado Júnior, p. 38, nota 6, existe uma confusão entre as definições. O trecho citado é a caracterização essencial da filosofia na concepção de Vernei e não outra: “Eu suponho que a Filosofia é conhecer as coisas pelas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas”. (*Ibidem*, p. 39) Esta caracterização, na verdade secundária, é apontada pela maioria dos historiadores como a definição principal.

<sup>132</sup> VERNEI [1950], vol. IV, p. 112.

2º. Porque usa de um método muito sólido, chegado, quando as matérias os permitem, ao Método Geométrico que é o mais próprio para fazer evolver o raciocínio da mocidade, e prepará-la solidamente para os estudos maiores.

3º. Porque os ditos Compêndios tem a vantagem particular de serem formados sobre obras maiores do mesmo Autor, as quais lhes servem de comentários. De sorte que, reduzindo-se os novos filósofos ao estudo dos ditos Compêndios, e acompanhando as lições do Geral com a leitura particular das obras maiores donde foram resumidas, podem com maior facilidade adquirir uma instrução completa das referidas Disciplinas em pouco tempo.”<sup>133</sup>

Em sua concepção, a lógica é uma ciência prática e sua obra pode ser classificada como um trabalho prático. A visão pragmática da filosofia de Genovesi amoldou-se muito bem às tendências também pragmáticas do pensamento português.<sup>134</sup> Genovesi vai influenciar, num certo momento, o próprio Silvestre Pinheiro Ferreira, provavelmente devido a algumas de suas convicções a respeito do abade italiano: “Cético em relação aos sistemas, inimigo declarado deles, Genovesi estava talhado a servir ao traço fundamental do espírito do pensamento português, voltado para a prática, para uma concepção muito terrena do sentido da filosofia.”<sup>135</sup>

Para Genovesi, a *lógica* é definida como “... a arte de cogitar, ou de filosofar: isto he, huma arte, a qual fórma, governa, e augmenta a razão no estudo da Sabedoria. E diz-se arte, porque dá preceitos, e regras, com as quaes podemos filosofar diretamente; porque todas as Sciencias, que dão preceitos e regras com as quaes pôde ser feita alguma cousa, se chamão artes. Por isto, a Rhetorica, e a Poetica se chamam artes.”<sup>136</sup> Como é facilmente perceptível, a forma de lógica proposta por Genovesi é da lógica das faculdades, como caracterizada anteriormente. Todavia, esta filiação de Genovesi deve ser compreendida dentro das motivações que o inspiraram. Um traço básico do iluminismo proposto por Genovesi é o seu espírito pragmático, coincidente em grande parte com o espírito das reformas do iluminismo luso e com o próprio pragmatismo português já mencionado. Com efeito, afirma Genovesi: “Não he porém a Logica huma arte de argumentar com desejos de ostentar, e vencer aos outros, assim como foi praticada pelos gregos Sofistas, e depois pelos Peripateticos;

---

<sup>133</sup> Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, vol. III, p. 473-474 apud RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 55. Não se pôde consultar o original devido à dificuldade de localizar este texto no Brasil. A obra maior do autor citada na recomendação é o texto *Elementorum Artis Logico-Criticae*, editado em 1745.

<sup>134</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 72-73.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 73.

<sup>136</sup> GENOVESI [1850], p. 1, §1.

mas he huma arte que dirige o homem para a indagação da sabedoria necessária, ou útil.”<sup>137</sup>

Em linhas gerais, a matéria lógica tratada por Genovesi é um resumo escolhido eclética e seletivamente, segundo seus compromissos filosóficos, que ele denominava *a liberdade dos ecléticos*, das matérias lógicas que convinham ao seu modernismo mitigado. Ele sintetiza ecleticamente as idéias desenvolvidas pelos diversos autores do período, em especial, por René Descartes, John Locke e Arnauld & Nicole. Em sua obra *Institutiones Logicae*, identificam-se facilmente traços tanto de sua preferência por aspectos da abordagem cartesiana da teoria da ciência, quanto pela abordagem de Locke ao entendimento humano. Quanto aos traços cartesianos que se encontram em seu texto, podem-se reduzir as passagens nas quais se percebe clara preferência pela evidência matemática e pela disciplina, tida como paradigma científico por excelência, gozando de primazia sobre outras formas de conhecimento e metodologia. Considere-se a passagem abaixo:

“Do que se vê, que o objecto da Lógica são todas as obras do entendimento que a Lógica fórma, e dirige para diretamente filosofar. [...] A Lógica, assim como outras Sciencias, he hum habito que se adquire com o exercício. Por isso ninguém pode ser Lógico, se continuamente se não exercitar em filosofar. Porque não basta entender esta arte, mas he necessário também *praticá-la* em todas as coisas. Por tanto, não julgão mal alguns Peripateticos de haver dous habitos, hum de ensinar lógica, outro de a usar: assim como são dous habitos, hum de ensinar Rethorica, outro de usar Rethorica, ou hum do Rhetórico, outro do Orador. *Finalmente entre todos os exercícios do entendimento o melhor he o Mathematico; porque em nenhuma outra Sciencia se achão mais bem feitas demonstraões, nem tal evidência de julgar, e raciocinar.*”<sup>138</sup>

Este legado cartesiano aparece em diversos momentos. Numa outra passagem ele entusiasma-se com a evidência, entendida *à la* Descartes: “A evidencia é própria da sciencia. Ha tres castas de evidencia: *Mathematica, Fysica, e Moral*. A evidência mathematica, á qual tambem se póde chamar *evidencia intelligível*, he a que ha nos axiomas e demonstraões da intelligência pura, assim como se vê na Geometria, Arithmetica, e Metafysica. Esta evidência he a maior, e mais segura.”<sup>139</sup>

A divisão do texto de Genovesi *Institutiones Logicae* inspira-se basicamente na divisão que Locke imprimiu ao *Essay*.<sup>140</sup> O texto de Genovesi está dividido em cinco livros:

---

<sup>137</sup> GENOVESI, *Op. Cit.* p. 4, §4. Grifos nossos.

<sup>138</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 6, §14-15. Grifos nossos.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 70-71.

<sup>140</sup> ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, vol. 10, p. 119-120.

*Livro I - Da alma, e das causas dos erros em geral.* (p. 7-35).<sup>141</sup> Trata da natureza da alma e suas ações, as causas da ignorância e dos erros, destes últimos, os que nascem dos afetos, do corpo e de causas externas;

*Livro II - Das idéias, e de seus objetos, e sinais.* (p. 36-64) Discorre sobre a natureza, objeto e classificação das idéias. Aprecia a natureza das palavras e a imperfeição do uso delas, tratando ao final do livro das proposições e a classificação destas segundo suas qualidades, definindo as propriedades de oposição e conversão de proposições;

*Livro III - Do verdadeiro, e do falso, e dos critérios ou sinais da verdade em geral.* (p. 65-78) Discute o verdadeiro, o falso e os estados da alma quanto a esses estados. Discute critérios de verdade e metodologia;

*Livro IV - Do uso da autoridade, e da arte crítica, e hermenêutica.* (p. 79-96) Explora a autoridade dos sentidos, humana e divina. Traz uma seção especial dedicada a conhecer a verdade, inteireza e defeitos dos livros, extensível a textos em geral, que antecede um último capítulo dedicado à arte hermenêutica;

*Livro V - Das coisas que pertencem ao raciocínio.* (p.105-154) O autor dedica mais da metade deste livro, capítulo I ao VII, a discutir questões relativas ao método: como raciocinar, meditar, aplicar atenção, o método analítico e sintético. O capítulo VIII é dedicado à arte silogística, mas é extremamente sintético, não chega a apresentar nem as figuras, nem os modos do silogismo que lá estão reduzidos aos categóricos. Discute as regras de inferências imediatas do quadro de oposição e apresenta as oito regras do silogismo válido. Ao final, aparece uma discussão sobre sofismas.

---

<sup>141</sup> As páginas entre parênteses correspondem a GENOVESI, *Op. Cit.*

**Figura 1** – *Portadas do Institutiones Logicae de Antonio Genovesi*

Conforme considera Cruz Costa, embora os textos de Genovesi não fossem adotados no ensino público de nenhum país culto da época, isso não acarreta que fossem completamente superficiais.<sup>142</sup> Seu texto *Elementorum Artis Logico-Criticae* possui bom acabamento teórico. Queira-se ou não, foi por meio dos textos dele, mas não somente, que idéias de caráter iluminista chegaram aqui em fins do século XVIII e XIX, fazendo grande diferença para o paupérrimo contexto da época. Como se viu, o *Institutiones Logicae* foi aqui adotado e usado largamente como subsídio didático para alunos e fonte de estudos para professores. Provavelmente, o que torna as discussões de Genovesi superficiais no *Institutiones* é seu caráter resumido e seu ecletismo. Quanto aos aspectos formais da teoria lógica, como a teoria do silogismo, ele segue de perto a aversão de Locke e Descartes ao assunto. Este não é tratado, não porque Genovesi não o soubesse, mas antes porque não o pretendia tratar. Ressaltam-se seu tratamento ao silogismo, porque este é um dos únicos componentes presentes no texto que apontam para a lógica formal. Esta dimensão da lógica é de particular interesse para todos, uma vez que se trata de um elemento permanente e duradouro, comparado às questões de filosofia da lógica e aplicações que, em geral, refletem o posicionamento quanto à matérias de cunho extra-lógico.

Estudar-se-ão outros aspectos da lógica proposta por Genovesi à medida em que se discutirem os divulgadores brasileiros nos próximos capítulos. Não é o objetivo, aqui, expor o pensamento de Genovesi, mas somente aqueles tópicos necessários à compreensão de sua influência à lógica no Brasil.

---

<sup>142</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 86. Queira-se ou não, foi por meio dos textos deles, mas não somente, que idéias de caráter iluminista chegaram aqui em fins do século XVIII e XIX.



### 1.3.4 Reflexos do Iluminismo Luso no Brasil em fins do século XVIII

Esta subseção cita um exemplo da abrangência da reforma pombalina para a lógica. Este exemplo pode até ser pouco significativo, mas, mesmo assim, não pode ser desprezado como ilustrativo. E, se for considerada a escassez de fontes a respeito, então esta referência ganha maior representatividade.

É sabido que o acesso aos livros era dificultado no Brasil, mas não de todo inexistente e, apesar das proibições e dificuldades, os livros chegavam.<sup>143</sup> As bibliotecas de Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e do coronel José de Resende Costa, cônego Luís Vieira da Silva, todos mineiros integrantes do movimento de independência da Conjuração Mineira (1789), ao final do século XVIII, gozavam também de grande atualização em relação à cultura da época.

A biblioteca de Luis Vieira da Silva reflete o que era possível estudar, formando-se na colônia, unicamente com os recursos disponíveis. José Ferreira Carrato dele afirma:

“O Cônego Luis Vieira da Silva, prata pura da casa, sem ir a Coimbra, torna-se acatado professor de Filosofia, além de ser festejado orador, profundamente erudito, cuja carreira brilhante reflete bem as condições e os recursos do trabalho didático e cultural do Seminário de Mariana, não somente na preparação do seu pessoal discente, mas também no cuidado com que se davam os seus professôres em se conservarem em dia com as ciências que preleccionavam.”<sup>144</sup>

Mas o que havia de tão especial na biblioteca de Luís Vieira da Silva, para citá-lo aqui no exame da lógica em fins do século XVIII, tomando-o como amostra para avaliar a penetração das reformas pombalinas no Brasil? Ela é esplêndida para a conjuntura em que se encontrava. Segundo Frieiro, através dela pode-se ter uma idéia

---

<sup>143</sup> FRIEIRO [1981], p. 19-20. Afirma Ribeiro que o contrabando de livro era bastante conhecido, embora não tenha sido muito documentado. (*Op. Cit.*, p. 51.)

<sup>144</sup> CARRATO [1968], p. 112. Este padre, cônego em Mariana, onde lecionou filosofia no seminário em que estudou até o dia em que foi preso. Ele foi integrante da Conjuração Mineira, em 1789. Ele é descrito por alguns, como a maior ilustração brasileira da fase colonial. (FRIEIRO, *Op. Cit.*, p. 18; Essa é a opinião de Alberto Faria). Naqueles tempos “o elogio é grande, mesmo por comparação com o atraso e a apatia espiritual em que vivia a colônia daquele tempo. [...] o indivíduo feliz que reunia o conhecimento deste [de um mau latim] e do francês [...] era visto como um gênio raro, digno de ser visto e ouvido.” (*Ibidem*). Em reforço a esta colocação, tem-se a afirmativa de Querino Ribeiro ao retratar o nível de instrução na colônia. Ele escreve: “De um modo geral se pode afirmar que todos aqueles cujos afazeres exigiam alguma instrução, recebiam-na em grau suficiente ‘para o gasto’. [...] Tais foram as condições de ensino, entre nós e em todo o mundo, durante aqueles séculos de colonização. Se considerarmos ainda que no Nordeste [brasileiro], como já referimos antes, onde houve algum socêgo (sic) e muita riqueza, chegou-se a um certo refinamento social, poderemos concluir que tínhamos, para iguais condições, as mesmas possibilidades de educação das outras colônias e, talvez, das próprias metrópoles.” (RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 17-18)

do que um *brasileiro letrado* lia em fins do século XVIII. Sendo o cônego uma pessoa pobre, e a pobreza era quase generalizada, possuía em plenos sertões de Minas Gerais cerca de 270 títulos, com cerca de 800 volumes. Para o padrão da época era uma biblioteca magnífica: “Para qualquer lugar naquela época, acrescente-se logo, pois deve-se levar em conta que no tempo de Luís Vieira da Silva as livrarias particulares, mesmo na Europa, não eram consideráveis. A de Kant, por exemplo, não passava de trezentas obras. Um século antes, Espinosa tinha apenas cento e sessenta.”<sup>145</sup>

Sabe-se que não é a quantidade de volumes que faz uma boa biblioteca. Deste modo, não se defende a equiparação da biblioteca deste cônego às de Espinosa e de Kant. Estes, ao contrário deste ilustre brasileiro, não estavam limitados apenas às suas bibliotecas, podiam utilizar as bibliotecas públicas e universitárias para o acesso à literatura complementar que necessitassem. Todavia, a variedade de idiomas e assuntos, bem como a qualidade das obras encontradas em poder do cônego deixa o leitor atento estupefato. Relata Frieiro, que “Das 270 obras, com perto de oitocentos volumes, que compunham a livraria do Cônego, mais da metade era em latim, cerca de noventa em francês, pouco mais de trinta em português, cinco ou seis em italiano e outras tantas em espanhol, além de 24 livros ingleses que figuram na relação globalmente sem indicação de títulos nem autores.”<sup>146</sup> Quanto às suas matérias, estas obras estavam distribuídas entre formação e informação, obras de edificação e de recreio, de agitação e propaganda de novas idéias, dicionários e léxicos, obras de consulta em forma de dicionário, obras elementares de ciências e conhecimentos úteis, oratória e retórica, filosofia, metafísica e *lógica*; boas letras – clássicas e modernas –, tratadistas poéticos, narrações de viagens; geografia, história natural, medicina, física; história secular e sacra, política e filosofia social, direito canônico e civil.<sup>147</sup> Ao final constata o historiador: “Nada sobre o Brasil ou do Brasil.”<sup>148</sup>

Em filosofia e lógica foram encontrados, uma *Summa Theologica* de Tomás de Aquino, *Eléments de Metaphysique* de François Para du Phanjas S.J., a *Lógica* de Luis Antonio Vernei, a *Lógica* de Antônio Genovesi, entre outras.<sup>149</sup> Como se pode

---

<sup>145</sup> FRIEIRO, *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>146</sup> FRIEIRO, *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 24-55.

<sup>148</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>149</sup> Em física chama a atenção a presença do texto *Physicis elementa mathematica* de Gravessande, físico e filósofo e matemático que foi um dos primeiros a divulgar as idéias de Newton. Em matemática, surpreende a existência de um exemplar de *Geometrie* de René Descartes em dois volumes, *Elementa Matheseos* de Wolff. Em política *L'Esprit des lois* de Montesquieu. Haviam dois volumes da *L'Encyclopédie* de Diderot e d'Alambert. (cf. *Ibidem*)

ver, os livros da boa lógica lá estavam presentes e como eram os únicos disponíveis no assunto na biblioteca do padre, presume-se que eram os textos de que se utilizava nas aulas da disciplina. Esperava-se, em particular, encontrar na biblioteca do cônego exemplares do *An Essay concerning Human Understanding* e da *La logique ou l'Art du Penser* de Arnauld e Nicole, naquela época editada há mais de cem anos, quando a biblioteca do cônego foi inventariada pelo executores reais no processo de julgamento por inconfidência. Isto reforça nossa conjectura de que mesmo as pessoas mais esclarecidas em filosofia e que tinham acesso à literatura de primeira no assunto, no caso da lógica, não conseguiam ir além dos limites das inovações introduzidas pela reforma pombalina. Embora a biblioteca do cônego tivesse dois volumes da enciclopédia de Diderot, o que é admirável, não possuía nenhuma obra de lógica que fosse além dos horizontes dados pelos textos do quadro do iluminismo luso, de caráter eclético como de Vernei e Genovesi.<sup>150</sup>

#### 1.4 O legado pombalino para a lógica no Brasil no século XIX

É surpreendente a contradição entre o que Portugal pensa de si mesmo e a visão que os estrangeiros tinham do país durante os últimos decênios do século XVIII. Afirma Maxwell que “o período, especialmente após a década de 1750, é visto em Portugal como a própria corporificação do Iluminismo.”<sup>151</sup> Contudo, o período que se

---

<sup>150</sup> RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 17. Este autor afirma ainda que a universidade que não teve o Brasil nessa época não fez falta. No Peru, bem como em outras colônias, elas reproduziam a atmosfera reacionária que as caracterizava no mesmo período na Europa. Concorde-se parcialmente com esta afirmação. Apesar do espírito reacionário que o autor menciona, sem a universidade a sistematização do saber torna-se difícil ou inviável, ou ainda irrealizável. Sobre o real estado da instrução pública no ocidente, afirma o mesmo autor à p. 18: “Protestante ou católica, latina ou saxônica, a instrução que todos recebiam era do mesmo nível, a saber: para as massas da população – beabá e reza: para as elites – erudição e política. Considerando-se todavia que o grosso das populações coloniais era de escravos, infere-se que restava sempre uma borra social que só aprendia a rezar, pois, quem adquiria escravos, fazia-o para emprega-los no trabalho e não para mandá-los à escola, salvo raríssimas exceções.”

<sup>151</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 17: “The period, especially after the 1750s, is seen in Portugal as being the very embodiment of the Enlightenment.” Todavia, afirma o autor que enquanto cresce a agitação intelectual no país, com seu debate de cunho renovador e pedagógico, a imagem do país pela Europa da época é triste: “The eighteenth-century rationalist writer who needed a stereotype of superstition and backwardness almost invariably turned to Portugal. Voltaire summed up the attitude well. Writing about the gold-rich Portuguese monarch Dom João V, he observed: ‘When he wanted a festival, he ordered a religious parade. When he wanted a new building, he built a convent, when he wanted a mistress, he took a nun.’” (Susan SCHNEIDER, *O marquês de Pombal e o vinho do Porto: dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*, Lisboa, 1980, p. 8 *apud* MAXWELL, *l. c.*) A respeito do que ocorria de fato na época pombalina a Europa não sabia nada. Com relação ao terremoto ocorrido em 1755, os olhares estiveram mais voltados para a destruição que assolou uma das mais ricas e opulentas cidades da época do que para a notável reconstrução da cidade promovida por Pombal. Relata Maxwell “Ironically, the article on the new Lisbon commissioned for the 1781 edition of the *Encyclopédie méthodique* arrived too late in Paris for inclusion, and the volume was published without it. So it was Voltaire’s *Poème sur le désastre de Lisbonne*, and above all Voltaire’s *Candide*

seguiu à era pombalina foi marcado por um retrocesso nas reformas efetivadas. Querino Ribeiro resume bem, em linhas gerais, aquilo que sucedeu em Portugal e nas colônias após a era pombalina. Escreve ele:

“A morte e a sucessão de D. José I teria tido para a história de Portugal um caráter de verdadeiro colapso catastrófico. O movimento reacionário que se lhe seguiu não chegou, é verdade, a sacrificar toda a obra iniciada pelo Marquês porque, na realidade, não era obra de um homem, mas de uma época. Os mentores de D. Maria I conseguiram, entretanto, retardar bastante a parte da reconstrução que deveria vingar, apesar de tudo. Nas colônias, tal reação haveria, certamente, de repercutir com as contra medidas e abandonos de planos que sóem caracterizar os movimentos desta natureza; até impostos novos ficariam sem arrecadação, como aconteceu, por exemplo, com o subsídio literário.”<sup>152</sup>

Contudo, conclui Maxwell, foi a reforma educacional promovida na administração de Pombal “... que abriu as portas para o florescimento, no final do século XVIII, da ciência e da filosofia portuguesa.”<sup>153</sup> Nota-se, também, que a influência da boa lógica terá no ambiente intelectual luso-brasileiro grande duração.

Em Portugal, a boa lógica inspirará diversas publicações do gênero e mesmo na metade do século XIX, o texto de Genovesi será ainda elogiado.<sup>154</sup> Esta concepção de lógica esteve tão afeiçoada ao ambiente cultural luso que, ainda em 1868, João Antônio de Sousa Dória, na sétima edição de seus *Elementos de Philosophia Racional para uso das Escolas*, elogiara e se baseará no texto de Genovesi, afirmando uma concepção de lógica eclética.<sup>155</sup> Este texto teve boa circulação no meio educacional português na época, gozando inclusive da recomendação do gabinete de Instrução Pública que lhe aconselhou a publicação. Lê-se no prefácio à obra:

---

that set the tone: ‘The Portuguese pundits could not think of any better way of preventing total ruin than to treat people to a splendid *auto-de-fé*. This was, in fact, precisely the opposite of what Pombal believed and practiced in the earthquake’s aftermath.’ (Cf. T. D. KENDRICK, *The Lisbon earthquake of 1755*, London, p. 198-212 *apud* MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 32)

<sup>152</sup> RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 34. Entre os mentores mencionados por Ribeiro, encontram-se personagens como o Visconde de Vila Nova de Cerveira. Admitia o visconde, que governaria Portugal por meio “the system of the four I’s: inquisition, infidelity, ignorance, and indigence.” (José Esteves PEREIRA, *O pensamento político em Portugal no século XVIII: Antônio Ribeiro dos Santos*, p. 122, *apud*, MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 152) A opinião do representante na Igreja Católica em Portugal não era diferente. O Cardeal Bartolomeu Pacca, chefe na nunciatura apostólica em Lisboa de 1794 a 1802, declarou “He claimed Pombal had turned the University of Coimbra into a ‘true seat of pestilence’ and he singled out for particular blame the Portuguese bishops and Dom Francisco de Lemos, whom he held directly responsible for the ‘propagation in Portugal of the Febonian and jansenist maxims.’” (*Mémoire historiques du cardinal Pacca*, traduite de l’italien, Paris, 1844, p. 269-274, *apud*, MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 158).

<sup>153</sup> MAXWELL, *Op. Cit.*, p. 159-160: “His educational reform opened the doors to a late eighteenth-century flowering of Portuguese science and philosophy.”

<sup>154</sup> Confira, neste caso, OLIVEIRA LEITE [1801] e DÓRIA [1868].

<sup>155</sup> DÓRIA [1868], p. 5.

“Publicámos os nossos apontamentos sobre philosophia racional, não por odio a *Genuense*, senão por vermos, que este livro, deficiente numas doutrinas, é demasiado extenso noutras. Bem fracos para podêmos formar um systema inteiramente nosso, preferimos ser *eclecticicos*, em toda a extensão da palavra. Temos bastante franqueza para dizer quaes os auctores, que, entre tantos que havemos lido, nos serviram de guia nos nossos estudos e lucubrações. Soccorremo-nos, com especialidade, ao Sr. *Silvestre Pinheiro*, e a *Balmes, Ubags, Amadeu Jácques, Julio Simon, Ponelle, Fanjas, Genuense, e Um milhão de factos.*”<sup>156</sup>

No Brasil, encontrou-se um exemplar do *Institutiones* com anotações laterais datadas de 1872, além de versões resumidas e de textos de divulgadores abertamente inspirados no texto de Genovesi, seja no conteúdo, seja na forma.<sup>157</sup> Além disso, os textos de Genovesi e Vernei serão utilizados largamente no ensino dos colégios e seminários do país, especialmente o primeiro, que terá em Portugal diversas edições, aqui utilizadas. Os elementos psicológicos presentes na lógica destes dois autores, somados ao ecletismo que caracteriza estas duas elaborações da lógica, motivarão o ecletismo da primeira metade do século XIX no Brasil. Este movimento filosófico, mais tarde, sob a forma de espiritualismo consolidará o desenvolvimento do movimento romântico em filosofia no Brasil.

A superficialidade destes tratados no tocante a diversas matérias, como a própria fundamentação das discussões teóricas que eles encerravam, sobre a origem das idéias, e. g., será um campo propício às primeiras elaborações da lógica no Brasil, que se tem notícia, onde os primeiros divulgadores promoveram uma mistura até sincrética de elementos da teoria lógica. O próximo capítulo, como um todo, tratará dos desdobramentos deste ecletismo na filosofia brasileira e, principalmente, das suas conseqüências à compreensão da lógica.

---

<sup>156</sup> DÓRIA, *Op. Cit.*, p. 6.

<sup>157</sup> Referimo-nos ao exemplar de GENOVESI [1850] da BFD. Os textos inspirados em Genovesi são J.S.P. [1837], REGO [1839], ITAPARICA [1852] e MONTE ALVERNE [1859], entre outros. Para as diversas edições do texto de Genovesi consulte a cronologia ao fim do trabalho.

## CAPÍTULO 2

### CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES DA LÓGICA NO BRASIL ATÉ A INDEPENDÊNCIA



A discussão do capítulo anterior introduziu os elementos recorrentes às manifestações de lógica no Brasil, que se estudam daqui em diante. Esta enunciação histórica, aqui proposta, não pode ser estruturada apenas linear e cronologicamente. A lógica no Brasil coordenou-se em três linhas de desenvolvimento ao longo do século XIX. Tais linhas não são estanques. Ao contrário, freqüentemente ocorrem concomitâncias entre elas. Verificam-se na lógica no Brasil as orientações eclética, incluindo seu esgotamento, a neotomista e a positivista. Cada uma delas é discutida nos quatro capítulos seguintes, a começar da lógica eclética, objeto deste e do próximo.

Do início até a metade do século XIX, as formas de lógica encontradas aqui atestam a forte influência do movimento filosófico de grande aceitação pelas elites políticas brasileiras do período. Foi o momento do ecletismo como Cruz Costa o definiu:

“O ecletismo correspondia precisamente ao desejo de evitar os excessos dos revolucionários e dos reacionários. Filosofia do justo meio condizia aos ideais do liberalismo burguês. Aliás, a importância do ecletismo na história do século XIX deriva do fato de haver ele fornecido ao liberalismo as teses filosóficas de que este necessitava. Insuficientemente crítico e prudentemente progressista, ligou-se à forma monárquica, constituindo-se como filosofia das elites liberais que dirigiam os destinos do Império.”<sup>158</sup>

A apreciação das manifestações de lógica que tiveram lugar dentro do movimento eclético – aqui com grande duração temporal – é desdobrada em dois momentos. O primeiro é compreendido entre a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, até a Independência obtida em 1822. Este momento é objeto deste capítulo. O terceiro capítulo completa o exame da lógica no contexto eclético, mas vislumbrando o ocaso do movimento e suas respectivas manifestações.

Cronologicamente, o ecletismo compreendeu-se desde os primórdios do século XIX até o biênio 1868-70. Este biênio é visto por Cruz Costa como o limite máximo para a vigência da filosofia eclética. Após este limite, diversificam-se as orientações da filosofia no Brasil com a adesão de diversos intelectuais à filosofia alemã, como na Escola do Recife, ao neotomismo entre o clero e intelectuais ultramontanos, ao positivismo e ao evolucionismo entre a pequena burguesia, especialmente entre os bacharéis em ciências físicas, naturais e matemáticas.<sup>159</sup> O positivismo em suas múltiplas manifestações será o movimento mais marcante. Tal

---

<sup>158</sup> João CRUZ COSTA, *As Novas Idéias* in HOLANDA & FAUSTO [1990], vol. I, tomo II, p. 182.



demarcação cronológica foi corroborada pelos levantamentos realizados para esta pesquisa. Só se encontraram abordagens da lógica completamente diversas à de inspiração eclética após a década de 1860. As outras duas manifestações de lógica citadas, a neotomista e a positiva, não serão aqui contempladas, mesmo que a sua efetiva ocorrência esteja contida no recorte cronológico acima. Esta discussão privilegia a continuidade da difusão de uma determinada forma de lógica, não a cronologia pura e simples.

Ao estudar os desdobramentos do movimento eclético para com a lógica, percebeu-se que a independência do Brasil sugere, devido às particularidades constatadas, a existência de dois momentos distintos com relação às manifestações da lógica de inspiração eclética. O primeiro caracteriza-se até a independência e o segundo, após ela. Constatou-se que as manifestações de laboração filosófica – e nelas as preciosas manifestações de compreensões de formas de lógica – têm características peculiares, o que constitui fundamentalmente a justificativa da distinção aqui adotada.

As manifestações da lógica anteriores à independência apresentam grande simplicidade teórica na apresentação de suas proposições, reduzindo-as, quase sempre, ao essencial do essencial, freqüentemente com lacunas importantes. Esta particularidade seria classificada, por um julgamento anacrônico, como superficial. Tais textos tiveram sua abrangência restrita ao círculo de influência de seus autores, provavelmente ocasionado pelo fato de que, até 1822, predominam textos manuscritos. Tais textos, produzidos para uso particular, eram subsídio didático às aulas que aqui se ministravam em *filosofia racional*, nome usual naquela época, quando se contemplavam lógica, metafísica e ontologia. Aliás, a preocupação didática será uma forte característica na história da lógica no Brasil. Todavia, após 1822, os textos avaliados são impressos, o que proporcionou maior divulgação de suas idéias; além disso, promoveu maior sistematização da matéria lógica, sem isenção de confusões e incorreções conceituais, bem como da imitação textual de fontes. Enfim, de onde advêm a distinção e o interesse por estes textos? Derivam-se de iniciativas singulares, do esforço e das sínteses singularíssimas que os divulgadores de lógica criaram. Essas representações da lógica são de grande interesse se consideradas, empaticamente, dentro das condições específicas que as engendraram.

---

<sup>159</sup> Para justificativa de Cruz Costa, consulte a introdução dos capítulos quarto e quinto desta

O *Dezoito Português* conclui-se em 1807, com a fuga da família real portuguesa das tropas napoleônicas sob o comando de Junot, às portas de Lisboa. Sobre a importância deste fato para a conjuntura histórica brasileira, afirma propriamente Maria José Garcia Werebe: “Só a vinda da família real para o Brasil, marcou, de fato, o início de uma nova era em nosso país, determinando transformações econômicas, políticas e culturais, limitadas a certos núcleos, mas importantes para a época.”<sup>160</sup> Um destes núcleos de transformação será o educacional, onde se poderão encontrar reflexos relevantes à história da lógica no Brasil. Com efeito, Cruz Costa expressa bem o espírito em que se encontrava a nação, frente à recepção das melhorias joaninas. Ele exprime que:

“Uma espécie de euforia geral invadia a Nação. Há entusiasmo por tudo, sobretudo por aqueles instrumentos capazes de engendrar progressos no domínio espiritual e material. Era como se o Brasil tivesse despertado de um sono prolongado e se pusesse agora a caminho da conquista da sua libertação. A própria classe comercial cujos negócios haviam aumentado de volume e cuja importância social crescera, mostrava-se interessada no *desenvolvimento da cultura e da instrução nacional*.”<sup>161</sup>

Esta euforia a que se refere Cruz Costa foi proporcional ao abandono que aqui foi experimentado em matéria de educação pública, seja elementar, seja no tocante à outras modalidades de ensino secundário ou superior, nas quais figurou o ensino filosófico. No princípio do século XIX, o contexto educacional brasileiro era precário, como denuncia a reforma educacional proposta por Martim Francisco Ribeiro de Andrada para a capitania de São Paulo, no princípio do século XIX.<sup>162</sup>

---

dissertação.

<sup>160</sup> Maria José Garcia WEREBE, *A Educação* in HOLANDA & FAUSTO [1990], tomo III, vol. IV, p. 367). A autora ainda enfatiza:

“D. João VI fundou o ensino superior, dando-lhe um sentido exclusivamente utilitário, pois tornara-se urgente a formação dos profissionais exigidos pelas novas condições. A Academia da Marinha, criada em 1908 e a Academia Militar, em 1810, destinavam-se a preparar os oficiais e engenheiros encarregados da defesa militar da Colônia; os estudos médicos, assegurados pelo curso de cirurgia, criado em 1808, no Hospital Militar da Bahia e pelos cursos de anatomia e de cirurgia do Rio de Janeiro aos quais se acrescentou, em 1809, os de Medicina, deveriam formar os médicos para a Corte, para o exército e a marinha. Foram ainda instituídos:

- na Bahia, a cadeira de Economia, em 1808, o curso de Agricultura, em 1817, o de desenho técnico, em 1818;

- no Rio de Janeiro, o laboratório de Química, em 1818, o curso de Agricultura, em 1814, a Escola de Ciências, Arte e Ofícios (criada em 1816 e transformada, em 1820, na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil e em Academia de Artes em 1826).

A vida cultural do Rio de Janeiro foi, ainda, enriquecida com a instalação da Biblioteca Nacional e da Imprensa Régia, com a criação do Jardim Botânico e com a mudança do ambiente cultural e social determinada pela presença da Corte. Esta mudança de ‘mentalidade e costumes’, operada lentamente na sede da Corte, foi-se estendendo a alguns outros pontos mais distantes do país, como Recife, Bahia e Vila Rica.” (*Ibidem*, p. 367-368).

<sup>161</sup> CRUZ COSTA [1956], p. 64. Grifos nossos.

<sup>162</sup> Cf. RIBEIRO, *Op. Cit.*, apêndice.

## 2.1 Fontes

Ao se resenharem as fontes para a lógica na era joanina, percebeu-se a relação entre as fontes encontradas e um melhoramento efetivado pela exigência administrativa no contexto burocrático da colônia por D. João VI. Tal foi a importância da *Impressão Régia* no fomento às publicações de caráter geral, em particular, de caráter filosófico da qual será revisada a bibliografia conhecida do referente à lógica. Tal literatura dá idéia das representações da lógica que se fizeram na ocasião.

O primeiro texto de filosofia a ser impresso no Brasil pela Impressão Régia foram as *Preleções Philosophicas*<sup>163</sup>, de Silvestre Pinheiro Ferreira, publicadas a partir de 1813.<sup>164</sup> Os pesquisadores Camargo & Moraes a elas se referem: “Inaugurando a produção de livros de filosofia no Brasil, as *preleções* resultam do curso ministrado por Silvestre Pinheiro Ferreira no Real Colégio de S. Joaquim. As aulas tiveram início em 26 [de] abr.[il] de 1813, e eram às segundas, quartas e sextas-feiras, às 5 horas da tarde, ao preço de ‘meia dobra por mez’.”<sup>165</sup> Sobre o espírito deste curso, afirma Cruz Costa que “Ali, em 26 de abril de 1813, tem início um curso de filosofia que será exposto sob a inspiração de um espírito também renovador, muito diverso daquele que reinara até então no Brasil.”<sup>166</sup> Seu ministrante é considerado um dos frutos da renovada Universidade de Coimbra.<sup>167</sup> Sobre o caráter de sua obra, afirma Cruz Costa:

“Oriundo, como então se dizia, da classe industrial, viajado e culto, Silvestre Pinheiro Ferreira dizia-se ‘educado com os princípios de Aristóteles e seus continuadores, Bacon, Leibniz, Locke e Condillac, [olha com desdém para o tenebroso barbarismo dos Heráclitos da Alemanha e para a brilhante fantasmagoria dos ecléticos da França.] e é uma mistura das idéias desses filósofos que ele expõe nas trinta longas aulas que fez e que constituem o livro aparecido em 1813 na Imprensa Régia – creio que o primeiro livro de filosofia publicado no Brasil – As *Preleções Philosophicas sobre a theórica do Discurso e da Linguagem, a Esthetica, a Diceosyna e a Cosmologia*.”<sup>168</sup>

Continua Cruz Costa:

---

<sup>163</sup> Há uma edição crítica recente desta obra. Cf. FERREIRA [1970].

<sup>164</sup> O cronograma de publicações das preleções pela Imprensa Régia inicia-se em 1813: “Saíram ao todo 30 preleções assim distribuídas: 1813 (1 a 6), 1814 (7 a 10), 1815 (11 a 22); 1816 (23), 1817 (24 a 25) e 1818 (26 a 29) e 1820 (30).” CAMARGO & MORAES, *Op. Cit.*, p. 125.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 124. O Real Colégio de São Joaquim mencionado é o futuro Colégio Pedro II.

<sup>166</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 67.

<sup>167</sup> Cf. MAXWELL, *Op. Cit.*, e, CRUZ COSTA, *Op. Cit.*

<sup>168</sup> João CRUZ COSTA, *As Novas Idéias* in HOLANDA & FAUSTO [1990], vol. 1, tomo II, p. 182. As *Preleções* são o primeiro livro, mas não o primeiro texto de filosofia publicado no Brasil. Cf. capítulo um. O texto entre colchetes foi completado de acordo com o original.

“Nessa obra, Pinheiro Ferreira reflete, malgrado afirmações suas, idéias que já correspondiam aos imprecisos fundamentos dessa filosofia de compromisso que é o ecletismo e com qual a burguesia procurou justificar, racionalizar os seus interesses: os da Revolução que a levava ao poder e os da Restauração que lhe asseguraria a exclusiva posse desse poder.”<sup>169</sup>

A esse respeito, nota-se que, apesar da boa repercussão do trabalho de Silvestre Pinheiro Ferreira, ele não impressionou profundamente o ensino que aqui era então desenvolvido. Esta é a posição de Cruz Costa e a constatação ora feita ao compilar as fontes primárias do período.<sup>170</sup> Nesta matéria, com efeito, afirma Cruz Costa: “De fato, porém, ainda por largo tempo, haverá *ambivalência* de direção nos estudos filosóficos no Brasil. Nas aulas régias de filosofia racional e moral, uns seguiam os velhos compêndios; outros, os modernos, como se verifica da denúncia feita em 1787 pelos professores régios do Rio de Janeiro, João Marques Pinto e Manuel Inácio da Silva Alvarenga.”<sup>171</sup> Entre os manuais modernos, destaca-se o já apresentado manual de Genovesi, aqui popularmente denominado *Genuense*, forma latina do nome Genovesi.

Simultaneamente às *Preleções*, como descobriram Camargo & Moraes, foram publicados em 1814, as *Categorias de Aristóteles* em nova tradução do texto original do grego e reordenação de Silvestre Pinheiro Ferreira, tendo sido distribuída com a nona preleção em 1815.<sup>172</sup> Embora de grande significação para a filosofia do período, e mesmo com a boa recepção de seus trabalhos, seu esforço não se interiorizou. Longe da esfera de influência de Ferreira, o manual de Genovesi continuará a dar o tom ao estudo e ao ensino de lógica. Diferentemente deste, o material de Pinheiro Ferreira, sendo mais denso, teórico e complexo que os subsídios filosóficos a que estava habituado o público de filosofia, preferiu manter os compêndios simplificados da reforma pombalina a abordagens mais recentes.

A instalação da Imprensa Régia inaugura o ramo editorial no Brasil. Seu funcionamento favoreceu a criação de diversas tipografias particulares, além de inúmeras livrarias. No Rio de Janeiro, em 1821, eram oito as livrarias; em 1827,

---

<sup>169</sup> João CRUZ COSTA, *As Novas Idéias* in HOLANDA & FAUSTO [1990], vol. I, tomo II, p. 182.

<sup>170</sup> Cf. CRUZ COSTA [1956], p. 71. Dada a posição aqui adotada, discorda-se da análise de Antonio Paim para quem Silvestre Pinheiro Ferreira impressionou profundamente o ensino da filosofia no Brasil, tendo introduzido ele idéias modernas no âmbito da filosofia. Não que ele não tenha esse mérito, mas sua atuação no Brasil parece não ter marcado, como supõe Paim, as publicações posteriores na matéria. Genovesi continuará sendo referência, ao lado de textos escolásticos, como o de PHANJAS [1782] e Sigismund Storchenau, *Institutiones logicae et metaphysicae*.

<sup>171</sup> *Ibidem*, p. 71-72.

<sup>172</sup> CAMARGO & MORAES, *Op. Cit.*, p. 125; 133. As preleções tiveram boa acolhida na imprensa da época, afirmam os autores.

seriam dezoito.<sup>173</sup> Estes melhoramentos incrementaram enormemente a circulação de livros, de tal forma que o panorama do início do século XIX é muito mais farto que o do quartel anterior, constituindo-se, assim, um dos canais por onde se consolidaria a influência européia, especialmente a francesa.

Outro elemento adicional neste segmento de melhoramentos foi o franqueamento da *Real Biblioteca* ao público, ampliando a literatura disponível a ser consultada. Quanto às bibliotecas de conventos, não podemos afirmar com certeza a situação existente. No ensino franciscano, assevera Laerte Ramos de Carvalho que, no início do século XIX, em São Paulo, e. g., pode-se ter uma idéia de que livros eram disponíveis no acervo de obras de filosofia e lógica pertencentes à biblioteca de seis mil volumes, na época em que este foi comprado da antiga biblioteca do Convento de São Francisco pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1829, por um conto de réis. Entre os autores, encontravam-se representantes da tradição escolástica pura e outros textos que representam a tradição mais moderna.<sup>174</sup>

De volta à revisão de fontes primárias para o período, enumeram-se duas *conclusões filosóficas*, publicadas pela Imprensa Régia. A primeira, *Concluzões Philosophicas de Logica, e Metaphysica*, foi publicada em 1817; a segunda, de 1821, intitulada *Conclusiones Phylosophicas*. A primeira, pode-se localizar junto à Biblioteca Nacional, embora fosse dada como desaparecida por outros pesquisadores. A segunda, até o momento dada como desaparecida, continha treze páginas numeradas.<sup>175</sup> Ambas deram-se no Rio de Janeiro, no Seminário Episcopal de São José<sup>176</sup>, ‘às horas costumadas das escolas’, sob a supervisão do frei Marcelino de Santa Mathilde Bueno. Voltar-se-á à análise desta na próxima seção.

---

<sup>173</sup> SOUSA [1957], vol. VI, p. 36-37; 39.

<sup>174</sup> Entre eles o *Clavis Philosophiae Naturalis*, de Johanne Tatinghoff, 1665; *Institutiones Philosophicae ad uzum seminariorum et collegiorum* de François Para du Phanjas, 1782; *Elementorum Artis Logico Criticae*, 1779, *Universae Christianae Theologiae Dogmatica*, 1776, *Disciplinarum Metaphysicarum Elementa*, 1764, *Institutiones Logicae in uzum tironum scripte*, 1796, de Antônio Genovesi. (RAMOS DE CARVALHO [1946], p. 49).

<sup>175</sup> CAMARGO & MORAES, *Op. Cit.*, p. 261: “*Conclusiones phylosophicas, quas examini publico offerunt, super logica decurrantis mensis die Candidus Maria ab Azevedo Coutinius, Thomas Josephus, Pintus a Sequeira, Super methaphysica die sequenti Josephtis Martineus a Cruce, Thomas Geomesius a Sanctis. In Sancti Josephi Episcopali Seminario. Solitis Scholarum horis. Vespere. Auxiliante frate Marcelino a Sancta Mathilde Bueno. Fluvii Jánuarii, Ingentiliio Typographio, 1821.*” In-4º. O impresso tinha treze páginas numeradas.

<sup>176</sup> É necessário frisar que existe ambivalência na literatura quanto ao nome deste seminário que em 1837 será transformado no Colégio Pedro II. Em algumas fontes, ele aparece como *Real Colégio de São José*, em outros *Imperial Seminário de São Joaquim*. O que deve ficar claro é a referência ao mesmo estabelecimento.

Há outros textos primários do período, porém de pouco interesse. Entre eles figuram, da autoria do Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens, *Academia filosófica das artes, e das sciencias, que ensina os principios dos conhecimentos humanos*, publicado em 1817 pela Impressão Régia. De autor não brasileiro e formado em Portugal não tem muito interesse para a discussão que aqui é desenvolvida. O mesmo vale para o impresso *Philosophia – sermões e panegyricos com discurso sobre a filosofia* de Romualdo Antonio de Seixas, publicado na Bahia, em 1819. Trata-se de um discurso a respeito da filosofia, em tom laudatório de pouca contribuição à discussão aqui desenvolvida. O texto praticamente não aborda a lógica.

O manuscrito *Sobre as Ideas*, de Evaristo Ferreira da Silva, é um texto autógrafa, redigido no Rio de Janeiro, provavelmente em 1818, quando seu autor foi aluno no Seminário de São José. Analisam-se suas peculiaridades no momento oportuno. Este texto testemunha a presença da ‘boa lógica’ e o sincretismo desta com elementos escolásticos presentes no ensino desenvolvido então no Brasil. Tais elementos são provavelmente derivados da atuação de religiosos seculares e regulares no ensino de filosofia, dado que seu professor de filosofia foi o citado orientador das conclusões acima, o frei Marcelino de Santa Mathilde Bueno.

Do mesmo ano que o manuscrito de Evaristo é datada a redação dos *Cadernos de Filosofia*, de Diogo Antônio Feijó. Este texto foi composto para compêndio do curso de filosofia racional ministrado pelo futuro regente, em Itú, entre os anos de 1818 e 1821. O texto possui divisão e reelaborações originais, incluindo elementos da filosofia de Immanuel Kant. Predominam, no texto, elementos do ecletismo que fez seu autor combinar elementos de filosofia moderna, encontrados nos textos de Genovesi, com substratos escolásticos tais como os do manual de Phanjas [1782].

As fontes arroladas aqui foram encontradas durante os levantamentos efetuados para a consecução desta pesquisa. Acredita-se que estas fontes sejam suficientemente significativas às conclusões que delas se sustentam, derivadas de sua representatividade. Um dos aspectos salientes a esse respeito é a coerência percebida entre estes diversos textos, quanto às proposições fundamentais a que a lógica estava circunscrita. Crê-se, assim, que mesmo com fontes desaparecidas, ou ainda não resenhadas, tenha-se uma amostra fidedigna do cenário que correspondeu aos primórdios das manifestações de lógica de cunho eclético no Brasil, durante a era

joanina. Em todas as fontes há claros sinais tanto dos textos modernos, já apontados, como de resquícios da escolástica colonial. Estes elementos foram soldados criativamente pelo autodidatismo, que foi uma característica da fase pré-universitária brasileira em filosofia, sendo a alternativa à inexistência de ambiente acadêmico no período. Os efeitos desta solução circunstancial à ausência de ensino oficial e sistematizado da filosofia acarretaram conseqüências desastrosas ao desenvolvimento que, hoje, acredita-se fosse o mais adequado à filosofia no Brasil.<sup>177</sup>

## 2.2 Ambivalências na lógica até a Independência

### 2.2.1 As Conclusões Philosophicas de Logica, e Metaphysica

Texto inédito, as *Conclusões Philosophicas de Lógica e Metaphysica*, publicada pela Impressão Régia em 1817, é, até o momento, como foi dito, o único vestígio de outras conclusões acontecidas no Real Colégio de São José. Quanto a essas conclusões, instrumentos acadêmicos de longa tradição no ensino luso, não se pode estabelecer confiavelmente a sua difusão no ensino seminarístico e secundário brasileiro. Sabe-se que eram praticadas, mas não se pode determinar confiavelmente sua extensão. Se se considerar que a impressão de textos é inexistente até 1808, com exceção da conclusão de 1747 já apontada, o número de conclusões impressas catalogadas por bibliófilos e pesquisadores como Camargo & Moraes não se resumiriam às conclusões conhecidas. Ao contrário, é plausível que as conclusões ocorressem até com regularidade, mas que não chegassem por motivos óbvios ao conhecimento da posteridade.

A julgar pela dedicatória que a conclusão de Silva & Passos apresenta, pode-se ter idéia de que costumavam dar-se em cerimônias pomposas, em espaço ligado e amparado pela Igreja, como sucedeu a todas as conclusões catalogadas.<sup>178</sup> Este fato é atestado pela conclusão específica que se passa no Rio de Janeiro, no princípio do século XIX. Mas não somente. Outros textos, como o de frei Antonio da Virgem Maria Itaparica, mostram os mesmos sinais de filiação e mecenato eclesiástico

---

<sup>177</sup> Essa é a opinião de LIMA VAZ [1987], p. 345: “São flagrantes as conseqüências desastrosas do autodidatismo dos nossos pensadores, na fase que poderíamos denominar pré-universitária da filosofia brasileira.”

<sup>178</sup> A dedicatória expressa solenemente: “Ao excellentissimo, e reverendissimo senhor D. José Caetano da Silva Coutinho por especial providencia, e favor celeste da Igreja Fluminense Pastor dignissimo. Capellão Mór de Sua Majestade, e do seo conselho, no Seminário Episcopal desta Corte das Sciencias divinas, e humanas restaurador e protector. Em signal de respeito, e gratidão as concluzões presentes D. O. C. Fr. Marcellino de Santa Mathilde Bueno.” (SILVA & PASSOS [1817], p. 1)

no Segundo Império.<sup>179</sup> O ensino laico, público e oficial, se consolidará apenas na República, mais especificamente na República Nova.

A conclusão a que se refere nesta seção é singular. Em justo termo atribui-se a ela representatividade, uma vez que se trata de um fragmento documental único, no contexto que se procura elucidar. As idéias relativas à lógica nela encontradas, bem como as de metafísica, ontologia e psicologia, não diferem significativamente do panorama da filosofia traçado por historiadores da filosofia no Brasil, no princípio do século XIX, em suas características ecléticas. As proposições da lógica nela contidas tem filiação bastante previsível: a *boa lógica* de cunho moderno via Genovesi.

Sendo ela breve, pode-se aqui reproduzir, na íntegra, o teor da conclusão de lógica, conforme a defenderam Carlos Teixeira da Silva e Simão Bernardino da Costa e Passos. Lê-se na conclusão de lógica:

“Logica  
Capítulo Único

LOGICA he Arte de cogitar, ou Philosophar, isto he, Arte, que augmenta a Razão, e a rege no estudo da sabedoria.

O objecto da Logica são as Operações do Entendimento, em quanto tem capacidade de serem dirigidas á verdade.

O Entendimento he a Faculdade de Perceber, Julgar, Raciocinar.

Percepção simples he o acto, pelo qual o entendimento apprehende unicamente o objecto sem affirmar, ou negar delle alguma couza.

Juizo he a Percepção clara da conveniencia, ou disconveniencia de duas ideas, percepção tida por modo intuitivo.

As Fontes dos nossos conhecimentos são quatro. Sentidos, Intimo senso, Auctoridade externa, Raciocínio.

Os Vocabulos são signaes de nossas idéas.

O character da Verdade he a Evidencia real, conhecida como tal.

A Evidencia he de tres qualidades. Metaphysica, Physica, e Moral.

As condições, que deve ter cada huma destas Evidencias para produzir certeza explanaremos, se formos perguntados.”<sup>180</sup>

A conceituação de lógica defendida na conclusão acima é, resumidamente, a conceituação de Genovesi e, como havia sido notado, o abade italiano incorporou o

---

<sup>179</sup> ITAPARICA [1852]. Cf. dedicatória e lista de subscritores da publicação ao final do volume. O primeiro da lista é o arcebispo de Salvador.

<sup>180</sup> SILVA & PASSOS, *Op. Cit.*, p. 5.



espírito da conceituação de Port-Royal.<sup>181</sup> Mas o que isso significa? Provavelmente evidencia o uso de que fazia o frei Marcelino, enquanto professor de filosofia racional do Real Colégio de São Joaquim, do *Institutiones Logicae* de Genovesi, como uma das fontes para o ensino da lógica. Esta evidência não é isolada. O objeto da lógica, apresentado como sendo as operações do entendimento, também é uma afirmação de Genovesi e é, no fundo, o objeto definido pela lógica das faculdades apresentada anteriormente. Vale o mesmo para a definição de entendimento. É uma enunciação resumida da definição dada por Genovesi no *Institutiones*: “O Entendimento he huma faculdade da alma, com que podemos distinctamente perceber os objectos, julgar, raciocinar, abstrahir, compôr, reflectir, imaginar, lembrar, &c.”<sup>182</sup>

Quanto às operações do entendimento, as duas citadas na conclusão em questão, a percepção e o juízo são, em linhas gerais, coincidentes com a apresentação do pensador italiano nas *Institutiones*. Lá afirma Genovesi: “Percepção simples he a vista de uma idéa sem que a affirmemos ou neguemos. Todos os nomes em qualquer linguagem, quando se tomáo separadamente significão huma só percepção simples. Assim como Homem, Sol, Planta, &c.”<sup>183</sup> A definição de juízo também é coincidente: “O Juizo ou se considera no entendimento, ou nas palavras. Juízo no entendimento he a percepção clara da conveniência, ou repugnancia de duas ideas.”<sup>184</sup> Vale ressaltar que estas conceituações são próximas e coincidentes com as noções estabelecidas na lógica de Port-Royal. Em algumas ocasiões até os exemplos dados por Genovesi podem lá ser encontrados.<sup>185</sup> Os examinandos não apresentaram a caracterização para o raciocínio, a terceira operação do entendimento.

Esta não parece ser a diretriz única a perceber-se nas conclusões. Traços da escolástica colonial lá estão presentes. Um exemplo patente é a enumeração das faculdades do entendimento, a qual não inclui o método como quarta operação deste, inovação definitivamente estabelecida com os cartesianos de Port-Royal. Outro traço de definições referentes à lógica inspiradas no escolasticismo colonial é o tratamento

---

<sup>181</sup> Ambas as conceituações são trazidas no primeiro capítulo. Confira seção 1.2 e subseção 1.3.3.

<sup>182</sup> GENOVESI [1850], §5, p. 8.

<sup>183</sup> *Ibidem*, §5, p. 8.

<sup>184</sup> *Ibidem*, §7-8, p. 8-9.

<sup>185</sup> ARNAULD & NICOLE, Op. Cit., p. 37: “On appelle *concevoir* la simples vûe que nous avons des choses qui se présentent à notre esprit, comme lorsque nous nous représentons un soleil, une terre, un arbre, un round, un quarré, la pensée, l'être, sans a en former aucun jugement exprès. Et la forme par laquelle nous nous représentons ces choses, s'appelle *idée*.” E ainda: “On appelle *juger* l'action de notre esprit, par laquelle joignant ensemble diverses idées, il affirme de l'une qu'elle soit l'autre,

dado, na conclusão de metafísica, à alma. A lógica trataria da propriedade intelectual da substância espiritual, como é definida a alma, substância simples e cogitante.<sup>186</sup>

**Figura 2** – *Portada das Conclusões de Costa e Passos*

As fontes do conhecimento coincidem com as assumidas por Genovesi. Compare-se a definição de Silva & Passos com a caracterização de Genovesi: “Quatro são sómente os caminhos, pelos quaes vem todo o nosso conhecimento: s. a autoridade externa, os experimentos dos sentidos, a intima consciência, e o raciocínio. Daqui vem todas as nossas idéas, e conhecimento; fóra destas fontes nem sabemos, nem podemos saber cousa alguma.”<sup>187</sup> O abade napolitano, neste caso como em outros, equilibra-se tanto entre o empirismo moderno fundado por Locke, quanto entre o racionalismo cartesiano numa postura eclética que se verá muito difundida nos textos de filosofia por divulgadores brasileiros a que se teve acesso.<sup>188</sup>

---

comme lorsqu’ayant l’idée de la terre, & l’idée de round, j’affirme de la terre qu’elle est ronde, ou je nie qu’elle soit ronde.” (*Ibidem*, p. 38)

<sup>186</sup> SILVA & PASSOS, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>187</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §1, p. 76.

<sup>188</sup> Para maior clareza da afirmação, confrontem-se as posições antagônicas de Locke e Arnauld & Nicole no particular do conceito a que se referiu. Para o primeiro: “*All ideas come from sensation or reflection.*” (LOCKE [1952], *Essay concerning on human understanding*, p. 121), enquanto que para os cartesianos de Port-Royal: “É falso que todas as nossas idéias se originam nos sentidos. Ao contrário, podemos dizer que nenhuma idéia origina-se nos sentidos apesar dos movimentos no cérebro, os quais todos os sentidos podem causar, proveriam as ocasiões para alma formar várias idéias que não poderiam ter sido formadas sem esta ocasião.” (ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 44.)

Ao caracterizarem, os examinandos, os vocábulos como sinais das idéias, não se distanciam da influência que se lhes imputa aqui. Genovesi define que “As palavras são os signaes das nossas idéias assim como as idéias são signaes das cousas.”<sup>189</sup> Mas esta caracterização não é exclusiva de Genovesi. Locke, e. g., afirma no *Essay* idéia similar.<sup>190</sup>

A divisão da evidência em metafísica, física e moral é uma junção do texto de Genovesi com elementos escolásticos. Genovesi define que “A evidência he própria da sciencia. Há três castas de evidencia: Mathematica, Fysica, e Moral.”<sup>191</sup> Observe-se, então, que a evidência matemática foi excluída da definição dos concluintes e em seu lugar foi colocada a evidência metafísica, o que não lhe foge completamente ao espírito, uma vez que Genovesi a definiu como: “A evidencia mathematica, á qual tambem se póde chamar evidência intelligivel, he a que há nos axiomas e demonstrações de intelligencia pura, assim como se vê na *Geometria*, *Arithmetica*, e *Metafysica*. Esta evidência he a maior, e mais segura.”<sup>192</sup> Os examinandos definem ainda uma hierarquia entre as diferentes classes de evidência. Pode-se inferir que a evidência tida como real pelos concluintes é, no fundo, a evidência metafísica, porque a verdade é dada pela evidência real. Há na evidência, segundo a conclusão defendida, três qualidades: a metafísica, a física e a moral. Demonstram conhecimento das condições para cada uma destas classes de evidências, provavelmente especificadas à maneira de Genovesi.<sup>193</sup> Cabe observar que as considerações de Genovesi a respeito

---

<sup>189</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §1, p. 53.

<sup>190</sup> LOCKE, *Op. Cit.*, p. 251: “2. *To use these sounds as signs of ideas.* Besides articulate sounds, therefore, it was further necessary that he should be able to use these sounds as signs of internal conceptions; and to make them stand as marks for the ideas within his own mind., whereby they might be conveyed from to another.”

<sup>191</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>193</sup> A hierarquia das várias castas de evidência é estabelecida no texto do autor: “Porque nas cousas intelligiveis a marca da verdade he *a evidencia intelligivel*: nas cousas sensíveis he a evidencia fysica, ou sensível: nos pontos da historia, ou nas cousas de feito ou naquellas que excedem a nossa capacidade, he *a evidencia moral*”. (*Ibidem*, §1, p. 72) Genovesi subordina a evidência física à evidência matemática, e a evidência física e humana da autoridade de Deus: “3. Dirá alguêm: que ha de fazer o Filosofo, quando sobre a mesma cousa huma evidencia se oppozer á outra? Guardará as seguintes regras:

*Se a evidencia mathematica se oppozer á evidencia fysica, seja tida por falsa a fysica; porque esta he menor, á qual cumpre antes dar de mão, do que duvidar da mathematica, que he a maior. [...]*

*Se um evidencia mathematica parecer que se oppõe outra evidencia mathematica; e a huma fysica outra evidencia fysica, huma dellas se terá por falsa. [...]*

*Se a evidencia mathematica, ou a fysica se oppozer á authoridade humana, daí de mão á authoridade humana. [...]*

*Se a evidencia fysica se oppozer á clara authoridade de Deos, tende por falsos os sentidos. [...]*

*A evidencia mathematica não se póde oppôr á clara authoridade de Deos. [...]*

dos estados da alma são, no fundo, adaptação do enunciado da lógica escolástica sobre a matéria, como se verá na divulgação de Soriano de Sousa.<sup>194</sup>

As *Conclusões Philosophicas de Lógica e Metaphysica* de Silva & Passos permitem admitir as seguintes conclusões como razoáveis, a partir do dado documental. Em primeiro lugar, aspectos teóricos da lógica das faculdades – a boa lógica – comparecem, introduzido através do uso de manuais como o de Genovesi. Em segundo lugar, as conclusões atestam a presença dos elementos de filosofia escolástica, herança colonial, presentes em passagens específicas do texto, como na conceituação de verdade e de evidência. Dentre estes elementos, dos quais não temos um quadro teórico completo, e sendo a lógica vista pela ótica da boa lógica, pode-se supor que a compreensão da lógica da conclusão é esquemática, lacunosa e incompleta. Ela é insuficiente dentro dos liames que a conectavam à lógica das faculdades e todos os seus predicativos teóricos. Não há sinais de reflexão autóctone nem original. São os textos didáticos, como o de Genovesi, que marcam profundamente as idéias nela divulgadas.

O sincretismo que aqui comparece encontra-se em outros textos de lógica, sendo indutor de contradições internas sutis e graves. A superficialidade dos manuais não melhorava a escassez de fundamentação, nem de textos didáticos de filosofia do princípio do século XIX. Na verdade, o quadro pobre aqui apresentado é extremamente insuficiente para fazer frente àquilo que abrangia a lógica, mesmo se considerada sob o prisma da lógica escolástica. Não há uma caracterização suficiente da verdade, nem de qualquer aspecto teórico da lógica nesta conclusão. Julgando-se que ela tenha sido inspirada em Genovesi, pode-se então imaginar que seja o texto do italiano, em parte, responsável pelas imprecisões notadas nas *Conclusões*. Todavia, como notou Ramos de Carvalho, não estava disponível no Brasil da época apenas o texto de Genovesi, o que responsabiliza os mestres da época por suas opções didáticas e teóricas. Enxergada a partir deste ponto de vista, a lógica que a conclusão defendeu é incipiente e parcial. Sinaliza interesse, mas teoricamente é pobre, confinada à abordagem moderna superficial de Genovesi. Este é o primeiro testemunho escrito da lógica no Brasil no século XIX. Este texto, eclético, como foi possível mostrar,

---

*Se á evidencia mathematica parecer que se oppõe a authoridade de Deos, ou a evidencia não é evidencia, ainda que o presuma, ou a authoridade se não entende. Logo para se conhecer bem a evidencia se deve consultar o sentimento commum, e para se entender claramente a authoridade, se deve consultar a Santa Igreja.” (Ibidem, p. 75)*

<sup>194</sup> Cf. SORIANO, *Op. Cit.*, p. 44.

compõe-se de uma mistura de elementos escolásticos e elementos da lógica das faculdades *à la* Locke e Port-Royal, cuja fundamentação da teoria lógica provém da psicologia não mais da metafísica, através de uma teoria da predicação. Note-se que estas tendências são incompatíveis entre si.

### 2.2.2 O manuscrito Sobre as Idéas

*Sobre as Idéas* é o texto inédito do caderno manuscrito de Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837).<sup>195</sup> Apesar da determinação clara de sua autoria, não é tão simples propor que reflita exatamente a elaboração de seu autor ou se reflete o programa de filosofia racional cursado por ele em 1818, no Seminário Episcopal de São José. Tentou-se esclarecer o sentido e o valor do texto como representativo para a história da lógica no Brasil.

A biografia de Evaristo Ferreira da Veiga fornece valiosas informações sobre sua personalidade e, principalmente, a respeito de sua formação intelectual, de grande interesse para esta discussão. Segundo Tarquínio de Sousa, Evaristo foi um jovem extremamente inteligente e cuja trajetória escolar e intelectual justificarão, supõe-se, algumas das conjecturas que aqui são propostas. Tratava-se ele de “... um adolescente ávido de saber, com uma precoce seriedade, todo voltado para os estudos.”<sup>196</sup> Destaca Sousa que ele conhecia os principais idiomas europeus e o latim, o que lhe permitiu acesso livre aos principais títulos disponíveis em quase todo assunto. Com efeito, ele afirma: “E, Evaristo, no Rio de Janeiro de D. João VI, aprendeu latim, aprendeu inglês, aprendeu francês, cursou aulas de retórica e poética, estudou filosofia. Bom estudante, ótimo mesmo êle o foi, como provam os atestados passados por seus professores.”<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> O manuscrito é um documento de difícil leitura. Sua caligrafia é clara, mas o estado do papel fino compromete a leitura de diversas linhas destruídas pela decomposição da tinta ferrogálica com a qual foi grafado. O texto completo do manuscrito é reproduzido em apêndice ao final do volume. Na transcrição usou-se amplamente as legendas de transcrição paleográficas estabelecidas no início do volume. Sobre sua origem, algumas informações são relevantes frisar aqui. O nome *Barros* que aparece ao final do nome de Evaristo Ferreira da Veiga, é o nome que o personagem assinava quando jovem. Sobre sua família encontra-se em BARATA & BUENO [2000], v. I, p. 976 a seguinte informação: “Importante família de origem portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro para onde a passou c. 1787, o prof. Francisco Luiz Saturnino da Veiga [1771, Lisboa; 1841, RJ]. Prof. de Latim, que deixou numerosa descendência do seu cas.[mento], em 1794, no Rio, com Francisca Xavier de Barros [RJ-?].” Um dos filhos do casal foi Evaristo Ferreira da Veiga, o primeiro desse nome (1799-1837). Foi livreiro e jornalista desenvolvendo intensa atividade de propaganda política liberal através do jornal *Aurora Fluminense* do qual foi redator. Falece no Rio de Janeiro. Sacramento Blake dele afirma: “Depois de as aulas secundárias, que concluiu no seminário de S. José, entrou como caixeiro para um loja de livros que o pae abriira, já retirado do magistério.” (BLAKE [1970], vol. 2, p. 311).

<sup>196</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 12.

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 11.

No particular de seus estudos filosóficos – empreendimento de juventude –, as informações dão conta de que Evaristo estudou filosofia, cursando-a da melhor maneira que se podia dentro das possibilidades de oferta desses estudos no Rio de Janeiro da época. O historiador citado menciona que:

“No mesmo ano de 1818, estudou também filosofia racional e moral no Seminário de S. José, com Frei Marcelino de Santa Mathilde Bueno, obteve em exame público a nota *optime cum laude* depois de patentear a mesma *facilidade e prontidão*, o mesmo *atilado engenho*, a mesma *extrema aplicação* já manifestados em outros estudos.”<sup>198</sup>

A vocação peculiar aos estudos teria encontrado na família importante estímulo. Seu pai – Francisco Luiz Saturnino da Veiga (1771-1841) – era livreiro e professor de latim. Do pai recebeu as primeiras letras e, na livraria dele, Evaristo encontraria a universidade que não pôde cursar. Tarquínio de Sousa afirma a esse respeito que:

“O projeto frustrado de partir para Coimbra encontrou compensação na livraria do pai, Evaristo não partiu, não seguiu nenhum curso universitário, mas *‘formou-se por si na universidade da livraria de seu pai’*, como disse Macedo. Fartou-se de livros, êle próprio caixeiro de livraria, vivendo dos livros e para os livros.”<sup>199</sup>

Expostos alguns aspectos da biografia de Evaristo Ferreira da Veiga colocam-se duas possibilidades quanto à autoria e procedência do texto do manuscrito em questão: 1.<sup>a</sup>) A possibilidade de que o manuscrito consistiu de cópia das aulas que Evaristo Ferreira da Veiga assistiu como aluno do Seminário Episcopal de São José. Neste caso, o texto reflete diretamente parte do ensino de lógica que lá era ministrado, apontando às fontes, idéias e representações da lógica em voga naquele contexto. 2.<sup>a</sup>) Posto o grande talento intelectual de Evaristo e o seu amplo contato com literatura estrangeira pela livraria do pai – posteriormente ele terá seu próprio estabelecimento – não parece ser exagero supor que o manuscrito seja fruto de sua reelaboração pessoal, constituído fundamentalmente da síntese de suas leituras.

Infelizmente, até o atual estágio de pesquisa, não é possível eleger qual das duas possibilidades acima elencadas seja a resposta adequada à questão do caráter específico do manuscrito. Sabe-se, mesmo assim, que reflete muito bem uma representação genuína relativa à compreensão dos horizontes de parte daquilo que era ensinado em filosofia racional no Rio de Janeiro de D. João VI. Assim,

---

<sup>198</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 12. Sacramento Blake dele afirma: “Depois de as aulas secundárias, que concluiu no seminário de S. José, entrou como caixeiro para um loja de livros que o pae abrira, já retirado do magistério.” (BLAKE, *Op. Cit.*, p. 311).

<sup>199</sup> *Ibidem*, p. 12-13. Grifos nossos.

independentemente de qual possibilidade acima venha a ser confirmada, tem-se que o manuscrito é um testemunho histórico de grande valor, cujas idéias de lógica são fidedignas.

O texto discute a teoria das idéias, que é um domínio pequeno mas angular da lógica das faculdades, razão pela qual examina-se aqui este documento primário. O manuscrito é a primeira fonte examinada, do século XIX, a citar Antoine Arnauld e John Locke.<sup>200</sup> Outros grandes autores citados são Platão e Descartes. Destes apenas Locke é citado, como o próprio manuscrito indica em primeira mão. Essas referências a autores de reputação absoluta no domínio da lógica das faculdades não eximiu seu autor de referenciar-se em outros menores como Henrique Moro, citado quatro vezes, Silvano Régis, citado uma vez, e o afamado Genovesi, citado duas vezes. Não foi possível, até o presente momento, identificar a nacionalidade, vida e obra de Silvano Régis e Henrique Moro. Seus nomes não constam das enciclopédias e dicionário filosóficos e gerais consultados. Exceto Locke, como observado acima, as outras referências parecem ter sido apreciadas em comentadores, entre os quais Genovesi, mas não há evidências de que tenha sido o único.

O plano de redação do manuscrito estrutura a exposição segundo a divisão abaixo:

**Sobre as Idéas. Caderno.**

Artigo 2º. *Da percepção simples, ou idea.*

Proposição 1ª Objecção. Objecção 2ª. Objecção 4ª.

Proposição. 2ª Objecção.

Artigo 3º. *Da origem de nossas ideas.*

Proposição [1ª] Objecção. Objecção 2ª.

Proposição [2ª] Objecção. Objecção 2ª. Objecção 3º.

O sumário acima aponta a falta de ilação na divisão do texto, uma vez que se inicia pelo artigo segundo.<sup>201</sup> A exposição do manuscrito emprega método de inspiração escolástica, para propor teses de motivação moderna. Desta forma, cabe-lhe bem a qualificação de eclético, uma vez que as teses apresentadas não estão organicamente dispostas e sim escolhidas segundo critérios de coerência interna, tal como foram percebidos pelo autor do texto. Um exemplo patente desta postura

---

<sup>200</sup> VEIGA[1818?], fol. 1f, linha 9.

<sup>201</sup> Note-se, contudo, que o caderno do manuscrito encontra-se inteiro e encadernado.

eclética é a combinação do método escolástico da *quaestio*<sup>202</sup>, utilizado no manuscrito de maneira esquemática, com a argumentação moderna de que em diversas passagens derruba conceitos e pontos de vista escolásticos. Paradoxalmente, este método não é o método próprio ao espírito da lógica moderna, e. g., a lógica das faculdades, que tem em boa parte dos bons manuais desta forma de lógica, uma *exposição geométrica* ou *axiomática*.<sup>203</sup>

A primeira seção do manuscrito, *Da percepção simples ou idea*, constitui-se numa introdução geral à problemática abordada no artigo segundo, descrevendo opiniões de Hobbes, Arnauld – no texto figura Arnaldo –, Malebranche e dos escolásticos.<sup>204</sup> As posições de cada um dos filósofos acima citados a respeito da natureza das idéias reproduzidas pela exposição é esquemática e, via de regra, incompleta e resumida. A correção destas conceituações iniciais do manuscrito é parcial. Desta forma, ocorre com Hobbes<sup>205</sup> e com Arnauld & Nicole. Na *Logique* eles definem idéia de maneira conexas, mas distinta da percepção, ao enunciá-la como “A forma pela qual nós representamos estas coisas é chamada uma idéia.”<sup>206</sup> Esta caracterização diverge da atribuída a Arnaldo no manuscrito, segundo a qual “... idea e percepção he a m.<sup>ma</sup> coisa; que o m.<sup>mo</sup> acto, em q.<sup>to</sup> se refere ao entendim.<sup>to</sup> chama de percepção, em q.<sup>to</sup> se refere ao objecto conhecido, chama se idea.”<sup>207</sup>

Alguns pontos da exposição apontam à redação original do manuscrito. Um dos mais patentes destes indicadores é a afirmação ao final do artigo segundo. Neste lugar se lê: “Entre tanta diversid.<sup>e</sup> de opinião adoptamos a seguinte.”<sup>208</sup> Esta passagem sinaliza que o texto seja síntese de leituras – ou de Evaristo, ou de seu mestre frei Marcelino de Santa Mathilde Bueno –, uma vez que, além de fazer

---

<sup>202</sup> Método de argumentação próprio da escolástica, introduzidos durante os séculos XII e XIII. Suas partes constituintes são: 1o.) coloca-se o enunciado; 2o.) elencam-se as razões que propiciavam ao proponente do enunciado rejeitar as teses não aceitas; 3o.) A seguir, elencam-se as razões que se contrapunham a favor da tese oposta a que se quer provar; 4o.) enuncia-se a solução escolhida pelo proponente; 5o.) ilustração da solução escolhida; 6o.) refutação das teses supostas à conclusão rejeitada, na ordem em que foram apresentadas. (Cf. ABBAGNANO [1982], p. 784.)

<sup>203</sup> Note-se bem que o método aqui mencionado não deve ser confundido com o método axiomático contemporâneo. Consiste sim, num método de enunciação que apresenta as matérias ordenadas segundo uma hierarquia de importância e distinção entre as proposições, distinguindo entre elas proposições primárias (aqui tidas como verdade estabelecidas sem demonstração) e aquelas derivadas ou obtidas por demonstração. As primeiras, os *axiomas*, *definições* ou *postulados* eram seguidas por *teoremas* e *corolários*, obtidos pelo que os autores denominavam demonstração, complementadas algumas vezes por *escólios*, *exemplos* e *problemas* supridos pelo expositor.

<sup>204</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 1f, linhas 7-8.

<sup>205</sup> *Ibidem*, fol. 1f, linhas 4-5.

<sup>206</sup> ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>207</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 1f, linhas 6-8.

<sup>208</sup> *Ibidem*, fol. 1v, linhas 22-23.



referências a diversos autores, procura concluir a partir deles. Esta característica é louvável. Basta lembrar que diversos textos de filosofia do período, em suas exposições de lógica, reproduziram abertamente trechos de outros textos, sem nenhuma citação. Este é o caso de trechos do compêndio de Monte Alverne.<sup>209</sup> Como era o caderno de Evaristo de Ferreira da Veiga, haverá referência ao texto como sendo de autoria de Evaristo, independentemente da pendência acima apresentada.

**Figura 3** – *Fac-símile de página do manuscrito Sobre as Idéas*

A primeira proposição do artigo segundo enuncia que “A idea, e percepção simples são m.<sup>ma</sup> coisa. Prova-se. A idea he um acto produzido pelo entendim.<sup>to</sup>: ora

---

<sup>209</sup> Cf. próximo capítulo.

todo o acto he percepção, logo.”<sup>210</sup> A primeira justificativa para esse posicionamento é tirada de Genovesi. Afirma Evaristo que “Alhem disto, segundo Genuense, o entendimento não pode ver fórmãs corporeas nem os objectos fora de si porêm dentro de si é que os conhece, mas dentro da potencia intellectiva nada pôde ser produzido, senão percepção, logo se a idea he produzida por esta potencia, a idea deve ser percepção.”<sup>211</sup> O autor afasta, na exposição, a possibilidade de serem as idéias imagens dos objetos no cérebro ou produzidas sem percepção, o que destruiria a atividade do entendimento. A enunciação do manuscrito, ao admitir que as ideias são produzidas pela potência intelectual, insere-se no contexto do discurso escolástico.

Esta argumentação é coerente dentro das premissas que vislumbrou seu autor, mas não pode deixar de ser atentado aqui para a incompletude da argumentação, na medida em que estas discussões estão resumidas e embaraçaram os mais competentes filósofos. Desta forma conclui Evaristo:

“Concluamos pois que a idea, e a percepção tem diversos nomes de diversas relações: o m.<sup>mo</sup> acto, em q.<sup>to</sup> se refere ao entendim.<sup>to</sup> que conhece, chama-se percepção, em q.<sup>to</sup> se refere ao objecto chama de idea. Accresce mais dizer, que \se/ a idea se distingue realm.<sup>te</sup> da percepção para serve a idea, por que a idea serviria para que o entendim.<sup>to</sup> conhecesse os objectos nella, ou por ella, isto não se pode fazer, sem a alma saber, que esta idea he idea daquelle objecto; porem a alma nunca poderia ter este conhecim.<sup>to</sup>, porque, ainda que a idea representasse seu objecto, nunca poderia dizer, que he || ella he a m.<sup>ma</sup> sozinha imagem daquelle objecto. Logo se a idea he distincta do objecto (+) percepção para nada serve.”<sup>212</sup>

Um resquício realista aparece citado acima, quando subentende que a idéia e o objeto correspondente não são distintos. Seria, a seu entender, graças a esta correspondência a percepção simples ou a idéia.

Não é possível avaliar com absoluta precisão as objeções apostas por Evaristo à proposição primeira. Trata-se de um trecho que a transcrição não pôde decifrar todas as linhas, comprometendo a apreciação da primeira objeção e o começo da segunda. Entretanto, é possível observar que, nos trechos contínuos das objeções à primeira proposição, Evaristo mantém-se dentro da metodologia da *quaestio*. No entanto, as respostas às objeções podem ser avaliadas. Diversos elementos pertinentes à lógica, como considerações de caráter nominalista e a definição de extensão e compreensão das idéias, podem ser contemplados. Na resposta à primeira objeção,

---

<sup>210</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 1v, linhas 1-2.

<sup>211</sup> *Ibidem*, fol. 1v, linhas 3-6.

<sup>212</sup> *Ibidem*, fol. 1v, linhas 16-fol. 2f, linhas 1-2.

defende-se da acusação de que o entendimento labora sobre as idéias e não sobre as percepções. Ele propõe como resposta:

“1<sup>a</sup> p.<sup>te</sup> da objeção falla do objecto interno da idea, ou do externo, sendo interno, he sem o monismo fundam.<sup>to</sup>. *Para que de nosso sistema unicam.<sup>te</sup> se segue que* uma, e a m.<sup>ma</sup> modificação da al[ma] se chama idea, e percepção, e isto não impede que esta percepção \modifica/ se distinga da substancia perceptente. Assim como um inssobo de cera, a redondeza se distingue da m.<sup>ma</sup> cera.”<sup>213</sup>

A curiosa afirmação acima, *para que de nosso sistema unicam.<sup>te</sup> se segue que...*, corrobora a asserção feita anteriormente de que o texto é fruto de reelaboração original, mesmo que baseada em fontes hoje consideradas de reputação questionável, mas não para o contexto ao qual o texto foi escrito.

Na segunda parte da objeção, Evaristo assume que as idéias são universais em sua natureza, sendo modificações gerais do entendimento, mas singulares enquanto representação dos objetos.<sup>214</sup> Também na resposta à segunda parte da objeção, ele admite um nominalismo precariamente conceituado, opondo-o a um certo realismo, quando enuncia as qualidades ou naturezas comuns. Suas premissas nominalistas estão vagamente enunciadas no trecho abaixo:

“Esta idea [[sensorial]] he toda obra da nossa mente [.....] não tem objecto real universal, seu objecto he [[singular]] porque he aquella propried.<sup>e</sup> que eu [[lem]]bro em m.<sup>tos</sup> individuos estas qualid.<sup>e</sup> [.....] metaphisicam.<sup>te</sup> se pode chamar qualidade ou natureza commum; contudo se poderá [[este]] título em sentido logico. Por exemplo a idea universal de humanidade na natureza de Pedro, póde chamar na natureza de Paulo, por esta semelhança, enq.<sup>to</sup> tudo, que pertence à humanid.<sup>e</sup> que se concebe existindo em Pedro, tambem se conceberá existindo em Paulo.”<sup>215</sup>

Apesar da imprecisão terminológica, os conceitos de compreensão e extensão estão corretamente enunciados no trecho abaixo. Enuncia Evaristo:

“Compreensão da idea he a representação daquelles predicados que se contêm na idea de ~~qq~~ qlq.<sup>r</sup> coisa das quais predicados, nenhum não se póde deixar, sem destruir a m.<sup>ma</sup> idea. Ex. gr. A animalid.<sup>e</sup> e racionalid.<sup>e</sup> de tal sorte se contem na idea de homem, que sem elles não se póde \conceber/ conceber homem. A extensão da idea se procura naquelles indivíduos, a quem ella pode convir. Assim a idea de homem convhem a Pedro, e a Paulo; logo Pedro, e Paulo são os sujeitos, de quem eu predico esta noção [de] homem. A animalid.<sup>e</sup> e racionalid.<sup>e</sup> são os predicados, que se || contêm nesta m.<sup>ma</sup> noção: homens. Quanto mais fóra a extensão da idea tanto menos sera a sua compreensão q.<sup>to</sup> maior for a sua compreensão tanto menos será a sua \extensão/.”<sup>216</sup>

---

<sup>213</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 2v, linhas 12-17. Grifos nossos.

<sup>214</sup> *Ibidem*, fol. 2v, linha 21-fol 3f, linha 5.

<sup>215</sup> *Ibidem*, fol. 3f, linhas 6-15.

<sup>216</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 3f, linhas 16-fol 3v, linha 3.

Ele descreve o processo do conhecimento na segunda parte da quarta objeção. Esta discussão pode parecer como não pertinente e essencial à história da lógica no Brasil. Convém pontuar que a dinâmica do intelecto é pressuposta ser a mesma que a da lógica subjacente ao entendimento. Estudar as idéias é a abordagem da época à lógica, como se frisou aqui, na lógica das faculdades. A questão é que os elementos presentes à discussão do manuscrito pertencem ao núcleo daquilo que era considerado lógica por seus proponentes. Ademais, diversos conceitos-chave da lógica do período estão tratados no manuscrito, e. g., idéias, sua natureza e estruturação no intelecto, seu papel no processo do conhecimento, seus modos de existência, a questão da representatividade das idéias e a conceituação de verdade.

A dinâmica do entendimento ao qual a lógica se aplica e a teoria das idéias correspondentes são explicitadas no trecho abaixo. Nele também figuram duas conceituações oportunas a respeito da conceituação da verdade. Considera Evaristo Ferreira da Veiga que:

“Como a alma trabalha sobre as impressões feitas no cerebro, e órgão (sic) sensoriaes, por isso a imagem que a alma fórma dos objectos, como he forma da seg.<sup>do</sup> as impressões, sempre he conforme estas impressões po[rêm] as impressões, nem sempre representam o objecto como he em si; mil circumstancias pódem causar esta falta de conformid.<sup>e</sup> entre as impressões, e os m.<sup>mos</sup> objectos. d’onde (sic) vem as impressões: daqui se segue, que as ideas ainda que sempre seja conforme com as impressões, nem sempre se conforma com o objecto, como he em si porque a impressão não mostra o objecto como devia representar e havendo desconformid.<sup>e</sup> entre as impressões do objecto como he em si, há necessariam.<sup>te</sup> haver desconformid.<sup>e</sup> entre o objecto e a idea, que eu fórmo deste objecto, porque esta idea || he sempre conforme as impressões. Esta conformid.<sup>e</sup> da idea com impressão, chamão os Philosophos verd.<sup>e</sup> natural, he a conformidade da idea com o objecto, como he realm.<sup>te</sup> chamão verd.<sup>e</sup> lógica. De tudo isto se infere que toda a idea he verdadeira como verd.<sup>e</sup> natural e, nem toda idea tem verd.<sup>e</sup> logica, mas toda a idea, que tem verd.<sup>e</sup> lógica tem igualmen.<sup>te</sup> verdade natural.”<sup>217</sup>

A verdade lógica exposta por Evaristo é a verdade como correspondência. Paradoxalmente, o realismo envolvido na conceituação proposta por ele choca-se frontalmente com o nominalismo subentendido na caracterização acima de idéia universal acima. Todavia há coerência na relação entre verdade lógica e natural, admitida ao fim da caracterização imediatamente acima. Estas incoerências talvez surjam devido à imprecisão terminológica. As definições de verdade natural e lógica

---

<sup>217</sup> *Ibidem*, fol. 4f, linhas 12-fol 4v, linha 6.

são as mesmas que as dadas em Genovesi, se bem que rescritas mais concisa e inteligentemente.<sup>218</sup>

Na segunda proposição verifica-se uma forte e inquestionável influência escolástica, ao definir a negação em termos ontológicos com extensão à teoria da proposição tradicional de sujeito, cópula e predicado. Enuncia a segunda proposição: “Não se dá idea de nada, nem de privações ou negações. Prova-se.”<sup>219</sup> Na seqüência da argumentação Evaristo expõe:

“Porque nada he pura exclusão de todo ente, privação he a ausencia, ou a falta de alguma qualid.<sup>e</sup> em algum subjecto, que he capaz de possuir esta m.<sup>ma</sup> qualid.<sup>e</sup>. Negação he a ausencia de algum predicado em um (sic) substancia, que tem repugnancia para possuir este predicado. Exemplo: A cegueira no homem he privação porque o homem cego, ainda que atualm.<sup>te</sup> não veja, tem toda a capacid.<sup>e</sup> para ver.”<sup>220</sup>

Contraposta esta definição com outras conceituações de caráter moderno, fica evidenciado o ecletismo vigente nas idéias do manuscrito. A definição dos vocábulos como sinais das idéias é coerente. “Os voccabulos são na verd.<sup>e</sup> signaes das ideas, que formamos dos entes, mas os voccabulos ou exprimem directam.<sup>te</sup> o[u] [[indirectam.te]] [o] que temos nos entes ou tambem significações, exclusões, privações, ou ausencias dos m.<sup>mos</sup> entes. As ideas pois que manifestamos pelos voccabulos nada, privação, negação são as ideas daquelles entes, as qualid.<sup>es</sup> reaes, cuja ausencia explicão estas palavras.”<sup>221</sup> A definição de sinal é padrão, estando conforme, e. g., a caracterização de Genovesi.<sup>222</sup>

No artigo terceiro, *Da origem de nossas ideas*, procura mostrar a inconsistência da origem inata das idéias. Evaristo expõe o que entende por discordante nas informações que ele tem do sistema platônico e cartesiano enquanto proponentes de idéias inatas. As considerações sobre o inatismo platônico e cartesiano, estão corretas.<sup>223</sup> Expõe também argumentos de Henrique Moro e Silvano Régis, autores aqui apresentados, defensores de que as idéias inatas seriam infundidas na alma por Deus. A seguir, põe-se a discutir a falsidade do sistema das idéias inatas.

Coerente às colocações anteriores, Evaristo enuncia a primeira proposição do artigo terceiro. Afirma pesadamente que “Todas as nossas ideas são adquiridas;

---

<sup>218</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 66-67.

<sup>219</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 4v, linhas 7-8.

<sup>220</sup> *Ibidem*, fol. 4v, linhas 16-23.

<sup>221</sup> *Ibidem*, fol. 5f, linhas 10-17.

<sup>222</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §1, p. 53.

<sup>223</sup> Cf. DESCARTES [1994], *Meditações Metafísicas*, p. 117-123.

nã[o] há no homem ideas innatas.”<sup>224</sup> O primeiro argumento elencado por Evaristo é o de que a admissão de idéias inatas leva à manifesta contradição. Estando na alma e não sendo conhecidas, equivaleria a não estarem. De outro modo, Evaristo não admite a existência de outros objectos na alma além das idéias; para que pudessem existir sem paradoxo, gerariam no senso íntimo (consciência) a necessidade de uma categoria superior à percebida, o que geraria outra e assim por diante. Em outras palavras, se a idéia prescindir de senso íntimo, então, ela recai no regresso *ad infinitum* acima mencionado. Este argumento é o essencial à primeira proposição.

Nem a idéia Deus é inata. Para justificar essa resposta à objeção segunda de que ao menos a idéia de Deus seria inata, Evaristo recorre a Locke. Ele cita o livro primeiro, capítulo terceiro do *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, onde se discute exatamente sobre o fato de a idéia de Deus não ser inata. Neste caso, a argumentação de Evaristo é emprestada da argumentação de Locke.<sup>225</sup> Da mesma maneira nega Evaristo a vigência de princípios inatos de lei natural, uma vez que:

“Sobre os principios da Ley natural, negamos que sejam innatos, visto que os \seus/ deffendores não numerão q.<sup>tos</sup> elles são; os homens tem principios de pratica inteiram.<sup>te</sup> oppositos uns aos outros. Nações inteiras rejeitão as regras de moral, a m.<sup>ma</sup> consciencia não prova que estes principios sejam innatos, porque há povos inteiros, que prati ||ção [.....] sem o menor remorso de consciencia, e [[a]] m.<sup>ma</sup> [.....] promovida as regras <nos> dá, tem [.....] que elles não são innatas. Podem se ver largam.<sup>te</sup> expla[[nadas tem]] argum.<sup>tos</sup> no Cap. 2º. <livro> 1º. do Entendim.<sup>to</sup> Huma<no>. Os adversários factores dos principios innatos defendem sua opinião dizendo que estes principios foram [.....], irrompidos pela educação, e educação daquelles, com quem convivessem.”<sup>226</sup>

Na refutação acima, Evaristo coerentemente recorre à experiência para derrubar o inatismo da lei natural. Este fato atribui valor à sua exposição e reelaboração. De maneira complementar, na segunda proposição do artigo terceiro enuncia: “Todas as nossas ideas são produzidas pelas faculd.<sup>es</sup> de nossa alma, cuja facul.<sup>e</sup> conhecemos pelo [[intimo senso]].”<sup>227</sup> Íntimo senso, conceito escolástico, deve ser entendido por reflexão ou consciência, conforme é admitido em toda a tradição filosófica. O empirismo de Evaristo não cede mediante temas, nos quais se esperaria, com tranqüilidade, sua derrocada. Numa destas ocasiões, ao enunciar conceitos de carácter completamente independente da experiência, como a proposição o todo é

---

<sup>224</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 7f, linhas 12-13.

<sup>225</sup> Cf. LOCKE, *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>226</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 11v, linha 19-fol. 12f, linha 7.

<sup>227</sup> *Ibidem*, fol. 13v, linhas 7-8.

maior que a parte, ele, ainda assim, mantém uma posição empirista, simples, mas extremamente coerente. Afirma Evaristo da Veiga:

“Portanto, como por meio dos sentidos temos conhecido que [[o todo]] (+) he maior, que qlq.<sup>r</sup> uma das partes de que se compoe, [[ainda]] [.....] torna conhecido, que esta m.<sup>ma</sup> experiência se verifica nos todos: B, C, D, E colligimos, que he [[assumido (?)]] um [[todo]] [.....] a grandeza a qlq.<sup>r</sup> de suas parte<s> [[e que a parte]] he menor que o todo.”<sup>228</sup>

Deste momento em diante, coloca-se Evaristo a avaliar se o ente infinito pode ser conhecido ou não pelos entes finitos e, ainda, se esse conhecimento do ente infinito depende do conhecimento a respeito do ente finito. Evaristo opta pelo recurso à experiência mais uma vez, ao invés da fundamentação metafísica.

A única menção de Evaristo a alguma forma de argumentação é quanto à indução, quando trata de afirmar sobre a maneira como produzem-se as idéias no ser humano por meio das faculdades na proposição segunda do artigo terceiro. Como se verá, sua exposição é rápida, conforme ocorreu com quase todos os conceitos expostos até aqui. Coloca Evaristo que:

“As ideas são universaes trazemos, especie se firmão abstrahindo das ideas singulares. A nossa alma [[marca(?)]] em m.<sup>tos</sup> entes alguma qualid.<sup>e</sup> que todas possuem, e ajunta (+) em um a qualid.<sup>e</sup> que esta a [.....] por todos elles, [[e assim]] formão a idea universal: ex. gr.: eu vejo que Pedro e José [.....] todos os demais homens são [[animaes dotados]] de razão [.....] lembro de José e Pedro, e, mas unicom.<sup>te</sup> [[se juntarem como]] sujeito a animalid.<sup>e</sup> e racionalid.<sup>e</sup> que eu vejo estiver José e Pedro; e todos os mais homens, algum forma a idea [[inventado (?)]] do homem cuja idea ou estabelece, dizendo que todo o homem he animal racional. Do mesmo modo fazemos as ideas dos || [[axiomas]], abstrahindo de m.<sup>tas</sup> proposições singulares [[formam]] o que ellas tem de commum, fazemos uma idea [[universal]].”<sup>229</sup>

Evaristo, como era praxe entre os autores ecléticos, reserva um lugar à religião cristã e seus dogmas. Conclui a argumentação do manuscrito reconhecendo que Deus é quem permite ao homem sua possibilidade de conhecimento, por meio da razão natural ou revelação sobrenatural. Na última página do manuscrito afirma Evaristo:

“Para Deos obras por meio simplicissimos, basta que enriquecesse a alma, dando-lhe virtude de produzir suas ideas com dependência dos movim.<sup>tos</sup> dos órgãos sensorios; e nesta opinião seria inutil tanta belleza, e perfeição, com que Deos formou estes órgãos. O titulo de illuminador dos corações que se dá a Deos pode-se entender de 2 modos, ou da razão natural, que he uma

---

<sup>228</sup> *Ibidem*, fol. 15f, linhas 3-8.

<sup>229</sup> VEIGA, *Op. Cit.*, fol. 14v, linha 14-fol. 5f, linha 2.

luz, que nos foi dada pelo auctor da natureza; ou da revelação sobre natural, que he uma luz concedida aos homens auctor da graça.”<sup>230</sup>

Chama particularmente a atenção o uso do termo *alma*. Evaristo emprega-o mais freqüentemente que o termo *entendimento*. Seria apenas um abuso de linguagem, ou haveria alguma preferência de inspiração espiritual nesta escolha? Não se pode saber. O termo alma, ou espírito, seria mais afeito à escolástica, enquanto que o termo entendimento seria mais adequado ao espírito da modernidade. Viu-se que o manuscrito não ataca frontalmente a temática da lógica. Todavia não poderia ser ignorado, uma vez que, além de inédito, esquematicamente contempla alguns temas de interesse à lógica, principalmente em sua abordagem moderna, que visa ao aspecto operativo das faculdades do entendimento.

A referenciação do texto é muito boa para sua época, sua clareza e método adequados. O texto é decisivamente coerente com o empirismo a que se propõe. Enfim, o texto é humilde mas extremamente belo, pela sua organicidade e coerência discursiva. As pistas à história da lógica no Brasil, trazidas por este documento inédito, corroboram as linhas mestras traçadas no início deste capítulo e, apesar de suas particularidades, os elementos deste texto concordarão em aspectos fundamentais a outros de sua conjuntura.

### 2.2.3 A lógica na exposição de Diogo Antônio Feijó

Diogo Antônio Feijó (1784-1843), distinto personagem deste período, legou-nos um compêndio didático intitulado *Cadernos de Filosofia*<sup>231</sup>, aqui de grande valia devido à sua particularidade quanto à compreensão da filosofia e, nela, à sua representação da lógica no fim da era joanina. Mesmo com a repercussão deste texto restrita ao seu magistério e círculo pessoal de influência, as idéias atestam uma combinação, síntese e exposição de lógica ímpar para o seu contexto e época. A particularidade do texto é ressaltado por Reale, com quem se compartilha a expressão:

"Mas, o surpreendente, no caso especial de Feijó, é a circunstância de ser ele portador de uma cultura tóda formada na terra brasileira, em provincianas e acanhadas vilas paulistas, quando São Paulo mesmo contava menos de 30.000 habitantes, entre livres e escravos, só dispondo de um colégio, o de São Francisco, onde os estudos filosóficos eram ministrados segundo as diretrizes oficiais traçadas pela política educacional iluminista do

---

<sup>230</sup> *Ibidem*, fol. 17f, linhas 13-21.

<sup>231</sup> Daqui em diante, quando se fizer referência aos *Caderno de Filosofia*, mencionar-se-á apenas a denominação *Cadernos*.



Marquês de Pombal, salvo, é claro, cursos esporádicos como o atribuído a Martim Francisco.<sup>232</sup>

Sua formação intelectual esteve voltada para a preparação ao ministério sacerdotal. Para isso, Feijó estudou filosofia com dedicação conforme, relata Sousa:

“No processo de *generis* há um atestado de Francisco de Paula e Oliveira, lente substituto, na ausência do professor Rev. Roque Soares de Campos, datado em São Paulo, em 29 de setembro de 1808, por onde se vê que Feijó freqüentava a aula de Filosofia daquele mestre, sempre *mostrando grandes talentos, incansável aplicação e notável aproveitamento.*”<sup>233</sup>

Como sacerdote, Feijó passa a habitar em Itu, onde integrará a *Congregação dos Padres do Patrocínio*. Segundo Sousa, “Não se tratava de ordem ou congregação religiosa canonicamente organizada, com existência autorizada pela suprema autoridade da Igreja: era apenas uma sociedade de clérigos, que se reuniam com o propósito de aprofundarem a prática das doutrinas cristãs, trocando conselhos e edificando-se reciprocamente pelos exemplos de uma vida de grande pureza.”<sup>234</sup> Os padres do Patrocínio eram conhecidos por austeridade dos costumes e rigidez dos princípios, razão pela qual um artigo de Fernandes Pinheiro compara-os aos solitários de Port-Royal, conforme indicação do título do artigo.<sup>235</sup>

A adesão de Feijó aos exercícios espirituais, e sua aplicação às preleções teológicas e filosóficas<sup>236</sup> que se proferiam na dita congregação, teria no futuro regente inspirado uma grande simpatia aos ideais liberais, culminando na aceitação de teses galicanistas.<sup>237</sup> Pinheiro Fernandes atribui tal adesão à “Leituras mal digeridas, a pouco feliz escolha d’expositores, lhe produziram uma fermentação intelectual, agravada pelo estudo, também mal conduzido, da philosophia de Kant, cuja nebulosidade é confessada pelos próprios panegyristas.”<sup>238</sup>

---

<sup>232</sup> Miguel REALE in FEIJÓ [1967], p. 35.

<sup>233</sup> SOUSA [1957], vol. VII, p. 32.

<sup>234</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 40. Entre os congregados Padres do Patrocínio estavam: o padre Jesuíno do Monte Carmelo, seu ponto de convergência, seus filhos também padres, Elias e Simão, um sobrinho o clérigo João Paulo Xavier, o padre Manoel da Silveira, o padre Antônio Joaquim de Mello, este último que faleceu bispo de São Paulo.

<sup>235</sup> FERNANDES [1870b].

<sup>236</sup> FONTOURA [1928], p. 181. Este autor afirma que se realizavam, freqüentemente, preleções filosóficas e teológicas, da qual participavam não apenas os reverendos da congregação do Patrocínio mas muitos outros religiosos.

<sup>237</sup> FERNANDES, *Op. Cit.*, p. 141. Neste grupo de padres, Feijó era um dos mais assíduos e fiéis observantes das regras. Estava em moda o galicanismo e Feijó, um dos mais eminentes membros da congregação dos Padres do Patrocínio, trazia em seu pensamento, amálgama entre idéias liberais “... com maximas da mais severa moral e extraordinário rigor de princípios que os jansenistas oppunham á laxidão das doutrinas de seus adversários.”

<sup>238</sup> *Ibidem*, p. 141.

Parece, contudo, que Feijó não teria tido como evitar esta situação. Todavia, quanto à sua formação, as informações de Pinheiro Fernandes realmente apontam a elementos razoáveis. Grande parte da formação intelectual de Feijó decorre de seu trabalho individual e autodidata, sendo natural e esperado que combinasse os textos estudados de acordo com sua leitura. Por isso, sua representação da lógica e da filosofia é valiosa. Quanto ao jansenismo que Pinheiro Fernandes insinua, Tarquínio de Sousa considera que: “Se se falou, a propósito dos padres do Patrocínio, em Port-Royal, é que haveria suspeitas de jansenismo é admissível que sofressem influências jansenistas, mas de maneira pouco profunda.”<sup>239</sup>

O texto dos *Cadernos* editados por Eugênio Egas em 1912, foi-lhe confiado por Jorge Tibiriçá para ser publicado. Tratava-se de cadernos de filosofia pertencentes a seu avô, João Tibiriçá de Piratininga, antigo aluno do padre Feijó na cidade de Itu, na segunda década do século dezenove.<sup>240</sup> Tais *cadernos* teriam sido redigidos para o uso nas aulas de filosofia, que Feijó ministrou na Vila de Itu no ano de 1818<sup>241</sup>, em concordância com o que afirma Mello de Moraes sobre Feijó, que ele abria “um curso de filosofia racional e moral também por um compêndio seu (sic), extraído de autores notáveis e das doutrinas kantianas até então desconhecidas no lugar.”<sup>242</sup> Esta informação é confirmada por Sousa:

“Habitado a ensinar, foi autorizado por provisão do Bispo D. Mateus de Abreu Pereira a abrir uma aula de filosofia racional e moral e nela se servia de compêndio seu, escrito em São Carlos [atual Campinas], no qual adotava ‘uma filosofia eclética, moderna, feita de Escolástica tradicional e dos enxertos que cheiram a Descartes e Kant; conforme avalia Sousa, tudo de segunda mão e sem qualquer originalidade.”<sup>243</sup>

Nem é tão simples avaliar como desprezíveis os textos de filosofia compostos pelos divulgadores de filosofia no Brasil. São acusados de não compor com originalidade. Como poderiam os divulgadores brasileiros propor filosofia e abordagens aos problemas clássicos da filosofia de maneira original sem estarem de fato, por condições históricas e materiais, ligados à tradição filosófica relevante ao

---

<sup>239</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 42.

<sup>240</sup> REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA [1952], p. 125: “Não eram os manuscritos originais do padre humilde, que se guindaria mais tarde à excelsa posição de Regente do Império, mas um cópia feita por aluno, em letra cuidada e clara, tendo os editores, consoante informação que nos dá Eugênio Egas, reproduzido o texto sem lhe alterar as extranhas (sic) grafia e pontuação. Dos originais de Feijó, que escrevera as apostilas, suprimindo, assim, as deficiências de livros na época de D. João VI, não se tem qualquer notícia.”

<sup>241</sup> Cf. Miguel REALE in FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>242</sup> Mello de MORAES, *Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó* apud REALE in: FEIJÓ [1967], p. 11.

<sup>243</sup> SOUSA, *Op. Cit.*, p. 43.

debate filosófico em curso em suas épocas? Por essa razão, não se busca aqui originalidade nos filosofantes brasileiros. Busca-se antes, a oportunidade de suas condições de laboração filosófica, considerações propostas e o seu ensino. Não raramente, a tão exigida originalidade surpreende aqueles que se põem ao estudo atento das fontes históricas. Vale aqui a nota da introdução sobre as *realizações admiradas de outros povos* aqui tidos, salvo as devidas proporções de oportunidade e meios.

O contato de Feijó com idéias kantianas dos cadernos teria sido obtido a partir das aulas de filosofia de Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844) quando este lecionava em Itu.<sup>244</sup> Martim Francisco, como é mais conhecido o irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), era diplomado em filosofia e matemática pela Universidade de Coimbra.<sup>245</sup> Segundo o testemunho escrito de ex-alunos seus, teria ministrado aulas de filosofia em Itu, no início do século XIX, inspirado nos ensinamentos de Kant. A tal fato refere-se outro Martim Francisco (terceiro de igual nome e neto do citado), que afirma ter recebido de Lúcio Manuel Feliz dos Santos Campello “Oito densos cadernos manuscritos, assim titulada a capa do primeiro: ‘Exposição da Filosofia de Cant’ [com C, que era como o filósofo assinava quando moço] [...] Valioso presente. Nada mais e nada menos que as lições aprendidas pelo ofertante, em 1807-8, numa das aulas do coronel Martim Francisco.”<sup>246</sup> Querino Ribeiro, oportunamente, também constata a realização de curso de Filosofia ministrado por Martim Francisco: “Dentre os aspectos da cultura do velho Andrada, cumpre destacar o seu conhecimento de filosofia, pois, conforme refere Afonso Taunay, no princípio do século dezenove, Martim Francisco ensinava em São Paulo, ‘com lúcidas lições’ as doutrinas de Emmanuel Kant.”<sup>247</sup>

Outra hipótese adicional, mas não exclusiva, a respeito do meio de contato de Feijó com aspectos da filosofia kantiana, aponta ao texto de Charles Villers.<sup>248</sup> Este texto teria sido usado como fonte por Feijó. Tal livro, que foi uma das primeiras

---

<sup>244</sup> ANDRADA [1964], p. 97-101.

<sup>245</sup> Outro Andrada, irmão dos dois primeiros, é Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (1773-1845).

<sup>246</sup> ANDRADA, *Op. Cit.*, p. 97-101.

<sup>247</sup> RIBEIRO, *Op. Cit.*, p. 64. O autor cita Afonso Taunay, *Anais do Museu Paulista*, tomo III, Diário Oficial de São Paulo, 1927.

<sup>248</sup> *Philosophie de Kant ou Principes Foudamentaux de la Philosophie Transcendentale*, Metz, 1801. Há um exemplar na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

exposições do pensamento de Kant em língua francesa, é ainda um tanto deficiente.<sup>249</sup> Tal hipótese foi sustentada por Miguel Reale e por Laerte Ramos de Carvalho, sendo que este último destacou a existência de diversas semelhanças entre trechos dos *cadernos* e de Villers.<sup>250</sup>

A obra *Cadernos de Filosofia* de Feijó é constituída internamente de outros três cadernos. Cada um deles é dotado de uma pequena introdução e dividido em capítulos. As partes tratam, respectivamente, de metafísica, lógica e filosofia moral.<sup>251</sup> De maneira geral, as matérias que compõem o corpo da lógica nos cadernos pertencem, hoje, em grande parte, ao domínio da psicologia, epistemologia e metodologia. Não obstante, comparado a outros textos de brasileiros do mesmo período, como o de Monte Alverne, é diferenciado com conceituações originais, na medida em que não se restringe à lógica greco-escolástica nem à lógica moderna e eclética. Os conceitos pertinentes à caracterização da lógica nos *Cadernos* têm duas características marcantes: 1º.) comparecem conceitos nitidamente tradicionais herdados da filosofia escolástica; 2º.) ocorrem conceituações de inspiração moderna e indícios de elementos kantianos, tanto em metafísica quanto em lógica.

Em Feijó, lógica e metafísica são domínios correlativos, mas não à maneira tradicional. Ao admitir como metafísica “a ciência especulativa e material, isto é, que não trata das formas do pensamento, mas de seu conteúdo, seu objeto e origem, e em geral, do material de nossos conhecimentos.”<sup>252</sup> Ao final do caderno de metafísica, Feijó admite mais claramente que: “A Metafísica tem por fim *descobrir aquelas verdades mais universais nos conhecimentos humanos*; firmar-lhes o valor do testemunho da consciência, que é o senso comum de tôdas as verdades.”<sup>253</sup>

Graças a esta opção, Feijó terá que redesenhar diversos conceitos lógicos como nos critérios de verdade e na própria dinâmica da lógica exposta no caderno de lógica. Num sentido mais amplo, encara-se a filosofia como teoria do conhecimento e a lógica será aí inserida.<sup>254</sup> Esta característica – a metafísica peculiar que Feijó

---

<sup>249</sup> Cf. Miguel REALE in FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 8-9. E do mesmo autor, *A doutrina de Kant no Brasil*, p. 31.

<sup>250</sup> Cf. *Ibidem*, p. 8-9.

<sup>251</sup> Miguel REALE in FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 8; 14.

<sup>252</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 46.

<sup>253</sup> *Ibidem*, p. 83. Grifos nossos.

<sup>254</sup> Entretanto, a posição da lógica na filosofia criticista é problemática e é criticada por diversos filósofos e historiadores da lógica. Para Kneale & Kneale, por exemplo, a lógica formal não é discutida por Kant: “And in the *Critique of Pure Reason* he discusses formal logic only in order to distinguish it from transcendental logic, which is supposed to be concerned with the possibility and validity of

resenha – distingue seu texto de outros do período e mesmo a ele posteriores. O próprio plano de redação dos cadernos de metafísica e lógica antecipa essa distinta diferença. Eles estão divididos conforme o plano abaixo:

**1o. Caderno – Metafísica.**

- Capítulo I – Noções preliminares de Filosofia;
- Capítulo II – Principais questões de Metafísica;
- Capítulo III – Da alma e suas faculdades;
- Capítulo IV – Quadro da geração dos conhecimentos;
- Capítulo V – Definições;
- Capítulo VI – Das primeiras verdades;
- Capítulo VII – Divisão geral dos conhecimentos.

**2o. Caderno – Lógica.**

- Da Lógica – Seu objeto;
- Capítulo I – Marcha do entendimento;
- Capítulo II – Das formas de raciocínio;
- Capítulo III – Dos métodos.
- Capítulo IV – Crítica dos Sinais;
- Capítulo V – Crítica dos Sentidos;
- Capítulo VI – Crítica da Autoridade;
- Capítulo VII – Crítica da Razão;
- Capítulo VIII – Teoria da Probabilidade;

Feijó parece ter percebido a incompatibilidade entre as conceituações de lógica como arte de pensar e a proposta por ele como definição. Ele a conceitua:

“Lógica é a ciência formal do raciocínio. Como esta parece excluir tôdas as mais coisas além das formas de raciocínio, parecendo, aliás, necessário tratar-se de algumas regras que segurem a indagação dos mesmos elementos do raciocínio, julgamos mais fecunda a definição seguinte: ‘Arte de Pensar’. Arte é a uma colisão de regras, que tendem a um fim.”<sup>255</sup>

Tímida sim, mas o fato é que a concepção de Feijó distancia-se das conceituações comuns no Brasil da época. Todavia, sua designação da lógica como *ciência formal do raciocínio* não é suficiente, comparada às caracterizações de Kant

---

knowledge.” (*Op. Cit.*, [1962], p. 354) Ainda para os mesmos autores, o conceito kantiano de lógica merece outras críticas. Eles apontam que a crítica com a qual Kant abre o prefácio da segunda edição da *Crítica da Razão Pura*, condenando as confusões entre lógica e antropologia, psicologia e metafísica, embaraça-se: “The concern which Kant shows here for the purity of logic is difficult to reconcile with his own practice in the body of the work. For it was he with his transcendentalism who began the production of the curious mixture of metaphysics and epistemology which was present as logic by Hegel and the other Idealist of the nineteenth century.” (*Ibidem*, p. 355).

<sup>255</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 89.

para a lógica, mas é um avanço, comparada a outros contemporâneos. A lógica em Feijó é lógica aplicada, o que foge ao sentido que Kant assumiu e defendeu, ao afirmar que à lógica aplicada não convém esta denominação porque:

“Na Lógica pura, separamos o entendimento dos demais poderes da mente e consideramos o que ele faz por si só. A Lógica aplicada considera o entendimento em sua combinação com os outros poderes da mente a influir em suas ações e que a elas imprimem uma direção torta, de tal sorte que ela deixa de proceder segundo as leis que, no entanto, percebe que são as corretas. A lógica aplicada não devia a rigor chamar-se Lógica.”<sup>256</sup>

Na *Lógica*, em outra passagem, Kant distingue a lógica do uso comum e a do uso especulativo. Para ele, a lógica não pode ser um produto do entendimento comum, pois o entendimento comum é a faculdade de discernir *in concreto* as regras do conhecimento: “A *Lógica*, porém (sic) deve ser uma ciência das regras do pensamento *in abstracto*.”<sup>257</sup> Admite ainda Kant que a lógica deixaria de ser uma propedêutica, para tornar-se um *órganon* das ciências, o que convém à matemática e não à lógica,<sup>258</sup> o que Feijó reconhece parcialmente.

Não é no sentido *in abstracto* que Feijó usa o termo formal na definição de lógica. Outras afirmações feitas por Feijó clarificam sua compreensão do termo. Ele mantém que “O objeto da lógica rigorosamente falando, segundo a primeira definição, são as diferentes formas do raciocínio; mas, segundo outra definição, são tôdas as coisas que têm relação a dirigir e ordenar o pensamento em ordem a descobrir a verdade.”<sup>259</sup> A segunda parte da caracterização de Feijó é, sem dúvida, inspirada em Genovesi. A acepção do termo formal denota a coleção de formas de raciocínio, o que é coerente com sua exposição posterior, nas diversas seções dos *Cadernos* dedicadas a expô-las. Apesar disso, seu tratamento da lógica nos *Cadernos* não se concentra e se

---

<sup>256</sup> KANT [1992], A 14; Ak 18. Considera Kant que a lógica se divida em analítica e dialética: “A analítica descobre por desdobramento todos os atos da razão que efetuamos no pensamento em geral. Ela é, pois, uma analítica da forma do entendimento e da razão e chama-se com razão e Lógica da verdade, porque contém as regras necessárias de toda verdade (formal), sem as quais nosso conhecimento, independentemente dos objetos, também é inverdadeiro em si mesmo. Portanto, ela nada mais é do que um cânon para a dijudicação (da correção formal de nosso conhecimento)”. (*Ibidem*, A11; Ak 17) A lógica enquanto dialética é enunciada como: “Se se quisesse usar essa doutrina puramente teórica e geral como uma arte prática, isto é, como um *órganon*, então ela tornar-se-ia uma *Dialética*.” (*Ibidem*, l. c.)

<sup>257</sup> KANT, *Op. Cit.*, A 15; Ak 19. Grifos nossos.

<sup>258</sup> Quanto a outras caracterizações da lógica em Kant tem-se a lógica natural ou popular: (*Logica naturalis*) não é propriamente lógica, pois agrega fatos antropológicos à medida em que se refere à aplicação em concreto da lógica. Seus princípios não se conhecem em abstracto. A lógica artificial ou científica: (*lógica scholastica, sive artificialis*) é a “... ciência das regras necessárias e universais do pensamento, que podem e devem ser conhecidas *a priori*, independentemente do uso natural do entendimento e da razão *in concreto*, muito embora só possam vir a ser encontradas pela primeira vez pela observação desse uso natural.” (KANT, *Op. Cit.*, A12; Ak17)

<sup>259</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 90.

particulariza suficientemente nas diferentes formas de raciocínio; detêm-se, preferencialmente, em organizá-las em vista das operações do entendimento, em essência a do raciocínio, procurando fundá-las validamente. Esta preocupação é coerente à lógica das faculdades.

Nota-se deste ponto indicadores do ecletismo absorvido por Feijó. Ele, nas conceituações, e em outras passagens do texto, combina elementos racionalistas modernos através de Genovesi e vagos conceitos lógicos e metafísicos propostos em Kant, mas certamente não lido no original. Já apresentados alguns paralelismos entre Feijó, Kant e Genovesi, devem-se ressaltar nas concepções do futuro regente traços da escolástica ainda presentes em sua formação.

Para Feijó a alma é o sujeito que conhece e quer.<sup>260</sup> Disto prossegue ele a qualificar as faculdades da alma. Ele sustenta que: “Duas, portanto, são suas faculdades principais: faculdade cognitiva e faculdade volitiva; uma que tem por objeto conhecer e a outra, querer.”<sup>261</sup> Esta é a definição de entendimento dada em Locke<sup>262</sup>, não sendo inspirada nem em Genovesi, cuja caracterização é difusamente diferente<sup>263</sup>, nem na caracterização kantiana das faculdades. Kant inclui, além das duas faculdades mencionadas por Locke, denominadas cognitivas, uma terceira faculdade, do desejo responsável pela sensibilidade do prazer e desprazer.<sup>264</sup> Surpreendentemente, Feijó cita-as sem reconhecê-las como faculdades, ao descrever a sensibilidade enquanto derivada da faculdade cognitiva.<sup>265</sup>

A faculdade cognitiva desenvolve-se, afirma Feijó, por meio da sensibilidade e do entendimento.<sup>266</sup> O raciocínio, considerado enquanto faculdade secundária, é um dos atos do entendimento. No contexto da metafísica o raciocínio é caracterizado como “... a faculdade pela qual a alma deduz novas verdades

---

<sup>260</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>262</sup> LOCKE, *Op. Cit.*, p. 131: “The two great and principal actions of the mind, which are most frequently considered, and which are so frequent that every one that pleases may take notice of them in himself, are these two: –

*Perception, or Thinking; and  
Volition, or Willing.*

The power of thinking is called the *Understanding*, and the power of volition is called the Will; and these two powers or abilities in the mind are denominated faculties.”

<sup>263</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §5, p. 8: “O Entendimento he huma faculdade da alma, com que podemos distinctamente perceber os objectos, julgar, raciocinar, abstrahir, compôr, reflectir, imaginar, lembrar, &c.”

<sup>264</sup> KANT [1952], *The Critique of Judgement*, p. 475.

<sup>265</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 59.

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 58.

comparando leis com leis, fatos com fatos, ou leis com fatos etc., v. g., o homem é racional, Pedro é homem, portanto é racional.”<sup>267</sup> Tem-se aqui a conexão na exposição de Feijó entre a metafísica e a lógica. Na lógica, afirma Feijó, “... se toma o raciocínio como operação do entendimento e não como faculdade.”<sup>268</sup> O raciocínio tem lugar apenas depois de diferentes operações cognitivas.<sup>269</sup> O raciocínio é o ponto de partida para a definição do método. Considera ele que “a aproximação ou arranjo de muitos raciocínios em ordem a descobrir a verdade chama-se método.”<sup>270</sup>

Enquanto faculdade secundária da cognição, possui ainda o raciocínio um atributo específico: “Pelo raciocínio é que se manifesta esta força sintética, que tende a reduzir tudo a um; talvez por que encontra o modelo no ser pensante, que, sendo uma só atividade, se manifesta por tôdas as leis e faculdades diferentes.”<sup>271</sup> Esta caracterização, sem dúvida, não foi apreciada em Genovesi. Seu espírito é criticista, mas a dinâmica da lógica, tal como era entendida em Feijó, é, em linhas gerais, simples e adequada à lógica das faculdades, cuja abordagem transparece em toda enunciação do futuro regente. Expõe ele que:

“O raciocínio não tem lugar, senão depois de diferentes operações do *entendimento*. Chamamos neste lugar entendimento a inteligência do homem, sua cognição.

A marcha do entendimento para chegar ao raciocínio é a seguinte: a *idéia* é tudo quanto se faz presente à alma e por isso passa a ser objeto da percepção, seja uma sensação, concepção, percepção, um fenômeno, ou realidade.

*Percepção* é o ato da consciência que reconhece a idéia.

A aproximação de duas idéias, com recíproca relação, chama-se *comparação*.

A atenção simultânea e sucessiva sobre o objeto da comparação, a fim de reconhecer sua conveniência ou disconcordia, chama-se *reflexão*.

A atribuição ou rejeição, que o entendimento faz de uma idéia a outra, chama-se *juízo*.”<sup>272</sup>

Feijó admite em sua lógica, mais especificamente na metafísica, princípios fundadores, como o princípio de razão suficiente, existência, essência e ordem. Procura, assim, estabelecer o meio de derivação de princípios que captam

---

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>269</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>271</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 92.

<sup>272</sup> *Ibidem*, p. 91. Afirmações semelhantes são encontradas no quadro das operações do entendimento. (cf. *Ibidem*, p. 92). Estas idéias de Feijó são exatamente coincidentes com as



intuitivamente a correção dos princípios e leis derivados por meio dos raciocínios.

Afirma ele:

“O raciocínio elabora e transforma êstes conhecimentos dados pelo entendimento, formando, por uma força que lhe é própria, novas combinações, donde tira novos resultados que propõe como outros tanto tipos ou leis do entendimento.

É o raciocínio quem generaliza, reduzindo os pequenos todos a todos mais fecundos e, mesmo, quem forceja a reduzir tôdas as coisas a uma só.”<sup>273</sup>

Das afirmações acima pode-se concluir que a função por excelência da lógica é prover ao entendimento seu aspecto operatório, cuja finalidade é conhecer correta e verdadeiramente. Afirma ele que o “...fim do raciocínio não pode ser outro senão descobrir uma verdade universal ou particular”.<sup>274</sup> Deste modo, Feijó garante a validade dos princípios derivados segundo os cânones de sua lógica, permitindo que sejam inferidas como conseqüências de princípios validamente admitidos. Mantém Feijó que:

“O raciocínio, ainda que essencialmente não seja senão comparação refletida de concepções, contudo difere da forma ou maneira com que se colocam e arranjam as concepções, as quais formas (sic) podem ser numeradas e classificadas pelo modo seguinte: nós ajuntamos à forma de cada raciocínio o seu resultado, chamando as concepções comparadas princípios, e, as concepções resultadas, conseqüências.”<sup>275</sup>

Esta relação entre princípios e conseqüências, definida como ponto alto do raciocínio em Feijó, é em Kant apenas uma das três relações de pensamento admitidas para os juízos.<sup>276</sup> O quadro das idéias é exatamente o proposto por Genovesi, que combina os quadros de Locke e Port-Royal. Segundo sua natureza, as idéias são simples e compostas, inteligíveis ou fantásticas, abstratas ou concretas, singulares ou universais; segundo seu objeto as idéias são absolutas ou relativas, adequadas ou inadequadas, verdadeiras ou falsas, reais ou quiméricas. Consideradas na alma, as idéias são claras e obscuras, distintas e confusas; finalmente, quanto à sua origem, as idéias podem ser adventícias, ou factícias, e inatas.

Esta última classe de idéias não é nem lockeana nem kantiana; os dois pensadores não admitiam idéias inatas. Feijó, entretanto, aceita que “Nós conservamos o nome de inatas às que não pertencem à sensibilidade, as verdade a

---

considerações competentes de Locke, *Op. Cit.*, p. 328 e Port-Royal, *Op. Cit.*, p. 37, estas idéias foram divulgadas por Genovesi, *Op. Cit.*, §7-8, p. 8-9.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 70.

<sup>274</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 93; 70-71.

<sup>275</sup> *Ibidem*, p. 93.

<sup>276</sup> KANT [1952], *Critique of Pure Reason*, p. 40.

*priori*, posto que todas as verdades sejam inatas, como temos visto.”<sup>277</sup> Essa é uma demonstração de como combinaram-se, na compreensão da lógica para Feijó, elementos da escolástica colonial, o que acarretou a compreensão incorreta das idéias de Kant a respeito do tema.

Um ponto importante da exposição da lógica em Feijó é a sua conceituação de verdade e seus respectivos critérios. Em Feijó o tratamento dado à questão é razoável mas difuso. Primeiramente, ele conceitua a verdade e seus critérios em diversos momentos da exposição; segundo, nem sempre essas conceituações são completamente coincidentes. A definição principal de verdade encontra-se no caderno de metafísica e supõe o conhecimento adequado dos objetos, a fim de poder aplicar-se o critério de correspondência como conformidade entre eles e a coisa. Coisa é um termo geral e aplicado a tudo, seja existente ou possível.<sup>278</sup>

“Entendemos por *verdade* a conformidade da coisa com seu objeto. Ou um conhecimento acompanhado de evidência e atestado pela consciência.

Na primeira acepção se vê que a verdade supõe um conhecimento certo e invariável que lhe serve de fundamento, o qual pode chamar-se *verdade por excelência* ou princípio e fundamento da verdade.

Por esta noção de verdade se conhece que o seu caráter não pode ser outro que a evidência manifestada no mesmo objeto de verdade ou no método, com que foi deduzido de um princípio verdadeiro.

Evidência é uma maneira de ver o objeto livre de todo embaraço acompanhada da convicção de que a coisa é tal como se percebe.”<sup>279</sup>

A afirmação *atestado pela consciência* estaria referindo-se aos critérios formais de verdade que Kant estabeleceu na *Crítica da Razão Pura* e na *Lógica*? Teria ele usado o termo consciência no sentido do entendimento kantiano? A formulação de Feijó não permite responder precisamente a questão. Há, todavia, indícios de que Feijó tivesse captado a essência da proposição kantiana sem, contudo, conseguir perceber sua peculiaridade na qual o intelecto acha-se regulado pelos princípios lógicos fundamentais de não-contradição, identidade, razão suficiente e terceiro excluído.<sup>280</sup> Esta constatação baseia-se na definição de consciência dada por

---

<sup>277</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 85.

<sup>278</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 72.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 46-47.

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 45-46. Para Kant, os critérios de verdade puramente formais ou lógicos são: “1) o princípio da contradição e da identidade (*principium contradictionem e identitatis*), mediante o qual está determinada a possibilidade interna de um conhecimento para *juízos problemáticos*; 2) o princípio da razão suficiente (*principium rationis sufficientis*), no qual se baseia a *realidade* (lógica) de um conhecimento – o fato de que ele esteja fundado como matéria para *juízos assertóricos*. 3) o princípio do terceiro excluído (*principium exclusi medii inter dua contradictoria*), no qual se funda a necessidade

Feijó. Para ele, “A consciência, porém, que é como o âmago de nosso ser, o que em nós conhecemos de mais ativo e incapaz de engano, por isso mesmo, que conhece os objetos por um espécie de contato com eles, é o último tribunal da razão, donde se não pode mais apelar sem que justamente se seja censurado de imprudente e insano.”<sup>281</sup> Como se vê, Feijó não percebeu o quadro completo da enunciação kantiana, mas era uma consequência inevitável das condições nas quais pôde ele se desenvolver.

A noção de verdade enunciada acima mistura uma percepção intuitiva da verdade como correspondência de inspiração racionalista, que funda a verdade na evidência. Sua enunciação é compatível à consideração nominalista com a qual ele define verdade moral ou lógica, aqui de grande interesse. Com efeito, no quinto capítulo do caderno de metafísica ele novamente conceitua:

“*Verdade* é a conformidade da coisa com seu objecto; portanto, na verdade se supõe um objeto que deve de (sic) servir de modelo ou arquétipo. A verdade é natural, moral ou lógica. Verdade natural ou metafísica é a já definida.

*Verdade moral* [ou lógica] é a conformidade dos sinais com as coisas, ou dos juízos com as de que se compõem.

A esta se opõem (sic) a falsidade.”<sup>282</sup>

O tratamento semântico da negação em Feijó é o clássico. Paradoxalmente, ao enunciar a condição de validade da verdade lógica, Feijó adota uma convenção de caráter nominalista, ao afirmá-lo como traço distintivo da verdade moral ou lógica. Na afirmação de que a verdade lógica depende da conformidade dos sinais com as coisas, aproxima-se de uma postura nominalista. Ao postular que, quanto aos juízos, a conformidade deve ser entre eles mesmos e as partes que os compõem, assume uma postura de verdade como correspondência de cunho racionalista. Este nominalismo estava presente à exposição de Genovesi.<sup>283</sup> Todavia, se sob a influência de Kant, ou não, o fato é que na caracterização da verdade lógica acima, Feijó aproxima-se da conceituação kantiana para verdade lógica. Kant repele

---

(lógica) de um conhecimento – o fato de que necessariamente se deva julgar assim e não de outro modo, isto é, que o contrário seja falso – para *juízos apodícticos*.” (KANT [1992], A52-53; Ak75-76).

<sup>281</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>282</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>283</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 66-67: “Verdade Lógica he a conveniencia das nossas idéas, e juizos, com os seus objectos; e a falsidade Logica he a desconviniência das nossas idéas e juizos dos seus objectos. A verdade Logica he de dous modos: *formal* e *objectiva*. Quando os nossos juizos se referem só as nossas idéas, e não aos objectos externos, sempre são a elles conformes, e por isso verdadeiros, e esta verdade se chama *formal*. Porém se se referem aos objectos externos, nem sempre são verdadeiros, antes algumas vezes falsos. E esta verdade, ou falsidade, se chama *objectiva, e real*.”

veementemente a noção de verdade como correspondência, compreendida em acepção realista como insuficiente, propondo uma nova formulação para a questão de caráter idealista. Com efeito, considera Kant que:

“Pois a verdade *formal* consiste unicamente na concordância do conhecimento consigo próprio, abstração feita de todos os objetos e de toda distinção entre os mesmos. Os critérios formais e universais da verdade nada mais são, por conseguinte, do que as características lógicas universais da concordância do conhecimento consigo próprio, ou – o que dá no mesmo – com as leis universais do entendimento e da razão. Esses critérios universais e formais não são, é verdade, suficientes para a verdade objetiva, mas devem, no entanto, ser considerados como *conditio sine qua non* dos mesmos.”<sup>284</sup>

Outras considerações ainda não contidas nas discussões acima, figuram no final do caderno de metafísica. Nelas Feijó considera outras categorias de verdade não tão primitivas ou necessárias para formar a base dos conhecimentos humanos.<sup>285</sup> Figuram duas caracterizações de inspiração conceitual kantiana, que rivalizam com outras apresentadas noutra lugar hauridas de Genovesi. Dispõe Feijó que:

“As *verdades subjetivas* primitivas chamam-se verdades de intuição.

As *verdades objetivas* chamam-se crenças postuladas de consciência, fundamento de toda a verdade.

As *verdades universais a priori* são as que se supõe anteriores à experiência, ainda que dela dependam para se manifestarem e que compreendem necessariamente todas as verdades da qual é gênero, v. g.: *o todo é maior que a sua parte*.

*Verdades universais a posteriori* são as que se formam da experiência e, por isso, são posteriores a ela, e só compreendem as já experimentadas: v. g.: o ano tem quatro estações.

Por esta observação se conhece que a experiência é necessária para as verdades posteriores, como para as anteriores.”<sup>286</sup>

Tanto os conceitos de *a priori* quanto de *a posteriori* estão enunciados com correção, mas com simplicidade.<sup>287</sup> Há adequação das conceituações acima com a formulação kantiana, verificando-se assim um dado muito importante para esta discussão.

A exposição de Feijó é, em grande parte, coerente e adequada sistematização que se pretendeu da teoria lógica. Dois momentos ficam fora desta consideração. O primeiro é a incompatibilidade de aspectos relativos à teoria da verdade. A caracterização da *verdade objetiva* é compatível e coerente com o realismo

---

<sup>284</sup> KANT [1992], A72; Ak51.

<sup>285</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>287</sup> Cf. KANT [1952], *Critique of Pure Reason*, p. 14.

que admitiu Feijó acima. Todavia, não é compatível com a definição de *verdade lógica*, que é fundamentada através de uma postura de correspondência racionalista. A segunda exceção à consideração de valor a respeito do texto refere-se à adoção da existência de idéias inatas que, como adiantado, não são compatíveis à lógica fundada na experiência, no entendimento e no raciocínio.

A hierarquia das várias castas de evidência é a mesma que a de Genovesi. As evidências física, matemática e moral estão presentes. É elegantíssima a apresentação de Feijó que, adequadamente, associa a cada verdade sua respectiva evidência. Neste ponto, como em outros, sua exposição supera muito a dos textos de que se serviu. Ele não sobrepõe as diversas evidências, discute antes suas condições de validade, buscando compreender as circunstâncias que acompanham a evidência, para que, conhecendo suas causas, aproxime-se o mais possível da verdade garantida por meio de determinada evidência.<sup>288</sup> Estreitamente relacionados à evidência, propõe Feijó os estados da alma, correspondentes quanto à verdade. São os mesmos que em Genovesi: ignorância absoluta ou relativa, dúvida, probabilidade e certeza.<sup>289</sup> Sua discussão, novamente, distingue-se pela pertinência e superação do estreito horizonte pragmático fornecido por Genovesi à consideração do valor das diversas categorias de evidência e estados de verdade a elas correspondentes.

As definições de universal, singular, espécie e gênero são usuais, embora apresentadas muito concisamente. A apresentação de Feijó das formas do raciocínio é absolutamente esquemática e rápida. A lógica, na abordagem de Feijó, abrange a lógica indutiva. Essa opção salienta-se a partir da exposição das formas de raciocínio que principia pela indução, definida como a “enumeração comparada de fatos particulares, pela qual concluímos um universal na mesma espécie: visto que o fogo derrete o ouro, o chumbo, etc., derrete todo metal.”<sup>290</sup> Feijó admite dois modos de indução. Ambas fundamentam-se na indução por simples enumeração. Destaca Feijó que esta é a forma mais vulgar e mais usada. Ressalva ele que, ao se aplicar uma lei derivada de uma indução por enumeração, cuide-se para nunca trocar a lei derivada da espécie dos fatos enumerados por outra. Esta é a condição de validade, a seu ver, da indução. Sua abordagem à indução é objetiva, supondo uniformidades na natureza e podendo estendê-la à generalização a partir de experiências. Tal interpretação

---

<sup>288</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 47.

<sup>289</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*

<sup>290</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 94.

objetiva dá-se inicialmente em Aristóteles<sup>291</sup>, afastando-se assim da abordagem kantiana, onde a indução é fundamentada a partir da uniformidade da estrutura categorial do intelecto.<sup>292</sup> Na caracterização da analogia, Feijó faz uso de categorias tipicamente escolásticas, como ao explorar a diferença que envolve e caracteriza a analogia: “Deve, contudo, advertir-se, que a semelhança não é necessária nos acidentes, uma vez que eles nada influem na essência da coisa.”<sup>293</sup> Na discussão de todas as formas de raciocínio seqüentes, ele as discute rápida e esquematicamente. Assim foi feito com os sorites, dilemas e silogismos.

A silogística é apenas citada. Sendo ela um precioso indicador da lógica formal, sua ausência no contexto que se estuda indica opções relevantes, como fundamentação psicológica ou qualquer outra não formal. Não se fala em termos, classificação de proposições, modos ou figuras do silogismo; nem sequer no quadro de oposição, as regras do silogismo válido foram enunciadas. Ele tocará na classificação das proposições, sucintamente, na *Crítica dos Sinais*. Neste ponto, sua abordagem é muito assemelhada a de Genovesi, embora mais concisa. Talvez ele concordasse com Genovesi, julgando que, no estudo dos silogismos e suas peculiaridades, tais como figuras, modos, redução de silogismos e outros tópicos relacionados, fossem “... inuteis; porque nenhum socorro dão ao que disputa, e no mesmo methodo escolastico nem as admitem, nem se praticão...”<sup>294</sup>

Se Feijó adotou ou não a máxima genovesina, não se sabe. O fato é que sua abordagem do silogismo é diminuta, incompleta e lacunosa. Sabe-se que havia bons manuais escolásticos disponíveis no país neste período, o que acena como única explicação do desprezo de Feijó pelos silogismos, alguma opção teórica peculiar de tendência inovadora e não tradicional. Dado o contexto filosófico do início do século XIX, era forte nele o desprezo à escolástica colonial, fazendo com que a preferência recaísse com maior interesse sobre a filosofia moderna e sua lógica. Mas no fundo, o desprezo ao silogismo, ou mesmo a igualdade com que trata as diversas formas de raciocínio entre si, parece derivar-se de outra convicção. Ele sustenta sobre estas formas que:

“Umás formas são mais próprias para um fim que para outro, como adiante veremos.”

---

<sup>291</sup> ARISTOTLE [1952], *Topics*, I, 12, 105<sup>a</sup>11.

<sup>292</sup> KANT [1952], *Critique of Pure Reason*, §26.

<sup>293</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 95.

<sup>294</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 138.

E ainda,

“Nenhuma destas formas tem sempre uma fôrça exclusiva e uma preferência assinalada. Tôdas são próprias para descobrir novas verdades. Cada espírito se afaz mais a uma que a outra; e, uma vez que desempenhe as regras daquela forma, que tem escolhido, necessariamente concluirá bem, e nenhum (sic) obrigação tem de sujeitar-se mais a esta que àquela.”<sup>295</sup>

Não se sabe, todavia, se esta flexibilidade advém de seu ecletismo ou de convicção teórica. Usando um termo atual, uma flexibilidade quase pragmática. Esta flexibilidade é portadora de originalidade e distinção.

Quando trata dos métodos, de forma geral, podemos caracterizá-los como *roteiros de proceder ante a experiência e o raciocínio*, uma vez que “... o método encarrega-se de sua descoberta.”<sup>296</sup> Sendo assim, a apresentação destes é como que um tratado da experiência. Isso fica notório quando se olha para o próprio roteiro da apresentação feito por Feijó: métodos de observar, classificar, meditar, de revisar, da análise e da síntese. A preocupação com a exposição dos métodos e sua importância dentro do contexto da exposição da lógica de Feijó é coerente com o objeto da lógica já definido.

No *método de observar*, ele salienta os vários passos e os procedimentos necessários para perceber um fenômeno. É um roteiro de procedimentos ante as observações. “Muitas observações comparadas dão lugar a novas concepções [...] como a constância é o caráter desta realidade, é através dela que reconhecemos a relação necessária do fenômeno com certo objeto; portanto, só a experiência é que ratifica a observação e gera em nós a convicção de sua perpetuidade. É assim que o filósofo eleva fenômeno a realidade.”<sup>297</sup> Esse empirismo, pode tanto ser motivado na leitura de Genovesi, mas também Kant o vai assumir.<sup>298</sup>

A mistura de idéias criticistas com as tradicionais fica patente no momento em que o autor aborda o *método de classificar*. Ele recorre às categorias aristotélicas combinando-as com categorias kantianas: classificam-se as observações segundo sua classe (gênero e espécie) e seu universal (a *posteriori* e a *priori*), sendo que “O universal sintético *a priori* não é o resumo das experiências; é antes quem regula as experiências; não parece nascer delas, nem ser seu resultado, mas só por ocasião

---

<sup>295</sup> FELJÓ, *Op. Cit.*, p. 94; 97.

<sup>296</sup> FELJÓ, *Op. Cit.*, p. 104.

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 99.

<sup>298</sup> KANT [1952], *Critique of Pure Reason*, p. 14.

delas.”<sup>299</sup> Enquanto isso, o universal sintético *a posteriori* é o “resumo de experiências como se vê nos exemplos de indução.”<sup>300</sup> Feijó, ao afirmar que os universais têm força igual, diferindo do modo de aquisição e na extensão, e que as qualidades que marcam a existência são as que formam as verdades *a priori* e as que marcam a essência são as que formam as *a posteriori*, insere razoavelmente estas considerações no contexto kantiano, uma vez que enuncia corretamente o caráter das noções criticistas de *a priori*, enquanto forma de conhecimento, e de *a posteriori* enquanto conteúdo do conhecimento.<sup>301</sup> Todavia, sua descrição é feita a partir de conceitos peripatéticos. No primeiro, qualifica Feijó por existência e seus modos; no segundo, de essência enquanto correlativa ao conteúdo.

O intuito dos métodos de classificação é o fato de que “obtidas e ratificadas as observações classificadas, pode já o entendimento manifestá-las com ordem e com firmeza.”<sup>302</sup> Cada método é a exposição de um procedimento que assegura o conhecimento verdadeiro. Neste sentido, Feijó expõe o que ele denomina de *método de meditar*, penetrando o objeto por meio do que sabe para obter o que ignora.<sup>303</sup> O mesmo se dá com o *método de conjecturas*. Nele, através da representação (idéia), memória, imaginação, aplicação de leis, raciocínio, liga-se o mundo ideal com o real. Essa é a essência do método de conjecturas, cujo fim é formular hipóteses.

Assevera Feijó que todos os métodos reduzem-se aos métodos de *análise* e de *síntese*. Principia por caracterizar a análise, que também chama de indução. Assim, ele busca reduzir o objeto em questão a sua maior simplicidade, “... expondo-a nos termos os mais claros, concisos e próprios, depois divide-a em tôdas as suas partes, examina cada uma de *per si*, remonta à sua origem, acompanhando sua geração: a natureza do todo e de suas partes [...] Tem êste método, por destino, decompor com exação para tornar a compor bem.”<sup>304</sup> A abordagem, tanto de um método quanto do outro é inspirados em Genovesi.<sup>305</sup> O método de síntese supõe a existência de princípio, que ele define como sendo verdade universal: “Dada a questão, primeiro far-se-á o que se fêz na análise; depois, confrontar-se-á com aquêles

---

<sup>299</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>300</sup> *Ibidem*, p. 100.

<sup>301</sup> KANT [1952], *Critique of Pure Reason*, p.14.

<sup>302</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>303</sup> *Ibidem*, p. 102.

<sup>304</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>305</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §10, p. 10.



princípios, que com ela tiveram mais relação, segundo a origem; então poder-se-á afirmar o que a coisa seja, ou deva ser. O *silogismo* é a forma de raciocínio própria para êste método.”<sup>306</sup>

Esta afirmação admite quanto é instrumental o papel do silogismo para Feijó. O coração de sua lógica é o método. Com oportunidade, sobre o fim geral do método, afirma: “Quando as verdades não se manifestam ao espírito sòmente pelo esforço de um raciocínio, o método encarrega-se de sua descoberta” e, “Pelo método intentamos descobrir uma verdade universal, ou deduzir da universal uma particular.”<sup>307</sup> Feijó parece admitir implicitamente a noção de dedução, mas não a formula, ou esclarece, em nenhum ponto de sua exposição.

Ao final do caderno de lógica, Feijó apresenta quatro críticas. Na *Crítica dos Sinais* trata da linguagem, palavra e ação, especificando que o fim primário da linguagem é exprimir o pensamento, razão pela qual deveria incluir e discutir este tópico na lógica. Neste contexto, a linguagem é o suporte do pensamento racional, sua condição de expressão. No início da crítica, define o discurso num tratamento gramático e aqui ele insere uma breve discussão do que é proposição. Expõe os aspectos quantitativos e qualitativos das proposições e as relações do quadro tradicional de oposição, de maneira incompleta e misturada com gramática. Trata, ainda, da arte hermenêutica como instrumento de esclarecer o discurso alheio. Esta parte, como já havia observado Reale, e aqui é reafirmado, é, em grande parte, inspirada na seção homônima do *Institutiones* de Genovesi.

A *Crítica dos Escritos* constitui um apêndice de informações metodológicas complementares. Nela, preocupa-se em dar regras metodológicas de como distinguir textos autênticos de inautênticos. Como estas características permitem ver, a lógica era um sistema bem difuso. Contudo, esta representação não é sua, mas de sua época. A *Crítica dos Sentidos* é um tratado de aspectos metodológicos da experiência; fornece orientações práticas de procedimentos perante experiências a observar. No capítulo *Crítica da Autoridade* tem, como conteúdo central, orientações para que não se assente às pessoas, mas aos argumentos.

A *Crítica da Razão* expressa preocupações de caráter criticista inegáveis, estabelecendo condições para uma maior firmeza no uso da razão, ao distinguir entre as verdades da intuição e crença das da razão, como as verdades do uso da razão

---

<sup>306</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 103.

descendem de princípios muitas vezes remotos. Os critérios que estabelece têm como espírito: 1<sup>a</sup>) reconhecer o círculo do conhecimento humano, para que não excedam os limites das faculdades; 2<sup>a</sup>) reconhecer a alçada de cada faculdade; 3<sup>a</sup>) servir-se de cada faculdade com destreza, usando todas as formas do raciocínio, manejando os diferentes métodos; 4<sup>a</sup>) aplicar atenção sobre o objeto da indagação, utilizando-se de todos os meios que possam interessar na questão. Chamam a atenção as regras quinta e sexta por seu caráter criticista: “5<sup>a</sup>) O filósofo deve escutar a verdade sem lhe importar de onde vem. 6<sup>a</sup>.) “... é de necessidade absoluta que o filósofo dê um balanço a todos os seus conhecimentos, que abrange um ceticismo prudente e metódico, até que, armado de todas estas críticas, se certifique de seu verdadeiro valor.”<sup>308</sup>

Ao final do caderno de lógica, Feijó trata da *teoria da probabilidade*.<sup>309</sup> Ela é concebida como meio de suprir a ausência de evidência, o único critério de verdade confiável admitido por Feijó. Seu texto é intuitivo e nenhuma referência faz à probabilidade enquanto cálculo ou teoria matemática, que, nessa época, começava a desenvolver-se. Ele não correlaciona probabilidade e indução, mas o espírito geral das regras que propõe, aponta na direção de uma concepção de caráter subjetivo da probabilidade que busca graus de certeza. Aproxima-se da certeza e verdade, por meio da relação de probabilidade dada pelas regras lá enunciadas. A segunda regra, e. g., adverte que: “Em relação à certeza será tanto mais provável quanto menos distar dela. Calcularemos essa proximidade ou distância meditando, conjeturando e descobrindo quantas razões são ainda necessárias para chegar à certeza.”<sup>310</sup> Indiretamente, pode-se perceber que, na exposição de Feijó, a probabilidade está em vista da argumentação indutiva, mesmo que não tenha ele nominalmente admitido o fato.

O texto de Feijó foi composto para suas aulas. Sua repercussão ficou restrita ao seu magistério. Sua enunciação reflete as leituras, a reelaboração e a preparação quase autodidata que, ao contrário da de Monte Alverne, formado no ensino franciscano, logrou maior sistematização em sua formação e exposição. Inovador, Feijó não se restringiu a seguir os textos usuais de sua época. Fez uso deles, mas não deixou de aderir às novas propostas e idéias, como a de Kant, via Martim Francisco e Villers, não se sabe ao certo. Enfim, a exposição de Feijó é humilde, mas

---

<sup>307</sup> *Ibidem*, p. 103.

<sup>308</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 115.

<sup>309</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 117.

de grande dignidade intelectual perante seu entorno e contemporâneos. Sua lógica supera seu próprio contexto, enquanto promove uma síntese de caráter eclético de idéias novas e tradicionais. Em suma, baseou-se, é claro, na tradição estabelecida, principalmente sob influência de Genovesi e da tradição escolástica, ainda forte no Brasil da época, herança do período colonial. A forma geral da enunciação lógica pode ser vista como herdeira da forma de lógica proposta por *Port-Royal*, da tradição greco-escolástica e de aspectos do pensamento kantiano.

As idéias de lógica dos *Cadernos* de Feijó são, em geral, coerentes, salvo algumas incorreções já notadas e omissões. Dado o caráter didático e introdutório, muitas discussões não são aprofundadas, e. g., as regras do silogismo válido. Elas não figuram nos *Cadernos*, mas estão discutidas em Genovesi, fonte da qual, entre outras, serviu-se Feijó, e aponta as escolhas teóricas que teria feito o futuro regente e não somente a escassez de textos. Isto talvez deva-se às fontes e referências secundárias a que teve acesso.

Do ponto de vista formal, como consoante a algumas apresentações da teoria da lógica em voga na época, a matéria exposta nos *Cadernos* não enfatiza os pontos formais da teoria lógica. Seu objetivo é validar os caminhos do pensamento racional na busca da verdade, de onde deriva sua despreocupação em discutir a lógica em termos formais, mas antes em termos críticos e gnoseológicos. Sua divulgação da filosofia, e nela a da lógica, como aqui foi exposto, é uma rosa moderna na aridez do deserto filosófico brasileiro: mal flore, já fenece perante a aridez das areias escaldantes de pobreza intelectual do Brasil do início do século XIX; sua beleza e frescor – também fugazes – não farão carreira nem sucessores.

### 2.3 Comentários às formas de lógica estudadas

Considerando as fontes já estudadas até aqui é possível perceber as incoerências engendradas pelo ecletismo. Estas incoerências revelam a insuficiência da conceituação filosófica praticada. Cumpre notar que o ecletismo prossegue enquanto movimento. Sua atitude continuará a arrebanhar partidários. Mas os sistemas não são criados. A urgência da filosofia no Brasil deste período é de outra ordem. Precisa-se ensinar filosofia e, com ela, a lógica. Pouca ou nenhuma atenção é destinada à criação. A criação essencial deste período, como em outros, será a criação didática.

---

<sup>310</sup> FEIJÓ, *Op. Cit.*, p. 117.

Neste sentido, as representações de lógica estudadas neste capítulo apontam a um fenômeno de grande importância para parte dos personagens envolvidos nas manifestações ecléticas de lógica, no século XIX. Nele, a permanência da boa lógica, de caráter *iluminista* e *moderno*, se fará sentir entre os clérigos até o início da romanização, na década de 1860. Mas não será a única. Influências de caráter escolástico estarão presentes uma vez que haverá ambivalência e multiplicidade no movimento eclético, ora tendendo mais à abordagem *moderna* e *iluminista*, ora cedendo às abordagens da lógica de inspiração escolástica, como a do jesuíta Storchenau que terá grande voga no século XIX.

Com efeito, Diogo Antonio Feijó e Francisco de Monte Alverne, entre outros, podem ser enquadrados no chamado *catolicismo iluminista*, praticado por quase a totalidade do clero em toda a primeira metade do século XIX. Segundo Faustino, o quadro de maior influência dessa orientação dentro do catolicismo, abrangeu o período da expulsão dos jesuítas até a independência do Brasil.<sup>311</sup> Essa informação é coerente com o que foi afirmado sobre o cônego Luis Vieira da Silva em fins do século XVIII, em Mariana. O movimento iluminista dentro do catolicismo, como fora dele, propor-se-á ao projeto intelectual de socorrer “a necessidade e o esforço de conciliar o pensamento filosófico da ilustração com as crenças tradicionais do catolicismo.”<sup>312</sup> Esse esforço continuará, como exposto acima, após a independência até o seu esgotamento. De fato, a lógica encontrada após a independência apresentar-se-á com uma elaboração um pouco superior na exposição, mas em geral prevalecerão as diretrizes de ecletismo e a intenção moderna – *iluminista* – aqui anunciadas.

---

<sup>311</sup> FAUSTINO [1996], tomo I, p. 112. O termo iluminista acima é adequadamente desenvolvido por Augustin WERNET, *A Igreja Paulista no século XIX*, São Paulo: Ática, 1988.

<sup>312</sup> *Ibidem*, p. 108.



## CAPÍTULO 3

# A LÓGICA ECLÉTICA NO BRASIL, APÓS A INDEPENDÊNCIA



Após a independência, o panorama cultural brasileiro sofre radical transformação. Nesse contexto, um dos movimentos mais destacados é o romantismo. Cruz Costa afirma, com efeito, que, no início do século XIX, após a independência do Brasil, renova-se o panorama cultural brasileiro e a perspectiva de europeização, de maneira diversa à fase anterior, sob inspiração da industrialização e do crescimento comercial. Essa influência da Europa e os conflitos políticos e filosóficos lá vividos refletir-se-ão aqui nos embates entre a filosofia tradicional e as idéias do século XVIII e XIX.<sup>313</sup> O movimento romântico e seus elementos impregnarão a filosofia do princípio do século XIX na Europa e aqui serão sentidos seus reflexos. Picard destaca como elementos fundamentais do romantismo, o lirismo, o espírito filosófico, a fé no povo e a piedade universal.<sup>314</sup> Não se imagine que o romantismo ficará restrito às primeiras décadas do século XIX. Propriamente afirma Cruz Costa que “A filosofia européia desse século está tôda ela impregnada de romantismo.”<sup>315</sup>

A expressão desse romantismo, em filosofia no Brasil, valer-se-á do ecletismo. A última modalidade de ecletismo, mais tarde espiritualismo, como seria chamado, acaba “apresentando a filosofia como uma aliada afetuosa e indispensável da religião e todo o ecletismo como uma fé preparatória que deixa ao cristianismo lugar aos seus dogmas e todo o seu alcance sôbre a humanidade.”<sup>316</sup> Este movimento terá, no Brasil, entre seus principais representantes na filosofia o frei Francisco de Monte Alverne e Domingos de Magalhães.<sup>317</sup> As manifestações de lógica que tiveram vez dentro dessa etapa do movimento eclético não diferem essencialmente das visões apresentadas no capítulo anterior. No entanto, alguns aspectos pertinentemente salientes, como novas referências utilizadas pelos divulgadores brasileiros, são verificados.

Como foi constatado por Cruz Costa, o movimento eclético espiritualista, concomitante à independência política brasileira, configura-se como um movimento de expressão da autonomia intelectual, paralela à autonomia política então conquistada.

---

<sup>313</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>314</sup> Richard PICARD, *Le Romantisme Social*, p. 261 *apud* CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>315</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>316</sup> H. TAINÉ, *Les Philosophes Classiques du XIX<sup>e</sup> siècle*, p. 306-307 *apud* CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 88. Cruz Costa reproduz na íntegra a passagem de Taine sobre o caráter do ecletismo.

<sup>317</sup> Cruz Costa oferece uma análise detalhada do movimento eclético espiritualista e seus representantes no Brasil. Além dos já citados, ele elenca ainda: Eduardo Ferreira França e o Visconde de Araguaia. Domingos de Magalhães não será tratado neste trabalho, uma vez que sua obra não apresenta uma discussão pertinente de temas lógicos. Seu texto mais importante *Investigações sobre o Espírito Humano* é um texto de interesse à psicologia.



Em sua conjuntura, o movimento eclético espiritualista espelha os ideais monárquico-constitucionais da nobreza e dos proprietários rurais e seus interesses políticos, constituindo-se na *filosofia própria* ao primeiro reinado e ao período regencial no Brasil. Com efeito, pondera Cruz Costa que “A monarquia adotaria, naturalmente, uma filosofia condizente com os seus ideais e essa era a filosofia eclética.”<sup>318</sup> De tal forma conveio este movimento ao seu momento histórico, que ele ainda considera: “... graças ao ecletismo que não tivemos uma manifestação contra-revolucionária que se inspirava nas doutrinas de De Bonald e de Maistre.”<sup>319</sup> Considerado quanto a sua correlação com outras tendências do pensamento filosófico aqui conhecidas, afirmou Laerte Ramos de Carvalho, “Êsse espiritualismo se consolida pelo triunfo sobre o sensualismo então dominante, e, neste triunfo, o maior papel é desempenhado pela obra dos ecléticos franceses com Victor Cousin à frente. Mas quem dá a êsse espiritualismo a sua melhor consistência é Flourens pela base positivo-experimental de sua obra.”<sup>320</sup>

No processo de síntese e fusão de tendências filosóficas que originará o espiritualismo está o pano de fundo romântico, como considerou apropriado afirmar Laerte Ramos de Carvalho:

“O espiritualismo no Brasil foi, dentro do Romantismo, o processo em que se estruturou o sentimento de uma consciência universal: ele coincide internamente com o Romantismo, no seu sentido e direção, mas, sobretudo, no valor que traz para a expansão de nossas fronteiras culturais. O espiritualismo é o descobrimento das raízes européias de nossa inteligência, e, nêsse sentido, é, com o índio, para não discordar de Sérgio Buarque de Holanda – o tema da Idade Média do nosso romantismo.”<sup>321</sup>

E, nesse sentido, o espiritualismo no Brasil coincidirá com o auge da imitação francesa.

Quanto ao cultivo da instrução e da cultura, particularmente nesse período, o ensino de filosofia receberá forte impulso, a partir de 1831, com a generalização das aulas de filosofia, retórica, geometria e francês pelas províncias do império.<sup>322</sup> Os textos resenhados desse período correspondem diretamente ao suprimento da necessidade de textos didáticos para o ensino de filosofia racional e lógica que, sob certo aspecto, documenta este ensino. Lima Vaz considera a produção

---

<sup>318</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 96.

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>320</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>322</sup> FREIRE [1894], p. 492.

do período precária, devido a situações do contorno. Afirma ele que “... a ausência da dimensão científica na cultura brasileira da época imperial foi um fator negativo de decisiva importância nos precários ensaios de criação filosófica que então tiveram lugar.”<sup>323</sup> Embora seja patente esta observação ao se examinar as fontes, convém pontuar que, antes disso, os textos do período foram em seus respectivos contextos, oportunos, comparados ao ponto de vista moderno – *eminente o atual* – no qual se tem uma expectativa extremamente exigente quanto à elaboração teórica do período.

### 3.1 Fontes

Compilaram-se as fontes de tendência predominante eclética nas publicações de filosofia e lógica no Brasil do período. Encontram-se entre as fontes, essencialmente, textos impressos como antecipado na introdução ao segundo capítulo e baseado nos critérios de representatividade já assumidos. Todos os títulos abaixo resenhados encontram-se sob a guarda da Biblioteca Nacional.

O primeiro texto resenhado entre as fontes do período é o *Discurso sobre a História da Philosophia e demonstração da existencia de Deos*, escrito por João Rodrigues de Araújo, professor no Seminário de Olinda, em 1830. Posteriormente, ele foi elevado a bispo do Rio de Janeiro, entre os anos de 1839 a 1863.<sup>324</sup> Seu texto é fonte primária de algum interesse à errante história da filosofia do século XIX, mas não se ocupa de lógica. Ao contrário, o *Instituições Lógicas resumidas do Genuensi* de J. S. P. publicado no Rio de Janeiro, em 1837, é um curioso impresso que resume meticulosamente o texto de Genovesi, indicando parágrafos, títulos e livros correspondentes a cada etapa do resumo. Não se pôde, até o momento, elucidar a abreviatura do autor do texto. A discussão deste texto não se faz necessária, uma vez que não agrega ao debate elementos novos àqueles já encontrados em Genovesi. Contudo, este impresso – elencado aqui pela primeira vez – atesta a prolongada influência das *Institutiones* de Genovesi. O resumo multiplica em exponencial as simplificações do texto do pensador italiano. Essa fonte documenta a suspeita de que a influência de Genovesi prolongou-se, no Brasil, para muito além da Reforma Pombalina. Tratando-se de um resumo do já resumido *Institutiones*, supõe-se não muito bom o nível das aulas de lógica subsidiadas por aquele texto didático. Outra

---

<sup>323</sup> LIMA VAZ [1987], p. 347 in FRANCA [1987].

fonte do período, que não será incluída aqui, é o texto do padre Manoel Joaquim de Miranda Rego, *Lições Elementares de Lógica e Metaphysica*, publicado no Rio de Janeiro, em 1839. O texto apresenta traços de ecletismo em suas concepções de lógica, mas não suficientes para incluí-lo entre os ecléticos. Predomina no texto o escolasticismo haurido de Storchenau; por essa razão, ele será discutido no próximo capítulo.<sup>325</sup>

Diferentemente, o *Compêndio de Philosophia* do frei Francisco de Monte Alverne, editado postumamente, em 1859, no Rio de Janeiro, merece discussão atenta de suas idéias de lógica. Apesar da data da edição, ele é discutido antes de Antonio da Virgem Maria Itaparica, uma vez que a maior parte do texto foi redigido em 1833. Tendo sido Monte Alverne uma das maiores figuras do movimento eclético espiritualista, sua exposição da lógica constitui-se numa das mais representativas elaborações do período e movimento. A sistematização da matéria lógica em seu compêndio é razoavelmente boa, razão pela qual ele é freqüentemente evocado como efigie do período.

O médico Manoel Maria de Moraes e Valle compõe, em 1851, os *Elementos de Philosophia* para uso dos estudantes com orientação eclética e sensista, objetivando prepará-los aos exames admissionais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dele mesmo é o *Compêndio de Philosophia Racional*, editado no ano seguinte, versão com melhor acabamento do primeiro texto. Estes textos não serão discutidos devido ao critério primeiro de juízo de representatividade. A representação de lógica trazida nestes textos está contida, de certo modo, em outros autores do período. Estes manuais representam uma iniciativa, sempre constante, para o cultivo da filosofia no Brasil durante todo o século XIX e, em parte do século XX, a iniciativa de ensino. Ao contrário, discute-se, com detalhes, o texto do também frei Antônio da Virgem Maria Itaparica, que exerceu afamado magistério de filosofia em Salvador, sendo professor de Tobias Barreto. Editou em Salvador, em 1852, o *Compêndio de Philosophia elementar*. Esse texto, malgrado as críticas de seu autor antepostas no prefácio ao ecletismo, é eclético.

Em 1870, ao final do recorte cronológico assumido, surge o texto do padre Antonio de Almeida. Texto simples, mas cuidadosamente redigido, oportuno ao seu

---

<sup>324</sup> HAUCK [1992], vol. 2, p. 199.

propósito didático. As *Lições elementares de lógica dispostas com methodo simples e facil para o primeiro ensino*, é escrito no Paraguai, provavelmente durante a guerra, sendo editado no Rio de Janeiro, conforme informações do prefácio. O texto destinava-se, conforme predispõe o autor, às aulas que ele regia na cidade do Crato, no Ceará.<sup>326</sup>

**Figura 4** – *Portada do Lições Elementares de Lógica de Antonio de Almeida*

A exposição, em linhas gerais, apresenta sintonia com a abordagem eclética da lógica, situando-se, essencialmente, dentro do esquema da lógica das faculdades. A propósito, no prefácio, a motivação do autor confirma esta assertiva. Ele coloca que:

“Todos confessão, que a razão é a faculdade mais nobre, que o Creador concedeu ao homem e a que na realidade o distingue do irracional. Portanto, a ciência, ou arte, que ensina e desenvolve o recto uso de um Dom tão sobrecarregada de subtilezas, superfluidades e termos tão capciosos, que seu estudo tem afugentado, em vez de attrahir os jovens, que a não podem compreender assim.”<sup>327</sup>

---

<sup>325</sup> Cf. REGO [1839], p. v. Rego inspira-se fortemente no *Institutiones Logicae et Metaphysicae* de Sigismund Storchenau, texto escolástico que obteve grande aceitação e popularidade, no Brasil, durante o século XIX.

<sup>326</sup> ALMEIDA [1870], p. 5.

<sup>327</sup> ALMEIDA, *Op. Cit.*, p. 7.

O trecho acima deixa transparecer o horror à lógica escolástica, *tão sobrecarregada de subtilezas, superfluidades e termos capciosos*. Esta representação é cara à delimitação do alcance da *boa lógica*. Ela pode ser constatada como viva na própria definição de lógica que não se contradiz com a diretriz acima admitida. Com efeito, ele assume que “Lógica é a arte que ensina a raciocinar-se bem. Explica a natureza do entendimento humano e ensina o melhor modo de dirigir suas diversas faculdades, para descobrir a verdade e adquirir seus conhecimentos. Se divide commumente em quatro partes, a saber: *percepção, juízo, raciocínio e methodo* ou *disposição*.”<sup>328</sup> Vê-se claramente que essa percepção da lógica, como estudo das faculdades, teve longa vigência no cenário de ensino da lógica no Brasil. Este texto, embora particularíssimo, não logrará uma discussão particular, uma vez que sua abordagem e enfoque da lógica já estão contidos nos autores a serem discutidos neste capítulo. Sua distinção deve-se, entre outros fatores, à data da publicação, que assinala o limite da permanência temporal da lógica das faculdades no Brasil oitocentista.

## 3.2 Visões da lógica sob a égide eclética

### 3.2.1 O sentido do ecletismo na lógica, no Brasil do século XIX

Embora o ecletismo seja um fenômeno cultural amplo no Brasil, durante o primeiro e segundo impérios, ele é distinto, conforme a assimilação de seus elementos pelos diversos divulgadores. É importante, todavia, esclarecer que aqui se usa o termo eclético não só em referência ao movimento em epígrafe.

Retoma-se, aqui, o significado primevo do termo *eclético*, segundo o qual toma-se o ecletismo, em lógica, como atitude intelectual. Dessa forma, expressa a metodologia de trabalho e exposição da teoria lógica, nos textos, livros e manuais, orientando a escolha dos elementos a serem expostos, através de combinação pouco criteriosa, ou livre de elementos teóricos referentes à doutrina lógica, preterindo, algumas vezes, um posicionamento doutrinal particular. Este sentido aqui proposto distancia-se consideravelmente, do sentido original exposto no capítulo anterior, e mesmo o estabelecido na literatura sobre a história da filosofia no Brasil. Não raras vezes este ecletismo metodológico induziu incoerências e inconsistência nas elaborações dos divulgadores brasileiros.

---

<sup>328</sup> ALMEIDA, *Op. Cit.*, p. 9.

Os dois autores eleitos para a discussão mais detalhada nas próximas subseções representam muito bem algumas das características essenciais do ecletismo em lógica. Monte Alverne, e. g., funde elementos escolásticos com um vago modernismo. Itaparica, mais ousado, expõe em seu compêndio uma lógica de caráter mais moderno, investindo na noção de método. Ela foi compreendida por Itaparica como noção fundamental. Não se pense que estes dois nomes encerrem em si a tendência eclética após a independência. Eles foram escolhidos por representá-la de modo razoavelmente rico, prestando-se, por isso, à visão geral da lógica sob esta tendência.

### 3.2.2 A abordagem escolástico-eclética da lógica em Monte Alverne

Francisco de Carvalho professou na Ordem Franciscana sob o nome de Francisco de Monte Alverne (1784-1858). Eloqüente e vivo, destacou-se em lugares de relevo na Ordem. Muito aplicado, aos 25 anos já era pregador e substituto do colégio franciscano de São Paulo. A apresentação dele feita na página de rosto do seu *Compendio de Philosophia* resume concisamente aspectos acadêmicos relevantes de sua biografia para esta discussão:

“Lente jubilado de philosophia, ex-Leitor de Prima de Theologia Dogmática, ex-Custódio, ex-Provincial; antigo examinador da Mesa de consciencia e Ordens, Theologo da Nunciatura Apostolica, ex-Professor de Philosophia, Theologia Dogmática e Rhetorica do Seminário Episcopal de S. José, desta Côrte, Examinador Synodal, Prégador da Capella Imperial; Presidente Perpétuo da Sociedade de Emulação Philosophica, Socio correspondente do Instituto Histórico de Pariz, Membro Honorário do Instituto Historico Geographico do Brasil, e de outras sociedades do Rio de Janeiro, &c., &c.”<sup>329</sup>

Integrado ao círculo de intelectuais do Rio de Janeiro, obteve reconhecimento nacional e contatos internacionais. Destaca-se, nesta matéria, o fato de ter sido ele correspondente do Instituto Histórico da França. Para isso, teve Monte Alverne ajuda dos amigos Araújo de Porto Alegre e Domingos Gonçalves de Magalhães, que o indicaram para este posto quando na França.<sup>330</sup> Em termos de sua formação acadêmico filosófica, Monte Alverne foi formado no Colégio de São Francisco, em São Paulo. Recebeu inicialmente uma formação escolástica e de inspiração iluminista como aquela implantado pela reforma pombalina, marcado por

---

<sup>329</sup> MONTE ALVERNE [1859], página de rosto.

<sup>330</sup> FERNANDES [1870a], p. 145. Teve-se acesso à carta do *Instituto Histórico da França* endereçada a Monte Alverne quando aparecem citados os nomes de Porto Alegre e Domingos de Magalhães. (Cf. APIC, Gav. 17/A, doc. no. 28)

um certo pragmatismo sensualista, adere depois ao ecletismo de Victor Cousin (1792-1867), findando espiritualista.

Seu *Compêndio de Philosophia* teve duas redações, como mostram estudos anteriores.<sup>331</sup> O corpo do livro teria sido escrito em 1833, quando o autor lecionava no Colégio de São José do Rio de Janeiro.<sup>332</sup> Todavia, ao princípio do livro foram editadas dezessete páginas introdutórias de caráter geral, nas quais discute-se essencialmente lógica; seriam elas os *esboços adiantados* do qual escreveu Monte Alverne.<sup>333</sup> O compêndio teria passado por uma reelaboração completa, na qual essas páginas constituiriam uma introdução à obra. Pela documentação consultada no arquivo da província franciscana Imaculada Conceição, à qual pertencera Monte Alverne, ele continuara a escrever mesmo depois da cegueira, em 1836, contudo não parece ter podido dar o acabamento final ao compêndio que, publicado postumamente, ficaria, definitivamente, sem emenda.

---

<sup>331</sup> Cf. ROMERO [1964], CRUZ COSTA, *Op. Cit.* e RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*

<sup>332</sup> ROMERO, *Op. Cit.*, p. 7. O colégio referido é o futuro Colégio Pedro II, como referido anteriormente.

<sup>333</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 39-40.

**Figura 5** – *Retrato do Frei Francisco de Monte Alverne*

O compêndio reflete o ensino de Monte Alverne, suas leituras, seu ecletismo e seu autodidatismo. Mathias Kiemen, historiador da Ordem Franciscana, caracterizou sua docência ao afirmar que “Em seu ensino da filosofia, Frei Francisco refletiu as idéias da reforma pombalina e do iluminismo em geral, ridicularizando Platão e Aristóteles, e adotando uma filosofia eclética composta das idéias de Locke, Descartes e Newton, mais tarde a ser colorida pelo espiritualismo de Cousin.”<sup>334</sup>

Reproduz-se abaixo o plano de redação da lógica no compêndio de Monte Alverne, para uma visão geral do texto. As matérias relativas à lógica estão concentradas em dois momentos distintos. O primeiro concerne à lógica propriamente dita e está dividida em vinte e sete lições. Há uma seção sobre a certeza, destacada na seqüência destas lições, que Laerte Ramos de Carvalho ignorou e aqui se discute, por não se verem razões suficientes para sua omissão. As discussões nela contidas são relativas a tópicos de lógica. Frente ao plano de redação, fica patente a organicidade parcial da exposição. Com efeito, discussões desta segunda parte expressam compreensões interessantes à discussão e análise aqui proposta, especialmente, a tópicos de lógica indutiva. O plano redacional das matérias concernentes à lógica no compêndio é que se segue:

**Compendio de Philosophia – Lógica**

Introdução. [Esboços adiantados]

Lição I – Da natureza, e definição da Philosophia.

Lição II – Da origem da philosophia, e de suas alterações.

Lição III – Da ciência e suas especies.

Lição IV – Da arte e suas especies.

Lição V – Do sujeito e objecto.

Lição VI – Dos objectos das Sciencias e das Artes.

Lição VII – Da natureza, e definição da Logica.

Lição VIII – Do fim da utilidade da Logica.

Lição IX – Das operações do entendimento.

Lição X – Da percepção simples ou Ideia.

---

<sup>334</sup> KIENEM [1972], p. 83.



Lição XI – Das varias relações das ideias. 1. Da natureza das ideias. 2. Das ideias consideradas em relação aos seus objectos. 3. Das ideias relativamente á alma ou no estado de representação.

Lição XII – [sem título].

Lição XIII – Dos signaes das ideias.

Lição XIV – Da definição [e seus requisitos].

Lição XV – Da divisão [e seus requisitos].

Lição XVI – Do juizo.

Lição XVII – Da enunciação ou proposição.

Lição XVIII – Das diversas especies de proposições.

Lição XIX – Das diversas propriedades das proposições. Qualidade. Quantidade. Contraposição. Oposição. Inversão e conversão.

Lição XX – Das enunciações usadas no methodo scientifico

Lição XXI – Do raciocínio

Lição XXII – Das varias especies de demonstrações

Lição XXIII – Do Argumento e suas especies. Do Syllogismo simples. Leis do syllogismo simples.

Lição XXIV – Do Syllogismo composto

Lição XXV – Das outras especies de argumento. Leis do perfeito do dilemma. Condições para uma sorites ser boa.

Lição XXVI – Das especies de illusões

Lição XXVII – Do Methodo. Methodo synthetico. Methodo analytico.

### **Considerações sobre a certeza.**

Capítulo I – As cousas: suas relações.

Capítulo II – Os grãos de Certeza, ou a Probabilidade.

Capítulo III – O senso intimo, ou a Consciencia.

Capítulo IV – Sobre a realidade dos objectos das nossas sensações.

Capítulo V – A analogia, fonte da certeza moral.

Capítulo VI – A ordem physica.

Capítulo VII – O testemunho da certeza moral.

A propósito da redação do material de lógica do compêndio, Laerte Ramos de Carvalho mostrou que “... de um modo geral, o maior número das vinte e sete lições que constituem a Lógica, é reprodução do texto de Du Phanjas.”<sup>335</sup> Segundo a identificação do historiador, as lições II, III, IV, V, IX, XIII, XV, XXII e XXVI são “... tradução, sem indicação da procedência, do livro de Du Phanjas, em outras se

---

<sup>335</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 58.

afasta um pouco corrigindo-o num sentido marcadamente escolástico.”<sup>336</sup> Outras lições, porém, são extraídas do já referido Genovesi. Laerte Ramos de Carvalho identificou, como dele procedentes, as lições X e XI, incluindo suas subdivisões. Conclui o pesquisador citado que “Se retirarmos a contribuição que esses dois livros trouxeram ao Compêndio, o que fica é um resíduo escolástico, produto de sua primeira formação que apenas compromete a clareza e o valor da exposição.”<sup>337</sup> Na seqüência, passa-se a apresentar os aspectos fundamentais da lógica, tal como foi compreendida e sistematizada por Monte Alverne.

Para Monte Alverne, a lógica é filosofia racional ou ciência das conclusões, ocupando-se de nossos discursos e cogitações.<sup>338</sup> Ele subdivide-a em duas modalidades: *lógica Natural*, ou seja, “é a mesma que a razão humana da qual provêm a *lógica Artificial*.”<sup>339</sup> Esta última não difere essencialmente da lógica natural, visto que suas leis, claras e evidentes, participam dos atributos constituintes da razão e são igualmente meditadas pela razão, experiência e observação. Ele assume, em seguida, uma identificação entre razão e lógica, para garantir a legitimidade dos princípios racionais desta:

“As leis ou preceitos, que a Lógica Artificial propoem clara e evidentemente devem partir da mesma constituição natural da inteligência, ou do espírito, e são ministrados pela mesma luz da razão, pela experiência, pela observação, e finalmente por uma meditação contínua.”<sup>340</sup>

Sua caracterização sugere que os princípios da lógica sejam derivados dos atributos constitutivos da racionalidade. A história da lógica testemunha que esta identificação, nos seus diversos prolongamentos, teve como premissa básica a identificação de racionalidade e logicidade, acarretando o que se pode chamar de absolutismo e psicologismo lógicos.<sup>341</sup> Como apontado anteriormente, no período moderno, de forma geral, esta correlação foi assumida ao ponto de que as operações do entendimento, ou faculdades, muitas vezes eram estipuladas como correlativas a aspectos da teoria lógica, ao se postular que o raciocínio, em sentido psicológico, contivesse a fundamentação à argumentação dedutiva e indutiva.

---

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>337</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>338</sup> Cf. MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. I; 2; 8.

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 8. Definição é equivalente à apresentada à página II.

<sup>340</sup> *Ibidem*, p. II. A caracterização de lógica acima coincide com do jovem Monte Alverne. Cf. Apêndice 1.

<sup>341</sup> COSTA [1993], p. 39-44.

Mas não só os elementos modernos comparecem. A influência escolástica também é verificada. A incorporação da lógica artificial à exposição assinala essa filiação. Como foi mostrado no primeiro capítulo, a lógica artificiosa não cabe no horizonte da lógica das faculdades, que fica toda reservada, e. g., em Locke, à lógica natural. Com Port-Royal é diferente. Há perfeita adequação entre lógica natural e artificial. Em Monte Alverne, a lógica artificial corresponde a “huma disciplina que dirige as operações do entendimento para a verdade”<sup>342</sup>, sendo, por sua vez, dividida em ciência e arte. Enquanto ciência, lógica “é colleção de regras scientificamente demonstradas que nos fornece uma atilada observação da natureza, e pelas quaes, raciocinando, se dirige sem erro.”<sup>343</sup> A lógica artificial pressupõe diferentemente:

“regras scientificamente demonstradas, que servem para dirigir o entendimento; e estabelece com certeza as regras de que o mesmo entendimento se serve para dirigir as suas operações. Á colleccão destas regras, em quanto certas e evidentes, adquiridas por demonstraçoẽs, e que servem para dirigir o entendimento, chama-se Sciencia Logica; ou Logica Scenfífica: á facilidade porém de deduzir dos princípios estabelecidos as conclusões, que se considerão contidas nesses mesmos principios, chamão os Philósofos de Arte Logica.”<sup>344</sup>

O modernismo e o cartesianismo desta caracterização é o mesmo que o de Du Phanjas e Genovesi.<sup>345</sup> Ele fundamenta sua definição de ciência no *status* da demonstração e da evidência como fundamento do conhecimento válido. Assim, ciência é “todo o conhecimento certo e evidente adquirido por demonstraçoẽs.”<sup>346</sup> Quando Monte Alverne fala em demonstração, tudo indica que se referia à caracterização moderna do termo, cuja concepção supõe uma noção de evidência intuitiva e necessidade, conhecimento de uma coisa a partir de suas causas, sendo sua forma ideal à dedução matemática.

A concepção de lógica assumida por Monte Alverne concorda, pelo pragmatismo que a caracteriza, com grande parte das abordagens conhecidas no Brasil da época, como a de Genovesi. Com efeito, a lógica é “sciencia pratica, e não especulativa”<sup>347</sup>, já que dirige e aperfeiçoa seu objeto. Propõe ele: “Tal é a Logica, que ensina e demonstra o modo de produzir as nossas operações, ensinando a formar

---

<sup>342</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. II. Nos §§ 37 e 39, figuram definições equivalentes.

<sup>343</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 41, p. 9.

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. II. No § 38, p. 8, tem-se uma caracterização das regras da lógica artificial com o mesmo espírito, embora mais pobre. Aqui, a exposição introdutória parece mais rica e clara que a trazida no compêndio. Grifo nosso.

<sup>345</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 57-58.

<sup>346</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. II. A definição dada à p. 3 é equivalente.

<sup>347</sup> *Ibidem*, p. II.

rectas definições, rectas divisões, juízos scientificos, e conclusões deduzidas.”<sup>348</sup> A ênfase que Monte Alverne dá ao caráter evidente e demonstrável da verdade levou muitos a caracterizá-lo como moderno. Seu modernismo, na verdade, é localizado, uma vez que os traços escolásticos são decisivamente usados como justificativa e suporte teórico, em pontos fundamentais de sua apresentação. Na verdade, Monte Alverne é eclético. Veja-se a postura dele ao definir os objetos da lógica. Monte Alverne serve-se da caracterização tradicional escolástica. Aplica-a à definição dos objetos das ciências que são materiais, formais, totais ou adquiridos, finais e instrumentais. Caracteriza enfim:

“As operações do entendimento são objecto material da Logica: a dirigibilidade, ou a capacidade que as operações do entendimento offerecem para serem dirigidas á verdade, ou para serem rectificadas, é o seu objeto formal. As operações do entendimento em quanto são dirigíveis para a verdade, são objecto total da Logica; porque são o todo, que resultão das operações do entendimento unidos com a retidão.”<sup>349</sup>

Monte Alverne também considera a lógica como arte. Nesse caso, ela “é a facilidade de usar daquellas regras, ou a facilidade de as empregar para obter dos princípios aquellas consequencias que nos mesmos se occultão.”<sup>350</sup> Desse modo, será uma arte se existir “certo hábito ou facilidade de fazer alguma cousa servindo-se da recta razão; hábito adquirido pelo uso e, exercido de algumas regras.”<sup>351</sup> Se for uma arte das potencialidades da alma será liberal; se for exercida, principalmente, pelas faculdades corpóreas e sobre a matéria, chamar-se-á arte mecânica. Se for uma arte que se assenta sobre regras demonstradas, chamar-se-á científica; se está firmada sobre experiências simples, é denominada experimental. Postas essas caracterizações, conclui Monte Alverne: “a Logica não é Arte Mechanica; porém Liberal: (sic) Scientifica, e não Experimental. Arte scientifica é aquella, que está firmada em regras demonstradas.”<sup>352</sup> Por isso, as regras da lógica apenas destinam-se a conseguir um modo reto do entendimento, de modo que as operações do entendimento se produzam retamente, tornando-as verdadeiras.<sup>353</sup> De maneira similar, continua Monte Alverne, “A Logica como Arte, ou Arte Logica, é somente parte instrumental da Philosophia, porque é o *meio*, ou o *instrumento* de que se serve a Philosophia para alcançar a

---

<sup>348</sup> *Ibidem*, p. 4. Esta definição é equivalente à dada na introdução.

<sup>349</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. IV. A exposição dos objetos das ciências, nos § 23-32, à p. 7, parece mais completa, incluindo as causas das ciências e das artes, a causa final que corresponde em lógica à retidão das operações do entendimento.

<sup>350</sup> *Ibidem*, § 39-41, p. 8-9.

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. III.

<sup>352</sup> *Ibidem*, p. III.

verdade; a Logica considerada como sciencia é uma parte essencial da Philosophia, e hum meio para alcançar as sciencias.”<sup>354</sup> Esta definição vai bem ao espírito da concepção de lógica moderna, mas também escolástica, que a considerava a ciência das ciências.<sup>355</sup>

Como estudado anteriormente, o objetivo primordial da lógica moderna consistiu em dirigir as operações do entendimento para a verdade, buscando um método para instruir-se e instruir os outros, nos termos de Port-Royal. Monte Alverne, identificado com esta diretriz, delimita o fim imediato e mediato da lógica que, é “... induzir certeza nos nossos raciocínios, verdades nos nossos juízos, clareza em todas as nossas ideias, e a rectidão em todas as operações do nosso entendimento.”<sup>356</sup> Tais operações são claramente definidas:

“As operações do entendimento genericamente consideradas são únicas, isto é, são percepções: (sic) são innumeráveis consideradas individualmente: (sic) são tres consideradas em sua espécie, ou especificamente consideradas; percepção simples, juízo e discurso, ou raciocínio. O methodo não é portanto quarta operação do entendimento.”<sup>357</sup>

A definição acima dispõe diversos elementos à análise. A recusa ao método do *status* de operação do entendimento compromete-o. Ele não assume as principais inovações modernas em lógica consolidadas, e. g., pelos cartesianos de Port-Royal, como a inserção do método entre as operações do entendimento. Sobre esta matéria Monte Alverne explicita e categoricamente afirma que o “Methodo é o encadeamento de muitos juízos ou raciocínios com o fim de descobrir a verdade ou de comunicar aos outros. [...] O Methodo não é uma quarta operação do entendimento, como querem os Cartesianos.”<sup>358</sup> Ele não vê distinção entre juízo ou raciocínio ordenado, justificando que idéias ordenadas – que é o que ele entende como a essência do método – são apenas idéias organizadas e não método, como conclui ele em oportunidade específica ao afirmar que: “Juízo raciocínio bem ordenado se chama methodico. Por tanto, não é percepção ou nova operação do entendimento.”<sup>359</sup>

---

<sup>353</sup> *Ibidem*, p. III.

<sup>354</sup> *Ibidem*, p. III. Grifo nosso. Neste trecho, fica subentendida uma posição de distinção na hierarquia do conhecimento humano à ciência, uma vez que a filosofia e a lógica são seus instrumentos.

<sup>355</sup> v. primeiro capítulo.

<sup>356</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 44, corolário, p. 9. Daqui em diante, quando o autor se referir a lógica, estará referindo-se à lógica artificial. Essa menção aparece à p. 9.

<sup>357</sup> *Ibidem*, p. VII; grifos nossos. A definição dada nos § 45-46, p. 10 é equivalente.

<sup>358</sup> *Ibidem*, §47-48, p. 11.

<sup>359</sup> *Ibidem*, §48, p. 11.

Tendo ele conhecido a lógica segundo os quadros conceituais diminutos dos comentadores da segunda metade do século XVIII, seu distanciamento das novidades do século, e mesmo do anterior, fez a escolha eclética prevalecer. Desse modo, ele combinará idéias modernas e escolásticas, enfraquecendo sua adesão ao pensamento moderno. Seu contato com este pensamento foi, aliás, tangente. Seu cartesianismo é residual e comprometido, como o que se afere em Genovesi e em Du Phanjas, fontes que extensamente utilizou.

Sua exposição prossegue, caracterizando as operações do entendimento. A percepção simples é “... acto com que o entendimento sem comparar as idéias apprehende hum único objecto.”<sup>360</sup> A percepção apreende idéias. Estas são definidas como “... a imagem intellectual, representando o objeto da alma enquanto percebe. Ou é o acto da alma representando alguma coisa.”<sup>361</sup> Ou seja, são imagens intelectuais que representam o seu objeto ao entendimento, quando este o percebe. Percepção e as idéias distinguem-se por sua relação com os objetos e não por sua natureza; esta conceituação é dada em Genovesi.<sup>362</sup> Monte Alverne postula à idéia três predicados. Pode ser ato no sentido perceber e representar da alma; imagem intelectual, ou seja, ato da alma, representando alguma coisa enquanto percebe; e, que seja sem afirmação ou negação, ou seja, a idéia precede o juízo, constituindo-se a concepção mesma do objeto.

Segundo a natureza das idéias, Monte Alverne divide-as em simples e compostas, sendo que “Idéa simples é aquella na qual, nem ainda mentalmente podemos distinguir partes”<sup>363</sup>, provindo estas ou dos sentidos ou da abstração; e uma “Idéa composta é a que consta de varias ideas simples reunidas em uma palavra.”<sup>364</sup> Esclarece ele melhor o domínio desta distinção nos trechos abaixo, fortemente influenciados pela caracterização escolástica de apreensão simples. Afirma ele:

“Toda a ideia, propria e psicologicamente fallando é simples: porque nenhum espirito, e nem uma operação do espirito tem partes, e sendo por tanto na sua natureza simples, dahi se torna manifesto que a ideia como operação da potencia espiritual, isto é, do entendimento é simples na sua natureza, e só se diz composta ou phantastica em relação aos objectos, em que se encontrão simultaneamente muitas propriedades.”<sup>365</sup>

---

<sup>360</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. VII.

<sup>361</sup> *Ibidem*, p. VII. Definição idêntica é trazida à página 11.

<sup>362</sup> *Ibidem*, § 52, p. 12. Cf. GENOVESI, *Op. Cit.*, § 5, p. 8; §1, p. 36.

<sup>363</sup> *Ibidem*, § 58, p. 13.

<sup>364</sup> *Ibidem*, § 59, p. 13.

<sup>365</sup> *Ibidem*, § 61, p. 13.

“Toda idéa pois é necessaria, e essencialmente verdadeira [...] Nenhuma idéa em sua natureza é composta”

Porque,

“nenhum operação do espírito, consta de partes, e fóra de partes, toda idéa e toda operação do entendimento é simples em sua natureza.”<sup>366</sup>

Sendo a simples apreensão essencialmente simples, o juízo e raciocínio são operações compostas e construtivas através das operações de afirmação e negação de idéias ou juízos, conforme dispõe a caracterização escolástica destas matérias.

A conceituação acima se contrapõe à caracterização cartesiana de método, onde os problemas, se forem encarados como percepções, ou conjunto delas, deveriam ser reduzidos a dificuldades menores para uma análise criteriosa. Tendo a lógica como objetivo conduzir as operações do entendimento para verdade – compreendendo assim tópicos de teoria do conhecimento, teoria da definição e da verdade – então sobre as idéias e sua dinâmica essa concepção de lógica vai constituir-se; por isso a importância que a discussão das idéias terá para o contexto geral da lógica em Monte Alverne, não diferindo, neste ponto, da lógica das faculdades em geral.

Paradoxalmente, Monte Alverne considera que “O entendimento produz todas as suas idéas, e depende dos sentidos para sua produção.”<sup>367</sup> Assim, as idéias podem ser tomadas como percepções. Esta consideração de caráter sensista vai levá-lo a apreciar toda uma gama de distinções entre idéias, ressaltando como são fundamentais para a posterior discussão dos critérios de verdade e certeza, com os quais as idéias estão intrinsecamente ligadas.

Em relação aos objetos, uma idéia pode ser adequada ou completa quando exhibe “... clara e distintamente todas as partes do objecto e todas as suas propriedades, sem omissão de nem uma.”<sup>368</sup> Pode também, com relação a eles, ser inadequada ou incompleta: “... aquella que exhibe mais ou menos propriedade da cousa: assim a ideia que um geometra tem do circulo é menos incompleta, que o que tira um ignorante.”<sup>369</sup> Com relação à sua natureza, as idéias abstratas “são sempre adequadas; porque exibem todo o seu objecto. Não (sic) assim as ideias adventícias, ou aquellas que se referem aos objectos externos, porque nunca representam os seus objectos, plena e adequadamente.”<sup>370</sup> Tais idéias podem ser caracterizadas como “...

---

<sup>366</sup> *Ibidem*, p. VIII.

<sup>367</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. VIII.

<sup>368</sup> *Ibidem*, § 67, p. 14.

<sup>369</sup> *Ibidem*, § 68, p. 14.

<sup>370</sup> *Ibidem*, § 69, p. 14.

aquella pela qual o modo ou propriedade, ou alguma qualidade se considera separada do seu sujeito; como por exemplo: Justiça.”<sup>371</sup> Uma idéia concreta, “é aquella pela qual o sujeito se considera unido as suas propriedade, v.g. a idéia do justo”,<sup>372</sup> enquanto que uma idéia real “é aquella a que corresponde um objecto semelhante na natureza; como a ideia, do homem, de monte, de mar.”<sup>373</sup> Diferentemente, uma idéia quimérica: “é aquella a que não corresponde ao objecto semelhante na natureza, como a idéia de um monte de ou[ro]; ou a que tem um objecto impossível, como um círculo quadrado.”<sup>374</sup>

Em termos quantitativos, uma idéia singular “é aquella que se refere a um só objecto; como a idéia de Platão...”<sup>375</sup>, enquanto que uma universal “é o que compete a todos os indivíduos de um grupo como animalidade, humanidade, &c.”<sup>376</sup> E, ainda:

“A idéa chama-se universal, não porque na sua natureza tenha um objecto universal; pois que na natureza das cousas todo o objecto, ou todo o Ente é singular, mas porque se representa em abstracto uma fórma que em concreto se applica ou póde applicar a todos os individuos de um grupo; genero especie, ordem: &c., como a racionalidade que póde se afirmar de Pedro, João, de Antonio, &c. Não se dá portanto universal real, ou em ser, como dizem os Escolasticos; mas sim universal logico ou representativo.”<sup>377</sup>

Monte Alverne, em relação aos universais, assume uma postura nominalista, que terá seus reflexos, e. g., na caracterização de definição. Os termos da caracterização acima, usados por Monte Alverne, são quase os mesmos que aqueles usados por Evaristo Ferreira da Veiga e Miranda Rego na caracterização nominalista de idéia universal. Relaciona ele, na seqüência, corretamente os cinco universais usuais da lógica escolástica – gênero, espécie, diferença, propriedade e acidente – apresentados com comentários.<sup>378</sup>

A discussão de definição trazida por Monte Alverne, pelo menos nos termos que usa, dá indícios de conhecer as inovações sugeridas por Pascal quando distinguiu definição nominal, *définition de nom*, e definição real, *définition de chose*. Esta abordagem da definição foi difundida pela lógica de Port-Royal.<sup>379</sup> Ele assume as

---

<sup>371</sup> *Ibidem*, § 77, p. 16.

<sup>372</sup> *Ibidem*, § 78, p. 16.

<sup>373</sup> *Ibidem*, § 79, p. 16.

<sup>374</sup> *Ibidem*, § 80, p. 16.

<sup>375</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 70, p. 14.

<sup>376</sup> *Ibidem*, § 71, p. 15.

<sup>377</sup> *Ibidem*, § 72, p. 15.

<sup>378</sup> Cf. FONSECA [1964], Liv. II, cap. I, C; vol. I, p. 93.

<sup>379</sup> ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 86-89.



duas categorias de definição ambivalentemente. À maneira tradicional, a “Definição é a oração que explica o que seja o nome, ou o que seja a coisa em si.”<sup>380</sup> Ele admite a possibilidade de definição nominal, mas na essência seu contexto é o escolástico tradicional, e sua posição, nele, ambígua.

Na seção dedicada à natureza das idéias relativamente à alma, estas são classificadas como claras e obscuras, distintas e confusas, verdadeiras e falsas, podendo ser consideradas em si mesmas ou em relação ao sujeito cognoscente. Considerada genericamente, “Toda a idéia é clara em si mesma”<sup>381</sup>, uma vez que representa seu próprio objeto, reproduzindo suas propriedades com fidelidade e, ainda, “Toda a ideia é clara relativamente a nós.”<sup>382</sup> Ele tenta fundamentar seu critério de evidência no *status* ontológico das idéias, visto que “Toda idéia considerada em si mesma, e no estado de simples representação é clara e distinta [...] assim a idéia não é obscura, e confusa positiva, mas negativamente, isto é, porque não apresenta todas as propriedades da causa ou do objeto.”<sup>383</sup> A mesma linha de argumentação prossegue, ao afirmar Monte Alverne que:

“Toda idéia é pois necessaria, e essencialmente verdadeira [...] Mas assim se chama relativamente os objectos em que se encontrão muitas propriedades. Chama-se composto aquillo que consta de partes, e simples é aquillo que não consta de partes, ou partes fóra de partes. Como porêm nenhuma operação do espírito, consta de partes, toda idéa e toda a operação do entendimento é simples em sua natureza.”<sup>384</sup>

Nas conceituações trazidas acima, é flagrante a fundamentação escolástica.

Dentro desta classificação das idéias relativas à alma, acredita-se que os tópicos mais relevantes para as discussões vindouras são os seguintes: *idéia distinta* “é aquella que representa o objecto proprio de maneira que o distingue de qualquer outro. [...] Toda ideia é distincta”<sup>385</sup> e, *idéia verdadeira* “é aquella que em alguma representação do objecto só representa o que lhe convêm. Ou é a que fôr conforme ao seu objecto [...] Toda idéia é necessária e essencialmente verdadeira.”<sup>386</sup>

Ao classificar as proposições, o autor define-as como “... todo discurso da alma, pelo qual significamos aos outros o juízo que temos concebido no espírito...”<sup>387</sup>

---

<sup>380</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 116, p. 23.

<sup>381</sup> *Ibidem*, § 83, p. 17.

<sup>382</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 84, p. 17.

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. VIII.

<sup>384</sup> *Ibidem*, p. VIII.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>387</sup> *Ibidem*, § 123, p. 29.

Tal enunciação exige três partes fundamentais: o sujeito, a ligação e o predicado. No conjunto, sua discussão das proposições recai numa análise semelhante à sintática em gramática e está fortemente ligada ao discurso ordinário, como quando expõe que a cópula é regida por verbo substantivo, podendo ser expressa, e. g., *a alma humana está cogitando*, ou omissa, como em *a alma cogita*.<sup>388</sup> Em relação aos vários tipos de proposições, estas podem ser consideradas simples ou compostas: “Simple é aquella que tem um unico sujeito e predicado: como: (sic) alma humana é substância espiritual” e, no mesmo lugar, que “Composta é aquella que contém muitos sujeitos ou muitos predicados, como, a alma humana é espiritual e immortal – Cícero, Pompeu e Cezar forão consules.”<sup>389</sup> As proposições simples podem ter modalidades, sendo, neste caso, classificadas em necessárias, possíveis, contingentes e impossíveis. Da mesma forma, os modos de uma proposição composta podem ser: condicional, causal, copulativo e disjuntivo.

Parece mais relevante a discussão que Monte Alverne proporciona acerca das proposições condicionais. Tais proposições afirmam ou negam o predicado a respeito do sujeito, sob determinada condição. Uma premissa condicional tem duas partes: condição, hipótese ou antecedente; condicionada, ou conseqüente. A partir da caracterização que o autor forneceu, percebeu-se traços de uma abordagem formal, onde não importava o material em questão nas proposições, mas seu arranjo. Nota-se, oportunamente, que sua caracterização pode ser compreendida, hoje, como uma implicação fática. Assume Monte Alverne que:

“A verdade portanto da proposição condicional não depende da verdade das partes, mas sim sua conveniente combinação. Porquanto nestas proposições não se trata da verdade do antecedente ou conseqüente, mas só da conexão. A verdade da proposição condicional ou *hypothetica* é dependente da verdade de sua condição: assim affirmada a proposição [condição?] é conseqüente que se affirme a proposição.”<sup>390</sup>

A falta de revisão tipográfica no texto de Monte Alverne obscureceu diversas passagens. A citação acima é uma entre outras. Seu compêndio, como um todo, está repleto destas imprecisões que, em muitos lugares, confunde ou torna ininteligível o conteúdo exposto. O critério de verdade das proposições compostas conjuntivas consiste em que suas partes devam ser todas verdadeiras.<sup>391</sup> Uma proposição composta disjuntiva, ou disjunta, é aquela que liga vários sujeitos e

---

<sup>388</sup> *Ibidem*, § 125, p. 29.

<sup>389</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 128, p. 30.

<sup>390</sup> *Ibidem*, § 131, p. 31.

predicados por meio de partículas alternativas como *ou*. Ele distingue o uso completo que corresponde à disjunção exclusiva e o uso inclusivo que ele denomina de incompleta. Contudo, ele interpreta a disjunção de modo exclusivo: “... Em uma proposição disjuntiva todas as partes devem ser contradictórias, porque só uma pôde ser verdadeira, como no exemplo acima citado.”<sup>392</sup> Como se vê, os critérios de verdade admitidos às proposições compostas na exposição de Monte Alverne, correspondem, intuitivamente, ao núcleo fundamental da semântica da lógica proposicional clássica.

Ao discutir a qualidade e a quantidade das proposições, o autor embarça-se e confunde completamente alguns conceitos, como evidenciado por Laerte Ramos de Carvalho. Este último, entretanto, não explora minuciosamente a questão, limitando-se à constatação de que Monte Alverne confunde as proposições toto-totais com as toto-parciais. Para ele, a qualidade é definida como a afirmação ou a negação da proposição: “Em toda a proposição afirmativa, se toma o predicado não segundo toda a sua extensão, mas segundo alguma parte delle, e portanto em toda a proposição afirmativa, o predicado denota ideia particular”<sup>393</sup>, porque, “Pelo contrário, em toda a proposição negativa, o predicado toma-se em toda a sua extensão, e portanto denota uma ideia universal.”<sup>394</sup> Em suma, isso garante a ele a seguinte afirmação: “A quantidade portanto de qualquer predicado depende da qualidade da proposição e segue a seguinte regra sem exceção: em toda a afirmativa o predicado toma-se particularmente, e em toda negativa é tomado universalmente.”<sup>395</sup> Monte Alverne confunde, nesta definição, as proposições toto-totais com as toto-parciais, única maneira de sua definição ser justificável. Outros contra-exemplos poderiam ser dados. Essa falta de clareza e insuficiência não se deve certamente aos textos nos quais o autor apoiou-se.<sup>396</sup>

Cabe observar que a quantidade de uma proposição é a extensão da mesma e depende freqüentemente da extensão do sujeito, mas não exclusivamente. Laerte Ramos de Carvalho considera a caracterização de Monte Alverne incompleta, uma vez que, se se tiver numa proposição toto-total, uma proposição afirmativa continuaria com o predicado distribuído. Uma proposição toto-parcial é uma proposição na qual o sujeito é considerado universalmente e o predicado parcialmente,

---

<sup>391</sup> *Ibidem*, § 133, p. 32.

<sup>392</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 134, p. 33.

<sup>393</sup> *Ibidem*, § 138, p. 33-34.

<sup>394</sup> *Ibidem*, § 138, p. 33-34.

<sup>395</sup> *Ibidem*, § 138, p. 34.

como em, *os homens são mortais*, mas nem todos os mortais são homens. Numa proposição toto-total, tanto o sujeito como o predicado da proposição são tomados universalmente, tal como em *todo cloreto de sódio é sal comum*, que é equivalente a uma proposição universal convertida, *todo sal comum é cloreto de sódio*, seu critério de justificação.<sup>397</sup>

As relações de oposição entre proposições são tratadas de maneira esquemática.<sup>398</sup> Discute apenas a subalternação, as proposições contrárias e sub-contrárias. A exposição das proposições subalternas é incompleta, e os seus exemplos pouco elucidativos. Neste ponto, uma das características de sua exposição é apresentação dos exemplos como se fossem teoria. A exposição das contraditórias segue a mesma direção. Nesta matéria, o autor não discute alguns princípios derivados do tópico, como os princípios de não-contradição e terceiro excluído. No tocante às inferências imediatas, trata apenas da conversão, que denomina de *inversa*. Apresenta a conversão direta e por acidente. A exposição possui certa sistematização, mas a clareza de sua exposição é falha.

Na seção destinada às *enunciações usadas no método científico*, ele discorre sobre aspectos do *método axiomático*. Distingue *enunciados teóricos*, ou seja, aqueles que indicam nexos entre sujeito e predicado e os da *prática*, que supõem possa alguma coisa ser feita. Cada um destes enunciados pode ter duas acepções: uma *demonstrável*, caso necessite ser demonstrada; outra *indemonstrável*, quando se faz clara pelos seus próprios termos. Dito isto, um *axioma* é uma proposição teórica indemonstrável; uma proposição demonstrável denomina-se *teorema*. Uma proposição teórica prática demonstrável chama-se *postulado*. Os *problemas* são proposições práticas demonstráveis.

A relação de consequência é usada por ele para caracterizar conseqüentes bem deduzidos e formalmente verdadeiros nos enunciados do método científico. Afirma ele que “Se o conseqüente for verdadeiro, por causa do antecedente, isto é, se a razão, porque o conseqüente é verdadeiro se contiver no antecedente, não pôde haver duvida alguma de que se dá nexos entre o antecedente e o conseqüente.”<sup>399</sup> Essa mesma noção de consequência vai ser retomada na caracterização da segunda

---

<sup>396</sup> Cf. RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 63-64; 68-69.

<sup>397</sup> BAIN [1894], vol. 1, p. 129-134.

<sup>398</sup> Cf. MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 144, p. 36.

<sup>399</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 165, p. 42.

operação do entendimento; o raciocínio é caracterizado nas páginas introdutórias e no corpo do texto, complementando-se mutuamente:

“... qualquer raciocínio são tres ideas. E porque, na verdade, esta comparação de uma ideia com outra, não se faz sem juízo, concorrem sempre tres juízos: dous pelos quaes, aquellas ideas separadamente se comparão com a terceira, tomadas juntas, fazem: o antecedente do raciocínio. O terceiro, pelo qual essas ideias se conferem entre si, chama-se: consequente, e é *nelle propriamente que consiste o acto do raciocínio.*”<sup>400</sup>

Sendo que,

“Discurso, ou raciocínio é a percepção da conveniência, ou repugnância das idéas ilativamente produzida [...] Divide-se, como o juízo, em verdadeiro, e falso, e os seus caracteres da mesma maneira. Assim o entendimento produz a idéa de um modo apprehensivo: julga de modo comparativo, mas intuitivo: raciocina de modo comparativo, mas ilativo.”<sup>401</sup>

A primeira caracterização é padrão, indicando correlação entre raciocínio e consequência lógica. De fato, a primeira caracterização lembra a noção de silogismo em Aristóteles. Segundo ele, o silogismo deve ser entendido como de dedução: “Um silogismo é um discurso no qual, certas coisas sendo dadas, algumas outras do que o que é enunciado, segue da necessidade da sua existência apenas. Eu quero dizer pela última frase que elas produzem consequência, e por isto, que nenhum termo a mais é requerido delas na ordem para fazer a consequência necessária.”<sup>402</sup> A segunda caracterização insiste em determinar as condições nas quais o juízo opera podendo ser considerado verdadeiro. Observe-se que as idéias são ilativamente e não sensorialmente produzidas. Esta qualificação à produção das idéias é um traço escolástico.

Monte Alverne distingue *verdade formal* como aquela em que a relação de ligação entre o antecedente e o consequente existe, mas o material em si, do raciocínio, pode ser falso. Os critérios de verdade são definidos em termos semânticos, orbitando no fundo, em torno da noção de proposição condicional. Na terminologia contemporânea, uma analogia compatível seria com o *conceito de implicação*, aqui a implicação material. Note-se o hibridismo de interpretações da implicação, admitido na exposição de Monte Alverne. Anteriormente ele conceituou a implicação como fática. Todavia, o critério de decisão para a verdade é a evidência, como será exposto adiante.

---

<sup>400</sup> *Ibidem*, § 162, p. 41. Grifos nossos.

<sup>401</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. VIII.

<sup>402</sup> ARISTOTLE [1952], *Prior Analytics*, I, 1, 24<sup>b</sup>17-20.

De forma geral, a verdade é tomada na acepção da teoria da correspondência. Por isso, o juízo é definido como percepção da conveniência ou desconveniência das idéias produzidas por intuição – ilação, não sensação. Sendo assim, a percepção da conveniência, que existe num objeto, e a idéia correspondente, faz do juízo percepção.<sup>403</sup> No sentido geral, sua concepção de juízo é, somente, a tradicional. Esse sentido faz negar o *status* de operação do entendimento ao método, porque, “O juizo é um acto da alma stricta e propriamente simples. O juízo não tem partes algumas. (sic) Por quanto, o juizo é assentimento ou dissentimento, afirmação ou negação”,<sup>404</sup> da mesma forma que o método não é uma nova operação do entendimento, mas apenas idéias conjugadas e ordenadas.

Outro conceito associado tanto à noção de consequência quanto à de dedução e raciocínio é o de demonstração. Ele a definiu como “... o raciocínio, ou uma série de raciocínios: (sic) com os quaes invensivelmente se estabelece alguma proposição, alguma verdade. A demonstração póde ser directa ou indirecta.”<sup>405</sup> Dessa forma, “Todos os princípios dos nossos raciocínios poderão reduzir-se a duas classes: uns de evidência, outros de fé: os primeiros dirivão dos sentidos e do entendimento.”<sup>406</sup> Este é um momento da exposição em que Monte Alverne se compromete entre o sensualismo e o espiritualismo, ao tentar fundi-los. Deixa à fé seu espaço, da mesma maneira que Genovesi.<sup>407</sup> Além do ecletismo praticado por Monte Alverne, estas sínteses são incompatíveis. Devem-se, provavelmente, ao conhecimento incompleto da filosofia cartesiana e moderna, conhecida através de comentadores. Entretanto, mesmo para Locke e Port-Royal, a temática da fé não estará totalmente excluída, especialmente entre os monges franceses. O que não desqualifica a exposição de Monte Alverne, mas apenas a insuficiência de sua argumentação.

A discussão da evidência é embaraçosa, mesmo para os mais competentes cartesianos, como mostrou Laerte Ramos de Carvalho.<sup>408</sup> Na ausência de fundamentação ontológica, Monte Alverne apela para um psicologismo a fim de tratar da certeza e da evidência, evocando um argumento intimista: “Eu apercebo dentro de

---

<sup>403</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. VIII. Definição equivalente p. 27.

<sup>404</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>405</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 169, p. 44-45.

<sup>406</sup> *Ibidem*, § 174, p. 45.

<sup>407</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 113.

<sup>408</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 61: “O problema da clareza e distinção das idéias, como observou Goblot, está cheio de dificuldades, mesmo na explicação dos cartezianos (sic).” E ainda: “... o cartesianismo que chegou até nós foi um cartesianismo residual, acomodado à velha construção escolástica, desbastado em suas arestas mais agressivas.” (p. 57-58)

mim outra fonte desta especie de evidencia, é o meu - senso intimo.”<sup>409</sup> Esta deve ser, provavelmente, a saída encontrada pelo autor para fundamentar as idéias cartesianas que assumiu com os elementos de que dispunha; faltou-lhe conhecimento mais completo do sistema cartesiano. Isso vai bem à “... perspectiva nova que a lógica moderna inaugura pela subordinação, que se fará numa escala progressiva, da Lógica à Psicologia.”<sup>410</sup>

Este intimismo encontra abrigo nas conceituações genovesinas de certeza e erro. Monte Alverne assim as enuncia: “A certeza, assim como o erro, não são operações, mas estado (sic) da alma. A certeza é a firme adesão do entendimento, verdadeiro conhecimento falso (sic); O erro é a firme adesão do entendimento [ao] verdadeiro conhecimento falso.”<sup>411</sup> Os objetos através da percepção produzem as idéias, que os representam, a evidência é a relação estabelecida entre os objetos e as idéias no entendimento. Tais objetos podem ter uma relação de oposição e de concordância com as respectivas idéias. Sendo a relação de concordância, elas podem ser imediatas, de substitutividade, quando se pode substituí-las sem que a relação entre elas seja alterada; ou mediatas, mais raras, quando as idéias se ligam umas às outras mediante idéias intermediárias. O entendimento vê por intuição e

“A evidência mais perfeita é sempre inseparavel dos juízos desta espécie.”

Prossegue, afirmando que

“A evidência consiste pois na percepção immediata, ou clara das relações que ligão as ideias. A certeza é o effeito, que esta percepção das relações produz sobre o entendimento, ou a convicção que elle adquire da verdade das relações. É o que os lógicos exprimem a seu modo, quando dizem, que a evidência é o sinal característico da verdade; *criterium veritatis* (sic).”<sup>412</sup>

“A evidencia deve-se considerar em abstracto, ou em concreto, evidencia em abstracto é, um noção abstracta, pela qual algum objecto se chama evidente: define-se, a clara manifestação do objecto.”<sup>413</sup>

A discussão de Monte Alverne acerca da evidência não é suficiente, é parcial. Só para assinalar, recorde-se que Genovesi trata de diversas classes de evidência como a matemática, física, moral, metafísica e as de fé, fazendo uma discussão exaustiva, com critérios demarcadores que induzem um procedimento de decisão diante de evidências contraditórias. Esta discussão é minimamente mantida

---

<sup>409</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>410</sup> RAMOS DE CARVALHO, *Op. Cit.*, p. 62.

<sup>411</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. X.

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>413</sup> *Ibidem*, p. XI.

por Monte Alverne, revelando escolhas expositivas e teóricas frente aos autores nos quais se referenciou.<sup>414</sup>

É curiosa a terminologia usada pelo autor ao caracterizar a verdade em outra passagem:

“Eu entendo pois aqui por verdade das ideias, sua conformidade com o estado de cousas, afirma Monte Alverne, Eu entendo por - *estado de cousas* – sua natureza, suas relações, e tudo o que delas deriva.”<sup>415</sup>

Esta definição possui um ar *wittgensteiniano*, apresentando-se extremamente satisfatória à caracterização da verdade enquanto correspondência. Com o mesmo cunho pessoal, ele assume o critério de verdade tal como se segue: “Eu entendo por critério de verdade aquilo, que tem uma conexão necessária com a verdade que não carece de outro meio distinto para ser conhecido, e he a razão e fundamento ultimo da certeza.”<sup>416</sup> Nas caracterizações de verdade expostas por Monte Alverne, dois critérios admitidos percebem-se constantes: a evidência de caráter racionalista e a correspondência, ora entendida de modo realista, ora de modo nominalista.

Entre as formas de argumentação apresentadas no compêndio, figuram o silogismo, o entimema, o epiquerema, o dilema, o sorites e a indução. A última, para Monte Alverne possui papel secundário, ao contrário do que se viu em Feijó. Menciona-se aqui apenas sua caracterização do silogismo, devido à importância deste para o contexto geral de sua lógica e porque se trata de um tópico angular das formas de raciocínio.

A apresentação do silogismo simples principia por caracterizar os termos constituintes de um silogismo, relacionando seus elementos – termo maior, menor e médio – aos itens discutidos na caracterização das proposições e a tudo o que havia dito a respeito da consequência formal. Em seguida, enuncia as regras do silogismo válido de maneira padrão. Talvez graças a influência da lógica moderna, como em Genovesi, deva-se sua abordagem do silogismo, que não aprofunda a discussão de modos e figuras. Assim ela se apresenta mais esquemática e incompleta que a de Genovesi que, no que discutiu, é claro, embora resumido. Não fala em modos, nem em figuras, assunto que é explorado com exatidão pelos cartesianos de Port-Royal e que Genovesi também ignora. O silogismo composto é discutido em três espécies, o condicional, o disjuntivo – considerado como disjunção exclusiva – e o conjuntivo,

---

<sup>414</sup> *Ibidem*, § 174, p. 46.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 66. Grifo nosso.

<sup>416</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, p. 66-67.



sem suas respectivas condições de validade. As regras de validade do silogismo simples e composto ficam sem condições efetivas de aplicação, sem a discussão das figuras e modos, além desta falta de critérios valorativos de verdade sobre os silogismos compostos. Sob o título *ilusões*, o autor discute as falácias de ambigüidade do equívoco, da composição e da divisão, da mudança do estado da coisa, da falsa causa, ignorância, petição de princípio e do círculo vicioso.

Como foi antecipado, Monte Alverne não aceita a inovação de Port-Royal, que introduziu o método como uma quarta operação do entendimento. “Methodo, como já foi definido, (§ 47) é o encadeamento de muitos juízos ou raciocínios, instituído com o fim, ou de descobrir (sic) a verdade, ou de a comunicar aos outros.”<sup>417</sup> Neste sentido, afirma Monte Alverne que, para demonstrar uma verdade conhecida, o método de composição ou de doutrina, que é o método sintético, é o apropriado: “O methodo synthetico parte de principios generalissimos e evidentissimos, descendo para demonstrar ou descobrir o objecto por uma serie continua de conclusões evidentes.”<sup>418</sup> Para descobrir uma verdade incógnita, ao contrário, o método de resolução apropriado é o analítico: “O methodo analyticico tem um outro modo de proceder e progredir, elevando-se do desconhecido para o conhecido, tanto em demonstrar a proposição como em resolver a dúvida...”<sup>419</sup>

A concepção de probabilidade, no compêndio de Alverne, é subjetiva. Provavelmente derivada de Genovesi<sup>420</sup>, que compartilhava a concepção de Arnauld e Nicole.<sup>421</sup> Como já deve estar claro, não se quer dizer que o Monte Alverne inicia uma interpretação subjetiva de probabilidade, mas, em termos atuais, que essa era a concepção lá apreciada. A probabilidades são *graus de certeza*. Tal afirmação vai na direção de uma interpretação subjetiva de probabilidade. Ele afirma que, se se acreditasse com a probabilidade  $p = 1/2$ , então teríamos um grau de crença na mesma probabilidade:

“Resumindo o que acabo de dizer sobre a probabilidade, vê-se que ella he, como a certeza um estado d’alma. A probabilidade he pois um estado, que determina, e inclina a alma por uma parte com preferênciã á outra.”<sup>422</sup>

E, nos *esboços adiantados*, confirma a antiga compreensão:

---

<sup>417</sup> MONTE ALVERNE, *Op. Cit.*, § 201, p. 60.

<sup>418</sup> *Ibidem*, § 202, p. 61.

<sup>419</sup> *Ibidem*, § 203, p. 61-62.

<sup>420</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. § 9, p. 68; § 11, p. 68-69.

<sup>421</sup> ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 348-349.

<sup>422</sup> MONTE ALVERNE *Op. Cit.*, p. 71.

“A probabilidade é um estado da alma, que se inclina mais para uma parte do que para outra. [...] Neste estado a alma não descobre a conveniencia, ou desconveniencia das idéas, que indaga, e por isso não julga. A duvida e o estado da alma em que não se inclina para alguma parte, e por isso define-se a suspensão do entendimento. Não se dá por tanto juízo provável, duvidoso, temerário, como acto produzido pelo entendimento, mas sim como acto inspirado por uma vontade depravada.”<sup>423</sup>

A inserção da teoria da probabilidade nos textos de lógica do período assinalavam o tratamento do componente indutivo da teoria lógica, muito embora, na exposição de Monte Alverne, não esteja explícita esta conexão que pode, de qualquer maneira, ser subentendida.

De forma geral, o seu compêndio sistematiza razoavelmente a matéria, sendo as complicações mais salientes todas derivadas de imprecisão conceitual e do seu ecletismo. No tocante à lógica, diversas questões colocam-se. Sua lógica é eclética e imprecisa. As razões que justificam essa situação do seu debate da lógica talvez sejam os textos a que teve acesso. Estes foram relacionados anteriormente e não constituem, nenhum deles, fontes primárias. Em segundo lugar, as inovações do período tardaram a chegar ao Brasil; quando aqui chegaram, estavam incompletas e até mutiladas, devido ao caráter precavido do *Iluminismo Português*. Terceiro, teoricamente, em diversas passagens o texto de Monte Alverne é obscuro, incompleto e até incorreto, comparado a outras abordagens da mesma forma de lógica do período e até às fontes que teria usado.

Sua discussão e apresentação da lógica não chamaram atenção, mais que outras partes do compêndio de forma geral, sendo esquecido após sua tardia publicação. Mesmo assim, o próprio autor, enquanto professor, influenciou vários membros da geração de ecléticos da metade do século dezenove, sendo posteriormente citado dentro da tendência espiritualista; o principal nome é o de Domingos José Gonçalves de Magalhães.<sup>424</sup> O esquecimento no qual recaiu Monte Alverne deve-se, também, ao aspecto *démodé* que seu compêndio publicado em 1859, depois de vinte e seis anos de redação. Nesta data, o ecletismo já declinava no modismo filosófico brasileiro, enquanto as atenções voltavam-se para outras novidades recém-chegadas da Europa, mais precisamente, da França.

Do ponto de vista formal, a matéria lógica apresentada no compêndio é pobre. Possui uma exposição vagamente *axiomática*. Limita-se a apresentar escólios,

---

<sup>423</sup> *Ibidem*, p. X.

<sup>424</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 102-111.

mas não traz demonstrações – como, e.g., em Port-Royal – que o próprio texto caracterizou. Apesar de ser uma sistematização muito superior, do ponto de vista de exposição e sistematização da matéria, que alguns dos outros textos apresentados anteriormente. Monte Alverne trabalha na linguagem natural, que é a própria linguagem objeto. Sua preocupação com rigor dos conceitos, algumas vezes deforma-se em dogmatismo conceitual. Tal como outros, não enuncia os princípios lógicos com clareza. Este fato é compreensível, uma vez que na lógica das faculdades, e mesmo ao ecletismo espiritualista, o coração da teoria é a exposição da teoria das idéias e sua relação com as faculdades do entendimento.

### 3.2.3 A abordagem eclético-moderna da lógica em Itaparica da Virgem Maria

Frei Antônio da Virgem Maria Itaparica publicou, em 1852, o livro *Compêndio de Philosophia elementar*. Este franciscano e professor exerceu afamado magistério de filosofia em Salvador, teve como aluno Tobias Barreto, conforme já assinalado. Ele também é lembrado como um personagem representativo na história da Igreja no Brasil. Ele foi professor de teologia dogmática e história do dogma no seminário maior da Bahia, por mais de 30 anos, segundo informa Hauck et all. Observa ainda ele que “De sua competência teológica se dizia que ele foi ‘cercado sempre da admiração dos seus discípulos, da veneração dos seus colegas, do respeito de toda uma população.’ ”<sup>425</sup>

Sua exposição, apesar das críticas do prefácio, é eclética, aliás mais eclética e coerente que a de Monte Alverne. Seja no método, seja nas proposições defendidas, sua exposição situa-se dentro dos liames da lógica das faculdades e da lógica moderna. O método é a noção angular da sua representação da lógica. A exposição de Itaparica de lógica no compêndio é simples, mas extremamente coerente, apresentando-se resumida em muitos momentos. Embora ao longo do texto figurem elementos de orientações teóricas, em especial a da forma de lógica greco-escolástica, prevalece *a liberdade dos ecléticos*. Isso contraria a própria auto-percepção do autor no prefácio à obra quando afirma:

“... vim a reconhecer ultimamente a necessidade um Compendio de Philosophia Racional e Moral, que fosse não só adaptado á intelligencia da Mocidade, como tãobem (sic) expurgado dos erros do ecletismo moderno, cujas tendências vão parar em ultima análise sobre o escolho do Pantheismo, conforme o tem mostrado várias ilustres personagens, como o

---

<sup>425</sup> HAUCK et all [1992], vol. 2, p. 199.

Mr. O conde de Mont-lambert na presença da Camara dos Pares, - Mr. Cambalot na do Jury, em França – e *ex professo* o atilado e sabio Mr. Maret.”<sup>426</sup>

Itaparica refere-se a Henri-Louis Maret (1805-1884), que foi professor na faculdade de Teologia da Sourbonne, em 1842. Ele escreveu *Essai sur le pantheïsme dans la sociétés modernes*, em 1839, editado em Paris. Todavia, sua exposição mostra inegáveis traços de uma concepção eclética da lógica. O plano de redação do compêndio corrobora a constatação acima feita. A matéria lógica está estruturada como abaixo:

**Logica [Parte Psycologica]**

- § 1. Das faculdades d'alma em geral.
- § 2. Definições das faculdades da Intelligencia.
- § 3. Definições das faculdades da Sensibilidade.
- § 4. Definição da Vontade.
- § 5. Das faculdades intellectuaes – objecto especial da Logica. Da Idéa. Da Idéa quanto a sua origem.
- § 6. Da Idéa quanto a sua natureza.
- § 7. Da Idéa quanto ao seo objecto.
- § 8. Da Idéa quanto a intelligencia, a quem é representada.
- § 9 Do Juizo. Da Verdade.
- § 10. Da Evidencia.
- § 11. Da Certeza.
- § 12. Da Probabilidade.
- § 13. Do Juizo quanto as suas divisões e respectivas definições.
- § 14. Da Enunciação do Juizo.
- § 15. Da Proposição. Da qualidade da Proposição.
- § 16. Da composição da Proposição.
- § 17. Definições das proposições de composição occulta.
- § 18. Da quantidade da Proposição.
- § 19.
- § 20.
- § 21. Do Methodo.
- § 22. Do Raciocinio.
- § 23. Da continuação da mesma materia.
- § 24. Da argumentação.

---

<sup>426</sup> ITAPARICA [1852], p. 2.

Esta primeira parte define e precisa todas as faculdades do entendimento, especialmente aquelas que são objeto da lógica: perceber, julgar, ordenar e raciocinar.<sup>427</sup> Entretanto, esta parte inclui tópicos formais, como um núcleo intuitivo da lógica proposicional (§ 17). Parece, então, incoerente com a lucidez com que Itaparica divide a lógica dividindo-a em *parte psicológica* e *propriamente dita*. Na verdade, sob outro ângulo, esta inclusão e divisão pode ser coerente. A teoria lógica é entendida por Itaparica como derivada da teoria das idéias, constituinte fundamental dos juízos a serem expressos nas proposições. A segunda parte está dividida como se segue:

**Da Logica propriamente dita.**

- § 1. Das regras do methodo. Noções preliminares.
- § 2. Regras geraes á cerca do Methodo.
- § 3. Da Definição e Divisão. Da Definição. Da Divisão.
- § 4. Regras especiaes do Methodo Synthetico.
- § 5. Regras especiais do Methodo Analytico.
- § 6. Regras especiais do Methodo Analógico.
- § 7. Da Arte Syllogistica. Noções preliminares à cerca do Syllogismo.
- § 8. Regras do Syllogismo.
- § 9. [sem título. Continua a tratar do silogismo.]
- § 10. Do Criterio da Verdade.
- § 11. Continuação da mesma materia.
- § 12. [sem título] Da Arte Critica. Definições. Regras.
- § 13. Da Arte Hermenêutica. Regras externas.
- § 14. Regras internas.
- § 15. Das Causas dos erros. Preceitos uteis.
- § 16. Das Paixões. Preceitos uteis.
- § 17. Das causas dos erros, que tratem sua origem no corpo. Preceitos úteis.
- § 18. Das causas externas dos erros. Preceitos uteis.
- § 19. [sem título] Regras.
- § 20. Dos sophismas.

Esta parte dá as regras ou leis a orientarem o pensamento no caminho da verdade, incluindo tudo aquilo que concorra para raciocinar corretamente. A operação lógica central desta parte é o método que, em sua análise, engloba a dedução e a indução, respectivamente, em suas versões sintética e analítica. Se a divisão da

---

<sup>427</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, p. 5-8.

matéria lógica do compêndio parece agora estranha, aos olhos do seu autor, ela era justificável. Chegar-se-á a compreender sua divisão com as discussões empreendidas mais adiante.

Sua exposição, ao caracterizar a lógica em termos de ciência e arte, acompanha com maior simplicidade os argumentos de Monte Alverne. Itaparica, através de algumas digressões etimológicas, significa lógica como palavra ou conversação, dirigindo as operações da inteligência através da determinação das palavras pelas quais se exprime.<sup>428</sup> Ele entende que a lógica deva dar conta, não somente das faculdades do pensamento, mas de todas as demais faculdades da alma, compreendendo tudo o que possa concorrer à retidão dos juízos. Categoricamente, define ele que “A *Logica* – quanto ao seu objecto se define commumente – *Arte de pensar* –: e também – *Sciencia das leis formaes do pensamento*.”<sup>429</sup> Esta idéia recebe uma interpretação original em Itaparica, porque, além do estudo das faculdades, sua abordagem valorizará muito a lógica indutiva, especialmente o método, dando-lhe inclusive primado perante as diversas operações que compõem a lógica, como se observou no parágrafo anterior.

A alma é a sede das faculdades intelectuais, cujos objetos são as operações lógicas. Itaparica a define, pois que “é uma substancia intelligente adaptada para reger o corpo. (Sto. Agostinho).”<sup>430</sup> Explica ele na seqüência, em tom escolástico que, “Substancia – porque é essencialmente distinta do corpo, e pode subsistir em separado delle; – intelligente – porque raciocina; – adaptada para reger o corpo – porque o move e o governa.”<sup>431</sup> Essa especificação simplifica as considerações de Agostinho, não sendo uma discussão suficiente.

No quadro das faculdades da alma, Itaparica distingue a inteligência e a sensibilidade como faculdades complexas, por comportarem em si outras faculdades secundárias. Além destas, ele admite mais duas faculdades da alma: a vontade e a espontaneidade. A *inteligência* comporta as faculdades de atender, perceber, comparar, analisar, refletir, conceber, associar, abstrair, concretar, imaginar, recordar, julgar, ordenar, raciocinar, conhecer-se e crer. A faculdade da *sensibilidade* abrange as subfaculdades de sentir, desejar, esperar, gostar e amar. Este quadro de faculdades é

---

<sup>428</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>429</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>430</sup> *Ibidem*, § 1, p. 5.

<sup>431</sup> *Ibidem*, p. 1.

perfeitamente coincidente com o de Locke, e. g., no âmbito da lógica e psicologia modernas, como notado no segundo capítulo.

As faculdades intelectuais, *o objecto especial da lógica*, comportam as correlações adequadas com a teoria lógica. Dessa maneira, a faculdade intelectual da percepção corresponde à *idéia*; a capacidade de julgar é traduzida logicamente pelo *juízo*; a faculdade de ordenar expressa-se na lógica como *método*; a de raciocinar tem por correspondente o *raciocínio* enquanto operação lógica. Textualmente, esta caracterização coloca:

“Tas faculdades, como já dissemos, são – *Perceber – Julgar – Ordenar – Raciocinar* – . São estas, que a *Logica* principalmente instrue – forma – e dirige pelo caminho da verdade. Consideradas em seu ultimo resultado ou quanto ao seu exercicio, se denominão – *Idéa – Juizo – Methodo – Raciocinio*.”<sup>432</sup>

É possível vislumbrar já neste ponto que o núcleo essencial da lógica coincide essencialmente com o da abordagem da lógica das faculdades e seus autores, como já disposto aqui. A *idéia* é definida “A palavra – *Idéa* – significa, segundo a etymologia, – idolo – imagem –. Nós a empregamos em o mesmo sentido de percepção: – qualquer conhecimento ou representação na intelligencia sem relação alguma.”<sup>433</sup> Esta definição de Itaparica não é completamente precisa, porque não distingue percepção enquanto ao da alma sem o resultado deste ato. Nela ele identifica quatro relações: quanto à sua origem pode ser sensível, se se adquire por meio dos órgãos sensórios, e intelectual se é adquirida na inteligência em si mesma, sem interferência dos sentidos.

Faz-se, na seqüência, uma sinopse das qualificações de Itaparica às diversas classes de *idéias*. As *idéias*, quanto à sua natureza são simples, compostas, imateriais, materiais, associadas e coletivas. *Idéia* simples é aquela que é única, não se pode decompor. Prosseguindo a relação das caracterizações, a *idéia* composta é aquela que não é única, pode ser decomposta, e. g., física em corpos e metafísicas como em Deus; *idéias* imateriais são aquelas que representam objetos imateriais; materiais, ao contrário, são aquelas que representam objetos sob forma material; *idéia* associada é aquela que se oferece ligada à outra ou outras muitas *idéias* sem constituírem todavia um todo físico ou moral; *idéia* coletiva é aquela que representa muitos objectos

---

<sup>432</sup> *Ibidem*, § 5, p. 9.

<sup>433</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 5, p. 9.

coletivos formando um todo. Estas definições poderiam figurar mais completas na exposição.

Quanto ao seu objeto, conforme expõe Itaparica, a idéia pode ser completa, incompleta, singular, particular, universal, absoluta, abstrata, concreta, real, verdadeira, falsa, necessária e contingente.<sup>434</sup> Esse quadro de idéias consideradas quanto aos seus objetos, bem como os quadros relativos às idéias consideradas noutras relações, tem, na exposição de Itaparica forte inspiração escolástica. Tal influência verifica-se na transposição das propriedades dos termos – *suposição*, *apelação*, *ampliação*, *restrição* e *alienação* – à teoria das idéias, bem como das propriedades da proposição.<sup>435</sup> Neste caso, a classificação das proposições quanto à sua matéria em função de seus termos, sejam entendidos como modais. Do mesmo modo, considerados com relação à quantidade, os termos são interpretados como universais, particulares, indefinidos; enquanto, na caracterização de idéia verdadeira e falsa, a proposições considerada quanto à sua qualidade está subentendida.<sup>436</sup>

Retomando as caracterizações de Itaparica, uma idéia é completa quando significa todas as propriedades do objeto; pode ser incompleta quando significa o objeto com algumas das suas propriedades; singulares são aquelas que determinam a parte de um todo; ela é particular se convém indeterminadamente à parte de um todo; universal, convém a toda uma espécie ou gênero; absoluta, representa o objeto sem relação a outro; relativa representa o objecto com relação a outro; e abstrata representando o objeto em separado de outro a que estaria naturalmente ligado. Ainda segundo seus objetos, as idéias podem ser consideradas como concretas quando representam o objecto revestido de propriedades, ou reais, quando convêm a objetos existentes na natureza. Ela é fantástica quando não convém a nenhum objeto da ordem da natureza, como em monte de diamante.<sup>437</sup> Este exemplo é, provavelmente, inspirado nos trazidos por Genovesi para idéias fantásticas e quiméricas.<sup>438</sup>

Quando Itaparica define a idéia verdadeira, a enunciação vai enquadrá-la na teoria da correspondência. Afirma ele que a idéia verdadeira “é a que se conforma

---

<sup>434</sup> *Ibidem*, § 7, p. 11.

<sup>435</sup> Considera MOODY, *Op. Cit.*, p. 23, acerca da suposição e seus modos: “Supposition has been defined as the interpretation of term, in a proposition, for some thing or thing specified by another term in that proposition.” Tomás de Aquino admite a suposição material e formal. Algumas vezes ele usa a primeira no sentido de suposição pessoal e a segunda no sentido de suposição simples. (Cf. BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 165).

<sup>436</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 162-179.

<sup>437</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 7, p. 12.



com seu objecto...”<sup>439</sup> A falsa, por sua vez, “é o inverso da verdadeira, – a que não é conforme seu objecto, que representa...”<sup>440</sup> Aqui transparece uma interpretação do sentido semântico da negação lógica, que é o clássico. Define na seqüência a idéia necessária como a que significa objecto eterno ou as idéias eternas de Deus, como a idéia de infinito; ao contrário, a idéia contingente é a que significa o objeto existente, mas que poderia deixar de existir. Quanto ao objeto, as duas últimas qualificações são a idéia de coisa, que é justamente aquela que representa a coisa; e a idéia de palavra ou sinal que representa a palavra, ou sinal, sem relação à coisa, que a mesma palavra ou sinal significa. Toda a discussão das idéias acima sumarizada é, conceitual e textualmente, coincidente com a de Genovesi.<sup>441</sup>

Quanto à inteligência à qual é representada, a idéia pode ser clara, obscura, distinta e confusa. Assim, a idéia pode ser clara, quando seu objeto apresentado é plenamente conhecido; obscura quando ocorre o contrário. A idéia é distinta se, e somente se, representa o objeto com tais propriedades que pode distingui-lo de outro qualquer. A idéia confusa é o contrário da idéia distinta.<sup>442</sup>

Posto o quadro de idéias, e sendo o juízo a elas referente, conceitua Itaparica que “O juízo – como já dissemos – é o acto de julgar: – a *percepção de uma idea qualquer com relação à outra.*”<sup>443</sup> O juízo pode ser considerado quanto à verdade, à evidência, à certeza e à probabilidade. Desta forma, fala-se em juízo evidente ou não. Afirma Itaparica sobre a evidência: “... é o modo porque (sic) as coisas são representadas ou conhecidas pela intelligencia [...] seu character ou natureza é – a clareza e a distinção.”<sup>444</sup> Note-se como nesta matéria e em outras, a inspiração cartesiana é grande. Quanto à certeza, o raciocínio é certo ou não certo; da mesma maneira, quanto à probabilidade, ou é provável ou não provável. Os qualificativos aqui usados são os de Genovesi.<sup>445</sup>

As conceituações dadas até aqui não resumem a exposição do texto original; realmente a exposição de Itaparica é rápida e esquemática, é didática. As

---

<sup>438</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, § 10, p. 39.

<sup>439</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 7, p. 12.

<sup>440</sup> *Ibidem*, § 7, p. 12.

<sup>441</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §§ 8-22, p. 39-43.

<sup>442</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 8, p. 13.

<sup>443</sup> *Ibidem*, § 9, p. 13.

<sup>444</sup> *Ibidem*, § 10, p. 15.

<sup>445</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, §§ 21-22, p. 43.

conceituações são concisas e normalmente seguidas de exemplos. Uma conceituação, importante na seqüência, é a da verdade. Considera ele que:

“*Verdade* – é aquilo que é; – por outra frase; disemos – *verdade*, – quando as coisas são conformes as suas leis constitutivas. A *verdade* – considerada em abstracto, é uma só, porque as coisas são de um só modo, e não de diversas maneiras em sua própria natureza: – *o homem é sempre homem, e não outra coisa ao mesmo tempo* – Como porém as coisas podem ser consideradas sob quatro diversas relações, podem também classificar a – *verdade* – sob outras tantas relações diversas – *verdade moral* – *verdade physica* – *verdade methaphysica* – *verdade lógica*.”<sup>446</sup>

As relações admitidas à verdade são exatamente as assumidas em Genovesi.<sup>447</sup> Ele se baseia, diferentemente, no princípio de não-contradição ou de identidade, mas ele não será fiel à exposição dos comentadores de que se serviu. A definição de verdade moral, que “é quando se exprime aquilo mesmo que se pensa ou sente: – *Pedro é homem de bem*: – e se sente realmente isso mesmo.”<sup>448</sup>, é muito insuficiente comparada à de Genovesi.

Ao contrário, ele acompanha de perto a definição de Genovesi para a caracterização da verdade física, que “é quando se encarão as coisas segundo a sua própria constituição natural, ou segundo as leis universaes da natureza: – *o corpo é grave*.”<sup>449</sup> Em compensação, ele completa liberalmente a justificação da verdade metafísica em Genovesi, em tom fortemente religioso e dogmático. Essa “é quando se considerão as coisas, conforme ellas são quanto as idéias eternas do Creador: – *o todo é maior, que a sua parte*.”<sup>450</sup> Complementa ele ainda, em nota sobre a verdade metafísica: “Quando disemos – tal é uma verdade metaphysica, - queremos fazer entender, que a coisa é tal, porque assim Entendeo – Quis – e Estabeleceo o Creador Supremo; e que por tanto a coisa é necessária e immutavelmente – tal –. Esta especie de verdade também se diz – eterna.”<sup>451</sup> A religião entra para suprir a argumentação filosófica de Itaparica.

A conceituação de verdade mais interessante a esta discussão é a da verdade lógica. Ele a admite: “é quando as consequencias se conformão com os princípios: – *Pedro é mortal* – é um verdade lógica, em quanto se considera deduzida

---

<sup>446</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 9, p. 14.

<sup>447</sup> GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 66-67.

<sup>448</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 9, p. 14.

<sup>449</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 9, p. 14.

<sup>450</sup> *Ibidem*, § 9, p. 14.

<sup>451</sup> *Ibidem*, § 9, p. 14-15.

e conforme com os princípios: – *todos os homens são mortaes: – Pedro é homem.*”<sup>452</sup> É uma caracterização interessante e diferente, uma vez que expressa *a verdade lógica em termos de consequência lógica*. Esta maneira de conceituar é diferente das outras, usualmente encontradas nos comentadores da época, bem como nos brasileiros já avaliados. De tal forma, são originais algumas interpretações de Itaparica que, ao admitir a definição de verdade acima, a toma de modo desconexo da noção de evidência. Esta diferença é um ponto de distinção de sua exposição, comparada a outras. Com efeito, “A *Evidencia*, define Itaparica, – é o modo, porque (sic) as coisas são representadas e conhecidas pela intelligencia: seo character ou natureza é – a *clareza* – e *distincção* –: pode-se definir – *a percepção clara e distincta das coisas.*”<sup>453</sup> Ao considerar os modos de aquisição da evidência, Itaparica afirma que seja imediata ou intuitiva, mediata ou discursiva. O produto dela é a certeza. Os quadros conceituais reproduzidos por Itaparica são, com mínimas adaptações, os quadros de Genovesi. Itaparica continua e conceitua certeza:

“*Certeza* – é aquella crença firme – irresistivel, ou aquella adhesão invencivel, que a evidencia produz em o espirito, convencendo-o da verdade das coisas.

A *Certeza* – resultado da evidencia, pode ser tãoobem classificada segundo as diversas relações, em que fôra a mesma evidencia classificada. Assim a *Certeza* – quanto ao modo da sua aquisição, é – *immedita* ou *intuitiva*, – *mediata* ou *discursiva*: – quanto as diversas ordens de coisas, é – *metaphysica* ou *de pura intellecção*, – *fisica* – *de consciencia*, – *moral*, – e *de memória.*”<sup>454</sup>

Do mesmo modo que as conceituações de verdade, evidência e certeza, a caracterização da probabilidade, em sentido muito próximo ao de Monte Alverne, é derivada de Genovesi, sendo sua argumentação de fundo moderno e subjetivo. Afirma Itaparica que:

“A *Probabilidade* tem seos grãos, *isto é*, uma coisa é mais ou menos provavel, - está mais ou menos proxima da certeza, conforme a gravidade das razões, que naturalmente inclinão o espirito antes para affirmar, do que para negar, e *vice versa*.

[...]

Os grãos de Probabilidade são apreciados – *absoluta* ou *relativamente*: – *absolutamente* – quando se avalia cada uma das razões, e se procura saber, quanto a Probabilidade dista da certeza; – *relativamente* – quanto, dadas razões de ambos os lados, comparão-se umas com as outras, e trata-se de

---

<sup>452</sup> *Ibidem*, § 9, p. 14.

<sup>453</sup> *Ibidem*, § 10, p. 15.

<sup>454</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 11, p. 16.

julgar em ultima analyse, qual seja a parte, que mais proxima está da mesma certeza.”<sup>455</sup>

A exposição de Itaparica, comparada à de Monte Alverne, é extremamente simplificada. O juízo também se divide e classifica nos mesmos níveis, conforme quase todas as instâncias da lógica, na exposição de Itaparica. Afirma ele que “O juízo – pode ser considerado – quanto a verdade, – quanto a evidencia, – quanto a certeza, – quanto a probabilidade, segundo nós já o dissemos.”<sup>456</sup> Deste modo, quanto à verdade, o juízo pode ser verdadeiro ou falso; quanto à evidência, pode ser evidente ou não evidente; quanto à certeza, o juízo é certo ou não certo; o juízo, quanto à probabilidade, é provável ou não provável. O juízo é enunciado em proposições.

Analisa Itaparica a origem da linguagem em suas várias expressões, como linguagem da ação ou gesticulação; a pintura, o desenho e todos os sistemas de caracteres, a linguagem dos sons. Veja-se esta afirmação sobre a concessão da linguagem sonora ao homem; como já adotado por ele na exposição, a sustentação do argumento é teológica. Assevera Itaparica que “Esta linguagem, (sic) considerada quanto a sua origem (deixando à margem todas as hypotheses, que se tem excogitado, mais ou menos inconsistentes) não foi de certo inventada pelo homem; foi lhe dada, assim como a faculdade de pensar, pelo Creador; – assim como lhe foi ensinado – o *pensar*, – lhe foi também ensinado – o *fallar* –.”<sup>457</sup>

Mas, de todas as considerações de Itaparica quanto à linguagem, a mais cara à lógica é a caracterização de proposição que faz a ponte entre os juízos e idéias já admitidos na lógica e a enunciação. Nos próprios termos de sua exposição tem-se: “O *Juizo* – considerado quanto à enunciação, se denomina – *Proposição*.”<sup>458</sup> Esta caracterização da proposição como expressão do juízo é a convencional, tanto quanto o é a da constituição da proposição. Esta compõe-se de sujeito, cópula e predicado. Com efeito, afirma ele, “Em toda a proposição a palavra, que exprime o objecto, de quem se afirma ou nega, é – o *sujeito* –: aquella, que designa aquillo, que se afirma ou nega, é – o *predicado* ou *attributo* – aquella, que une o predicado ao sujeito é, – a *copula* – por excellencia chamada – *verbo* –. Trez são os elementos constitutivos da proposição – *sujeito* – *predicado* – e *copula*.”<sup>459</sup>

---

<sup>455</sup> *Ibidem*, § 12, p. 16-17.

<sup>456</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 13, p. 17.

<sup>457</sup> *Ibidem*, § 14, p. 19.

<sup>458</sup> *Ibidem*, § 14, p. 18.

<sup>459</sup> *Ibidem*, § 15, p. 20.

A proposição, como componente do juízo, compartilha com os estes, novamente, seu estado. Dessa maneira, naturalmente, as proposições podem ser verdadeiras ou falsas, evidentes ou não evidentes, certas ou incertas, prováveis ou não prováveis. Ao definir a qualidade da proposição, Itaparica determina cinco qualidades às proposições: afirmação, negação, simplicidade, complexidade e componibilidade. Estas categorias coincidem com a caracterização escolástica.

Segundo sua composição, a proposição pode ser copulativa, disjuntiva, condicional, causal, relativa e discreta. Esta exposição das proposições é completamente descritiva, e não valorativa, no sentido de detalhar as condições de validade e verdade destas proposições.<sup>460</sup> Dessa forma, reduz-se a aplicabilidade da lógica exposta no compêndio de Itaparica. Talvez ele não pretendesse expor a aplicabilidade deste tópico da lógica. A atenção que dispensa ao método, na lógica propriamente dita, é flagrante neste aspecto. O mesmo é verificado quando trata de definir as proposições compostas de natureza oculta, ou implícita, nos termos que Port-Royal as caracteriza. Ao apresentar as proposições exclusivas, exceptivas, comparativas, inceptivas e desitivas, limita-se a descrevê-las com exemplos rápidos, sem expor suas condições de validade e tratamento, exhaustivamente discutidos em Port-Royal e mesmo avaliadas rapidamente por Genovesi.<sup>461</sup>

A esta altura da discussão, é possível questionar a divisão da lógica na exposição em questão, em parte psicológica e propriamente dita. Quando trata da classificação das proposições acima, põe toda a discussão intuitiva relativa à lógica proposicional inserida na parte psicológica, quando seu lugar seria na lógica propriamente dita. Esta classificação de caráter nitidamente formal, derivada da abordagem escolástica à lógica, sinaliza à lógica formal, não devendo figurar onde aparece. Isto mostra como o próprio autor não tinha clara a distinção que tentou imprimir. O único meio de justificar esta divisão é recorrer à compreensão própria do autor sobre a lógica, influenciado provavelmente pelos comentadores de que se utilizou. Para Itaparica, o que compete à lógica propriamente dita é o método, como se exporá no momento oportuno. Daí ser ambígua a qualificação a ele dada na literatura de escolástico. Sua lógica afigura-se eclética, tendendo mais à lógica moderna que à escolástica.

---

<sup>460</sup> *Ibidem*, §16, p. 22-23.

<sup>461</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, §17, p. 24. Cf. ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 138 e, GENOVESI, *Op. Cit.*, p. 59-60.

Quanto à quantidade da proposição, ela é classificada em universal, particular e singular. Todavia, ele nada menciona a respeito da quantificação do predicado. Em sua própria exposição se lê: “A *quantidade da Proposição* – é a sua maior ou menor extensão á respeito da especie ou do genero, a que pertence o sujeito.”<sup>462</sup> Ele admite proposições indefinidas. Tópico correlacionado à quantidade e à qualidade, a caracterização da conversão das proposições universal negativa (E) e a particular afirmativa (I) é convencional. É satisfatória, também, a definição da conversão *per accidens* para as proposições universais afirmativas (A).<sup>463</sup> Apenas definidas para proposição simples ou categóricas. Não discute ou menciona, à mesma maneira que Monte Alverne, as proposições absolutas e modais.

A caracterização de raciocínio mostra que Itaparica admitira à lógica tanto a argumentação dedutiva quanto a indutiva. Afirma ele:

“A *Faculdade de raciocinar* – dá em resultado, o que chamamos – *Raciocínio*. O *Raciocínio* – quanto a sua natureza, é de dois modos – *directo* – e *indirecto*. O *directo* – que também se chama – *deductivo* – é quando dos principios estabelecidos se conclue, o que nelles implicitamente se contém.

[...]

O *indirecto* – que tambem se chama – *inductivo* – é quando não se conclue do mesmo modo, que implicitamente se assentara, ou se dissera nas premissas.”<sup>464</sup>

O raciocínio indutivo possui cinco regras.<sup>465</sup> A primeira consiste em que, de juízos particulares instituídos a respeito de um todo, conclui-se para esse todo o mesmo, assentado em cada um dos juízos; a segunda, quando da coisa semelhante se conclui para coisa semelhante; a terceira, quando se conclui, de certa maneira, porque de qualquer outra seria absurdo um modo intuitivo de redução ao absurdo; a quarta, que é quando se conclui por hipótese já estabelecidos, funcionaria como uma espécie de prova do condicional; a quinta, e última regra, é a que afirma que, quando feita uma acurada enumeração das partes, conclui-se a respeito de uma, que não foi excluída na mesma enumeração.

Outra constatação de interesse fundamental para a caracterização de sua compreensão da lógica é a que se refere ao raciocínio demonstrativo. Este é entendido, conforme a definição, como “O Raciocinio se diz – *demonstrativo*, – quando clara e

---

<sup>462</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 18. p. 25.

<sup>463</sup> *Ibidem*, § 20, p. 28. As letras A, E, I, O, refere-se aos modos da proposição em lógica tradicional.

<sup>464</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 22, p. 31.

<sup>465</sup> *Ibidem*, § 21, p. 31-32.

distinctamente mostra a verdade das coisas. Demonstra-se a verdade das coisas de dois modos – *por seus efeitos – e por suas causas ou por sua própria natureza.*”<sup>466</sup> O raciocínio distingue-se em dois componentes fundamentais: os princípios e as conseqüências. Os primeiros são juízos preestabelecidos, que supõe formar novos juízos. Deles se conclui as conseqüências, que são entendidas a ser formadas pelos princípios. Afirma Itaparica que “Tais juízos quanto à sua íntima união deductiva ou inductiva com os princípios preestabelecidos, se dizem – *consequencias* –: considerados sem relação á essa íntima união deductiva ou inductiva – *consequentes.*”<sup>467</sup>

O raciocínio considerado quanto à sua enunciação chama-se argumentação. Existem oito espécies de argumentação: silogismo, polissilogismo, entimema, epiquerema, sorites, dilema, indução e exemplo. As caracterizações destas formas de argumentação são todas padrão. A indução desdobra-se em análise e analogia.<sup>468</sup>

Ao iniciar lógica propriamente dita, comparecem os motivos de fato relevantes e distintivos da exposição de Itaparica e seu valor representativo para esta discussão. Ele pretere elementos formais da lógica em lugar do método. Afirma veementemente:

“As Regras principaes da Logica são aquellas, que, para assim diser, constituem – o *Methodo* – por isso que elle é a – *chave de todas as questões* – o *caminho único da verdade.*”<sup>469</sup>

E é o método o ponto central, e eixo, de sua compreensão da lógica. É a chave para todas as questões, o único caminho da verdade. Sob este aspecto a proposta de teoria lógica de Itaparica é bastante coerente. Define novamente os três métodos – sintético, analítico e analógico. O método supõe a faculdade intelectual da ordenação, tal como definida na parte psicológica da lógica. Ele estabeleceu que “*Ordenar* – é estabelecer certa serie de idéas para racionar-se.”<sup>470</sup> Esta faculdade de ordenar é subjacente à caracterização de método, mostrando assim a integração, embora às vezes questionável, das diversas etapas da exposição da lógica por Itaparica. Coerentemente, conceitua Itaparica que “A Ordem, que se estabelece em os principios, que tem de ser os fundamentos do raciocinio, se diz – *Methodo* –. Três são

---

<sup>466</sup> *Ibidem*, § 23, p. 33.

<sup>467</sup> *Ibidem*, § 23, p. 33.

<sup>468</sup> *Ibidem*, § 24, p. 38.

<sup>469</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 1, p. 43.

<sup>470</sup> *Ibidem*, § 2, p. 7.

as especies de methodo, que regem a intelligencia na indagação da verdade – *Synthetico – analytico – e Analogico.*”<sup>471</sup>

Estas três modalidades do método são interligadas às duas modalidades centrais de raciocínio já expostas: a dedução e a indução. Dessa forma, as três modalidades de método ficam caracterizadas:

“*O Synthetico* – serve, quando, dado um todo, entra-se em duvida, si por ventura uma parte, que se apresenta, – *é ou não constitutiva do mesmo todo* –. Então confronta-se a parte com o todo, e depois de se verificar, si por ventura lhe convém ou não, conclue-se affirmando ou negando, conforme a parte pertence, ou não pertence ao mesmo todo.

O *Analytico* – quando se offerece um complexo de coisas – um todo – que ainda não é conhecido. Então estuda-se cada uma das partes, para conhecer-se a final o mesmo – complexo de coisas – ou o mesmo todo.

O *Analogico* – quando dados dois objectos, – *um conhecido – e outro desconhecido*. Então pela similhaça ou identidade das propriedades de ambos, – ou pela dependencia dos meios para com os fins, – ou pela identidade ou similhaça dos mesmos effeitos, – conclue-se, o que se sabe de um, para o que não se sabe de outro.”<sup>472</sup>

A definição de analogia traz elementos ricos para a lógica indutiva, embora com simplicidade. “A *analogia* – é de trez modos – a que se funda na identidade das propriedades, – a que se funda nas relações de dependencia entre os meios e os fins, a que se funda na identidade dos mesmos effeitos, que devem ter as mesmas causas, e *vice versa ...*”<sup>473</sup> Os exemplos são retirados de Edme Ponelle, texto não identificado, citado por Itaparica. Adverte veementemente o autor que não se confunda o método analógico com o silogismo.<sup>474</sup> Considera, ainda em geral, que o método possui as qualificações de discursivo, descritivo, cujas regras são retiradas de Jacquier, além de histórico e oratório.

As regras gerais do método são: compreender, clara e distintamente, a questão; evitar tudo quanto for inútil ou estranho à questão; definir tudo que for obscuro; dividir a questão em tantas partes quantas forem necessárias, para ela ser bem tratada – razão pela qual ele trata nos parágrafos seguintes da definição e divisão – e ir sempre do conhecido para o desconhecido. Itaparica cita Jacquier mas, no fundo, estas regras são as regras enunciadas por Descartes, no *Discurso do Método*<sup>475</sup>, o que ele não percebe, pois as enuncia novamente como regra especial para

---

<sup>471</sup> *Ibidem*, § 21, p. 28.

<sup>472</sup> *Ibidem*, § 1, p. 43-44.

<sup>473</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 21, p. 29.

<sup>474</sup> *Ibidem*, § 21, p. 30.

<sup>475</sup> DESCARTES [1994], *Discurso do Método*, p. 53-54.



o método analítico.<sup>476</sup> Como a terceira regra do método pressupõe a definição, põe-se Itaparica a caracterizá-la: “Trez são as condições necessario para uma perfeita – *Definição: – clareza – brevidade – e reciprocidade.*”<sup>477</sup> Ela deve ser imediata, distinta e completa.<sup>478</sup> O mesmo ocorre com a divisão, pressuposto da quarta regra do método. A divisão imediata é aquela em que se compõem as partes primordiais do todo; ela é distinta quando um membro da divisão não se contém em outro; é completa, devendo encerrar todas as partes da coisa dividida.<sup>479</sup> Estas regras não têm inspiração escolástica.

As regras do método sintético são, essencialmente, as regras para demonstração dedutiva, como ele deixará claro ao situar o silogismo como parte mais interessante do método sintético. Estas regras, cita Itaparica, foram colhidas em texto não identificado de Edme Ponelle. Teoricamente, as regras, que condensam em essência o *método dos geômetras*, ou mesmo o procedimento demonstrativo matemático da época, são certamente, inspiradas em Port-Royal.<sup>480</sup> São elas:

“1<sup>a</sup> – *Propor claramente os axiomas, que devem ser os fundamentos da deducção.*

Nota – Aos axiomas ajuntão-se muitas veses – hypotheses.

2<sup>a</sup> – *Não admittir, como verdadeira proposição alguma, sem que não seja deduzida de – axiomas – hipoteses – ou proposições já provadas; exceto quando não admitindo o assumpto divisão alguma, suppoem-se algumas proposições sem prova, reservando-se a sua demonstração para depois.*

3<sup>a</sup> – *Toda proposição, que não servir nem para demonstrar, nem para esclarecer a questão, deverá ser rejeitada á bem da clareza.*

4<sup>a</sup> – *As proposição (sic) simples devem preceder as compostas, e as geraes devem ser tratadas antes das particulares.*

5<sup>a</sup> – *Nas demonstrações cumpre seguir as consequancias (sic) immediatas – ao depois provar as proposições, que se offerecem em relação, começando por aquellas que tiverem mais proxima intimidade entre si.*”<sup>481</sup>

É dentro do quadro do método sintético que a teoria do silogismo será coerentemente enquadrada. Afirma sobre ele Itaparica:

“As Regras, que temos estabelecido para o Methodo Synthetico, parecem realmente sufficientes para assegurar a legitimidade da *deducção*. Nós comtudo consideramos a – *Arte Syllogistica*, – como parte muito interessante das Regras constitutivas do Methodo Synthetico, por ser mais

---

<sup>476</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 4, p. 48.

<sup>477</sup> *Ibidem*, § 3, p. 45.

<sup>478</sup> *Ibidem*, § 3, p. 47.

<sup>479</sup> *Ibidem*, § 3, p. 47.

<sup>480</sup> ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 306-308.

<sup>481</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 2, p. 47-48.

um subsidio poderoso para o seu exito feliz na indagação da verdade sobre tudo talvez nas controversias.”<sup>482</sup>

A julgar pela citação acima, o silogismo é compreendido como forma de raciocínio distinta, prestando-se inclusive ao que hoje se denomina método de decisão. A exposição teórica do silogismo é esquemática, mas correta. Contempla as regras de formação correta do silogismo e seus elementos constituintes como padrão. A exposição passa diretamente às regras do silogismo – aqui oito – apresentadas com detalhe e exemplos.<sup>483</sup> Como em Monte Alverne, essas regras ficam sem condições efetivas de aplicação, uma vez que lhes faltam as figuras e modos dos silogismos ignorados na exposição.

Quanto à qualidade, especifica Itaparica a existência e a validade de cinco espécies de silogismo. Estes podem ser simples (categóricos), complexos, condicionais, disjuntivos e copulativos. As regras para o silogismo simples são as gerais dadas no parágrafo anterior, inclusas as ressalvas feitas.<sup>484</sup> Os critérios para as regras do silogismo disjuntivo e copulativo estão enunciados com clareza. Entretanto, pela primeira vez em todas as exposições até agora avaliadas, destacam-se as regras para o silogismo condicional. Ele deve ser submetido a duas regras de validade que, basicamente, são as regras de *modus ponens* e *modus tollens*. São elas:

“1<sup>a</sup> – Quando a antecedente da maior é afirmada na menor, a consequente deve ser afirmada na conclusão.

2<sup>a</sup> – Quando a consequente da maior é negada na menor, a antecedente deve ser negada na conclusão.”<sup>485</sup>

Esta enunciação das duas regras é uma das mais claras até aqui estudadas na história da lógica no Brasil, no século XIX. A enunciação destas duas regras é bastante satisfatória, dando suficiente tratamento à validade do silogismo hipotético. Mas como a lógica para Itaparica é metodologia, entende-se, pacificamente, que suas regras de inferência são, de fato, regras metodológicas. Neste sentido, é curiosa a justificativa para a analogia, é corretamente apresentada, e as respectivas regras coerentes:

“Como o Universo é governado por leis constantes e uniformes, segundo a observação e experiência de todos os sábios em todos os tempos, e segundo a convicção íntima de todos os povos em todas as idades, daqui decorrem as Regras seguintes:

---

<sup>482</sup> *Ibidem*, § 7, p. 49.

<sup>483</sup> *Ibidem*, §§ 7-9, p. 49-56.

<sup>484</sup> *Ibidem*, § 9, p. 56.

<sup>485</sup> ITAPARICA, *Op. Cit.*, § 9, p. 57.

1ª – *Os efeitos do mesmo genero tem as mesmas causas: – ou vice versa – .As causas do mesmo genero tem os mesmos efeitos.*

2ª – *As propriedades dos objectos, que são inherentes aos mesmos objectos, e não admittem nem augmento e nem diminuição, e que convêm à muitos, devem ser reputados, como communs a todos os objectos da mesma especie ou do mesmo genero.*<sup>486</sup>

As últimas partes da lógica propriamente ditas, intituladas *arte crítica e hermenêutica*, foram extraídas de Genovesi.<sup>487</sup> As discussões desta seção chamaram a atenção de grande parte dos expositores brasileiros. Evaristo Ferreira da Veiga, Feijó, Monte Alverne e, agora, Itaparica, incluem-na em suas exposições da lógica. A seção dedicada *às paixões*, com uma série de preceitos úteis, tem pouco interesse à discussão, bem como a seção *das causas dos erros*. Novamente a seção *das causas externas dos erros* e preceituação prática e *dos sofismas* é retirada de Genovesi, bem como a *arte de disputar*.<sup>488</sup>

Ao concluir a discussão de Itaparica, pelo já exposto foi possível acompanhar as patentes distorções que as condições de laboração filosófica e acadêmica induziram na compreensão de lógica exposta. Inclusive estas mesmas condições induziram auto-percepção distorcida no próprio expositor. Ele não percebeu a fragilidade de sua divisão da lógica entre psicológica e em si. Ademais, sua exposição revelou grande habilidade, o que era comum entre os ecléticos, em geral, muito habilidosos em compor e conciliar os pontos de vista opostos. Apesar de estranha, como observado, sua exposição é coerente e parece satisfatória à realização dos objetivos a que se propõe. Comparada à exposição de Monte Alverne, é inclusive, mais orgânica.

### 3.3 Comentários às visões de lógica estudadas

No Brasil, não seria diferente. O movimento eclético definharia, mas não a maneira eclética de pensar a lógica, ajuntando sem maiores critérios os temas considerados pertinentes à lógica. Contudo, o movimento neo-escolástico e o positivista, herdeiros pródigos do ecletismo espiritualista, ajudariam a encerrar, enfraquecer e diluir a influência desta iniciativa moderna na lógica brasileira, imprimindo-lhe rumos novos. A forma de lógica estudada neste capítulo deixou um legado ambíguo. Em primeiro lugar foi efêmera. Em meados da década de 1860, já

---

<sup>486</sup> *Ibidem*, § 6, p. 49.

<sup>487</sup> *Ibidem*, § 14, p. 72. Além da afirmação do autor, havia-se presumido, independentemente, esta informação.

havia perdido a preferência ante as últimas novidades, sempre exportadas da Europa. Destacar-se-ão em lógica, as formas neo-escolástica e a positiva, ambas estudadas nos próximos capítulos.

Em segundo lugar, a abordagem prática e instrumental da lógica proposta na modernidade ainda permaneceria na mentalidade dos intelectuais brasileiros. Outro aspecto que se salienta é a permanência da improvisação e de um ecletismo metodológico nas exposições de lógica. A criatividade é imensa em adaptar, mas não em criar. Os filósofos acadêmicos eram, aqui, inexistentes, bem como os matemáticos, puros. Desta forma, as noções de lógica foram aqui discutidas, mantendo o interesse intelectual para as novidades que viriam. Contudo, citadíssima afirmação do padre jesuíta Leonel Franca, embora pesada, reflete nua e cruamente alguns dos aspectos relevantes à continuidade do debate em filosofia no Brasil. Afirma ele:

“Refletimos, mais ou menos passivamente, idéias alheias; navegamos lentamente e a reboque nas grandes esteiras abertas por outros navegantes; reproduzimos, na arena filosófica, lutas estranhas e nela combatemos com armas emprestadas. Não há, por isso, entre os pensadores que aqui se sucedem, continuação lógica de idéias nem filiação genética de sistemas. Não temos escolas, não temos iniciadores que houvessem suscitado ou por seqüência de evolução ou por contraste de reação, continuadores ou opositores.”<sup>489</sup>

Quando com a ciência manifesta-se o positivismo, a lógica receberá novas abordagens, superando definitivamente o ecletismo e sobrepondo-se, também, ao escolasticismo, que ensaiará renovação. Todavia, a lógica positiva será uma árvore estéril, não contribuirá para aumentar a proximidade da discussão da lógica no Brasil – com a discussão ocidental como um todo – mas será, na percepção dos brasileiros do período, mais um indicador de aprofundamento da influência francesa apontada no início deste capítulo, que terá na segunda metade do século XIX seu auge de penetração no ambiente intelectual e filosófico brasileiro.

---

<sup>488</sup> *Ibidem*, § 18, p. 77.

<sup>489</sup> FRANCA [1987], p. 264.



## CAPÍTULO 4

### O VULTO ESCOLÁSTICO DA LÓGICA NO BRASIL, NO INTERLÚDIO DO SÉCULO XIX



A influência escolástica sobre a lógica nunca deixou de ocorrer no Brasil, inclusive durante o século XIX. Na quase totalidade dos autores discutidos até este momento da análise, foi verificada a presença de elementos escolásticos nas respectivas exposições da lógica, embora nelas tenham predominado o método e a doutrina eclética, outra influência especificada.

Este capítulo, em especial, reserva-se à discussão de linhas de influência da lógica neo-escolástica no Brasil, no século XIX. Na primeira, discute-se a influência de manuais estrangeiros pretensamente escolásticos, como o do jesuíta Sigismund Storchenau. Este manual obteve grande voga no século XIX, fundamentando diversas exposições de lógica. A segunda e principal discussão deste capítulo é a da divulgação neotomista de José Soriano de Souza. Embora não tenha tido seguidores, e tratar-se apenas de uma divulgação, é um elemento contributivo para a compreensão da lógica admitida no ambiente eclesiástico brasileiro ou a ele ligado, no século XIX.

A partir de 1868, muita coisa muda no panorama das idéias no Brasil. Afirma o professor Cruz Costa que “um bando de idéias novas agita o Brasil e lhe dá novas diretrizes.”<sup>490</sup> Entre as razões para essa renovação, no plano da filosofia, aponta o professor ao fato de que, na segunda metade do século XIX, o Brasil passa por uma completa remodelação material e econômica. Primeiro, processa-se material e, a seguir, como idéias dominantes na cultura.<sup>491</sup>

Ainda conforme a análise de Cruz Costa, entre as transformações que se passaram na economia brasileira no período, a decadência das lavouras tradicionais do Brasil: cana, algodão e tabaco e, com elas, a decadência da elite rural do norte e nordeste e a ascensão do sul e sudeste com o café. A decadência das lavouras tradicionais deve-se, segundo a análise de Cruz Costa, à abolição do tráfico negreiro. Com a cessação do tráfico de escravos, o capital antes nele investido será liberado nas praças: “De 1850 a 1854, verifica-se um intenso surto econômico. Constituíram-se sociedades anônimas, comerciais e industriais, o Banco do Brasil transforma-se em banco de emissão, inaugura-se a linha de telégrafo elétrico e, finalmente, abre-se ao tráfego a Estrada de Ferro Central do Brasil.”<sup>492</sup>

---

<sup>490</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 112.

<sup>491</sup> Para Cruz Costa, essa renovação de idéias que aqui ocorre está profundamente relacionada com as mudanças da economia; ele apoia-se na opinião de Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, p. 167.

<sup>492</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 115.



No plano da filosofia, aqui, tanto quanto na Europa, será o momento da renovação da filosofia neo-escolástica de cunho neotomista. No Brasil, o restabelecimento da filosofia neotomista não ocorrerá isolado, concorrendo com outros movimentos filosóficos importados, como o positivismo, e estará relacionado com a reação da Igreja à tutela que sofria do estado imperial. As manifestações de lógica positiva serão contempladas no próximo capítulo.

A renovação das doutrinas neo-escolásticas reavivaram as intransigências filosóficas e religiosas características do momento da reforma religiosa no século XVI, na Europa. Seus reflexos sentir-se-ão no Brasil. Aqui, a reação neo-escolástica foi empreendida por homens da Igreja, cuja formação se tinha dado dentro da mais rigorosa preparação para a luta da fé católica contra as doutrinas racionalistas, em escolas européias de tradição romana incontestável, conforme aponta Cruz Costa. Ele destaca entre eles, Antonio Macedo Costa, ex-aluno de Saint-Suplice, que terminou seus estudos em Roma, sendo nomeado bispo de Belém, envolvendo-se com a questão religiosa; D. Vital Maria de Oliveira, bispo de Olinda, também estudou com os franciscanos em Versalhes e terminara sua preparação ao sacerdócio em Tolouse. Esses dois personagens, juntamente com Patrício Muniz, que também estudou em Paris e Roma, Gregório Lipparoni e Cardoso Aires, que foram discípulos de Rosmini, trouxeram ao Brasil a hostilidade da filosofia neo-escolástica contra as filosofias racionalistas.<sup>493</sup> Esta hostilidade é muito bem representada pelo texto do padre Antonio Secioso Moreira de Sá, editado em 1866. Esse texto – inédito – foi encontrado, em levantamento para esta pesquisa, na Biblioteca Nacional. É oportuno observar que, do neo-escolasticismo oitocentista, aqui se tratará apenas dos aspectos considerados relevantes à história da lógica no Brasil.

Postos esses elementos iniciais para a discussão da lógica de influência escolástica, especialmente neotomista, prossegue-se apresentando algumas peculiaridades históricas do movimento neotomista no século XIX, tanto na Europa quanto no Brasil. Essas peculiaridades iluminam sobremaneira as discussões subsequentes, pertinentes à lógica.

---

<sup>493</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 126.

## 4.1 O neotomismo oitocentista e sua correlação à lógica

Na história da filosofia do século XIX, o revigoramento da filosofia neo-escolástica corresponde diretamente aos conflitos latentes, desde a modernidade, entre a filosofia moderna e a Igreja. Segundo Cruz Costa, o racionalismo moderno contribuirá muito para o acirramento destas diferenças. Considera ele que:

“O cartesianismo, no entanto, em seu desenvolvimento afirmará sempre, cada vez mais decididamente, a progressiva diretriz científica do pensamento moderno contra a tradição escolástica. A vaga tentativa de reação sentimental e estética, esboçada contra êle pelo romantismo, apesar do brilho de alguns dos seus representantes, não conseguiria resolver a oposição entre as idéias modernas, representadas pelo cartesianismo e pelas suas conseqüências e as doutrinas tradicionais da Igreja. As armas elegantes dos românticos não podiam também satisfazer a Igreja, pois nelas havia gravíssimos perigos para a ortodoxia.”<sup>494</sup>

Dessa forma, a reação esboçada pelo romantismo, no sentido acima apontado por Cruz Costa, teria um efeito colateral completamente indesejado, conforme expõe ele na seqüência da mesma argumentação:

“Além disso, o romantismo propiciaria oportunidade para que o idealismo da filosofia moderna da Alemanha penetrasse nos países católicos, desfazendo o duro trabalho empreendido pela escolástica durante os longos anos da Contra-Reforma. A Igreja, depois do Enciclopedismo e da Revolução, aproveitaria, porém, das condições políticas, para encorajar a Restauração, a reestruturação das doutrinas tradicionais espiritualistas sob a direção de Ubaghs, na Bélgica; de Balmes, na Espanha; de Rosmini, de Gioberti, de Ventura na Itália. *Lentamente a Igreja entraria no caminho que a conduziria à renovação da doutrina de Santo Tomás.*”<sup>495</sup>

Transpostas ao Brasil, as iniciativas neotomistas ficariam restritas, tanto quanto na Europa, à esfera da intelectualidade ligada à Igreja. Com efeito, considera Cruz Costa, não há originalidade no movimento neo-escolástico brasileiro. Para ele, este movimento é mais um reflexo das modas européias, como quase todas as correntes filosóficas que aqui passaram. Conclui ele:

“Assim, no movimento de renovação escolástica que se processou em nosso país, nos meados do século passado [XIX], notamos os mesmos traços que se verificam em relação às demais correntes do pensamento filosófico. Ela, também, é um reflexo da moda, é um reflexo do que ia pela Europa nos meios filosóficos ligados à Igreja. É mais uma ilusão própria às nossas elites, leigas ou religiosas, afastadas dos problemas da terra e do homem brasileiro...”<sup>496</sup>

Convém lembrar que a lógica moderna, de modo geral, como já apresentado, despreza a lógica artificial – no sentido escolástico – e seu rico quadro

---

<sup>494</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 118.

<sup>495</sup> *Ibidem*, p. 118. Grifos nossos.

formal.<sup>497</sup> Uma das mudanças significativas efetivadas pelos lógicos modernos, além do câmbio da fundamentação da teoria lógica, será a paulatina substituição da teoria da *suppositio* medieval pela teoria das idéias. Em seu lugar, propuseram os filósofos modernos, especialmente, John Locke no *Essay*, um quadro de idéias correspondente à fundamentação psicológica dada à lógica, como mencionado anteriormente. Não obstante essa inovação teórica, as críticas às *sutilezas da lógica medieval*, especificamente entre os modernos, reforçará a aversão à lógica medieval, no mesmo sentido em que a iniciara Descartes. A crítica cartesiana expõe a inadequação que a filosofia moderna encontrará na lógica escolástica, quanto à impossibilidade de nela operar a sistematização do método científico.<sup>498</sup>

Não bastasse a crítica de Descartes, o fato é que o movimento neo-escolástico tentava reabilitar uma forma de lógica completamente afastada da diretriz essencial do fecundo desenvolvimento que marcará a lógica contemporânea a partir da metade do século XIX. Seria da algebrização da lógica, das investigações sobre os fundamentos da geometria, bem como da sistematização dos fundamentos da análise e as técnicas envolvidas nessa pesquisa, como a teoria de conjuntos, criada por Cantor, que se renovaria a lógica e não do resgate da lógica escolástica.

O anti-historicismo neo-escolástico fez com que os esforços de revitalização da lógica escolástica se constituíssem mais numa restauração de um monumento arqueológico, do que com o estabelecimento conveniente da relação entre lógica e a racionalidade, científica e filosófica, adequada ao contexto da ciência, filosofia e matemática do século XIX. Dessa forma, a atitude que prevaleceu por parte dos neo-escolásticos, especialmente neotomistas, quanto à lógica, foi sua repulsa a toda renovação que, assombrosamente, processava-se ao longo da segunda metade do século XIX. Repeliam, ignoravam e não faziam a menor idéia dos novos problemas e métodos do século de Boole, De Morgan, Frege, Cantor e Peano, para citar alguns dentre os mais destacados.

---

<sup>496</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>497</sup> Cf. discussão encetada por BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 147-251.

<sup>498</sup> DESCARTES [1994], *Discurso do Método*, p. 52-53: “Eu estudara um pouco, sendo mais jovem, entre as partes da Filosofia, a Lógica, e, entre as Matemáticas, a Análise dos géometras e a Álgebra, três artes ou ciências que pareciam dever contribuir com algo para o meu desígnio. Mas, examinando-as, notei que, quanto à Lógica, os seus silogismos e a maior parte de seus outros preceitos servem mais para explicar a outrem as coisas que já se sabem, ou mesmo, como a arte de Lúlio, para falar, sem julgamento, daquelas que se ignoram, do que para aprendê-las. E embora ela contenha, com efeito, uma porção de preceitos muito verdadeiros e muito bons, há todavia tantos outros misturados de

Este anti-historicismo fez com que a neo-escolástica adotasse um tom *apologético*, na tentativa de ressuscitar a lógica escolástica. Seu anti-historicismo, sua negação da história da filosofia, em particular, da moderna e todas as suas implicações, foram fator de seu decisivo isolamento no contexto da filosofia contemporânea. Eles feriram – segundo os termos estabelecidos por Granger – um princípio básico da análise filosófica, que se assenta na consciência de que uma sistematização, ou enunciação filosófica particular pertence a um contexto histórico que a originou enquanto resposta a uma problemática e, dessa maneira, é por ele determinado.<sup>499</sup> O texto de Antonio Seccioso, a ser examinado na próxima seção, mostra, com tom de época, como esta negação da história da filosofia foi compreendida por aqueles que se identificaram com o movimento de restauração neo-escolástica no Brasil. Contra essa atitude *anistórica*, considera Chenu:

“Pois, por um cuidadoso paradoxo, este método de autoridade aproxima-se de uma confiança na razão; testemunhando então o uso, o abuso da dialética e da dissecação crítica. E quem censura hoje o psitacismo autoritário da escolástica, o retoma um pouco mais longe de seu racionalismo imoderado. Fé e razão: renunciamos aos clichês apologéticos pelos quais o século XIX obstruiu nosso espírito; seu equilíbrio é completamente diferente à Idade Média, e se define não para uma partilha rabugenta de soberanias, mas para uma interferência cuidadosa dos recursos e métodos, tanto em filosofia quanto em teologia. Desenvolver-se-á uma escolástica aonde os papéis não serão invertidos e confundidos.”<sup>500</sup>

À reflexão teológica da Igreja Católica é que interessará a renovação neo-escolástica aqui e no velho continente, tendo, então, se configurado a partir deste movimento uma divulgação compatível às diretrizes do movimento, relativas à lógica. Por essa razão, ele não pode ser ignorado neste esforço de resgate da história da lógica no Brasil, no século XIX. Por outro lado, a Igreja dispõe nesta época de colégios, mas sobretudo seminários, alvos proeminentes desta renovação intelectual, onde se difundirá a lógica neo-escolástica.

## 4.2 Ultramontanismo e lógica no interlúdio do século XIX no Brasil

Uma das motivações para a premência do movimento neotomista no Brasil, na metade do século XIX, estará ligada à situação da Igreja na conjuntura

---

permeio que são ou nocivos, ou supérfluos, que é quase tão difícil separá-los, quanto tirar uma Diana ou uma Minerva de um bloco de mármore que nem sequer está esboçado.”

<sup>499</sup> Cf. GRANGER, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>500</sup> CHENU [1993], p. 57.

histórica do império. Diversos problemas colocavam-se e a Igreja brasileira, reconhecendo sua filiação à Igreja romana, passará a adotar medidas de caráter romanizante e ultramontano. Um dos reflexos dessas medidas de interesse à história da lógica, no Brasil, será a adoção de medidas de reforma da formação do clero.

Na literatura, há ambigüidade de opiniões quanto à situação do clero. Cruz Costa considera que, no Brasil como na Europa, o clero estava decadente. O clero brasileiro está, nessa época, repleto de práticas coloniais, como procriador nos engenhos, entre outras maliciosas práticas: “O clero, além de desregrado, era em geral ignorante. Em pouco se diferenciava, aliás, do povo.”<sup>501</sup>, associando-se ao fanatismo dele.<sup>502</sup> A renovação da escolástica foi uma das vias encontradas não somente para moralizar e reestruturar o clero, mas também para garantir a ortodoxia do discurso doutrinário católico. A reação neo-católica no Brasil é um reflexo do movimento da Igreja da época. E, conforme considera Cruz Costa, essa reação, ligada à questão religiosa, irá favorecer a renovação dos estudos filosóficos de tendência católica, em meados do século XIX.<sup>503</sup>

Opinião diferente é mantida por Hauck et all [1992]. Segundo esse estudo, a situação do clero no segundo império pode ser descrita como oscilante “... entre uma deficiência herdada de épocas anteriores e o esforço de reforma no tocante à formação sacerdotal.”<sup>504</sup> As mencionadas iniciativas de reforma do clero ocorreram, apesar da paulatina redução numérica, na metade do século XIX.<sup>505</sup> Neste sentido, é a referência do testemunho do padre Silvério Gomes Pimenta de que os nossos

---

<sup>501</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>502</sup> *Ibidem*, p. 119-120: “O clero brasileiro, escrevia A. H. de Sousa Bandeira, em 1881, nunca primara pela ilustração. Ao contrário, a ‘sua influência quando se manifesta, funda-se no lastimável aproveitamento do fanatismo gerado pela ignorância’, o que, aliás, é inexato dizer, pois o clero brasileiro tem mostrado ser, salvo raras exceções, tolerante e compreensivo. Na história do clero nacional, nunca houve, em geral, a agressividade e a intolerância que encontramos em outros povos. O clero adaptara-se e vivera na sociedade patriarcal. Respeitado por todos, usufruindo dos bens que possuía e que nunca lhe foram reclamados, dando-se bem com o regalismo, vivia em paz com o povo, acariciando-lhe as superstições porque, de fato, estava também impregnado por elas. A tradição religiosa portuguesa, tôda feita de festas de Igreja e de romarias alegres, aqui se reforçavam com santos negros, com práticas fetichistas, nas festanças tão comuns nas fazendas, arraiais e vilas, perdidas na imensidade dos sertões.” Em *contrapartida* as elites: “Estas *elites*, educadas quase sempre na Europa, ou então aqui, nos livros estrangeiros, sobretudo franceses, eram geralmente céticas ou racionalistas e, assim, falsamente devotas, como notara, irritado, o naturalista Saint-Hilaire quando passara, em 1822, uma semana santa em São Paulo.” (*Ibidem*)

<sup>503</sup> *Ibidem*, p. 121-122.

<sup>504</sup> HAUCK et all, *Op. Cit.*, p. 193.

<sup>505</sup> *Ibidem*, p. 192.

seminários, sob a direção dos lazaristas, “nenhuma inveja devem ter aos ótimos estabelecimentos da França neste gênero.”<sup>506</sup>

A formação seminarística foi, de fato, um lugar privilegiado onde se verificou a implantação de um ensino de filosofia, conforme a orientação oficial de renovação escolástico-tomista. Informações quantitativas ajudam a precisar melhor o alcance da renovação escolástica no ensino seminarístico. Hauck et all, afirmam que “Em 1872 já estavam funcionando seminários em todas as dioceses, estando em fase de conclusão o do Rio Grande do Sul, que prometia ser um dos maiores do Brasil. Em todo o império havia então 1277 seminaristas, sendo que 977 eram dos cursos preparatórios e 300 dos seminários maiores. No ano de 1871, 45 alunos concluíram os estudos teológicos.”<sup>507</sup> Havia no Brasil, no momento da proclamação da república, sete dioceses, de onde se presume um número mínimo aproximado de estabelecimentos seminarísticos destinados à formação do clero secular.

Normalmente, a filosofia era estudada no seminário menor, como preparatório ao maior, ou seja, aos estudos teológicos. De fato, para a época, a formação não parecia ruim. Esclarecem Hauck et all que, “durante cinco anos os estudos referentes ao seminário menor incluíam no currículo: português, latim, grego, francês, inglês, história do Brasil, história universal, geometria, instrução religiosa e filosofia.”<sup>508</sup> Todavia, somente após a proclamação da república e seus efeitos, é que a formação do clero será definitivamente remodelada sob os padrões romanos, tendo, naturalmente suas conseqüências sobre a vida e a mentalidade do clero.<sup>509</sup>

O catolicismo e o clero luso-brasileiro dividem-se em duas orientações básicas entre a reforma Pombalina e a metade do século XIX. Ter-se-á, segundo Faustino, duas tendências marcantes: uma de caráter iluminista e outra de caráter ultramontano. O clero e o catolicismo *iluminista*, já apresentados sucintamente aqui, se confrontarão, por volta da metade do século XIX, com a perspectiva ultramontana.<sup>510</sup> A caracterização do ultramontanismo coincide, necessariamente, com a perspectiva de renovação do tomismo no século XIX.

---

<sup>506</sup> HAUCK et all, *Op. Cit.*, p. 196.

<sup>507</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>508</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>509</sup> Sérgio Lobo de MOURA & José Maria Gouvêa de ALMEIDA, *A Igreja na Primeira República* in HOLANDA & FAUSTO [1990], tomo III, vol. II, p. 329.

<sup>510</sup> Para Faustino, com efeito, o catolicismo e o clero iluminista tiveram quatro características dominantes: deísmo, racionalismo, nacionalismo e progressismo. Como racionalistas a supremacia da

Coloca Faustino que “o termo ‘ultramontano’ foi cunhado na França, e significa aquele católico que, em oposição ao ‘iluminismo’, era fiel à autoridade do papa, que estava ‘além dos montes’ (os Alpes). Era símbolo de fidelidade absoluta e irrestrita à doutrina católica, tal como era ensinada por Roma, sem nenhuma concessão às ‘luzes do século’ ”.<sup>511</sup> Entre as principais características dessa orientação do catolicismo oitocentista estavam: 1º) o católico ultramontano interpretava toda a história da humanidade como sendo uma guerra permanente entre o bem e o mal; 2º) o ultramontanismo venera o *bom tempo da Idade Média*, atitude oposta à iluminista; 3º) os católicos ultramontanos abominam a maçonaria e a revolução, devido à crença de que o demônio as instrumentalizou para destruir a Igreja e a Idade Média.<sup>512</sup> Essa é exatamente a perspectiva de Antonio Seccioso, Patrício Muniz e Soriano de Souza. Este último destaca-se dos dois anteriores, por não compartilhar deles a antipatia, o radicalismo e a violência de expressão contra os opositores.

No que diz respeito à lógica, o movimento neo-escolástico retomará uma divulgação de lógica mais próxima dos conceitos originais da escolástica, à qual se referiu no primeiro capítulo, enfatizando neste domínio as contribuições de Tomás de Aquino. Soriano, o melhor divulgador desta escola, no espírito deste escolasticismo oitocentista, combaterá tanto a filosofia moderna como um todo, quanto a filosofia eclética. Na próxima seção, pelas palavras de Soriano de Souza e de Antônio Seccioso, se redesenharão as motivações essenciais da renovação neo-escolástica no Brasil, no tocante à lógica.

#### 4.2.1 Lógica e o anti-historicismo neotomista no Brasil

O anti-historicismo e a negação da filosofia moderna acima mencionados são bem representados pelo texto do padre Antonio Seccioso, *Necessidade absoluta do ensino da philosophia catholica nos seminários episcopales*<sup>513</sup>, editado no Rio de Janeiro, em 1866. Este texto é uma manifestação apologética contra o racionalismo, acusando-o de ser o causador dos malefícios sociais da época, como a secularização da

---

razão humana. Como nacionalistas, não aceitavam ou fugiam à influência da Igreja de Roma. Como progressistas, cultuavam o progresso. (cf. FAUSTINO [1996], tomo I, p. 108-111).

<sup>511</sup> FAUSTINO, *Op. Cit.*, p. 116.

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 116-121.

<sup>513</sup> Esta obra tem por plano o seguinte: primeira parte – A moléstia social (p. 3), Introdução (p. 3), capítulo I – Origem do racionalismo (p. 20), capítulo II – Infecção racionalista (p. 25), capítulo III – O gráo de Infecção (p. 32). Segunda parte – A cura social (p. 44), capítulo I – A descoberta do remédio (p. 46), capítulo II – Preparação do remédio (p. 50), capítulo III – Natureza do entendimento (p. 70), capítulo IV – Condições actuaes do enfermo (p. 87), capítulo V – aplicação do remédio (p. 100) e conclusão e índice.

cultura e dos costumes. Além de bem retratar essa postura, Seccioso aponta, em algumas passagens, perspectivas de restauração social e eclesiástica. Dessa forma, chegará ele a indicar o currículo de lógica, razão pela qual essa fonte é cara a esta discussão. O tom de Antonio Seccioso é agressivo, comparado ao de Soriano, mas no fundo, as idéias são as mesmas, diferindo na maneira de como são apresentadas.

Seccioso conforme a perspectiva do catolicismo ultramontano, elogia fartamente a escolástica, ressaltando que, por meio dela, “Pela primeira vez na vida da humanidade vio-se a *universalidade* e a *uniformidade* do ensino: a verdade se faz *catholica*.”<sup>514</sup> Ultramontano, Seccioso venera como exposto acima, *o bom tempo da Idade Média*. Seu saudosismo fica patente na afirmação de que “Tal foi o século XIII seculo admirável, no qual para o homem beber a verdade bastava sómente chegar os labios á fonte! século (sic) feliz, em que para o discípulo se instruir bastava sómente ouvir o mestre!”<sup>515</sup> Esta afirmação mostra claramente o incômodo que a complexidade da filosofia moderna provocava em todos os seus aspectos.

Com efeito, a aversão à modernidade é uma das marcas de sua argumentação. Seccioso considerava a filosofia pagã odiosa, porque, “Uma sucia de *philosophastros* começou a esgrimir o *pro* e o *contra*, tornou futil a logica, corrompeo a sciencia, e substituindo as *sentenças* por *argucias*, entrou no espírito da *philosophia* pagã e preparou a *massa* da Renascença.”<sup>516</sup> Fiel às linhas mestras do neotomismo ultramontano do século XIX, o autor admira profundamente o papa Pio IX, elogiando-o generosamente<sup>517</sup>, na proporção inversa em que ataca o racionalismo e a filosofia moderna. A passagem abaixo resume com completude as representações do autor sobre o assunto. Conclui Seccioso que:

“Portanto: se o Racionalismo é *cégo*, a *philosophia catholica* lhe servirá de *luz* e lhe restituirá a vista; se é *louco* a *philosophia catholica* lhe servirá de *hospício* e por seu *methodo* lhe restituirá o juizo; se porém o Racionalismo é *demonio*, a *philosophia catholica* será a *Cruz* para afungentál-o da Sociedade *christã* e fechál-o no abysmo.”<sup>518</sup>

---

<sup>514</sup> SECCIOSO, *Op. Cit.*, p. 34.

<sup>515</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>516</sup> *Ibidem*, p. 35. Em outra passagem, afirma o autor no mesmo sentido, que “Logo, a *Philosophia catholica*, único olho pelo qual se póde ver a cruz, é o único meio de affungentar (sic) o espirito racionalista – Satan – e por seu *methodo* restituir o juizo á Sociedade *Christã*. Vejamos agora o que é a *Philosophia catholica*. A *somma* de S. Thomaz d’Aquino é o fructo da Arvore da Vida plantada no paraíso da Igreja, de que era figura a arvore da vida do paraíso terrestre...”. (*Ibidem*, p. 74-75)

<sup>517</sup> *Ibidem*, p. 103 e seguintes.

<sup>518</sup> *Ibidem*, p. 72.



A citação acima, como em outras passagens da exposição de Seccioso, transparecem outra atitude típica do ultramontanismo, que consistia na satanização da maçonaria e da revolução, bem como de seus efeitos, a partir da qual o demônio as teria instrumentalizado para destruir a Igreja e a Idade Média. Por isso, a história de toda a humanidade era interpretada como sendo uma guerra permanente entre o bem e o mal. Com efeito, conclui ele, “O racionalismo é a *moeda* do inferno, com que o espírito do mal seduz o espírito do homem. No verso lê-se: *Nosce te ipsum*. No reverso lê-se: *Cogito ergo sum*.”<sup>519</sup>

A finalidade da restauração da filosofia católica era no fundo o remédio para os males que ele apontou como calamidade social. Como, então, esta situação poderia ser remediada? Através do clero formado segundo o espírito do tomismo, na *philosophia perennis*. Escreveu ele “Pela *pregação*, pela *instrução* e pela *edificação*. E a quem pertence especialmente o uso d’esses tres instrumentos da verdade? Aos Sacerdotes. E onde se formão os sacerdotes? Nos *seminários episcopaes*.”<sup>520</sup> E como havia o racionalismo, na visão de Seccioso, infectado o meio eclesiástico e a sociedade, o único remédio era banir o paganismo dos seminários, substituindo-o pelos clássicos cristãos.<sup>521</sup> Por esta razão, nas páginas subseqüentes, o autor preocupa-se em deixar claro que filosofia deveria ser ensinada nos seminários através dos textos de Tomás de Aquino, porque “A excellencia da *Somma* está no *methodo*, bem como a da sua semente está na *virtude do embryão*, que é divina.”<sup>522</sup>

É, nesse contexto, que a lógica estaria inserida na filosofia católica, na parte da psicologia, mais especificamente, no tratado da alma. Dispõe Seccioso sobre o que deveria constituir o programa de lógica:

“Na *lógica*:

*Primeiro*: A grande questão da *razão*, na qual se explica: 1º. o *mysterio do raciocínio*, ou *discurso*; e a memoria intellectiva. 2º. O *mysterio da palavra* e se estabelece a *theoria da oração base das linguas*.

---

<sup>519</sup> SECCIOSO, p. 72: “Há em a natureza duas arvores, uma das quaes – a *figueira*, é o symbolo da Razão Pagã; e outra – a *oliveira*, é o symbolo da Razão catholica.” (*Ibidem*, p. 52)

<sup>520</sup> *Ibidem*, p. 122: Continua ele, ainda que, “Logo, é dos Seminarios episcopaes que deve sahir o Remedio e os medicos que o tem que applicar. Logo, é mister que se lance nos seminarios episcopaes essa semente catholica, única capaz de christianizar a Sociedade moderna – a *philosophia catholica*; cumpre dar aos novos sacerdotes esse *olho philosophico*, por meio do qual se vê o lamentavel estado da Sociedade moderna, e se conhece a natureza da molestia, e se comprehende a efficacia do remedio.”

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 123: “O remedio é facillimo de applicar-se: consiste em banir completamente o paganismo dos seminarios e substituí-o por clássicos christãos.” Ele sugere em nota desta página, que se adote na leitura dos clássicos cristãos a “*bibliotheca catholica de Monsenhor Gaume*.”

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 76.

*Segundo: A dialectica, cujos cornos são o syllogismo e o dilema, bases da argumentação; pela qual – 1º. se descobre o vício, de todos os systemas, e se entra sem temor n'esse horrivel labyrintho, tão impropriamente chamado Historia da Philosophia, e na realidade chamado: Delírio do Racionalismo, e se destróe todo o erro. 2º. Defende-se seguramente toda a verdade theologica, psychologica, e physica dos ataques do Racionalismo.*"<sup>523</sup>

As considerações sobre a lógica no trecho acima por Seccioso, confirmam o caráter anunciado no princípio deste capítulo. A lógica é – *logica utens* – aplicada à elucidação do discurso. Entendia Seccioso que o cultivo da lógica nos moldes escolásticos, insistindo, especialmente, no silogismo e no dilema, fundamentariam a argumentação, contribuindo dessa maneira ao desmanche das teses racionalistas da filosofia moderna. Ele propõe uma lógica anacrônica, para manter uma atitude, também anacrônica, frente à filosofia moderna.

De motivações semelhantes são as idéias de Soriano de Sousa na introdução ao *Compêndio de Philosophia*, editado no Recife, em 1867. Soriano apresenta os mesmos lamentos de Seccioso, contudo num tom mais polido. Especialmente, preocupa-se com o reinado da lógica escolástica no tocante às irreversíveis mudanças estabelecidas pela filosofia moderna entre razão e fé. Escreve que “Os racionalistas modernos porém impugnam aquella aliança, e desconhecendo a própria natureza da philosophia, querem-na elevar sobre as ruínas da fé, e atribuindo-lhe o poder soberano de conhecer todos os mysterios da natureza, nessa soberania fazem consistir a essencia da moderna philosophia.”<sup>524</sup> Lamenta, ainda, que a máxima medieval *Philosophia est theologiae ancilla*, outrora expressão da verdade, fosse naquele momento entendida como motivo de escandalosa subordinação.<sup>525</sup> E embora com linguagem mais apaziguada, o saudosismo da Idade Média é o mesmo que o verbalizado por Seccioso. Escreve ele:

“Convencidos assim da excellencia das doutrinas, como da perfeição do methodo thomistico ou escolastico, procuram hoje todos os homens amantes dos são estudos philosophicos restaurar aquellas doutrinas e methodo, cujo abandono e methodo tem feito da philosophia uma torre de Babel, e um campo de discussões estéreis e intermináveis.”<sup>526</sup>

---

<sup>523</sup> SECCIOSO, *Op. Cit.*, p. 81-82.

<sup>524</sup> SOUZA [1867], p. XX.

<sup>525</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, p. XXII. A tradução da máxima latina é: “A Filosofia é escrava da Teologia”. Em seu segundo texto de filosofia, o livro *Lições de Philosophia Elementar*, a esse mesmo respeito afirma Soriano: “Não diremos que a philosophia é escrava da religião, porque aquella palavra é odiosa e violenta, mas porque não apellida-la serva affectuosa e humilde, discipula docil e obediente da religião?” (SOUZA [1871], p. v)

<sup>526</sup> SOUZA [1867], p. XXXVI-XXXVII. Em outra passagem defende o autor a mesma idéia: “Essa philosophia que sabe que a sciencia divina não offusca a sciencia humana, e que ao contrario esta se torna mais brilhante com os raios reflectidos d'aquella, [...] .... essa philosophia é a dos Doutores

Lamenta ele, ainda, que no Brasil, não havia adesão de outros indivíduos a esse esforço de restauração. Nisso estaria completamente correto, uma vez que seria ele mesmo o melhor e o único divulgador do pensamento de Tomás de Aquino no Brasil, durante o século XIX. Continua, criticando o ensino de filosofia de sua época, marcado pela forte influência do cartesianismo e do ecletismo:

“Só no Brasil não tem aquelli (sic) feliz intento encontrado cooperadores. Aqui a philosophia que geralmente se ensina, é um mixto de cartesianismo e ecletismo, que para cá nos mandam os escriptores francezes; e essa mesma se acha reduzida a tão mesquinhas proposições, que quasi poderia desaparecer do quadro dos estudos preparatórios sem grande damno da instrucção publica.”<sup>527</sup>

No Brasil, a crítica dos escolásticos será direcionada, como mostrado acima, ao combate da filosofia ensinada em moldes cartesianos e cousianos.<sup>528</sup> Quanto à lógica, critica o fato de que os textos disponíveis concentram-se, exclusivamente, em trazer definições e regras silogísticas sem a devida fundamentação.<sup>529</sup> Como prenunciado na seção anterior, a preocupação com a situação do ensino nos seminários é grande. Ela também estava contaminada pela filosofia moderna cartesiana e cousiana.

“Nas escholas ecclesiásticas (sic) não vão melhores as cousas neste ponto, pois a excepção de um Seminario, em todos os mais, segundo as informações que temos, ensina-se aquella mesma philosophia [cartesiana e eclética] e pelo mesmo methodo. D’ahi se colhe facilmente a fraqueza da instrucção ordinaria de nosso clero, e o pouco aproveitamento com que estuda a sagrada theologia, à qual a philosophia é não só util, mas tambem necessaria.”<sup>530</sup>

Tão justa foi a crítica de Soriano ao ensino seminarístico, que seu escrito seria adotado como livro-texto em alguns dos seminários católicos do Brasil, conforme garante Campos.<sup>531</sup> É muito pertinente a consideração de Hauck et al sobre o caráter do ensino da filosofia, ao notarem que, no segundo império, “No tocante à filosofia, sua característica principal é a relação com o ensino teológico. Daí, no âmbito de Igreja, a filosofia está a serviço da teologia e, portanto, assume, como a teologia, um

---

christãos, é a philosophia *escholastica ou thomistica*, que tantos e tão assignados serviços prestou á causa da sciencia e da civilisação, e que durante cinco séculos illustrou os espiritos e formou os maiores genios de todos os tempos.” (SOUZA [1871], p. vi-vii.) Grifo nosso.

<sup>527</sup> SOUZA [1867], p. XXXVI-XXXVII.

<sup>528</sup> *Ibidem*, p. XXXVII.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. XXXVII.

<sup>530</sup> *Ibidem*, p. XXXVII.

<sup>531</sup> CAMPOS [1968], p. 62. O próprio Soriano reconhece a esse respeito que o *Compêndio de Philosophia Racional*, de 1867, foi bem recebido em casas de educação. Afirma ele: “... trabalho de que fomos liberalmente recompensados, tanto pelas gratuitas animações que recebemos de pessoas piedosas e doutas, quer ecclesiasticas, quer seculares, como tambem pelo benigno acolhimento que o nosso livro encontrou em algumas casas de educação.” (SOUZA [1871], p. xi).

aspecto apologético.”<sup>532</sup> É neste tom apologético e aplicado que se pronunciará o texto de Soriano de Sousa. A lógica não será objeto por si mesma. Continuará sendo cultivada com objetivos instrumentais. Buscará, como na distante Idade Média, esquematizar uma racionalidade compatível à fé cristã.

### 4.3 A herança escolástica à lógica no Brasil no século XIX

#### 4.3.1 Fontes

Nesta sinopse de fontes da lógica neo-escolástica no Brasil, durante o século XIX, surpreendentemente, foram obtidas poucas referências. Tal escassez de fontes remete à representatividade e importância do movimento de renovação neo-escolástica e neotomista no Brasil. De fato, em geral sua influência foi pequena; esteve restrita ao ambiente eclesiástico ou círculos intelectuais ligados a ele. A influência do ecletismo é muito mais orgânica, apesar de também importada, que a do movimento de renovação aqui tratado.

A primeira fonte compilada dentro dessa orientação é o livro publicado, em 1839, pelo padre Manoel Joaquim de Miranda Rego, no Rio de Janeiro. Suas *Lições Elementares de Lógica e Metaphysica* refletem o ensino e as leituras que seu autor, enquanto reitor e lente de filosofia racional no seminário de Jacu-acanga, fizera. O texto é eclético, baseando-se nas idéias de Condillac e Altier, Bek, Jacquier mas, sobretudo, Storchenau.<sup>533</sup> Esta última referência é responsável pela sua inserção no presente capítulo dedicado ao vulto escolástico, no Brasil, no século XIX. O *Institutiones Logicae et Metaphysicae* de Sigismund Storchenau (1731-1798), de inspiração escolástica, logrou muita popularidade durante o século XIX.<sup>534</sup> Portanto, avaliar o texto de Miranda Rego é relevante para a caracterização do comentador citado, muito utilizado no Brasil durante o segundo império.

O bispo do Pará, D. José Affonso de Moraes Torres (1805-1865), edita, em 1852, o *Compêndio de Philosophia Racional*. Ele não foi aqui discutido, principalmente pela razão de que é tradução do *Institutiones Logicae et Metaphysicae* de Storchenau, já citado.<sup>535</sup> Para que se tenha idéia do teor da lógica divulgada por

---

<sup>532</sup> HAUCK et al, *Op. Cit.*, vol. 2, p. 199.

<sup>533</sup> REGO [1839], p. v.

<sup>534</sup> Encontrou-se do mesmo autor, outro texto, que não versava em lógica, intitulado *Institutiones Metaphysicae in IV libros distributae*, Liber I, Editio octava ab auctore emendata, Venetis, 1817, Apud Antonium Rosa. (BMP)

<sup>535</sup> MORAES FILHO, *Op. Cit.*, p. 25.

Storchenau, a discussão do texto de Miranda Rego, mais antigo, pensa-se suficientemente mais representativa e rica, enquanto representação da reelaboração da fonte, do que o texto pouco original de Moraes Torres.

De 1863 é o livro *Theoria da Afirmação Pura*, publicado no Rio de Janeiro por Patrício Muniz. Ele, legítimo representante das idéias de renovação neo-escolástica, imprime em seu texto um tom apologética, contrapondo a metafísica tradicional aos autores modernos, é claro, criticando-os. Seu texto não oferece elementos qualitativamente interessantes e relevantes à lógica, muito menos à história da lógica no Brasil.

A personagem brasileira mais notório no movimento de renovação neo-escolástica foi José Soriano de Sousa (1833-1895). Médico e doutor em filosofia e teologia pela Universidade Católica da Bélgica, Lovain, era cavaleiro da Sociedade de Cristo. Seus textos tinham boa circulação no meio eclesiástico da época.<sup>536</sup> É o nome mais destacado do movimento neotomista brasileiro do segundo império.<sup>537</sup> Um ensino de lógica diferente daquele de inspiração eclética, de cunho cartesiano e cousiano, será baseado em seus textos, especialmente *no Compêndio de Philosophia Racional*. Este ensino sob os moldes neotomistas teve espaço, principalmente, no ensino mantido pela Igreja em seminários e colégios.<sup>538</sup>

#### 4.3.2 A ótica escolástica de Miranda Rego

O livro, *Lições Elementares de Lógica e Metaphysica* de Miranda Rego distingue-se devido à predominância de elementos escolásticos, advindos, como ele próprio informa no prefácio, do texto do jesuíta austríaco Sigismund Storchenau. A maneira pela qual Rego, inspirado no autor austríaco, define a lógica, liga-a estreitamente à metafísica, embora o aspecto aplicado, que se predica à lógica, não seja desprezado na exposição.

O texto é uma exposição extremamente simples e resumida. De intenção didática, apresenta exemplos, sendo rápido nas caracterizações conceituais. Este texto

---

<sup>536</sup> Ele publicou além do *Compendio de Filosofia ordenado segundo os principios e methodos de S. Thomaz*, 1867, outros textos. Entre eles, *Lições de Filosofia elementar, racional e moral*, Paris, 1871; *Considerações sobre Igreja e o Estado, sob o ponto de vista jurídico, filosófico e religioso*, Recife, 1874; *Elementos de filosofia do Direito*, Recife, 1880; *Princípios sociais e políticos de Santo Tomás de Aquino*, Recife, 1886; *Princípios gerais do Direito Público e Constitucional*, 1893.

<sup>537</sup> Concordam com esta posição os historiadores da *Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina* (CEHILA); cf. HAUCK et al [1992], vol. 2, p. 199.

<sup>538</sup> Leonel Franca do livro de Soriano de Souza que "... foi adotado nos seminários do Brasil..." (cf. FRANCA, *Op. Cit.*, p. 274).

se ressentido do mal de quase todos os manuais do período. De tal forma eram resumidas e concisas essas exposições que dificilmente ofereciam ao aluno algo mais que uma introdução, ou mesmo condições efetivas de aplicação dos conceitos e regras lá admitidas, frustrando, assim, as intenções didáticas destas publicações de lógica no Brasil, no século XIX. Comentado este aspecto, segue-se o plano de redação da lógica, tal como é ela dividida nas *Lições Elementares de Lógica e Metaphysica*:

**Logica – Primeira Parte:**

Capítulo I – Da Logica natural e artificial;

Capítulo II – Da Faculdade de Conhecer, e da Idéa;

Capítulo III – Dos signaes das idéas, especialmente dos vocabulos;

Capítulo IV – Da definição;

Capítulo V – Do Juizo;

Capítulo VI – Da proposição;

Capítulo VII – Do Raciocínio;

Capítulo VIII – Da argumentação;

Capítulo IX – Do methodo e demonstração.

**Lógica – Segunda Parte:**

Capítulo I – [Verdade];

Capítulo II – [Indícios suficientes e Insuficientes da Verdade];

Capítulo III – Da ignorancia, e do erro;

Capítulo IV – da Arte Hermenêutica.

No prefácio, o autor esclarece as razões para que se aplique ao estudo da lógica e quais frutos se pretendia colher do estudo da disciplina. Considera ele, “Que o estudo da philosophia racional, he necessario, e indispensavel a hum joven, que se consagra ás letras, he para mim um axioma; mas que para muita gente é um problema: eu o inculco com Condillac.”<sup>539</sup> Apesar da menção a Condillac, sua exposição procurará se distanciar da tendência sensista, aproximando-se da abordagem escolástica à lógica.

---

<sup>539</sup> REGO, *Op. Cit.*, p. v.

**Figura 6** – *Portada do Lições Elementares de Lógica de Miranda Rego*

Noutra passagem, considera Rego que “Para o bom exito de nossos estudos, os raciocinios são necessarios para apprhender as relações das cousas physicas entre si; e as idéas sensiveis são necessarias para material das ideas abstratas; já se vê n’este plano, que ellas se prestão mutuos socorros.”<sup>540</sup> As duas citações acima estão repletas de influência sensista *a la* Condillac, o que é contraditório com o que se mencionou e se segue na exposição. Aqui Rego demonstra uma abordagem eclética – *iluminista* – mas seu ecletismo é de entrada. No decurso da argumentação, sua sistematização e abordagem à lógica são completamente *inspiradas* no aprouche escolástico à lógica.

No primeiro capítulo da lógica, *Da lógica natural e artificial*, ele parte do princípio de que a alma possui a faculdade de conhecer. Esta faculdade pode ser dirigida de duas maneiras, ou pelo hábito, ou por princípios evidentes demonstrados. A primeira é a lógica natural e a segunda é a lógica artificial. Ele as conceitua, respectivamente:

“*Lógica natural* he hum habito de dirigir as operações da faculdade de conhecer, com huma notícia confusa das regras, adquirida naturalmente pelo commum exercício. Já se vê quanto he fallivel por isso que se ignorão os melhores principios de racionar.”<sup>541</sup>

“*Lógica artificial* he a sciencia, que dirige a faculdade de conhecer com principios certos e evidentes.

Que *lógica artificial* e (sic) sciencia, prova-se.

---

<sup>540</sup> REGO, *Op. Cit.*, p. v.

<sup>541</sup> *Ibidem*, p. 2.

Sciencia, objectivamente considerada, he huma verdade, ou hum systema de verdades certas, evidentes, e demonstradas; porém a logica artificial he hum systêma de verdades certas e evidentes e demonstradas; logo: he sciencia.”<sup>542</sup>

As caracterizações acima são, inegavelmente, escolásticas. Cabe aqui pontuar que tais conceituações, apesar de corretas em seu sentido fundamental, são completamente esquemáticas; não desenvolvem a discussão subjacente a elas. Tal como figuram, estas discussões não dariam nem ao aluno nem ao mestre que nelas se pautassem, um suporte didático adequado. Não obstante as considerações feitas, algumas discussões do que se chamaria de *filosofia da lógica* são inseridas no decurso do texto. Uma instância destas discussões é quando Rego, na introdução, considera a lógica artificial necessária à intelecção das outras ciências. Conclui ele que:

“Todo o conhecimento, que podemos ter em qualquer sciencia, he por meio da faculdade de conhecer; porém a logica he que dirige esta faculdade; logo he necessaria ás outras sciencias. Sem a logica já se vê, que esta potencia da alma, que he a fonte de seus conhecimentos, não acerta, e abisma-se em hum cahos de confusão: Quem poderá sem huma demonstração exacta dar huma noticia evidente em qualquer estudo scientifico? como? sem saber encadear os seus raciocínios; combinar suas idéas tirar legítimas conclusões? E não he a lógica, que unicamente se occupa d’este estudo?”<sup>543</sup>

A faculdade de conhecer e as idéias são mutuamente dependentes. Afirma Rego que “A faculdade de conhecer põe-se em acto, ou por *idéas*, ou por *juízos*, ou por *raciocínios*.”<sup>544</sup> A conceituação acima é a usual, com o detalhe de que o método não está incluído como quarta operação do entendimento. Esse detalhe confirma a filiação escolástica a que se submeteu Rego. Com efeito, a exposição do texto, tal como em outros, seria estruturada a partir dos três atos da razão acima enunciados. Adequadamente, postula Rego o primeiro ato da faculdade de conhecer:

“Idéa he a simples representação de qualquer cousa, feita na nossa alma. Se examinarmos o que se passa no nosso espírito, conhecemos que elle muitas vezes contempla simplesmente hum objecto, pára na imagem d’elle, sem nada affirmar ou negar: v. g., concebo a representação de huma campina, fico n’este simples intuito: em fim a idéa he para a alma, como a presença do objecto phisico para o olho corporeo.”<sup>545</sup>

O autor insiste que suas conceituações sejam compreendidas de acordo com a motivação escolástica. Neste sentido, o escólio ao parágrafo sétimo, comenta “Fica pois claro, que a idea he huma affeição ou modificação do espirito (pois provaremos

---

<sup>542</sup> REGO, *Op. Cit.*, p. 2.

<sup>543</sup> *Ibidem*, p. §5, p. 2.

<sup>544</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>545</sup> *Ibidem*, § 7, p. 2.



em seu lugar, que a materia não póde cogitar)...”<sup>546</sup> Essa recorrência se verificará, em outros momentos, como quando ele caracteriza o objeto da idéia. Com efeito, considera ele, “*Objecto da idéia* he qualquer cousa que póde ser representada á alma: toda cousa cogitavel póde ser objecto d’ella: toda a cousa cogitavel ou he só possível, ou existente: v. g., este mundo, que agora vejo, ou outro que ainda não existe.”<sup>547</sup> E, como na abordagem escolástica, o senso íntimo é o responsável pela advertência à alma da percepção. De fato, sua conceituação confirma: “*Senso intimo* ou *consciencia* he aquella idéa, por meio da qual somos advertidos do que actualmente se passa na nossa alma.”<sup>548</sup>

Há outras instâncias claramente escolásticas na exposição do padre Miranda Rego. Uma delas é o momento em que são qualificadas as notas de um ente, os modos de representação das idéias, bem como as ações da alma. Estas últimas flagrantemente distantes da psicologia compatível à filosofia moderna. Conceitua ele que “Cada hum ente (sic) tem suas notas que o distinguem dos outros entes: nota, he aquilo, pelo que huma cousa se differença (sic) da outra...”<sup>549</sup> As notas podem ser constantes ou mutáveis. São “constantes as que se não podem separar do ente, sem o destruir igualmente...”<sup>550</sup> e, “mutaveis as que se podem separar do ente permanecendo elle...”<sup>551</sup> As idéias, quanto aos modos de representação, diferenciam-se formalmente; quanto ao objeto representado, distinguem-se materialmente. Ainda neste assunto, a alma tem duas ações básicas. Pela abstração, “... ella se aparta de muitos objectos, ou de muitas notas do mesmo objecto para contemplar hum só...”<sup>552</sup> e a segunda, pela composição, “... ella augmenta ou descobre notas no objecto, e o determina e singularisa.”<sup>553</sup>

Uma afirmação muito parecida com a apontada anteriormente, em Evaristo Ferreira da Veiga, é a qualificação de universal. Rego adota uma postura nominalista, ao afirmar que “Pelo que se tem dito, he claro, que toda a cousa existente, he singular; e que *os universaes não tem existencia physica*, ou da parte da cousa.”<sup>554</sup> Essa visão choca-se, por exemplo, com a tomista, para a qual o universal é

---

<sup>546</sup> *Ibidem*, § 7, p. 2.

<sup>547</sup> REGO, § 7, p. 3.

<sup>548</sup> *Ibidem*, § 10, p. 3.

<sup>549</sup> *Ibidem*, § 11, p. 3.

<sup>550</sup> *Ibidem*, § 11, p. 3.

<sup>551</sup> *Ibidem*, § 11, p. 3.

<sup>552</sup> *Ibidem*, § 15, p. 5.

<sup>553</sup> *Ibidem*, § 15, p. 5.

<sup>554</sup> *Ibidem*, § 16, p. 5.

*in re*, enquanto forma e sustância, *post rem*, como conceito no intelecto, e *ante rem* enquanto modelo das coisas criadas na mente de Deus. No parágrafo seguinte, Rego conceitua corretamente compreensão e extensão. O quadro dos universais, insuficientes mas corretamente conceituados, incluiu apenas a espécie, o gênero e a diferença.

Um objeto com suas notas é um concreto. Em qualquer concreto distinguem-se objeto e nota. Ao primeiro corresponde o sujeito; ao segundo, a forma (predicado). Neste caso, há três maneiras de ajuntarem-se sujeito e forma: metafísico, quando diz respeito a essência; físico, quando a forma se pode separar do objecto; e, lógico, quando a forma é atribuída pelo pensamento.<sup>555</sup> Esta caracterização do objeto lógico está conforme o sentido ortodoxo da lógica escolástica, no qual os objetos exclusivos da lógica são os entes da razão.<sup>556</sup>

Os fundamentos da semiótica são estabelecidos por Miranda Rego, ao definir os vocábulos como sons articulados, expressando, assim, idéias. No escólio afirma: “As ideas representão as cousas; e os vocabulos as idéas.”<sup>557</sup> A definição do religioso vai no sentido padrão da semiótica escolástica e da moderna, como em Locke, Port-Royal e Genovesi, como discutido em outros divulgadores anteriores.<sup>558</sup>

Rudimentos da teoria escolástica da suposição podem ser subentendidos na exposição de Miranda Rego. Com efeito, dispõe ele, “Qualquer termo excita duas idéias na nossa alma, hum de si mesmo, isto he, do seu som; outro da cousa que significa; o primeiro chama-se *material*, o segundo *formal*.”<sup>559</sup> Estas caracterizações são insuficientes, embora corretas na intenção. Acredita-se, sobremaneira, que o autor se referisse à *suppositio materialis* e *formalis* nas significações usuais em lógica escolástica. A conceituação de Rego e a consideração correspondente acima constituem-se num ponto privilegiado, para exemplificação de uma situação constante em sua exposição de Rego: a concisão e a simplificação de importantes discussões em momentos chave da sistematização lógica.

O termo formal positivo denota a idéia; negativo denota a ausência, falta de algo, o nada nenhuma idéia exprime.<sup>560</sup> O termo positivo próprio serve para uma

---

<sup>555</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 23, p. 6.

<sup>556</sup> Cf. próxima subsecção.

<sup>557</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 26, p. 7.

<sup>558</sup> Para a semiótica da lógica escolástica cf. BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 153-152.

<sup>559</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 27, p. 8.

<sup>560</sup> *Ibidem*, § 28, p. 8.

coisa só. O termo unívoco compete a muitos debaixo de uma mesma significação; o termo equívoco ora exprime uma idéia, ora outra. Estas caracterizações, da mesma maneira que as dos termos material e formal, apontam após grande simplificação às suposições simples e pessoal, e, nesta última, às suas subespécies determinada e confusa (equívoca).<sup>561</sup> Novamente, vê-se que a simplificação dos conceitos torna-os quase não correspondentes às idéias originais que os teriam inspirado. Essa é uma conseqüência fastidiosa de terem os divulgadores brasileiros utilizado, largamente, textos que eram o comentário do resumo, que, por sua vez, seriam resumo do comentário dos originais.

De tendência moderna é a consideração da quarta recomendação para uso da *conversação philosophica*. Com efeito, nela pondera Miranda Rego que “Não nos occupemos com estilo artificioso, redundante em tropos e figuras, (cousa alheia do philosopho) que só pertence arrebatrar a imaginação, e não appresentar a verdade núa ao entendimento: – O estilo do philosopho seja plano, comtudo nitido.”<sup>562</sup> Essa afirmação exemplifica a inconsciência das idéias que provocavam tremendas imprecisões e mesmo contradições na enunciação sobre a lógica. A colocação acima não poderia ser proferida por um divulgador que se pretendia inspirar na lógica escolástica e, de fato, o é na maior parte da exposição. Outro exemplo dessa situação são as curiosas *Leis para adquirir boas idéias*, com um misto de recomendações do *Discurso do Método* e das categorias aristotélicas.<sup>563</sup> Essa inconsistência pode ser elucidada, talvez, como resultante da pouca, ou total, ausência da consciência de escola, que não dividia claramente as posturas.

Na exposição de Rego, a caracterização da definição é incompleta, confundindo-se com a da divisão. Embora estes dois tópicos sejam correlatos na lógica escolástica, eles não se confundem e a imprecisão de Rego não os coloca suficientemente distintos. Deste modo, conceitua ele, a “Definição, he oração com que explicamos a idea complexa em suas parciaes.”<sup>564</sup> De acordo com a conceituação, a definição deve incluir, necessariamente, as suas notas essenciais ou atributos do definido. Ela é dividida em real ou nominal. A definição “Nominal he aquella que ainda não mostra o modo como a cousa he possível; v. g. o eclipse da luz he a falta de

---

<sup>561</sup> Cf. o quadro da *suppositio* de William de Shyreswood apud KNEALE & KNEALE, *Op. Cit.*, p. 258.

<sup>562</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 30, p. 9.

<sup>563</sup> *Ibidem*, § 39, p. 8.

<sup>564</sup> *Ibidem*, § 30, p. 9.

luz na lua cheia. *Real* he a que já mostra o modo como a cousa he possível; v. g. o eclipse da lua he a falta de luz na lua cheia, proveniente da sombra da terra, entre o sol e a lua.” Este modo de conceituar é estranho. Distancia-se tanto da abordagem escolástica quanto da abordagem moderna.<sup>565</sup> Entretanto as leis da definição são as usuais.<sup>566</sup>

Graças à simplicidade da exposição, do mesmo modo que a definição, a divisão é caracterizada sem a devida contextualização, como a que foi proposta por Soriano de Souza nas mesmas matérias. Ele conceitua a divisão como “... a distribuição do todo em suas partes: applicando ao nosso sentido: he a distribuição da idéa complexa em suas parciaes.”<sup>567</sup> As duas leis enunciadas para a divisão são pertinentes, embora não sejam suficientes. A abordagem escolástica convencional enuncia leis adicionais para a divisão, não detalhadas pelo padre Miranda Rego em sua exposição.<sup>568</sup>

As considerações de Rego quanto ao juízo são extremamente pertinentes. Em primeiro lugar, ele define a faculdade e o ato da razão correspondente. Com efeito, “Muitas vezes comparando duas idéas entre si, e descobrindo huma terceira da relação que ellas tem damos assenso á conveniência, ou repugnancia, que entre as duas descobrimos; então as unimos pela affirmação, ou deparamos pela negação: n’este caso, julgamos.”<sup>569</sup> Enquanto ato da razão, o “Juizo he o acto da nossa alma, pelo qual ella da assenso á conveniencia, ou repugnancia percebida entre duas idéas.”<sup>570</sup> Essa maneira de definir o juízo é a usual. Coincidindo com atitude do autor, admitida acima de repulsa ao ecletismo, enfatiza sua posição – que, no fundo, é escolástica – em contraposição à de Locke quanto ao juízo. Considera ele que:

“O juizo não he a *percepção da relação* entre duas idéas, como quer Locke; he mais alguma cousa. Quando julgamos, não percebemos só, decidimos, e como que lavramos a sentença. Na hypothese de Locke, o segundo acto da faculdade de conhecer, nada dista do primeiro, porque tudo ficam (sic) em simples percepção: segue-se mais, que sendo assim, quando outro me communica o juizo que fez, e eu o percebo, já eu também julguei: esta doutrina não he boa. Tanto para a vida civil, como moral: quando além d’isto, o juizo he muitas vezes hum acto livre, e sendo assim elle he sempre acto só do entendimento, e por isso sempre necessario.”<sup>571</sup>

---

<sup>565</sup> Cf. ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, p. 86.

<sup>566</sup> Cf. REGO, *Op. Cit.*, § 33, no. 1-5, p. 10-12.

<sup>567</sup> *Ibidem*, § 34, p. 11.

<sup>568</sup> Cf. a discussão da divisão em Soriano de Souza, na próxima subsecção.

<sup>569</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 36, p. 11.

<sup>570</sup> *Ibidem*, § 37, p. 11-12.

<sup>571</sup> *Ibidem*, § 37, escólio, p. 12.

Os termos da objeção acima são coerentes e bem postos por Rego, olhados sob a ótica escolástica. O juízo é expresso pela proposição. Esta, como é padrão definir, é “... a oração com que exprimimos o juízo concebido na nossa alma; v. g. a alma humana he imortal.”<sup>572</sup> A teoria da proposição é a convencional de sujeito, cópula e predicado, incluindo, ainda proposições modais ou puras. Quanto às modalidades, estão incluídas na exposição apenas as quatro modalidades fundamentais: necessidade, contingência, possibilidade e impossibilidade. Esta caracterização das modalidades está incompleta. As modalidades são apresentadas esquematicamente, da mesma forma que as proposições simples e compostas.<sup>573</sup> No caso das proposições compostas – condicionais, causais, copulativa, conjuntiva e disjuntiva – não figuram as respectivas condições de validade<sup>574</sup>, o que é um lapso grave da discussão. Esta seria uma ocasião de enunciar regras formais, que são relegadas. Esta constatação diminui a reputação dessas *Lições Elementares de Lógica*.

Como padrão na abordagem escolástica da quantidade, esta é definida em função do sujeito da proposição, dividindo-se em universal, particular e singular. A qualidade da proposição, como clássico, pode ser afirmativa ou negativa.<sup>575</sup> Ele admite o predicado universal apenas nas proposições negativas.<sup>576</sup> Verifica-se aqui a mesma confusão entre toto-totais e toto-parciais, verificada em Monte Alverne. O texto como um todo, e aqui em particular, é pobre em exemplos. Para um texto didático esta é uma qualidade ruim.

Ainda no domínio do segundo ato do entendimento – o juízo e as proposições que o exprimem – Miranda Rego expõe apenas as relações de oposição entre as proposições categóricas. As proposições melhor caracterizadas são as contraditórias, cuja definição leva o expositor a *deduzir* o princípio de não-contradição.<sup>577</sup> Na seqüência, rapidamente expõe as proposições usadas no método científico. Caracteriza ele, então, axioma, postulado, teorema, problema, lema ou porisma, corolário e escólio. A caracterização melhor exemplificada é a de teorema, que incluiu uma demonstração, exemplificando, assim, a percepção intuitiva que fazia o expositor de teorema. Enuncia e demonstra ele:

---

<sup>572</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 38, p. 12.

<sup>573</sup> *Ibidem*, § 42, p. 13.

<sup>574</sup> *Ibidem*, § 43-46, p. 13.

<sup>575</sup> *Ibidem*, §§ 49, 50, 51, 53, 54, 55, p. 14-15.

<sup>576</sup> *Ibidem*, § 54-55, p. 15.

“Proposição theoretica demonstravel, chama-se *theoremata*: consta de *proposição e demonstração*; v. g. proposição. – Qualquer proposição consta de dous termos e copula. Demonstração. – Qualquer proposição anuncia o juízo, no qual duas idéas se unem ou separão pela affirmação ou negação: porêm isto só se explica, se dous termos se juntarem ou separarem pela copula; logo qualquer proposição consta de dous termos e copula. Eis hum *theoremata*.”<sup>578</sup>

A demonstração acima é bastante sofrível, comparadas as que apresenta Port-Royal para provar a validade dos modos concludentes do silogismo. Todavia, é oportuno comentar que, mesmo lá, o sentido de teorema não corresponde ao atual. Oportunamente, considera Moody a esse respeito que “A lógica medieval consiste de regras, e não de teoremas no senso moderno.”<sup>579</sup> A exposição avaliada aqui inspira-se nesta abordagem. Vê-se, então, que a divulgação da lógica de Miranda Rego, neste momento da avaliação, está muito distante da própria forma de lógica que a inspirou, uma vez que não enuncia regras, à exceção de duas – a do silogismo hipotético e uma do silogismo conjuntivo. Complementando a afirmação de Moody, ele considera que essas regras eram enunciadas na lógica escolástica como metateoremas, passíveis de formalização no sentido contemporâneo, podendo ser expressos em uma linguagem objeto<sup>580</sup>, o que permite a referência a essas regras de acordo com sua formalização na lógica de predicados de primeira ordem.

A última parte da exposição, como usual, é dedicada ao raciocínio. Miranda Rego assim o define: “He o raciocinio o terceiro acto da faculdade de conhecer; define-se acto de nosso espirito, com que damos assenso ou dissenso á conveniencia, ou repugnancia de duas idéas entre si, conhecida pela comparação com huma terceira; por outros termos; he o acto com que deduzimos hum juizo de outros.”<sup>581</sup> Muito coerente e adequada é a enunciação, em escólio, da regra de inferência essencial ao raciocínio que, no fundo, é a *regra do silogismo hipotético*. Deste modo, enuncia que, “Se o ente *a* convêm com o ente *b*, e o ente *b* com o ente *c*, segue-se que o ente *a* convêm com o ente *c*: d’este methodo se comparão as idéas no

---

<sup>577</sup> *Ibidem*, §§ 56-57, p. 15.

<sup>578</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 63, p. 16.

<sup>579</sup> MOODY, *Op. Cit.*, p. 28: “Mediaeval logic consists of rules, and not of theorems in the modern sense.”

<sup>580</sup> *Ibidem*, p. 28: “But since the rules or metatheorems which constitute mediaeval logic are concerned wholly with the logical form of expressions in the object language, it is legitimate and possible to represent them in the modern manner by formalized sentences in the object language – i. e., by formulas. In this way the logical structures which are *described* through the terms of second intention occurring in the medieval *rules* may be directly *exhibited* by the corresponding *formulas*.”

<sup>581</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 68, p. 17.

raciocínio.”<sup>582</sup> Contudo, ele não deixa claro a quais entes se refere. Seriam entes de razão? Não há clara menção a respeito. Todavia, estas enunciações dão organicidade à lógica exposta por Miranda Rego. Com efeito, as regras já enunciadas, e as que se reproduzem aqui na seqüência, são capazes de determinar a dinâmica da lógica, ou seja, suas regras internas de funcionamento, em vista da determinação de conclusões verdadeiras pelo raciocínio.

Assunto completamente correlato ao raciocínio, a enunciação da conseqüência lógica se faz, também, em termos de silogismo. Com efeito, considera ele que “Os dous primeiros juizos, nos quaes se comparão cada huma das duas idéas com a terceira (que se chama *idéa média*), fazem o antecedente do raciocínio, ou as *duas premissas*; o terceiro juizo em que as duas idéias se comparão entre si, chama-se *consequente* ou *conclusão*.”<sup>583</sup> Continua ele afirmando que o raciocínio bem deduzido contém nexos entre antecedente e conseqüente: “... esta conexão chamão os philosophos consecuencia, a qual não existe quando o raciocinio he vicioso na deducção.”<sup>584</sup> É difícil especificar os critérios de decisão sobre a correção da dedução, uma vez que Rego não estabelece claramente critérios do que seja vicioso.

Três coisas podem se suceder no raciocínio: a conexão entre as idéias, neste caso o raciocínio é afirmativo; a conexão entre a idéia Média e um dos termos, então o raciocínio é negativo; e a desconexão entre as idéias, nesse caso o raciocinio é indefinido, não se podendo, então concluir.<sup>585</sup> Estas colocações estão todas corretas, embora extremamente genéricas. E, novamente, em se tratando de um compêndio didático, esta brevidade no ponto alto da exposição parece não ter sido um ponto positivo.

A expressão do raciocínio se dá através da argumentação.<sup>586</sup> Ele elenca as oito espécies de argumentação usais da lógica escolástica: o silogismo, o polissilogismo, a indução, o entimema, o epiquerema, o dilema, o exemplo e o sorites.<sup>587</sup> São o silogismo e a indução as espécies que receberão atenção especial, uma vez que as demais formas são tratadas com rápidas caracterizações usuais.<sup>588</sup>

---

<sup>582</sup> *Ibidem*, § 68, escólio, p. 17.

<sup>583</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 70, p. 17.

<sup>584</sup> *Ibidem*, § 71, p. 18.

<sup>585</sup> *Ibidem*, § 73, p. 18.

<sup>586</sup> *Ibidem*, § 74, p. 18.

<sup>587</sup> *Ibidem*, § 75, p. 19.

<sup>588</sup> *Ibidem*, §§ 82-86, p. 22.

Na exposição do silogismo categórico e composto, consideram-se apenas os condicionais, os conjuntivos e os disjuntivos. De modo insuficiente, apresenta-se a condição de validade do silogismo condicional, que, no caso, corresponde, intuitivamente à interpretação material da consequência lógica, – em termos escolásticos – desprezando a interpretação formal.<sup>589</sup> O silogismo conjuntivo apresenta incorretamente seu critério de validade, todavia sugere uma regra em que, se se tiver uma proposição composta conjuntiva, e, ainda, a negação do segundo conjunto desta, isso implica a negação do primeiro. Esta regra parece razoável.<sup>590</sup> Quanto ao silogismo disjuntivo, admite-se a sua validade como no caso da proposição disjuntiva, contudo somente na interpretação exclusiva.<sup>591</sup>

A indução recebe uma atenção razoável na exposição, embora seja apenas um recurso secundário dentre as formas de argumentação, entre as quais tem primazia o silogismo. A indução é definida, usualmente, como “... huma especie de argumentação, pela qual de cada genero, especie ou individuo, se conclue para o todo: v. g. o ouro, a prata, o chumbo, o cobre, o estanho, a platina, soffrem liquifacção no fogo; logo todo o metal se liquida no fogo.”<sup>592</sup> Entretanto, o ponto mais importante da exposição é quanto às condições de validade e legitimidade da indução. Considera ele que:

“A indução dos membros deve ser completa; e quando seja impraticavel, deve, pelos menos, conter tal numero, que prudentemente satisfaça: assim os physicos, ainda que não tenham podido e não possam chamar a exame todos os corpos da natureza, conteudo por huma inducção satisfatoria, concluem que todo o corpo tem força de impenetrabilidade.”<sup>593</sup>

Estas condições de validade, bem como a definição, correspondem ao espírito geral da caracterização de indução, tal como posto por Aristóteles e perdurou na tradição escolástica.<sup>594</sup>

O método, que não é uma quarta operação do entendimento, “... he o systema de ordenar os nossos pensamentos para a indagação ou demonstração da verdade.”<sup>595</sup> Expõe Miranda Rego que, para conhecer o que não se conhece, usam-se idéias médias; as proposições que combinam estas idéias médias chamam-se *principios*; e são os princípios os fundamentos do método, tanto que a validade e a

---

<sup>589</sup> Cf. BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 190-192.

<sup>590</sup> Cf. REGO, *Op. Cit.*, § 80, p. 21.

<sup>591</sup> *Ibidem*, § 81, p. 21.

<sup>592</sup> *Ibidem*, § 87, p. 22.

<sup>593</sup> *Ibidem*, § 87, p. 22.

<sup>594</sup> FONSECA, *Op. Cit.*, vol. 1, p. 443-444.



qualidade da conclusão obtida por método depende deles. Oportunamente, considera Rego, “Estes principios, ou são de natureza *certos* e evidentes, ou *incertos*, ou precarios: no primeiro caso faz-se *demonstração*, no segundo *prova provavel*, e no *terceiro nenhuma prova*: o que corresponde aos tres estados em que o nosso espirito póde estar a respeito do conhecimento do objecto: *certesa*, *incertesa*, e *ignorancia*.”<sup>596</sup> A caracterização dos métodos analítico e sintético é a convencional, como nos manuais do período, a exemplo de todas as caracterizações aqui já estudadas.

Na segunda parte da lógica, ele trata da verdade lógica. Esta é entendida no sentido de verdade como correspondência. Com efeito, conceitua o texto, “Verdade logica he a conformidade de nossa cognição com seu objecto. falsidade he o opposto.”<sup>597</sup> A verdade pode ser interna ao intelecto, ou externa; fantástica no primeiro caso e real no segundo.<sup>598</sup> Sua caracterização da verdade é bastante satisfatória, permitindo conciliar tanto uma perspectiva realista quanto racionalista. Escolasticamente, considera a verdade quanto à sua matéria. Nesse caso ela pode ser de dois tipos: necessária ou contingente, na acepção de que no primeiro, a contradição não seria admitida; enquanto, na segunda, a inerência da verdade ao seu objeto estaria condicionada às modalidades.<sup>599</sup>

Os estados da alma quanto à verdade são certeza, incerteza e ignorância. Estes estados são os mesmos encontrados nas exposições de lógica anteriormente avaliadas. Cabe ressaltar que esta classificação dos estados do entendimento quanto à verdade é, no fundo, inspirada na escolástica. Do mesmo modo, os indícios são suficientes e geram três classes de verdade: a metafísica, quando absolutamente não podem falhar; a física, quando não pode falhar, dadas as leis da natureza corpórea; moral, quando segue as leis da prudência humana.<sup>600</sup>

A certeza, estado final da alma em consideração à verdade, caracteriza-se “Certesa he o estado de nossa alma adherente á verdade, conhecida por indicios sufficientes sem temor de errar.”<sup>601</sup> Segue-se à certeza a incerteza, que é “... quando apenas obtemos indicios insufficientes. E o estado de incertesa, he o estado medio entre certesa e ignorancia; porém ainda se subdivide em tres especies ou estados de

---

<sup>595</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 89, p. 23.

<sup>596</sup> *Ibidem*, § 91, p. 23.

<sup>597</sup> REGO, *Op. Cit.*, § 96, p. 25.

<sup>598</sup> *Ibidem*, § 98, p. 25.

<sup>599</sup> *Ibidem*, § 99, p. 26.

<sup>600</sup> *Ibidem*, § 102, p. 26.

<sup>601</sup> *Ibidem*, § 101, p. 26.

incertesa: *probabilidade, duvida, e improbabilidade*.<sup>602</sup> Quanto à verdade interna, o senso íntimo, ou consciência, é o indício suficiente; conclui, asseverando que “O que não percebe algum indício da verdade ignora: ignorancia he o estado da nossa alma destituído de todo o conhecimento.”<sup>603</sup>

De fato, a probabilidade recebe uma abordagem interessante na exposição, embora não conectada como nas abordagens atuais à lógica indutiva. Contudo é extremamente apropriada a conexão entre os estados de verdade e as relações de probabilidade, intuitivamente expressas. Expõe Rego:

“O estado de *probabilidade* he aquelle em que os indicios que apparecem, mais vezes não fallão do que fallão; ou por outro modo apparecem mais indicios *pro* que *contra*.

§ 107. O de *improbabilidade*, he aquelle em que os indicios mais vezes fallão, do que não fallão; ou ha mais *contra* que *pro*.”

“§108. O de *duvida*, he aquelle em que os indicios tantas vezes fallão, como não fallão.

*Scholio*. Isto se deixa bem ver em hum exemplo de proporções arithmeticas: os numeros antecedentes mostram os indicios, que apparecem a favor da verdade; os subseqüentes mostram o numero total de casos.

0:10, 1:10, 2:10, 3:10, 4:10, 5:10, 6:10, 7:10, 8:10, 9:10, 10:10.

A proporção 0:10 denota ignorancia; 1, 2, 3, 4, improbabilidade; 5, dúvida,; 6, 7, 8, 9, probabilidade; 10:10 certa. ”<sup>604</sup>

Do ponto de vista contemporâneo, a abordagem exposta no escólio acima citado é, intuitivamente, muito próxima do tratamento dado à noção da vaguidade – incerteza – e seus estados pela lógica *fuzzy*.

Enfim, a última seção do livro, intitulada *Arte Hermenêutica*, é toda inspirada na seção de mesmo nome do *Institutiones* de Genovesi. Esta é, em linhas gerais, a exposição da lógica por Miranda Rego. Sua exposição atêm-se às diretrizes da lógica escolástica. Obviamente não à escolástica de primeira mão. Neste ponto, é bom ressaltar que, como os outros divulgadores brasileiros anteriormente avaliados, o texto aqui discutido reflete, em geral, os defeitos das referências que o embasaram. Deste modo, considera-se feita a devida menção ao manual de Storchenau, citado no princípio, fonte principal de referência para o padre Miranda Rego.

O significado da representatividade de Miranda Rego para a história da lógica no Brasil, no século XIX, está vinculado às fontes de que se serviu, à tendência

---

<sup>602</sup> *Ibidem*, § 105, p. 27.

<sup>603</sup> *Ibidem*, § 129, p. 33.

<sup>604</sup> REGO, *Op. Cit.*, §§ 106-108, p. 27.

que representou. Ele retrata bem, ainda, a ambivalência com relação à lógica na literatura brasileira do período. Tendo por base esta discussão, pode-se concluir que não apenas as divulgações de cunho eclético da lógica tiveram lugar no segundo império, como se poderia precipitadamente concluir. De fato, o próprio Rego manifesta alguns traços ínfimos de ecletismo, mas não pode ser classificado entre eles. Sua divulgação é, mesmo que resumida, parcial e incompleta, de cunho escolástico.

### 4.3.3 A divulgação neotomista de Soriano de Souza

O *Compêndio de Philosophia, ordenado segundo os principios e methodo do Doutor Angélico S. Thomaz D'Aquino* é a principal fonte para avaliação da divulgação neotomista da lógica no século XIX. Com ele, pretendia Soriano de Sousa despertar na mocidade o gosto pela filosofia cristã de Tomás de Aquino.<sup>605</sup> Com esse mesmo propósito, foi incluído um anúncio na contracapa do livro sobre a literatura neotomista, intitulado *Biblioteca do estudante de filosofia*.<sup>606</sup>

No extenso prefácio do livro, informa Soriano, honestamente, que sua principal fonte para a referenciação do texto foi a *Summa Philosophica ad mentem Angelici Doctoris S. Thomae Aquinatis*, do frei dominicano Salvador Maria Roselio.<sup>607</sup> Esta fonte, como ele mesmo indicou, parece ter orientado suas escolhas expositivas. Desse modo, o compêndio como um todo pode ser considerado mais uma obra de exposição e divulgação do que de reelaboração, apoiada que foi na exposição de Roselio. Provavelmente, por sua referenciação no texto do dominicano, a exposição de Soriano – de modo geral – é a melhor encontrada dentro da orientação de lógica neo-escolástica, comparada aos diversos textos que expuseram a lógica com a mesma perspectiva que ele, no século XIX. Fartamente referenciada – a melhor até aqui – o texto é extremamente claro e objetivo, embora resumido; prevalece no texto a intenção didática ante à acadêmica. As reservas à exposição de lógica em Soriano serão de outra ordem. Sua divulgação sofre da *miopia histórica*, que norteou o movimento neotomista já discutida acima.

---

<sup>605</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, p. XXXVIII: “É com o propósito de despertar em nossa mocidade o gosto do estudo da philosophia cristã de S. Thomaz, que ousamos apparecer em público com este livro.”

<sup>606</sup> Destacam-se entre os títulos lá anunciados: *Institutiones philosophicae* de Mathaei Liberatone, Roma, 1864, em três volumes; *Elementos de Filosofía especulativa segun las doctrinas de los escolasticos y singularmente de Santo Thomas de Aquino*, por José Prisco, Madri, 1866, em dois volumes; *Manuel de Logique, pour le bacclauréat, à l'usagem des collèges catholiques*, A. M. Bensa, Paris, 1855, volume único; *La Philosophie de saint Thomas d'Aquin*, por C. Jourdain, Paris, 1858, em dois volumes.

<sup>607</sup> A obra foi editada em Bolonha, em quatro volumes. Não se pode determinar a data da edição.

A lógica tem, como é óbvio, um tratamento previsível na redação do compêndio. As matérias estão divididas, no fundo, à maneira tradicional, em lógica menor e maior. E, como nos manuais escolásticos – se bem que com uma simplicidade absoluta, comparada àqueles, a lógica menor abrange a introdução à lógica, a doutrina dos termos, da proposição e da consequência, destacando não só o silogismo, mas a definição e a divisão. Resumidamente, este momento da exposição introduz boa parte dos elementos formais da lógica escolástica, referente às sùmulas lógicas.<sup>608</sup> Os prolegômenos à lógica, referidos acima, estão estruturados na exposição, conforme o plano de redação reproduzido abaixo:

**Primeira parte** – *Dos Termos:*

Capítulo I – Definição e divisão dos termos;

Capítulo II – Do nome, do verbo e da oração.

**Segunda parte** – *Da proposição:*

Capítulo I – Definição da proposição;

Capítulo II – Da proposição quanto a sua matéria;

Capítulo III – Da proposição quanto a sua forma;

Capítulo IV – Da proposição quanto a sua quantidade;

Capítulo V – Da proposição quanto à sua qualidade;

Capítulo VI – Da proposição simples e composta;

Capítulo VII – Das proposições incidentes e exponíveis;

Capítulo VIII – Das propriedades das proposições, e primeiramente da suposição;

Capítulo IX – Da appellação;

Capítulo X – Da ampliação, restrição e alienação;

Capítulo XI – Da opposição das proposições;

Capítulo XII – Da equipollencia e conversão das proposições.

**Terceira parte** – *Do raciocínio e dos outros modos de saber:*

Capítulo I – Da definição;

Capítulo II – Da divisão;

Capítulo III – Do raciocínio;

Capítulo IV – Das diferentes especies de raciocínio;

Capítulo V – Da divisão do syllogismo;

Capítulo VI – Das leis geraes do raciocinio;

Capítulo VII – Das figuras do syllogismo;

Capítulo VIII – Dos modos do syllogismo.

---

<sup>608</sup> Cf. primeiro capítulo.

Talvez o uso que aqui se tem feito dos termos escolástico, neo-escolástico e neotomista estejam induzindo uma confusão desnecessária. Não se trata, de fato, de diversas denominações e, especificamente, no tocante à lógica, de três abordagens completamente distintas à disciplina. No fundo, as denominações acima, às quais se aplica o prefixo *neo* – incluindo o neotomismo – apenas denotam a ocorrência de manifestações de lógica escolástica, em épocas diversas da do período escolástico propriamente dito.<sup>609</sup> Porque, quanto à forma de lógica escolástica, como categoricamente considerou Bochenski, dá-se a seguinte situação:

“Verdadeiramente na Idade Média nós encontramos essencialmente somente *uma* lógica. Exceções somente ocorrem onde problemas epistemológicos ou ontológicos exercem influência, como na determinação da noção de lógica nela mesma, e na assignação das denotações. Em todo lugar de outra maneira nós encontramos uma lógica unificada, desenvolvida organicamente. A grande multiplicidade das visões medievais sobre matérias extra-lógicas sustenta a tese de que a lógica formal é independente de qualquer posição filosófica especial da parte de lógicos individuais.”<sup>610</sup>

E são exatamente os aspectos formais da exposição neotomista de Soriano, que aqui serão valorizados em primeiro plano, embora não se desprezem as discussões de caráter extra-lógico, que são de pouco interesse para a lógica do século XIX, mas de alta relevância para o debate teológico, conforme ele mesmo afirma. Com efeito, as discussões de caráter extra-lógico propriamente dito compõem a segunda parte da exposição de Soriano, merecendo grande atenção, pois nesta ocasião, ele coloca inúmeras discussões em filosofia da lógica, como a questão dos universais, a questão da existência das idéias, a formação dos universais, se a idéia de Deus é inata, entre muitas outras. Grande parte das questões da lógica está comprometida com exemplos e situações teológicas, às quais a lógica é concebida corresponder e sustentar. Este modo de dividir as matérias está conforme as considerações feitas no primeiro capítulo, a respeito da estrutura redacional dos manuais ibéricos dos séculos XVI e XVII.

Soriano admite, como Tomás de Aquino, que o estudo da filosofia deva principiar pela lógica, porque esta ensina os primeiros elementos do discurso e a inteligência das coisas duvidosas, bem como a razão das conclusões.<sup>611</sup> Com propriedade e coerência retomará Soriano, na segunda parte da exposição, a idéia aqui defendida. Mantém ele:

---

<sup>609</sup> Cf. periodização assumida na introdução.

<sup>610</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 151.

<sup>611</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 1, p. 1.

“Estabelecida a divisão da philosophia, cumpre saber por qual de suas partes deve-se principiar o seu estudo. Dizemos que pela logica. E na verdade, a logica tendo por fim ordenar os actos da razão, é obvio que o seu estudo deve preceder o das outras partes da philosophia, porque em ele não seria possível estuda-las com acerto, sendo a ordem dos actos da razão commum a todas as partes da philosophia. A lógica é, com effeito, como diz S. Thomaz, quem ensina o modo de proceder nas outras partes da philosophia. Ella dirige o espírito ou a razão no conhecimento da verdade; e portanto, antes de procurar a verdade nas cousas, é preciso conhecer o processo para essa investigação.”<sup>612</sup>

Mas, da mesma maneira que na escolástica, como notam Bochenski e Muñoz Delgado, é sentida a influência de elementos estóicos na caracterização da lógica. Consoante com esta afirmação, conceitua ele: “A logica, conforme diz o citado Cicero, é a arte que ensina a raciocinar bem, *Ars bene disserendi*.”<sup>613</sup> Quanto à especificação da lógica e seus objetos, sua natureza, discutem-se na seqüência. Ao demonstrar Soriano a existência da lógica artificial afirma:

“O homem vive pela arte e pela razão, e nisto se differença dos outros animaes, que são guiados pelo instincto natural; portanto, para que os actos humanos se exercitem com facilidade, ordem e acerto são necessárias diversas artes, pois a arte é, como diz S. Thomaz, uma ordenação da razão pela qual os actos humanos chegam a um certo fim por determinados meios.

E Tomás é uma boa referência em lógica escolástica, embora, em sua obra, a lógica esteja a serviço do discurso teológico. Segundo Bochenski, a qualificação tomista da *lógica como teoria das segundas intenções* será um sentido aceito e praticado universalmente no período da lógica escolástica. Assim, Tomás de Aquino enuncia o objeto da lógica:

“O ser é duplamente, ser no pensamento (*ens rationes*) e ser na natureza. Ser no pensamento é propriamente dito daquelas intenções as quais a razão produz (*adinvenit*) nas coisas que ela considera, e.g., as intenções de gênero, espécie e de modo, as quais não são encontradas entre objetos naturais, mas são conseqüentes a partir das considerações da razão. Esta classe, nominalmente, o ser no pensamento, é a própria matéria da lógica.”<sup>614</sup>

Estas mesmas motivações são mantidas fielmente por Soriano, ao provar a proposição de que o objecto formal, ou o sujeito da lógica, é a ordem que a razão põe em seus atos. Põe Soriano que:

---

<sup>612</sup> *Ibidem*, § 13, p. 44.

<sup>613</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 2, p. 1.

<sup>614</sup> TOMÁS DE AQUINO, *In. Met. Arist.* 4, 4, 574 apud BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 154. Sobre o caráter da lógica medieval, afirma ainda Bochenski “Whether Ockham and Albert thought of logic as in any sense a science of second intentions remains open to question. One might perhaps give expression to both their views saying that logic is a science constructed throughout in a meta-language, remarking at the same time the Scholastics included under ‘signs’ mental as well as exterior (written or spoken) signs.” (*Ibidem*, p. 156)

“Como porém aquella ordem não se encontra nos objectos exteriores, mas é o resultado da consideração do entendimento ou da razão sobre os mesmos objectos, d’ahi vem dizer justamente S. Thomaz, que os entes da razão, que são aquellas intenções que a razão descobre estudando os objectos, são propriamente o objecto formal ou o sujeito da lógica.”<sup>615</sup>

Sobre a divisão da lógica são interessantes, e previsíveis, as seguintes considerações:

“A logica é uma sciencia racional, não só por ser conforme á razão, mas tambem porque tem por objecto os actos da razão aos quaes ordena, como ficou dito; e portanto a sua divisão se deve tirar da diversidade dos referidos actos.

[...]

Portanto, a logica deve dividir-se em tres partes, das quaes a primeira trata de tudo que é necessario para bem se perceber, a segunda do que é preciso para bem se julgar, e a terceira do que é preciso para bem se raciocinar.”<sup>616</sup>

Fiel a esse programa, a exposição de Soriano da teoria lógica principia pelos aspectos fundamentais da *doutrina dos termos*. Um traço característico da exposição é a concisão. Neste ponto, algumas matérias são tratadas por Soriano com maior atenção que outras. A parte referente aos termos é relativamente satisfatória, se bem que resumida, comparada às grandes sistematizações escolásticas. Termo, considera Soriano, “... em geral, significa aquilo de que se compõe uma proposição simples.”<sup>617</sup> Todavia, o termo pode ser tomado em diversos modos. Neste momento, como padrão nas exposições escolásticas, são trazidas as noções semióticas relevantes à adequada colocação da doutrina dos termos. Note-se, contudo, que a exposição a seguir é resumida e simplificada.

O termo mental “... é o conceito, ideia ou noção que formamos no espirito de uma cousa quando a conhecemos, idea que depois exprimimos pela palavra, pois não exprimimos cousa quando a concebemos...”<sup>618</sup>; o termo vocal “é a palavra pela qual exprimimos um conceito do espirito.”<sup>619</sup>, podendo ser natural ou artificial. Finalmente, o “*Termo escripto*, (sic) é o mesmo conceito do espirito representado por letras, que convencionalmente também representam as ideias.”<sup>620</sup> Estas designações de semiótica correspondem corretamente à semiótica medieval.<sup>621</sup> Quanto aos termos,

---

<sup>615</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 62, p. 61.

<sup>616</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 67, p. 63.

<sup>617</sup> *Ibidem*, § 3, p. 2.

<sup>618</sup> *Ibidem*, § 4, p. 2.

<sup>619</sup> *Ibidem*, § 5, p. 2.

<sup>620</sup> *Ibidem*, § 6, p. 3.

<sup>621</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 153-154.

prossegue a exposição colocando-os de modo padrão; eles podem ser substantivos se designarem a substância, e adjetivos se designarem os acidentes.<sup>622</sup>

Continuando a construção sistemática dos elementos constitutivos do discurso, que a lógica sistematizará, prossegue caracterizando oração. Esta é “... um enunciado, cujas partes, ainda que separadas, significam alguma coisa, mas como simples enunciação, e não como afirmação ou negação.”<sup>623</sup> Cinco são as espécies de orações perfeitas: a enunciativa, a deprecativa, a imperativa, a interrogativa e vocativa. Com efeito, “De todas essas, só a oração enunciativa contém a verdade ou erro, porque só ella significa absolutamente um conceito do entendimento, e só neste é que se pôde encontrar a verdade e o erro. Só desta especie de oração se occupa a logica, que é a arte da verdade, o juiz e o arbitro do erro.”<sup>624</sup>

A proposição que “é uma oração em que se afirma ou nega uma coisa da outra, como Scipião venceo os carthaginezes.”<sup>625</sup>, é tomada como natural na caracterização convencional, de sujeito, cópula e predicado. Ele não admite as inovações de Hamilton quanto à quantificação do predicado. Aliás, não menciona a quantificação do predicado; isso fica patente quando apresenta a quantidade das proposições. Com efeito, considera ele, “Chama-se universal, a proposição em que o *sujeito* é representado por um termo universal...”<sup>626</sup> Do mesmo modo, são caracterizadas as proposições particulares, indefinida e singular. Convencionalmente, ele coloca que o sujeito deve “abranger menos que o predicado”<sup>627</sup>, a fim de que possa ser convertido nele.

As modalidades são tomadas no sentido aristotélico, no qual correspondem à inerência da predicação. Deste modo, os termos da proposição podem ser ligados de diferentes *modos*, considerados quanto à possibilidade efetiva de predicação do sujeito ou até à sua impossibilidade. Segundo os modos, a proposição pode ser necessária, contingente, possível e a impossível.<sup>628</sup> Quanto à forma, considera Soriano, que seja determinada pela “Afirmação, e a negação constituem a fôrma da proposição, ou a sua qualidade e diferença essencial.”<sup>629</sup> E sendo afirmação e negação, as formas

---

<sup>622</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 7, p. 3.

<sup>623</sup> *Ibidem*, § 20, p. 6-7.

<sup>624</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 22, p. 7.

<sup>625</sup> *Ibidem*, § 23, p. 7.

<sup>626</sup> *Ibidem*, § 34, p. 10. Grifos nossos.

<sup>627</sup> *Ibidem*, § 26, p. 8.

<sup>628</sup> *Ibidem*, § 28, p. 9.

<sup>629</sup> *Ibidem*, § 30, p. 9.



fundamentais de proposição, naturalmente conclui que “A verdade e a falsidade são as qualidades da proposição, em que por isto, sob este ponto de vista, dividem-se em *verdadeiras* e *falsas*.”<sup>630</sup> Com ligeiro resumo e simplificação, estas considerações sobre os termos e as proposições até aqui apresentadas são compatíveis com as enunciações padrão da lógica escolástica.

Como usual, a caracterização das proposições simples e compostas são as seis obtidas pelas *partículas unitivas* gramaticalmente correspondentes. São os modos de composição das proposições, o condicional, o copulativo, o causal, o disjuntivo, o relativo e o discretivo. Cada modo acima é apresentado com suas respectivas condições de validade.

A interpretação das condições de validade das proposições condicionais chama a atenção. Expõe Soriano que “Esta especie de proposição é verdadeira, se as proposições simples que ella contém, seguem-se uma da outra, ainda que ambas sejam falsas; e é falsa, se uma não segue da outra, ainda que ambas sejam verdadeiras; porquanto nas proposições condicionais só se afirma ou nega a consequência de uma cousa de outra.”<sup>631</sup> Para essa definição, o autor cita de Tomás de Aquino, o opúsculo *Perihermeneias*. Esta interpretação acena à implicação material (clássica) e a sua enunciação está correta.<sup>632</sup>

Com maior concisão que no tratamento das proposições compostas, avalia Soriano as proposições incidentes ou exponíveis, exclusiva, exceptiva, comparativa e reduplicativa. As caracterizações e condições de validade são as convencionais. A exposição é, como em outras matérias, boa, com exemplos atendendo aos objetivos didáticos do livro.

Como nos tratados medievais, a discussão relativa à doutrina dos termos inclui a suposição, a apelação, a ampliação, a restrição e a alienação, entre as propriedades dos termos. Todas essas propriedades só são possíveis dentro das proposições. Com efeito, entre essas propriedades dos termos, a suposição desempenha papel fundamental e é uma das muitas criações da lógica escolástica. Conforme Bochenski, a suposição não era conhecida pelos antigos, nem pelos modernos.<sup>633</sup>

---

<sup>630</sup> *Ibidem*, § 39, p. 11.

<sup>631</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 44, p. 12.

<sup>632</sup> Cf. FONSECA, *Op. Cit.*, vol. 1, p. 199.

<sup>633</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 162-163.

A conceituação de suposição exposta por Soriano está correta: “Chama-se suposição, o emprego de um termo em lugar da cousa que se verifica.”<sup>634</sup> E, ainda, considera Soriano a suposição apenas aplicável aos termos enquanto estes constituam a proposição; porque fora dela, as propriedades não poderiam ser atribuídas aos termos.<sup>635</sup> Nos parágrafos subseqüentes, ele expõe as várias espécies de suposição, sem expor a devida hierarquia entre elas.<sup>636</sup> Desta forma, apenas enuncia ele, a suposição, a material, a formal, a própria, a imprópria, a simples e real, a coletiva, a distributiva, a disjuntiva e a confusa, sem uma discussão mais detalhada deste importante ponto da doutrina dos termos.<sup>637</sup> Este lapso mostra que, mesmo tendo formado-se na Europa, não estava ele suficientemente a par da lógica escolástico-tomista. Pode-se inferir que expõe a matéria, sem condições, ele próprio, de avaliar suas incorreções. Avaliam-se, na seqüência, as três *suppositio* fundamentais que Soriano enunciou na exposição. Ele conceitua a *suposição material e formal*:

“Suposição material, é o emprego de um termo em lugar delle mesmo, ou em lugar da mesma palavra, como neste verso de S. Lucas. 1. v. 63: *João, é o seu nome; Homem é uma palavra; formal, é o emprego de um termo em lugar da cousa que quer significar, como neste verso dos Actos. 1. v. 5: João baptizou em agua; o homem é racional.*”<sup>638</sup>

Pela nota acima, vê-se a simplicidade das caracterizações de Soriano. A julgar pela complexidade desta matéria, presume-se que seu objetivo didático não pudesse ser atendido com uma exposição tão concisa e, por que não, incompleta. Dentro da lógica escolástica, a suposição formal foi dividida em diversas subespécies, tais como, a suposição coletiva (acidental e natural), imprópria e confusa, que surgiram, pela primeira vez, com Pedro Hispano.<sup>639</sup> Soriano não distingue esta hierarquia na exposição. Outro detalhe importante constatado é que a exposição de Soriano reproduz a ambigüidade entre a suposições formal e a simples, comum na escola tomista.<sup>640</sup> Compare-se, a esse propósito, as semelhanças entre as duas conceituações. Com efeito, expõe Soriano, a suposição é “Simples, quando se usa um termo *commum* por aquillo que elle significa *immediatamente*.”<sup>641</sup>

---

<sup>634</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 57, p. 15.

<sup>635</sup> *Ibidem*, nota 1, p. 15.

<sup>636</sup> Cf. outro esquema dos gêneros de suposições também pode ser apreciado em FONSECA, *Op. Cit.*, vol. 2, p. 687.

<sup>637</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, p. 683-720.

<sup>638</sup> *Ibidem*, § 59, p. 15-16.

<sup>639</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 169.

<sup>640</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>641</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 61, p. 16.

A afirmação da teoria da suposição na exposição é, sem dúvida, um traço escolástico irrefutável. A inclusão delas neste tópico da lógica assinala toda a repulsa dos cultores da lógica escolástica às inovações dos lógicos modernos, que no lugar da teoria da *suppositio*, inseriram uma teoria das idéias compatível com a subordinação de lógica à psicologia, em vez de fundamentá-la gramatical ou metafisicamente. Como ressalta Bochenski, a distinção da teoria da suposição geral, no plano lógico, corresponde, em termos atuais, à distinção entre linguagem e metalinguagem.<sup>642</sup>

A apelação é caracterizada como “... a aplicação, pela qual a significação de um termo é de um modo especial unida á significação de outro.”<sup>643</sup> Nos comentários subseqüentes a este conceito, Soriano afirma a razão de insistir na manutenção das doutrinas de lógica escolástica. Segundo ele, “A mór parte dos lógicos modernos não dizem palavra sobre estas cousas, que entretanto são sobremaneira necessarias principalmente para aqueles que se dedicam ao estudo da Theologia.”<sup>644</sup> Ele mostra, na seqüência, a pertinência destas matérias para a compreensão da encarnação e da trindade, em notas do parágrafo sexagésimo sexto. Estão conceituadas corretamente a ampliação, restrição e alienação.

A caracterização da oposição está correta e é a convencional.<sup>645</sup> As proposições contrárias, contraditórias e subcontrárias estão colocadas corretamente. Matéria também relacionada à forma da proposição, a equipolência é definida como a “reducção de duas proposições oppostas á mesma significação, e sentido; o que se consegue por meio da partícula não.”<sup>646</sup> Neste conceito, está envolvida a interpretação semântica da negação clássica, mais especificamente, a operação de dupla negação. A conversão de proposições também é caracterizada corretamente. Soriano avalia a conversão simples e por acidente. Ele caracteriza, corretamente, a conversão denominada de *contraposição*. Todavia, ele não dá as regras válidas para essa operação com proposições que, no fundo, é a obversão de proposições obtida através da equipolência.<sup>647</sup>

A próxima parte da lógica refere-se à terceira operação do entendimento – o raciocínio – mas não só a ela. Conforme a abordagem escolástica, estão incluídos

---

<sup>642</sup> BOCHENSKI [1957], p. 166.

<sup>643</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 64, p. 17.

<sup>644</sup> *Ibidem*, § 66, p. 18.

<sup>645</sup> *Ibidem*, §71, p. 19.

<sup>646</sup> *Ibidem*, § 76, p. 20-21.

<sup>647</sup> *Ibidem*, §§ 78-79, p. 22-23.

também os *modos de saber* que incluem a definição e a divisão. Sua caracterização destes modos da terceira operação do entendimento é resumida e simplificada. O raciocínio é um modo de saber, porque, “A verdade complexa porém, se é obscura, explica-se argumentando e *raciocinando*.”<sup>648</sup> Por que, Soriano, o que é não complexo se explica *definindo*, o que é complexo se explica *dividindo*, daí: “Três portanto são os modos de saber: *definição, divisão e raciocínio*.”<sup>649</sup>

O quadro da definição, como não poderia deixar de ser, é o escolástico. Ao caracterizar o primeiro modo de saber ele conceitua: “Definição, como diz Cícero, é *uma oração que explica o que é a coisa de que se trata...*”<sup>650</sup> Com efeito, “Ha duas especies de definição, a de *nome* e a de *cousa*, aquella, explica a significação, ou o que é o nome, esta explica a coisa significada pelo nome, ou o que é a coisa.”<sup>651</sup> A definição de nome, convencionalmente, se obtém por meio da etimologia, da interpretação e da significação do nome. A *definição de coisa* pode ser essencial quando “é a que explica a coisa pelos seus princípios constitutivos.”<sup>652</sup>; descritiva, quando explica a coisa pelos seus atributos; e causal, quando explica a causa por seus efeitos extrínsecos.<sup>653</sup> Ainda no modo tradicional, uma boa definição é a que contém o gênero próximo e a diferença última. São, também, enunciadas as cinco regras convencionais para a definição, de modo extremamente rápido. Compare-se sua abordagem à de Pedro da Fonseca.<sup>654</sup> Soriano não as discute, apenas as enuncia. As regras usuais para a definição, na apresentação de Soriano, resumidamente, são: 1<sup>a</sup>) que a definição não seja redundante, nem deficiente; 2<sup>a</sup>) que ela seja mais clara que a coisa definida; 3<sup>a</sup>) que o definido não entre na definição; 4<sup>a</sup>) a definição e o definido sejam conversíveis; 5<sup>a</sup>) que a definição seja tão breve quanto possível.<sup>655</sup> Apesar da exposição concisa, as regras acima correspondem ao senso comum sobre o assunto, dentro da forma de lógica escolástica.

O segundo *modo de saber*, a divisão, é definido: “Define-se divisão, a oração que explica uma coisa por suas partes.”<sup>656</sup> As regras para divisão são as seis usuais: 1<sup>a</sup>) o todo que se divide deve ser maior que cada uma das partes que o

---

<sup>648</sup> *Ibidem*, § 80, p. 23.

<sup>649</sup> *Ibidem*, § 80, p. 23.

<sup>650</sup> *Ibidem*, § 81, p. 23.

<sup>651</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 82, p. 23-24.

<sup>652</sup> *Ibidem*, § 85, p. 24.

<sup>653</sup> *Ibidem*, §§ 86-87, p. 25.

<sup>654</sup> Cf. FONSECA, *Op. Cit.*, vol. 1, p. 284-327, o quinto livro sobre a definição.

<sup>655</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 89, p. 25.

<sup>656</sup> *Ibidem*, § 90, p. 26.

dividem, porque o todo é maior do que a sua parte; 2<sup>a</sup>) deve ser íntegra, de sorte que as partes divididas exauram o todo; 3<sup>a</sup>) as partes divididas devem ter entre si uma certa oposição, de modo que nunca coincidam, pois se coincidirem, já não serão muitas, mas uma só parte; 4<sup>a</sup>) as partes divididas devem excluir-se reciprocamente, pois de outra sorte não seriam opostas; 5<sup>a</sup>) deve ser tão breve quanto for possível; 6<sup>a</sup>) a divisão não deve ser excessiva nem nula, mas moderada.<sup>657</sup> Estas regras estão corretas e adequadas à divisão.

Coerente ao espírito da abordagem escolástica à lógica, Soriano define o raciocínio em termos da *doutrina da consequência*. O “Raciocínio, é uma operação do espírito pela qual se infere uma coisa da outra.”<sup>658</sup> Ele conceitua consequência como: “Aquilo d’onde alguma coisa se infere, chama-se *antecedente*, quer conste de uma, quer de muitas proposições; e aquilo que é inferido, chama-se *conclusão* ou *consequente*; à illação do consequente tirada do antecedente, dá-se o nome de *consequencia*.”<sup>659</sup> E conclui, “Do que acabamos de dizer, segue-se que toda a fôrça do raciocínio não consiste na verdade ou falsidade das proposições, mas somente na illação. [...] Por isso os logicos ensinam que a illação não é verdadeira, nem falsa, porém legitima ou illegitima, boa ou má.”<sup>660</sup> Esta última afirmação retoma, indiretamente, a condição de validade da proposição condicional exposta acima. Com efeito, considera Soriano, na segunda parte que: 1<sup>o</sup>.) de premissas verdadeiras só se pode inferir conclusão verdadeira; 2<sup>o</sup>.) de premissas falsas, essencial e diretamente, só se pode inferir conclusão falsa; e, 3<sup>o</sup>.) acidental e indiretamente, infere-se algumas vezes conclusão verdadeira.<sup>661</sup> São duas as instâncias da terceira condição, que consiste na argumentação *reductio ad absurdum*, quando do falso se conclui verdadeiramente e, a argumentação *ad hominem*, quando se usam as teses supostamente falsas do próprio interlocutor, para se provar a verdade desejada em disputa dialética contra ele.

Vê-se, então, que apesar do aspecto resumido da exposição de Soriano, ele contempla o núcleo básico da lógica escolástica, inserindo muito resumidamente as doutrinas dos termos e das consequências. Aqueles discutidos melhor que as últimas. Sobre o papel destas duas doutrinas na lógica medieval, considera Bochenski com

---

<sup>657</sup> *Ibidem*, § 91, p. 26-27.

<sup>658</sup> *Ibidem*, § 92, p. 27.

<sup>659</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 92, p. 27.

<sup>660</sup> *Ibidem*, § 93, p. 27.

<sup>661</sup> *Ibidem*, §§ 494-497, p. 202-203.

propriedade que “À lógica escolástica essencialmente consistem duas partes: a doutrina das propriedade dos termos e a doutrina das conseqüências. As propriedades dos termos são, evidentemente, segundas intenções no sentido tomista; e alguém deve pensar as conseqüências à mesma luz, desde que as relações lógicas que elas exibem (e.g. entre antecedente e conseqüente) não sejam coisas reais.”<sup>662</sup>

As espécies de argumentação são, novamente, as oito usuais: o silogismo, o exemplo, a indução, o dilema, o sorites, o entimema, o epiquerema e o polissilogismo. Quanto à exemplificação das várias espécies de argumentação, a apresentação de Soriano é padrão, com ênfase didática expondo exemplos de cada uma das formas de argumentação. Afirma Soriano que todas essas formas se resumem ao silogismo, o que, compreendido *lato sensu*, é adequado. Desta forma, expõe Soriano:

“Syllogismo, como o define Aristoteles, é uma oração ou enunciação em que, sendo postas certas proposições, conclue-se necessariamente outra diferente d’aquellas, pelo único fato dellas serem estabelecidas; isto é, dadas duas proposições que costumam-se chamar premissas necessariamente segue-se uma conclusão.”<sup>663</sup>

Na segunda parte da exposição Soriano coloca-se contra Locke e Bacon, insistindo que, na busca da verdade se deva raciocinar por silogismo. Textualmente, conclui ele, “Portanto, onde a verdade não é conhecida por si, não pôde ser achada por outro meio senão pelo syllogismo: logo na indagação da verdade deve-se raciocinar por syllogismo.”<sup>664</sup>

Ele discute o silogismo demonstrativo, que gera a ciência e as formas compostas do silogismo – o condicional, o causal, o copulativo, o disjuntivo, o relativo – como usual.<sup>665</sup> Quanto às regras de inferência referentes aos silogismos condicionais, são enunciadas as de *modus ponens* e *modus tollens*. As demais espécies de silogismos têm os critérios de verdade definidos, de acordo com a proposição composta que figura na premissa maior do silogismo.

O silogismo, considerado segundo sua forma, atende à seguinte caracterização: “Chama-se porém *formal*, o syllogismo em que conservamos escrupulosamente as leis dialecticas das figuras e modos do mesmo syllogismo, e neste caso diz-se que a argumentação é *in forma*.”<sup>666</sup> Passa, então, a expor as peculiaridades da construção adequada do silogismo *in forma*. Expõe as três figuras do silogismo,

---

<sup>662</sup> BOCHENSKI, *Op. Cit.*, p. 156.

<sup>663</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 96, p. 28.

<sup>664</sup> *Ibidem*, § 491, p. 201.

<sup>665</sup> *Ibidem*, §§ 106; 108, p. 32.

não aceita a quarta figura, afirmando ser ela muito rara ou redutível à primeira. Soriano traz, no texto, diagrama onde figuram apenas os dez modos válidos do silogismo, sem distinguir que figura válida tais modos.<sup>667</sup> Desta forma, enumera como silogismos válidos: Barbara, Celarent, Darapti, Darii, Disamis, Felapton, Ferrio, Bocardo, Camestres e Barroco. Souza omite alguns modos válidos importantes, reconhecidas válidas já em Aristóteles como Cesare e Festino válidas na segunda figura e, Datisi e Feriso, válidas na terceira.<sup>668</sup> Paradoxalmente, a exposição de Soriano cessa. A hipótese, aqui mais plausível seria a de que, para Soriano, a melhor parte da lógica não é a formal ou menor, mas a maior, onde se discutem as matérias lógicas com extensões aplicáveis à teologia.

De fato, na segunda parte, ao relacionar a lógica propriamente dita, retoma Soriano as questões que parecem, de fato, importantes serem ressaltadas quanto à lógica. A segunda parte da exposição é destinada à lógica maior e está dividida como no plano de redação abaixo relacionado:

**Filosofia – Primeira parte – Logica;** Questão I – Da philosophia em geral; Questão II – Da logica em geral.

**Primeira seção – Da primeira operação do entendimento;** Questão III – Da natureza da percepção; Questão IV – Da existencia e distincção das ideias; Questão V – Da origem das idéias; Questão VI – Da universalidade das ideias em geral; Questão VII – Dos universaes em particular; Questão VIII – Da ideias simples e compostas; Questão IX – Das ideias completas e incompletas; Questão X – Das séries de ideias ou das categorias; Questão XI – Das ideias claras e obscuras, distintas e confusas; Questão XII – Da verdade e falsidade das ideias; Questão XIII – Dos signaes das ideias ou das palavras.

**Segunda Seção – Da Segunda operação do entendimento;** Questão XIV – Da natureza do juízo; Questão XV – Dos erros do juízo; Questão XVI – Dos meios de remediar os erros do juizo; Questão XVII – Do criterio de verdade.

**Terceira seção – Da terceira operação do entendimento;** Questão XVIII – Do raciocínio em geral; Questão XIX – Da demonstração; Questão XX – Da probabilidade, da opinião e da fé; Questão XXI – Do syllogismo sophistico; Questão Última – Do methodo.

---

<sup>666</sup> *Ibidem*, § 114, p. 33.

<sup>667</sup> *Ibidem*, § 122, p. 36.

<sup>668</sup> Em Aristóteles são válidos os seguintes silogismos catóricos aqui enumerados por suas formas mnemônicas: na primeira figura, Barbara (AAA), Celarent (EAE), Darii (AII) e Ferrio (EIO); na segunda figura, Cesare (EAE), Camestres (AEE), Festino (EIO) e Barroco (AOO) e, na terceira figura, são válidos, Darapti (AAI), Disamis (IAI), Datisi (AII), Felapton (EAO), Bocardo (OAO) e, Ferison (EIO) (cf. *Prior Analytics*, I, 1, 25<sup>b</sup>26-28<sup>a</sup>10). Na lógica de Port-Royal, encontram-se os modos válidos na quarta figura que Aristóteles não aceitava e que foi ignorada também por Soriano. São válidos nesta figura Barbari (AAI), Calentes (AEE), Dibatis (IAI), Fespamo (EAO) e Fresisom (EIO) (cf. ARNAULD & NICOLE, *Op. Cit.*, 138-156).

Omitiram-se os artigos de cada questão, na sinopse, em razão da concisão e porque as questões já caracterizam suficientemente esta parte da exposição. Cada questão é impecavelmente discutida dentro do método da *quaestio*. Das discussões elencadas acima, reproduzir-se-ão apenas algumas, essencialmente aquelas que ajudam a pontuar a posição de Soriano quanto à lógica. Grande parte das discussões é motivada pela aplicação das mesmas em teologia.

Como em Monte Alverne, Soriano não aceita o método como operação do entendimento, porque “O methodo reduz-se ao raciocinio, pois não é senão o meio expedito de descobrir e ensinar a verdade; o que se não pôde fazer sem o raciocinio.”<sup>669</sup> Mesmo assim, a questão última da parte de lógica é dedicada ao método.

Nas questões pertinentes à primeira operação do entendimento, contrapõe Soriano, as posições de Tomás de Aquino, Agostinho e outros santos padres, às dos filósofos modernos, especialmente, Descartes, Hobbes e Locke. Contra Locke é exemplar o tratamento dado por Soriano na questão oitava, das idéias simples e compostas.<sup>670</sup> Ironicamente, propõe o artigo primeiro: *Os modernos explicam bem a simplicidade e composição das idéias?* A resposta, obviamente, é não. Ao que responde prontamente a argumentação do artigo segundo, intitulado: *S. Thomaz explica bem a composição e simplicidade das ideias?*

Encontra-se na segunda parte da lógica as discussões relativas à verdade. Conforme Soriano:

“A verdade em geral é, como a define S. Thomaz a equação ou conformidade da cousa com o entendimento; ella dá-se pois entre dous termos, a cousa e o entendimento. Com effeito, se diz que uma cousa é *verdadeira* quando ella é ou pôde ser adequada ou conforme com o entendimento, e o entendimento é *verdadeiro* quando é adequado ou conforme às cousas. D’aqui resulta que ha tres especies de verdade, *metaphysica, logica e moral.*”<sup>671</sup>

Vê-se que ele admite a verdade como correspondência. O tratamento semântico da negação é, obviamente, o clássico, uma vez que “A falsidade é opposta á verdade, e consiste na desconformidade da cousa com o entendimento...”<sup>672</sup> Somente na caracterização de verdade lógica é que se estabelece um conceito, de fato, coerente com os objetos da lógica, os entes de razão. Continua ele,

---

<sup>669</sup> SOUZA, *Op. Cit.*, § 71, p. 64.

<sup>670</sup> *Ibidem*, §§ 283-297, p. 141.

<sup>671</sup> *Ibidem*, § 356, p. 163.

<sup>672</sup> *Idem*.



“Verdade lógica ou forma, é a conformidade ou adequação do nosso entendimento com a cousa conhecida, ou por outra é a conformidade do conhecimento, que temos de que uma cousa realmente o que é.”<sup>673</sup>

Soriano relaciona e exemplifica corretamente as falácias do equívoco, da divisão, do acento, da contradição, da petição de princípio, do conseqüente, da falsa causa, de interrogação e *ad ignoranciam*. São trazidos exemplos didáticos<sup>674</sup>; a exposição dos sofismas é rápida e resumida.

A tentativa de Soriano, de retomar a lógica escolástica aqui será inócua. O positivismo, a filosofia alemã e o evolucionismo roubariam as atenções para si, confinando o debate neotomista à Igreja e seu círculo. Um dos poucos valores de sua divulgação para a lógica no Brasil, deve-se ao fato de que sua qualidade conceitual é sensivelmente melhor, comparada às outras exposições de brasileiros do período. Sua divulgação – como ocorreu também aos expositores precedentes – não impressionaria a história da lógica no Brasil nem lhe daria novos rumos. Serão, de fato, os novos ventos à lógica produto de importação. Destacar-se-ão, em fins do século XIX, na lógica, Comte, Stuart Mill, Bain e Spencer, entre os principais.

#### 4.4 Considerações conclusivas

A neo-escolástica no Brasil no século XIX foi um empreendimento de divulgadores solitários, amparados e incentivados pela Igreja. Mas, apesar dos esforços, não era mais completamente reversível a adesão à filosofia moderna e contemporânea, especialmente de cunho naturalista, evolucionista e positivista, que já ganha muito terreno na segunda metade do século XIX. Isto torna a assimilação da renovação neo-escolástica um fenômeno restrito ao ambiente eclesiástico sem maiores repercussões no contexto filosófico e da lógica brasileira em geral.

O neotomismo não morrerá. No século XX ele se fortalecerá, mas aí é outra discussão que não se pode aprofundar dentro da história deste movimento. É preciso, contudo, respeitar esta poderosa forma de lógica. Sua ínfima contribuição para o revigoramento da lógica formal, mesmo que distante do contexto da lógica oitocentista será uma ocorrência de interesse para a história da lógica no Brasil.

Em primeiro lugar, a lógica neo-escolástica, especialmente em Soriano, é aqui estudada com maior fidelidade que outras formas de lógica anteriores. Como veremos, o mesmo poderá ser dito da lógica positivista. O apoio nos textos originais e

---

<sup>673</sup> *Idem.*

comentadores melhores faz com que a fidelidade e a profundidade dos conceitos sejam mais acuradas, concorrendo para uma ortodoxia maior dos conceitos-chave da lógica, dentro da escola em questão. Esta ocorrência corrige um vício antigo e estrutural presente na história anterior da filosofia no Brasil, o autodidatismo e o sincretismo. Erigido sobre leituras mal feitas, os estudos de lógica através de fontes indiretas quase sempre levavam à superficialidade dos textos, como exemplificado na exposição de Miranda Rego. Enfim, a lógica neo-escolástica recoloca aspectos de lógica formal, se bem que exiguamente, equilibrando e inoculando a influência da lógica eclética cuja teoria lógica era, freqüentemente, infestada de doutrinas de caráter psicologista, bem ao espírito da lógica moderna e da “boa lógica” implantada com a reforma pombalina.

---

<sup>674</sup> *Ibidem*, §§ 541-550, p. 218-220.

## CAPÍTULO 5

# O POSITIVISMO, A LÓGICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL AO FINAL DO SÉCULO XIX

Objetiva-se neste capítulo detalhar a influência positivista sobre a compreensão da lógica no Brasil no último quartel do século XIX. Lógica positiva denota essencialmente, a visão de lógica defendida por Augusto Comte na *Síntese Subjetiva*, embora a ela não se reduza. As conseqüências herdadas da adesão de muitos intelectuais brasileiros a essa visão obtusa da lógica acarreta aqui uma efêmera mudança de perspectiva da lógica, induzindo perspectivas de matematização do pensamento; todavia, paradoxalmente, motivará prejuízos que certamente influíram negativamente no desenvolvimento da lógica no Brasil no século XIX; tais prejuízos serão explicitados neste e no próximo capítulo. As razões subjacentes às afirmações acima serão apresentadas no momento oportuno.

Expõe-se na primeira parte da discussão uma visão geral do positivismo, focando-se especialmente em sua visão da ciência e da lógica. Apenas parte dessa discussão aqui é pautada na análise de Cruz Costa; como nos capítulos anteriores, sua discussão enriquece a compreensão contextual na qual a filosofia positivista proliferou no Brasil. Para ele o positivismo foi a filosofia que mais profundamente marcou a história da cultura e do pensamento filosófico no Brasil no final do século XIX e início do XX. Grande parte da discussão restante, no entanto, é baseada em Kolakowski [1969] e na própria *Síntese Subjetiva* de Augusto Comte. Os textos de Stuart Mill, Spencer e Bain também foram avaliados. A abordagem desses textos distingue-se pela fundamentação positiva à lógica, razão pela qual estão aqui incluídos. Analisar a filosofia positivista – mesmo que em aspectos localizados – é uma tarefa árdua e difícil. Na literatura especializada é lacunosa a discussão do positivismo – a obra de Comte como um todo sofre ostracismo acadêmico. Esta escassez é ainda maior no tocante à lógica positiva que não gerou tradição. Dar-se-á aqui, por razões óbvias, maior atenção à sua visão da matemática e da lógica.

O segundo momento da discussão explora como as interpretações de lógica de inspiração positivista acima referidas repercutiram entre os brasileiros que aqui estudavam lógica. Um documento que confirma esta linha de raciocínio é o curso de lógica oferecido no Apostolado Positivista, no Rio de Janeiro, em 1897, por Raimundo de Teixeira Mendes que se baseou na *Síntese Subjetiva* de Comte. Os textos de lógica no Brasil inspirados na abordagem de Mill, Spencer e Bain reservam-se ao próximo capítulo. Tais autores foram estudados e acolhidos fartamente entre aqueles que

apreciavam a literatura filosófica no Brasil, no caso de lógica, conforme documentam as provas à cátedra de lógica do Colégio Pedro II e outras publicações do período.<sup>675</sup>

O legado positivista e sua difusão no Brasil no final do século XIX, enquanto objeto desse capítulo mostra-se intrigante. Por um lado, a assimilação da filosofia positivista é simultânea a um maior cultivo das ciências no Brasil. Entretanto, este cultivo não beneficiou as ciências matemáticas como em geral se supõe. Evidencia-se esta colocação pois os positivistas dão à lógica – entendida em senso comteano, é claro – ou seja, à matemática, apenas um lugar propedêutico e difuso, genérico e enfraquecido na hierarquia das ciências positivas. O legado positivista para a matemática e a lógica no Brasil será desolador.

## 5.1 O positivismo e a lógica

A história do positivismo é complexa. No dizer de Kolakowski, o positivismo é uma “doutrina que teve uma longa e complexa história.”<sup>676</sup> Em cada país europeu o positivismo oitocentista desenvolveu-se associado a tradições culturais diferentes. Na França, o positivismo se combinou com o racionalismo, tradição iniciada por Descartes e consolidada no Iluminismo; na Inglaterra, o positivismo esteve associado à tradição empirista e utilitarista, juntando-se mais tarde, ao evolucionismo; na Alemanha aparece como cientificismo e monismo materialista; e, na Itália, o positivismo italiano busca suas raízes no naturalismo renascentista, florescendo no campo da pedagogia e também na antropologia criminal.<sup>677</sup> Entre seus representantes mais significativos no século XIX encontram-se na França, Augusto Comte (1798-1857); na Inglaterra, John Stuart Mill (1806-1873) e Herbert Spencer (1820-1903); na Alemanha, Jakob Moleschott (1822-1893) e Ernest Haeckel (1834-1919); e na Itália, Roberto Ardigò (1828-1920).

Tal complexidade interfere diretamente no tratamento histórico a ser dado ao positivismo.<sup>678</sup> As opções metodológicas para tal tarefa afiguram-se quase sempre arbitrárias e inevitáveis, uma vez que a filosofia positivista é um movimento de grande espectro. Essa dificuldade admitida por Kolakowski é aqui reconhecida. Em

---

<sup>675</sup> Cf. Fontes primárias impressas.

<sup>676</sup> KOLAKOWSKI [1969], p. 1: “Not all, however, who according to historians or critics profess the positivist doctrine, would agree to be classified under this heading. As a rule such objections are motivated by the fact that thinker are reluctant to admit they profess a doctrine that has had a long and complex history.”

<sup>677</sup> Cf. REALE & ANTISERI [1993], vol. 3, p. 296.

<sup>678</sup> *Positivismo* é a forma abreviada de *filosofia positiva* e serão – ambos – usados como sinônimos.

conseqüência, torna-se inevitável eleger a maneira de historiar os aspectos do positivismo relevantes à discussão da história da lógica no Brasil aqui proposta. Nesse sentido, pondera o historiador acima citado sobre a atitude que aqui se adota:

“Uma medida de arbitrariedade é, mesmo assim, inevitável a ambos, para o historiador e para o estudante da cultura filosófica. Um tem que organizar o material à mão de acordo com algum esquema, desconsiderando diferenças nas matérias consideradas acima como secundárias, se ele produz a continuidade dos contextos primários. A distinção dos modos entre primário e secundário em filosofia, não é totalmente arbitrária. Ela é baseada em certos dados históricos que apresenta, que poderiam ter o propósito de índices puramente quantitativos (embora aproximados), que certos temas, proposições ou asserções sustentam a atenção dos leitores, polemistas e adeptos sobre um dado período, enquanto que outros permaneceram quase ignotos.”<sup>679</sup>

No critério acima apresentado Kolakowski não se restringe a aspectos históricos e fatuais. Além desses, sugere outro critério complementar que pode subsidiar a investigação da história do pensamento positivista: “Além disso, refere-se ao senso dos adeptos e à expressão por eles proferida. Existe lugar para o erro em interpretar tal evidência, mas ela certamente merece ser tomada em conta.”<sup>680</sup> O mencionado *senso de adesão* pode e referencia a discussão da filosofia positiva no Brasil, apesar das reservas e cuidados acima advertidos e aqui observados. Esta é a razão pela qual as manifestações de lógica positiva são avaliadas em função da expressão dos seus adeptos. Não é um critério infalível, mas é um bom critério; pode produzir uma análise histórica significativa.

### 5.1.1 Estrutura conceitual do positivismo

O principal intento desta seção é expor uma estrutura conceitual da filosofia positiva, de tal forma que se possa confrontá-la posteriormente com a lógica proposta por Comte na *Síntese Subjetiva*, realçando as rupturas com seu pensamento anterior. Mas não só. Esta estrutura conceitual ajudará a compreender as variações da teoria lógica, propostas por autores de filiação positivista quanto às suas respectivas fundamentações, pois não se terá, na lógica no Brasil em fins do século XIX, apenas a influência de Comte. A reputação de Stuart Mill e Herbert Spencer, e.g., também será grande.

Reconhecidas as dificuldades dessa discussão passa-se a uma caracterização estrutural do positivismo proposta por Kolakowski denominada *positivist mode of*

---

<sup>679</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 1-2.

<sup>680</sup> *Ibidem*, p. 2.

*thinking*. Em primeiro lugar, o positivismo é um movimento de amplo espectro na cultura européia do período. Afirma Kolakowski que “O termo ‘positivismo’ não se refere simplesmente a uma doutrina filosófica específica que nega ser ou uma doutrina ou uma filosofia. Ele é também usado em conexão com uma teoria do direito específica, uma corrente particular em história da literatura e um tratamento característico de numerosas questões teológicas.”<sup>681</sup> Contudo, sob o prisma epistemológico, cabe ao positivismo uma caracterização geral proveitosa para os propósitos dessa discussão. Põe Kolakowski:

“O positivismo defende uma certa atitude filosófica a respeito do conhecimento humano; estritamente falando, não julga previamente questões sobre como o homem chega ao conhecimento – nem os fundamentos psicológicos nem históricos do conhecimento. Mas é uma coleção de regras e critério valorativos referentes à cognição humana: ele nos diz que tipos de conteúdos em nossos enunciados sobre o mundo merecem o nome de conhecimento e supre-nos com normas que fazem possível distinguir entre quais poderiam e quais não poderiam ser razoavelmente perguntados. Desta maneira, o positivismo é uma atitude normativa, regulando como usamos termos tais como ‘conhecimento’, ‘ciência’, ‘cognição’ e ‘informação’.”<sup>682</sup>

O traço essencial do movimento positivista acima referido conecta aspectos estruturais dessa filosofia a tópicos de lógica de grande importância para a avaliação que aqui se propõe das formas de lógica sob essa inspiração. A epistemologia inerente à filosofia positiva incidirá diretamente sobre a lógica, pois esta é vista como a efetivação dos cânones epistemológicos que tornam o processo cognitivo verdadeiro. A epistemologia positivista diferencia a definição de lógica, mas não rompe com o esquema geral da lógica das faculdades, programa ao qual a lógica de inspiração positivista pode ser filiada.

Kolakowski caracteriza o programa filosófico positivista em quatro regras gerais utilizadas na avaliação dos enunciados sobre o mundo, que funcionam como critérios para avaliar o conteúdo do conhecimento. Tais regras, como mostra o historiador, são suficientemente abrangentes para captar, em linhas gerais, o encadeamento das teses positivistas.<sup>683</sup> Pondera ele que: “Em torno destas quatro

---

<sup>681</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. v.

<sup>682</sup> *Ibidem*, p. 2-3.

<sup>683</sup> Modificaram-se parcialmente, na exposição, as denominações das regras positivistas propostas por Kolakowski.

‘regras’ expostas brevemente, a filosofia positivista construiu uma teoria em extensiva rede de trabalho cobrindo todos os domínios da cognição humana.”<sup>684</sup>

A primeira regra identificada por Kolakowski é o *cânone de fenomenalismo*. Em suma, ele postula que “... não existe diferença entre ‘essência’ e ‘fenômeno’.”<sup>685</sup> Ele ainda afirma que desse modo são eliminadas pelo positivismo categorias como forma substancial e qualidade oculta. As doutrinas tradicionais encaravam os fenômenos como manifestações de tais categorias. Por isso, continua Kolakowski “Estamos denominando informação somente aquilo que é realmente manifestado na experiência; opiniões acerca de entidades ocultas das quais as coisas experimentadas são supostamente manifestação permanecem sem valor.”<sup>686</sup> Esta regra positivista acarreta o fato de que, se a questão é legítima, então representa a procura do mecanismo para explicar a manifestação; caso isso não seja possível, a questão deve ser considerada ilegítima.<sup>687</sup> Entre os objetos rejeitados pelos positivistas, além do âmbito da experiência possível de averiguação efetiva, figuram as entidades ‘matéria’ e ‘espírito’.<sup>688</sup> Uma consequência desse enunciado é a rejeição do espírito. Este aspecto será de grande interesse para confrontação com as teses de Comte na *Síntese Subjetiva*.

O aspecto genérico da caracterização destas regras, considera Kolakowski, é mais instrutivo e interessante por caracterizar amplamente o positivismo e não restringi-lo a certos ramos específicos do movimento.<sup>689</sup> O segundo cânone estrutural do positivismo, segundo ele, é a *regra do nominalismo*. Ela é uma consequência natural da primeira regra. Ela pode ser descrita da seguinte maneira: “A regra do nominalismo conduz ao enunciado de que nós poderíamos não assumir que qualquer idéia formulada em termos gerais pode ter qualquer referente real diferente de objetos concretos individuais.”<sup>690</sup> Esta regra estabelece a negação dos universais. Mas o que isso significa? Para o esquema conceitual positivista, isto representa que “Nós temos o direito a reconhecer a existência de uma coisa, eles dizem [os positivistas], somente

---

<sup>684</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 9: “Around these four briefly stated ‘rules’, positivist philosophy has built up an extensive net work of theory covering all the domains of human cognition.”

<sup>685</sup> *Ibidem*, p. 3: “This may be briefly formulated as follows: there is no real difference between ‘essence’ and ‘phenomenon’.”

<sup>686</sup> *Ibidem*, p. 3.

<sup>687</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>688</sup> *Ibidem*, p. 4: “Similarly, if ‘soul’ is to denote a certain object different from the totality of the describable qualities of human psychic life, it is a superfluous construct, for no one can tell us how the world without ‘soul’ would differ from the world with ‘soul’.”

<sup>689</sup> Cf. KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 4.



quanto à experiência obriga-nos a fazê-lo.”<sup>691</sup> Mas como conciliar esta regra com a necessidade que a ciência tem de utilizar-se de constructos abstratos para descrever situações ideais? Responde Kolakowski que “Estudar as propriedades de tais situações ideais ajuda-nos a entender as situações reais que somente se aproximam de forma delas mais ou menos estrita. Mas estas situações ideais – o *vacuum* em mecânica, os sistemas auto-contidos, figuras em geometria – são criações nossas que servem como melhor descrição – mais concisa e generalizada – da realidade empírica.”<sup>692</sup> Como se vê a caracterização continua coerente. Conclui, enfim, o historiador que “O mundo que nós conhecemos é uma coleção de fatos individuais observáveis. Ciência procura ordenar estes fatos e, somente graças a esse trabalho de ordenação, ela torna-se uma ciência verdadeira, i. e., alguma coisa que pode ser colocada em uso prático e que nos habilita a prever certos eventos em base de outros.”<sup>693</sup> E ainda, “De acordo com o nominalismo, em outras palavras, toda ciência abstrata é um método de ordenar, um registro quantitativo de experiências e não tem função cognitiva independente no sentido de que, através de suas abstrações, ela dá acesso a domínio empiricamente inacessível da realidade.”<sup>694</sup> Ou seja, “No mundo da experiência real, de qualquer modo, enquanto no mundo puro e simples, não existem coisas como ‘universais’.”<sup>695</sup>

A terceira regra aqui denominada *regra de resguardo axiológico*, estabelece que os julgamentos de valor e enunciados normativos não têm valor cognitivo.<sup>696</sup> Isso se deve, em primeiro lugar, à regra de fenomenalismo; valores não são características do mundo, carecendo assim de objetividade. Pela regra de nominalismo, conclui Kolakowski, um mundo ideal de valores por si mesmo, com o qual as valorações axiológicas estejam relacionadas, não existe.<sup>697</sup> Ele afirma ainda que “Conseqüentemente, estamos autorizados a expressar julgamentos de valor no mundo humano, mas nós não estamos autorizados a assumir que nosso procedimento os faz

---

<sup>690</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>691</sup> *Ibidem*, p. 5: “We have the right to acknowledge the existence of a thing, they say, only when experience obliges us to do so.”

<sup>692</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>693</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>694</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 6-7.

<sup>695</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>696</sup> *Idem*.

<sup>697</sup> *Idem*: “Nor can any experience oblige us, through any logical operations whatever, to accept statements containing commandments or prohibitions, telling us to do something or not to do it. More accurately: it is clear that in relation to an aim one sets oneself, it is possible to supply logical grounds for judgments concerning the effectiveness of the means employed; evaluations of this type have a technical character and may be qualified as true or false to the extent that they have a technical sense,

científicos; mais genericamente, os únicos procedimentos para fazê-los são nossas próprias escolhas arbitrárias.”<sup>698</sup> A última regra, aqui denominada *postulado de unidade do método científico*, expressa “... a crença de que os métodos para adquirir conhecimento válido e os principais estágios na elaboração da experiência através da reflexão teórica, são essencialmente o mesmo em toda esfera da experiência.”<sup>699</sup> Essas regras encerram *latu sensu* a essência do projeto positivista num prisma epistemológico. Tal projeto irá influir na concepção e teoria lógica de autores radicados no projeto positivista, como se exemplificará na seqüência.

### 5.1.2 O sistema de lógica positiva de Augusto Comte

Compreender o significado da lógica em Comte exige uma ampla consideração de sua filosofia. De modo geral, a análise de sua obra possui também história e matizes. Explica Kolakowski que os primeiros discípulos de Comte dividiram sua obra em dois momentos distintos: “... o primeiro dos quais é a fonte do positivismo próprio, enquanto o segundo é, ao menos, uma negação parcial do primeiro e seria considerado como uma aberração infeliz, atribuída ao fato de que o grande filósofo foi afligido por uma recorrência de sua doença mental próximo do fim de sua vida.”<sup>700</sup> O historiador polonês, contrariando esta análise, adere a opinião dos historiadores do século XX, que mais isentos, consideram ter havido no pensamento de Comte apenas *uma fase*: aquela na qual ele teria elaborado a religião da humanidade:

“Destá maneira, dependendo de sentido particular que eles deram ao termo ‘positivista’, alguns concluem que Comte nunca foi positivista – porque sua visão utópica de seus trabalhos mais tardios estava prefigurada nos iniciais – enquanto outros decidiram adaptar o significado do termo à circunstância de Comte, não vendo razão por que o filósofo teria negado o nome que ele criou e aplicou a si mesmo.”<sup>701</sup>

E conclui,

“Não temos razão para nos surpreender se essa filosofia tem direito de ser chamada de positivista – igualmente comparando-a com o estereótipo corrente de positivismo em nossa própria época. É o positivismo, não obstante, amplamente expresso em categorias típicas da época que produziu Hegel e a filosofia romântica em geral. Ela representa um abraço total de

---

i. e., to the extent that they tell us what operations are or are not effective in achieving a desired end.”

<sup>698</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>699</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 8.

<sup>700</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>701</sup> *Ibidem*, p. 45-46.

construções historiosóficas, coroadas por uma visão messiânica no todo propriamente sua.”<sup>702</sup>

Esse messianismo e utopismo terão na *Síntese Política* e na *Síntese Subjetiva* de Comte sua representação mais contundente.<sup>703</sup> Também Cruz Costa, de maneira similar, vê positivismo e romantismo correlacionados, pois para ele “Os dois grandes característicos da vida espiritual do século XIX, o romantismo e o positivismo, têm, porém, um certo parentesco. O contraste entre eles é mais aparente do que fundamental. Estudar o passado e encontrar nesse passado o germe do futuro, tal é a ‘tarefa que o romantismo e o positivismo procuram realizar’. Cada um deles, porém, realiza-a à sua maneira.”<sup>704</sup>

A *Síntese* é a exposição definitiva das idéias comteanas com relação à lógica e matemática. Nela, como em outros textos, o fundador do positivismo moderno afirma uma justificação pragmática do conhecimento, fundando na lei dos três estados a idéia fundamental de evolução da ciência. Para ele, considera Kolakowski, a “Ciência, então, é um fato sociológico, e é deste ponto de vista que seus estágios passados devem ser descritos e suas possibilidades futuras avaliadas. Ciência é um instrumento a serviço do crescente controle do homem sobre as condições de sua vida natural e social. [...] De qualquer maneira, a principal pedra de toque do conhecimento efetivo é a aplicabilidade prática.”<sup>705</sup> É nesse sentido que deve ser entendido o pragmatismo da concepção comteana de conhecimento acima referida.

A hierarquia das ciências de Comte liga-se essencialmente à sua concepção de lógica. Segundo ele, o método de cada ciência da hierarquia constituem a essência da lógica, desdobrando-se nos métodos lógicos de dedução, indução e construção. Tal como a evolução da lógica, a evolução da ciência, segundo Comte, não é acidental; cada estágio e fase pode ser positivamente compreendido. Relata Kolakowski que “De acordo com Comte, apesar de todas as ciências passarem através de estágios similares de desenvolvimento, elas, como um todo, fazem transição de qualquer uma das ciências para um estágio mais alto de maneira não acidental, mas determinado pela natureza de suas investigações tão bem quanto sua conexão com necessidades sociais

---

<sup>702</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>703</sup> Daqui em diante, quando não houver ambigüidade, a *Síntese Subjetiva* será mencionada apenas por *Síntese*. O título original é *La Synthèse Subjective: ou système universel des conceptions propres à l'état normal de l'humanité*. A primeira edição surgiu em Paris, 1856. Usa-se aqui a segunda edição francesa de 1900.

<sup>704</sup> CRUZ COSTA [1956], p. 297.

<sup>705</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 51.

particulares.”<sup>706</sup> A hierarquia das ciências pode ser resumida conforme o relato de Kolakowski:

“Conseqüentemente, as ciências formam certa ordem natural. Isto não é resultado de uma sistematização arbitrária, claramente revelada pela análise histórica.”<sup>707</sup>

Continua o historiador polonês,

“As ciências são classificadas de acordo com dois princípios interconectados, os quais levam a resultados idênticos: generalidade decrescente e crescente complexidade. A ordem hierárquica resultante é como segue: a menos complexa no assunto e a mais geral em seu alcance de validade são as ciências matemáticas, as quais tratam com toda sorte de relação mensurável entre fenômenos em termos de quantidade – quantidade sendo a mais universal, a mais simples propriedade das coisas. Astronomia vem a seguir. Seu alcance é mais limitado que o da matemática, mas é mais rico por colocar ao alcance da ciência um traço adicional: força. A física introduz distinções qualitativas, tais como calor e luz. Depois da física vem a química, a qual trata com substâncias qualitativamente diferenciadas. Um número maior, igualmente, de qualidades, não obstante um alcance ainda menor da matéria de investigação, caracteriza as ciências biológicas, a qual investiga as estruturas orgânicas. Última entre as ciências, vem a sociologia, cujo lugar deverá ser discutido separadamente: seu objeto, obviamente, é a mais complexa e a menos universal de todas as disciplinas de estudo. Nem metafísica nem psicologia figuram na lista. Comte subseqüentemente adicionou a ciência da moral como uma disciplina separada.”<sup>708</sup>

A divisão das ciências propostas por Comte é coerente do ponto de vista de sua justificação lógica, histórica e pedagógica.<sup>709</sup> Entretanto, a definição do domínio de cada ciência em particular – que embasa a hierarquia das ciências positivas acima mencionadas – quando comparadas às caracterizações de época, mostram quão parcial era a compreensão de Comte a respeito das questões fundamentais de cada ciência envolvida na hierarquia. Esta rigidez acarreta à formulação filosófica de Comte uma pequena sobrevida; seu historicismo o impediu de acompanhar a dinâmica de desenvolvimento das ciências até a metade do século XIX. Enfatiza Kolakowski: “Seu historicismo foi puramente retrospectivo, pois ele parou no estágio positivista. Ele acreditava no fim da história.”<sup>710</sup> Sua visão da história é a mesma que do romantismo. Na *Síntese* este anti-historicismo aparecerá exacerbado com messianismo; tal postura aflora das afirmações abaixo. Afirma Comte:

“Mas, embora meu último trabalho [*Síntese*] deva ser menos lido que os dois precedentes; ele produzirá sobre o público de elite uma impressão mais

---

<sup>706</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>707</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>708</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 55-56.

<sup>709</sup> *Ibidem*, p. 56-57.

<sup>710</sup> *Ibidem*, p. 64.

decisiva. As almas destinadas a conduzir o mundo sentir-se-ão assim reativadas, como a minha, vivendo com nossos descendentes, ao meio dos quais revivam necessariamente nossos melhores ancestrais. Este íntimo comércio com o futuro deduzido do passado deve proporcionar aos regeneradores um irresistível ascendente sobre um presente que a anarquia e a retrogradação isolam da sua fonte e de seu destino.”<sup>711</sup>

Noutra passagem, ao considerar o regime fetichista, Comte externa a mesma crença em fim da história:

“Imagem antecipada da ordem final, este regime anunciava a livre aceitação do império contínuo do passado sobre o futuro e o presente. [...] [porque] Ela não pôde resultar do positivismo, que, sistematizando e desenvolvendo as inspirações fetichistas, estende as leis naturais a todos os fenômenos e proclama a existência das inclinações espontâneas benévolas.”<sup>712</sup>

Premissas como estas acarretarão grande prejuízo às enunciações do filósofo de Montpellier, fazendo com que a validade e relevância de suas enunciações sejam extremamente efêmeras. Suas teses afiguram-se assim plenamente relativizáveis, como considera Kolakowski: “A científica [scientific] de Comte, como outras doutrinas messiânicas, nunca considerou a mudança que ela poderia sofrer no tempo, tornando-se a si mesmo matéria de avaliação histórica e relativização. Comte possui um admirável interesse histórico de todas as coisas, exceto de seu próprio lugar na história.”<sup>713</sup>

#### 5.1.2.1 Estrutura conceitual da lógica positiva de Augusto Comte

Na *Síntese Subjetiva* Comte propõe uma concepção de lógica extremamente peculiar. As concepções de matemática e lógica nela contidas refletem sobremaneira seu messianismo e anti-historicismo acima mencionados, bem como sua ignorância quanto à teoria lógica, tanto dedutiva quanto indutiva.

---

<sup>711</sup> COMTE [1900], p. 3.

<sup>712</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>713</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 67.

**Figura 7** – *Portada da Synthèse Subjective de Augusto Comte*

Graças a essas características, Comte passará ao largo da diretriz da problemática relevante à lógica propriamente dita, em curso no século XIX. Na história da lógica e da matemática no século XIX seu nome é completamente irrelevante. Sua menção e importância para esta discussão deriva do fato de que sua visão, mesmo que precária, encontrou adeptos no Brasil. E é justamente em função deste senso de adoção, acima mencionado, que se expõem, estruturalmente, os conceitos mais significativos da lógica positiva *à la* Comte. Sua visão da lógica é extremamente comprometida com suas posições filosóficas particulares. E é com uma atitude simultaneamente messiânica e romântica que Comte abre a *Síntese*:

“Subordinar o progresso à ordem, a análise à síntese e o egoísmo ao altruísmo, tais são os três enunciados, prática, teoria e moral do problema humano, cuja solução deve constituir uma unidade completa e estável. Respectivamente apropriados aos três elementos da nossa natureza, estes três modos distintos de formular uma mesma pergunta são não somente conexos, mas equivalentes, visto a dependência mútua entre a atividade, a inteligência e o sentimento.”<sup>714</sup>

Comte via a necessidade de reestruturação lógica da humanidade, condição *sine qua non* para que seus efeitos práticos fossem implementados, e. g., na reforma da sociedade. O intento básico da *Síntese* é dirimir a *anarquia ocidental – intelectual, prática e moral*, a fim de obter o que Comte denominou reestruturação espiritual do Ocidente. Expõe ele:

“A anarquia ocidental diz respeito sobretudo à inteligência, da qual a desordem constitui a principal fonte das alterações do sentimento e dos desvios da atividade. Minha síntese subjetiva está em harmonia especial com as necessidades essenciais da situação moderna, onde o espírito teórico

---

<sup>714</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 1.

encontra-se sozinho, tornando-se diretamente perturbador. Ela deve lhe fazer naturalmente sofrer uma irresistível disciplina, primeiramente regenerando sua fonte matemática, depois constituindo seu destino moral.”<sup>715</sup>

Por isso, considera ele que “Se os antigos e modernos pensadores fizeram com frequência coexistir as especulações matemáticas e as meditações morais antes que a sua conexidade pudesse ser apreciada, esta dupla cultura deve ativamente prevalecer quando a ligação é estabelecida.”<sup>716</sup> Supunha ele ter obtido a mencionada ligação. O proveito mais elevado da *Síntese* seria, assegura Comte, que “Generalizada tanto quanto lhe convém, esta concepção deve subjetivamente desenvolver o Mundo e a Humanidade de um meio comum, que forma o principal domínio da lógica sistematizada, porque ele se torna o assento normal das leis realmente universais.”<sup>717</sup>

A lógica acima mencionada por Comte é a *lógica dos sentimentos*. Essa lógica, entende ele, é própria ao estado normal da humanidade, combinando a dimensão afetiva, fundada no estágio fetichista, à dimensão positiva.<sup>718</sup> A *Síntese* estava inserida no contexto da religião da humanidade.<sup>719</sup> Dessa forma, considera Comte que “O homem regenerado sente a necessidade de testemunhar sua gratidão contínua à ordem imutável sobre a qual repousa toda a sua existência. Uma justa adoração da Terra, erigida em Grande-Fetichismo, assento e sustento do Grande-Ser, não é suficiente para satisfazer, a este respeito, às almas dignamente desenvolvidas.”<sup>720</sup> A partir disso, ele resume *historiosófica*mente as linhas gerais de sua *Síntese*, justificando a conciliação entre os elementos da religião da humanidade e do estágio positivo. Dessa, mais tarde, ele intuirá a conexão da matemática e da lógica na grande *Síntese Subjetiva*, adequada ao estado normal da humanidade. Considera ele:

---

<sup>715</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 4-5.

<sup>716</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>717</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>718</sup> *Ibidem*, p. 6. Em linhas gerais, Abbagnano resume a *Síntese*: “Ao lado do *Grande Ser*, que é a Humanidade, põe como objecto de adoração o *Grande Feitiço*, isto é, a terra e o *Grande Meio*, ou seja, o Espaço. Este último deve ser considerado com a representação da *fatalidade* em geral. A unidade final, que a sociocracia deve realizar, manifestará a nossa gratidão para com tudo o que serve o Grande Ser: deverá por isso dispor-se a vencer a fatalidade que domina a nossa existência e concebê-la como algo que tem a sua sede imutável no espaço, o qual aparecerá dotado de sentimento, ainda que não de actividade nem de inteligência. E no Espaço assim entendido deverão aparecer-nos impressos os conceitos, as imagens e também os diagramas geométricos e os símbolos algébricos. Estas últimas especulações de Comte demonstram apenas uma desconcertante ausência do sentido do ridículo.” (*Idem*, [1993], vol. 10, p. 113-114).

<sup>719</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 62: “In the positive religion, Humanity takes the place of the mythological gods. Humanity transcends the individual: it is composed of all living dead, and yet unborn individuals; within it, individuals replace one another like cells in an organism, without thereby affecting its independent existence.”

<sup>720</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 14. *Grande-Ser* designa *Humanidade*.

“Fundada sob a teoria da natureza humana e sob a lei da classificação universal, esta hierarquia oferece um decréscimo contínuo do caráter próprio à síntese subjetiva. Venera-se aí em primeiro plano à inteira plenitude do tipo humano, onde a inteligência assiste o sentimento para dirigir a atividade. Nossas homenagens aí glorificam em seguida o assento ativo e benévolo cujo concurso, voluntário, se bem que cego, é sempre indispensável à suprema existência. Ele não se limita à Terra como seu duplo envelope fluído, e compreende também os astros verdadeiramente ligados ao planeta humano como anexos objetivos ou subjetivos; sobretudo o sol e a lua, que nós devemos especialmente honrar. A este segundo culto sucede aquele do teatro, passivo tanto quanto cego, mas sempre benévolo, onde nós produzimos todos os atributos materiais cuja agilidade simpática facilita a apreciação abstrata a nossos corações como a nossos espíritos.”<sup>721</sup>

Comte não percebia a contradição das proposições conciliatórias entre o estágio fetichista e positivo assumidas na *Síntese*. De certa forma, ele abjura na *Síntese* a enunciados do *Curso de Filosofia Positiva*, onde o estágio fetichista é dado como superado. Embora demonstre ter consciência dos possíveis paradoxos envolvidos na conciliação entre fetichismo e positivismo<sup>722</sup>, essa consciência não é suficiente para anulá-los. Na *Síntese*, todavia, ele encara tal integração como proveitosa, necessária e indispensável. Textualmente, essa posição é bem ilustrada na passagem abaixo:

“Considerada teoricamente, a incorporação do fetichismo ao positivismo deve mesmo aperfeiçoar a meditação abstrata pela assistência do sentimento. Com mais forte razão, este mesmo regime cria condições para as especulações concretas, que preocupam habitualmente a maioria das inteligências. Sua eficácia mental consiste, sobretudo, em devolver as imagens mais vivas e mais nítidas, de modo a facilitar uma atenção segura. Todavia, sua principal influência é a poesia e a moral, devido a sua aptidão direta para desenvolver as emoções simpáticas e as inspirações estéticas. Concebe-se então o mundo como aspirante a auxiliar o homem para melhorar a ordem universal sob o impulso do Grande-Ser.”<sup>723</sup>

Um dos traços essenciais da concepção de lógica em Comte é a filiação dela à moral, o que fica indiscutivelmente patente na passagem abaixo. Considera ele:

“A fim de caracterizar a lógica relativa que convém à síntese subjetiva, é preciso primeiramente comparar sua definição normal com o esboço que formulei, seis anos antes, a introdução de meu principal trabalho. Guiado pelo coração, eu soube já proclamar e mesmo sistematizar a influência teórica do sentimento. Uma apreciação mais completa me fez também consagrar o ofício fundamental das imagens dentre quaisquer especulações. Sob este duplo aspecto, este esboço foi satisfatório já que ele compreende o conjunto dos meios lógicos, sobrepujando sua redução metafísica ao simples uso dos signos, toda sua imperfeição consiste em que seu destino se achou demasiadamente restrito, por eu ser bastante desembaraçado dos hábitos

---

<sup>721</sup> *Ibidem*, p. 24-25.

<sup>722</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. xvi: “Ce traité de philosophie mathématique doit naturellement rappeler celui qui forma, vingt-six ans auparavant, le tome premier de ma construction initiale. Leus comparaison fera spécialement sentir le développement intellectuel du positivisme, et sa liaison nécessaire avec son but social.”

<sup>723</sup> *Ibidem*, p. 12.



científicos. Parece que a verdadeira lógica se bitola a nos *desvelar* as *verdades* que nos convêm, como se o domínio fictício não existisse para nós ou não comportasse nenhuma regra.”<sup>724</sup>

Comte refere-se acima à definição de lógica da *Síntese Política*. Lá ele a define “É assim que a harmonia fundamental dos dois métodos, objetivo e subjetivo, constitui enfim a verdadeira lógica humana, ou seja, o conjunto dos meios próprios a nos descobrir as verdades que nos convêm.”<sup>725</sup> Em complemento a esta definição Comte propõe outra, embora mantenha que essa formulação inicial é satisfatória.<sup>726</sup> Ele institui então a definição absoluta de lógica: “Então somos finalmente conduzidos a definir a lógica: *o concurso normal dos sentimentos, das imagens e dos signos, para nos inspirar as concepções que convenham a nossas necessidades morais, intelectuais e físicas*. Contudo, esta definição exige duas explicações conexas; primeiramente diante dos meios que ela indica, depois, sobretudo, quanto ao alvo que ela assina.”<sup>727</sup> Nessa visão de lógica bastante peculiar, todavia compreensível, as lógicas dedutiva e indutiva seriam completadas pela lógica dos sentimentos. Esta concepção tão particular de lógica é fundamentada por Comte num psicologismo que associa a pontos específicos da teoria lógica aspectos da cognição humana e de seu suposto psiquismo. E tendo Comte formação insuficiente em lógica, supriu sua construção com excerto de sua filosofia e psicologia, ambas de caráter romântico, podendo ser relativizada à medida que a psicologia a ela subjacente é superada. As afirmações acima justificam-se nas considerações comteanas que se seguem. Considera ele sobre a fundamentação da lógica:

“É suficiente, sob o primeiro aspecto, que ela se ache convenientemente ligada à teoria fundamental da natureza humana.”<sup>728</sup>

Desta forma,

“À frente dos meios lógicos, é preciso então colocar os sentimentos que fornecem por sua vez a fonte e o destino dos pensamentos, os combinam após a conexidade das emoções correspondentes. Nada poderia repor esta lógica espontânea, a qual são sempre devidos, não somente os primeiros sucessos dos espíritos sem cultura, mas também os mais poderosos esforços das inteligências melhor cultivadas.”<sup>729</sup>

---

<sup>724</sup> *Ibidem*, p. 26-27.

<sup>725</sup> COMTE [1890], p. 448: “En un mot, l’un a tiré de la science une philosophie, que l’autre convertit en religion complet et définitive. C’est ainsi que l’harmonie fondamentale des deux méthodes objective est subjective constitue enfin la vraie logique humaine, c’est-à-dire l’ensemble des moyens propres à nous dévoiler les vérités qui nous conviennent.”

<sup>726</sup> Cf. COMTE [1900], p. 27.

<sup>727</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>728</sup> *Ibidem*, p. 27-28.

<sup>729</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 28.

Tal é o papel angular dessa ‘teoria fundamental da natureza humana’, que ao fundar “... o estado normal do entendimento sobre a verdadeira teoria da alma, a religião universal institui a lógica final, sistematizando o concurso espontâneo das três regiões cerebrais a cada resultado mental.”<sup>730</sup> Mas como isso se processaria? Segundo Comte a dinâmica da lógica segue-se da combinação dos elementos lógicos (sentimentos, imagens e signos<sup>731</sup>) com seus respectivos métodos (construção, indução e dedução), totalizando assim a verdadeira lógica:

“Não se pode mesmo sistematizar a lógica, como reger o conjunto da existência humana, a não ser subordinando os dois outros meios essenciais a este processo fundamental único, comum a todos os modos e graus do entendimento. Bitoladas a este regime, as operações intelectuais poderiam ser fortes e profundas, mas ficariam vagas e confusas, porque ele não comporta a precisão e a rapidez que elas exigem, não podendo jamais tornar-se bastante voluntário. Junto aos sentimentos, as imagens tornam o espírito mais pronto e mais nítido, porque seu uso é mais facultativo. Elas se combinam entre elas, após a ligação natural entre cada emoção e o quadro de seu cumprimento.”<sup>732</sup>

Na seqüência, Comte explicita melhor a dinâmica de cada método lógico:

“Toda sua eficácia resulta desta conexidade que permite às imagens relembrar os sentimentos de onde elas derivaram.

Sob tal assistência, o coração institui um segundo regime lógico mais preciso que o primeiro, mas menos certo e menos potente, em que as concepções se formam combinando as imagens. Uma menor espontaneidade distingue este modo do precedente e não lhe permite uma equivalente generalidade embora ele surgiu sem cultura. Jamais é suficiente para tornar as deduções, induções ou construções, também prontas e nítidas que exige sua destinação estética, teórica ou prática. Elas não podem preencher estas condições juntando o recurso dos signos propriamente falados à potência dos sentimentos assistidos das imagens. Tal é o complemento necessário da verdadeira lógica, inteiramente esboçada dentro da animalidade, mas exclusivamente desenvolvida para a sociabilidade.”<sup>733</sup>

---

<sup>730</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 29-30.

<sup>731</sup> *Signo* na *Síntese* designa a imagem reduzida dos diagramas geométricos e símbolos algébricos e mesmo a referência abstrata à imagens. (Cf. ABBAGNANO [1993], vol. 10, p. 113-114.)

<sup>732</sup> *Ibidem*, p. 28: “On ne peut même systématiser la logique, comme régler l’ensemble de l’existence humaine, qu’en subordonnant les deux autres moyens essentiels à ce procédé foudamental, seul commun à tous les modes et degrés de l’entendement. Bornées à ce régime, les opérations intellectuelles pourraient être fortes et profondes; mais elles resteraient vagues et confuses, parce qu’il ne comporte pas la précision et da rapidité qu’elles exigent, ne pouvant jamais devenir assez volontaire. Jointes aux sentiments, les images rendent l’exprit plus prompt et plus net, parce que leur usage est plus facultatif. Elle se combinent avec eux, d’après la liaison naturelle entre chaque émotion et le tableau de son accomplissement.”

<sup>733</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 28-29.

Noutra passagem encontra-se um aspecto complementar em que a lógica se conecta à *sociológica religião da humanidade*.<sup>734</sup> Na *Síntese* propõe Comte, no fundo, a lógica como instrumento de regeneração total da humanidade:

“Facilitando totalmente as especulações abstratas pelo concurso das imagens e dos sentimentos com os signos, a lógica religiosa é sobretudo própria a aperfeiçoar as meditações concretas, procurando, ao mesmo tempo, mais grandeza, precisão e consistência. Estendida até as aproximações da maturidade universal, deve naturalmente consolidar a regeneração mental, sob os impulsos sucessivos emanados do sentimento, da inteligência, da atividade, cujo concurso preverá todo desvio.”<sup>735</sup>

O que aconteceria segundo o esquema abaixo,

“Tal é dupla experiência habitualmente resultante de um culto íntimo, onde a efusão aborta se os signos não evocam as imagens ou os sentimentos. Deve-se, portanto, reconhecer que os signos são diretamente suscetíveis de corresponder aos sentimentos, embora com menos energia e fidelidade, como a indicam os casos desprovidos de imagens. Para que sua eficácia seja judiciosamente apreciada, é preciso conceber a harmonia humana sem que sejamos primeiramente presumidos, reduzidos ao sentimento que nos domina no meio das impressões exteriores. Ela exige em seguida a intervenção intermitente da inteligência e da atividade que, pelas imagens e signos, ligam dentro e fora, porque elas são igualmente independentes. Sob este aspecto a parte mental exerce duplo ofício, incorporando dentro as concepções que ele elabora fora e comunicando os resultados que ele recebe dentro.”<sup>736</sup>

Ao que conclui Comte,

“... a sistematização lógica é do mesmo modo devida à unidade geral da preponderância do coração sobre o espírito. Devemos olhar os signos e as imagens como os auxiliares dos sentimentos na elaboração dos pensamentos. Esta assistência é também fornecida pelas duas partes essenciais do aparelho intelectual, respectivamente consagradas uma à concepção, outra à expressão, que sempre exige a ação.”<sup>737</sup>

Para Comte, a lógica dos sentimentos é caracterizada pela construção, a lógica das imagens coordena-se através da indução e a lógica dos signos é correspondente à dedução. Nesta hierarquia, o topo é ocupado pela lógica dos sentimentos.<sup>738</sup> Essa divisão da lógica *restaurada* por Comte, portanto positiva, deriva de uma analogia com a hierarquia das ciências. Explica ele:

---

<sup>734</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 44: “Nous devons regarder la fondation de la sociologie comme ayant naturellement suscité l’avènement de la vraie logique, en faisant nécessairement converger les impulsions incohérentes qui le préparèrent, et surtout en combinant la science avec la poésie.”

<sup>735</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

<sup>736</sup> *Ibidem*, p. 49-50.

<sup>737</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>738</sup> *Ibidem*, p. 48: “Il en est ainsi pour la coordination des moyens logiques par la suprématie du sentiment, Qui prévient ou rectifie les divagations propres aux signes, et même aux images, dont la succession spontanée deviendrait souvent contraire à l’ordre extérieur qu’elle doit représenter.” E, ainda, noutra passagem, “D’après la préparation et l’avènement de la saine logique, on confirme la supréma-

“Reaproximada da hierarquia científica, esta hierarquia lógica não parece oferecer um paralelismo suficiente, embora a regra enciclopédica seja evidentemente a mesma, segundo a simplicidade decrescente e a dignidade crescente dos domínios correspondentes. Nós podemos à vontade reconhecer que esta aparente discordância é somente devida à desigualdade do desenvolvimento; é preciso distinguir os diversos modos de indução para que a sucessão dos sete degraus lógicos se tornem exatamente conforme àquela dos sete degraus científicos.”<sup>739</sup>

Das considerações feitas pode-se sistematizar o esquema geral da lógica positiva. Nele a lógica não existe como ciência independente: com método e problemática próprias. A *lógica positiva* subjaz às ciências, pois se encontra pulverizada na metodologia intrínseca a cada ciência positiva.

Apesar das peculiaridades, a concepção de lógica positiva em Comte parece coerente. As premissas por ele admitidas, sua concepção de conhecimento, de homem e sociedade e sua própria concepção de lógica admitem certa coerência interna. Sua maior dificuldade será manter viva a perspectiva psicologista e romântica assumida por ele. Ao longo do século XIX ela será gradualmente superada. Isso posto, concluiu-se que sua contribuição foi nula para inspirar nos filósofos e matemáticos brasileiros o salto qualitativo que superasse o fosso que dividia a lógica aqui cultivada e as inovações da lógica em franco desenvolvimento na Europa desde a metade do século XIX. Ao contrário, sua influência desencorajará o ensino da lógica, especialmente na transição do século XIX ao XX conforme se apresenta no próximo capítulo.

ESQUEMA GERAL DA LÓGICA POSITIVA EM AUGUSTO COMTE						
LÓGICA POSITIVA		FUNDAMENTOS		MÉTODO LÓGICO E SUA CONCRETIZAÇÃO EM CADA CIÊNCIA		
Importância hierárquica crescente ^ ^ ^ - - -	Lógica dos sentimentos (moral)	Feminina Afetiva	Subjetividade	Construção (persuasão)	Moral -> dedução transcendente	Generalidade decrescente v Especificidade crescente ^
	Lógica das imagens (intelectual)	Teórica Estética Filosófica	Analiticidade Objetividade	Indução (generalização)	Sociologia -> filiação histórica Biologia -> comparação taxonômica Química -> nomenclatura Física -> experimentação Astronomia -> observação	
	Lógica dos Signos (prática)	Prática Técnica	Analiticidade Objetividade	Dedução (convicção)	Matemática -> Dedução	

Tabela 1 – Esquema geral da lógica positiva em Comte

tie que as systématisation reconnaît au sentiment, comme source et destination du travail intellectuel.” (Ibidem, p. 45)

<sup>739</sup> Ibidem, p. 46.

Outro preconceito aqui motivado pelo ensino positivo é subordinação da lógica à ciência moral, perdendo sua secular autonomia investigativa e problemática própria. Essa era a perspectiva de Comte:

“Subordinada à moral, a lógica deve ser sistematicamente reduzida às especulações que exige a preparação normal da ciência final, a qual é necessário reservar a elaboração decisiva de todas as concepções, tanto pelo método quanto pela doutrina. A este destino geral, a ciência fundamental deve também juntar seu vínculo especial com a ciência preparatória, na qual as noções apropriadas devem primeiramente repousar sobre o conjunto das leis matemáticas.”<sup>740</sup>

Dedução e indução são vistas por Comte como auxiliares da lógica dos sentimentos, pois “Tal é o estado normal da lógica humana, quando nós havíamos inteiramente cumprido a preparação, mais sociável que intelectual, que deveria oferecer a evolução coletiva entre o fetichismo e o positivismo.”<sup>741</sup> A premência da lógica positiva, imaginava Comte, procedia de sua possibilidade de instituir uma lógica da dinâmica subjetiva – psicológica – do homem:

“Uma sã apreciação das condições próprias à elaboração mental faz logo reconhecer as vantagens intelectuais da supremacia afetiva. Bitolado mesmo a seu ofício teórico, o espírito sente a potência de uma síntese que facilita as induções e as deduções, suscitando reaproximações e fortalecendo a atenção, após uma digna simultaneidade entre o objeto e o sujeito. A lógica religiosa, desafogada do empirismo científico não se restringe mais ao domínio das hipóteses verificáveis, que unicamente conviria a preparação positiva. Ela deve ser finalmente completada pelo domínio, muito mais vasto e não menos legítimo, das concepções próprias de desenvolver o sentimento sem chocar a razão.”<sup>742</sup>

Eis é a perspectiva da sã lógica. Consideradas as proposições precedentes nessa exposição, não é de se estranhar que o axioma máximo da lógica dos sentimentos seja: “*Induzir para deduzir, a fim de construir: tal é a fórmula geral da lógica positiva, que não poderia surgir quando as necessidades sociais tivessem bastante manifestas na urgência da regeneração ocidental.*”<sup>743</sup> Como é possível concluir das afirmações acima, a lógica para Comte é algo que possui um escopo muito maior que aquele ao qual hoje está circunscrita. A maneira como Comte enuncia a lógica poderia ser caracterizada, no fundo, por um prolongamento insólito da perspectiva psicológica de fundamentação da disciplina em busca do *método poderoso* ao qual se referiu Blanché citado no primeiro capítulo desse trabalho. Afirma Comte “Apreciado no seu estado sistemático, o *método universal* se acha

---

<sup>740</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>741</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>742</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 40.

necessariamente composto de três elementos: a dedução, a indução, e a construção, cuja sucessão é representada pelo arquivamento, segundo a importância e a dificuldade crescentes.”<sup>744</sup> Tal método universal é esmiuçado a seguir:

“Engrandecida tanto quanto exige sua universalidade, o método positivo é primeiramente dedutivo, depois indutivo, e finalmente construtivo, exceto dilatar o estado intermediário segundo as necessidades teóricas; e que no estado normal, não convém à idade escolástica. Sob este aspecto, os três degraus essenciais da elaboração mental estão em exata harmonia com seus três meios gerais. Tanto que a dedução prevalece, a assistência lógica deve diretamente emanar dos signos, onde a expressão facilita a concepção. Uma indução difícil tem sobretudo necessidade das imagens, cujos signos tornam-se simples auxiliares. Desde que a construção suceda a dupla preparação dos materiais, o sentimento deve abertamente desenvolver sua supremacia anteriormente latente; porém ele é o único apto a coordenar. Ele preside diretamente a elaboração inversa onde o espírito desce gradualmente de dentro para fora. Vemos estas duas marchas respectivamente prevalecer, uma em filosofia, outra em poesia, para explicar o dogma ou completar o culto.

Generalizada pelas reais filosofias após ter surgido nos verdadeiros poetas, sob a secreta impulsão das mulheres dignas, o método subjetivo termina a iniciação lógica colocando a potência sintética acima das facilidades analíticas.”<sup>745</sup>

A grande síntese – a *síntese subjetiva* – pode então ser estabelecida. Ela liga os elementos lógicos do pensamento humano e os objetos de adoração da religião da humanidade. Conclui Comte:

“Torna-se, então possível instituir um paralelismo fundamental entre os três auxiliares do pensamento, signos, imagens, sentimentos e os três objetos da contemplação ou adoração, espaço, terra, humanidade. Mas, para que esta correspondência seja suficiente, é necessário de uma parte e outra, ligar cada tema ao método ou doutrina que lhe diz respeito. Deve-se sempre combinar os três meios com as três partes, lógica, física, moral da doutrina.”<sup>746</sup>

O entrelaçamento entre as ciências positivas e os elementos fetichistas promovido por Comte na *Síntese* é estabelecido por ele, entre outras passagens, na que se reproduz abaixo.

“Uma inalterável harmonia deve respectivamente ligar o Grande-Meio, o Grande-Fetice e o Grande-Ser com os signos, as imagens e os sentimentos, intelectualmente aptos à deduzir, induzir e construir. Então surge a instituição final da verdadeira ciência, necessariamente composta de três partes com as quais o espírito teórico aprecia sucessivamente o Espaço, a Terra e a Humanidade. Gradualmente contraída para a síntese subjetiva, minha hierarquia enciclopédica leva a esta classificação, combinando duas condensações separadamente familiares, a princípio entre os três elementos

---

<sup>743</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>744</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>745</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 46-47.

<sup>746</sup> *Ibidem*, p. 48-49.

da filosofia inorgânica, depois entre os três domínios orgânicos. Ela é assim conduzida a concentrar todo o saber teórico na progressão normal que formou a *lógica*, a *física* e a *moral*; as duas primeiras crenças sendo puramente preliminares, uma no método, a outra na doutrina e a última na final.”<sup>747</sup>

Na sistematização de lógica de Comte não há lugar para a lógica historicamente constituída, e. g., o corpo doutrinal correspondente à lógica greco-escolástica; quanto a esta, ele criticou sua fixação na dedução. Isso bem ilustra que a interseção entre as conceituações de lógica positiva e a lógica *strictu sensu* em sua época era vazia. Quanto a isso ele afirma: “Nós devemos olhar a teoria lógica dos metafísicos como caracterizando de vez sua importância de reger o estado social e sua inaptidão ao conceber.”<sup>748</sup> Esta passagem atesta uma compreensão bastante obscura do sentido da lógica por Comte. Mais adiante, na introdução da *Síntese*, sua crítica é mais clara:

“Nada pode melhor caracterizar esta degradação que a sistematização da lógica após o uso exclusivo dos signos afastando os sentimentos e mesmo as imagens. Ela constitui a primeira e principal manifestação da doença ocidental, onde o homem se isola da humanidade.”<sup>749</sup>

O uso dos signos refere-se ao domínio dedutivo, da mesma forma que o das imagens refere-se ao indutivo da teoria lógica. No lugar destes dois aspectos essenciais das formas de lógica historicamente estabelecidas, Comte defende com tom ufanista a primazia de sua visão: “A instituição simpática da lógica fornece a melhor prova da aptidão do positivismo ao terminar a revolução moderna, fazendo sistematicamente prevalecer a sociabilidade sobre a inteligência.”<sup>750</sup> Sua crítica é mais aguda na passagem abaixo:

“Nós a bitolamos longamente à dedução, onde os signos prevalecem; esta noção domina mesmo as concepções lógicas do mais eminente dos reformadores modernos. Contudo, dentro de sua construção matemática, ele sistematizou as imagens, e soube dignamente instituir a indução, cujo destino superior se achou simultaneamente proclamado por seu principal émulo ou colega. Esta iniciação não poderia entretanto se completar senão quando o positivismo, aspirando à síntese universal, instituiu o método subjetivo, estabelecendo a construção do sistema acima da indução dos princípios e da dedução das conseqüências.

Carente de um destino realmente sintético, o impulso científico não pôde muito desenvolver perfeitamente sua principal eficácia, consistindo em manifestar, por uma seqüência de exercícios decisivos, todos os caracteres essenciais do método saudável. Devemos mesmo censurar a cultura

---

<sup>747</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 54.

<sup>748</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>749</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

<sup>750</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 32.

matemática de ter habitualmente consagrado os preconceitos metafísicos sob a supremacia da dedução, perseguindo estudos onde a indução permanecia comumente desaparecida porque a simplicidade dos fenômenos permitiam induzir sem esforço.”<sup>751</sup>

Em lugar da lógica dedutiva entendida por Comte como a manipulação dos signos, a *sã* lógica deveria instituir atributos sociológicos afins ao projeto de reforma social dela esperada, uma vez constatada a inaptidão das formas de lógica usuais para tal fim:

“Uma vez poética e filosófica, a *sã* lógica torna-se também preciosa aos corações mais simpáticos que aos espíritos mais sintéticos. Nossa repugnância diante dela, unicamente inspirada pela sua constituição metafísica, consagrava o individualismo absoluto. Sempre social, a lógica positiva faz sentir profundamente que o impulso intelectual, à medida que ela apresenta, aperfeiçoa a síntese, desenvolvendo a simpatia após a extensão normal do tipo humano, que, reaproximando todas as existências dignas de apreciação, os devolve melhor comparáveis e mais combinados.”<sup>752</sup>

Ainda não se explicitaram as razões com as quais Comte conectou lógica e matemática. Ele vê a matemática como os cartesianos, numa perspectiva de modelo epistemológico.<sup>753</sup> Na *Síntese* ele considera nominalmente, a identidade entre o que ele entendia por matemática e lógica.

“Veremos, no decorrer deste volume [da *Síntese Subjetiva*] que apesar da imensa depuração que ele opera em matemática, ou então sistematiza especulações realmente inúteis à física, e que não são conservadas unicamente em virtude de sua eficácia lógica.

Elaborada conforme a sua constituição normal, a ciência matemática regenerada sob o nome da Lógica inspirará sempre aos reais pensadores um interesse análogo àquele que sustenta seus principais promotores. Neste estudo prevalecem os signos, dignamente combinados com as imagens, depois sua renovação cartesiana.”<sup>754</sup>

Bem, mas se matemática e lógica são mutuamente redutíveis, o que é a matemática regenerada que propõe Comte? Descreve-a o filósofo:

“É necessariamente composto de três elementos: cálculo, geometria e mecanismo, porque a única evidência comum de todos os seres apreciáveis se reduz a três atributos, número, extensão e movimento. [...]

Seu principal domínio consiste no do elemento médio em que o primeiro fornece a base e o último o complemento, como o indica a preponderância espontânea da palavra *Geometria* para designar o conjunto da ciência matemática.”<sup>755</sup>

---

<sup>751</sup> *Ibidem*, p. 42-43.

<sup>752</sup> *Ibidem*, p. 36-37.

<sup>753</sup> Cf. seção pertinente no Capítulo 1.

<sup>754</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 65.

<sup>755</sup> *Ibidem*, p. 71-72.



Esta concepção de matemática não embaraçava Comte. Ele imaginava ter obtido uma fundamentação suficiente para o conceito. Dessa forma, sua *Síntese* tem o intuito de ser um curso da matemática regenerada. A divisão da obra evidencia esse objetivo. O primeiro capítulo é dedicado ao *cálculo aritmético*; o segundo ao *cálculo algébrico*; o terceiro trata de *geometria preliminar*; o quarto é dedicado à *geometria algébrica*; o quinto trata de *geometria diferencial*; expõe-se no sexto *geometria integral*; e, finalmente, o sétimo trata da *mecânica geral*.<sup>756</sup> Esta divisão da matemática e a conceituação acima, se comparada a de outros contemporâneos, configura-se limitada e desatualizada. Comte não compreende no contexto da matemática do século XIX as conquistas obtidas em geometria, que permitiram a criação de sistemas geométricos não-euclidianos, nem mesmo a independência estabelecida entre a aritmética e a álgebra obtida através da noção de estrutura algébrica.<sup>757</sup> Ele, ao conceber a matemática circunscrita aos campos indicados pela divisão dos capítulos da *Síntese*, mostra que não estaria à altura *nem* da matemática vigente ao final do século XVIII. Sobre essa matemática afirma Eves que “... embora esse período testemunhasse desenvolvimentos adicionais consideráveis em áreas como a trigonometria, a geometria analítica, o cálculo, a teoria dos números, a teoria das equações, a probabilidade, equações diferenciais e mecânica analítica, testemunhou também a criação de muitos campos novos, como a ciência atuarial, o cálculo de variações, funções especiais, equações diferenciais parciais, geometria descritiva e geometria diferencial.”<sup>758</sup> Tais campos matemáticos foram renegados por Comte. Dessa forma, insiste ele que os três elementos da matemática, ou seja, aritmética, geometria e mecânica estariam estreitamente relacionados conforme descreve:

“É preciso primeiramente apreciar a progressão enciclopédica como devendo gradualmente elaborar o método universal cuja sistematização constitua o principal objeto da educação teórica. A ciência fundamental, essencialmente devotada ao estudo e ao espaço, faz naturalmente apreciar o conjunto dos procedimentos dedutivos. Uma sabedoria artificial pode normalmente introduzir o esboço decisivo de todos os modos de indução e mesmo de construção. Especialmente elaborada pela ciência preparatória [matemática] que se consagra ao estudo abstrato da terra, do método indutivo desenvolve seus meios mais gerais, na observação astronômica, a experimentação física e a nomenclatura química. Todavia, a indução transcendente pertence à ciência final onde surgem para a apreciação sistemática da humanidade, os

---

<sup>756</sup> Para maiores detalhes do conteúdo matemático específicos a cada capítulo da *Síntese* de Comte recomenda-se que seja consultada a obra. A intenção aqui era fornecer uma vista geral de sua sistematização. Um estudo pormenorizado exigiria outro trabalho, o que aliás, precisa ser elaborado em vista da influência que essa visão da matemática obteve no Brasil.

<sup>757</sup> Cf. EVES [1997], p. 544-558.

<sup>758</sup> *Ibidem*, p. 494.

dois modos, estático e dinâmico, que empurram a investigação indutiva diante da sua destinação construtiva. Respectivamente desenvolvidas em biologia e sociologia, a comparação e a filiação conduzem a análise abstrata até sua terminação sintética. Elevado sobre esta série de preparações objetivas, o método subjetivo torna-se o supremo regulador do entendimento humano construindo a ciência e seguindo a arte diretamente apropriados ao sentimento.”<sup>759</sup>

A respeito do método lógico construtivo Comte esclarece:

“Melhor aprofundado, o método final não difere realmente dos métodos preliminares senão após uma irrevogável subordinação da análise à síntese. Apreciada mais exclusivamente, a construção parecia exigir, como a indução e a dedução, um órgão distinto e superior no cérebro. Ela não deve ocupar um assento especial, quando a olharmos como o resultado de uma feliz combinação instituída sob a supremacia do sentimento, entre os dois elementos conexos da inteligência. Sob este aspecto, *a construção consiste em uma dedução transcendental fundada sobre as induções convenientes, instituindo a síntese subjetiva após a elaboração analítica dos materiais objetivos*. Toda a distinção se reduz a pôr a dedução acima da indução quando ela atinge seu domínio principal, enquanto ela permanece abaixo tanto que se restringe a seu exercício inicial. Reaproximada de seu real destino, a meditação dedutiva aspira sempre a construir ordenando, mesmo quando ela limita-se ao campo preliminar onde surge seu impulso abstrato. Obrigada então a assistir a análise, no lugar de presidir a síntese, ela espera que o domínio final desenvolva sua aptidão construtiva, que só pode se adaptar dignamente ao conjunto e jamais às partes quaisquer.”<sup>760</sup>

Dentro da regeneração, cada uma das partes da matemática sofreria adaptações compatíveis com sua nova formulação positiva. Dessa forma, postula Comte que “Trazida ao seu verdadeiro ofício, a álgebra, convenientemente subordinada à geometria, tornar-se-ia, sob a disciplina religiosa, um instrumento da racionalidade destinado sobretudo a ligar entre si os três elementos da lógica.”<sup>761</sup> A subordinação da geometria à álgebra defendida por Comte contradiz a história da matemática na primeira metade do século XIX como observado anteriormente. Mas o profeta positivista estava satisfeito com a formulação da matemática positiva ou lógica constituída em consonância como a sua missão religiosa: “Tal sistema representa o conjunto da síntese subjetiva, resumido na trindade positiva, em que os números [aritmética] correspondem especialmente aos elementos da lógica, onde o cálculo se reata ao espaço [álgebra], a geometria à terra, e a mecânica à humanidade. Sob o regime sintético, a ciência fundamental adquiriu a consistência e a dignidade que o empirismo analítico não pôde jamais lhe proporcionar.”<sup>762</sup>

---

<sup>759</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 58-59 .

<sup>760</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 58-59. Grifos nossos.

<sup>761</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>762</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 82.

Esta é, em linhas gerais, a visão de matemática da *Síntese Subjetiva* em Augusto Comte. Não é possível aqui explorar devidamente muitas questões, o que demandaria nova pesquisa. Entretanto, o fundamental está exposto e auxilia sobremaneira compreender os desdobramentos e a reinterpretação dessas concepções no Brasil ao final do século XIX.

### 5.1.2.2 Considerações acerca da lógica na Síntese Subjetiva

A lógica positiva *à la* Comte, escrita no limiar de plena renovação da lógica na perspectiva de sua matematização, não pode acompanhar seus resultados. Sua caracterização da matemática, do mesmo modo, era completamente estranha à matemática do século XIX. Nela, Comte via uma *anarquia retrógrada que foi consagrada pelo regime acadêmico*, meio ao qual ele nunca foi acolhido.<sup>763</sup> Afirma ele que,

“Inúteis à doutrina e prejudiciais ao método, a maioria das especulações que ele havia acumulado teve de ser radicalmente afastadas quando o positivismo veio instituir a disciplina teórica sob o impulso religioso. Bitolado às pesquisas mais acessíveis ao mecanismo algébrico, o destino lógico e a ampliação física achavam-se não reconhecidas ou negligenciadas. Ele era mesmo inteiramente incapaz de comportar uma definição nítida e geral, no meio de suas pretensões, também vagas e opressivas, à presidência enciclopédica. Nada pode melhor caracterizar a degeneração matemática que a consagração do cálculo das chances [probabilidades] e do impulso das integrais definidas. Todas as concepções essenciais da geometria e do mecanismo se achavam dissimuladas, e mesmo alteradas, sob a invasão algébrica. Por sua vez, o cálculo havia já subido à reação natural da degradação que ele operava dentro do principal domínio matemático; sua opressiva supremacia chegava a desnaturar suas próprias instituições, sobretudo confundindo seus dois modos necessários.”<sup>764</sup>

Grande parte dessas afirmações de Comte quanto à matemática e à lógica são fruto de seu historicismo retrospectivo e na sua crença explícita no fim da história que coincide exatamente com o século XIX, era do estado normal ou positivo. Por essa razão, considera Comte o conhecimento matemático pronto e acabado, como Kant considerara a lógica também toda elaborada conforme defende no prefácio à segunda edição da *Critica da Razão Pura*. Ambos erraram. Neste sentido, afirma Comte a respeito do conhecimento matemático:

“Apreciado conforme seu destino final, o impulso ocidental do gênio abstrato fez empiricamente surgir, de qualquer modo, concepções que convenientemente depuradas, se incorporam à sistematização positiva, sem

---

<sup>763</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>764</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 66-67.

dever jamais suscitar trabalhos contínuos, exceto os aperfeiçoamentos didáticos.”<sup>765</sup>

Vê-se que as convicções de Comte quanto à matemática e à lógica são absolutamente simplificadoras. E tal como na reforma pombalina, em que o ensino de lógica considerado do ponto de vista formal sofreu simplificação, seus conselhos didáticos da *Síntese* acarretam a mesma conseqüência sobre o ensino e a pesquisa em lógica no Brasil. Comte recomenda que dois anos ensino, em duas aulas semanais de instrução enciclopédica, bastam para aprender as noções fundamentais da lógica, inclusive complementando-a com a astronomia.<sup>766</sup>

Conforme observado anteriormente, dentro da perspectiva de negação absoluta do progresso matemático do século XIX, Comte contesta as conquistas matemáticas do século XIX. Para ele, a matemática daquele século era fruto de *excursões empíricas da idade indisciplinada*. Por isso, ao criticá-la Comte procura resgatar sua fundamentação adequada que ele supõe ter existido na saudosa Idade Média, diluída pela modernidade. Afirma ele, “Todos os estragos da anarquia matemática resultaram do ofício científico, que suscitou o materialismo teórico, consistindo em fazer por tudo prevalecer os estudos inferiores sobre os superiores, invocando o universalismo das leis mais grosseiras. Então a regeneração da ciência fundamental resume-se transferindo o nome da *lógica*, disciplinando-a, consagrando-a, na elaboração positiva do método universal para construir a síntese subjetiva.”<sup>767</sup> Esta última consideração é expressão de romantismo característico, como observado na primeira seção deste capítulo, à medida em que possui caráter messiânico e se deve ao profeta do estado normal da humanidade o advento de sua positividade. Com suas próprias palavras:

“Ainda que a anarquia moderna tenha com freqüência suscitado tentativas além de seus limites, seu aborto tem sempre confirmado a restrição necessária da ciência fundamental às especulações sobre o número, a extensão e o movimento. A disciplina positiva, devotando a lógica ao estudo sistemático do Espaço, se bitola a promulgar uma lei que ela não criou, e cuja realidade, tanto subjetiva quanto objetiva, ressalta um conjunto dos ensaios apropriados à iniciação humana. É necessário, para confirmá-la, lembrar que dentro da melhor das tentativas anômalas, o principal geômetra [Gauss?] do século XIX fornece, através da anarquia acadêmica, um tipo admirável do real gênio matemático sem aperfeiçoar nem a terminologia e nem a lógica.”<sup>768</sup>

---

<sup>765</sup> *Ibidem*, p. 68.

<sup>766</sup> Cf. COMTE, *Op. Cit.*, p. 68.

<sup>767</sup> COMTE, *Op. Cit.*, p. 83.

<sup>768</sup> *Ibidem*, p. 72-73.

A posição acima se deve à compreensão de Comte da geometria, para ele “A regeneração cartesiana foi admiravelmente apropriada a conciliar estas duas necessidades, embora a anarquia moderna a tenha logo se direcionado à usurpação algébrica, sobretudo depois do complemento infinitesimal quando o mecanismo parou de absorver o impulso abstrato.”<sup>769</sup> Esta afirmação mostra quanto Comte calcula mal a perspectiva de algebrização, que marcará a matemática a partir do século XIX e, no particular dos infinitesimais, não pôde perceber o paradoxo sobre o qual se assentava o cálculo infinitesimal. A verdadeira face da matemática mostrou-se a Comte e ele a contemplou, pois quanto mais o tempo passava mais anacrônicos e estupefatos pareceram os seus enunciados. Amoroso Costa avalia que:

“Aceitar a *Síntese Subjetiva* é rejeitar toda a obra matemática do século passado [XIX], a obra de Gauss e de Abel, de Cauchy e de Riemann, de Poincaré e de Cantor. Ao passo que o primeiro tomo da *Filosofia positiva* é um quadro magistral da ciência matemática em fins do século XVIII, a *Síntese*, escrita quando Comte já estava seduzido pela sua construção sociológica, é uma das tentativas mais arbitrarias, que jamais foram feitas, de submeter o pensamento a fronteiras artificiais. Para o filósofo (emprego as suas próprias expressões) a ciência fundamental está radicalmente esgotada com a construção da Mecânica celeste, termo da sua evolução normal; nada justifica a invasão do domínio matemático pelas abstrações desprovidas de racionalidade e de dignidade, que nele fez prevalecer a anarquia acadêmica; só resta agora elaborar uma sistematização final subordinada ao conjunto dos conhecimentos humanos.”<sup>770</sup>

A partir destas afirmações e a aderência que estas idéias encontraram no Brasil pode-se imaginar os danos delas advindos. A influência do positivismo comteano será vasta no Brasil. A respeito do positivismo comteano afirma Cruz Costa: “Enquanto outras doutrinas de importação, as que se apresentam a partir dos meados do século XIX, nos parecem simples jôgo intelectual, próprio de elites eruditas, mero ornamento de inteligências curiosas, do positivismo nos fica, porém, a impressão paradoxal – é certo – de que alguma relação mais profunda existe entre a índole dessa doutrina e o conjunto das contraditórias condições que deram origem à vida nacional e que a impelem. Se o positivismo é ainda, como as outras doutrinas, produto de importação, nêle há, no entanto, traços que revelam a sua mais perfeita adequação às condições de nossa formação, às realidades profundas de nosso espírito.”<sup>771</sup>

---

<sup>769</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>770</sup> AMOROSO COSTA [1985], p. 71.

<sup>771</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 296.

Quanto à lógica, considera-se que no contexto histórico e filosófico brasileiro amplo, a influência do movimento positivista sobre ela é pequena. A atenção devotada ao movimento no Brasil refere-se ao fato de que, aqui houve grande aceitação desta filosofia e, conseqüentemente, encontram-se publicações e documentos que atestam importância à influência das idéias positivistas sobre lógica, sobre o ensino da lógica, bem como uma releitura que aqui é de muito interesse. Feito isto, se poderá estabelecer conseqüências em uma perspectiva de acarretamento histórico de reflexos que teriam influenciado negativamente o desenvolvimento da lógica no Brasil sob auspício do positivismo.

### 5.1.3 Outras sistematizações de lógica sob a inspiração positivista

A abordagem positiva da lógica e a extensão do qualificativo *lógica positiva* não se restringe à visão de Comte sobre o tema, estudada na seção anterior. Recorde-se, conforme aqui antecipado, que o positivismo não se reduz à obra de Augusto Comte.<sup>772</sup> Outros representantes inspirados na diretriz positivista, como John Stuart Mill, Herbert Spencer e Alexander Bain, contribuíram com sistematizações próprias à matéria. Em razão dessa particularidade, nessa subseção faz-se uma análise sucinta e geral das formas de lógica propostas por estes autores. Tal discussão se faz necessária, pois esses autores constituíram-se referência em lógica no Brasil, devido ao uso e à atualidade a eles atribuída na matéria por interessados, estudantes, divulgadores e professores de lógica no Brasil, em fins do século XIX e na transição ao XX.

A lógica de Stuart Mill terá no Brasil muitos leitores, conforme permite afirmar a análise das provas ao concurso de lógica do Colégio Pedro II. Todavia, graças à hegemonia francesa o *System of Logic* de Stuart Mill e outros títulos de filosofia e lógica, como a *Logic* de Bain, foram lidos no Brasil em traduções francesas sendo citados neste trabalho nas respectivas traduções. A visão de lógica, segundo estes autores, está marcada por particularidades relativas às concepções acerca do conhecimento, de homem e de sociedade, inclusas na perspectiva positivista. Com propriedade observa Kolakowski que,

“Mill e Spencer fizeram, próximos aos historiadores e romancistas que eles influenciaram, a mais efetiva contribuição a uma certa atitude positivista que foi vastamente sustentada em muitos países europeus na segunda metade do século XIX. Inclusa nessa atitude estava a oposição ao

---

<sup>772</sup> Cf. primeira seção desse capítulo.

historicismo conservador dos românticos (i. e., a opção de valor preferencial a qualquer coisa, meramente porque ela é velha, duradoura, firmemente arraigada na tradição), reconhecendo exclusivamente os valores ‘positivos’ e uma tendência de racionalizar a vida social.”<sup>773</sup>

Inseridas no contexto acima, as contribuições de ambos – Stuart Mill e Spencer – à lógica se distinguirá por suas preocupações com a reforma social, comprometida com uma visão particular da psicologia, o que marcará decisivamente suas sistematizações de lógica. Spencer não sistematizará a lógica, mas sim a psicologia, submetendo nesta sistematização os resultados lógicos a corolários psicológicos. A fundamentação psicologista de Mill e Spencer seguirá caminhos diferentes. Para o historiador do positivismo “Como Comte, John Stuart Mill estava interessado na reforma prática da sociedade.”<sup>774</sup> O mesmo reconhece Abbagnano, ao afirmar que “Os cinco primeiros livros do *Sistema de lógica* são, na mente de Mill, simplesmente preparatórios em relação ao sexto, dedicado à lógica das ciências morais.”<sup>775</sup> Coerente a essa diretriz afirma Kolakowski que,

“Ele [Stuart Mill] pensava que as falsas doutrinas sociais e metafísicas, enquanto prejudiciais às instituições políticas são baseadas primeiramente na crença de que a mente humana pode chegar ao verdadeiro conhecimento do mundo sem observação e experiência. De acordo com isso, sua lógica está construída sobre premissas radicalmente empiristas e sobre a psicologia associacionista; que ele considerou mais tarde ser o fundamento de todo conhecimento racional sobre o homem.”<sup>776</sup>

Dentro desse espírito afirma Stuart Mill “... nós definiríamos a lógica: a ciência que trata das operações do entendimento na procura da verdade.”<sup>777</sup> Mill tem uma clareza muito grande do domínio da lógica e sua relação com outros domínios do conhecimento. Kolakowski observa que,

“Na sua opinião ela [a lógica] formula as regras de raciocínio, e não é uma descrição do mundo; ele também desenhava uma clara distinção entre lógica e teoria do conhecimento. De acordo com ele, as regras do raciocínio são válidas porque elas são as leis da psicologia ou fisiologia do pensar. Esta teoria, chamada psicologismo, dominou os lógicos até o início do século XX quando o criticismo radical de Husserl resultou que ela fosse quase completamente abandonada.”<sup>778</sup>

A constatação acima mostra como Mill habilmente justificou suas teses, calcando as regras lógicas sobre as proposições empíricas da psicologia, colocando-se momentaneamente numa perspectiva melhor que a dos lógicos de seu tempo. Mas,

---

<sup>773</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 98-99.

<sup>774</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 76.

<sup>775</sup> ABBAGNANO [1993], vol. 10, p. 159.

<sup>776</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>777</sup> STUART MILL [1909], vol. I, p. 5.

para a história da lógica como um todo, esta perspectiva estaria sendo cada vez mais abandonada diante da perspectiva de matematização da lógica, assegurada definitivamente pela contribuição de Frege.

**Figura 8** – *Portada do System of Logic de John Stuart Mill*

Coerente ao projeto positivista, especialmente às regras de fenomenalismo e nominalismo inicialmente explicitadas, Stuart Mill ao perceber a independência da investigação lógica frente à teoria do conhecimento e à metafísica – dependência que ele contestou – mostra quanto ele foi capaz de uma perspectiva privilegiada, conectando a lógica como fundamento geral à teoria da ciência. Ele próprio afirma:

“A lógica, entretanto, não é a mesma coisa que o conhecimento, se bem que seu campo seja assim entendido. A lógica é o juiz comum e o árbitro de todas as pesquisas particulares. Ela não empreende encontrar a prova, mas ela decide a procurá-la. A lógica não observa, não inventa. Nem descobre; ela julga. Não é a lógica que ensina ao cirurgião quais são os sinais de uma morte violenta; ele deve aprendê-lo pela sua própria experiência; ou por aqueles que, à sua frente são liberados daquele estudo particular. Mas a lógica julga e decide se esta experiência garante suficientemente suas regras, e se suas regras justificam suficientemente sua prática.”<sup>779</sup>

---

<sup>778</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 77-78.

<sup>779</sup> STUART MILL, *Op. Cit.*, p. 9-10.



Como se verá no próximo capítulo, a perspectiva de Stuart Mill subsidiou as melhores provas do concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II. Tais provas, a de Euclides da Cunha é o melhor exemplo, atestam a mesma insistência do filósofo inglês em rejeitar a fundamentação metafísica da lógica, fazendo prevalecer uma coerente fundamentação psicológica. Estabelece ele:

“O domínio da lógica deve restringir-se àquela parte do conhecimento que se compõe de conseqüências tiradas das verdades previamente conhecidas, aquela informação prévia que estava nas proposições gerais ou nas observações e percepções particulares. A lógica não é a ciência da crença, mas da prova. Quando uma crença pretende ser fundada sobre provas, a tarefa própria da lógica é prover uma pedra de toque para verificar a solidez de seus fundamentos. Quanto aos títulos que uma proposição pode ter confiando apenas baseada na prova da consciência (isto é, quer dizer, no senso rigoroso da palavra, sem prova), a lógica não tem nada a ver.”<sup>780</sup>

Em termos da teoria lógica, o *System of Logic* de Stuart Mill é uma exposição clara, completa e competente dentro dos limites da lógica greco-escolástica (tradicional). Trata nele, com erudição, dos nomes e proposições à teoria do silogismo dedicando o final do primeiro volume à indução, onde expõe os métodos indutivos, ainda hoje fundamentais, conhecidos como *métodos de Mill*. O segundo volume é todo dedicado à lógica indutiva. A distinção do *System* deve-se à sua fundamentação na psicologia associacionista, bem como no repúdio a toda especulação de conteúdo metafísico conforme bem ressalta Kolakowski:

“Desta maneira, apesar do conhecimento humano ser tomado a partir de um caráter dedutivo crescente, o raciocínio dedutivo serve meramente para fazer pensar mais fácil, ao combinar – automaticamente, como ele estava – várias observações em ordem a dar-lhes coerência. Por exemplo, Mill afirma, se *b* segue de *a*, e *c* sempre segue de *b*, nós poderíamos inferir que *a* sempre será seguido por *c*; este é um raciocínio dedutivo elementar, e a regra que permite esta inferência em si mesma deriva da observação. Mas não existem verdades a priori, i. e., verdades cuja necessidade alegada pode ser estabelecida sem chamar à observação; as verdades elementares da geometria são meramente resultados da observação.”<sup>781</sup>

Convém pontuar aqui que não se pretendia discutir exaustivamente a lógica de Stuart Mill. Buscou-se, ao contrário, uma vista geral de sua concepção de lógica, naquilo que se considerou necessário para conectá-la a adeptos brasileiros em fins do século XIX e princípio do XX.<sup>782</sup> O mesmo intuito sustenta a exposição do conceito e fundamentação da lógica em Spencer. Considera Kolakowski que o papel

---

<sup>780</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>781</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 78-79.

<sup>782</sup> Para uma discussão mais profunda da lógica de Mill, cf. KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p.71-99, e José Arthur GIANOTTI, *John Stuart Mill: o psicologismo e a fundamentação lógica*, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFLC-USP), 1964.

da teoria da evolução na segunda metade do século XIX foi tremenda: “A teoria da evolução contribuiu crucialmente para consolidar a imagem de mundo na qual todas as situações da vida humana podem ser reduzidas a situações biológicas, e todas as instituições humanas a instrumentos para a sobrevivência biológica.”<sup>783</sup> E mais, “A teoria da evolução fez possível ao pensamento positivista ir além dos programas metodológicos e aplicou nosso conhecimento das regularidades biológicas a todos os tipos da conduta humana e criação. Uma sintética concepção dessa maneira de pensar é encontrada no trabalho de Herbert Spencer.”<sup>784</sup> Dentro de sua sistematização, Spencer insere a lógica como dependente da psicologia, sendo que a última se limitaria a estudar as manifestações da consciência e a lógica caberia a generalização dos processos da consciência. Afirma ele:

“Não somente, todavia, é a existência invariável de uma crença nossa única garantia para toda verdade da consciência e para toda generalização primária de verdades da imediata consciência – todo axioma; mas ela é nossa única garantia para toda demonstração. Lógica é simplesmente generalização do processo pelo qual nós indiretamente obtemos esta garantia para as crenças que não podemos possuir diretamente.”<sup>785</sup>

Esta subalternação da lógica à psicologia repousa na argumentação do *Principles of Psychology* como um todo, embora se possa destacar pontos privilegiados dessa argumentação. A preocupação básica de Spencer que motiva sua visão da lógica é relativa à fundamentação da psicologia: “Se a psicologia está constantemente a tornar-se qualquer coisa mais que um agregado de opiniões, ela pode ser estabelecida sobre algum dado universalmente aceito.”<sup>786</sup> Este dado aceito universalmente, pondera Spencer, não é lógico e sim psicológico. Afirma ele:

“E se existe um teste, então nosso primeiro cuidado deve ser, tendo-o identificado definitivamente, examinar sua natureza e sua autenticidade. Claramente como as cadeias de raciocínio pela quais todas as conclusões especiais da psicologia devem ser estabelecidas, são elas mesmas operações psicológicas; e como a verdade de tais conclusões, devem depender da reta conduta daquelas operações para serem determinadas.”

E conclui a respeito da lógica,

“Sobre a bondade de nosso critério dobra-se igualmente nossa lógica e todos os resultados da nossa lógica. Psicologia racional, portanto, deve necessariamente tomar este critério por seu ponto de partida.”<sup>787</sup>

---

<sup>783</sup> KOLAKOWSKI, *Op. Cit.*, p. 87.

<sup>784</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>785</sup> SPENCER [1996], p. 28.

<sup>786</sup> SPENCER, *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>787</sup> *Ibidem*, p. 4.

Influenciado pela abordagem psicologista à lógica, Spencer admitia que ela só poderia atuar secundariamente, sendo fundamentada pela psicologia, o único conhecimento capaz de descrever com segurança o processo raciocinativo ou do pensamento. Na passagem abaixo, o autor fundamenta esta conclusão:

“E se o silogismo, considerado em particular, não mostra verdadeiramente o ato raciocinativo; ainda menos o fazem os princípios axiomáticos pesquisados na análise do silogismo, ao suprir qualquer coisa como uma teoria do ato raciocinativo. Poderia ser considerado que ele não é de competência da lógica para formular as atividades do intelecto – isto é, concernente com o aspecto objetivo do pensamento e não ao seu aspecto subjetivo, o qual pertence à psicologia, – que tudo o que a lógica pode fazer é reduzir as induções e deduções evidentes a seus elementos mais simples, e ao arranjo sistemático. E isso é verdadeiro.”<sup>788</sup>

Em razão das afirmações acima, Spencer manteve polêmica com Mill.<sup>789</sup>

**Figura 9** – *Portada do Principles of Psychology de Herbert Spencer*

No Brasil as idéias de Spencer encontrarão muitos adeptos. Considera Cruz Costa que “O spencerismo, que apresenta mais vasta teoria do progresso, que afirma ‘lei de diferenciação progressiva’, corresponderia perfeitamente aos desejos desses novos-nobres... A noção do aperfeiçoamento indefinido do indivíduo, que a filosofia

---

<sup>788</sup> SPENCER, *Op. Cit.*, p. 156

<sup>789</sup> Cf. SPENCER, *Op. Cit.*, capítulo 2.

evolucionista encerra, condizia com os interesses de uma nova classe de bacharéis e doutôres e libertava-os, ao mesmo tempo, das crenças teológicas sem os obrigar a aderir à religião da Humanidade.”<sup>790</sup> Além disso, pode-se afirmar que a posição de Spencer quanto à lógica subsidiou compreensões psicologistas da matéria, despertando interesse e motivando elaborações pessoais da intelectualidade brasileira ligada às ciências naturais especialmente no sul do país. Sobressaíram-se em lógica diversos médicos. Entre eles, Vicente de Souza foi o primeiro catedrático de lógica do Colégio Pedro II, assumindo em 1903 o cargo. Seu livro inspira-se nos textos de Stuart Mill e Spencer. Outro representante típico da ocorrência acima anunciada é Júlio Oscar de Novaes Carvalho, publicado no Rio de Janeiro em 1909. Ambos serão estudados no próximo capítulo.

Outro texto de lógica largamente apreciado pela intelectualidade brasileira na virada do século XIX ao XX foi a *Logique Deductive et Inductive* de Alexander Bain. Tal autor inglês destacou-se como lógico, escritor e gramático, logrando maior reputação em psicologia;<sup>791</sup> ele colaborou com Stuart Mill na revisão dos originais do *System of Logic* em 1843. Em linhas gerais, sua lógica é “... parcialmente baseada em J. S. Mill, mas distinta por seu tratamento da doutrina da conservação de energia em conexão com causalidade e aplicação detalhada dos princípios da lógica a várias ciências.”<sup>792</sup>; esta parte é inclusa no segundo volume do tratado dedicado à lógica indutiva. Em sua concepção geral de lógica, Bain afirma “Na presente obra a lógica é considerada: 1º como uma ciência abstrata e teórica; 2º como a ciência prática da prova e da evidência; 3º como um sistema de métodos auxiliares próprios a coadjuvar a pesquisa da verdade.”<sup>793</sup> Sua exposição é competente e abarca, no primeiro volume, dedicado à dedução, a matéria referente à lógica greco-escolástica (tradicional), essencialmente à teoria do silogismo. Ele inclui também toda uma seção em que avalia as contribuições de Hamilton, De Morgan, Boole e Stuart Mill à lógica dedutiva.

---

<sup>790</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 301.

<sup>791</sup> ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA [1958], vol. 2, p. 940: “Wide as Bain’s influence has been as a logician, a grammarian and a writer on rhetoric, his reputation rests on his psychology. He was the first in Great Britain to stress the necessity of clearing psychology of metaphysics, of applying the methods of the exact sciences to psychological phenomena and of referring these phenomena to their correlates in the nerves and brain. He made a profound study of the physical origin of feeling and emotion, of instincts in relation to mental life and of the laws of association. In ethics, Bain was a utilitarian.”

<sup>792</sup> *Ibidem*, p. 940.

<sup>793</sup> BAIN [1894], vol. 1, p. 49.

## 5.2 O positivismo e a lógica no Brasil ao final do século XIX

Cruz Costa, enfocando outro aspecto da herança positiva considera que embora Augusto Comte lhe tenha dado os fundamentos, sua herança assumirá diversos matizes em toda a Europa e outras partes do mundo ocidental como, no nosso caso, na América do Sul. Ele afirma:

“A herança de Comte apresenta, pois, variados aspectos. Há diversos matizes que se desenvolvem, embora o fundo se mantenha o mesmo. Há acomodação a condições necessidades especiais de cada um dos grupos que recebem inspiração da doutrina de Augusto Comte. Os sucessores de Comte farão, dêste modo, variar o sentido da doutrina, em função dos seus próprios temperamentos. Assim, além da dissidência que já se havia esboça ainda em vida do filósofo e de que seria chefe Émile Littré, aparecerão novas formas de heterodoxia e, sobretudo, querelas entre os diferentes grupos que, todos a uma, pretendem ser os verdadeiros representantes do pensamento de Augusto Comte e do verdadeiro espírito de sua doutrina. Nessa luta, o grupo brasileiro representado por Miguel Lemos e pelo Apostolado Positivista do Brasil, tomará posição que reflete um curioso e significativo rigorismo ortodoxo.”<sup>794</sup>

Dentre as várias orientações do movimento positivista com relação às influências que em seguida serão apontadas na discussão da lógica de cunho positivo aqui encontradas, a orientação do positivismo evolucionista será, também, uma das mais marcantes. O positivismo evolucionista gozou de grande sucesso no Brasil, especialmente no sul do país. Pondera Cruz Costa que “Esta filosofia positiva, naturalista, condizia com a mentalidade das *elites* brasileiras, compostas de ‘inteligência pouco atreitas, diz Clóvis Beviláqua, às contensões prolongadas e às abstrações elevadas’ ou, como observa Sérgio Buarque de Holanda, quando escreve que ‘tudo quando dispense um trabalho mental contínuo e fatigante, as idéias claras, lúcidas, definitivas, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria.’”<sup>795</sup> Enquanto isso, com as mesmas motivações e características que no sul, no norte do país predominaram as idéias alemãs – em especial de Ludwig Noiré – ao redor das quais se reuniu o grupo de Recife conforme constata Cruz Costa.<sup>796</sup> Destacaram-se nesse grupo Tobias Barreto, Silvio Romero e Raimundo de Farias Brito.<sup>797</sup> O texto *Ensaio de Lógica* de Sampaio Prado, publicado em Aracaju em 1907 apresenta resquícios de germanismo.

---

<sup>794</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 169-170.

<sup>795</sup> *Ibidem*, p. 299.

<sup>796</sup> *Ibidem*, p. 303.

<sup>797</sup> *Ibidem*, p. 303-304.

Nota-se, nesse contexto, uma mudança digna de nota relativa à velocidade e à profundidade do contato com que os *eruditos* brasileiros passaram a ter com o que era desenvolvido na Europa, na segunda metade do século XIX. Nota-se, assim, uma radical transformação em relação aos períodos anteriores. Este fato havia sido inicialmente reconhecido por Cruz Costa, ao afirmar que “ ‘o movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e de Renan’, e que se faria sentir no nosso país vinte anos depois de haverem essas correntes de idéias aparecido na Europa, espalhara-se pelo país todo.”<sup>798</sup> E admira-se:

“O que é de admirar é a rapidez com que estava informada do que se passava na Europa, então, a inteligência brasileira. Isto é digno de atenção, pois revela, ao menos, a nossa curiosidade e o nosso anseio de conhecer.”<sup>799</sup>

Com efeito, continua o historiador,

“Conhecíamos melhor a Europa do que o que se passava nas diferentes províncias do Império. País importador de idéias, as nossas eruditas elites litorâneas do século XIX sófregamente procuravam informar-se do que se passava nos grandes centros da cultura da Europa, esquecidas, freqüentemente, de indagar daquilo que lhes ia ao redor.”<sup>800</sup>

### 5.2.1 A filosofia positiva no Brasil: contexto e particularidades

Cruz Costa considera que “por volta de 1870 um novo período vai se abrir na história do pensamento brasileiro. É então que novos matizes de idéias, originados na filosofia dos séculos XVII e XVIII, começam a impregnar a vida intelectual brasileira. O positivismo, o naturalismo, o evolucionismo, enfim, tôdas as modalidades do pensamento europeu do século XIX, - vão se exprimir agora no pensamento nacional e determinar um notável progresso de espírito crítico.”<sup>801</sup> Por isso, acredita ele que “a segunda metade do século XIX marca o momento de maior transformação da história brasileira.”<sup>802</sup> Após 1850, continua ele, o Brasil passou por uma completa remodelação em vários planos, desenvolvendo um curso de progresso, seguro e ascensional com a estabilidade política que caracterizou o período. Na filosofia, ao contrário dos dois períodos anteriores, que examinamos no segundo e terceiro capítulos, “É nesta fase que ressoará pelo Brasil a polifonia das novas correntes

---

<sup>798</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 137. Ele cita José Veríssimo, *História da Literatura Brasileira*, p. 341.

<sup>799</sup> *Ibidem.*, p. 299.

<sup>800</sup> *Ibidem.*, p. 299.

<sup>801</sup> *Ibidem.*, p. 129.

filosóficas européias.”<sup>803</sup> Não será um período onde o pensamento filosófico manter-se-á monológico, mas ao contrário, surgirão diversas correntes filosóficas, a mais destacada delas, o já mencionado positivismo.<sup>804</sup>

Como escreveu Cruz Costa, as primeiras manifestações do positivismo no Brasil datam de 1850<sup>805</sup>, embora os primeiros contatos de brasileiros com Augusto Comte possam ser mais antigos.<sup>806</sup> Aqui, mais que no seu país de origem, terá o positivismo muito maior adesão e força. Explica o historiador que,

“A partir de 1870, esta *nova burguesia* assume papel de importância sobre tudo no setor intelectual. É dessa burguesia, formada *por militares, médicos e engenheiros*, – mais próximos das *ciências positivas*, graças à índole de suas profissões – que se irá surgir o movimento positivista no Brasil. Alguns dos que irão aderir ao movimento são homens desiludidos do ecletismo espiritualista que se ensinava entre nós e que se confundia com uma retórica palavrosa e inútil, o que justifica a atitude de desinteresse e desprezo de Miguel Lemos em face da filosofia da época.”<sup>807</sup>

Estas novas perspectivas que se abriram à filosofia e à cultura seriam reflexos da reelaboração material pela qual passava o país. A renovação intelectual é concomitante à renovação das classes dirigentes do país, conforme constatou Cruz Costa.<sup>808</sup> Nesse contexto, afirma Cruz Costa “são, assim, os filhos da modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, que irão

---

<sup>802</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>803</sup> *Ibidem*, p. 138-139.

<sup>804</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>805</sup> Em fevereiro de 1850, o maranhense Manuel Joaquim Pereira de Sá defende na Escola Militar do Rio de Janeiro sua tese de doutoramento a respeito dos princípios da estática. Em abril de 1851, Joaquim Alexandre Manso Sayão, defendia outra tese de física, esta relativa aos princípios dos corpos flutuantes. Em 1853, Manuel Pinto Peixoto, estuda cálculo diferencial e integral com base nos princípios de Augusto Comte. Em outubro de 1854, Augusto Dias Carneiro, defende tese doutoral em termologia, sustentando a opinião de Augusto Comte. (Cf. CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 145. Ele se baseia nos textos de Teixeira Mendes, *Benjamin Constant*, v. 1, p. 49 e *Resumo cronológico da Evolução do Positivismo*, p. 17.)

<sup>806</sup> Conforme publicou Ivan Lins, os primeiros contatos do pensamento de Augusto Comte com brasileiros não foi com Benjamin Constant, nem com Nísia Floresta. “Entretanto, catalogando os arquivos de Augusto Comte, o próprio Paulo Carneiro, cujo omnímodo averiguou não haver sido a eminente riograndense do Norte a primeira representante latina a travar relações com o fundador do Positivismo: esta primazia coube, a partir de 1832, a alguns estudantes brasileiros entre os auditores livres dos seus cursos.” São eles em ordem cronológica; Henri Rose Guillon (1832), José P. d’Almeida (1836-1837), Patrício d’Almeida e Silva, Agostinho Roiz Cunha, Antônio de Campos Bellos, Antonio Machado Dias (1837-1838), Agostinho Roiz Cunha (1838-1839) e Pinho d’Araujo (1839-1840). (LINS [1952], p. 77-78).

<sup>807</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 142-143. O segundo grifo é nosso.

<sup>808</sup> *Ibidem*, p. 139: “Se já não eram filhos de senhores de engenho ou de fazendeiros de café, eram representantes e herdeiros, em boa parte, da burguesia de comerciantes ou de burocratas, que surgira nas aglomerações urbanas e que, nos meados do século XIX teve, graças à transformações econômicas que então se processaram, maior expressão e sentido. As camadas populares ainda então não se encontravam em condições econômicas capazes de galgar as barreiras que as separavam das elites do país. Os representantes destas novas elites do século XIX são a expressão de uma nova modalidade de

aparecer, graças ao desenvolvimento também modesto do capitalismo no Brasil, no cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX.”<sup>809</sup> São, ainda segundo Cruz Costa, os filhos desta modesta burguesia comercial e burocrática, que se infiltrariam nas faculdades de direito do país, uma vez que o público tradicional destas eram os filhos do patriarcado rural. Por outro lado, parte desta modesta burguesia surgida nesse período, estudará através das escolas técnicas, porque seus poucos haveres não poderiam pagar uma carreira de formação acadêmica longa e dispendiosa.<sup>810</sup>

No Brasil, o positivismo assume uma faceta religiosa e moralista, concentrando-se na *doutrina espiritual* de Comte, proveniente da última fase do pensamento deste na qual propôs o filósofo a *Religião da Humanidade*. O radicalismo, o dogmatismo e até o fanatismo que marca o *Apostolado* após a separação de Pierre Laffitte, ocorrida em 1883, cinde o grupo de positivistas brasileiros. João Cruz Costa assim descreve a orientação que o movimento positivista sul-americano tomaria: “.. estavam convencidos de que para regenerar o mundo eram necessários *antes de tudo, santos e não somente sábios...*”<sup>811</sup> Daí descende no positivismo ortodoxo brasileiro, congregados no *Apostolado Positivista do Brasil*, a ênfase no positivismo religioso enquanto doutrina moral e religiosa, mais do que a própria preocupação científica que

---

burguesia, que se opõe à tradicional, a que em regra era tirada da aristocracia – proprietária da terra e do instrumento mais importante do trabalho daquele tempo, – o negro.”

<sup>809</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>810</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 138-140: “Nas Escolas técnicas, a Central e a Militar, também procurarão eles, em virtude de não possuírem recursos necessários para enfrentar os estudos longos e caros, satisfação para as suas tendências intelectuais. ‘Assim se explica, escreve Leontina Licínio Cardoso, que tivesse saído da Escola Militar, nos fins do século XIX, uma plêiade de homens fortes, de autodidatas, quase todos descendentes de gente de poucos haveres, moços que ingressaram na carreira das armas para conseguir instrução que as condições de vida lhes negaram. Geração que se formou sob o influxo de Benjamin Constant, com idéias nitidamente democráticas e concorreu para a queda do regime monárquico e implantou a república inspirada nos princípios de Augusto Comte’. Na Escola Militar, e logo depois na Escola Central, os representantes da nascente pequena burguesia procurariam, na segunda metade do século, educação e instrução que lhes permitissem constituir uma nova elite, de espírito talvez um pouco diferente daquele que era representado pelos bacharéis em leis, de Coimbra, de Recife ou de São Paulo, onde recebia formação superior grande parte dos filhos das famílias do patriarcado rural.” (A citação de Leontina Licínio Cardoso feita por Cruz Costa está em *Licínio Cardoso, seu pensamento, sua obra, sua vida*, p. 22.)

<sup>811</sup> *Ibidem*, p. 229: “Os positivistas sul-americanos, com Miguel Lemos, Jorge Lagarrigue e Teixeira Mendes à frente, estavam convencidos de que para regenerar o mundo eram necessários antes de tudo, santos e não somente sábios... Tem razão, pois, Oliveira Viana quando, referindo-se aos positivistas e à sua influência na preparação da República, diz que eles tiveram insignificante irradiação, pois ‘nos seus dogmas, nos seus preceitos, nas suas regras, duras como tomentos de linho bravo, havia qualquer coisa que recordava os ásperos cilícios monacais, e os seus discípulos pareciam antes severos Batistas, vestidos de pele, de cajado profético, macerados pelas rudes abstinências do deserto.’ ” (Cruz Costa cita de Oliveira Viana, *O Ocaso do Império*, p. 123).



marca o início da sistematização de Comte em seus aspectos epistemológicos e filosóficos propriamente ditos.<sup>812</sup>

Sobre as condições de oferta do ensino superior no Brasil, observa Freire que “Em relação à cultura intelectual, o nosso ensino ainda perpetuava, até meados do século XIX, a tradição ornamental, fabricadora de humanistas para as duas faculdades de Direito do país e que estas devolviam depois à administração e à política imperial.”<sup>813</sup> Essa cultura somava-se ao fato de que “Se as condições do estudo das ciências médicas eram profundamente teóricas e restritas a pequeno número de ciências, os cursos jurídicos eram insuficientes para dar aos moços que aspiravam ao bacharelado uma educação científica.”<sup>814</sup> Conclui-se então, que de uma forma ou de outra, a formação científica era desprezada. É o mesmo Freire que qualifica com termos nada banalistas a qualidade da formação e suas linhas diretrizes como deprimentes. Ele escreve: “Daí por certo, o espetáculo pouco edificante do grande número de moços, que entram nas faculdades jurídicas com o ardor e a impaciência de quem vai por ventura cavar um tesouro, porém, delas se retiram com a triste desilusão de quem em vez do tesouro sonhado encontrou apenas uma camada de gréda, ou uma caveira de burro.”<sup>815</sup>

A nova elite intelectual acima mencionada é composta basicamente por alunos da área científica e técnica, em sua maioria, engenheiros, médicos e militares. Considera Cruz Costa: “São homens que se voltam para a ciência e que nela crêem encontrar resposta satisfatória e soluções definitivas para todos os problemas.”<sup>816</sup> E

---

<sup>812</sup> *Ibidem*, p. 225: “O Positivismo no Brasil orientar-se-ia a seguir, cada vez mais como movimento religioso. Em 3 de dezembro de 1883, lançavam os positivistas brasileiros a famosa *Circular Coletiva*, assinada por vinte e cinco positivistas ‘militantes’, a elite do grupo... ‘Nós nos apressamos – diziam os discípulos ortodoxos de Comte, ao se dirigirem aos *verdadeiros discípulos* do Mestre – a levar ao vosso conhecimento, como é do nosso dever, que cessamos de reconhecer a direção espiritual do Sr. Pierre Laffitte. Uma série de decepções finalmente nos convenceu de que esta direção está completamente desviada do verdadeiro espírito de nossa doutrina e que ela é absolutamente contrária às tradições do *nosso santo Fundador*”. O último grifo é nosso.

<sup>813</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 144.

<sup>814</sup> FREIRE [1957], p. 493.

<sup>815</sup> Tobias Barreto, *Estudos de direito*, p. 332-336 apud, FREIRE [1957], p. 493. Quais seriam as causas de tamanha deficiência? Freire acredita que ela deve-se ao mal preparo dos professores. O “Mal provém do corpo docente, cujo talento de instruir, salvo uma ou outra árvore viçosa no campo sáfaro da regra comum, consiste justamente bem ao em vez do que pensava Rousseau, em fazer que os discípulos se horrorizem da instrução.” (Idem) Será que as razões somente pedagógicas ou didáticas? Não haveriam problemas no que concerne ao teor do que era ensinado? A nós parece que a deplorável situação em que se encontrava o nível de ensino brasileiro era mais de índole teórica que didática, ao contrário do que insinuou o autor citado. Todavia, sua análise parece ser anacrônica. Como exigir a partir de nossa época um padrão de qualidade da atuação e preparo docente que, muitas vezes, não era possível na época estudada?

<sup>816</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 143.

mais, “O fato do positivismo introduzir-se no Brasil graças aos novos bacharéis em ciências físicas e matemáticas da Escola Central e da Escola Militar é compreensível, pois na doutrina positivista, a parte dedicada à matemática é bastante larga. Isto explica, em parte, o sucesso do positivismo no sul, onde êle foi servido principalmente por matemáticos e engenheiros.”<sup>817</sup>

Iniciado no Brasil por Luís Pereira Barreto, o positivismo encontrará em Benjamin Constant, também proveniente da nova e pequena burguesia mencionada anteriormente, o divulgador que necessitava.<sup>818</sup> Segundo Cruz Costa, o responsável pela generalização do positivismo entre os alunos das escolas militares.<sup>819</sup> O mesmo historiador pondera que “Entrando em 1852 para a Escola Militar, aí encontraria Benjamin Constant um meio já influenciado pela filosofia positiva. Aliás, estaria reservado a esse militar e matemático, representante da pequena burguesia brasileira da época, um importante papel na propagação da doutrina positivista entre a mocidade das escolas militares.”<sup>820</sup> Noutra qualificação precisa do papel de Benjamin Constant, afirma Cruz Costa: “Benjamin Constant foi um *formador de homens*. Descendente de gente humilde e professor de moços que não eram filhos de senhores de escravos, êle soube plantar nessa juventude o entusiasmo pelo regime republicano e a semente de revolta contra a monarquia. Havia aceito a filosofia de Comte mas não era ortodoxo. ‘Afastado do Apostolado, Benjamin não fez um sacerdócio do positivismo como religião. Divulgou-o apenas, mais interessando pròpriamente no ensino do positivismo de A. Comte como filosofia.’ ”<sup>821</sup> Ele pode ser considerado como um dos responsáveis pela iniciação de Teixeira Mendes e Miguel Lemos ao

---

<sup>817</sup> *Ibidem*, p. 145.

<sup>818</sup> Benjamin Constant era filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães, português de Torre do Moncorvo. Em Macaé, seu pai dirigiu uma pequena escola onde ensinava as primeiras letras, gramática portuguesa e latim. Com a escassez de recursos gerados por suas aulas muda-se para Macaé, quando nasce seu o primogênito, batizado com o nome do político francês, *Benjamin Constant Botelho de Magalhães*, por quem seu pai tinha grande admiração. Depois, a família muda-se para Magé e, finalmente, para Petrópolis onde seu pai instala uma padaria. Benjamin Constant foi alfabetizado pelo vigário em Magé. Benjamin Constant ingressa na Escola Militar em 1852, onde será diplomado em Ciências Físicas e Matemática, lecionando entre 1862 e 1889. (Cf. CRUZ COSTA [1956], p. 146.) Como se vê, Benjamin Constant é de origem humilde e formou-se com grande dificuldade, como muitos jovens provenientes das camadas mais humildes da pequena burguesia aos quais lecionava.

<sup>819</sup> FREIRE [1957], p. 499: “Ainda que Benjamin Constant não fosse representante genuíno do Positivismo, foi êle entretanto quem da cadeira de professor incutiu os seus princípios na mocidade das escolas militares, dependendo dele sua generalização por entre os alunos.”

<sup>820</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 146.

<sup>821</sup> *Ibidem*, p. 241. O autor cita Vicente Licínio CARDOSO, Benjamin Constant, *O fundador da República*, in *À margem da História da República*, p. 301.

positivismo<sup>822</sup>, embora estes não aceitassem esse fato, repudiando-o com habitual arrogância. Com relação aos conhecimentos matemáticos de Constant, sabe-se que eram pouco profundos.<sup>823</sup>

### 5.2.2 A influência das manifestações de lógica positiva nas perspectivas de matematização do pensamento

A lógica positiva proposta por Augusto Comte induziu perspectivas de matematização do pensamento no Brasil. Esta é a conclusão que se pode admitir a partir da reinterpretação que as teses comteanas aqui sofreram. De certa maneira, a leitura que aqui se fez dessas teses afigura-se mais representativa que as próprias teses. Uma fonte primária nessas condições é o livro *A Synthese Universal e A theoria Physico-mathematica da razão* de A. de Galvão Queiroz, engenheiro civil e doutor em matemáticas e ciências naturais pela Escola Central do Rio de Janeiro. O texto foi publicado na Bahia em 1880. O projeto intelectual, a que se propõe Queiroz consiste em encontrar um tratamento positivo à razão em termos da filosofia positivista. Põe ele,

“Mas estudamos o raciocínio á luz da observação e da experiência científicas; comparemos-o a todos os outros phenomenos da natureza, com que elle está em relação; ponhamos finalmente o sentimento universal da Fé em face d’essa synthese positiva igualmente universal: e chegaremos á conclusão de que só a falsa ou a semisciencia, só a Razão ignorante de suas proprias leis, poude algum dia ou poderá ainda renegar o objecto da Fé, combater o fundamento dos Cultos, e proclamar inconciliaveis a Religião com a Sciencia, a Fé com a Razão, e a Igreja com Civilização.

Submettamos o raciocínio a uma anlyse rigorosa, phisico-mathematica, e sem chegarmos mesmo a estabelecer as equações de uma theoria mathematica, que está ainda reservada ao futuro...”<sup>824</sup>

---

<sup>822</sup> *Ibidem*, p. 163: “Atraído também para o positivismo através da matemática, conta Teixeira Mendes que no ano de 1874 procurou o Dr. Antônio Carlos de Oliveira Guimarães, repetidor de matemática do Colégio Pedro II, a fim de esclarecer alguns resultados a que chegara em relação às teorias fundamentais da geometria. Por conselho dêste, ou espontâneamente, procurou também Benjamin Constant, que já o conhecia. Nesta ocasião, Benjamin Constant dissera-lhe: “queime o que tiver sobre geometria analítica; leia só a *Geometria Analítica* de Augusto Comte”. Nos exames realizados em abril de 1875, já Teixeira Mendes havia aderido à filosofia positiva.” Cruz Costa reproduz o que escreveu Teixeira Mendes em *Nossa Iniciação ao Positivismo*, (nota retificativa ao *Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil*, publicado em 1882), 1889, cuja autoria divide com Miguel Lemos.

<sup>823</sup> Cf. Benjamin CONSTANT [1868], p. 13. Neste texto o autor nega a existência dos números negativos. Afirma ele: “Concebe-se facilmente que de uma grandeza qualquer é possível subtrahir ou supprimir succesivamente cada um de suas partes até que a grandeza desapareça ou se aniquile, o que acontecerá evidentemente quando se tiver supprimido todas as partes de que ella se compunha; mas que de uma grandeza se possa subtrahir outra maior, ou que ella continue á decrescer depois de aniquilar-se é realmente inconcebível.”

<sup>824</sup> QUEIROZ [1880], p. iv.

O autor supõe ser possível obter da análise físico matemática as equações do raciocínio. Esta proposição de extremo valor é invalidada por seu objetivo trocado. Seu psicologismo derivado, de condições peculiares do contexto intelectual brasileiro, não condiz com o sentido da lógica contemporânea. Em Frege, e. g., as leis da lógica são as leis da verdade e refletem o raciocínio tal como ele é efetivamente empregado em matemática, não havendo correlação com o raciocínio tal como é executado pela mente humana.<sup>825</sup> Descontadas esses desvios de perspectiva, naturalmente compreensíveis, pode-se afirmar que quanto à lógica ele produziu uma interpretação interessante, mais próxima da lógica contemporânea que as formas de inspiração greco-escolásticas já apresentadas. Noutra passagem, ele propõe,

“Isto posto [premissas quanto ao funcionamento físico e orgânico do raciocínio], claro se torna que o estabelecimento de equações geraes do raciocínio, apesar de ser este o phenomeno mais composto e elevado da natureza, é uma simples questão de difficuldade actual e de futuro progresso da analyse mathematica.

A theoria physico-mathematica da razão é assim evidentemente um questão de tempo; e há de chegar o dia em que, aperfeiçoado o calculo integral, ‘este poderoso instrumento do espírito humano’, na expressão de Laplace, a mesma razão há de buscar-se e estudar suas proprias leis em formulas ou equações semelhantes ás do som, da luz, do calórico, etc.

Esta conclusão suppõe, é verdade, toda a exactidão e generalidade do principio Carteziano relativo á applicação do calculo aos phenomenos concretos de todo genero;...”<sup>826</sup>

As proposições acima suscitam várias observações. Ao afirmar que o principio cartesiano é válido porque o gênio de seu criador não poderia enganar-se, ele perpetua o recurso à autoridade, que é uma constante nas argumentações dos divulgadores brasileiros, devido talvez à inferioridade acadêmica que produziu uma admiração absoluta e paralisante dos estrangeiros, limitando a atividade filosófica à leitura e exegese e não à criação. Outra observação concerne à possibilidade de obter equações gerais do raciocínio. Isso seria de fato possível, mas não no caso do raciocínio psicológico e sim do lógico-matemático. Por outro lado, a natureza da questão que Queiroz propõe não é tão simples. Esta é mais uma instância daquilo que no dizer de Cruz Costa, encantava os autodidatas brasileiros que apesar da curiosidade entregavam-se fascinados às respostas certas e definitivas, impossíveis em filosofia onde os problemas estão sempre se revolvendo.<sup>827</sup> A historicidade da lógica é

---

<sup>825</sup> TILES [1980], p. 157.

<sup>826</sup> QUEIROZ [1880], p. 74.

<sup>827</sup> Cf. CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 302-303.

considerada numa perspectiva evolucionista, na medida em que evolui acompanhando a evolução da própria espécie humana. Põe ele:

“Quem não sabe, si conhece a historia, que o pensamento e a razão, a lógica são evolutivos, modificam-se e progridem com os séculos na mesma especie pensante – a humanidade, ao mesmo tempo que são graduaes e progressivos com a perfeição organica para especies racionaes ou intelligentes differentes?”<sup>828</sup>

Outro documento significativo para a influência da lógica positiva no Brasil deve-se a Raimundo Teixeira Mendes, ilustre personagem do positivismo ortodoxo brasileiro. Seu texto documenta as notas de aula de curso ministrado por ele no *Apostolado Positivista* do Rio de Janeiro, em 1897. Em termos teóricos, o texto é pouco original, seguindo à risca o programa de educação enciclopédia ordenado por Comte. O texto prende-se absolutamente à *Síntese Subjetiva*, de forma que as idéias nele sobre lá contidas já foram, em linhas gerais, apresentadas na seção anterior.

### 5.3 Comentários conclusivos

A adesão à visão positivista de lógica no Brasil teve um papel crucial. Por um lado rivalizou-se com as formas greco-escolásticas superficiais ensinadas nos colégios e seminários brasileiros, apontando, mesmo que de maneira míope, à perspectiva de matematização do pensamento. Por outro, instituiu preconceitos que comprometeram a pesquisa em matemática e lógica como se verá melhor no próximo capítulo. Com certeza a melhor ocorrência desse período foi o contato com bons textos de lógica, especialmente o de Stuart Mill e Bain e, da mesma forma que se observou nos outros capítulos, a submissão a autores estrangeiros continua. Não havia criatividade, havia imitação, agora inspirada em outros referenciais, mas sempre imitação e adaptação. Um espírito servil. A filosofia e a lógica no Brasil deste período não conseguem dar passos por conta própria, nem poderiam. Talvez isso seria pedir demais para as condições dadas, que comparadas com as fases anteriores são muito melhores, gerando na comunidade intelectual brasileira do final do século XIX uma sensação de satisfação por sua proximidade maior da cultura européia, tomada passivamente como modelo de civilização e adiantamento cultural.

---

<sup>828</sup> QUEIROZ, *Op. Cit.*, p. 71.



## CAPÍTULO 6

# A CACOFONIA NAS COMPREENSÕES DE LÓGICA NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX





Esta última etapa do trabalho dedica-se às pretensas formas de lógica vigentes no Brasil entre o final do século XIX e a primeira década do XX. Tal análise embasa-se em duas classes de documentação primária, extremamente representativas ao objeto de estudo em questão. Na primeira analisam-se as provas do concurso à *cátedra de lógica do Colégio Pedro II*; o evento, ocorrido em 1909, teve significação inigualável para a história da lógica no Brasil até aquele momento. Tal singularidade deve-se ao fato de que o concurso motivou a expressão das compreensões de lógica então vigentes, suas características e vicissitudes. Por outro lado, das provas do referido concurso emerge a problemática do ensino de lógica; sua precariedade deriva-se, em geral, da insuficiência do ensino no Brasil durante o Império e nos primórdios da experiência republicana. A segunda classe de documentação primária constitui-se, essencialmente, dos textos de divulgadores brasileiros do período, localizados no levantamento de fontes empreendido.

A documentação primária, curiosamente faz constatar – e não por arranjo expositivo – que todas as correntes de lógica, aqui *já* elencadas e discutidas, continuarão recorrentes nos primórdios do século XX. Convém salientar, entretanto, que o interesse central da discussão já proposta reside na teoria lógica ensinada e apreciada aqui, no período acima indicado, da mesma forma que nos capítulos anteriores; *não se quis obter* uma história pedagógica da lógica no Brasil. Em suma, a discussão da lógica no Brasil, própria deste capítulo, concentrar-se-á em depurar a compreensão das pretensas formas de lógica por seus respectivos agentes, conforme a permissão das fontes documentais acima relacionadas.

Propõe Cruz Costa em sua *Contribuição à história das idéias no Brasil*, que a tendência pragmática foi uma permanência importante na história do pensamento filosófico brasileiro como um todo – não como escola – é claro. Conclusão similar aqui se propõe, a partir das fontes documentais estudadas no que diz respeito à história da lógica. É possível perceber que um *pragmatismo utilitário* aparece sempre em segundo plano, nas iniciativas de divulgação e cultivo da lógica no Brasil, ora como justificativa, ora como objetivo. Talvez essa característica se deva à correlação existente entre as pretensas formas de lógica e a maneira como aqui foram cultivadas as principais tendências da tradição filosófica ocidental. Tal *modus philosophandi* é qualificado por Cruz Costa:

“São ainda estas idéias do pensamento filosófico europeu as que irão ter eco nos primeiros anos da República. À medida que elas se expressam na

prática, na ação, – pois que as idéias foram sempre, no Brasil, principalmente instrumentos de ação – à medida que vão sendo cotejadas, pelos nossos letrados, com outras idéias que vão aparecendo nos centros intelectuais da Europa e que de lá nos são exportadas – passando, aliás, facilmente pela nossa libérrima alfândega de crítica e de julgamento – elas sofrem o desgaste do uso, passam de moda, rápida ou lentamente, conforme a sua maior ou menor *utilização*, se assim podemos dizer.”<sup>829</sup>

Tal atitude pragmática parece não ter sido uma característica tardia na história das idéias filosóficas no Brasil. Também a história da lógica no Brasil registra permanências significativas de caráter utilitário. A discussão aqui anteriormente desenvolvida possibilita reconhecer que, ainda no início do século XX, a concepção fundamental de lógica em voga no Brasil provém do programa da lógica das faculdades descrito no primeiro capítulo. Embora estas manifestações no Brasil sejam um tanto tardias, tal programa foi aqui preservado, indicam as fontes, graças à readaptação e improvisação utilitária dos divulgadores brasileiros. Convém recordar que um dos objetivos da abordagem da lógica das faculdades era compreender, sistematizar e validar as operações cognitivas, encarando-as como operações lógicas.<sup>830</sup>

Ao longo da história da lógica no Brasil, no século XIX, a permanência daquele programa foi assegurada pela continuidade da fundamentação psicológica da lógica ausente apenas nas divulgações de caráter neo-escolástico. Dessa forma, as compreensões mais recentes de lógica, naquele contexto, ao acomodarem-se na fundamentação psicologista, não caracterizaram uma ruptura entre a abordagem eclética incentivada na reforma pombalina com repercussão na fase imperial, e as divulgações de lógica próprias do mesmo período. Assim, a abordagem mentalista na lógica brasileira persistirá ao longo do século XIX, reforçada pelo movimento espiritualista até mais tarde, quando o contexto filosófico brasileiro será grandemente influenciado pelo positivismo comteano, mas não apenas por ele, como já se mostrou aqui.

Se a afirmação acima parece engendrar alguma contradição, ela é apenas aparente. No fundo, tal fundamentação da teoria lógica em base a teses psicologistas não se contradiz, e. g., com a visão de lógica derivada da filosofia positiva em Comte, Stuart Mill, Alexander Bain e Herbert Spencer. Tais abordagens à lógica incluem em si traços significativos de psicologismo, seja ingênuo como em Comte, seja

---

<sup>829</sup> CRUZ COSTA [1956], p. 351-352.

<sup>830</sup> Cf. Capítulo 1.

associacionista e melhor refinado como em Stuart Mill, mas principalmente em Alexander Bain.<sup>831</sup>

Herança lusa, segundo afirma Cruz Costa, o pragmatismo que caracteriza as elaborações filosóficas, típicas no Brasil, até o início do século XX, não teria permanecido ao acaso; ao contrário, ele encontrou aqui condições adequadas de permanência e de desenvolvimento. A abordagem utilitária acima mencionada não deixaria ileso a divulgação da lógica e o sentido que seria aqui imprimido ao seu estudo. Apesar de cronologicamente distante, um relato luso sobre a lógica do princípio do século XIX, destacado do texto de José Oliveira Leite, ilustra bem o caráter dessa herança. Afirma ele:

“*He facil* o estudo da Logica, e tão facil, que se póde colher no pequeno espaço de trez mezes. E haverá alguém, que deixe de *aplicar*, e *empregar* tão pouco tempo para possuir tão grande thesouro? Só quem ignorar o beneficio, e *utilidade*, que deste estudo lhe póde resultar: nem vos pareça, que eu marquei pouco tempo, pois affirmo com experiência, que nelle podeis adquirir *conhecimento sufficiente* dos preceitos e regras desta Arte.”<sup>832</sup>

O utilitarismo apontado nas expressões acima com relação à lógica terá aqui também, grande aceitação, reforçada pelo pragmatismo que caracteriza a vida intelectual brasileira. Contudo, não parece ser este um traço imediatamente reprovável, embora as conseqüências induzidas por essa abordagem tenham comprometido significativamente o direcionamento da investigação lógica no Brasil, em sua sintonia com a problemática efetiva da lógica às portas do século XX. Na direção contrária, terá a abordagem utilitária da lógica um grande sucesso na história da disciplina no Brasil. Essa lógica simples – freqüentemente simplista – repleta de pretensas regras de inferência se adequaria facilmente às expectativas igualmente pouco profundas de seus cultores no Brasil.

Entre os traços *pragmáticos* extremamente valorizados da lógica no Brasil, figura a sua aplicação na elucidação do discurso em língua natural e da argumentação, necessários a um certo desempenho na atividade política e no exercício da intelectualidade livresca. Este traço, sem sombra de dúvida, liga a divulgação da lógica no Brasil à tradição da lógica em Portugal. Em linhas gerais, tal concepção de lógica estaria muito bem representada na sentença de Lucrécio, reproduzida por José Oliveira Leite no final do século XVIII. Propõe ele aos jovens que “... principiando vossa vida com a preciosa instrucção das leis da Logica, vireis comigo a confirmar a

---

<sup>831</sup> Cf. Capítulo 5.

sentença do Sábio Lucrecio: *He tão util da Logica o estudo, que suas leis nos servem para tudo.*<sup>833</sup> Essa praticidade e aplicabilidade da lógica enfeitiçará grande parte dos divulgadores brasileiros da disciplina, sempre facilmente convencidos pelo senso de utilização e simplicidade a que se referiu Cruz Costa acima. Disso se conclui que a lógica não encontraria, no Brasil, as condições materiais e intelectuais favoráveis a uma investigação não trivial, relevante e original, que fizesse surgir no período aqui estudado, um tipo diferente de divulgação de lógica daquele que se encontrou. Então, apesar dos pesares, as manifestações de lógica, ao final do século XIX e princípio do XX, continuam coerentes à conjuntura que as engendrou.

No panorama das idéias filosóficas, no Brasil, no princípio do século XX, assevera Cruz Costa, que pode ser caracterizado “... sob a influência de um positivismo difuso, como também do evolucionismo spenceriano, [onde] as preocupações sociológicas iriam impor-se à inteligência brasileira, sempre ávida de novidades e de sínteses.”<sup>834</sup> Nesse sentido, conclui ele “Prolongar-se-ia (ou sucederia), assim, ao *filosofismo* dos tempos do Império, o *sociologismo*, marcado pelo traço positivista spenceriano ou evolucionista, às vészes, timidamente ou escandalosamente materialista, mas considerado como cousa científica, acabada e definitiva, ‘quando a sociologia estava ainda constituindo-se e lutava por se impor’.”<sup>835</sup>

## 6.1 A educação no Brasil e o ensino de lógica na transição do Império à Primeira República

Embora o objetivo deste trabalho não seja uma história pedagógica da lógica no Brasil, reconhece-se que o elemento pedagógico não pode ser ignorado, pois é no contexto educacional que a lógica será na maior parte das vezes divulgada e cultivada. Tal meio será, se assim se puder denominá-lo, um dos únicos foros acadêmicos no Brasil entre o século XIX e XX. Tal ‘foro’ só será adequadamente superado com a fundação das primeiras universidades brasileiras, no primeiro quartel do século XX. Para compreender adequadamente o ensino de lógica na transição do Império à Primeira República, faz-se necessária uma breve sinopse da história da educação no Brasil referente ao período. Tal história pode ser analisada sob diversos prismas. Destacar-se-ão aqui apenas os aspectos históricos da educação no Brasil –

---

<sup>832</sup> OLIVEIRA LEITE [1800], p. xv. Grifos nossos.

<sup>833</sup> LUCRÉCIO apud OLIVEIRA LEITE [1800], p. xxv.

<sup>834</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 353. Grifos nossos.

<sup>835</sup> *Ibidem*, p. 355.

secundária e superior – em seu lugar reservado à lógica e algumas peculiaridades daí decorrentes.

### 6.1.1 Aspectos da educação no Império

Após a proclamação da Independência do país em 1822, enfatiza a historiadora Vera Lúcia Cabana Andrade, diversos esforços foram empreendidos pelo Estado para munir o país recém independente de uma identidade, pois “A ausência do sentimento de pertencimento nacional exigiu do Estado um esforço geral voltado para a construção da Nação. Em consonância com a articulação do projeto civilizatório foi iniciada a tarefa de escrever a história – memória do Estado e desenhar a Nação pela via da educação.”<sup>836</sup> Havia o país; no entanto, eram vazios os sentimentos de nação e nacionalidade. Ao encontro dessa necessidade, considera a historiadora que, “durante o Império, desde o início da tarefa de construção da nacionalidade brasileira, o discurso de legitimação da Monarquia levou intelectuais e homens de Estado a formularem um projeto político civilizatório da Nação, comprometido com o perfil identitário branco-europeu idealizado para os trópicos.”<sup>837</sup> A lógica e seu ensino estará também inserida nesse projeto de civilização, como se mostrará mais tarde. As conseqüências contextuais da implantação do projeto educacional do Império eram naquele momento oportunas e desejáveis. Propõe a historiadora que:

“Ao assumir a instrução pública como um elemento de construção da nação, o Estado Imperial quebrou o monopólio do saber religioso e do ensino clerical, possibilitando a emergência de intelectuais formados pela e para a sociedade civil, laica e pretensamente científica, em direção ao progresso, embora não dissociada do conservadorismo religioso. Através da educação, os agentes históricos do poder constituído foram legitimados e a Igreja passou a ser parceira da sociedade civil.”<sup>838</sup>

Desse modo,

“A educação no Brasil Imperial teve seu lugar demarcado na construção do edifício social a partir do modelo civilizatório europeu. A educação, concebida como processo e função social, deveria fornecer o instrumental necessário para a garantia da ordem e o caminho para o progresso, assegurando a moralização dos indivíduos e a superação dos problemas sociais. Neste contexto de produção e transmissão do saber institucionalizado, os professores assumiram o papel de agentes do governo para a formação do cidadão, fornecendo as bases para a fundamentação da cultura de pertencimento à civilização ocidental. O ensino superior e secundário, de caráter elitizante, passou a ser personalizado pelo titular da

---

<sup>836</sup> ANDRADE [1999], p. 1.

<sup>837</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>838</sup> *Ibidem*, p. 7.

cadeira, o professor catedrático. A cátedra se tornou uma instituição cultural, destacando figuras de intelectuais proeminentes.”<sup>839</sup>

A figura do professor catedrático parece estar intimamente associada uma mudança significativa, na sociedade e cultura brasileira, durante o Império. Nessa fase, segundo Gilberto Freyre, os fatores de valorização e diferenciação social passarão por uma profunda remodelação, engendrando pouco a pouco uma nova ordem social, diferente daquela que caracterizou a fase colonial;<sup>840</sup> uma das mais significativas, assinala ele, seria a substituição da nobreza proprietária de terras por uma nova nobreza:

“... a dos doutôres e bacharéis. Eram valores encarnados principalmente pelo bacharel, filho legítimo ou não do senhor de engenho ou do fazendeiro, que voltava da Europa – de Coimbra, de Montpellier, de Paris, da Inglaterra, da Alemanha – onde fôra estudar por influência de algum parente maçom mais cosmopolita. Às vêzes rapazes da burguesia mais nova das cidades, filhos e netos de mascates, valorizados pela educação européia, voltavam socialmente iguais aos filhos das mais velhas e poderosas famílias de senhores de terras.”<sup>841</sup>

Valorizadas socialmente – cátedra e formação acadêmica – era de se supor que a disputa pela cátedra de lógica do Colégio Pedro II fosse acirrada no seu devido momento, e sua conquista extremamente honrosa. De fato, a valorização da formação acadêmica levou à implantação dos *Cursos Jurídicos de São Paulo e Olinda*, da *Imperial Academia de Belas Artes*, em 1827, do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1838, nos moldes do Instituto Histórico da França e do *Arquivo Público* no mesmo ano; do *Conservatório de Música* e a *Associação Petalógica* em 1840. Foram também fundadas escolas normais e ateneus, dentre as quais, o *Ateneu do Rio Grande do Norte*, em 1825, as *Escolas Normais de Niterói e Bahia*, em 1835, os *Liceus da Paraíba*, em 1836 e o *Imperial Colégio Pedro II* em 1837.<sup>842</sup>

Apesar de tais iniciativas, sustenta Maria José Garcia Werebe que a situação do ensino no Império é triste, pois “O ensino secundário manteve-se, no Império, quase que exclusivamente nas mãos de particulares, com pequeno número de escolas, porém suficientes para suprir a pouca procura que havia na época.”<sup>843</sup> Em termos numéricos, ressalta a pesquisadora que “Em 1854, o Brasil contava, no ensino oficial, vinte liceus, cento e quarenta e oito aulas avulsas, freqüentadas por 3713

---

<sup>839</sup> ANDRADE [1999], p. 7.

<sup>840</sup> Gilberto FREYRE, *Sobrados e Mucambos*, p. 302-303, apud, CRUZ COSTA [1956], p. 300.

<sup>841</sup> *Ibidem*, p. 300.

<sup>842</sup> Cf. ANDRADE [1999] p. 4-5.

<sup>843</sup> Maria José Garcia WEREBE, *A Educação* in HOLANDA & FAUSTO [1990], vol. IV, tomo III, p. 372.

alunos. O ensino privado, que tomou grande impulso, principalmente depois do Ato Adicional de 1834, suplantava em muito o oficial, tanto em relação ao número de estabelecimentos, quando à relação à matrícula.”<sup>844</sup> Após a frustrada tentativa de reunir as aulas avulsas, conclui a historiadora que “De maneira geral, o ensino secundário apresentava-se desarticulado, encontrando-se poucos colégios e muitas aulas avulsas sem continuidade entre elas.”<sup>845</sup> Além disso, diagnostica ela que “A liberdade irrestrita, de que gozavam os particulares, permitiu a multiplicação descontrolada de escolas ou aulas avulsas de ensino secundário.”<sup>846</sup> Essas informações mostram como é difícil referir-se a um quadro homogêneo no que diz respeito à educação brasileira no Império, especialmente a fundamental e média. Todavia, neste contexto, afirma a pesquisadora, o ensino secundário desenvolvido por instituições confessionais é distinto da caótica situação acima apresentada<sup>847</sup>; a contribuição de ordens religiosas e do clero na educação secundária, durante o império não deve ser subestimada, pois:

“A influência do clero na educação não foi apagada com a expulsão dos jesuítas. ‘Todas as gerações que se sucederam, na Colônia e no Império, acusam nas qualidades e nos defeitos de sua cultura esse regime de domesticidade monacal em que foram educadas.’ A vida não só religiosa, mas moral e intelectual, e ainda política, durante cerca de três séculos, se desenvolveu, em grande parte, ‘senão por iniciativa, ao menos com a participação do clero’.”<sup>848</sup>

Exceção à problemática acima elencada no panorama da educação secundária do Império, o Colégio Pedro II<sup>849</sup> constitui-se a referência oficial para o

---

<sup>844</sup> Maria José Garcia WEREBE, *Op. Cit.*, p. 373.

<sup>845</sup> *Ibidem*, p. 373.

<sup>846</sup> *Ibidem*, p. 374.

<sup>847</sup> *Ibidem*, p. 374. A autora destaca algumas dessas iniciativas. Segundo ela, os padres lazaristas, em 1820, fundam em Minas Gerais, o Colégio do Caraça. Entre 1820 e 1835 suas matrículas atingiram cerca de 1535 alunos. Os jesuítas também, de volta ao Brasil, fundariam em Itú, o Colégio São Luís, em 1867, o Colégio Anchieta, em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, o Colégio de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, em 1870. Alguns grupos protestantes também se destacaram: a Escola Americana é criada em São Paulo no mesmo ano, com níveis elementar e secundário, ambas no Mackenzie College. Os metodistas fundam em São Paulo, em 1881, o Colégio Piracicabano e o Colégio Americano em Porto Alegre em 1885.

<sup>848</sup> Fernando AZEVEDO, *A Cultura Brasileira*, p. 147, apud, Maria José Garcia WEREBE, *Op. Cit.*, p. 375.

<sup>849</sup> O Colégio Pedro II foi fundado em 1739 pelo quarto Bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio de Guadalupe, que o idealizou para abrigar os órfãos da cidade, sendo então denominado de *Abrigo dos Órfãos de São Pedro*. Posteriormente, em 1766, ganha novas instalações e é convertido no *Seminário de São Joaquim*, continuando sua missão educativa e moral que marcou a preocupação de seus fundadores. Durante a era joanina, o colégio denominou-se *Real Colégio de São Joaquim* até que em 1818, quando era *Episcopal Colégio de São José*, foi extinto por ato de D. João VI para que o prédio fosse usado como alojamento de tropas. Todavia, em 1821, D. Pedro I, então regente, restabeleceria o colégio sob a denominação de *Imperial Seminário de São Joaquim* e dez anos após ele passaria à administração do Governo Imperial. Sob a administração de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em



ensino secundário. A atuação educacional lá desenvolvida esteve consoante ao projeto civilizatório acima descrito, pois encarregado do provimento dos quadros funcionais do Império, o colégio tornar-se-ia, segundo afirma Werebe, uma “Instituição aristocrática, destinada a oferecer a ‘cultura básica necessária às elites dirigentes’, o Colégio Pedro II foi objeto de atenções especiais, na sua organização e orientação.”<sup>850</sup> De fato, tais condições o diferenciaram de outros estabelecimentos congêneres durante o Império e a Primeira República. Uma instância desse privilégio é a criação na administração de Bernardo Pereira de Vasconcelos do *grau de bacharel em ciências e letras*.<sup>851</sup> Apesar da denominação, o título conferido aos concluintes de seus sete anos de estudos não equívale ao respectivo grau acadêmico de nível superior. Afirmam Lorenz & Vechia que “O grau de Bacharel por ele conferido dava ao aluno o direito de ingressar em qualquer curso superior do Império sem prestar novos exames. O currículo era um mecanismo utilizado na tentativa de conciliar os interesses do ensino superior e os objetivos próprios do ensino secundário.”<sup>852</sup> Tais currículos do Colégio Pedro II constituem-se em referência confiável e oficial cuja representatividade, embora restrita, suscita elementos significativos à história do currículo na educação brasileira, durante o Império. Entretanto, são aqui de particular interesse os programas de ensino de lógica, objetos da próxima subseção.

O estudo de Werebe fornece ainda uma amostra quantitativa sobre do sistema de ensino secundário no Brasil em 1865, na tabela reproduzida abaixo.<sup>853</sup>

<i>Províncias</i>	<i>Ensino Público</i>	<i>Ensino Privado</i>	<i>Total por Estado</i>
Ceará	156	283	439
Pernambuco	99	536	635
Bahia	337	860	1197
Município neutro <sup>854</sup>	327	2223	2550
Minas Gerais	638	Equivalente ou inferior ao ensino público	(?)
<b>Total por rede</b>	1557	3902 <sup>855</sup>	<b>5559</b> <sup>856</sup>

**Tabela 2 – Matrículas no ensino secundário em 1865**

---

1837, o antigo seminário de São Joaquim foi completamente reorganizado passando a denominar-se *Imperial Colégio de Pedro II*, em homenagem ao Imperador-menino. O Colégio Pedro II, desde a metade do século XIX, era constituído de duas unidades, o externato instalado no centro da cidade e o internato que funcionava no bairro carioca de São Cristovão.

<sup>850</sup> Maria José Garcia WEREBE, *Op. Cit.*, p. 372.

<sup>851</sup> VECHIA & LORENZ [1998], p. vii.

<sup>852</sup> VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. vii.

<sup>853</sup> Cf. Maria José Garcia WEREBE, *Op. Cit.*, p. 373.

<sup>854</sup> Referente ao Colégio Pedro II.

<sup>855</sup> Sem contabilizar o ensino particular na Província de Minas Gerais.

<sup>856</sup> Total parcial que não contabiliza a rede particular de ensino na Província de Minas Gerais.

Se se considerarem ainda as condições de funcionamento da rede particular de ensino no Brasil acima mencionadas, então, apesar de sua efetiva importância (numérica) nos quadros educacionais do Império, não será possível traçar a partir dela um panorama comum do ensino de lógica, pois a escassez de documentação dessas atividades educacionais comprometeria tal iniciativa. Essa opção investigativa reforça-se ainda pelo fato de que, como garantem Lorenz & Vechia, “Os demais colégios eram incentivados a adequar os seus currículos e programas aos do Colégio de Pedro II, principalmente a partir de 1854, quando os exames preparatórios passaram a ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição. A lógica exigia, portanto, a adoção ou emulação desses programas pelos colégios provinciais e particulares.”<sup>857</sup>

Tal preponderância do Colégio Pedro II e de seus programas de ensino permanece inalterada, inclusive no período republicano, quando “... a influência do Colégio se fazia sentir de forma direta. Através do sistema de equiparação, os colégios públicos ou particulares que desejassem ter os privilégios do Colégio de Pedro II, deveriam adotar currículos e programas iguais ou semelhantes aos do mesmo e submeter-se à fiscalização do poder central. Pretendia-se dessa forma, a melhoria da qualidade do ensino secundário pela padronização e funcionamento dos colégios em todo o país.”<sup>858</sup>

Conforme assevera Vera Lúcia Cabana Andrade, as tendências do ensino exercido no Colégio Pedro II podem ser agrupadas em dois modelos. O primeiro de orientação humanista, enfatizava o ensino de literatura, retórica, história, línguas e filosofia, efetivava um ideal mais conservador, onde o ensino secundário era propedêutico ao ensino superior. O segundo, de caráter científico, defendido e implantado na fase republicana, era marcado pelo ensino das ‘matemáticas’, das ciências naturais como uma maneira de implantar um ensino voltado para a modernização e para o progresso do país e suas mentalidades.<sup>859</sup> Entretanto, com o advento da República, o colégio passará por uma crise de identidade, pois tendo sido seu patrono o imperador, tratariam os primeiros governos republicanos, especialmente o governo provisório sob a presidência do marechal Manoel Deodoro da Fonseca, de apagar todo vestígio da presença do regime monárquico no Brasil. Dessa forma, a

---

<sup>857</sup> VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. vii.

<sup>858</sup> *Ibidem*, p. viii.

<sup>859</sup> ANDRADE [1999], p. 18.

reforma educacional republicana, idealizada e implantada por Benjamin Constant em 1890, alterava o projeto pedagógico e a denominação do Colégio Pedro II para *Ginásio Nacional*, denominação de curta duração, substituída definitivamente em 1911 por *Colégio Pedro II*. Afirma Vera Lúcia Cabana Andrade que “As propostas pedagógicas do novo estabelecimento [Ginásio Nacional] direcionavam para a sistematização de um ensino livre, de caráter prático e experimental, onde professores e alunos teriam espaço para ações criativas, desenvolvimento de habilidades e possibilidades de trocas de conhecimentos e vivências.”<sup>860</sup>

O ensino superior durante o Império manter-se-ia fiel à sua motivação de caráter utilitário e pragmático desde sua implantação por D. João VI.<sup>861</sup> Com efeito, a filosofia estava excluída do quadro de estudos superiores, o que trará conseqüências nefastas para a investigação filosófica autóctone. Lima Vaz qualificou tal fase de desenvolvimento da filosofia no Brasil de “Pré-universitária no sentido de que nela a Filosofia (como, por exemplo, a Medicina e o Direito) não aparece integrada no corpo dos estudos superiores mas é, quando muito (sob forma de Lógica, Psicologia ou Moral), matéria de curso preparatório às escolas superiores.”<sup>862</sup> Sob o aspecto quantitativo, é possível pontuar que “No período de 1855 a 1864 as escolas de Direito receberam 8036 estudantes, as de Medicina 2682 e os cursos farmacêuticos 533.”<sup>863</sup> Os dados abaixo reproduzidos da pesquisa de Maria José Werebe quantificam as matrículas no ensino superior em 1864.<sup>864</sup>

<i>Faculdades</i>	<i>Alunos matriculados em 1864</i>
Direito	826
Medicina	296
Escola Central <sup>865</sup>	154
Escola Militar	109
TOTAL	1385

**Tabela 3** – *Matrículas no ensino superior em 1864*

Enfim, conclui Werebe que “Visando o ensino superior à formação profissional ou ao desenvolvimento de qualidades literárias, com o cultivo da retórica e do verbalismo, não poderia, evidentemente, propiciar um ambiente favorável à pesquisa científica. Os trabalhos registrados durante o Império foram frutos de

<sup>860</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>861</sup> Cf. Capítulo 2.

<sup>862</sup> LIMA VAZ [1987], p. 345.

<sup>863</sup> Maria José Garcia WEREBE, *Op. Cit.*, p. 374.

<sup>864</sup> *Ibidem*, p. 374.

esforços individuais, empreendidos por ‘alguns espíritos excepcionais’, apesar das condições adversas de um ‘meio hostil às especulações científicas’.”<sup>866</sup> Sem dúvida, aparece aqui uma razão contundente que explica parte do atraso acadêmico brasileiro na entrada do século XX. Essa característica do meio acadêmico brasileiro, propícia às qualidades retóricas e do verbalismo refletirá um certo cultivo da lógica, que se supunha ordená-lo e dar-lhe consistência enunciativa. Na verdade, hoje se sabe que esta seria a direção menos fecunda que a investigação lógica brasileira poderia tomar, uma vez que era contrária à diretriz de investigação que revolucionou a lógica a partir da metade do século XIX.

### 6.1.2 Aspectos da educação na Primeira República

A lógica no Brasil até 1909 depende, inevitavelmente, dos esforços didáticos de intelectuais e professores isolados. Por isso, ele sofrerá igualmente a instabilidade que marcará o cenário da educação escolar no Brasil. Maria José Werebe diagnostica uma situação educacional, herdada do Império, extremamente desfavorável no início da República. Põe ela:

“Resumindo, podemos dizer que a república veio encontrar o país, no terreno educacional, com uma rede escolar primária bastante precária, com um corpo docente predominantemente leigo e incapaz; uma escola secundária freqüentada exclusivamente pelos filhos das classes economicamente favorecidas, mantida principalmente por particulares, ministrando um ensino literário, completamente desvinculado das necessidades da nação; um ensino superior desvirtuado nos seus objetivos, e ainda – talvez este seja a pior das heranças recebidas – com o desvirtuamento do espírito da educação em todos os graus do ensino.”<sup>867</sup>

Já em relação ao ensino da filosofia, afirma Evaristo de Moraes Filho que a transição do Império à República nenhuma alteração significativa acarreta, pois “No que diz respeito ao ensino da filosofia em qualquer dos graus de ensino, secundário ou superior, nenhuma alteração radical pode ser observada, de imediato, com a implantação da República.”<sup>868</sup> Ao contrário, sob influência positivista, o ensino de filosofia e de lógica será prejudicado em algumas reformas educacionais republicanas, especialmente a de Benjamin Constant, em 1890, e a de Rivadalvia Corrêa, em 1911.

Na primeira reforma republicana do Colégio Pedro II, executada sob a idealização e supervisão de Benjamin Constant, houve clara preferência pelas cadeiras

---

<sup>865</sup> Dos quais quinze militares.

<sup>866</sup> Maria José Garcia WEREBE, *Op. Cit.*, p. 375.

<sup>867</sup> *Ibidem*, p. 383.

<sup>868</sup> MORAES [1959], p. 27-28.

científicas e naturalistas com significativo desprezo do ensino das humanidades. Essa reforma foi inspirada na hierarquia comteana das ciências, onde os estudos de teologia e metafísica são substituídos pelos de história e sociologia.<sup>869</sup> Todavia, tais mudanças não são estruturais, pois como alerta Jorge Nagle:

“É preciso advertir, antes de tudo, que também do ponto de vista da história da educação nem a República se implanta a partir de 1889 nem a Primeira República termina em 1930. Simples marcos cronológicos, essas duas datas de forma alguma significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro. Sem elevá-la ao nível de categoria interpretativa, a expressão ‘República dos Conselheiros’ serve para mostrar, também, a persistência dos quadros escolares do Império durante anos do regime republicano.”<sup>870</sup>

De tal forma esse quadro persistiu que, apenas por volta de 1915, os quadros educacionais do Império começariam a ser superados. Durante a primeira fase do regime republicano houve uma intensa agitação de programas e projetos pedagógicos diferentes, sempre subordinados a visões de mundo correspondentes.<sup>871</sup> Com efeito, concluiu Nagle, “A partir de 1915 surpreende-se uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento significativo: o do entusiasmo pela educação. São idéias, planos e soluções oferecidos. Há aqui uma parcela que se liga ao fervor ideológico do final do Império; mas, agora, este é manifestado pelos próprios republicanos desiludidos com a República existente.”<sup>872</sup>

### 6.1.3 A lógica nos programas de ensino do Colégio Pedro II

Avaliam-se agora o teor dos programas de lógica e a seção a eles dedicada nos programas de filosofia do Colégio Pedro II, ao longo do século XIX e primórdios do XX. Como se mostrou anteriormente, tal colégio foi constituído em referência oficial para o currículo do ensino secundário no Brasil, razão pela qual seus programas são valiosos para a determinação do roteiro de estudo de lógica, naquele respectivo grau de ensino a cada reforma implantada no colégio e, por conseguinte, no ensino secundário brasileiro.

---

<sup>869</sup> ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 61: “Os estudos de teologia e metafísica, eliminados da interpretação dos fatos, cederam lugar à História e à Sociologia.”

<sup>870</sup> Jorge NAGLE, *A educação na primeira república* in HOLANDA & FAUSTO [1990], vol. II, tomo III, p. 261.

<sup>871</sup> ANDRADE, *Op. Cit.*, p. 49: “Com a bandeira republicana, desfraldou-se uma diversidade de concepções e projetos que, desde os primeiros tempos de vigência da nova ordem, sinalizaram disputas de poder e visões de mundo diferentes.”

<sup>872</sup> Jorge NAGLE, *A educação na primeira república* in HOLANDA & FAUSTO [1990], vol. II, tomo III, p. 262.

Em vista disso, reproduziram-se os programas de lógica das diversas reformas educacionais pelas quais passou o Colégio Pedro II; a maioria deles aparecem tal como foram levantados e publicados por Vechia & Lorenz, com exceção do plano para o ano de 1901. Este plano, não incluído no estudo citado, foi localizado nos levantamentos dessa pesquisa. Permanece ainda desaparecido o plano de lógica de 1908; apesar disso, há condições, indiretamente, para reconstituí-lo a partir dos livros didáticos de lógica publicados na época, cuja redação se pautou nas diretrizes desse plano, como se verá mais tarde.<sup>873</sup> Outra lacuna mais séria, porque momentaneamente irremediável, é a deixada pelo desaparecimento dos programas referentes às reformas educacionais no Colégio Pedro II nos anos de 1870 e 1899.<sup>874</sup> No total, asseguram Vechia & Lorenz, foram 21 reformas curriculares que o estabelecimento passou entre 1841 e 1951.<sup>875</sup>

De modo geral, a diretriz dos programas de lógica é eclética, procurando conciliar a herança greco-escolástica do ensino jesuíta com a abordagem moderna típica do Dezoito Português. Tais abordagens ganham, no contexto do Segundo Império, uma roupagem nova, agora procurando conciliar interesses de uma abordagem restauradora com uma postura pretensamente científica e naturalista. A partir da proclamação da República, provavelmente sob influência do positivismo, a filosofia não aparece em nenhum programa. Para os anos de 1892, 1893 e 1895 não figura a matéria de filosofia em ano nenhum.<sup>876</sup> Somente no plano de ensino para o ano de 1898 reaparece a filosofia como ‘história da filosofia’, no último ano do curso clássico.<sup>877</sup> O programa não abrangia nenhum item de lógica. A exceção seguinte é aquela em que a lógica deve ser lecionada no sexto ano, para os anos letivos de 1901 a 1906, nos termos do regulamento de 26 de janeiro de 1901.

Com relação à lógica no ensino superior, não se fará aqui o estudo exaustivo que o assunto merece. Todavia, parece não existir uma distinção qualitativa fundamental entre os cursos de filosofia de nível médio e superior. Amostras deste ensino podem ser obtidas a partir da discussão dos programas de filosofia das

---

<sup>873</sup> Cf. SENTROUL [1909], SOUZA DÓRIA [1903] e [1907] e BARROS [1909].

<sup>874</sup> VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. vii. A citação original dos autores inclui os programas para o ano de 1901. Retirou-se da referência esse ano, pois o respectivo programa foi localizado.

<sup>875</sup> *Ibidem*, p. vii; viii.

<sup>876</sup> *Ibidem*, p. 110-161.

<sup>877</sup> *Ibidem*, p. 162-185.

faculdades de direito, medicina e engenharia, em funcionamento tanto no Império como nos primórdios da República.<sup>878</sup>

### 6.1.3.1 Programas de ensino médio de filosofia na fase imperial (1850-1882)

A primeira coletânea dos programas de ensino do Colégio Pedro II surge em 1850.<sup>879</sup> Nela incluem-se tópicos de lógica e, como na maior parte dos programas do século XIX, a lógica aparece inclusa no programa de filosofia. Apresentam-se abaixo os trechos correspondentes de cada plano ao ensino de lógica. No primeiro deles se lê:

“PHILOSOPHIA

1. Considerações geraes sobre a Logica.
2. Do criterio da verdade, se he multiplice.
3. Se a percepção admite regras.
4. Observação, comparação; suas regras.
5. Definição e suas regras.
6. Idem.
7. Syllogismo.
8. Idem.
9. Differentes fórmulas de raciocinio.
10. Idem.
11. Enthymema. Epicherema.
12. Sorites. Exemplo.
13. Idem.
14. Divisão e suas leis.
15. Dilemna. Prosylogismo.
16. Reducção de todas as fórmulas de argumentação ao Syllogismo.
17. Regras que convém ao Syllogismo.
18. Idem.
19. Sophisma e Paralogismo.

---

<sup>878</sup> A título de ilustração, reproduz-se abaixo o esquema do livro de Galvão Bueno preparado para seu curso de filosofia da Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Inspira-se em Krause e a parte destinada à lógica divide-se conforme o esquema a seguir: *Primeira Parte – Teoria do Conhecimento*; Livro I – Noção de conhecimento; Livro II – Origens do conhecimento; Livro III – Lei do conhecimento; Livro IV – Legitimidade do conhecimento; *Segunda Parte – Lógica Formal*; Livro I – Theoria das operações do entendimento; Livro II – Lógica Real; Livro III – Theoria da Ciência. Como se pode confrontar a discussão desenvolvida por Galvão Bueno em muito se aproxima da dos textos utilizados no ensino médio da época.

<sup>879</sup> Os planos de ensino do Colégio Pedro II publicados em 1850, refletem conteúdos estudados em 1841 garantem VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. viii.

20. Autoridade do testemunho dos homens; regras a que conêm submettel-a.”<sup>880</sup>

Os itens seguintes do programa de filosofia correspondem à uma temática de filosofia moral e teodicéia. Como se pode ver, este programa para o sétimo ano<sup>881</sup> pode ser caracterizado em duas partes. A primeira elenca tópicos relacionados à cognição e sua relação com critérios de verdade; a segunda parte, mais extensa, dedica-se a um pequeno núcleo da lógica formal na abordagem tradicional (greco-escolástica). Não há menção sobre livro texto. O programa de filosofia para o sexto ano não apresenta tópicos de lógica, ou a ela relacionados, detendo-se essencialmente em metafísica, psicologia e ontologia.

No programa vigente a partir de 1856, os tópicos de lógica constituem o programa de filosofia, naquele momento cursado no quinto ano. Esta parte do programa e a recomendação didática que o antecedem são abaixo reproduzidas.

“PHILOSOPHIA

Esmere-se o professor em iniciar seus discípulos (sic) no estudo do espirito humano, e nas noções elementares da logica, propondo-lhes questões simples sobre o seguintes artigos, e illustrando os preceitos com exemplos familiares:

1. Objecto e divisão, da philosophia, suas relações com as mais sciencias.
2. Da consciencia (sic); certeza da observação interna.
3. Das faculdades da alma; sensibilidade, entendimento, vontade.
4. De nossas ideias em geral; suas diversas especies.
5. Das primeiras fontes de nossos conhecimentos: intuição dos sentidos, senso intimo, razão.
6. Operação do entendimento: atenção, comparação.
7. Abstracção, formação das ideias geraes.
8. Do juízo e do raciocinio.
9. Da memoria, da associação de ideias, da imaginação.
10. Dos signaes em geral, dos vocabulos em particular.
11. Da influencia dos ignaes sobre a formação das ideias.
12. Do methodo; analyse e synthese.
13. Das proposições, suas especies.
14. Da equipolencia, convesão e opposição das proposições.
15. Regras da definição e divisão.
16. Das classificações naturaes e artificiaes.

---

<sup>880</sup> VECCHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. 3.

<sup>881</sup> O ensino fundamental e médio no Colégio Pedro II – usando a terminologia atual – totalizavam sete anos de estudos. Como nos dias de hoje, o aluno matriculava-se na primeira série e formava-se ao término da sétima, quando obtinha o grau de bacharel em ciências e letras.



17. Da evidencia e da certeza, suas especies.
18. Regras da observação externa e da experiencia.
19. Da analogia e indução.
- 20 .Das hypotheses; dos grãos de probabilidade.
21. Dos axiomas e das demonstrações.
22. Do syllogismo simples, suas regras e figuras.
23. Do syllogismo complexo; do condicional, do copulativo e do disjunctivo.
24. Dos enthymemas, dilemas, sorites e mais argumentos.
25. Regras da discussão scientifica.
26. Do testemunho humano.
27. Regras da critica historica.
28. Regras da interpretação.
29. Dos sophismas; meio de os resolver.
30. Dos erros, suas causas e remedios.<sup>882</sup>

No programa para esse ano, aparece a indicação de um livro *Cours élémentaire de Philosophie*, do jesuíta francês E. Barbe. Tal texto reunia motivações restauradoras. Quanto aos reflexos dessa orientação sobre a lógica, note-se que a parte da lógica formal aparece mais valorizada nesse programa que no anterior. Além disso, sua motivação restauradora é compatível com o projeto identitário branco europeu, introduzido na primeira seção deste capítulo. Para efeito de comparação, são reproduzidos abaixo os tópicos de lógica do livro de Barbe. Tais tópicos eram trazidos na segunda parte da filosofia, conforme a divisão do compêndio.<sup>883</sup> Lá se lê:

Capítulo I – Da certeza [verdade, erro, evidência, certeza, probabilidade]

Capítulo II – Do methodo em geral [análise, síntese, do uso do methodo]

Capítulo III – Dos meios auxiliares do methodo.

Seção I – Da observação, experimentação, analogia, indução, classificações e hypotheses

Seção II – Definição, divisão, axiomas, demonstração, dedução e syllogismo.

Capítulo IV – Do methodo nas differentes ordens de Sciencias.

Capítulo V – Dos erros e sophismas.

Nos programas do Colégio Pedro II para o ano de 1858, os tópicos de lógica aparecem inclusos no curso de filosofia, componente curricular do sexto ano de estudos. Não é mera coincidência as semelhanças entre este programa e o anterior. A exposição de Barbe continuará a ser o livro texto. Para demonstrar as semelhanças

---

<sup>882</sup> VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. 35-36.

<sup>883</sup> BARBE [1871], sumário.

aqui apontadas, elenca-se abaixo a parte de lógica do programa de filosofia daquele ano:

“PHILOSOPHIA – LOGICA

1. Divisão da Philosophia: objecto da Logica; sua relação com as mais sciencias.
2. Das faculdades da alma: sensibilidade, entendimento, vontade.
3. De nossas idéas em geral: suas diversas especies.
4. Operação do entendimento: atenção, comparação.
5. Abstracção, formação das ideás geraes.
6. Da memoria, associação das idéas, imaginação.
7. Do juiso, e do raciocinio.
8. Dos signaes, e em particular dos vocabulos; sua relação com o pensamento.
9. Do methodo: analyse e synthese.
10. Das proposições, suas especies, conversão e opposição.
11. Da definição, divisão e classificação.
12. Do senso intimo, evidencia, certeza, axiomas, demonstrações.
13. Da observação externa: da inducção, analogia e probabilidade.
14. Do testemunho humano: regras da critica historica.
15. Do syllogismo, suas especies, regras e figuras.
16. Da argumentação, suas formas e regras.
17. Dos sophismas e causas dos erros.”<sup>884</sup>

O programa de lógica para o ano de 1862 é mantido idêntico ao de 1858<sup>885</sup>, inclusive no mesmo ano de estudos, e o livro adotado continua a ser o do jesuíta acima citado. Os programas de ensino da fase imperial apresentam uma certa perenidade; mesmo quando mudam, sua orientação essencial é mantida. No geral, buscava-se formar o aristocrata. A lógica então adequa-se para munir esses futuros distintos integrantes da sociedade civil da retórica necessária à vida pública, e.g. no exercício da política. Em 1877, aparece uma mudança no curso de lógica dado no Colégio Pedro II. Nesse ano o livro texto muda e passa a ser o de A. Pellissier, *Précis d'un cours complet de Philosophia élémentaire*. Desse texto foi publicado no mesmo ano uma tradução no Rio de Janeiro.<sup>886</sup> Segue abaixo o respectivo programa.

“PHILOSOPHIA

---

<sup>884</sup> VECCHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>885</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>886</sup> A. PELLISSIER, *Philosophia elementar*, Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Nicolao-Alves, 1877, 446 p. (FD)

Noções odontológicas (sic), psychologia, logica, moral, theodicéa, rapido esboço da historia da philosophia, defesa de proposições, mensalmente, pelos alumnos que a sorte designar.

[...]

#### LOGICA

13. Methodo em geral. Analyse e synthese.
14. Methodo experimental. Observação. Classificação. Analogia. Inducção.
15. Methodo demonstrativo. Axiomas. Definições. Demonstração.
16. Syllogismos, suas figuras e regras: uso e abuso.
17. Autoridade do testemunho humano; regras da critica historica.
18. Certeza. Evidencia. Probabilidade.
19. Erros, suas causas e remedios.”<sup>887</sup>

É um programa mais enxuto que o dos anos anteriores. Observe-se que a parte destinada à abordagem de temas da lógica formal é bastante reduzida. Entre tais temas, parece não haver um detalhamento suficiente das diversas formas de argumentação. Compare-se este plano com o de 1856, onde esta parte aparece mais clara. Esse programa regia o curso que seria dado no sexto ano de estudos. Entre os conteúdos prescritos no programa de filosofia em 1878, figura a lógica com um sumário de conteúdo muito parecido com o programa acima descrito e reproduzido abaixo:

#### “PHILOSOPHIA

[...]

#### LOGICA

17. Da verdade, evidencia, certeza, suas differentes especies.
18. Do methodo: analyse e synthese, suas regras: uso particular do methodo analytico e synnthetico.
19. Da observação, experimentação classificação; suas regras.
20. Da analogia, inducção, hypothese e suas regras.
21. Da definição, divisão, axiomas, (sic) e demonstração, e suas regras.
22. Das proposições, suas propriedades absolutas e relativas.
23. Do syllogismo, suas especies (,) regras e figuras.
24. Das diversas fórmulas de argumento derivadas do syllgismo.
25. Da autoridade do testemunho humano; regras da crítica historica.
26. Dos sophismas, e das causas e remedios dos erros.”<sup>888</sup>

---

<sup>887</sup> VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. 71; 72.

<sup>888</sup> *Ibidem*, p. 88.

Tal conteúdo de lógica, designado para o sexto ano de estudos, utilizava-se do mesmo texto didático indicado para 1877, com a adição de postilas do professor. Muito parecido ao programa anterior é o programa seguinte, mantido pelo currículo de 1882. Incluso no sexto ano de estudos, o curso apoiava-se no então novo manual de autoria de Paulo Janet e F. A. Jaffre.<sup>889</sup> Segue abaixo o extrato do programa de filosofia referente à lógica, para comparação com o anterior.

“PROGRAMMA DE ENSINO DE PHILOSOPHIA

[...]

22. Logica: Objecto da logica. Methodo em geral. Analyse e synthese.
23. Methodos particulares. Classificação das sciencias.
24. Do methodo inductivo; observação, experimentação e classificação.
25. Da analogia, indução e hypothese.
26. Do methodo demonstrativo; axioma; definições; demonstração.
27. Do syllogismo; materia e fórma, termos e proposições, figuras e regras.
28. Grãos de assentimentos. Probabilidade, evidencia e certeza.
29. Autoridade do testemunho humano. Regras de critica historica.
30. Dos erros causas e remedios.”<sup>890</sup>

De modo geral, durante a fase imperial, como se mostrou, não houve ruptura quanto ao ensino de lógica. Prolongar-se-á o ensino da lógica greco-escolástica bastante elementar. Essa superficialidade acarretou, entre outras coisas, uma inércia absoluta no que diz respeito ao desenvolvimento acadêmico da lógica no Brasil, pois esta era sempre apresentada como algo já feito e pronto, desestimulando qualquer iniciativa de aprimoramento da mesma. Por outro lado, mesmo que se quisesse, o tipo de problema em questão no ensino secundário nunca poderia se aproximar de problemáticas relevantes à lógica, pois esta direcionava-se naquele momento a outras questões, especialmente àquelas voltadas aos fundamentos da matemática.

### 6.1.3.2 Programas de ensino do período republicano (1898-1906)

As reformas educacionais do início da República caracterizam-se pela hostilidade no tratamento dado ao ensino de filosofia e de humanidades em geral. Tal ferocidade devia-se, provavelmente, ao ideário educacional positivista, recaindo

---

<sup>889</sup> Foi localizado na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o texto *Tratado elementar de Philosophia*, editado no Rio de Janeiro: Garnier, 1885. Provavelmente, é a este texto que se refere a indicação do programa de ensino. F. A. Jaffre possui outros textos em filosofia. Entre eles, *o Cours de philosophie adapte au programme du baccalaureat es lettres*, publicado em Lion em 1886, em quarta edição por Delhomme et Briguët. O texto possui 719 páginas. (FD)

<sup>890</sup> VECHIA & LORENZ, *Op. Cit.*, p. 105.

inclusive com grande força sobre a lógica. Isso se deveu principalmente ao fato de que os positivistas não enxergavam a lógica como disciplina independente e sim como método subjacente a cada ciência.<sup>891</sup> Daí que, desde a primeira reforma educacional republicana transcorrida em 1890, sob custódia de Benjamin Constant, tal tendência apareça bastante nítida tanto quanto ao ostracismo dado à filosofia, quanto ao que afligiu o ensino de lógica. Nesse sentido, a diretriz educacional do *Gymnasio Nacional* receberá forte influxo do projeto educacional positivista, valorizando a matemática e as ciências como um recurso, para minimizar a formação humanística que caracterizou a educação no estabelecimento, durante a fase imperial.

Em vista do exposto acima, concorda o fato de que, em 1898, o programa de filosofia reduz-se à história da filosofia e a lógica nele não figura; o mesmo ocorre com o programa de filosofia nos currículos dos anos 1890, 1892 e 1894. Todavia, paradoxalmente, é na fase republicana que a lógica aparecerá pela primeira vez como disciplina independente. Isso ocorreu no curso de bacharelado, em 1901, com a reforma educacional de Epitácio Pessoa, implantada em 1901. Dois anos depois, as cátedras de lógica e literatura são decretadas, privativas do Externato do *Gymnasio Nacional*.<sup>892</sup>

O plano de ensino de lógica de 1901 foi preparado em janeiro daquele ano e aprovado pelo ministro dos negócios do interior em 1904, e ficou vigente até o ano de 1906. Tal plano determinava que o curso deveria ser dado no sexto ano do curso secundário do Colégio Pedro II.<sup>893</sup> O plano principia com uma caracterização peculiar, do papel da lógica no currículo do curso secundário de então. Lê-se:

“A logica, no seu dominio real e formal, restringir-se-há ao estudo elementar da marcha effectiva da intelligência humana no descobrimento, demonstração e transmissão da verdade e ás leis invariaveis que regem os phenomenos intellectuais; comprehendendo: meditação inductiva, meditação deductiva, classificação das sciencias e methodos correlativos.”<sup>894</sup>

Apesar das críticas hoje dirigidas ao ensino de lógica e filosofia da época, vale lembrar que foram iniciativas como as do Colégio Pedro II que manterão um debate filosófico mínimo no Brasil, na fase de seu cultivo pré-universitário. O programa completo de lógica deste ano é reproduzido abaixo, na íntegra, devido à sua

---

<sup>891</sup> Cf. Capítulo 5.

<sup>892</sup> DORIA [1937], p. 210.

<sup>893</sup> BRASIL [1905]. Assim atestam os programas de ensino publicados em 1905, segundo os termos do referido regulamento no artigo 9, número XI, 26 de Janeiro de 1901.

<sup>894</sup> *Ibidem*, p. 53.

importância histórica. Ele é o primeiro programa oficial de lógica do Brasil republicano:

“LOGICA – 6º. ANNO (3 horas)

#### PRIMEIRA PARTE

*Idéas e noções communs à logica real e formal.*

1. Definição logica; a que grupo de sciencias pertence; divisão da lógica
2. O conhecimento, a idéa, o juizo, o raciocínio
3. As palavras, as proposições
4. Verdade, erro, evidência, duvida, certeza. Critica do conhecimento
5. Categorias de Aristóteles, de Kant, de Mill, de Bain
6. Theoria da definição.
7. Methodo em geral; sua divisão

#### SEGUNDA PARTE

*Logica inductiva*

8. Inducção, seu fundamento.
9. Processos especiaes do raciocinnio inductivo.
10. Observação.
11. Experimentação. Analyse e synthese
12. Analogia e Probabilidade
13. Comparação e classificação
14. Theoria da hypothese.

#### TERCEIRA PARTE

*Logica deductiva*

15. Deducção, sua natureza e relações com a inducção
16. Syllogismo, regras e figuras
17. Fórmias de raciocínio reductíveis a syllogismo
18. Axiomas; demonstração
19. A nova analytica. Quantificação do predicado

#### QUARTA PARTE

*Vicios que podem atacar o raciocínio inductivo e o deductivo*

20. Sophismas de inducção
21. Sophismas de deucção
22. Sophismas extra-logicos

QUINTA PARTE

*Logica applicada ou logica das sciencias*

23. Classificação das Ciências
24. Logica da mathematica.
25. Logica da astronomia
26. Logica da physica
27. Logica da chimica
28. Logica da biologia
29. Lógica da psycologia
30. Logica da sociologia
31. Logica da Moral
32. Limites e methodos e da ciência humana.<sup>895</sup>

O programa acima reproduzido apresenta algumas peculiaridades que parecem apontar para uma compreensão muito particular de alguns aspectos da teoria lógica, procurando conciliar concepções antagônicas quanto à mesma. Sua primeira seção, de modo usual para a época, contemplava aspectos históricos e conceituais relevantes à lógica. Na segunda e terceira partes do programa chama muito a atenção o fato de a lógica indutiva preceder a dedutiva. Vale lembrar que, para o positivismo comteano ortodoxo, a lógica dedutiva situava-se em termos hierárquicos de modo inferior à indutiva, lógica das ciências por excelência, enquanto a dedução ficava confinada à matemática. É exatamente isso que se confirma com a divisão do programa na quinta seção, dedicada à lógica das ciências. Tal preponderância da teoria da ciência – no senso em que a entendia o positivismo – sobre a lógica é outro traço flagrantemente positivista, para os quais a lógica existia pulverizada dentro de cada ciência em particular, não logrando assim, existência separada e problemática própria e independente.

As políticas educacionais eram, como hoje, bastante instáveis. Graças a isso, a cátedra dura muito pouco. Na reforma educacional promovida por Rivaldavia Corrêa, em 1911, ela foi extinta;<sup>896</sup> também a cadeira de filosofia ficará extinta por alguns anos. Apenas em 1915, a filosofia volta ao currículo do Colégio Pedro II, em 18 de março de 1915. Naquele ano, o curso de lógica torna-se uma cadeira opcional,

---

<sup>895</sup> BRASIL, *Op. Cit.*, p. 53-54.

<sup>896</sup> Na Lei Federal 2356 de 31 de dezembro de 1910, regulamentada por decreto 8669, de 5 de abril de 1911. (Cf. MORAES [1959], p. 18-45).

conforme relata Escragnolle Dória: “O Alumno escolheria o estudo de allemão ou do inglez, podendo frequentar o *curso facultativo de* psicologia, (sic) *logica* e historia da philosophia funcionando no Externato e no Internato.”<sup>897</sup>

## 6.2 Compreensões de lógica a partir das fontes e publicações do período

### 6.2.1 Fontes

O exame atento das publicações de lógica do período fornece um roteiro de leitura detalhado, peculiar e confiável das compreensões da disciplina no Brasil. Se alguma lacuna resta ainda neste levantamento de fontes primárias, ela é ignota e momentaneamente irremediável, uma vez que todo esforço possível foi empenhado em obter a informação disponível nos arquivos consultados. A sinopse de que trata essa seção desenvolve-se de modo cronológico, dentro do recorte histórico aqui avaliado.

O primeiro texto de lógica catalogado da última década do século XIX é uma tradução do texto de autoria de Maximilien Paul Émile Littré (1801-1881)<sup>898</sup>, denominada *Fragmentos de philosophia positiva – lógica*. Essa publicação, tendo sido traduzida por M. C. Rocha, foi publicada em 1894, no Rio de Janeiro. Essa edição parece sugerir a existência de público leitor para tal abordagem da lógica, a ponto de valer uma tradução.<sup>899</sup> Enquanto tradução, o texto não denota a produção autóctone. Todavia, mapeia o círculo de influência da abordagem comteana à lógica. Não foi discutido aqui, uma vez que resultaria em constatações já feitas anteriormente.

Outro texto cuja inspiração reflete a influência da abordagem comteana à lógica é o *Ensino Positivista: Lógica*, cuja autoria pertence a Raimundo Teixeira Mendes. O texto é o conjunto de apontamentos do curso dado pelo apóstolo positivista em 1897, no Rio de Janeiro. Esta fonte resiste ao tempo, manuscrita, testemunhando a ortodoxia do ensino doutrinário do Apostolado Positivista. Documento inigualável e inédito, seu autor o baseou todo na *Síntese Subjectiva* de

---

<sup>897</sup> DORIA [1937], p. 230. Grifos nossos.

<sup>898</sup> Após a morte de Comte, Littré publicou idéias que atestavam sua independência intelectual em relação a algumas teses do fundador do positivismo moderno. Isso acarretou a antipatia dedicada a ele pelos positivistas ortodoxos brasileiros. Entre outras coisas, Littré admitia válida apenas a teoria da ciência de Comte, desprezando toda a última fase de seu pensamento, especialmente as teses relativas à religião da humanidade.

<sup>899</sup> Note-se que naquela época para qualquer reprodução em alguma quantidade, mesmo que pequena, fazia-se necessário se recorrer a uma edição tipográfica do material.



Augusto Comte. Seus pormenores mais relevantes são discutidos na próxima subseção.

A cátedra de lógica do Colégio Pedro II foi separada da de filosofia pela reforma educacional, ocorrida no governo do presidente Epitácio Pessoa em 1901, ela foi regida inicialmente por Sílvio Romero (1851-1914)<sup>900</sup> e, logo mais, por Vicente de Souza Dória (1852-1909). Médico e professor de filosofia e latim durante anos no mesmo colégio, ele foi admitido para o cargo sem concurso específico, sendo oportunamente designado pela congregação do estabelecimento.<sup>901</sup> Seu magistério ficou registrado na publicação *Curso de lógica segundo as lições professadas no Gymnasio Nacional*. Este volume surge em 1903, enquanto seu complemento, intitulado *Curso de Lógica: geral, pratica, methodo em geral, processo analítico*, aparece em 1907. Este texto merece análise em particular, o que se fará no momento oportuno. Ele será discutido naquilo que torna sua exposição de lógica única. Mesmo algumas de suas imperfeições ocultam aspectos interessantes e curiosos quanto à compreensão do passado da lógica no Brasil.

Na seqüência cronológica dos textos de lógica, publicados no princípio do século XX, em 1907, aparece o *Ensaio sobre lógica* de Prado Sampaio, publicado em Aracaju, na Typographia do Estado do Sergipe. É uma publicação de nível bastante elementar e com características da cultura livresca comuns à história da filosofia e da lógica no Brasil. Por isso, sua enunciação é bastante lacunosa, não dando o tratamento adequado às questões essenciais da teoria lógica. Reflete sim, uma

---

<sup>900</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 319, assim o avalia: “Sílvio Romero não pedia à filosofia doutrinas, mas sim, um método. Nela via uma orientação espiritual sempre a se refazer, sempre renovada e não um feixe de teses dogmáticas.” E continua, “Não nos parece, pois, que Sílvio Romero tenha sido em filosofia uma espécie de ‘barco sem leme nem bússola’... [...] Interessado na vida prática, Sílvio Romero não se consumiu na pesquisa de abstrações. Se assim tivesse feito, não nos teria deixado essa grande obra que é a sua. A filosofia foi, para ele, apenas um método e não um feixe de fórmulas porque, essas, sim, constituem verdadeiras couraças que comprimem o espírito e impedem que se descortinem largos e sempre novos horizontes. Que a sua obra se ressentisse dos defeitos do autodidatismo é fato incontestável e que não é de estranhar, pois que em todos os nosso *filosofantes* a mesma coisa se verifica. O que é de espantar, em certos críticos, é a rudeza que mostram em relação a Sílvio Romero e a benevolência que demonstram por exemplo, em relação a Farias Brito. Mas que ligação pode haver entre a obra portentosa que nos legou Sílvio Romero e a filosofia de Farias Brito? Sílvio é o Brasil, atropelado, errado, mas vivo. Farias é o comentário do comentário, uma promessa de filosofia metafísica que não chega a se realizar.” (CRUZ COSTA [1956], p. 319-320) Apesar da avaliação de Cruz Costa, cabe lembrar que também Sílvio Romero não era credenciado em lógica.

<sup>901</sup> Conforme notícia biográfica no início do volume onde se lê que Vicente de Souza, médico de lógica no Externato do Gymnasio Nacional. Ele assumiu a cadeira de Sílvio Romero, quanto este foi eleito para a Câmara dos Deputados de 1889 a 1908 (Cf. FRANCA [1987], p. 300). Prestou dois concursos e com as aulas dadas em 1901-1903, transferiu-se de lente de latim a de lógica.

compilação pouco criteriosa que põe lado a lado autores como Sílvio Romero, Herbert Spencer, Noiré, Haeckel e Comte.

No *Ensaio*, Sampaio afirma que “A logica (de *logicos*, razão, raciocínio) pode ser considerada sob um duplo ponto de vista; a) como conhecimento das leis que regem as operações da intelligencia; e b) como conjuncto de regras deduzidas das leis gerais susceptíveis de serem applicadas á verificação das operações intellectuaes. No primeiro se diz sciencia, no segundo arte.”<sup>902</sup> Um aspecto interessante da compreensão de lógica de Sampaio é seu distanciamento da concepção de lógica de Port-Royal como insuficiente para ‘o pensamento moderno’. Ignorando a teoria das idéias, do juízo e da proposição, ele vê diretamente no método a essência da lógica. Assim afirma ele: “Tendo por fim guiar o pensamento, presidindo ás leis que regem as operações da intelligencia, a logica, como uma disciplina do espírito, é a principal alavanca do mundo intellectual, um instrumento poderoso de demolição e de reconstrucção, movido pelo methodo.”<sup>903</sup> Tal afirmação, olhada mais a fundo, não é absolutamente díspar da proposta dos cartesianos de Port-Royal.

Bastante incompleta no que diz respeito aos temas fundamentais de uma exposição elementar da lógica, mesmo para sua época, o tratamento dado à teoria do silogismo é resumido em três páginas, onde apenas elenca conceitos bastante esquemáticos do que seja o termo, o juízo e as oito regras do silogismo válido.<sup>904</sup> Noutro momento, quando define dedução e indução, sua caracterização é absolutamente incompleta e no aspecto fundamental, equívoca. Ele considera que “A deducção procede, pois, do geral para o particular; pelo contrario – a inducção se eleva do particular para o geral.”<sup>905</sup> O interesse deste texto para a história da lógica no Brasil fica praticamente esgotado pelas considerações acima expressas a seu respeito.

Texto homônimo ao de Prado Sampaio, o *Ensaio sobre lógica*, de Agliberto Xavier, foi editado no Rio de Janeiro, em 1908. Xavier, um intelectual ativo e preparado haveria de destacar-se com publicações específicas ao domínio da investigação matemática. Nessa área destaca-se a publicação do livro *Théorie des approximations numériques et du calcul abrégé*, publicada em Paris, no ano

---

<sup>902</sup> SAMPAIO [1907], p. 18.

<sup>903</sup> SAMPAIO, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>904</sup> *Ibidem.*, p. 42.

<sup>905</sup> *Ibidem.*, p. 41.

seguinte.<sup>906</sup> Embora mais aprimorado, o texto divulga a concepção positivista de lógica e volta-se ao ensino. Este trabalho receberá discussão específica em alguns de seus aspectos ainda não contemplados nas discussões anteriores da abordagem à lógica em que se filia.

O monsenhor Carlos Sentroul, doutor em filosofia por Louvaine, redigiu o *Tratado de Logica: conforme o programa oficial dos gymnasios do Brasil*, para ser utilizado nas aulas do primeiro curso oficial de filosofia a funcionar no Brasil. Tal curso iniciou suas atividades no mosteiro de São Bento, em São Paulo, em 1908, fornecendo certificação de bacharelado e licenciatura em filosofia pela Universidade Católica da Bélgica. O texto é bastante preciso e de qualidade conceitual incomum entre os textos brasileiros publicados no mesmo período. Em termos do conteúdo lá exposto, a lógica restringe-se à forma greco-escolástica e a aspectos de teoria da ciência, ambos expostos com motivação restauradora *à la* Soriano de Souza. Em função de já terem sido expostos os conceitos fundamentais daquela abordagem, não se exporá aqui, em detalhes, a abordagem à lógica de Sentroul. Todavia constitui-se num bom paralelo, para compreender a discrepância qualitativa entre as exposições de brasileiros e a dele, formado na Europa.

Do concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II – na *época Ginásio Nacional* – provêm muitos documentos primários relevantes à caracterização das compreensões de lógica, em voga no período, e admitidas durante o decurso dos exames oral, didático e escrito do referido concurso. As provas serão discutidas com destaque nos elementos mais interessantes à caracterização da compreensão de lógica. Nesse caso não se fará distinção entre esses elementos aos que abonem a história da lógica no Brasil ou a desabonem. A história do concurso, que se detalhará mais tarde provocou diversas manifestações, especialmente contra sua realização, e mesmo à existência da cátedra de lógica no ensino médio. No primeiro caso, o *Accuso! Concurso de Lógica no Externado do Gymnasio Nacional*, do médico Júlio Oscar Novaes de Carvalho, editado no Rio de Janeiro, logo após a realização do concurso, critica a idoneidade da banca examinadora e, em contrapartida, o julgamento dos candidatos por ela mantido. Do mesmo ano, correspondendo ao segundo tipo de manifestações acima indicado aparece no Rio de Janeiro, também em 1909, o livro *A lógica: sua instituição positiva segundo Augusto Comte* de A. R. Gomes de Castro.

---

<sup>906</sup> A editora parisiense foi a Gauthier-Villars. O Instituto de Matemática e Estatística da

Nesse texto o autor sustenta à luz da ótica positiva (comteana) que a cátedra de lógica não deveria existir, pois, segundo seu ponto de vista, só se poderia estudar lógica estudando-se a ciência, uma vez que a separação entre método e doutrina para os positivistas era ilícita. Ambos os textos, de discussão ainda inédita, serão oportunamente avaliados.

O último texto catalogado até 1909 é o de Affonso Duarte de Barros, intitulado *Logica: compendio de accordo com o programa official*, publicado no Rio de Janeiro. Embora seu trabalho não apresente nada de extraordinário, pois resulta do mesmo procedimento acadêmico então em voga, ou seja, a compilação de diversos compêndios para a obtenção de textos didáticos, a exposição será oportunamente avaliada, porquanto seu autor foi um dos concorrentes do concurso à cátedra daquele ano. Por outro lado, sua compreensão de lógica é bastante distorcida, constituindo-se num exemplo patente do tipo de intelectualidade que então se exercia no Brasil. Seu texto mostra como interpretou a lógica a partir da influência da filosofia monista de Haeckel e Noiré.

Nesta sinopse, não figuraram outros textos de filosofia do período. Muitas vezes tais textos nada acrescentam à discussão desta pesquisa, como os *Ensaio de philosophia e sciencia* de Estelita Tapajós, publicado em São Paulo, em 1898.

### 6.2.2 A extensão da influência comteana

Esta subseção destina-se a apresentar aspectos ainda não discutidos da visão de lógica positiva entre brasileiros, na transição do século XIX ao XX. O primeiro texto incluso aqui são as aulas de lógica positiva de Raimundo Teixeira Mendes. O *Ensino Positivista: Lógica* segue ortodoxamente a forma e conteúdo da lógica positiva. Nele o divulgador, como seria natural supor, por sua vinculação ao Apostolado Positivista, não renova nenhum dos enunciados da *Síntese Subjetiva* de Augusto Comte, conforme mostra a apreciação do códice manuscrito, que reproduz aulas de lógica positiva por ele ministradas. Isso é o que permite ver a divisão da exposição esquematizada do texto de Teixeira Mendes.

Cálculo Aritmético

1ª Lição: Conceção geral da Logica; plano do seu estudo, donde apreciação do lugar que ocupa a aritmética no conjunto do saber humano.

2ª Lição: Teoria geral das concepções numéricas.

3ª Lição: Desenvolvimento histórico da instituição subjetiva dos números.

4ª Lição: Extensão sistemática da teoria subjetiva dos números mediante a sua regeneração positivista.

5ª Lição: Conceção geral da numeração

6ª Lição: Instituição da numeração normal

7ª Lição: Teoria numérica da ordem (permutações, arranjos, combinações e repartições)

8ª Lição: Teoria do cálculo fetichico. Adição, subtração e multiplicação dos números inteiros.

9ª Lição: Instituição fundamental do calculo (sic) teocrático (divisão dos números inteiros).

Na nona lição encerra-se a exposição do *Ensino Positivista: Lógica*. Há indícios de que a exposição continua num caderno suplementar; todavia este não foi localizado. Teixeira Mendes principia sua exposição advertindo que a iniciação ao positivismo – note-se a ênfase no aspecto religioso – deve começar pela lógica e tem por finalidade “... de uma apreciação analítica do dogma, a fim de que a inteligência pudesse preencher a indispensável missão que lhe compete no conjunto da Religião.”<sup>907</sup> Do ponto de vista da teoria por ele denominada lógica, e pautada completamente dentro do dogma positivista, aparecem as três espécies de lógica: a dos sentimentos, das imagens, dos sinais; o conceito de lógica é, obviamente, o comteano. Para os positivistas ortodoxos não há verdade fora disso. A concepção de matemática também é ingênua e seu espírito coincide com o apreciado no capítulo anterior.

Uma instância da afirmação acima aparece no quarto tópico da segunda lição, denominado *Teoria geral das concepções numéricas*. Nesse ponto, o autor desenvolve uma suposta análise semiótica, onde procura entrelaçar “Correcção de semelhante tendencia mediante o exame sumario da linguagem sob o aspecto numerico.”<sup>908</sup> Neste ponto, ele procura mostrar como as concepções numéricas são universais, mediante o exame sumario da linguagem humana. As concepções numéricas dominariam toda a constituição da linguagem humana. Um dos exemplos que garante essa correspondência de domínios seria e. g. reconhecer que tu e derivados correspondem ao número dois, ele e derivados ao número três e eu ao número um.<sup>909</sup>

---

<sup>907</sup> MENDES [1897], p. 1.

<sup>908</sup> MENDES, *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>909</sup> *Ibidem*, p. 20.

Esse pitagorismo parcial e equívoco, mais próximo da cabala e da numerologia, nem de perto aproxima-se à atividade matemática da escola pitagórica, que fundava sua mística na matemática e não a matemática na mística, como fez Comte e, ingenuamente, aderiram seus discípulos. Observe-se que esta maneira de tratar o assunto é completamente oposta à que se esforçavam os matemáticos da segunda metade do século XIX enquanto dedicavam-se à fundamentação adequada da teoria dos números. Tome-se como exemplo a construção dos números reais de Dedekind.<sup>910</sup> Ademais, o que se considerou a respeito da visão da lógica em Comte pode, sem problemas, ser estendido aos seus adeptos, estudados neste capítulo.

O segundo texto destacado sob o auspício positivista é o de Gomes de Castro. Tal livro expressa pontos de vista extremamente peculiares e caros, na medida em que acompanha a desenvoltura da compreensão de lógica positiva no Brasil, no período que aqui se discute. A edição do texto pelo autor radica-se no episódico concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II. Ele manifesta a posição positivista contra o concurso e à existência da cátedra, a qual, como se verá, os positivistas consideravam um ‘trambolho’. Essa exposição mesmo menos sistemática que a de Teixeira Mendes, presta-se a uma leitura das idéias dominantes em lógica positiva, de inspiração comteana. Entre estes extratos destacam-se os trechos iniciais do livro onde Gomes de Castro afirma:

“O seu auctor [do livro; ele mesmo portanto] se propõe aqui, tanto quanto em si cabe, chamar a atenção dos seus compatriotas para o incomparável alcance – moral, intelectual e prático – e, por consequência religioso, do Positivismo.

Quanto à lógica prossegue:

Nem tem outro fito nem outro móvel, *esta oportuna e episódica apreciação da lógica, calçada e moldada nos prodigiosos e arrebatadores ensinos do Mestre dos mestres.*”<sup>911</sup>

Sua dedicatória afirma o caráter religioso do positivismo brasileiro e sua adequação ao aspecto pragmático com que essa filosofia prestou-se à inteligência brasileira de então. A lógica, tal como entendia este divulgador, é uma interpretação local, mas ortodoxa da lógica positiva proposta por Comte. Por esta razão, muitas opiniões que se reúnem a seguir, extraídas do texto deste personagem, serão, muitas vezes, repetição textual das teses a respeito da lógica tais como aparecem na *Síntese*

---

<sup>910</sup> Cf. DEDIKIND [1924].

<sup>911</sup> GOMES DE CASTRO [1909], p. 7. Grifos nossos.

de Comte. O autor exprime que a lógica positiva era clara, precisa e consistente,<sup>912</sup> criticando sem piedade abordagens à lógica contrárias à sua, como no trecho que se segue. Afirma ele: “O assombroso contraste, entre a clareza, a precisão e a consistência que a caracterizam, entre o confuso, o vago e o inconsistente das puras verbiagens que por ahi correm mundo sobre o assumpto, não pode deixar de impressionar profundamente a quem quer que venha a conhecê-lo e senti-lo.”<sup>913</sup>

Acidamente crítico ao sistema educacional da época, ele defende uma profunda reforma daquele sistema. O primeiro ponto seria corrigido com a supressão da cátedra de lógica. Os positivistas, como já pôde ser mostrado, não aceitavam o ensino da lógica. A existência de uma cátedra de lógica era para eles uma estupidez. Castro afirma categoricamente essa posição, compartilhada por outros positivistas a ele contemporâneos. Escreve ele:

“Em primeiro lugar, no estado actual de plena madureza ou positividade a que já chegaram todas as nossas concepções reaes, *essa cadeira de logica é um verdadeiro contrasenso, uma extravagância didactica, um trambolho académico, em summa, como tantos outros que ahi pululam parasitariamente no nosso tumultuário chaos escolar, á espera de um estadista que ponha termo a essas mazelas.*”<sup>914</sup>

Esse verdadeiro horror ao ensino da lógica deriva da posição positivista no que toca à lógica e sua relação de dependência de toda elaboração científica, da qual segue que lógica não se ensina, ensina-se ciência. Com suas próprias palavras afirma:

“Ora, incontestavelmente é raciocinando que se aprende a raciocinar. Isso é uma dessas proposições evidentes por si mesmas, um axioma como se diz em linguagem científica, adoptando esse vocabulo grego que quer dizer precioso ou cousa equivalente. Mas, se é claro que é raciocinando que se aprende a raciocinar, tambem fica claro que é raciocinando sobre concepções uteis, quer dizer, positivas, e não sobre divagações academicas, ou verbiagens quaisquer: isto é, raciocinando sobre as grandes creações scientificas em que o raciocinio, manejado por cabeças de genio de primeira ordem, foi posto á prova em larga escala, produzindo esse vasto e inestimável thesouro intellectual, que é a sciencia, de que tanto nos ufanamos no nosso seculo.”<sup>915</sup>

Tais teses o levam a concluir enfaticamente: “Assim fica patente que o estudo da lógica só pôde ser feito estudando a sciencia, e que uma cousa é consequencia da outra. Logo, uma cadeira de lógica é um contrasenso, como dissemos, e que só pôde conduzir a meras divagações sobre o assumpto.”<sup>916</sup> Essa afirmação,

---

<sup>912</sup> Evidentemente, o significado para estes termos não é o usual na lógica atual.

<sup>913</sup> GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>914</sup> GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 12. Grifos nossos.

<sup>915</sup> *Ibidem.*, p. 13.

<sup>916</sup> *Ibidem.*, p. 13.

segundo o autor, se baseia na prerrogativa de Comte de que “... o estudo do methodo é inseparavel do da doutrina, as observações importantes devendo ser feitas a propósito dos casos mais simples.”<sup>917</sup>

Desta forma, o traquejo do raciocínio – lógica – só pode ser adquirido no estudo da ciência estudando-se os casos mais simples. Devendo iniciar-se pelo da matemática, como defendia Comte. A razão fundamental para essa posição era que “A mathematica offerece, pois, o typo da logica, visto como a incomparavel simplicidade do objecto dessa sciencia permite apanhar melhor a marcha do sujeito ou do entendimento, como em nenhum outro caso.”<sup>918</sup> E, caso o estudo da lógica assim não fosse iniciado, pecaria na base, uma vez que falharia tanto na aptidão lógica como no preparo científico. A matemática tinha, a seu ver, essa posição essencial no panorama da lógica, porque “A palavra mathematica já é, aliás, usada na linguagem universal como sinonimo de *certeza*, *precisão*, *consistência*, que são tantos caracteres da verdade lógica.”<sup>919</sup> E conclui sua análise, adiantando que, se a pessoa não dá para matemática, não dá para mais nada.<sup>920</sup>

Mas o que ele entendia por matemática? Da mesma maneira que Comte. Para ele a matemática se referia aos fenômenos matemáticos de número, extensão e movimento: “Número é o simples facto da coexistência ou da pluralidade, seja do que fôr, seres phenomenos e idéias; extensão é apenas o molde dos corpos no espaço; e movimento é a mera mudança de posição, ou o deslocamento desses corpos no espaço.”<sup>921</sup> E a matemática tem *status* diferenciado em relação às outras ciências, consideradas em seu aspecto lógico fundador:

“... o valor da (sic) philosophico da mathematica é essencialmente lógico, pois que o conhecimento do mundo que ella nos proporciona é o mais vago e grosseiro que é possível, ao passo que é preciosissima a sua faculdade didactica em nos ensinar a raciocinar.”<sup>922</sup>

E conclui mais adiante:

“A mathematica é, pois, o modelo da logica, que ella fundamentalmente elabora sob todos os aspectos – em seus processos, em seus meios, e em sua marcha.”<sup>923</sup>

Chega inclusive a pôr a teoria matemática como modelo de lógica:

---

<sup>917</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>918</sup> *Ibidem*, p. 14.

<sup>919</sup> GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 14.

<sup>920</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>921</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>922</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>923</sup> *Ibidem*, p. 16.



“A mathematica é a única base real de convicções inabaláveis, como methodo e como doutrina. A simples theoria arithmetica da numeração já é um bello e admiravel exercicio logico de um alcance extraordinário, em que se póde dizer que toda a lógica entra em scena, não só como indução, dedução e construção, mais ainda em sentimentos, imagens e signaes.”<sup>924</sup>

A matemática assim colocada prepararia o cérebro humano para os estudos superiores, e. g. todas as outras ciências positivas, tais como figuram na hierarquia das ciências propostas por Comte.<sup>925</sup> A posição de fundamento do conhecimento positivo devotada à matemática no pensamento comteano era o meio do caminho para ver a matemática numa posição de inferioridade com relação às outras ciências. Será que esse modo de olhar a matemática prejudicou-a em seu desenvolvimento no Brasil? A resposta pode ser sim e não. Se sim, a matemática ficou preterida perante as outras carreiras de nível superior no Brasil, por se supor que ela estivesse contida enquanto fundamento de outras carreiras como engenharia. Por outro lado, a afirmação de que cabia à matemática apenas melhoramentos didáticos, pode ter desmotivado a pesquisa e o interesse pela matemática enquanto área de investigação efetiva. Olhando-se de outro modo, onde os estudos em matemática podem ter sido incentivados pela valorização positivista, embora não fosse a ideal, acabou promovendo o cultivo de certas áreas de matemática.

Na exposição de Gomes de Castro, a lógica positiva é apresentada dentro da ortodoxia positivista comteana. A relação entre dedução, indução e geometria seria estabelecida por uma associação de tipo cognitivo que se processa no sujeito que ao estudar geometria, seja nas imagens (desenho geométrico), seja no aspecto algébrico, (geometria analítica), faria a correta iniciação no domínio da dedução e indução. Escreve o divulgador:

“Essa aptidão geometrica inductiva está naturalmente ligada ao domínio especial das imagens mathematicas, do mesmo modo que a deductiva do calculo o está ao dos signaes correspondentes.”<sup>926</sup>

E continua a associação,

“E como coroamento logico de tudo isso, a fundação cartesiana da philosophia da mathematica, pela admiravel generalisação e coordenação algebrica das doutrinas geometricas, veio constituir o *eterno* typo da combinação lógica das imagens e da dos signaes, em que a clareza e nitidez de uma se fundem com a precisão e concisão da outra.”<sup>927</sup>

---

<sup>924</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>925</sup> Cf. GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 17.

<sup>926</sup> *Ibidem*, p. 19. Grifo nosso.

<sup>927</sup> *Ibidem*, p. 21. Grifo nosso.

Para Gomes de Castro, as três leis lógicas por excelência são as que se seguem. A primeira lei “... subordina as construções subjectivas aos materiaes objectivos.”<sup>928</sup> A segunda e a terceira lei são de Augusto Comte e estabelecem “... a vivacidade e a nitidez menores das imagens exteriores em relação as impressões exteriores, e a preponderância da imagem normal sobre todas as que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir.”<sup>929</sup> Disso atinge o expositor uma definição de sã lógica que “... consiste em formar sempre a hypothese mais simples e mais sympathica compatível com os dados adquiridos.”<sup>930</sup> A sã lógica atinge-se a partir da transposição das fases de evolução do espírito humano segundo a lei dos três estados positivista.<sup>931</sup> Curiosíssima a conclusão a que ele chega, após a exposição do esquema geral da lógica positiva como aqui descrito pela Tabela 1. Afirma o autor:

“Eis a concepção normal da verdadeira lógica, encarada theoreticamente como o estudo das leis do raciocínio, e praticamente como o exercício real deste raciocínio. É essa, em synthese, a concepção da sua natureza, do seu plano, dos seus elementos, dos seus methodos, da sua marcha, das suas leis, da sua fonte, e do seu destino. Assim plenamente acabada, constituída e philosophicamente systematizada, desenvolve-se essencialmente aos seis maiores dentre todos os grandes pensadores que illustraram a civilização antiga e moderna – Thales, Pythagoras e Aristoteles, Descartes, Leibniz e Augusto Comte.

*Mas então fica claro que uma cadeira de logica é uma excrecência didactica, porque logica não é discursiveira. É estudando o conjunto da sciencia, repetimos, que se aprende a logica. De sorte que é tão extravagante uma cadeira de logica, como o seria, por exemplo, uma vaga e anonyma cadeira de sciencia.”*<sup>932</sup>

Esta opinião de Gomes de Castro não é equívoca, pois o que se viu nas provas de lógica do concurso que ele critica é um verbalismo muito exagerado, voltado a compreender o que seja lógica e conceitos a ela correlatos. É certo, que mesmo hoje, lógica não é verbalismo. Hoje não se confundem embora correlatas, as investigações pertinentes à lógica e à *philosophical logic*.<sup>933</sup> Se se criticar com profundidade o texto de Gomes de Castro, também ele não resiste, pois também tem traços de fundamentação retórica e verbalista. Lógica no sentido estrito, entre outras

---

<sup>928</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>929</sup> *Ibidem*, p. 26-27.

<sup>930</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>931</sup> *Ibidem*, p. 30-32.

<sup>932</sup> GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 39. Grifos nossos.

<sup>933</sup> O *The London Philosophy Study Guide* assim define esta área de investigação filosófica: “Philosophical logic is about philosophical problems that arise in reflecting on logic, and in applying logic to the following areas: the analysis of reasoning (e. g. validity, conditionals); the study of aspect of natural language (e. g. names, descriptions); the treatment of certain traditional metaphysical problems (e. g. truth, existence, necessity).” (UNIVERSITY OF LONDON [2001], p. 18)

coisas, é um estudo da noção de conseqüência semântica, que embora sejam categorias contemporâneas bem definidas dentro da lógica atual, podiam ser intuitivamente captadas por formas anteriores de lógica, como e.g. o fez a lógica medieval. Ao contrário, o texto em questão é uma exposição leve e ensaística, muitas vezes sarcástica aos adversários da concepção positivista comteana de lógica. Os conteúdos particulares, relativos a outros aspectos da lógica positiva, foram apresentados na primeira parte e seria redundante repeti-los aqui. O autor encerra seu livro com uma crítica pesada ao concurso de lógica do Colégio Pedro II ocorrido naquele ano. Ele conclui:

*“Nunca fizemos ao espirito humano a insultosa injustiça de suppor-o tão estúpido para se deixar emaranhar nas críticas, mais ridiculas do que odiosas, com que os nossos trapalhões imaginam levemente ter refutado a obra do maior desses pensadores. E assim sendo, nunca nos demos sequer ao ingrato trabalho de ler taes trapalhões, mesmo porque de outro modo, seria nos expor ao perigo imminente de alguma séria crise physiologica... que meticulosamente prevenimos. Eis ahi, afinal, tudo o que nos moveu a insofrida penna nesse engraçado concurso acadêmico de lógica.”*<sup>934</sup>

O divulgador é ainda contundente noutro momento: “Mas tudo isso [toda a exposição] demonstra que uma cadeira de logica é um desses absurdos de que o academicismo é useiro e vizeiro (sic) [vezeiro]. A sua suppresão, pois, é hoje uma dessas medidas em que o ponto de vista politico da refórma é como que urgido pelo seu ponto de vista moral. A nossa insuspeita intervenção actual não teve outro escopo que não o do bem público do nosso Paiz.”<sup>935</sup> Por tudo que aqui já foi colocado, as afirmações de Gomes de Castro podem ser compreendidas num contexto e avaliadas como fruto de uma circunstância histórica e cultural peculiar, exatamente aquela que se seguiu da paulatina decadência da influência positivista no princípio do século XX no Brasil.

Menos reativo, mais sereno e acadêmico é o *Ensaio de Lógica* de Agliberto Xavier publicado um ano antes do concurso à cátedra de lógica. As características acima reconhecidas de sua abordagem e exposição podem ser constatadas tanto do ponto de vista da teoria quanto da heurística, apesar de sua mesma fundamentação comteana à lógica, a que aderiram Teixeira Mendes e A. R. Gomes de Castro. É intrigante o silêncio de Cruz Costa a respeito desses três textos. A exposição de Agliberto Xavier estrutura-se conforme o sumário abaixo reproduzido:

---

<sup>934</sup> GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 72-73. Grifos nossos.

<sup>935</sup> GOMES DE CASTRO, *Op. Cit.*, p. 71.

Apreciação geral da Lógica Positiva.

Razão Abstracta e Razão Concreta – Concepção de lei natural.

Refutação do materialismo matemático.

Dos ensinamentos lógicos que resultam do Cálculo e da Geometria.

Dos ensinamentos lógicos que resultam da Mecânica Geral.

O livro é voltado ao ensino, mas não como um manual; predomina o aprouche ensaístico. Agliberto entende a lógica associada ao método sob patente fundamentação positivista:

“Redigindo-o, não tivemos em mente fazer um resumo de lógica, pelo contrario, esforçá-mo-nos por demonstrar que o conhecimento do methodo é inseparavel do da doutrina. Donde se infere que se não poderia fazer uma exposição regular e systematica de logica sem percorrer, embora syntheticamente, toda a sciencia fundamental, onde ella se manifesta com maior evidência e vigor. A simplicidade dos phenomenos de numero, extensão e movimento, e a universalidade dos meios empregados no seu estudo, conferem naturalmente á mathematica a missão de elaborar os methodos que as outras sciencias utilizam.”<sup>936</sup>

Tanto o autor está convencido da inseparabilidade do método da doutrina que, ao indicar “... as melhores e mais puras aplicações da logica positiva.”<sup>937</sup>, aponta o *Método de aprender contar*, de Condorcet; *Álgebra e Geometria*, de Clairaut, a *Geometria Analítica*, de Augusto Comte e a *Teoria das funções analíticas*, de Lagrange.<sup>938</sup> Em termos da teoria que ele entende por lógica, encontram-se os mesmos tópicos e conceitos positivistas *à la* Comte já mencionados. E tal como para o fundador do positivismo, encontra-se em seu *Ensaio* uma visão bastante versátil e pragmática da lógica. Considera ele que “Cada um desses elementos póde tornar-se o principal instrumento da nossa razão nesta ou naquella concepção, conforme o modo de philosophar. [...] Cada phase da evolução preparatoria da Humanidade, empregando a sua maneira especial de philosophar, institue a logica correspondente.”<sup>939</sup> Este aspecto pragmático está conforme as motivações fundamentais da evolução do conhecimento positivo segundo Comte.<sup>940</sup>

A admiração à Comte é tributada em outras passagens como a abaixo reproduzida: “Resumindo toda a sabedoria do passado e submettendo-a á apreciação dos seus principios positivos, o grande Innovador moderno resumiu a harmonia

---

<sup>936</sup> XAVIER, *Op. Cit.*, p. I.

<sup>937</sup> XAVIER, *Op. Cit.*, p. II.

<sup>938</sup> *Ibidem*, p. II.

<sup>939</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>940</sup> Cf. Capítulo 5.

mental na seguinte lei: *Agir por afeição e pensar para agir.*<sup>941</sup> Embora ortodoxa, é curioso um trecho do texto em que Agliberto expõe o que poderia ser denominado de maneira genérica de uma tentativa de semiótica. Afirma ele:

“Todos sabem que o característico da vida animal, desde o infusorio até ao homem é a sensibilidade e a contractilidade. Em todo o animal cada sensação determina uma contracção ou movimento. As especies, cujo aparelho cerebral é mais perfeito, guardam essa ligação, de modo que, dado um movimento, ellas têm a sensação subjectiva correspondente. Nesta ligação habitual entre o movimento e a sensação ou *imagem* é que consiste propriamente o *signal*.

E prossegue ele,

Se se observar agora a ligação espontanea que tambem existe entre a imagem e o sentimento, comprehender-se-á a connexidade perfeita dos tres elementos logicos: sentimentos, imagens e signaes.”<sup>942</sup>

Ele continua analisando as combinações das imagens e sinais. Avalia-as na literatura, na poesia e na matemática. Ele afirma “É na mathematica, no domínio da geometria geral, que se encontra a mais bella e fecunda combinação das imagens e dos signaes. Cada curva, como cada superfície, ali é representada por uma equação e, inversamente, toda equação a duas ou tres variaveis tem uma imagem geométrica.”<sup>943</sup> E ainda, “Sem a persistencia e coexistencia dos sentimentos, das imagens e dos signaes, não poderia haver nenhum trabalho mental e, portanto, não poderia haver logica.”<sup>944</sup> Xavier compartilha com Comte o mesmo horror à matemática contemporânea. Afirma ele:

“A cultura desordenada da mathematica durante a phase mais anarchica da evolução humana, como acabamos de mostrar, fez prevalecer a deducção sobre a inducção e mesmo sobre a construcção. Com effeito, sendo as inducções muito facéis em mathematica, passaram despercebidas, e, suppondo-se real o divórcio metaphysico do coração e do espirito, a logica constructiva foi desprezada. Mas a logica esthetica, muito mais conforme á synthese que a logica scientifica, procurou, ainda durante a phase anarchica, fazer prevalecer a construcção sobre a inducção e deducção. Foi mister que o espirito positivo attingisse a sciencia final, para que a preponderancia do coração sobre o espirito e o caracter podésse ser assignalado na fórmula que resume a logica positiva:

*Induzir para deduzir a fim de construir.*<sup>945</sup>

Segundo Agliberto, coube a Comte o mérito de ter dado à matemática o termo de sua evolução normal. Afirma ele:

---

<sup>941</sup> XAVIER, *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>942</sup> XAVIER, *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>943</sup> *Ibidem*, p. 12-13.

<sup>944</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>945</sup> *Ibidem*, p. 14-15.

“Tendo reduzido a mathematica ao seu verdadeiro dominio, e apreciado convenientemente as suas tres partes, Augusto Comte pôde então reconhecer que o seu principal destino no conjuncto da educação encyclopedica é elaborar os methods que devem ser empregados nas sciencias superiores. Erigindo a mathematica em logica positiva, elle attingiu um duplo fim, visto que consagrou o presentimento commum e real que reconhecia a universalidade do espirito mathematico, e corrigiu a tendencia mataphysica de fazer do methodo uma sciencia.”<sup>946</sup>

O texto reflete uma certa filosofia da matemática, uma teoria da ciência, que as citações já reproduzidas ajudam a delinear e não uma lógica, embora ele a considerasse como uma. O caso é que, por lógica, entendia-se essa teoria da ciência, o que faz compreender a adequação, nesse contexto apenas, das afirmações que Agliberto atribuía à lógica.

Duas distinções importantes que Agliberto define no *Ensaio* é a *razão teórica* e *concreta*. Define ele que “A razão theorica é analytica, obedece por conseguinte á lógica dos signaes, a razão concreta é essencialmente synthetica, donde a sua preferênciã pela lógica do sentimento.”<sup>947</sup> Dessas duas categorias de razão deriva a consideração do autor de que “A verdadeira coherencia mental consiste por conseguinte na harmonia entre estes dois methods, de tal fôrma que a intelligencia se torne cada vez mais um espelho do mundo exterior.”<sup>948</sup>

Inspirado pela *Síntese Subjetiva*, Agliberto também acredita que o pensamento possa ser sistematizado e descrito por leis númerico-matemáticas. Este aspecto é patente na citação abaixo. Considera ele:

“Pythagoras havia presentido a existencia de leis numericas presidindo á nossa intelligencia, embora não as podesse formular. Vendo o mundo através da intelligencia, elle devia sentir por toda parte a sua influencia. O exame dessas leis, porém, foi reservado a Augusto Comte, que o realisou na sua theoria subjectiva dos numeros.

Toda essa doutrina repousa nas propriedades philosophicas dos três primeiros numeros, unicos communs aos animaes e ao homem e unicos susceptiveis, mesmo no homem, de ser abstractamente concebidos sem nenhuma linguagem, sem nenhum artificio especial. *Um* representa toda *systematização*, porque toda construcção em que não prevalece a unidade de principio é viciosa. *Dois* distingue sempre a *combinação*, pois que a nossa intelligencia é de tal modo formada que não comporta combinação mais que binaria. *Tres* caracteriza sempre a *progressão*, que, não sendo tornaria, se torna illusoria.”<sup>949</sup>

---

<sup>946</sup> *Ibidem*, p. 17

<sup>947</sup> XAVIER, *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>948</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>949</sup> *Ibidem*, p. 47.

Em outras palavras, Comte teria concluído a tarefa iniciada por Pitágoras, reconhecendo os números como princípio de todas as coisas.<sup>950</sup> Todavia, mesmo um intelecto preparado como o de Agliberto, deixou-se levar pelos erros matemáticos de Augusto Comte. É o que permite concluir a citação abaixo: “O exame dos attributos inherentes aos outros numeros deve sempre repousar nas propriedades que acabamos de assinalar, características dos tres primeiros [1, 2 e 3], que, não comportando decomposição alguma, são denominados *primos*, isto é, primeiros, e por isso considerados como raizes universaes. Assim, todo o estudo das aptidões philosophicas dos demais deve consistir essencialmente em decompôl-os nessas tres raizes.”<sup>951</sup> Todavia, um número primo  $p$  é um inteiro  $p > 1$  tal que  $p$  não tem fatores positivos exceto 1 e  $p$ . A definição de número primo exclui o número 1, pois todo inteiro positivo maior que 1, é ele mesmo primo, ou pode ser expresso como um produto de primos *somente de uma maneira*, exceto pelo arranjo dos fatores. Este fato é conhecido como teorema fundamental da aritmética. Caso 1 fosse primo, então os números teriam mais de uma decomposição de fatores primos, o que não pode ocorrer.

Um aspecto muito saliente em sua argumentação é o uso ingênuo do argumento de autoridade. Carnot, Lavoisier, Newton, Lagrange e Comte são alguns dos nomes que Agliberto apela, para justificar em parte, suas afirmações sobre lógica, ou seja, que *a doutrina é inseparável do método e lógica é método*. Este procedimento era uma constante nos textos da época e não uma exclusividade sua. Todavia, em matemática, lógica e ciência, ao contrário que em filosofia, literatura e humanidades não há argumento de autoridade. Outra característica marcante de sua exposição é a grande parte dedicada a avaliar exemplos da aritmética, da álgebra, da mecânica, da biologia e da química, exemplos que corroboram sua concepção de lógica.

As idéias apresentadas acima mostram como as idéias de Comte sobre a lógica encontraram eco no Brasil e em que sentido foram tomadas. No geral, como se pode ver, elas assentam-se no leito normal da conceituação positivista. O olhar positivista parece não ter se limitado cronologicamente a 1909. Outros textos dão conta de que aquela abordagem da lógica, cada vez mais anacrônica à medida que o século XX avançar, ainda irá persistir. Em 1933, no Rio de Janeiro, documenta-se divulgação da lógica positiva *à la* Comte através da *Introdução geral ao estudo da*

---

<sup>950</sup> *Ibidem*, p. 47.

*lógica, ou matematica extraída da Síntese Subjectiva de Augusto Comte*, traduzida por Luiz Bento Horta Barbosa.

### 6.2.3 Outras compreensões de lógica

Vicente de Souza Dória, como já antecipado aqui, foi o autor de um curso de lógica publicado em duas etapas, conforme sugere a análise do mesmo. Ele que foi professor de latim e filosofia no Ginásio Nacional vê-se às voltas com a cátedra de lógica vacante graças à ausência de Silvio Romero, então titular da cadeira no Ginásio Nacional. Seu magistério de lógica inicia-se em 1902.<sup>952</sup> Suas aulas ficaram documentadas através de duas publicações. Em 1903 aparece a primeira parte de seu *Curso de lógica segundo as lições professadas no Gymnasio Nacional*. Em 1907 é editado um novo volume que, de certa forma, parece complementar e estender o primeiro volume. Tal é o *Curso de Lógica: geral, pratica, methodo em geral, processo analítico*. Na introdução do primeiro curso, o próprio autor explica a origem e a índole de seu trabalho:

“Gerou-se dahi a feitura deste Curso; pois que, sem encontrar eu livro que expressamente, servisse de compendio e não sendo compativel com o tempo de estudo escolar e a competencia dos discipulos o manejo e a comprehensão da materia, abundantemente, tratada por Stuart Mill, por Bain, por Herbert Spencer e outros notaveis, eu devia resumi-los, restituir doutrinação de Francisco Bacon e de Descartes, recordar Tiberghien, acceitar exposições de Rabier, refeitas por Worms, René, referir-me ao ensino da Lógica em outros livros correntes para o bacharelado em letras na França.”<sup>953</sup>

Em se tratando de um curso voltado para o ensino secundário, é compreensível a simplificação da exposição, que se fez necessária, o que o autor acima reconhece. Acredita-se ser importante salientar que Vicente de Souza é intelectualmente honesto e lúcido. Ele reconhece os limites de sua exposição. Ao contrário de muitas exposições da época, ou mesmo anteriores a ela, sua exposição não é dogmática. Embora ele faça opções teóricas no mínimo suspeitas, como se mostrará mais tarde, sua exposição debate com fartura e. g. as principais visões de lógica da época. É claro que ele o faz sob certa inspiração livresca, o que ao longo da história da filosofia e da lógica no Brasil nem sempre foi uma escolha dos indivíduos, e sim, um procedimento de sobrevivência intelectual, essencialmente reativo, espelhando as condições de trabalho acadêmico disponíveis.

---

<sup>951</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>952</sup> Entre os alunos que frequentaram o curso de lógica de Vicente de Souza Dória aparece Manoel de Carneiro de Souza Bandeira Filho.

<sup>953</sup> SOUZA DÓRIA [1903], p. vi.



O trabalho de Vicente de Souza não recebe a mesma consideração de Cruz Costa e Leonel Franca. Estes historiadores não relevam as condições históricas e de contorno que o determinaram. Franca afirma: “Infelizmente o trabalho do médico arvorado em lente de lógica não passa de uma compilação indigesta de citações estranhas coligidas sem ordem, sem método, sem critério.”<sup>954</sup> Conclui mais adiante, ainda, que “Num compêndio destinado à primeira iniciação dos jovens não se encontra um estudo ordenado da idéia, do raciocínio, do silogismo, da natureza da verdade, do critério da certeza, etc. etc.!”<sup>955</sup> Para Cruz Costa, nada há no texto além do reflexo dos compêndios de Rabier, René e Worms, corrigidos pela história da filosofia de Alfred Weber.<sup>956</sup> Destacam-se, na seqüência, aspectos da elaboração de Vicente de Souza, que relativizam em parte o ponto de vista de Franca e Cruz Costa.

Reproduz-se abaixo o plano redacional do texto de 1903. A partir da comparação deste plano com o do texto de 1907, destacar-se-ão pontos de vista relevantes à sua compreensão de lógica e à sua evolução intelectual. O primeiro plano é:

Capítulo I – Definições de Logica

Capítulo II – Estudo do pensamento

Capítulo III – Pensamento e linguagem

Capítulo IV – Doutrinas e escolas sobre o pensamento

Capítulo V – Denominações e divisões da Logica

Capítulo VI – Methodo em geral

Capítulo VII – Sensório, Apparelhos sensoriaes – sentidos

Capítulo VIII – Observação. Analogia. Classificação. Hypothese. Indução.

No texto há uma clara influência da formação médica do autor. O próprio plano de redação retrata isso. Os capítulos II, III e VII preocupam-se, essencialmente, em explorar a fisiologia das estruturas neurológicas e do aparelho cognitivo, procurando sempre mostrar a conexão entre as tais estruturas e a cognição. Nas demais partes do texto, o autor discute o que hoje se denominaria de filosofia da lógica, a relação entre pensamento e linguagem, o problema da percepção e a maneira como tais percepções produzem significado e são tratadas pelo intelecto.

O conceito de lógica admitido por Vicente de Souza é peculiar. Sua escolha mostra quanto o médico estava pouco inteirado dos compromissos de que se reveste

---

<sup>954</sup> FRANCA, *Op. Cit.*, p. 294.

<sup>955</sup> *Ibidem*, p. 294.

<sup>956</sup> Cf. CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 374.

qualquer caracterização de lógica. Sente-se, ingenuamente, muito seguro a desqualificar concepções de lógica tradicionalmente consideradas, como a de Aristóteles. Ele afirma “... eu insistirei na revisão de cada uma das definições citadas e voverei á de Aristóteles, para discutil-a e rejeital-a.”<sup>957</sup> Ao rejeitar a definição de lógica dada pelo estagirita, para o qual lógica é a ciência da prova – Vicente de Souza irá comprometer-se com uma concepção pouco adequada ao contexto da lógica no início do século XX, mas que lhe pareceu coerente admitir.

Ele assume a definição de lógica de Port-Royal. Tal fato mostra a extensão da permanência da abordagem desta escola à lógica no Brasil. Para ele, ainda, a lógica não é uma ciência; é, sim, uma arte. No fundo, admite ele, lógica é método, porque “Methodo é o conjuncto de preceitos e de regras, referentes a meios auxiliares e a processos de pesquisa e demonstração.”<sup>958</sup> Veja que nem os cartesianos de Port-Royal reduzem a lógica ao método, apenas o acrescentam na teoria lógica. Usando a terminologia atual, Vicente de Souza é monista, ou seja, se lógica é método, e este é único e uno, logo há uma única lógica. O método se constitui dos processos analítico e sintético, ao qual ele dedica o último capítulo deste texto, mas, principalmente, o volume de 1907.<sup>959</sup>

Nos primeiros documentos de filosofia e lógica do século XIX, é patente a dificuldade de acesso a textos bons de lógica, e os textos de divulgação encontrados e avaliados ressentem-se deste particular. Na transição para o século XX, ao contrário, existe relativa facilidade de importar qualquer texto que se quisesse. Por isso, surpreende terem tido os divulgadores de lógica desse período – e Vicente de Souza não é o único – acesso a textos conceituados, como os de Stuart Mill e Bain e não terem repassado o que estes textos tinham de melhor. Ao contrário, a incapacidade de compreender as condições de enunciação destes autores expressou-se através das críticas a autores considerados clássicos, cujo valor histórico deveria ao menos ser reconhecido. Isso fez Vicente de Souza em ambos os textos – e não poucas vezes – ao criticar Aristóteles, Bain, Mill entre outros. Todavia, é na exposição dos dois últimos que ele apoiará a redação do volume publicado em 1907. Talvez isso possa ser interpretado como autoconfiança e resultado de ingenuidade acadêmica, provocada pelo autodidatismo tão presente na história da filosofia e da lógica no Brasil.

---

<sup>957</sup> SOUZA DÓRIA, *Op. Cit.*, p. 25.

<sup>958</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>959</sup> SOUZA DÓRIA, *Op. Cit.*, p. 25.

Vicente de Souza organiza o texto de 1907, segundo o plano de redação abaixo reproduzido:

*Capítulo I – Síntese.* §1 Axioma. §2 Definição. §3 Divisão. §4 Demonstração. §5 Dedução

*Capítulo II – Proposições. Suas propriedades.* §1 Quantidade das proposições. §2 Qualidade das proposições. §3 Propriedades das proposições

*Capítulo III –* §1 Silogismo. §2 Do entimema. §3 Epicherema. §4 Polissilogismo. §5 Sorites. §6 Dilema. §9 Do exemplo. §10 Argumento Pessoal

*Capítulo IV – Sofistas. Sofismas*

*Capítulo V – Lógica crítica*

*Capítulo VI – Testemunho humano ou história*

*Capítulo VII – Erro. Suas classificações e causas.*

Ele cita páginas e páginas literais, com referência, de Stuart Mill, Worms, Liard e Bain. Grande parte da discussão do que é um axioma é baseada em Stuart Mill.<sup>960</sup> Também baseado em Mill, ele problematiza a noção de definição tradicional. Ao contrário dos textos em que se baseou, Vicente de Souza não reproduz uma boa caracterização de dedução e indução. Afirma ele: “Indução é o processo do raciocínio, pelo qual se conclue do particular o geral; do conhecido o desconhecido ‘se o processo deductivo é oposto ao inductivo, como a indução, que o denomina, é opposta á deducção; claro é que a definição desse termo do processo synthetico póde ser feita por opposição ao analytico.”<sup>961</sup> A definição acima não é satisfatória, porque não explora a necessidade lógica que caracteriza a dedução. Ele define-a usando uma instância lógica mais fraca que a que ele pretendia definir.

---

<sup>960</sup> SOUZA DÓRIA, *Op. Cit.*, p. 11ss.

<sup>961</sup> *Ibidem*, p. 60.

**Figura 10** – *Portada do Logique Déductive et Inductive de Alexander Bain*

Contudo, o tratamento dado à quantidade, qualidade e à oposição entre proposições é bastante satisfatório. Ele não aborda a conversão e a obversão. Baseado em Stuart Mill, seu tratamento do silogismo é completo e competente. Didaticamente a exposição é bem proporcionada. Examina com calma todas as figuras do silogismo em seus modos válidos. O texto é cuidadoso nas citações, mostrando que o ensino de Vicente de Souza não era tão mal assim. Seu ensino era – dentro de seus próprios limites – problematizado e não dogmático como o de outros autores já estudados. Mostrou a lucidez do autor e inclusive a consciência por ele próprio de alguns de seus limites. Somente o fato do curso de Vicente de Souza não ser dogmático é um grande ponto a favor de sua exposição. É raro na história da lógica no Brasil encontrar uma divulgação que contemple parte das questões filosóficas inerentes à lógica. O dogmatismo nas exposições de lógica no Brasil quase sempre é um produto da superficialidade teórica das mesmas. Todavia, exigir mais deles do que eles poderiam de fato oferecer parece aqui insensato.

Muito distante da abordagem de Vicente de Souza é a de Affonso Duarte de Barros, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais; foi candidato à cátedra do Colégio Pedro II em maio de 1909; em julho do mesmo ano ele publicava *Logica: compêndio de accordo com o programa official*. Seu texto é peculiar devido à influência monista. É interessante perceber como ele coloca junto, coisas inconciliáveis tornando sua exposição, além de muito elementar, altamente contraditória em pontos considerados chave. Ele afirma “Para nós, a Logica não é uma parte do raciocinio humano somente, não é ella só uma sciencia pratica, pois está em toda parte, ou seja, no espírito, ou na harmonia geral do cosmos.”<sup>962</sup> Parece que ele não distingue muito

---

<sup>962</sup> BARROS [1909], p. X.

bem a diferença entre lógica formal, lógica aplicada, psicologia e astronomia. Ele continua sua caracterização afirmando que a lógica “É phenomeno natural. Pensando com esta norma, definimo-la – a *dynamica psychica* a serviço da evolução cósmica e humana.”<sup>963</sup> Nas duas conceituações acima apresentadas é possível perceber a pouca profundidade do conhecimento deste bacharel em lógica.

Para ele, “A *philosophia*, a logica vão mais penetrantemente, descem mais fundo, uma *analyza* a *genesis* (sic), outra estuda a energia que produz a harmonia do *phenomeno* ou do *conjuncto* delles.”<sup>964</sup> “A *razão de ser* dos factos é e deve ser objecto da Logica. Esta não póde delimitar-se ao dominio restricto do pensamento.”<sup>965</sup> Se a definição de Affonso de Barros for levada a sério, a lógica confunde-se com todo tipo de pensamento, com toda classe de conhecimento científico, ou até com qualquer elaboração racional humana. É óbvio que isso não pode ser sensatamente sustentado. Mesmo em sua época, a lógica possuía um arcabouço conceitual, um projeto investigativo próprio, métodos e técnicas específicas e questões filosóficas vinculadas a seu objeto de estudo, mais os problemas deles decorrentes. Parte das estranhas definições que este texto da época apresentava, provavelmente, derivam da orientação de que Affonso de Barros tornou-se adepto. Ele mesmo explica no princípio do trabalho que “O autor deste *producto litterario* não tergivesou um instante. Em cada folha de seu trabalho se *photographa* que, sendo o livro *hylozoísta*, dá, offerece absoluta *preeminencia* ao *espírito*, que prende-se ao *monismo espiritualista*; que quer e bate-se pelo *transformismo evolucional*.”<sup>966</sup>

O autor motivou-se a escrever o texto após os estudos requeridos para o concurso de lógica.<sup>967</sup> A indecisão é uma das características de parte da exposição. Na introdução do texto cita muitos teóricos, mas não se decide, e. g., quanto ao lugar da lógica na hierarquia das ciências, se entre as abstratas como para Spencer, ou propedêuticas como para Sílvio Romero.<sup>968</sup> Passagens importantes do texto ficam comprometidas pelo tom retórico. É eloqüente quando o autor considera que “Na lógica está ou vibra a *espiritualisação* da *phrase*, do *sentir* ou do *trabalho artistico* ou *commum*. E faz-se mister notarmos agora mesmo: a Logica vae mais longe e se

---

<sup>963</sup> BARROS, *Op. Cit.*, p. X.

<sup>964</sup> *Ibidem*, p. XI.

<sup>965</sup> BARROS, *Op. Cit.*, p. XI.

<sup>966</sup> *Ibidem*, p. XII.

<sup>967</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>968</sup> *Ibidem*, p. 7.

estende ao extra-humano.”<sup>969</sup> Ou ainda, ao afirmar que “A logica é um dynamismo psychico melhormente estudada nos actos humanos, mas d’ahi a se negar a sua eclosão, a sua potencial no mundo ontologico vae um abysmo, incompativel com o seculo XX, no qual todos os phenomenos se reduzem á electrologia, ao psychismo.”<sup>970</sup> Disso conclui o autor: “É claro que conforme o nosso dissertar até aqui, e em paralelo a nossa philosophia – a monista espiritualista, a lógica só pode ser humana, indivisível.”<sup>971</sup>

O autor não aceita a distinção entre dedução e indução, pois “Para nós não há dous phenomenos diversos entre a inducção e a deducção.”<sup>972</sup> As definições de indução e dedução são insuficientes e equívocas. Considera ele que “... chama-se inducção o processo logico que parte do particular para o geral; é a deducção o que vae do geral ao particular.”<sup>973</sup> Affonso de Barros não é comteano, mas aceita a nomenclatura deste devido ao monismo que admite: “Todos (sic) as sciencias precisam da Logica, e eis porque Comte não lhe deu uma topographia á parte.”<sup>974</sup> Ele destaca os princípios lógicos de identidade, contradição, meio exclusivo, causalidade e da razão suficiente, sem enunciá-los. Explica ele que “Estes principios são chamados – nervos do pensamento. Todos elles, já o dissemos, são moldes estreitos para conter o espirito irriquieto e sedento de luz e do desconhecido. Laços bem frageis, e que não supportam o embate dos levitas sondadores do insondavel.”<sup>975</sup> Boa parte das considerações do texto apontam para uma fragilidade de fundamentação teórica. Tirando-se do texto esses modos retóricos, sobra quase nada de teoricamente avaliável do ponto de vista da teoria lógica. Surpreende, durante a leitura, o fato de o autor citar Vicente de Souza, como se este fosse autoridade em lógica, ao lado de Aristóteles; o bacharel brasileiro nem percebe o contexto no qual os conceitos estão inclusos na tradição da lógica e da filosofia.<sup>976</sup>

Adepto do monismo, ele enquadra a lógica dentro desta perspectiva. “O monismo – afirma ele – explica o mundo, o homem, os phenomenos e as couzas como

---

<sup>969</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>970</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>971</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>972</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>973</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>974</sup> BARROS, *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>975</sup> *Ibidem*, p. 30-31.

<sup>976</sup> *Ibidem*, p. 38.

tendo uma origem única e nesta unidade quer descobrir a verdade.”<sup>977</sup> Ele não aceita a matematização do pensamento, sugerida pela lógica positiva *à la* Comte:

“Ha quem queira ver em tudo a mathematica, não somos, note-se bem, dos que teem ogerisa á grande e dignificadora sciencia de Euclides, mas querer como alguns reduzir a formulas – a verdade, a logica, como Pastores, v. g.; sim, ver por toda a parte numeros, grandezas, signaes e chegar-se á mania de David Hume, que assim se expressa ‘Abri um livro se não tratar de numeros, fechai-o: é um livro inutil...’

A logica é a sciencia que projecta luz no espirito, evidenciando a verdade ou espancando o erro, isto para muitos. Mas se ella chegasse em realidade a este apice, então ter-se-ia chegado á perfectibilidade.”<sup>978</sup>

O texto é, de modo geral, como quase todos de sua época, uma coleção de citações freqüentemente contraditórias. A teoria lógica é o pretexto de diversas discussões, que nunca torna explícita a suposta disciplina fundamental. Para um texto supostamente didático, isso é ruim, vicia o aluno a uma abordagem que o pode levar a concluir que lógica se reduz ao que lá está exposto e que seus métodos confundem-se, como o lá vai apresentado. O plano redacional do texto é abaixo reproduzido oculta uma divisão muito particular da matéria lógica que denuncia outras posturas:

Parte Geral

II. Classificação da Sciencia. Localização da Logica.

III. Logica, suas definições. Afinidades com as outras sciencias.

IV. Cerebro e pensamento. O problema do conhecimento.

V. A linguagem. Os termos, as proposições.

VI. Verdade e erro. Duvida e certeza.

VII. Categorias.

VIII. Da definição.

IX. Do methodo em geral.

Na segunda parte da exposição, é curiosa a contradição quanto à inexistência de duas operações distintas de indução e dedução. Além de dedicar capítulo distinto a operações que são mutuamente redutíveis, ele curiosamente inverte a hierarquia usual entre dedução e indução que, no fundo, denota uma nova subordinação: a da dedução à indução. Segue-se a nova divisão da lógica:

X. Da indução. Seu fundamento. A observação da experimentação. A analyse, a synthese. A analogia e a probabilidade. Comparação e classificação. A theoria da hypothese.

---

<sup>977</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>978</sup> *Ibidem*, p. 48.

XI. Da dedução, do syllogismo; do axioma, da demonstração.

XII. Do sophisma

XIII. Logica na Sciencia.

XIV. Limites dos methodos e da sciencia humana.

Os textos consultados por Affonso de Barros eram bons. Ele cita especialmente Stuart Mill, Alexander Bain, Henri Poincaré e Louis Liard. Consultou também Comte e Haeckel. O que mostra que padrões cognitivos, adquiridos autodidaticamente, não poderiam ser vencidos apenas com boas leituras. Havia a necessidade de intervenção de um professor especialista, que fizesse com que os conceitos fossem adequadamente entendidos dentro do contexto no qual e para o qual estes foram enunciados. Essa é no fundo, uma das razões pelas quais a lógica no Brasil durante toda a fase pré-universitária terá como gráfico de evolução uma função exponencial negativa. A inadvertência e o autodidatismo vitimaram a exposição de lógica desse jovem, que extremamente imperfeita do ponto de vista conceitual não se compara à de Vicente de Souza, muito melhor estruturada do ponto de vista expositivo e teórico, embora também imperfeita.

### **6.3 As compreensões de lógica no concurso à cátedra do Colégio Pedro II**

#### **6.3.1 Histórico do concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II**

O rumoroso concurso – para usar a expressão de Escragnolle Dória – à cátedra de lógica do Colégio Pedro II deu-se em maio de 1909. A cátedra vagou com o falecimento de Vicente de Souza Dória, que era seu titular, sendo interinamente regida pelo mesmo Escragnolle Dória. Esse concurso não teria apresentação de teses, haveria apenas exames oral e escrito.<sup>979</sup> O caminho até que as provas fossem definitivamente marcadas foi tortuoso.<sup>980</sup> Conforme registra Júlio Carvalho em seu

---

<sup>979</sup> DORIA [1937], p. 196: “Por decreto de 14 de Julho de 1890, dos concursos do Instituto [Nacional de Instrução Secundária – Ginásio Nacional] desaparecia a defesa da theses, arguidos os candidatos por dous examinadores sobre provas escritas e oraes. A arguição das primeiras seria feita no dia seguinte ao da leitura publica das provas, a arguição das provas oraes, logo após a sua realização.”

<sup>980</sup> Com o concurso para o preenchimento da cátedra aberto diversos candidatos inscreveram-se. Sabe-se que Agliberto Xavier o fez aos 24 de Setembro de 1908 e Euclides da Cunha (1866-1909) aos 19 de dezembro daquele ano. (Cf. COLÉGIO PEDRO II [1965]) A primeira dificuldade para sua realização foi um requerimento de Raimundo de Farias Brito (1862-1917) encaminhado ao diretor do Externato do Ginásio Nacional, em 13 de abril de 1909. Nele Farias requeria nomeação à cátedra de lógica fundamentado no artigo 52 do Código de Ensino dos Institutos Oficiais de Estudo Superior e Secundário. Tal artigo possibilitava o preenchimento da cátedra sem concurso caso houvesse entre os candidatos, algum que houvesse publicado obras que fossem “... reveladoras de sufficiente preparo theorico em todas as matérias da seção.” (*Ibidem*, 1 fol.) Entendendo ele preencher o requisito acima,



*Accuso*, houve dificuldade de compor a banca examinadora. Os professores Sílvio Romero, Nerval de Gouvêa e Escragnolle Dória retiraram-se da primeira banca constituída, restando nela apenas Eugênio de Barros Raja Gabaglia.<sup>981</sup> Novaes supracitado questionou na época, com boas razões, a idoneidade da banca que se formou posteriormente que incluía além do citado professor Gabaglia, os professores Rodolpho de Paula Lopes e André Gustavo Paulo de Frontin. De fato, compor uma comissão de especialistas em lógica naquela conjuntura é algo impossível, todavia, algumas das circunstâncias por ele relatadas mostram quão precários eram alguns dos concursos do gênero no Brasil da época.<sup>982</sup> No parecer final das provas do concurso, abaixo reproduzido, figuram os quinze candidatos que compareceram às provas e suas respectivas classificações:

“PARECER – A Comissão Examinadora do concurso de logica do Externato, tem a honra de submeter á illustrada Congregação do Gymnasio Nacional o seo parecer sobre as provas effectuadas pelos quinze candidatos que compareceram ao mesmo concurso. Na prova de arguição os membros da Commissão Examinadora fizeram perante a Congregação a analyse geral e minuciosa de cada uma das provas oral e escripta dos candidatos, inutil se torna por isto insistir sobre esse assumpto, para cuja apreciação já possui a Congregação os elementos necessarios. A Commissão Examinadora passa portanto a emittir o seo julgamento sobre o conjuncto das provas prestadas pelos diversos candidatos, cuja enumeração no presente parecer é feita de accordo com a ordem da arguição. A Commissão Examinadora julga: DEFICIENTES AINDA QUE REVELANDO HABILITAÇÃO, as provas dos candidatos Drs. Adrien Delpech, Geonisio Curvello de Mendonça, Ovidio Alves Manaya, Vital de Almeida, Armando Dias, Affonso Duarte de Barros. SATISFATÓRIAS, APEZAR DE DEFICIENCIAS PARCIAES, as provas dos candidatos Drs. Roberto Gomes, Agliberto Xavier, Manuel Ribeiro de Almeida e Manuel de Bethencourt. COMPLETAS SALVO LIGEIRAS IMPERFEIÇÕES, as provas dos candidatos Drs. Monsenhor Fernando Rangel de Mello, Raymundo de Farias Brito, Julio Oscar de Novaes Carvalho, Graciano dos Santos Neves e Euclides da Cunha. Estas provas se caracterizaram

---

candidata-se a vaga “... por ser auctor de trabalhos que, acredita o supp<sup>e</sup> dão prova de sufficiente preparo para o ensino daquella disciplina.” (*Idem*). “Por isto – afirma Farias Brito – vem requerer a V. Ex.<sup>ia</sup> que se digne mandar submeter á apreciação da doutra Congregação deste Gymnasio as referidas obras, a fim de que, dando a mesma seu parecer, seja o supp<sup>e</sup> nomeado para a cadeira de Logica independentemente do concurso.” (*Ibidem*, 4 fol. f.) Ele ainda argumentava que nenhum pretendente seria prejudicado na forma da lei, uma vez que outros candidatos na mesma condição poderiam ser avaliados pela congregação. O pedido foi negado e concurso realizado no mês seguinte.

<sup>981</sup> NOVAES [1909], p. IX.

<sup>982</sup> Júlio Novaes em seu *Accuso! Concurso de Lógica no externato do Gymnasio Nacional*, elenca fatos comprometedores relativos aos examinadores do referido concurso. Ele relata que Paula Lopes, “... no dia do sorteio das turmas, comprou a ‘Logica de Bain’, conforme me disse e mostrou, alli em frente do Externato do Gymnasio, os dous tomos enroladinhos, pedindo minha opinião sobre o valôr didactico da obra. Reputava o professor [Paula Lopes], arvorado em *logico* da noite para o dia, o Stuart Mill como indigesto e *massudo* (sic) tal como eu mesmo. Pedio-me conselhos sobre livros e autores apropriados á ligeira leitura, para argüir dentro em poucos os candidatos!!!” (NOVAES, *Op. Cit.*, p. 8-9.)

respectivamente a primeira pelo VALOR DIDACTICO, a segunda pelo ESPIRITO PHILOSOPHICO geral, a terceira pelo PREPARO SCIENTIFICO FUNDAMENTAL, quarta pela SEGURA ORIENTAÇÃO EM SUA DOCTRINA PHILOSOPHICA, a quinta pela PROFUNDA ERUDIÇÃO. A precedencia entre estas características sobre a qual não é uniforme a opinião dos membros da Comissão Examinadora, determinará pois a collocação relativa dos cinco candidatos julgados em primeiro plano. Tendo o seu parecer pelo Codigo de Ensino, apenas valor elucidativo, ao elevado criterio da illustrada Congregaçãõ do Gymnasio Nacional, a Comissão Examinadora submete o seu julgamento e agradece a alta prova de confiança que lhe dispensou elegendo-a para tão honrosa incumbencia. Rio de Janeiro, sete de Junho de mil novecentos e nove. – A Comissão Examinadora: (assignados) Dr. Eugenio de Barros Raja Gabaglia, Presidente, Dr. Rodolpho de Paula Lopes, Dr. André Gustavo Paulo de Frontin.”<sup>983</sup>

Do parecer da Comissão Examinadora seguiu-se a eleição na Congregaçãõ para obtençãõ da classificaçãõ final. Conforme relata Jonatas Serrano, no primeiro escrutínio para primeiro lugar, obteve Farias Brito sete votos e Euclides da Cunha seis. No segundo, Farias Brito obteria quatorze votos e Euclides treze. Votaram em Farias Brito no primeiro escrutínio Gastão Ruch, Said Ali, José Acioli, Henrique Noronha, Almeida Lisboa, Alfredo Alexander e Raja Gabaglia. No segundo escrutínio, votaram ainda em Farias, Escragnoille Dória, Meschick, Paula Lopes, Fausto Barreto, Nerval de Gouveia, Araujo Lima e Gervais.<sup>984</sup> O resultado final do concurso teve por vencedor Farias Brito e em segundo lugar Euclides da Cunha.<sup>985</sup> Todavia, de acordo com o artigo 104 do Código Epitácio, cabia ao Presidente da República escolher entre

---

<sup>983</sup> NOVAES, *Op. Cit.*, p. VIII-IX. Segundo Júlio Novaes, os membros da banca examinadora receberam pressão externa para aprovação de determinados candidatos. O cardeal Arcoverde exigia a nomeação do monsenhor Fernando Rangel de Mello e o barão do Rio Branco preferia Euclides da Cunha. (*Ibidem*, p. 4.)

<sup>984</sup> SERRANO [1939], p. 197. Cabe aqui observar que o citado estudo de Serrano – colega de Farias Brito no Colégio Pedro II (cf. SEGISMUNDO [1991], p. 951) – apresenta-se apologético comprometendo-se com a pessoa e da obra de Farias Brito relativiza o valor de sua análise. Comparado à discussão que propõe Cruz Costa sobre o mesmo tema, o contraste é nítido tornando inconciliáveis as análises de ambos.

<sup>985</sup> Jonatas Serrano defende Farias Brito, ao afirmar que graças à intervenção de Rio Branco fez com a 17 de julho Euclides fosse nomeado. Graças a esses rumores, Euclides da Cunha iria renunciar à cadeira como manifestou na época a Coelho Neto:

“... um bravo pela tua delicadeza moral. Seria cruel se eu recebesse à noite aquele telegrama. Mas não seguirei o teu conselho. O revés desafoga-me: merecido castigo ao deslize de haver tentado deslocar um candidato oficialmente amparado pelo direito. A linha reta diante as vacilações do govêrno é esta: renunciar. É o que vou fazer já por telegrama. E sinto-me verdadeiramente feliz, porque nesta longa *Fox Hunting* que principia no voto de ..... e termina nas tendências simpáticas de alguns poderoso em tudo isso, descobri uma alma honesta e perfeitamente clara – a tua. Logo ou amanhã te abraçará agradecido o teu Euclides.” (Euclides da CUNHA apud VENANCIO [1940], p. 55). Coelho Neto fez Euclides rever sua intenção de desistir de sua classificaçãõ no concurso.

os dois primeiros colocados no concurso. Euclides da Cunha foi escolhido dentro da lei, resultado que na época não encontrou poucos protestos.<sup>986</sup>

Os comentários quanto às motivações de Euclides da Cunha ao concorrer ao concurso são extremamente preconceituosos. É claro que Euclides da Cunha não foi filósofo.<sup>987</sup> Cruz Costa vê sua importância em outros termos, como a qual se concorda: “É porque com ele se inicia a reação contra os sibiritismo intelectual, contra a faina cega dos copistas dos pensadores de empréstimo.”<sup>988</sup> Quanto à candidatura à cátedra de lógica, Cruz Costa considera pouco autênticas suas motivações: “Premido a fazer o concurso em virtude de circunstâncias de sua vida, Euclides da Cunha que nunca fizera estudos sistemáticos da matéria, ‘tranca-se em casa, recapitula, lê sem descanso, encarniçando-se, livros e livros, compêndios, revistas. Volta às intimidades dos sistemas de doutrinas, que abandonara quase desde os tempos remotos da Praia Vermelha’, dos tempos em que fora aluno da Escola Militar.”<sup>989</sup> É bom lembrar que no Brasil da época ninguém fazia estudos sistemáticos de lógica. Euclides como os outros concorrentes, estudou a matéria para o concurso, obtendo ainda assim um aproveitamento destacado dos outros candidatos.

A análise da participação de Euclides no concurso parece frequentemente parcial, mesmo para historiadores das idéias no Brasil como Cruz Costa.<sup>990</sup> Novos

---

<sup>986</sup> Cf. VENANCIO, *Op. Cit.*, p. 54. Entre os protestos, o mais destacado parece ter sido de Júlio Novaes. Ele externa sua indignação contra o resultado emitido pela comissão julgadora ao afirmar:

“Ser-me-ia acessível praticar larga autópsia e perfeita dissecação circumvolucional, arribando primeiro as meninges, na substancia parda degenerada dos meos juizes, para atacar o subjecente substractum (sic) da consciencia pharisaica dos olygarchas do ensino secundario na Capital da Republica dos Estados Unidos do Brasil.

Mas, para que pôr ao sol do meio dia, um a um, enfileirados esses cerebros dystrophicos de tão degradados patricios?

Aferido no merito mental, por gente de estirpe professoral bem frouxa, tenho a soberana dignidade de atirar-lhes á face esta brochura de protesto acaçapador [ACCUSO] contra o esbulho que soffri, para que o presente os conheça e o futuro os tare.” (NOVAES, *Op. Cit.*, p. 20).

<sup>987</sup> REALE [1993], p. 27-28, propõe que a formação intelectual de Euclides da Cunha possa ser dividida em três etapas: “Embora com certa cautela, podemos configurar três momentos distintos nas convicções filosóficas de Euclides da Cunha. Um que tem início na Escola Militar, sob a influência pessoal de Benjamin Constant Botelho de Guimarães (sic), e que se reforça na Escola de Engenharia, tendo como foco central a figura de Augusto Comte; um segundo, que começa por volta de 1892, com a abertura de seu pensamento para outras influências, sobretudo a de Spencer no plano geral, e a de Gumplowicz e Proudhon nos domínios, respectivamente, da antropologia e das ciências sociais e políticas, com breve passagem pelo ‘socialismo científico’ de Karl Marx, prolongando-se até pouco depois da publicação de *Os sertões*; e, finalmente, uma terceira fase que, após desconcertantes vacilações, se amolda às diretrizes fundamentais do empirio-criticismo de Ernest Mach e do pragmatismo gnoseológico de Henri Poincaré, até culminar nas provas do concurso à cadeira de lógica no Colégio Pedro II.”

<sup>988</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 374.

<sup>989</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 375.

<sup>990</sup> SEGISMUNDO [1991], p. 951, externa preconceitos inadmissíveis ao trabalho histórico bem cuidado.

documentos primários ajudam a compreender melhor a posição de Euclides da Cunha, mas principalmente sua *intenção* quanto à filosofia e à lógica, mostrando ao contrário do que em geral se supõe uma lucidez incomum entre os candidatos do referido concurso. Seus interesses estavam a voltar-se para outras áreas da cultura e não mais estava restrito à literatura. Em geral, aliás, aprisiona-se Euclides neste cárcere de ouro. Esta conclusão é permitida por suas declarações em carta ao argentino D. Agustín de Vedia onde ele manifesta:

“A sua última carta deu-me também uma notícia captivante: a encomenda dos ‘Sertões’. *Mas preciso dizer-lhe que não lho mandei, espontaneamente, porque aquelle livro bárbaro de minha mocidade – monstruoso poema da brutalidade e da força – é tão destoante da maneira tranquila pela qual considero hoje a vida, que eu mesmo as vezes custo a entendel-o. Em todo o caso é o primogênito de meu espírito; e há críticos atrevidos que afirmam ser o meu unico livro... Será verdade? Repugna-me, entretanto, admitir que tenha, com elle, chegado a um ponto culminante, restando-me o resta da vida descel-o.* Depois de o ler, diga-me o meu lucido amigo, se estarei, realmente, condemnado a tão pouco invejável destino. A sua opinião será para mim valiosíssima; e desejo-a embora rapidamente enunciada.”<sup>991</sup>

Se Euclides da Cunha tornar-se-ia filósofo não é possível responder. O fato é que ele estava a cultivar novos interesses e, entre estes, estudos em filosofia e lógica. É claro que naquele momento em que participa do concurso a crítica de Cruz Costa quanto a Euclides não conhecer os filósofos é pertinente: “Não os conhecia, julgava-os como quem não conseguira a exata compreensão de suas idéias ou que não vira nelas o seu exato sentido.”<sup>992</sup> Cruz Costa afirma ainda:

“Por certo, não é suficiente que alguém apenas se muna de livros, que se feche numa sala e se debruce sôbre livros, para que possa apreender, de chôfre, o significado exato das idéias e dos sistemas filosóficos. Êstes são de conquista quotidiana a que a reflexão vai lentamente dando maior nitidez e forma. A inteligência de Euclides da Cunha, tôda sensibilidade, impressionabilidade, não era dotada da necessária contenção que o progresso de consciência parece exigir. Euclides não foi, pois, um filósofo. A sua significação é outra na história das idéias no Brasil.”<sup>993</sup>

Todavia, aqui não se arrisca a dizer que a inteligência de Euclides *não era dotada da necessária contenção que o progresso de consciência parece exigir*. A julgar por sua prova escrita e oral no concurso à cátedra se conclui ao contrário. Para uma pessoa que a tão pouco tempo vinha dedicando-se à matéria, sua prova é extremamente satisfatória. Ele consegue apreciar e compreender o valor e o conteúdo

---

<sup>991</sup> CUNHA [1908], 2 fol. f – 2 fol. v. Grifos nossos.

<sup>992</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 375.

<sup>993</sup> *Ibidem*, p. 375-376.

de bons textos de lógica disponíveis na época, como o *System of Logic* de Stuart Mill e *Logique* de Alexander Bain<sup>994</sup>, conseguindo perceber melhor que qualquer outro candidato à cátedra e inadequação de formas de lógica consagradas no Brasil pelo uso – como a abordagem neoescolástica – mas superadas pela evolução da disciplina. Um exemplo disso é quando critica a lógica do cardeal Mercier na prova oral. Numa carta de 8 de agosto de 1909, ele afirma ao juiz Octaviano Vieira<sup>995</sup>, preciosas informações sobre seu curso de lógica em andamento no Colégio Pedro II, onde expressa com lucidez e consciência sua visão quanto ao ensino e mesmo quanto à sua compreensão da lógica. Afirma ele:

“Já iniciou o meu curso de Logica no ex-Gymnasio Nacional (hoje Pedro 2º graças a um lance de hysteria republicana). Curso principiado no meio do anno – serei obrigado a sapear a matéria para preencher o programa. Mas levo-o por deante uma grande convicção pedagógica. Ao menos darei aos meus alunos a simples e límpida lógica de Stuart Mill, ao inves de transcendentais tolices metaphysicas. Levo-me a consciencia de que serei mais útil do que o fenomenalesco philosopho (diz-se elle o *único* philosopho brasileiro!) da *Finalidade do Mundo*, que há 25 annos escreveu um livro que ninguém lê e estuda uma lógica que ninguém entende.”<sup>996</sup>

Seu curso foi abruptamente interrompido. O trecho acima, escrito uma semana antes de sua morte ocorrida a 15 de agosto de 1909, traduz elementos de sua percepção da lógica em seus últimos dias. Após sua morte, Farias Brito requer a nomeação à cadeira que é concedida em 2 de dezembro daquele ano.<sup>997</sup> Quanto à lógica, a contribuição de Farias Brito, apesar de primeiro colocado no concurso, não seria, de longe, melhor que a de Euclides.<sup>998</sup> Concomitante ao ensino de Farias Brito,

---

<sup>994</sup> Embora a Rede Globo Ltda. de televisão tenha em um seriado dedicado a Euclides da Cunha feito referência à *Logique* de Louis Liard, colocando-a na prateleira da biblioteca do Euclides, não se encontrou documentação que garantisse essa indicação. É provável contudo, que ele tenha se utilizado deste livro, pois era um dos textos de maior prestígio da época entre os intelectuais que se interessavam por lógica. (Cf. NOVAES, *Op. Cit.*, p. 9)

<sup>995</sup> Octaviano Vieira era cunhado e amigo de Euclides da Cunha.

<sup>996</sup> CUNHA [1909b], fol. 2v.

<sup>997</sup> SERRANO, *Op. Cit.*, p. 200. A avaliação de Farias Brito por Cruz Costa vai à mesma linha da crítica a Euclides: “A obra filosófica de Farias Brito – cuja finalidade é essencialmente moral – é, porém, um eterno recomeço, se assim podemos dizer, – um comentário nunca acabado das doutrinas filosóficas européias do século XIX.” (*Op. Cit.*, p. 321). Para uma discussão competente da filosofia de Farias Brito cf. RAMOS DE CARVALHO [1977].

<sup>998</sup> Sobre o caráter geral de sua obra, afirma Cruz Costa: “Farias Brito não foi ‘a legítima expressão das nossas ânsias metafísicas’, nem ‘a primeira voz em que ouvimos a sonoridade de nossa alma’, nem o intérprete de nossas ânsias do infinito’... porque, na nossa terra, como dizia João Ribeiro, ‘ninguém se preocupa do infinito’. Farias não foi, assim, o intérprete da nossa consciência. Salvo se esta, se o nosso espírito, como diz Gregório de Matos, corresponde àquele estado,

*que não elege o bom, nem o mau reprova  
por tudo passa deslumbrado e incerto.”* (*Op. Cit.*, p. 330)

Agliberto Xavier é nomeado professor de lógica do internato e de filosofia e matemática do externado, em 1910.<sup>999</sup>

Graças à reprodução de seu programa de ensino de filosofia e lógica, por Ivan Lins é possível saber o que ele lecionou no Colégio Pedro II até 1925.<sup>1000</sup> A ementa lá reproduzida assim resume o conteúdo do programa: “Concepção escolástica de Filosofia. Filosofia primeira de Aristóteles ou Metafísica de seus tradutores e comentadores. Ontologia, Psicologia e Teologia. Filosofia racional ou Lógica. Filosofia Moral ou Moral pròpriamente dita. Concepção moderna de Filosofia. Filosofia Moral.”<sup>1001</sup> Seu programa de lógica preocupa-se em distinguir compreensões usuais da positiva, tratando da lógica dos sentimentos, das imagens e dos sinais, que é a compreensão de lógica que lá prevalece.

### 6.3.2 A cacofonia das enunciações de lógica nas provas do concurso

Inicialmente valorizadas como únicas fontes à compreensão da lógica no Brasil, no início do século XX, as provas do concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II não superaram as publicações em lógica e filosofia do mesmo período, na tarefa de caracterizar a compreensão de lógica em voga no período. Pelo contrário, o ponto sorteado para a prova escrita não proporcionou uma visão de conjunto da lógica quanto aquela obtida nas citadas publicações didáticas. Por outro lado, embora até o momento não se tenha a lista completa de pontos para as provas escrita e oral do concurso, esta lacuna não parece comprometer por completo a reconstituição do que entendiam por lógica os candidatos àquela cátedra.<sup>1002</sup>

O ponto sorteado para a prova escrita ‘A verdade e o erro’ restringiu a discussão dos candidatos à teoria da verdade, enviesando assim a amostra da compreensão dos mesmos candidatos quanto a lógica. Além disso, a partir do ponto sorteado diversos candidatos sentiram-se autorizados a abordá-lo legitimamente de

---

<sup>999</sup> Cf. DORIA [1937], p. 222-223. O parecer que subsidiou sua nomeação foi o de Sílvio Romero. Conforme garante SERRANO, *Op. Cit.*, p. 200.

<sup>1000</sup> Além do programa de filosofia e lógica de Agliberto Xavier, muitos outros documentos positivistas estão disponíveis em LINS [1967].

<sup>1001</sup> LINS, *Op. Cit.*, p. 667.

<sup>1002</sup> Estas e outras informações estavam provavelmente registradas nas atas da congregação do Colégio Pedro II. Infelizmente, grande parte destes registros se queimaram no incêndio que atingiu o arquivo do colégio em 1964. Garante essa informação o atual responsável pelo arquivo, o professor Aloysio Jorge do Rio Barbosa. Existe ainda possibilidade de que estes documentos sejam encontrados, pois parte do arquivo que se salvou do incêndio encontra-se não catalogado. Todavia, os arquivistas não garantem a existência certa dos mencionados documentos.

outros pontos de vista, especialmente o da história da filosofia e do cientificismo, sempre com certa parcialidade e apelo livresco.

Outros temas genuinamente lógicos ficaram, desta forma, excluídos das provas do concurso. Apesar disso, os exames escritos afirmam algumas tendências teóricas que caracterizam a compreensão da lógica no Brasil, no período que serão apontados e discutidos nesta seção. Dos demais pontos do concurso à cátedra de lógica, sabe-se com certeza da existência do ponto vigésimo, que solicitava determinar a diferença entre lógica real e lógica formal.<sup>1003</sup> Comparado a este ponto, pode-se imaginar que o sorteado para a prova escrita acima citada favoreceu divagações de caráter retórico, ofuscando a expressão de conceitos e definições que fossem diretamente relacionados à teoria lógica.

De modo geral, aparecem expressas nas provas do concurso à cátedra de lógica algumas constantes quanto à compreensão da disciplina. As diversas opiniões, naquela ocasião sustentadas definem no fundo três modos de ver a lógica no Brasil do começo do século XX. Segundo a interpretação aqui proposta, a lógica foi vista em algumas provas como um prolongamento da psicologia (incluindo fundamentação em neurologia e fisiologia), em outras como metodologia e teoria da ciência e, ainda, como ciência do raciocínio. A esta última visão raramente se associa a lógica formal. Além destas três caracterizações afirmativas, diversas provas documentam o repúdio à lógica matemática e à matematização, ou formalização, do pensamento. Embora não seja o único, é o uso retórico da lógica que sustenta o principal interesse pelo estudo da disciplina.

Entre os candidatos à cátedra que expressam uma concepção peculiar de lógica encontra-se Affonso Duarte de Barros, cujo texto já foi avaliado na seção anterior. Para ele, “A lógica é a que estabelece a identidade perfeita entre o sentir e as coisas, é a relação directa entre o objectivo e o subjectivo.”<sup>1004</sup> Sua visão da lógica pode ser classificada dentro de uma compreensão psicologista acima apontada. Semelhante postura defendem Farias Brito e Júlio Novaes. Este último afirma: “O lógico que ignora a psycho-physiologia é um decapitado: o pensamento depende do órgão que pensa. Dentro do artifício de Grasset, como em nenhum outro, faz-se funcionar a indução e a dedução. É claro.”<sup>1005</sup> Defende ele então, claramente a

---

<sup>1003</sup> Esta informação consta do relato de NOVAES, *Op. Cit.*, p. 117-139.

<sup>1004</sup> Affonso D. de BARROS, *Verdade e o erro*, § 45 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 6.

<sup>1005</sup> NOVAES [1909], p. 144.

interferência de ordem científica nos conteúdos da lógica. O psicologismo é o mesmo, a diferença é que o de Duarte de Barros é ingênuo e o de Novaes científicista. Aliás, verifica-se na conceituação de Duarte de Barros acima a mesma parcialidade e imprecisão anteriormente verificadas na enunciação deste candidato. Ele admite no fundo uma idéia de verdade como correspondência: “A verdade – afirma ele – é o grande objectivo da logica que muitas vezes é definida – a sciencia da verdade.”<sup>1006</sup> Ele como outros candidatos expressa profundo repúdio à matematização da lógica, ao afirmar:

“Ha quem queira ver em tudo a mathematica, não somos note-se bem, dos que tem ogeriza á grande e dignificadora sciencia de Euclides, mas querer como alguns reduzir a formulas – a verdade, a logica, como Pastor, v. g.: sim ver para a toda parte numeros, grandezas, signaes e chegar-se á mania de David Hume, que assim se expressa: ‘Abri um livro: se não tratar de numeros, fechai-o; é um livro inutil’...”<sup>1007</sup>

Pode-se observar que a compreensão da lógica matemática é bastante parcial. É uma compreensão livresca e descontextualizada. Apenas com o curso de lógica que Quine ministra na Escola Livre de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo em 1942, é que a lógica matemática seria adequadamente iniciada no Brasil.<sup>1008</sup> Na vertente daqueles que entendiam a lógica estreitamente afinada com a ciência, encontramos posições como a de Júlio Novaes, anteriormente citado. Adepto da concepção positivista de lógica, ele procura demonstrar que lógica e psicologia genética são mutuamente interessantes.<sup>1009</sup> Para ele, a verdadeira lógica somente seria estudada a partir do consórcio entre lógica positiva e psicologia genética. “Tanto a *logica positivista* com a *logica genetica*, afirma ele, ambas ellas encerram no arranjo didactico da alçada peculiar – o formal e o real; a deducção e a inducção; a analyse e a synthese; o abstracto e o concreto; a generalização e a systematização; em duas palavras – o objecto e o sujeito.”<sup>1010</sup> Novaes, desta forma, concorda com o que foi dito anteriormente, exemplifica como o positivismo parece ter facilitado a aceitação da perspectiva de matematização da lógica, embora ele mesmo e sua concepção da lógica fosse com ela incompatível. De modo ainda mais enfático afirma ele: “Na escola de Baltimore, a *logica formal* é a logica do logico, tambem distinguida como *exacta e*

---

<sup>1006</sup> Affonso D. de BARROS, *Verdade e o erro*, § 50 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 6.

<sup>1007</sup> *Ibidem*, § 74.

<sup>1008</sup> Mais tarde, em 1944, este curso foi publicado no livro *O sentido da nova lógica*.

<sup>1009</sup> “Ora, procedendo com logica positiva, eu posso dizer que em mathematica as verdades se coordenam por deducção: em astronomia, por observação; em physica, por experimentação, etc., etc.” Júlio NOVAES, *Verdade e o erro*, § 20 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4. O próprio autor reproduz suas provas em NOVAES, *Op. Cit.*



*pura*; a *logica dialectica* passa por ser a do *metaphysico*; somente a *logica genetica* se considera a do *sabio*. Todos os theoreticos da logica real se filiam a Bacon.”<sup>1011</sup> Mas ele é um dos únicos candidatos que expressa satisfação ou anuência à matematização do pensamento, mas num sentido muito particular. De fato, para ele a logica positivista é a lógica da matematica:

“Na philosophia positiva se diz: a logica pode ser possivel mais tarde; no momento inexecutavel; o espirito abstractamente se reduz a generalidades tão vagas que não affectariam o regimen intellectual; os grandes processos logicos independentes da applicabilidade ficam sem precisão.

E a logica foi possivel – *mais tarde* – na Synthese Subjectiva..... porque *Logica é Mathematica*.”<sup>1012</sup>

Ele demonstra a maior abertura ao tema encontrada nas provas e outras fontes do período. Contrapõe ele:

“Começou a perguntar-se, então, ao parecer de Poincaré – com certaz (sic) razões – a mathematica pôde reduzir-se á logica, collocando-se em fóro differente do de seos principios?

Está-se em debates. Existe com fé toda uma escola operando. Vae-se dos trabalhos ácerca do numero cardinal transfinito de Cantor ás novidades dos Hilbert, Peano, Russell. Emquanto os escolasticos, Leibniz e Euter (sic) [Euller], se limitam á grapica syllogistica, Pastore inventa com muito talento o modelo ideo-physico, como motivo representativo da dynamica deductiva no syllogismo. O artificio mecanico das figuras syllogisticas, rege-se ao compaso de movimentos produzidos em torno de um eixo cylindrico, por intermedio de rodas concentricas capazes de evolução directa ou retrograda.”<sup>1013</sup>

Uma postura completamente antagônica defendeu Farias Brito no parecer, que subsidiou o voto da congregação para a nomeação de Agliberto Xavier em 1910. Nele ele pontua com muita clareza sua posição:

“Devo confessar que nunca me pude conformar com essa comparação da Logica e da Mathematica; o que equivale a eliminar a Logica para ficar somente com a Mathematica como processo para a elaboração do conhecimento. Alias não foi Augusto Comte o primeiro que fez essa equiparação. Hobbes se antecipou neste sentido ao fundador do positivismo. Augusto Comte deu ao primeiro volume de sua Synthese Subjectiva este título: *Systema de Logica ou Tractado de Philosophia Mathematica*. Hobbes, ||**Fol. 4f**| antes d'elle, qualificava a parte do De Corpore referente a Logica, por estas palavras: *Computatio sive Logica*. Ambos foram victimas de um equivoco, exagerando a reacção, que desde Bacon e Descartes se tornou em moda contra a auctoridade de Aristóteles. Porque a Mathematica é a mais exacta das sciencias e a única que possui um methodo rigorosamente preciso e infallível entenderam que é sobre ella,

---

<sup>1010</sup> NOVAES, *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>1011</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>1012</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>1013</sup> NOVAES, *Op. Cit.*, p. 137-138.

como base que se \deve/ fundar todo o systema de nossos conhecimentos. Mais do que isto: como a Mathematica é um modelo de precisão, entenderam que é ella mesma que deve servir como methodo para todas as sciencias. Que a Mathematica venha a servir como modelo para o methodo em todas as sciencias, – comprehende-se; mas que começando – por ahi, venha a se transforma em methodo único, – é o que não se explica. É nisto que consiste o equivoco em que caíram Hobbes e Augusto Comte. Aliás a Mathematica é de si mesma e com certo sentido um methodo \logico/ porque, consistindo, como se sabe, a segunda formula mesma de Augusto Comte, na medida indirecta das grandezas, pode-se dizer que tem por fim medir e contar, e contar e medir não é propriamente um conhecimento, porém ||Fol. 4v| antes um processo para a elaboração do conhecimento. Deste modo podemos dizer: sim, a Mathematica é um methodo, a Mathematica é um instrumento da Logica. Mas isto não quer dizer que a Mathematica seja a Logica, nem tão pouco que seja o seu unico methodo, porque a Logica tem, alem do calculo e da medida, outros methodos, outros processos mais complicados, e a prova é que contanto e medindo nós não conhecemos as cousas senão sob um de seus aspectos mais simples, isto é, sob o aspecto da extensão e da quantidade; e em verdade, ainda que nos fosse permittido contar e medir todo o cosmos, pouca cousa poderíamos chegar a conhecer sobre a natureza das cousas, se os fosse vedado consideral-as sob outros aspectos e penetrar alguns de seus segredos por processos logicos de outra natureza.

De maneira que, mesmo considerada como simples methodo, a Mathematica não se confunde com a Logica; está para ella como a parte para o todo, ou mais precisamente, como o instrumento para a acção, como um dos processos para o exercicio de uma certa e determinada \função/ em operação mais vasta e complicada. Alem disto acontece que a Mathematica não é somente um methodo, mas tambem uma sciencia; e é uma sci ||Fol. 5f| encia, porque estuda a realidade sob um determinado aspecto, e neste sentido tem o seu dominio proprio e sobre este dominio elabora conceitos, estabelece principios e deduz consequencias. Parte da simples consideração do conceito: tudo o mais vem por deducção e consequencia. D’ahi a alta significação do methodo deductivo em Mathematica. E como em Mathematica os conceitos são absolutos; d’ahi resulta o character absoluto da certeza mathematica character próprio pelo qual esta sciencia se distingue essencialmente de todas as outras. Sabe-se que as sciencias mathematicas não particularmente caracterizadas pela denominação muito significativa de sciencias exactas.

[...]

A Logica, pelo contrario, é de sua natureza e essencialmente uma sciencia subjectiva, psychica, pois tem por objecto o conhecimento, e ninguém poderá contestar que o conhecimento seja um phenomeno psychico. Mais do \que/ isto: é uma sciencia absolutamente independente da mathematica, pois é a noção do espaço que, como se sabe, consititue a ordem mathematica, e o conhecimento é um phenomeno, uma energia, uma actividade, como quer se chame, que se desenvolve totalmente fóra da consideração do tempo. Numa palavra: a Logica pertence á ordem dos phenomenos psychicos e não ha exforço de imaginação pelo qual se possa reduzir o factio psychico á factio de ordem mathematica.”<sup>1014</sup>

---

<sup>1014</sup> FARIAS BRITO [1910], Fol.3v linha 18-Fol. 5v, linha 25.

O conceito de matemática de Farias Brito é bastante obtuso. Mas não é muito diferente do dos positivistas.<sup>1015</sup> Na verdade, Farias Brito está manifestando-se contra o que ele entendia por lógica e matemática. Não faz noção do que se passa na lógica européia, nem o propósito com o qual a lógica é desenvolvida no programa formalista de Hilbert, ou no logicista de Russell. Ele, como muitos de seus contemporâneos, não fará idéia das antinomias surgidas no fundamento da matemática e que tiveram na lógica matemática sua via de elucidação e tratamento teórico.<sup>1016</sup> Novaes mostra-se um pouco mais atento sobre este contexto, como se indicou na citação acima. É a partir da perspectiva do que aqui chegava sobre lógica, em geral, por meio de livros novos, que os brasileiros iam tomando consciência do que se passava na Europa com relação à disciplina. Deve-se ter presente, também, que o debate presente em publicações acadêmicas passava longe do conhecimento dos brasileiros que liam e estudavam lógica naquela ocasião.

A lógica, como ciência do raciocínio, aparece em diversas provas, em geral, entendida em função de suas aplicações. Como os brasileiros em geral não alcançavam entender o debate fundamental da lógica – mesmo em suas estreitas relações com a metafísica, com a ciência e em especial com a matemática – frequentemente os candidatos à cátedra preferiram olhar a lógica como ciência aplicada. Neste caso cabia o uso desta na elucidação do discurso e a aplicação de seus métodos na elucidação de noções úteis como a de verdade. Alguns candidatos se rebelaram contra este olhar, mas a contradição é apenas aparente. No fundo, mesmo entre os que protestam, a lógica deve prestar-se ao estudo da argumentação e do discurso, elucidando a estrutura do raciocínio em função de sua validade retórica. Euclides da Cunha é o de melhor destaque nesse caso:

“Sabe-se como os logicos tradicionalistas, que ainda existem, obedientes à influencia aristotelica. Ligeiramente modificada pela elaboração mais perturbadora do que fecunda de Hamilton e Mansel, caracterizam o dominio da logica que para elles é a unica logica, a Logica Formal. Dizem: é a sciencia das leis formais do pensamento.”<sup>1017</sup>

Mas contradiz Euclides essa visão,

---

<sup>1015</sup> Cf. discussão da lógica positiva no capítulo 5.

<sup>1016</sup> Destaca-se nos fundamentos da matemática, neste período, problemas relativos à descoberta dos diversos graus de infinidade por Cantor, paradoxos em teoria de conjuntos como o paradoxo de Russell, e a determinação da consistência da aritmética e, ainda, pesquisas em fundamentos da geometria.

<sup>1017</sup> Euclides da CUNHA, *Verdade e o erro*, § 1 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4-5.

“A sua missão é mui outra: é saber se o conceito que lhe apresentam, e que elle não viu nascer, encerra ou não encerra alguma contradicção intrinseca, em uma palavra, se é legitimo: se o juízo é analytic ou synthetic, já exprimindo apenas o desdobramento de uma noção nos attributos que lhe são inherentes, já reflectindo uma conquista real do pensamento sobre o mundo: e feita a distincção, o logico tradicionalista considera ‘legítimo’ o primeiro e francamente illegítimo o segundo.”<sup>1018</sup>

Todavia, apesar de sua visão aplicada da lógica, tal exposição se dá conta, com muita nitidez, das diferenças essenciais entre lógica dedutiva e indutiva, e especialmente entre lógica formal e aplicada. Esta distincção não é clara em muitas das provas avaliadas. Afirma ele,

“Neste contraste está em grande parte o contraste das sciencias deductivas e inductivas. Mas apontamo-lo apenas para mostrar os dois aspectos únicos sob o que nos apresenta a verdade: de um lado as verdades abstractas, as únicas através das quais a Logica Formal se prende por momentos á realidade; de outro a verdade real, nascente da própria realidade. As primeiras são fixas, indestructiveis; mas são uma illusão. O logico e o mathematico, formando-as, articulando-as e desenvolvendo-as, constroem no rigorismo complexo do vocabulo um mundo ideal, uma especie de mundo asymptótico á natureza real. A passagem, quase sempre penosissima e as mais das vezes impossivel, do abstracto para o concreto, do resultado das fórmulas analyticas para as exigencias da prática é inilludivel atestado de uma separação que póde ir gradualmente subindo das simples operações geometricas ao largo desenvolvimento da Analyse transcendente. As segundas são necessariamente relativas, contingentes, variaveis, mas nesta relatividade, nessa mesma contingencia, nessa variabilidade incessante traduzem ao mesmo passo o ajustamento e a harmonia obrigatoria do pensamento e das cousas, e a própria evolução da intelligencia em função dos novos aspectos da existencia.”<sup>1019</sup>

A influência do movimento cientificista deixou suas marcas em muitas das provas avaliadas. Em termos de escola, sua filiação mais patente é ora de caráter positivista, ora evolucionista. Na percepção de muitos candidatos à cátedra como Adrien Delpech, e ele não é o único, a filosofia seria uma espécie de metaciência com relação ao conhecimento científico. Ele admite:

“Mas se a philosophia se limitasse a uma egoista contemplação, ella não mereceria, de certo, o nome de “*sciencia scientiarum*”, que lhe foi dado. Preenchia outrora as immensas lacunnas de uma sciencia incipiente e falha. Une hoje harmoniosamente as diversas partes do soberbo edificio de nossos conhecimentos, e em todos os tempos teve a pretensão de fornecer aos homens um sólido ponto de apoio para suas acções e sua conducta moral.”<sup>1020</sup>

Posição similar manteve o candidato Geonísio Curvello de Mendonça:

---

<sup>1018</sup> *Ibidem*, § 1.

<sup>1019</sup> *Ibidem*, § 4.

<sup>1020</sup> Adrien DELPECH, *Verdade e o erro*, § 4 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4.

“Ha para o homem tres problemas distinctos, cujas soluções elle procura sempre e sempre as encontra, embora estas soluções defiram em cada phase da sua evolução. Estes problemas são: o bom, o bello, o verdadeiro. As suas soluções são: a politica, na sua significação completa; a arte, a philosophia, transformando-se para este termo, no passado, a significação que o mesmo tem nos tempos presentes, isto é, *incluindo nelle a sciencia.*”<sup>1021</sup>

O aspecto teórico melhor desenhado pelas provas à cátedra de lógica do Colégio Pedro II foi, devido ao ponto sorteado, a teoria da verdade. Este importante ponto da teoria lógica favoreceu manifestações das mais variados matizes. De modo geral, a teoria da verdade admitida é a *teoria da verdade como correspondência*, fundando-se ora de modo realista, ora nominalista e, ora ainda, subjetivista. Algumas passagens das provas sustentam a análise acima feita. Tais posturas foram inspiradas na leitura de diversos filósofos e cientistas como se apresentam nas citações elencadas na seqüência. Por isso mesmo, prevaleceu a discussão em águas rasas, como ligeiras exceções de alguns autores mais perspicazes e mais profundamente preparados, como Júlio Novaes, Agliberto Xavier e Euclides da Cunha.

De postura subjetiva é a caracterização de verdade por Affonso Duarte de Barros. Para ele, “A verdade e seu termo antonymo – o erro são duas entidades abstractas, de existencia subjectiva, sem corporificação. Uma e outra só existem em nosso *eu*, em nossa *psyche.*”<sup>1022</sup> Mesmo para autores completamente inspirados na diretriz positivista e cientificista, a verdade como correspondência foi mantida, a partir das recensões necessárias. “Postos estes principios, afirma Júlio Novaes, logo se conclue que o espirito, formando idéas com os materiaes que o mundo lhe fornece, póde combina-las de modo a representar a realidade exterior, com um gráo de approximação maior ou menor, mas sempre apreciavel, obtendo esta coincidencia notavel das suas cogitações com o espectaculo externo que constitue a *verdade.*”<sup>1023</sup> Para o médico carioca, esse caminho da verdade e do bom raciocinar foi obtido e está garantido nas doutrinas de Augusto Comte.<sup>1024</sup> Note-se que esta visão relativista de verdade não é clássica. Ela não corresponde à semântica da negação clássica, sendo incluso aqui por responsabilidade exclusiva da maneira positivista de olhar o tema.<sup>1025</sup>

---

<sup>1021</sup> Geonísio Curvello de MENDONÇA, *Verdade e o erro*, § 1 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4. Grifos nossos

<sup>1022</sup> Affonso D. de BARROS, *Verdade e o erro*, § 1 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 6.

<sup>1023</sup> Júlio NOVAES, *Verdade e o erro*, § 8 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4.

<sup>1024</sup> *Ibidem*, § 27. E ainda, “Para ensinar o caminho da verdade ou do bom raciocinar, de modo que o interior reflecta o exterior, as doutrinas de Augusto Comte são tão sufficientes como para afastar-nos do erro ou da falta de coincidencia do exterior com o interior.”

<sup>1025</sup> Cf. capítulo 5.

O ponto de vista escolástico sobre a verdade aparece em muitas provas, às vezes afirmando, às vezes questionando. Roberto Gomes o afirmará, após aparente contestação, a partir da polêmica reproduzida em manuais da época:

“Qual é pois o criterio de Verdade? A questão é para nós de grande importancia não só pela sua generalidade, como porque a affirmação da Verdade é invocada como a base da logica, segundo quer Rabier, a sciencia da evidencia, digna de servir de prova á Verdade.

Contra este modo de ver se têm insurgido varios philosophos; observaram antes de tudo que a Verdade não é uma cousa simples: é, segundo a definição já citada, a ‘*Adequatio rei et mentis.*’ De mais a mais, observa o Sr. Delboeuf, a certeza da Verdade adquirida nunca se poderá impôr ao nosso espirito. Se a Verdade é estabelecida por uma relação entre o sujeito (espirito) e o objecto, como admittir uma equação em que o sujeito fosse subjectivo e o attributo objectivo? Se pudessemos ter um signal que nos avisasse quando conseguissemos attingir a Verdade, nada mais facil. Não existe, porém, e temos de invental-os, erigil-os, para pouco depois derrubal-os sem termos até hoje chegado a uma solução definitiva. Dous critérios têm sido, entre outros, propostos e por muitos adoptados: a *evidencia* e o *senso comum.*”<sup>1026</sup>

Ele questiona a validade do critério de verdade cartesiano para, enfim, afirmar a visão tradicional sobre o ponto em questão. “Se a Verdade é *adacquatio* (sic) *rei et mentis*, o erro será, *ipso facto*, a discordância entre o sujeito e o objecto. Ora, nas representações que formamos de um objecto, tres são as cousas que devemos considerar: o objecto, o sujeito, o intermediario.”<sup>1027</sup> Agliberto Xavier, sobre o mesmo ponto, mantém a opinião de que a verdade é relativa, como o fizeram todos os candidatos que assumiram postura positivista quanto à lógica. Ele mantém que:

“Geralmente se considera a verdade e o erro de um modo absoluto e o erro em opposição completa á verdade. Neste assumpto, como em tantos outros, é mister recorrer á philosophia mathematica para termos uma noção clara, em virtude da simplicidade do assumpto, e transportarmos em seguida essa noção aos dominios superiores, afim (sic) de completarmos o nosso exame. As sciencias superiores suscitam a noção de relatividade e as inferiores dão as idéas mais claras sobre essa materia, em vista da sua natureza fundamental.

Disso resulta que as proprias leis naturaes nada mais são do que a expressão mais ou menos approximada da realidade. Quem suppuzer que as leis da gravitação universal, por exemplo, traduzem absolutamente a realidade, engana-se. Ellas representam uma aproximação que basta actualmente a todas as nossas necessidades moraes, intellectuaes e praticas. Aqui, como por toda a parte, a verdade é uma aproximação da realidade.”<sup>1028</sup>

Subjetivista, psicologista e moralista é a visão de verdade de Raymundo de Farias Brito. Para ele, “A necessidade de um critério se impõe e o objectivo principal

---

<sup>1026</sup> Roberto GOMES, *Verdade e o erro*, § 17-18 in JORNAL DO COMMERCIO [1909a], p. 6.

<sup>1027</sup> *Ibidem*, § 40.

da logica não é senão fornecer-nos esse criterio para decidir entre a verdade e o erro.”<sup>1029</sup> Contudo, seu critério não é lógico, é de motivação moral:

“Criterio é julgamento. Diz-se que tem criterio aquele que sabe julgar; isto, qualquer que seja o ramo de conhecimento em que se manifesta a actividade do espirito. Ha, porém, o criterio moral que é o que dirige as nossas acções; e ha o criterio do conhecimento que é o que resolve entre a verdade e o erro. Comprehende-se que uma coisa está subordinada a outra, sendo certo que o conhecimento constitui um dos motivos e o mais importante na determinação das nossas acções. Quer dizer: nós somos determinados por verdades ou erros, e conforme é maior ou menor a influencia da verdade, maior ou menor é o grau da nossa moralidade. Por isto podemos rigorosamente dizer que a Moral é a Logica da acção, do mesmo modo que podemos dizer que a Logica é a Ethica do pensamento.”<sup>1030</sup>

São as diversas posturas até aqui elencadas que motivaram a denominação deste capítulo. Apesar da cacofonia teórica por elas induzida, poder-se-ão apontar algumas consonâncias. Completamente escolásticas são as definições de verdade do monsenhor Fernando Rangel de Mello, voz eclesiástica e neotomista nas provas do concurso à cátedra de lógica do Colégio Pedro II<sup>1031</sup>, proclama ele:

“Sob o ponto de vista real. – verdade – é no dizer da escola, com São Thomas de Aquino, *adacquati intellectus et rei*, isto é, é a conformidade ou conveniencia da cousa com a intelligencia.

Com Santo Agostinho e outros podemos tambem definir a verdade do seguinte modo: *Veritas id est quod est*: a verdade é o que é. Das definições dadas deprehendemos que a essencia da verdade ou sua razão de ser

---

<sup>1028</sup> Agliberto XAVIER, *Verdade e o erro*, §§ 2; 4 in JORNAL DO COMMERCIO [1909a], p. 4.

<sup>1029</sup> Raimundo de FARIAS BRITO, *Verdade e o erro*, § 19 in JORNAL DO COMMERCIO [1909a], p. 6.

<sup>1030</sup> *Ibidem*, § 21.

<sup>1031</sup> Por isso lamenta ele que “Quando por uma paixão ou algum sentimento, isto é, por algum movimento do nosso coração deixamos de admittir a verdade, não queremos caminhar para onde e como aconselha rectamente o espirito, comettemos um erro. A causa deste erro é moral e não raro se encontra nos preconceitos de escola; minha escola assim pensa, logo assim é. Esse erro de ordinario se dá quando o espirito, que se diz emancipado, procura sacudir para longe de si a verdade sobrenatural, que, formosa e bella, se nos depara no christianismo, esta religião vinte vezes secular, que se ufana de ter nutrido e glorificado os maiores genios, honra e gloria da especie humana. A historia de todos os dias nos affirma que, ao lado de um pequeno numero de adversarios verdadeiramente dignos e nobres, para os quaes o christianismo olha cheio de esperanças, cresce e se amontoa uma multidão de adversários, que, cobrindo-se do manto bellissimo e sobremodo honroso da sciencia e da liberdade, filhos do céu, sem investigação profunda, qual que exige o problema da origem e destino e dos destinos do homem, nega tudo que traz o cunho sobrenatural! Dahi o espectáculo tristissimo que se nota na sociedade, isto é, os homens de uma certa classe, reprovados em seus costumes pela lei grandiosa do Evangelho, não podendo supportar a censura do christianismo, servindo-se de todas as armas, apaixonados, dizem que de tudo descrêm: não há moral, mas costumes: não há religião, mas religiões. E quando nós lhes perguntamos que sabem, elles crêm mais do que nós, com uma differença, nós, os catholicos, cremos na verdade de vem de Deus: elles crêm em A. Comte, Spencer, Huxley, Hegel, Haeckel, etc. Tinha razão Leibnitz quando disse que se os theoremas de nosso coração, certamente quasi todos já estavam negados. A paixão é causa moral do erro e é a peor. Ainda assim o erro pode prestar grande serviço e é que, humilhando-nos, faz com que com maior diligencia e perspicacia busquemos a verdade.” (Fernando Rangel de MELLO, *Verdade e o erro*, § 3A in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5-6.)

consiste na justeza, exacção e conveniencia entre a cousa e a intelligencia, ou entre essa e aquella. Ainda da definição da escola fazemos defluir com muita propriedade mais de uma especie de verdade.”<sup>1032</sup>

Concepção previsível, sua definição de verdade encontra-se coerentemente enunciada. Conclui ele: “Essa é propriamente a verdade, que cabe a esta parte da sciencia, que se chama – Logica. – Seu opposto é o erro.”<sup>1033</sup> Encerrando o quadro de conceitos de verdade propostos nas provas do concurso, Vital de Almeida assume uma conceituação indecisa, oscilando entre um certo realismo e uma abordagem idealista. Para ele,

“A verdade é a perfeita adaptação das idéas aos factos e das idéas entre si; e, como bem é razão, o erro deverá ser tomado em sentido contrario.

Estabelecida semelhante proposição, della decorre naturalmente que a verdade é toda ella relativa, valendo pelo tempo em que puder satisfazer a explicação dos factos de uma maneira mais precisa. Conhecidas de todos são as opiniões de Poincaré relativas á mathematica, de Mach relativas á constituição das sciencias physico-chimicas, bem como as de Ostwald, Duhem, etc.”<sup>1034</sup>

Apesar do caráter idealista de sua definição de verdade, esta é validada não no intelecto, mas na pesquisa científica, o que constitui uma aporia comprometedora a sua formulação. Afirma ele:

“Que a verdade, e aqui tomamos por base tão sómente a verdade scientifica, com exclusão da verdade revelada, o que é assumpto para outras considerações, peculiares todas a outra ordem de factos, seja relativa já nos está mostrando o modo por que se vai constituindo, ao ser estabelecida, tendo por base todas aquellas verdades já agora erros com que o sabio vai jogar, afim de melhor constituída compor-se com elementos mais precizos, pela mais perfeita adequação do pensamento aos factos, ou dos pensamentos entre si.

O erro se engendra em razão das mesmas causas psychologicas que engendram a verdade. Differem, porém, num único ponto: a verdade é o resultado feliz de uma pesquisa, o erro não. Muitas vezes, porém, o erro se nos apresenta sob a mascara da verdade: foi o que se deu com as determinações astronomicas feitas por meio das séries convergentes, sendo preciso a capacidade de Poincaré para mostrar o que nellas havia de errado.”<sup>1035</sup>

Como se pode ver até o presente momento, a discussão da verdade excede, e muito, os limites hoje dados para a questão dentro da lógica. Talvez tal quadro do tema seja impensado. Ele, provavelmente, remete à maneira de entender da lógica naquele período. Vê-se que a influência das conquistas da ciência e, assim, da validade

---

<sup>1032</sup> Fernando Rangel de MELLO, *Verdade e o erro*, § 6-7 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5-6.

<sup>1033</sup> *Ibidem*, § 11.

<sup>1034</sup> Vital de ALMEIDA, *Verdade e o erro*, §§ 1-2 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.

<sup>1035</sup> Vital de ALMEIDA, *Verdade e o erro*, §§ 5; 15 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.



do projeto positivista manifestam-se com força.<sup>1036</sup> Uma das únicas abordagens formalistas quanto à verdade lógica é a de Manoel de Bethencourt. Ele afirma que,

“As verdades que ella conhece são as que resultam das formas correctas do raciocinar, que outra verdade não é dado ao homem conhecer, porque lhe é vedado ao entendimento, encerrado na lei da relatividade do conhecimento, condicionar o absoluto.

Os erros em logica formal são, porém, facilmente determinaveis; no terreno da deducção ha regras que permitem ao espirito estar sempre de harmonia consigo mesmo. No dominio da logica applicada, a que chamam de inductiva, o erro não é tão facilmente evitavel.”<sup>1037</sup>

A mesma posição manterá Euclides da Cunha “Assim a verdade definida como um pensamento adequado perfeitamente ás cousas, não podemos encontral-a na Logica Formal, e a propria mathematica que é uma promoção da syllogistica, ou a sua ‘irmã brilhante e gigantesca’ no dizer de Bain, a propria mathematica, somente nô-la revela através de um complicado symbolismo. Uma e outra, a primeira mais que a segunda, só nos permitem a legitimidade das consequencias.”<sup>1038</sup> Graciano dos Santos Neves sustentará uma concepção de lógica pouco admitida dentre as provas do concurso. Ele admite um realismo absoluto em lógica<sup>1039</sup>, como permitem concluir suas afirmações abaixo:

“Ha leis logicas e ha leis physicas que mutuamente se suppõem. Da relação de umas com outras é que nasce para nós o criterio da verdade. Mas, é proprio da intelligencia humana, é mesmo o seu character fundamental, que ella não se contente com o conhecimento dos factos particulares.”<sup>1040</sup>

“Chama-se erro a não conformidade entre a intelligencia e as cousas. Quando numa construcção intellectual se prevê algum facto e essa previsão é desmentida pela experiencia, diz-se que ella está errada.”<sup>1041</sup>

Quanto ao estilo das provas, chama a atenção o fato de todos os candidatos procurarem exhibir erudição na matéria. Ocorre que, para obter tal nível argumentação, muitas vezes, os candidatos perdiam-se numa enxurrada de idéias que, freqüentemente, terminou numa longa crônica da história da filosofia, onde se abusou do argumento de autoridade e do uso retórico dos conceitos lógicos. O melhor

---

<sup>1036</sup> Manoel Ribeiro de ALMEIDA, *Verdade e o erro*, § 19 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5: “Assim obtemos a nossa fórmula final de que se póde verificar a exactidão: Uma proposição é denominada *verdadeira* quando exprime um certo conjunto de *accórdos* com os factos. Uma proposição é denominada falsa quando em desaccórdo com os factos.”

<sup>1037</sup> *Ibidem*, §§ 13; 21.

<sup>1038</sup> Euclides da CUNHA, *Verdade e o erro*, § 5 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4-5.

<sup>1039</sup> COSTA [1993], p. 40.

<sup>1040</sup> Graciano dos Santos NEVES, *Verdade e o erro*, § 3 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.

<sup>1041</sup> Graciano dos Santos NEVES, *Verdade e o erro*, § 9 in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.

exemplo disso é a prova de Armando Dias. Ele entendeu o tema da verdade e do erro a partir de um viés religioso: ele afirma o passado de luta da Igreja contra o erro herético. O resto da prova o passa demonstrando, de modo inclusive desconexo, a história das principais heresias da história da Igreja. Afirma ele, “A Igreja Romana Christã, com esse passado estupendo de grandeza, nos oferece o mesmo espectáculo de luta entre a verdade e o erro. - Verdade e erro.”<sup>1042</sup>

#### 6.4 Considerações às compreensões de lógica estudadas

Capítulo abundante em informação espera-se ter oferecido elementos suficientes para caracterizar a transição da lógica no Brasil do século XIX ao XX. Duas permanências são extremamente relevantes neste momento. Cabe ressaltar a influência do psicologismo e do cientificismo, que marcou toda uma geração de intelectuais, conforme permitiram ver as manifestações de lógica aqui estudadas. Outra permanência importante é a da lógica positiva. Embora tenha sido uma compreensão da lógica fora do contexto de desenvolvimento da lógica contemporânea, no Brasil ela terá aceitação, ocasionando, naturalmente, um estreitamento da concepção de lógica, matemática e ciência nos intelectuais e ambientes sob a influência de seu dogmatismo.

Outras três ocorrências são bastante importantes à lógica no Brasil, na transição ao século XX. A primeira é o crescente contato com a lógica contemporânea. Todavia, sua implantação no Brasil ocorrerá apenas na década de 1940. Em contrapartida, o sabor metafísico dos estudos lógicos ainda perdurará por longa data no Brasil. Para muitos intelectuais, a lógica é, ainda hoje, um estudo desta classe. As relações entre ontologia e lógica existem, mas é preciso saber quando se faz lógica e quando se faz *metafísica*. Neste caso, Euclides da Cunha hoje, como ontem, poderia afirmar insatisfeito a respeito do ponto da prova oral que lhe coube – a idéia do ser – “Ora, em todo esse desvio ideativo debalde procuro um lugar para Lógica.”<sup>1043</sup> Enfim, percebe-se que em todas as provas avaliadas para o concurso de lógica houve um excessivo apelo ao argumento de autoridade. Todavia, ele é contextualmente compreensível, pois, não havendo aqui condições efetivas de laboração filosófica, restava apenas – mesmo nos primórdios do século XX – vislumbrar através da janela da leitura o que ia pelo mundo.

---

<sup>1042</sup> Armando DIAS, *Verdade e o erro*, § 2A in JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5-6.

---

<sup>1043</sup> Euclides da Cunha, *A idéia do ser*, § 77, apêndice 6.

## CONCLUSÃO



Esta pesquisa principiou por considerar o contexto que antecedeu de modo imediato a lógica no Brasil no século XIX. Para isso foi avaliado o alcance da concepção de lógica do Dezoito Português que ainda, em boa parte do século XIX, fez-se sentir, mostrando que a ambivalência de abordagens de lógica estudadas no Brasil não foi um fenômeno passageiro. De fato tal ambivalência foi uma constante, mesmo quando a influência em questão não se devia absolutamente à lógica das faculdades, mas se atribuía a outras divulgações de lógica constatadas no Brasil, especialmente as de caráter neotomista e positivista.

Algumas permanências importantes foram constatadas no período estudado e são aqui destacadas, como conclusão daquilo que a pesquisa do passado em suas muitas instâncias de expressão consultadas, permitiram reconhecer. Elencam-se na seqüência, tais permanências significativas e que qualificam o período estudado:

1. Uma permanência historicamente constatada no recorte temporal aqui estudado foi a de que a lógica limitou-se, sempre, a *uma história de ensino* e a perspectiva de pesquisa e especulação em lógica não existiu no Brasil, na era pré-universitária. Essa observação se sustenta, apesar do fato de algumas divulgações de lógica apresentarem-se bastante inovadoras em seus respectivos contextos; é o caso da exposição de Feijó. Todavia, essas iniciativas deveram-se, exclusivamente, de iniciativas solitárias e não foram sustentadas para além de seus promotores;

2. Outra característica extremamente relevante da história da lógica no Brasil, no século XIX, foi o seu *aspecto livresco* e *autodidata*. As inúmeras exposições didáticas aqui discutidas documentam uma extrema simplificação da teoria lógica, que teve efeito desastroso para o desenvolvimento da lógica no Brasil. Freqüentemente, tais exposições de lógica – tidas por didáticas – nem para essa finalidade eram completamente adequadas. Careciam, e. g., de definições bem elaboradas, exposição coesa e exemplos claros. Em algumas delas os exemplos eram tomados por definições, como aparece na exposição do frei Antônio Itaparica da Virgem Maria. Tal simplificação acarretou omissão de temas lógicos importantes dentro da forma de lógica tradicional, como uma abordagem mais aprofundada da teoria do silogismo e demais formas de argumentação, que correspondiam ao núcleo da teoria lógica cultivada na época;

3. Outra permanência importante constatada em todas as divulgações de lógica avaliadas é o recurso constantemente feito ao *argumento de autoridade*,

utilizado para fundamentá-las. Este recurso, largamente utilizado para fundar as exposições de lógica, parece possuir íntima interdependência do aspecto livresco que marcou a história da disciplina no Brasil. O recurso ao argumento de autoridade, por um lado materializa a dependência intelectual que subalternizava o contexto brasileiro frente ao europeu, pois a atitude dos brasileiros frente à produção intelectual no Velho Mundo era de passividade, inferioridade e dependência; o intelectual brasileiro, interessado em lógica, estava sempre ansioso pelas verdades vindas da Europa prontas para o *consumo*. Por outro lado, tal permanência talvez se deva à carência de tradição filosófica autóctone e, ainda, à inadvertência dos intelectuais brasileiros do contexto maior da história e da teoria lógica em sua fundamentação. Acima de tudo, os divulgadores brasileiros não faziam a mínima idéia do modo pelo qual a pesquisa em lógica opera suas teses, constrói seus significados e determina condições de validade às suas proposições. Eles expunham lógica, mas, se esqueciam de que era a própria lógica que deveria fundamentar seu discurso, pois pode dar a si mesma suas próprias condições de validade. De certa forma, os divulgadores de lógica brasileiros pouco poderiam fazer para mudar tal condição, mas, enquanto permanência significativa, tal fato não pode deixar de ser destacado;

4. A lógica, no período estudado, é um *mosaico de visões* sobre a matéria. É curioso notar que as diversas tendências historiadas – as formas de lógica eclética, tomista e positivista – sobrepuseram-se umas às outras de maneira que nenhuma predomina e nenhuma desaparece. Dentro de certos limites convivem e mesclam-se. Essa diversidade combinada com uma fundamentação pouco profunda em lógica foi a razão para uma *atitude eclética* em lógica, determinando mesmo sua permanência, mais como atitude do que como escola, no panorama lógico-filosófico brasileiro do século XIX. Disto dá conta o testemunho das provas do concurso de maio de 1909 à cátedra de lógica do Colégio Pedro II. Este evento do ponto de vista histórico, foi o pretexto para a manifestação de diversas compreensões de lógica no Brasil às portas do século XX;

5. O movimento positivista comteano e sua visão da lógica determinaram forte afastamento da lógica apreciada no Brasil das formas de lógica historicamente reconhecidas e em franca renovação no mesmo período. Tal fenômeno aqui se denomina *prejuízo positivista à lógica e à matemática*. Quanto à lógica, cronologicamente, a abrangência do prejuízo positivista é forte entre os anos de 1880 e 1920. As posturas anacrônicas quanto à lógica e à matemática, inclusas na filosofia

positiva de Augusto Comte, lograram passiva aceitação e defesa entre alguns divulgadores brasileiros, incluindo aqui algumas academias, especialmente a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola Militar. A adoção destas posturas explica o grande prejuízo deixado para o futuro das duas disciplinas no Brasil até a primeira metade do século XX. O principal deles, relativo ao desenvolvimento da lógica no Brasil, foi o não incentivo à pesquisa em lógica e matemática, bem como a subalternação e inclusão da lógica em outras ciências, supondo assim desnecessária a pesquisa independente em lógica. Sob outro aspecto – talvez o único que possa ser considerado positivo – o positivismo foi o responsável pela introdução no Brasil da perspectiva de matematização da lógica, se bem que ele não a pudesse sustentar graças a sua pequena janela para a matemática e lógica contemporâneas;

6. As divulgações de lógica estudadas no recorte cronológico, em suas respectivas formas, todas sinalizaram para um *cultivo utilitário da lógica*. Essa razão explica em parte a ausência de muitos tópicos da teoria lógica. Acredita-se que eram cultivados apenas aqueles aspectos cuja aplicação eram facilmente reconhecíveis. Neste caso, recai-se na observação de Cruz Costa quando considera que “Se considerarmos o sentido das idéias no Brasil – verificaremos que elas constituem como que instrumentos de ação, principalmente de ação social e política. A filosofia, em boa parte, esteve, no Brasil, a serviço dessa ação, como no passado medieval português ela estivera a serviço da teologia e da reflexão ético-política.”<sup>1044</sup> É neste sentido que a tradição portuguesa, descrita no primeiro capítulo, coincide com o relato de Cruz Costa acima. Quanto ao cultivo utilitário da lógica no Brasil, este se fez em vista de dois usos, na elucidação e estruturação da retórica eclesiástica e política. O uso retórico prevaleceu sobre o uso demonstrativo da lógica, razão pela qual o que se viu como conteúdo dos textos de divulgação do período ser absolutamente suficiente. Atribuir à lógica aplicação é sensato, todavia, olhá-la apenas deste aspecto, é reducionismo. Foi assim que ela foi à maior parte das vezes, vista, estudada e cultivada no Brasil até 1909;

7. *O legado à lógica no Brasil, no século XX*. Coloca-se uma questão fundamental: poder-se-ia dizer que as formas de lógica aqui divulgadas foram assimiladas? Parece que sim, especialmente na esfera eclesiástica e política. Com o predomínio do uso retórico e ornamental da lógica, este uso não foi suficiente para

---

<sup>1044</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 439.



projetá-la em nenhuma contribuição nova, até aquela data. Deformaram-se as formas de lógica no Brasil durante o século XIX e princípio do XX? Uma resposta afirmativa parece sustentar-se. A lógica no Brasil do período foi feita à imagem e semelhança de seus divulgadores, espelhou seus interesses, plasmou na teoria divulgada suas escolhas filosóficas e freqüentemente ideológicas. Os brasileiros moldaram a lógica que lhes convinha através de opções expositivas, ou seja, a lógica não moldou a intelectualidade brasileira do período que com ela teve contato.

Por tudo o que foi pesquisado, avaliado e concluído, estende-se aqui a afirmação de Clóvis Beviláqua quanto à filosofia no Brasil ao desenvolvimento da lógica. Afirma ele “que se algum dia pudermos alcançar mais significativa produção filosófica, ela não surgirá dos cimões da metafísica.”<sup>1045</sup> Como se viu, além de outros fatores, a confusão entre lógica, metafísica, mas especialmente com psicologia e teoria do conhecimento negou à lógica no Brasil uma tradição. Somente no século XX, quando os limites entre estes vários campos do conhecimento foram claramente delineados, foi que a lógica passou a ser investigada de modo acadêmico e científico, *profitable* como expressam os ingleses. Isto é o que mostra a produção acadêmica brasileira em lógica dos dias atuais que não provém, em grande parte, de pesquisadores vinculados estritamente à filosofia. Eles destacam-se, paradoxalmente, advindos de outras áreas do conhecimento, entre elas, essencialmente a matemática e a computação científica, porque hoje desligar a lógica da matemática é arbitrário e insensato.

Tal é, muito imperfeita, a história da lógica no Brasil ao longo do século XIX e nos primeiros lampejos do século XX. Ela não poderia ser compreendida senão como resultado da pesquisa do passado. Esta expressão, emprestada de Cruz Costa<sup>1046</sup> encerra este trabalho. Sabe-se, contudo, que esta história não esgota, naturalmente, a pesquisa da evolução histórica da lógica no Brasil. Esta problemática ainda muito demandará em pesquisa, especialmente, na compreensão da evolução da lógica no Brasil ao longo do século XX.

---

<sup>1045</sup> Clóvis BEVLÁQUA apud CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 442.

<sup>1046</sup> CRUZ COSTA, *Op. Cit.*, p. 435.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA



## 1. Fontes Documentais Primárias Manuscritas

### 1.1 Arquivo da Província Franciscana da Imaculada Conceição

- [1813] *Aula dita pelo Frei Francisco de Monte Alverne em na abertura do Colégio Franciscano de São Paulo em 1813.* gav. “I”, doc. 4. São Paulo. 6p. cópia.

### 1.2 Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

CUNHA, Euclides da.

- [1908] *Carta a d. Agustin de Vedia.* Rio de Janeiro, 13 out. 1908. 4p. Autógrafo. (coleção Adyr Guimarães).

- [1909a] *A Idéia do Ser.* 7p. Autógrafo. Fragmento de rascunho da prova oral para o concurso para a cátedra de Lógica para o Ginásio Nacional. (BN)

- [1909b] *Carta a Otaviano Veira.* Rio de Janeiro, 8 ago. 1909. 4p. Autógrafo. (coleção Olyntho Sanmartin).

VEIGA, Evaristo Ferreira da.

- [1818] *Sobre as idéas. Caderno.* Rio de Janeiro. Autógrafo.

- [1833] *Carta a Justino José Tavares.* Rio de Janeiro, 4 mai. 1833. 2p. Autógrafo.

### 1.3 Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

BRITO, Raymundo de Farias.

- [1910] *Parecer de Raymundo de Farias Brito sobre o provimento da Cadeira de Filosofia do Gymnasio Nacional na ocasião da aposentadoria de Silvio Romero.* Rio de Janeiro, 14 set. 1910. 21p. Autógrafo. NUDOM

### 1.4 Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

MENDES, Raimundo Teixeira.

- [1897] *Ensino Positivista: Lógica.* Rio de Janeiro: Encadernado na Oficina.

## 2. Fontes Documentais Primárias Impressas

ALMEIDA, Antonio de.

- [1870] *Lições elementares de lógica dispostas com methodo simples e facil para o primeiro estudo.* Rio de Janeiro: Typographia do Apostolo. BN

ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de. (III)

- [1964] “Dum manuscrito.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.* São Paulo, XXXI (x): p. 329-332, 1933-34. MplI

ARAÚJO, João Rodrigues de.

[1830] *Discurso sobre a História da Philosophia e demonstração da existência de Deos.* Pernambuco: Typografia Fidedigna.

ARNAULD, Antoine & NICOLE, Pierre.

[1964] *La logique ou L'Art de Penser.* Édition critique présentée par Pierre Clair et François Girbal. Paris: Presses Universitaires de France. BFI

[1998] *Logic or Art of Thinking.* Cambridge University Press. Translation and edited by Jill Vance Buroker.

BAIN, Alexandre.

[1894] *Logique déductive et inductive.* Traduit de l'anglais par Gabriel Compayré. Paris: Félic Alcan. 2 vol. BFI

BARBE, E.

[1871] *Curso elementar de Philosophia para uso das Echolas.* Tradução Joaquim Alves de Souza. (4ed. do original; 2ed. ver. pelo tradutor). Paris, Rio de Janeiro: J. P. Aillaud Guillard & Cia. BFD

BARBOSA, Luiz Bento Horta. (org.)

[1933] *Introdução geral ao estudo da lógica, ou matematica extraída da Síntese Subjectiva de Augusto Comte.* Tradução de Luiz Bento Horta Barbosa. Rio de Janeiro. BN

BARROS, Afonso Duarte.

[1909] *Lógica: compêndio de accordo com o programa official.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. BN

BRASIL.

[1905] *Programma do Ensino do Gymnasio Nacional de accordo com o Regulamento aprovado pelo decreto no. 3914 de 26 de Janeiro de 1901. Para os annos de 1901, 1902, 1903, 1904, 1905 e 1906. (Resolução da Congregação em 21 de julho de 1904, approvada pelo Sr. Ministro em 3 de agosto de 1904).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. CP II

BUENO, C. M. Galvão.

[1887] *Compêndio de Philosophia.* Rio de Janeiro: Azevedo. BN

CARMO, Joaquim J. do.

[1887] *Compêndio de Philosophia.* Rio de Janeiro: Azevedo. BN

COLEGIO PEDRO II.

[1965] *O Colégio Pedro II e sua tradição.* Rio de Janeiro: edição própria. CP II

CONSTANT, Benjamin. [Benjamin Constant Botelho de Magalhães]

[1868] *Theoria das quantidades negativas.* Petrópolis: Typographia do Mercantil de Batholomeo Pereira Sudré. BN

COMTE, Augusto.

[1900] *La Synthèse Subjective: ou système universel des conceptions propres a l'état normal de l'humanité.* Paris: Fonds Typographique. (1<sup>a</sup>. ed. 1856). BFI

[1976] *Discurso sobre o espírito positivo: ordem e progresso.* Tradução Renato Barboza Rodrigues Pereira; revisão Ivan Lins. São Paulo; Porto Alegre: Editora da Universidade de São Paulo; Globo.

COSTA, Manuel Amoroso.

[1981] *As idéias fundamentais da matemática e outros ensaios.* Introdução de Authur Gerhardt Santos, Lélío Gama e Antonio Paim. 3ed. São Paulo: Convívio.

CUNHA, Euclides da.

[1997] *Os Sertões: a Campanha de Canudos.* 39<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. (1<sup>a</sup>. ed. 1901).

[1966] *Obra Completa.* Rio de Janeiro: Aguilar. 2vol. BFD

DÓRIA, João Antonio de Sousa.

[1868] *Elementos de Philosophia Racional para uso das escolas.* Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel.

EGAS, Eugênio de Andrada.

[1912] *Diogo Antônio Feijó.* Typografia Levi, São Paulo. (vol. 1: Estudos; vol. 2: Documentos). BFD

FELJÓ, Diogo Antônio.

[1912] *Cadernos de Filosofia.* Typografia Levi, São Paulo. (vol. 2: Documentos). BFD

[1967] *Cadernos de Filosofia.* Introdução e notas de Miguel Reale. São Paulo: Grijalbo. BFD

FERREIRA, Silvestre Pinheiro.

[1970] *Preleções filosóficas sôbre a teórica do discurso e da linguagem, a estética, a diceósima e a cosmologia.* Introdução de Antonio Paim; biografia e bibliografia de Silvestre Pinheiro Ferreira por Inocêncio Francisco da Silva. São Paulo: Edusp. BFD

[1839] *Noções elementares de Philosophia e suas aplicações às sciências morais e políticas.* Paris. BN

FONSECA, Pedro da.

[1964] *Instituições Dialéticas.* Introdução, estabelecimento do texto, e tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra: Universidade de Coimbra. [reedição da versão de 1585]. RGPL/BFD

FONTOURA, Ezequias Galvão da.

[1919] “Os Padres do Patrocínio.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, XXVI (x): p. 175-200. MpR

FORTES, Manuel de Azevedo.

[1744] *Lógica Racional, geometrica e analítica; obra utilíssima, e absolutamente necessária para entrar em qualquer ciência, e ainda para todos os homens, que em qualquer particular, quizerem fazer uso do seu entendimento, e explicar as suas idéas por termos claros, próprios, e intelligiveis*. Lisboa: Officina de José Antonio Plates. BPM

GENUNENSIS, Antonius ou GENOVESI, Antônio.

[1767] *Elementorum Artis Logico-Criticae*. Venetis. BN

[1786] *Institutiones logicae in usum tironum scriptae*. Curante Benedicto Josepho de Sousa Farinha. Olispone: ex-Prelo Josephi da Silva Nazareth. BN

[1796] *Institutiones logicae in usum tironum scriptae*. Typis Simonis Thaddaei Ferreira. Lisboa. BFD/BN

[1806] *Instituições de Lógica*. Tradução de Miguel Cardoso. Lisboa: Typografia Lacerdina. BMP/BFD/BN

[1850] *Lições de Lógica feitas para uso dos principiantes*. Tradução de Bento José de Souza Farinha. Lisboa: Typografia de José Baptista Morando. BFD/BN

GOMES DE CASTRO, A. R.

[1909] *Lógica*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger. BN

ITAPARICA, Antônio da Virgem Maria.

[1852] *Compêndio de Philosophia elementar*. Bahia: Epiphano Pedroza. BFD/BN

J. S. P.

[1837] *Instituições Lógicas resumidas do Genuensi*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa. BN

JORNAL DO COMERCIO.

[1909a] *Gymnásio Nacional – Concurso de Lógica*. Rio de Janeiro: 01.06.1909. p. 3-4. BN

[1909b] *Gymnásio Nacional – Concurso de Lógica*. Rio de Janeiro: 02.06.1909. p. 4-6. BN

LITTRÉ, Emile.

[1894] *Fragments de philosophia positiva – lógica*. Tradução M. C. Rocha, no Rio de Janeiro: Companhia Typographia. BN/BFD

MÃE DOS HOMENS, Frei Manoel Joaquim da.

- [1817] *Academia filosófica das artes, e das sciencias, que ensina os princípios dos conhecimentos humanos.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia. BN
- MARSAIS, César C. Du.  
[1801] *Lógica ou reflexões sobre as principais operações do entendimento.* Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira. BFD
- MORAES E VALLE, Manuel Maria.  
[1851] *Elementos de philosophia: compendio apropriado a nova forma de exames da escola de medicina do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Typografia do Diário.
- [1852] *Compêndio de Philosophia Racional.* Rio de Janeiro: s.n.t.
- MONTE ALVERNE, Francisco de.  
[1859] *Compêndio de Philosophia.* Rio de Janeiro: Typografia Nacional. BFD
- [1863] *Trabalhos oratórios e literários.* Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert. APIC
- MUNIZ, Patrício.  
[1863] *Theoria da Afirmação Pura.* Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil. BN
- NOVAES, Júlio.  
[1909] *Accuso! Concurso de Lógica no externato do Gymnasio Nacional.* Rio de Janeiro: S.N. CP II
- OLIVEIRA LEITE, Antônio José de.  
[1800] *Prepatório universal ou Arte de Logica, que contém sómente as regras necessarias escolhidas dos melhores auctores, para uso do Senhor D. Antonio, Principe de Beira.* Lisboa: Officina de Simão Thadeo Ferreira. BN/RGPL
- PHANJAS, François Para du.  
[1782] *Institutiones philosophicae ad usum seminariorum et collegiorum.* Paris: Alex. Jombert. BFD
- PINHEIRO, José C. Fernandes.  
[1870a] “Fr. Francisco de Monte-Alverne.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro, XXXIII (I): p. 143-156, jan./mar. Mpl
- [1870b] “Os padres do Patrocínio ou o Porto Real de Itú.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.* Rio de Janeiro, (II) XXXIII: p. 137-148, out./dez. Mpl
- QUEIROZ, A. Galvão de.



[1880] *A Synthese Universal; A theoria physico-mathematica da razão: Memória oferecida ao Instituto Polytechnico Brasileiro.* Bahia: Typographia de João Gonçalves Tourinho. BN

REGO, Manoel Joaquim de Miranda.

[1839] *Lições elementares de lógica e metafísica.* Rio de Janeiro: Typographia de R. Ogier. BN

SAMPAIO, Prado.

[1907] *Ensaio sobre Lógica.* Aracaju: Typografia do Estado de Sergipe. BFD

SECIOSO, Antonio. (Antonio Secioso Moreira de Sá)

[1866] *Necessidade absoluta do ensino da philosophia catholica nos seminarios episcopaes.* Rio de Janeiro: s. ed. BN

SENTROUL, Carlos.

[1909] *Tratado de Lógica: conforme o programa official dos Gymnasios do Brasil.* São Paulo: Weizflog. BFD

SENTELHOS, Frei Firmino de.

[1854] *Oração, que por ocasião da abertura da aula de Philosophia Racional e Moral estabelecida no Palacio do Exm. e Rvm. Sr. Bispo Diocezano D. Antonio Joaquim de Mello...* São Paulo: Typographia Liberal de J. R. de Azevedo Marques, Rua do Carmo. BN

SEIXAS, Romualdo Antonio de.

[1819] *Philosophia – sermões e panegyricos com discurso sobre a filosofia.* Bahia: s. ed. BN

SILVA, Carlos Teixeira da. & PASSOS, Simão Bernardino da Costa.

[1817] *Concluzões Philosophicas de Logica, e Metaphysica.* Rio de Janeiro: Impressão Régia. BN

SOUZA, José Soriano de.

[1867] *Compendio de Philosophia: ordenado segundo os princípios e methodos de S. Thomaz D'Aquino.* Recife: Typographia da Esperança. BFD/BN

[1871] *Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral.* Paris: J. P. Aillaud Guillard & Cia; Pernambuco (Recife): Livraria Acadêmica. BFD

SOUZA DÓRIA, Vicente de.

[1903] *Curso de Lógica segundo as lições professadas no Gymnasio Nacional.* Rio de Janeiro: Laemmert. BFD

[1907] *Curso de Lógica: geral, prática, método em geral e processo analítico.* Rio de Janeiro: Laemmert. BFD

SPENCER, Herbert

- [1996] *The Principles of Psychology*. With a new introduction by Michael Taylor. London: Routledge/Thoemmes. (Herbert Spencer: Collected Writings, 12 vol.)

STUART MILL, John.

- [1909] *Système de Logique: déductive et inductive exposé des principes de la preuve et des methodes de recuerche scientifique*. Traduiti par Louis Peisse. 6<sup>me</sup>. edition. Paris: Félic Alcan. 2 vol.

- [1967] *The system of logic*. New York: Longman. BFI

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

- [1591] *Estatvtos da Vniversidade de Coimbra, confirmados por el Rei Dom Phelipe primeiro deste nome, nosso Senhor*. Coimbra. BN

- [1772] *Estatutos da Universidade de Coimbra, compilados debaixo da imediata e suprema inspeção de el rei d. José I: Nosso senhor pela Junta de Providência Literaria creada pelo mesmo Senhor para a restauração das sciencias, e artes liberaes nestes Reinos, e todos os seus domínios ultimamente roborados por sua magestade na sua lei de 28 de agosto deste presente anno*. Lisboa: Na Régia Officina Typographica. 3 vol. BFD/MP

UNIVERSIDADE DE SALAMANCA

- [1584] *Constitvctiones tam commodae aptaeove quam sanctae almae salamanticensis Academis toto terrenum orbe florentissimae*. Salmanticae. BN

VERNEI, Luis Antonio.

- [1950] *Verdadeiro metodo de estudar*. Organizador: professor António Salgado Júnior. [Lisboa: Sá da Costa, 1950]. 5 vol. (*vol. 1: Estudos Linguísticos; vol. 2: Estudos literários; vol. 3: Estudos Filosóficos; vol. 4: Estudos médicos, jurídicos e teológicos; vol. 5: Estudos canónicos, regulamentação e sinopse.*) BFD

- [1751] *De re logica ad usum lusitanorum adolescentium*. Editio tertia. Olisipone. RGPL/BN

XAVIER, Agliberto.

- [1908] *Ensaio sobre lógica*. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo. BFD

### 3. Fontes Documentais Secundárias e Bibliografia

#### 3.1 Catálogos Bibliográficos e Dicionários Especializados

ABBAGNANO, Nicola.

- [1982] *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou.

- BARATA, Carlos Eduardo & BUENO, Antonio Henrique da Cunha.  
[2000] *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: s. ed. 2vol.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento.  
[1970] *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Cultura. 2 vol. (1 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, 2 vol.)
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de.  
[1993] *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)*. São Paulo: Edusp; Cosmos. 2vol.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SIBi. Departamento técnico.  
[2000] *Bibliotheca Universitatis: livros impressos dos séculos XV e XVI do acervo Bibliográfico da Universidade de São Paulo*. Coordenação técnica Rosemarie Erika Horch. Coordenação de equipe Márcia Rosetto. Pesquisa e normalização Edijanailde Costa Ribeiro. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. (Coleção Uspiana – Brasil 500 anos).

### 3.2 Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola.  
[1993] *História da Filosofia*. Tradução de Armando da Silva Carvalho, António Ramos Rosa. 4 edição. Lisboa: Presença. 14 vol.
- ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL.  
[1987] *Anastácio da Cunha 1744-1787: o matemático e o poeta*. (Coordenação: Maria de Lurdes Ferraz, José Francisco Rodrigues e Luís Saraiva. Antologia de textos: José Francisco Rodrigues e Luís Saraiva). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, outubro de 1987.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de  
[1978] *A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil*. São Paulo: Saraiva, Editora da Universidade de São Paulo.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz  
[1999] *Colégio Pedro II: um lugar de memória*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. (Tese de Doutorado).
- ALBUQUERQUE, Luís de  
[1971] “Manoel de Azevedo”. IN: SERRÃO, José (org.). *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais. 4vol.
- ARAÚJO, J. L.  
[1959] “Momento axiológico (a propósito de Mont’ Alverne).” *Anais do III Congresso Brasileiro de Filosofia*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, novembro, p. 73-78.

ARIÈS, Philippe

[1998] “A História das Mentalidades.” In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

ARISTOTLE

[1952] *The works of Aristotle*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, [Reprinted 1977]. (*Great Books of the Western World*, Willian Benton publisher, vol. 8-9).

BÉZIAU, Jean-Yves

[2000] “Review of I. H. Anellis, Van Heijenoort – Logic and its history in the work and writings of Jean van Heijenoort.” *Modern Logic*. Iowa, 8 (1-2): p. 105-117, jan./1998-apr./2000.

BLANCHÉ, Robert.

[1970] *La logique et son histoire: d’Aristote à Russell*. Paris: Armand Colin.

BLANCO, Ricardo Román

[1987] *Estudos Paleográficos*. São Paulo: Laserprint.

BOCHENSKI, I. M.

[1957] *Ancient Formal Logic*. 2<sup>nd</sup> printing. Amsterdam: North-Holland Publishing Company. (Studies in Logic and the Foundations of Mathematics).

[1961] *A history of formal logic*. Translation and edited by Ivo Thomas. Notre Dame: University of Notre Dame Press.

BRAGA, Teófilo.

[1892] *História da Universidade de Coimbra*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, 3vol.

BUICKEROOD, James. G.

[1985] “The Natural History of the Understanding: Locke and the Rise of Facultative Logic in the Eighteenth Century.” *History and Philosophy of logic*. London, 6: p. 157-190.

CAMPOS, Fernando Arruda

[1964] *Tomismo no Brasil*. São Paulo: .

CARRATO, José Ferreira

[1968] *Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais: Notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo. (Brasiliana, vol. 334).

CHENU, M. D.

[1993] *Introduction a l’étude de Saint Thomas D’Aquin*. 5<sup>eme</sup> tirage. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin ; Montréal: Institut d’Etudes Médiévales. (Publications de l’Institut d’Études Médiévales)

CHURCH, Alonzo

- [1958] **Logic.** In: *Encyclopaedia Britannica*, 14<sup>th</sup> edition, vol. 14, p. 305.
- [1958] **History of Logic.** In: *Encyclopaedia Britannica*, 14<sup>th</sup> edition, vol. 14, p. 327.
- [1956] **Introduction to Mathematical Logic.** Princeton: Princeton University Press. [Sixth printing in 1970]
- CORRÊA, Arsênio Eduardo.  
[1997] **A ingerência militar na República e o positivismo.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- COSTA, Newton Carneiro Affonso da.  
[1962] **Problemas atuais da lógica.** Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará. (Tese apresentada ao IV Congresso Nacional de Filosofia. Fortaleza, novembro, 1962).
- [1964] “Vicente Ferreira da Silva e a lógica.” *Revista Brasileira de Filosofia.* São Paulo, XIV (56): p. 499-508.
- [1993] **Lógica Indutiva e Probabilidade.** 2ed. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo.
- [1980] **Ensaio sobre os fundamentos da lógica.** 2ed. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo.
- CRUZ COSTA, João  
[1942] “Ensaio sobre a vida e a obra do filósofo Francisco Sanchez.” *Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, volume XXIX, n° 1.
- [1945] **A filosofia no Brasil: ensaios.** Porto Alegre: Globo. (Coleção Tucano)
- [1956] **Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento das idéias filosóficas no Brasil e a evolução nacional.** Rio de Janeiro: José Olímpio.
- [1959] “Trabalhos filosóficos de Euclides da Cunha.” *Revista Brasileira de Filosofia.* São Paulo. jun./set.
- [1960] **Panorama da História da Filosofia no Brasil.** São Paulo: Cultrix. (Coleção Letras Brasileiras).
- COSTA, Sandro Roberto da.  
[2000] **Processo de decadência da Província Franciscana da Imaculada Conceição e tentativas de reforma: 1810-1855.** Roma: Pontificia Universitas Gregoriana, Facultas Historiae Ecclesiasticae. (Tese de Doutorado).

DEDEKIND, Richard.

- [1924] *Essays on the theory of numbers: I. continuity and irrational numbers; II. The nature and meanin of numbers.* Autorized translation by Wooster Woodruff Beman. 3<sup>rd</sup> printing. London: Chicago: The Open Court Publishing Company.

DESCARTES, René.

- [1994] *Obra escolhida.* Introdução Gilles-Gaston Granger. Prefácio e notas de Gérard Lebrun. Tradução de J. Giunzburg e Bento Prado Jr. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

DÓRIA, Escragnolle.

- [1937] *Memoria historica do Collegio de Pedro Segundo.* Rio de Janeiro: Ministério da Educação.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA

- [1958] 14<sup>th</sup> edition. Chicago: Toronto: London. 24vol.

- [1990] 20<sup>th</sup> edition. Chicago: Toronto: London. 30vol.

ENCYCLOPAEDIA OF PHILOSOPHY

- [1967] Chicago: Macmillan. 6 vol. (Paul Edwards, editor)

ENRIQUES, Federigo

- [1948] *Para la historia de la lógica.* Buenos Aires: Espasa Calpe Argentina. (1<sup>a</sup>. edição 1921)

EVES, Howard.

- [1997] *Introdução à história da matemática.* 2ed. Tradução de Hygino H. Dominges. Campinas: Editora da UNICAMP. (Coleção Repertórios)

FAUSTINO, Evandro.

- [1996] *O renitente catolicismo popular.* São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. (Tese de Doutoramento em História). 2 tomos.

FERRO, J. P.

- [1987] *O processo de José Anastácio da Cunha na Inquisição de Coimbra (1778).* Lisboa: Palas Editores.

FRANCA, Leonel

- [1987] *Noções de História da Filosofia.* 23ed. São Paulo: Agir.

FREIRE, Felisberto.

- [1894] *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil.* 2ed. Rio de Janeiro: Aldina. vol. 1. p. 161-178; 401-414. In: “O positivismo e a república” *Revista Brasileira de Filosofia.* São Paulo, VII (IV): p. 491-512, out./dez., 1957.

FRIEIRO, Eduardo

- [1981] *O diabo na livraria do Cônego; Como era Gonzaga? E outros temas mineiros.* 2ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Itatiaia.
- GARDINER, Patrick  
[1959] *Theories of History.* New York-London: The Free Press Corporation-Collier-Macmillan.
- GRANGER, Gilles-Gaston  
[1955] *Lógica e Filosofia das Ciências.* São Paulo: Melhoramentos.  
[1988] *Pour la connaissance philosophique.* Paris: Odile Jacob. [Tradução de Constança M. Cesar e Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1989].
- HAUCK, João Fagundes et all.  
[1992] *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo.* 3ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas. 2 vol. (vol. 2 - Segunda época: A Igreja no Brasil no século XIX).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (colônia e império) & FAUSTO, Boris. (republica)  
[1990] *História Geral da Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 11 vol.
- KANT, Immanuel  
[1952] *The Critique of Pure Reason. The Critique of Practical Reason and other ethical treatises. The Critique of Judgement.* Chicago: Encyclopaedia Britannica. (*Great Books of the Western World*, William Benton publisher, vol. 42).  
[1992] *Lógica de Immanuel Kant: um manual para preleções.* Texto original estabelecido por Gottlob Benjamin Jäsche. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Biblioteca Tempo Universitário, 93. Série estudos alemães). [Primeira edição 1800]
- KIEMEN, Mathias.  
[1972] "Francisco de Monte Alverne's Plan of reform of the Franciscan Province of Rio de Janeiro, 1833." *Academy of American Franciscan History.* Washington D.C., XXIX (1): p. 78-89. APIC
- KNEALE, William & KNEALE, Martha.  
[1971] *The development of logic.* Oxford: Clarendon Press. [Fifth printing with corrections].
- KOLAKOWSKI, Leszek.  
[1969] *The Alienation of Reason: a history of positivist thought.* Translated by Norbert Guterman. Garden City, New York: Anchor Books.
- KUHN, Thomas S.  
[1962] *The Structure of Scientific Revolutions.* Chicago: University Chicago Press.

LE GOFF, Jacques.

- [1998] “A História Nova.” In: LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

LIMA VAZ, Henrique de.

- [1987] O pensamento filosófico no Brasil de hoje. In: FRANCA, Leonel. *Noções de história da filosofia*. São Paulo: Agir.

LINS, Ivan Monteiro de Barros.

- [1952] “Primeiros contatos brasileiros com Augusto Comte.” *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, II (1): p. 77-83, jan./mar.

- [1967] *História do Positivismo no Brasil*. 3ed. rev. e aumentada. São Paulo: Nacional. (Brasiliana, vol. 322)

LOCKE, John.

- [1952] *An Essay concerning Human Understanding*. Chicago: Encyclopaedia Britannica. (*Great Books of the Western World*, Willian Benton publisher, vol. 35).

MAXWELL, Kenneth.

- [1995] *Pombal, paradox of the enlightenment*. 2<sup>nd</sup> printing. Cambridge: Cambridge University Press.

MERZ, John Theodore.

- [1907] *A history of European thought in the nineteen century*. 3<sup>rd</sup> unaltered edition. Edinburgh and London: Willian Blackwood and Sons. 3vol.

MOODY, Ernest A.

- [1953] *Truth and consequence in Mediaeval Logic*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company. (Studies in Logic and the Foundations of Mathematics).

MONCADA, Luiz Cabral de.

- [1941] *Um iluminista português do século XVIII: Luiz Antônio Verney*. São Paulo: Saraiva & Cia. Editores. (Coleção Studium – Temas Filosóficos, Jurídicos e Sociais)

MORAES Filho, Evaristo de.

- [1959] “O ensino da filosofia no Brasil.” *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo. p. 18-45.

MOREIRA, Juliano.

- [1916] O progresso das ciências no Brasil. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: XXX. In: *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, II (1): p. 77-83, jan./mar., 1957.

MUÑOZ DELGADO, Vicente.



[1982] ***Lógica Hispano-portuguesa e iberoamericana en el siglo XVII.*** Salamanca. (Separata de Cadernos Salamantinos de Filosofia IX).

NAGEL, Ernest.

[1952] “Some Issues in the Logic of Historical Analysis”. ***Scientific Monthly.*** 74. In: GARDINER [1959], ***Theories of History***, p. 373-385.

NAZÁRIO, J. P.

[1959] “Euclides da Cunha e a Filosofia no Brasil.” ***Anais do III Congresso Brasileiro de Filosofia.*** São Paulo, Instituto Brasileiro de Filosofia, novol. p. 77-90.

PEÑA, Lorenzo.

[1995] “Algunos aspectos del desarrollo de la lógica en el Brasil.” ***Boletim da Sociedade Paranaense de Matemática.*** Curitiba: 15 (1-2): p. 9-23.

PLATO.

[1952] ***The Dialogues of Plato.*** Translated by Benjamin Jowett. Chicago: 14<sup>th</sup> edition. Chicago: Toronto: London: Encyclopaedia Britannica. [Reprinted 1977]. (*Great Books of the Western World*, Willian Benton publisher, vol. 7).

QUINE, Willard VOL. O.

[1944] ***O sentido da nova lógica.*** São Paulo: Livraria Martins.

[1970] ***Philosophy of logic.*** Englewood Cliffs, Hemel Hempstead: Prentice Hall.

RAMOS DE CARVALHO, Laerte.

[1946] “A Lógica de Monte Alverne.” ***Boletim da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.*** São Paulo: (LXII): n° 2.

[1949] “Feijó e o kantismo.” ***O Estado de São Paulo.***

[1977] ***A formação filosófica de Farias Brito.*** São Paulo: Saraiva: Editora da Universidade de São Paulo.

REALE, Giovanni. & ANTIRESERI, Dario.

[1993] ***História de Filosofia.*** Tradução. São Paulo: Paulus. 3 vol.

REALE, Miguel.

[1950] “Feijó e o Kantismo: a propósito de uma crítica imatura.” ***Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.*** São Paulo: (XL): p. 330-351.

[1976] ***Filosofia em São Paulo.*** 2ed. revista. São Paulo: Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo.

[1993] ***A face oculta de Euclides da Cunha.*** Rio de Janeiro: Top Books.

RIBEIRO, José Querino.

- [1945] “A memória de Martim Francisco sobre a Reforma dos Estudos na Capitania de São Paulo: ensaio sobre a sua significação e importância” *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*. São Paulo, LIII (5, História da Civilização Brasileira): p. 194-312. (Tese de doutoramento). IEB

ROMERO, Francisco & PUCCIARELLI, Eugenio.

- [1942] *Lógica y nociones de teoría del conocimiento: manual adaptado a los programas de enseñanza vigentes*. 10 ed. revisada y ampliada. Édition escolar. Buenos Aires: Cidade del México: Espasa-Calpe.

ROMERO, Sílvio.

- [1969] *Obra Completa*. Introdução e Seleção de Luís Washington Vita. Rio de Janeiro: José Olympio e Editora da Universidade de São Paulo. (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 139).

SEGISMUNDO, Fernando.

- [1991] “A Filosofia no Colégio Pedro II.” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: 152, (373): p. 948-953. out./dez.

SERRANO, Jonathas.

- [1939] *Farias Brito: o homem e a obra*. Edição ilustrada. São Paulo: Rio de Janeiro: Recife: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. (Coleção Brasileira, vol. 177).

SOUSA, Octávio Tarquinio de.

- [1957] *História dos Fundadores do Império do Brasil*. 2ed. revista. Rio de Janeiro: José Olympio. 10 vol. (VI – Evaristo Ferreira da Veiga; vol. VII – Diogo Antonio Feijó).

TILES, Mary.

- [1980] “Kant, Wittgenstein and the Limits of Logic.” *History and Philosophy of Logic*. London, 1: p. 151-170.

VECHIA, Ariclê & LORENZ, Karl Michael.

- [1998] *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Edição do autor.

VENANCIO Filho, Francisco.

- [1940] *A glória de Euclides da Cunha*. Edição ilustrada. São Paulo: Rio de Janeiro: Recife: Porto Alegre: Companhia Editora Nacional. (Coleção Brasileira, vol. 193).

UNIVERSITY OF LONDON. (University College of London)

- [2001] *The London Philosophy Study Guide*. London: Aristotelian Society on behalf of the Philosophy Panel of the University of London (Department of Philosophy).



CRONOLOGIA PARA A LÓGICA NO BRASIL  
(1800-1910)



O quadro cronológico aqui proposto é uma sistematização inicial que contempla os textos de lógica e seus respectivos autores catalogados até o momento.<sup>1047</sup> Para o estabelecimento de algumas das datas importantes para a lógica desde o século XVI utilizou-se da cronologia do professor Cláudio Mazzerelli para a história da filosofia e da cronologia para a lógica moderna dos professores Francisco Romero e Eugenio Pucciarelli.<sup>1048</sup>

A tábua cronológica aqui proposta, de modo algum pretende ser completa embora procure ser exaustiva. Seu principal objetivo é tornar mais intuitivas as concomitâncias, possibilitando uma visão integrada e compreensiva do período estudado, da problemática e dos autores relacionados aos tratados gerais de lógica e outros textos de interesse surgidos na investigação matemática e filosófica, razão pela qual relacionam-se autores ligados a esses campos do conhecimento.

<i>Data</i>	<i>Fatos, autores e obras de filosofia, lógica e matemática no contexto histórico geral</i>	<i>Fatos, autores e obras de filosofia, lógica e matemática no contexto histórico brasileiro</i>
1500		1500: Cabral. Brasil é descoberto.
1560	1564: Pedro da Fonseca: <i>Instituições Dialéticas</i> .	
1570		
1580	1580: União Ibérica com Felipe II. 1581: Francisco Sanchez (1550-1623): <i>Quid nihil scitur</i> . 1584: <i>Constituições da Universidade de Salamanca</i> .	
1590	1591: Felipe II: <i>Estatutos da Universidade de Coimbra</i> . 1597: Francis Bacon (1561-1626): <i>Ensaio</i> . Francisco Suarez (1548-1617): <i>Disputationes metaphysicae</i> .	
1600		

<sup>1047</sup> Não são trazidas referências bibliográficas referentes às das informações aqui prestadas, uma vez que todos os dados são resultado de levantamento *in loco*. Consulte, para essa informação, a seção de fontes e referências bibliográficas.

<sup>1048</sup> REALE [1994], vol. 1-3; ROMERO & PUCCIARELLI [1942], p. 257-261.

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

1610		
	1618: Robert Sanderson: <i>Logicae Artis Compendium</i> .	
1620	1620: Francis Bacon: <i>Novum Organom</i> .	
	1627-8: René Descartes (1596-1650): <i>Regulae ad directionem ingenii</i> .	
1630		
	1637: René Descartes: <i>Discurso do Método. Geometria Analítica</i> .	
1640		
1650		
1660		
	1660: No final da década, fim do <i>Dezoto Português</i> .	
	1662-1683: Antoine Arnauld & Pierre Nicole (Paris): <i>Lógica ou Arte de Pensar</i> . Cinco edições no período.	
	1666: Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716): <i>De arte combinatória</i> .	
1670		
	1677: Pe. Antonio Cordeiro (Coimbra): <i>Cursus Philosophicus conimbricensis</i> .	
	1677: Pe. Inácio de Carvalho (Coimbra): <i>Cursus Logicae conimbricensis</i> .	
1680		
	1686: Isaac Newton (1642-1727) comunica sua hipótese sobre a gravitação universal a <i>Royal Society</i> de Londres	
	1686: Leibniz: <i>Discurso de Metafísica e o Systema Theologicum</i> .	
	1687: Isaac Newton: <i>Philosophiae Naturalis Principia Mathematica</i> .	
1690	1690: John Locke (1632-1704): <i>Ensaio sobre o entendimento humano</i> .	
1700		
1710		
	1711: Padre Gregório Barreto (Coimbra): <i>Nova Logica Conimbricensis</i> .	

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

1720		
1730	1728: Christian Wolff (1679-1754): <i>Lógica</i> .	
1740	1744 Manoel de Azevedo Fortes (Lisboa): <i>Lógica Racional, Geométrica e Analítica</i> .	
	1745: Antonio Genovesi (1713-1769): (Veneza): <i>Elementorum Artis Logico-criticae</i> .	
	1747: Luís Antonio Vernei (Lisboa): <i>O verdadeiro método de estudar</i> .	1747: Francisco de Faria, S. J. (Rio de Janeiro): <i>Conclusiones Metaphysicas de Ente Realli</i> .
	1748: David Hume (1711-1776): <i>Investigação sobre o intelecto humano</i> .	
1750	1750: Sebastião José de Carvalho e Melo (conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal), assume o cargo de primeiro ministro do rei D. José I.	
	1751: Luís Antonio Vernei (Roma, Lisboa): <i>De re logica ad usum lusitanorum adolescentium</i> . (Lógica de Vernei).	
	1755: Terremoto avassala Lisboa.	
	1759: Início da reforma dos estudos em Portugal e Domínios. Expulsão dos jesuítas. Implantação de métodos resumidos.	
1760	1760: Isaac Watts (Londres): <i>Logick or the right use of reason in the inquiry offer truth</i> .	
	1769: Pombal publica a <i>Lei da Boa Razão</i> .	
1770	1770: Criação da <i>Junta de Providência Literária</i> . Inicia-se a preparação da Reforma da Universidade de Coimbra.	
	1771: Continuidade da reforma dos estudos em Portugal. A <i>Real Mesa Censória</i> substitui a Inquisição.	
	1772: Reforma da Universidade de Coimbra pela Junta de Providência Literária.	
	1773: Clemente XIV dissolve a Companhia de Jesus.	
1780	1781: Étienne Bonnot de Condillac (1715-	



*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

<p>1790</p>	<p>1780): <i>Lógica</i>.</p> <p>1781: Immanuel Kant (1724-1804): <i>Crítica da Razão Pura</i>.</p> <p>1782: François Para Du Phanjas: <i>Institutiones philosophiae ad usum seminariorum et collegiorum</i>.</p> <p>1786: Antonio Genovesi (Lisboa): <i>Institutiones Logicae ad usum tironum scriptae</i>.</p> <p>1787: Immanuel Kant: <i>Crítica da Razão Pura</i> (Segunda edição revisada).</p>	
<p>1800</p>	<p>1800: Immanuel Kant: <i>Lógica: um manual de preleções</i>.</p> <p>1800: Antonio José de Oliveira Leite (Lisboa): <i>Preparatório Universal ou Arte de Logica</i>.</p> <p>1801: César Chesneau De Marsais (Lisboa): <i>Lógica ou reflexões sobre as principaes operações do entendimento</i>.</p> <p>1805: Alfonso Muzzarelli (Roma): <i>Logica (Il bom uso della) in materia de religione</i>.</p>	
<p>1810</p>	<p>1807: Término do <i>Dezoito Português</i>.</p> <p>1812: Georg Wilhelm Friedrich Hegel(1770-1831): <i>Ciência da Lógica</i>, primeiro volume.</p> <p>1816: Friedrich Hegel: <i>Ciência da Lógica</i>, segundo volume.</p> <p>1817: Hegel: <i>Enciclopédia</i>.</p> <p>1817: George Bentham (1800-1884): <i>Esboço de um novo sistema de lógica</i>.</p>	<p>1808: Família Real Portuguesa no Brasil.</p> <p>1813: Silvestre Pinheiro Ferreira (Rio de Janeiro): <i>Preleções Filosóficas sobre a theorica do discurso e da linguagem, a esthetica, a diceósina e cosmologia</i>.</p> <p>1817: Carlos Teixeira da Silva &amp; Simão Bernardino da Costa Passos (Rio de Janeiro): <i>Conclusões de Lógica e Metaphysica</i>.</p> <p>1817: Frei Manoel Joaquim da Mãe dos Homens (Rio de Janeiro): <i>Academia Filosófica das artes e, das sciencias que ensina os principios dos conhecimentos humanos</i>.</p>

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

1820		<p>1818: Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (Rio de Janeiro): o manuscrito <i>Sobre as idéias</i> (data aproximada)</p> <p>1818: Diogo Antonio Feijó (1784-1854) <i>Cadernos de Philosophia</i>. (Data de composição provável: Itu, Campinas e São Paulo)</p> <p>1819: Romualdo Antonio de Seixas (Bahia): <i>Sermões e Panegyricos com discurso sobre a filosofia</i>.</p> <p>1821: Cândido Maria de Azevedo Coutinho, Tomas José Pinto de Siqueira, José Martinnho da Cruz e Tomas Gemésio de Santi (Rio de Janeiro): <i>Conclusiones phylosophicas</i>. Impresso perdido.</p> <p>1822: Independência do Brasil.</p>
1830	<p>1830-1842: Auguste Comte (1798-1857): <i>Curso de Filosofia Positiva</i>.</p> <p>1831: John Frederick William Herschel (1792-1871): <i>Um discurso preliminar sobre o estudo da filosofia natural</i>.</p> <p>1837: Bernhard Bolzano (1781-1848): <i>Wissenschaftslehre (Teoria de Ciência)</i></p> <p>1838: Augustus De Morgan (1806-1871): <i>Primeiras noções de lógica</i>.</p> <p>1839-1844: Augustus De Morgan: <i>Os Fundamentos da Álgebra</i>.</p>	<p>1830: João Rodrigues d'Araújo (Pernambuco): <i>Discurso sobre a História da philosophia e demonstração da existência de Deos</i>.</p> <p>1831: Abdicação de D. Pedro I (1798-1834).</p> <p>1837: J. S. P. (Rio de Janeiro): <i>Instituições Lógicas resumidas do Genuense</i>.</p> <p>1839: Manoel Joaquim de Miranda Rego (Rio de Janeiro): <i>Lições Elementares de Lógica e Metaphysica</i>.</p> <p>1839: Silvestre Pinheiro Ferreira (Paris): <i>Noções elementares de philosophia</i>.</p>
1840	<p>1843: John Stuart Mill (1773-1836): <i>Sistema de Lógica</i>.</p> <p>1845-1918: George Cantor.</p> <p>1847: Antonio Rosmini (Intra, Itália): <i>Lógica</i>.</p> <p>1847: George Boole (1815-1864): <i>Análise Matemática da Lógica</i>.</p>	<p>1840: Coroação de D. Pedro II (1825-1891).</p> <p>1847: M. A. Leonte (Ceará): <i>Lógica Popular romanceada da segunda edição de Paris traduzida por J. B. Cordeiro</i>.</p>

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

<p>1850</p>	<p>1847: Augustus De Morgan: <i>Lógica Formal</i>.</p> <p>1847: George Boole; The mathematical analysis of logic.</p> <p>1850: Antonio Genovesi (Lisboa): <i>Lições de lógica para o uso de principiantes</i>.</p> <p>1850: Thomas Spencer Baynes (1823-1887): <i>Um ensaio sobre a nova analítica das formas lógicas</i>. Foi aluno de Hamilton.</p> <p>1854: George Boole: <i>Uma investigação das leis do pensamento nas quais estão fundadas as teorias matemáticas e as probabilidades</i>.</p> <p>1854: Charles Bernard Renouvier (1815-1903): <i>Essai de critique générale</i> (Logica).</p> <p>1855: A. M. Bensa (Paris): <i>Manuel de Logique</i>.</p> <p>1855: Herbert Spencer (1820-1903): <i>Princípios de Psicologia</i>.</p> <p>1856: Auguste Comte (Paris): <i>Síntese subjetiva ou sistema universal de concepções (Logique Positive ou Système de Philosophie Mathématique)</i>.</p> <p>1858-1932: Giuseppe Peano.</p> <p>1858: C. Jourdain (Paris): <i>La Philosophie de Saint Thomas d'Aquin</i>.</p>	<p>1851: Manuel Maria de Moraes e Valle (Rio de Janeiro): <i>Elementos de philosophia: compendio apropriado a nova forma de exames da escola de medicina do Rio de Janeiro</i>.</p> <p>1852: José Affonso de Moraes Torres (Belém): <i>Compendio de Philosophia Racional</i>.</p> <p>1852: Manuel Maria de Moraes e Valle (Rio de Janeiro): <i>Compêndio de Philosophia Racional</i>.</p> <p>1852: Frei Antonio da Virgem Maria Itaparica (Salvador): <i>Compendio de philosophia elementar</i>.</p> <p>1854: Frei Firmino de Sentelhos (São Paulo): <i>Aula de Philosophia Racional e Moral</i>.</p>
<p>1860</p>	<p>1859: Willian Hamilton (1788-1856): <i>Preleções de metafísica e lógica</i>.</p>	<p>1859: Frei Francisco de Monte Alverne (1784-1859) (Rio de Janeiro): <i>Compendio de Philosophia</i>.</p>

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

	<p>1862: Herbert Spencer: <i>Primeiros Princípios</i>.</p> <p>1862: Herbert Spencer: <i>Princípios de Biologia</i>.</p> <p>1864: Mathaei Liberatore (Roma): <i>Institutiones Philosophicae</i>.</p> <p>1864: Willian Stanley Jevons (1835-1882): <i>Lógica Pura</i>.</p>	<p>1865-1870: Guerra do Paraguai.</p> <p>1866: Antonio Seccioso (Rio de Janeiro): <i>Necessidade absoluta do ensino da philosophia catholica nos seminarios episcopaes</i>.</p> <p>1867: José Soriano de Souza (Recife): <i>Compendio de Philosophia: ordenado segundo os princípios e methodos de São Thomaz D'Aquino</i>.</p>
1870	<p>1870: Alexander Bain: <i>Logic deductive and inductive</i>.</p> <p>1870: Willian Stanley Jevons: <i>Lições elementares de lógica</i>.</p> <p>1870-1903: Charles S. Peirce: <i>Collected Papers</i></p> <p>1870-1872: Herbert Spencer: <i>Princípios de Psicologia</i> (2ª edição)</p> <p>1877: Schröder: <i>Operationskreis des Logikkalküls</i> (O âmbito operativo do cálculo lógico).</p> <p>1878: Charles S. Peirce (1839-1914): <i>Como tornar claras nossas idéias</i>.</p> <p>1879: Gottlob Frege (1848-1925): <i>Begriffsschrift</i>.</p>	<p>1870: Questão Religiosa.</p> <p>1870: Padre Antonio de Almeida (Rio de Janeiro): <i>Lições elementares de lógica dispostas com methodo simples e facil para o primeiro ensino</i>.</p> <p>1871: José Soriano de Souza (Recife, Paris): <i>Lições de Philosophia Elementar Racional e Moral</i>.</p>
1880	<p>1879: Pio XIII: <i>Aeterni Patris</i>.</p> <p>1880: Wilhelm Max Wundt (1832-1920): <i>Lógica</i>.</p> <p>1881: John Venn (1773-1836): <i>Lógica Simbólica</i>.</p> <p>1881: Alexander Bain (Paris): <i>Logique déductive et inductive</i>. Tradução do inglês.</p>	<p>1880: A. Galvão de Queiroz (Bahia): <i>A Synthese Universal e a theoria physico-mathematica da razão</i>.</p> <p>1884: Gabriel Dias da Silva (São Paulo): <i>Manual de Philosophia</i>.</p>

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

	<p>1884: Gottlob Frege (1848-1925): <i>Die Grundlagen der Arithmetik</i> (Fundamentos da Aritmética).</p> <p>1884: Louis Liard: <i>Lógica</i>.</p>	<p>1887: José Joaquim do Carmo (Rio de Janeiro): <i>Compendio de Philosophia, ontologia, psychologia, moral e theodicea segundo programma do Imperial Colégio de Pedro II</i>.</p> <p>1887: Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (Rio de Janeiro): <i>Theoria Lógica da Assimilação</i>.</p> <p>1888: Abolição da Escravatura.</p>
1890	<p>1888: Bernard Bosanquet (1848-1923): <i>Lógica</i>.</p> <p>1890: Schröder: <i>Vorlesungen über die Algebra der Logik</i>. (Lições sobre a álgebra da lógica).</p> <p>1893: Gotlib Frege: <i>Grundgesetze der Arithmetik</i> (Leis Fundamentais da Aritmética, primeiro volume)</p> <p>1896: Lewis Carol (Charles Lutwidge Dodson, 1832-1898) : <i>Lógica Simbólica</i>.</p>	<p>1889: Proclamação da República Federativa do Brasil.</p> <p>1894: Emile Littré (Rio de Janeiro): <i>Fragmento de Filosofia positiva – Lógica</i>.</p> <p>1897: Raimundo Teixeira Mendes (Rio de Janeiro): <i>Ensino Positivista – Lógica</i>.</p> <p>1898: Estellita Tapajóz (São Paulo): <i>Ensaio de philosophia e sciencia</i>.</p>
1900	<p>1899: David Hilbert (1862-1943): <i>Os fundamentos da geometria</i>.</p> <p>1900-1901: Edmund Husserl (1859-1938): <i>Investigações lógicas</i>.</p> <p>1903: Bertrand Russell (1872-1970): <i>Princípios da Matemática</i>.</p> <p>1905: Benedetto Croce (1866-1952): <i>Lógica</i>.</p>	<p>1903: Criação da cátedra de lógica no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro.</p> <p>1903: Vicente de Souza (Rio de Janeiro): <i>Curso de Lógica segundo as lições professadas no Gymnasio Nacional</i>.</p> <p>1906: Augusto Meira (Belém): <i>Estudos de Philosophia, religião e história</i>.</p> <p>1907: Prado Sampaio (Aracajú): <i>Ensaio sobre lógica</i>.</p> <p>1907: Vicente de Souza (Rio de Janeiro): <i>Curso de Lógica geral, pratica, methodo em geral, processo analítico</i>.</p> <p>1908: Agliberto Xavier (Rio de Janeiro):</p>

*Cronologia para a lógica no Brasil (1800-1910)*

<p>1910</p>	<p>1910-13: Bertrand Russell &amp; Alfred N. Whitehead: <i>Principia Mathematica</i>.</p>	<p><i>Ensaio sobre lógica.</i></p> <p>1909: A. R. Gomes de Castro (Rio de Janeiro): <i>A lógica: sua instituição positiva Segundo Augusto Comte.</i></p> <p>1909: Concurso à Cátedra de Lógica do Colégio Pedro II, em maio.</p> <p>1909: Julio Oscar de Novaes Carvalho (Rio de Janeiro): <i>Accuso! Concurso de Lógica no Externato do Gymnasio Nacional.</i></p> <p>1909: Afonso Duarte Barros (Rio de Janeiro): <i>Logica compendio de accordo com o programa official.</i></p> <p>1909: Carlos Sentroul (São Paulo): <i>Tratado de Lógica: conforme o programa official dos gymnasios do Brasil.</i></p> <p>1910: Afonso Duarte de Barros (Rio de Janeiro): <i>Eternos problemas apreciação philosophica, critica e estudos de lógica.</i></p> <p>1911: Extinção da cátedra de lógica do Colégio Pedro II.</p>
-------------	---	---



## APÊNDICE 1





## 1.1 Aula inaugural do magistério do Frei Francisco de Monte Alverne, em São Paulo, no ano de 1813

[1813] *Aula dita pelo Frei Francisco de Monte Alverne em na abertura do Colégio Franciscano de São Paulo em 1813*. gav. “T”, doc. 4. São Paulo. 6p. cópia. APIC

||fol. 1f| “Nenhuma circunstancia de minha vida m.<sup>to</sup> nobre, e m.<sup>to</sup> respeitavel congresso, nenhuma circunstancia de minha vida, alem desta em que sou constituido, imprimiu em minha alma sensações mais delicadas. Quando eu appareço revestido com o character do Magisterio diante daquelle mesmo que poucos dias me chamava para instruir nos conhecimentos philosophicos!

Eu mesmo que ainda hontem appareci no meio de vós dando conta de meus ensaios litterarios, como não devo ser transportado da mais completa satisfação.

Quanto no circulo d’aquelles que nos contemplam com enthusiasmo nos deixamos ver merecendo sucessivamente seus applausos, quando a cadêa de nossas acções tem tomado um novo brilho a medida, que ella se allonga, ou se engrossa mais, esta situação tão lisongeira, é sem duvida bem capaz de despertar todo nosso prazer e toda nossa sensibilidade.

A! para cumulo de minha gloria esta scena brilhante devia representar-se mesmo no meio de vós, que vistes formar-se meu espirito, que testemunhastes meus progressos, que applaudistes meus esforços, e por vossos elogios firmastes em meu coração o enthusiasmo litterario. Não penseis porém, M. S.<sup>1049</sup> que eu venho ostentar diante de vós o apparatus orgulhoso de uma van erudição. Longe mim a idéa de vos aturdir com a fastidiosa nomenclatura dos homens celebres na historia philosophica menos por seus conhecimentos, do que por seus desvarios.

Vós me conheceis m.<sup>to</sup> bem, e seria em vão que me esforçaria em impor a vossos olhos. Não levarei até os astros a glória do Homem de lettras, porque seu merecimento não pode jamais ser contestado.

Não farei tambem a apologia das Sciencias; porque, M. S. duvidará alguém jamais que é util tudo aquillo que aperfeiçoa nossas faculdades? Eu venho certo da vossa condescendência, fazer-vos a simples historia das idéas que pretendo desenvolver em todo o curso litterario venho reflectir um pouco sobre as vantagens das sciencias que tenho a fazer conhecer, isto é a Logica, a Metaphysica, e a Ethica, depois de considerar em seus principios, em seus progressos, é em sua influencia sobre as outras partes da Philosophia, venho enfim reanimar a coragem de meus companheiros no meio de vós, que deveis um dia ser testemunhas de seus progressos, assim como temndes contemplado toda a minha applicação.

### Princípio

O homem não existe, não obra, não pensa, senão por suas sensações, ellas são para elle a origem, e o movel de tudo, elle as separa para recebendo-as elle reune a si ||fol. 1v| idéas que elle tem guardado, compoem juizos pelas comparações que elle tem feito, estende estes juizos, ou as ratifica considerando estes objectos com mais

---

<sup>1049</sup> Esta abreviatura não teve seu significado perfeitamente determinado, por isso, não se indica uma interpretação para ela.

atenção, ou intelligencia. É por isso que elle chega das idéas individuaes ás idéas individuaes ás idéas geraes, das primeiras relações recebidas á licção dos resultados mais afastados, que elle avança em todos os conhecimentos por meios, que abreviã o estudo, que elle ordena os que tem adquirido de maneira que elle os possa abraçar com uma vista ao mesmo tempo mui vasta, e mais clara, emfim, quão o estudo, que elle ordena os que tem adquirido de maneira que elle os possa abraçar com uma vista ao mesmo tempo mui vasta, e mais clara, emfim, que de um ser todo physico como os outros animaes, elle vem a ser um ente moral, que reina sobre a natureza pela energia de seus sentimentos, e elevação de seus pensamentos. Comtudo há na natureza uma multidão de objectos, que escapam aos nossos sentidos, ou em toda sua extensão, ou em suas partes. Nossos conhecimentos seriam bem limitados se não podessemos estender sobre elles nossa atenção, e nossas observações. Aqui este direito que nós temos recebido de penetrar de alguma sorte no interior das coisas pelo exame detalhado de suas partes, vem em nosso soccôrro. Decompondo os objectos nós percebemos, que por toda a parte, em que os effeitos são os mesmos, as causas são iguaes, esta observação nos guia para julgar das cousas, que nós não podemos analysar com uma inteira exactidão. Não podendo estudal-as bem em sua mesma natureza, nós as comparamos com aquellas que nós concluimos de umas ás outras por analogia. Esta operação de nosso espirito menos direita, menos natural, de alguma sorte é tambem menos perigosa. Nós devemos temer sem cessar, pensar além da medida das relações das cousas conhecidas á desconhecida, nós arriscamos a cada instante suppôr em uma o que só existe n'outra. Com uma grande circumspeção no uso da analogia, uma inteira exactidão no da analyse, nós nos poderiamos garantir do erro. Desgraçadamente esta circumspeção, e esta exactidão são m.<sup>to</sup> grandes perfeições para nossos Espiritos, sempre visinho ao erro pela influencia de nossas paixões, e pelos limites de nossas faculdades. Mas ainda nos é dado reconhecer nossos erros, marcar as causas, e procurar os meio de os evitar. Nos devemos pois sem cessar chamar a experiencia em nosso socorro e aproveitá-la. Todo emprego de nossa intelligencia se reduz a estas trez operações, ellas firmam todas os nossos meios de abraçar a natureza nas nossas contemplações, de os submeter as nossas necessidades, a nossos desejos, e de pulsar tão longe a potencia de um ser que nasce tão fraco, e vive tão pouco. Applicados aos differentes objectos estes actos do nosso espirito a força de se repetir **||fol. 2f** tem formado sobre cada um desses objectos, um corpo de sciencia, isto é, um systema de idéas deduzidas umas das outras. Se nós examinamos tudo o que se faz, tudo o que se pratica na sociedade humana, nós veremos que tudo nasce, que tudo se sustenta pelo emprego e concurso da analyse, da analogia, e da experiencia, e que tudo se pode medir por sua rectidão. Quando as sciencias e as artes fizeram alguns progressos, o espirito humano se achar assaz forte, assaz exercitado para voltar seus pensamentos sobre os meios pelos quaes as adquirira, então elle sahio destes primeiros objectos analogos á primeiras necessidades da Sociedade para se dilatar sobre seu ser, para o estudar e profundar, elle examinou suas ideas, seus sentimentos, todas as suas affeições. Tocado de tudo que elle observava na sua alma, e na natureza elle quis remontar as causas de tudo, elevar-se até esse principio universal, e único que tudo lhe revellava, e do qual elle via tudo decorrer. Então elle lançou os fundamentos de todas essas sciencias que desenvolvem os principios da marcha da natureza, e das operações da alma: elle creou a *Metaphysica*, que lhe patentêa o seu mesmo ser, á *Physica* geral, e as *Mathematicas*, pelas quaes elle separa todas as propriedades dos corpos da materia mesma para observal-as em tudo que ellas tem de mais fino, e demais extenso, a *physica* pela qual elle conhece as relações que tem com seu Creador, e com seus semelhantes, além do que elle deve a si mesmo na ordem moral e religiosa. Sempre perto do erro nas

Sciencias particulares, e nas sciencias abstractas, que elle começava, o espirito humano sentio a necessidade de formar para si regras nos seus trabalhos, elle as tirou de suas observações, em todo o genero de seus estudos, e ordenou estas regras em corpo de sciencia, o que produz a Logica, que nos dá um methodo para bem racciocinar, quero dizer, para bem ligar nossas idéas umas com as outras, e todas estas sciencias que debaixo de diversos objectos nos offerece os soccorros da Arte para marchar com passos mais firmes, e mais rapidos, taes como a Rethorica, a Poetica, e a Critica, donde se vê que a Metaphysica é fundada sobre as duas primeiras destas operações do Espirito, que eu tenho marcado: a analyse, e analogia: ella se occupa em estender e aperfeiçoar o uso, guiando-as sobre estas collecções de idéas abstractas, que temos tirado de nossas analyses, e de nossas analogias particulares, e sobre estas partes de nós mesmos, e da natureza que nós não podemos estudar senão pode derradeira. A logica se refere unicamente a experiencia de nossos bons e de nossos **||fol. 2f** máos procedimentos na indagação da verdade, e ter por alvo facilitar-nos uns e livrar-nos dos outros. A Ethica nos patentêa a differença entre o bem e o mal, desenvolvendo o honesto, e a malicia de nossas acções: conhecer as relações que nos fazem depender e aproximar ao Creador, descobrindo o segredo das linhas sociaes, o dever da conservação reciproca, os deveres do culto, e o respeito de obrigações pessoaes. Estas sciencias pelo limite de nossas faculdades, nada quasi podem descobrir-nos sobre o fundo das cousas quasi inteiramente occulto para nós, mas advertindo-nos do que escapa a nossa intelligencia, empregando mais ordem e claridade no que temos aprendido, guiando-nos melhor no que queremos aprender, ellas vem a ser o primeiro das outras Sciencias. Entretanto ellas podem vir a ser tão funestas, como deveriam vir a ser uteis, se ellas se perdem nas suas observações, e sua marcha: é o que tem acontecido durante uma longa série de seculos, por causas de uma maneira que se deve explicar. Ha um tempo na vida do homem, em que seus órgãos desenvolvidos, suas forças augmentadas, sua intelligencia aberta, e enriquecida de tudo o que se lhes tem ensinado, e que elle mesmo tem observado, lhe deram direito de avançar sem guia na carreira da vida, e os meios de formar um destino brilhante, e feliz; mas elle traz ainda em si mesmo, uma grande origem de erros, o circulo da sociedade lhe prepara uma multidão de obstaculos, e seus primeiros desvarios, suas primeiras desgraças o affastam longo tempo ao menos destes successos, aos quaes tudo parecia conduzil-a. É isto o mesmo que se observa na historia do Espirito humano. Quando elle se sentio assaz avançado para formar um novo methodo de aprender mais fecundo, e mais atrevido, elle não se achou ainda capaz de escolher bons elementos, e estabelecel-os sobre bons principios. Havia um só modo de formal-o. Era desenvolver pela reflexão tudo o que elle tinha adquirido por instincto, observar suas faculdades para fazer uma arte de as conduzir, medir as cousas, que elle queria aprender com os meios de as penetrar, e reconhecer desta sorte seus recursos e seus limites. Mas longe de aperfeiçoar o methodo da analyse, o talento da analogia, e a sciencia de verificar sem cessar suas observações, e seus juizos, elle não suspeitou mesmo que estes eram os unicos caminhos de uma san instrucção. Em logar de procurar nas suas primeiras sensações estas idéas geraes, que não são senão meios mais abreviados de considerar, e annunciar as percepções que elle tem tirado de suas idéas particulares, elle quis conhecer a **||fol. 3f** essencia das cousas, e de produção primitiva da natureza em lugar de recolher factos para formar juizos, elle quis tudo explicar antes de nada ter conhecido, devendo formar sem cessar sobre suas observações para as completar, sobre seus juizes para as ratificar, tem ido sempre avante pulsado pelo erro, em um erro ainda maior. Vendo as cousas com illusão, elle as exprimio com confusão. A linguagem não tem nos seus discursos nem exactidão, nem claresa, e linguagem mal desenvolvidas, em sciencias mal começadas, e ainda

peior dirigidas, não servirão senão a baralhar a theoria, e á retardar os progressos. Taes são os vícios que corromperam a Philosophia antiga, que a apartaram das verdades, as mais simples, as mais fecundas, que as retiveram em erros, que se extendiam a medida, que se avançavam. Se nós examinamos os fracos conhecimentos amontoados em cada uma das Nações, que se tem jactado de estudo e saber depois dos Indios até os Celtas, ou Gaulezes, e sem todas estas seitas que se multiplicaram na Grecia depois de Tales até Aristoteles, não veremos a analyse e a experiencia abandonadas a analogia uma fonte necessaria de illusões, porque ella não podia conduzir se não de uma asserção incerta a uma asserção mais duvidosa ainda: nós ahi veremos na sciencia do homem e da natureza os desvarios dos Philosophos ensinados como elementos de todas as cousas e a de abusar das palavras apresentadas como a arte do raciocinio. Nesta longa série de erros que se succediam e combatiam sem se destruirem, podia-se temer que o Espirito humano perdendo seu vingar com sua claridade, não foram mais capaz em algumas partes de reconhecer o verdadeiro, nem de elevar-se a alguma cousa grande. Mas, elle sabe triumphar mesmo de uma má Philosophia quando o progresso social favoreceu seu vô. Todas essas falsas noções, de que se tinha formado a Metaphysica, e a Logica artificiaes não poderam aniquilar a Metaphysica e a Logica da natureza, instrumento de todos os bons trabalhos e partilha de todos os Espiritos eminentes. Só sciencias que exigem particularmente uma san observação das coisas, e um excellent methodo de conduzir seu Espirito foram as que poucos progressos fiseram entre os Antigos; e ainda no meio de erros tão longos e fundamentaes com que elles se efectaram; elles souberam conhecer uma multidão de vistas exactas, fecundas. Mas em todas as outras partes do Espirito humano augmentando sem cessar sua industria por suas experiencias gerou prodigios. Por ||fol. 3v| uma extravagancia singular não se podia ajudar com a Philosophia sem se perder; eram nos Poetas, nos Oradores, nos Artistas mesmo, que se bebiam as idéas exactas, procedimentos simplicis, conhecimentos solidos. Os Poetas, os Oradores, os Artistas, os Artifices felizmente dominados por seu instincto, não podendo agradar e servir senão pela Natureza, não se tinham applicado senão a seguil-a. Os Philosophos desconhecendo-a nos seus systemas, nada tinham conservado de claro, e de seguro nas suas idéas. Feita para tudo illuminar a Philosophia não servia mais do que para tudo degenerar. Uma ambição mal dirigida a tinha corrompida entre os Antigos: for mais profunda a ignorancia que a perdeu entre os modernos. Os Gregos começaram aprendendo tudo dos Egepcios; mas como elles vieram bem depressa a ser os mais illuminados, e os meios engenhosos de todas as provas, elles forão sciosos de aperfeiçoar ou ao menos de ensinar o que tinham aprendido: d'aqui tantas doutrinas novas em que elles assignalaram seu espirito de invenção. Depois destas grandes trevas, com que as invasões dos Barbaros cobrirão a Europa inteira, estes novos povos nada sabiam, senão que tinham existido povos sabios que elles não podiam entender, nem admirar. Os dous Philosophos que tinham reinado na philosophia antiga pelo brilho de sua gloria, e pleo ascendente de seu genio, tornaram ainda a espalhar erros na Theologia Christan, Platão e Aristoteles foram estudados como Padres da Igreja. Todas estas confusas noções que elles haviam estabelecido não serviam mais, que alimentar ainda este furor com que os homens ignorantes disputavam sobre objectos sagrados e deram nascimento a Escolastica, que tudo tem alterado nas coisas Divinas, e tudo retardado nas sciencias humanas. Com ella formava a maior parte da instrução publica, seus funestos effeitos eram sem excepção e sem remedio. Não foi senão por acasos infinitamente raros, que no espaço de 8 a 9 seculos se encontrarão alguns Espiritos assaz elevados, assaz independentes para entrarem na razão, fazerem descobertas, e abriram melhores caminhos, e ainda estes exemplos eram quasi sempre pedidos. Era necessario para quebrar cadeias tão

poderosas um destes homens feitos para destruir e levantar Imperios. Descartes appareceu, a resolução necessaria chegou. Nada foi mais atrevido que a marcha deste genio extraordinario. Depois de haver tudo apreendido, elle assentou que nada mais tinha feito, que adeantar-se no erro. Elle ousou fazer a cousa mais natural; porém, mais difficil: duvidar para conhecer, e examinar antes de pronunciar. Elle fez um systema de duvida, estendeo-o a tudo, e creou uma sciencia nova, toda tirada de seu próprio fundo. Mas abdicando o erro com esta coragem, abraçando a verdade com este ardor elle não pôde dobrar o seu espirito a uma maneira só de procurar. Elle imitou na sua marcha aquelles, cuja falsa sabedoria elle soubera reconhecer. Arrastado por suas próprias illusões então mesmo que elle sacudia os prejuizos antigos contente de vêr e pensar por si só, elle cuidou menos em observar os phenomenos da natureza do que em advinhar as causas. Elle fez pois tambem systemas, tão livres, e mais sabios. Dous homens appareceram que dividiram entre si os dominios em que Descartes edificara com tanta grandesa como pouco solidez; elles empregaram todos os seus cuidados em evitar suas faltas, e nisto mesmo elle augmentou a sua gloria, além mesmo do que elles tinham condessado. Estes dois excellentes genios fiseram uso mais completo da analyse, da analogia, e da experiencia que Descartes praticara, e abandonara sucessivamente. Newton sublime Geometra, e sabio Physico empregou uma parte das forças de seu espirito, em recolher bem os factos, e a outra em conginal-os com a mais profunda exactidão. Loke (sic) menos importante talvez aos olhos sabios, porém, mais util ao commum dos espiritos, limitado ao estudo do homem, e da sociedade, desceo ao fundo da nossa alma, não para explicar seus mysterios; mas para seguir e desenvolver todas suas operações, elle se impoz como única regra de verdade, tudo excogitar, tudo examinar em si mesmo, e principalmente de nada ao que seu senso intimo lhe revelasse. Assim elle fez sentir o vasio de todas as asserções presumpçosas, deo noções as mais abstractas a certeza das coisas sentidas: fez conhecer os limites necessarios de nossa comprehensão, e ao mesmo tempo ensinou-nos a arte de nos conduzir nos estudos mais difíceis. Emfim, um pela philosophia experimental, outro pelo methodo analytico, rectificaram e asseguraram a marcha das sciencias, deram ao Espirito uma maior aptidão para as descobertas, e um salvo-conducto contra os erros. Pertence aos genios predominantes, elevar-se acima de seu seculo, mas elles não o podem arrastar por suas impulsões se elles não são judados por circumstancia muito favoraveis, e taes eram aquellas que se encontraram na epocha em que appareceram estes escriptores regeneradores, Já as bellas artes tinham chegado a seu meio esplendor, porque sendo mais intimamente ligados com as paixões que ellas pintavam, e que imitavam, ||fol. 4v| ellas se tinham dirigido a melhor intento natural, origem feliz de tudo que o que há de bello, e de grande nas creações do Espirito humano, dando-lhe sentimento mais nobre, e mais delicado; elles tinham communicado a seus pensamentos, eu não sei que de mais justo, e mais elevado. A imprensa tinha facilitado seus estudos, e destruía seus prejuizos aproximando os exemplos e as licções de todos os seculos, de todos os povos: o espirito humano como que tinha exgotado o erro agitando-se em tantas vans indagações, e elle se inclinava mais vivamente a verdade que elle percebia em uma multidão de novas descobertas, o passado o fazia envergonhar, o presente o illuminava, o futuro lhe dava grandes esperanças, que augmentavam seus discursos; elle dilatava sobre todas as Sciencias uma vista mais exacta, e as concilia em uma maior extensão de idéias. Nada mais lhe restava, do que refaser um instrumento geral de seus conhecimentos, e elle já era capaz desta grande obra. Assim se vós observardes o que tem passado depois de Loke (sic) e Newton em todas as sciencias, em quasi todas as noções vós conhecereis espantosos progressos, e a mais notavel revolução. Muitas sciencias se tem enriquecido das mais bellas descobertas, outras

tem enchido uma parte das faltas que existiam em seus systemas, quasi todas recebendo soccorros d'aquellas com que tinham mais affinidades, chegaram a recuar seus limites; e a circumscrever seus recintos. As bellas artes se tem enriquecido deste novo espirito, e não há grandes talentos que delle não tinham obtido novas luzes: o gosto sabe hoje estender-se pela firmeza da razão. Que homem de um espirito illuminado, e observador poderia negar-me, que estes progressos não são devidos em grande parte aquelles que temos feito na san Metaphysica e na bôa Logica? Na epocha desta grande renovação da Metaphysica não se tem feito senão desaprender o erro, desprevenir-se destas noções, que affectavam fazer ler nas cousas impenetraveis, fixar nossa intelligencia sobre os unicos objectos, de que podemos Ter idéas seguras. Tem se procurado a arte de conhecer a verdade na arte de observar; tem se creado uma linguagem clara para idéas claras, temos se aprendido a desenvolvê-las estudando-a melhor. Tem se tomado a pratica da analyse pela qual nos podemos desenvolver tudo o que a natureza communica a nossos sentidos; tem-se sabido entendel-a por um uso mais prudente da analogia, e tem-se sem cessar estudado os resultados ||fol. 5f| de uma e de outra para tirar mais luzes, e evitar mais erros. Procedendo como o menino em suas primeiras acquisições, como artifices em seus meios mais grosseiros trabalho, acha-se enfim na verdadeira Philosophia. Assim esta sciencia apefeijando-se tem adquirido menos riqueza do que rectidão; ella se applica ao fundo do homem e da natureza mas quasi nada de seus segredos nos é patenteado, e de nós mesmos, se não nas relações, que a unem a nós, e nós a ella. A perfeição desta sciencia e não sahir jamais de seus limites, ella pode pela luz, que espalha nas outras sciencias aproximar mais os objectos de nossas vistas; ella nos augmenta sem poder extender-se a si mesma como a Logica de que ella é fonte; ella é para o nosso espirito o melhor dos instrumentos, e a menor das perfeições. Não confundamos mais as cousas, que tem vindo a ser tão differentes. A antiga Metaphysica perdida em vagas noções, empregando palavras em lugar de cousas, levando em tudo a affirmação e a disputa, marchando sem observação sobre os factos, sem convicção nas idéas, não podia senão ser obscuridade, e presumpção. A nova se applica a nada sobre ajunctar aos objectos: mas a desenvolver-l-os para os conhecer, e para os ligar bem; a illuminar todas as noções para simplificar os signaes, a ajudar a verdade a sahir das nuvens que a cobriam, e instruir nosso espirito para reconhecê-la e fecundá-la. A antiga Logica e a Ethica, ou Sciencia mora, destruindo em nosso espirito a marcha natural apartavam nossos raciocinios da exactidão, como nossas observações da verdade; ellas mudaram a penetração em subtileza, a audacia, em loucura, a a (sic) constancia em teima: corrompia toda nossa razão por certo gosto e obscuridade, por um habito do falso, que lhe eram necessarios. As nossas chamadas á observação da natureza, e a perfeição do instincto fazem contrahir o nosso espirito uma feliz necessidade de clareza, exactidão e sabedoria; ellas não augmentam sua extensão, e sua força senão para uma maior ordem nos seus conhecimentos, uma arte mais simples, mais segura, e mais prompta nas suas operações. Ellas enfim nenhuma outra cousa são mais, que o genio dos homens superiores reduzidos a arte tanto quanto podem ser. A metaphysica, a Logica e a Ethica pelos objectos de que presentemente se occupam, e pela maneira com que os tractam, são conhecimentos usuaes, faceis, proprios a todos os estados, e a todas as idades. Poder-se-hiam definir a arte de conhecer os objectos que se examinão, e de conduzir ||fol. 5v| seu espirito. O uso de uma tal arte tende essencialmente a estes dons da natureza, que compõe os bons espíritos: mas pode-se adquirir reunindo a instrucção que dão estas sciencias á pratica das regras que ellas estabelecem. Eis aqui, M. S. a história de todas as minhas idéas, que eu me propuz analysar. Eis aqui tambem meus muito amados condiscipulos, eis aqui toda a cadeia de conhecimentos que ides desenvolver commigo. Eu não vos

guiarei por caminhos obscuros, ao travéz de uma linguagem barbara, que vos faça desconhecer a verdade em logar de a descobrir. Nós desceremos juntamente as ultimas observações, eu indagarei comvosco a origem de nossas idéias, a cadeia de nossas percepções, e a serie de nossos raciocínios. Eu seguirei comvosco a marcha, e os progressos da natureza, e d'ella como vós serei discipulo. Ah! Quanto é interessante ao homem o conhecimento de suas mesmas faculdades! Ou nós nos remontemos aos astros além das nuvens, e da habitação das tempestades, lá onde existem os arsenaes de fogo, do gelo, da neve e da saraiva, ou nos desçamos ás entranhas da terra, lá onde se preparam os vulcões, onde se acham as fornalhas de pês, e do enxofre, ou nós dilatemos de nossas vistas, em roda de nós mesmo, contemplemos as riquezas de toda a natureza, que se ri para nós para nós, e entorna a nossos pés seus thesouros, jamais encontraremos um objecto mais digno de nossa contemplação além de nós mesmos, porque é só depois de estudar as nossas faculdades, que podemos entrar na indagação da natureza. Que vergonha queremos conhecer os objectos que se alongam de nós sem estudarmos a nós mesmos. Seria como aquelle que se propõe a viajar as paizes estrangeiros sem Ter ainda conhecido seu proprio territorio. Nós seriamos (permitti este parallelo, em attenção a sua precisão), nós seriamos, como estes animaes de caça que sem terem grande olfacto, mas possuindo grande actividade, saltam na rapidez de sua carreira por cima da presa que deveriam obter. Que temeridade querer entrar na indagação da verdade sem termos ainda os meios de a obter! Seriamos como esses temerarios navegantes, que sem bussola, sem cartas, sem quadrantes se atrevem a navegar debaixo de um Céu, e sobre mares desconhecidos á vista dos chapos, em cujas pontas vem despedaçar-se o seu baixel; ou como aquelles que sem o soccôrro da Mechanica, ousam levantar grandes massas em que lamentam estancadas suas forças. A sciencia pois, que serve de base a nossos **[fol. 6f]** conhecimentos, aquellas que são ao homem, o que a alavanca é ao artista, aquellas que desenvolvem, que patenteam a nobresa, as qualidades de nosso ser, e que depois de nos apresentar, formando o mais bello anel da cadeia dos entes phisicos, nos deixam ver nossas relações moraes com o Eterno, e com os nossos semelhantes, sem duvida devem ser bem dignas de toda nossa applicação. Eu não ousou depois disso, meus amados companheiros, eu não ousou exortar-vos a seguir vossa carreira com constancia; porque sou testemunha de vossos transportes; porque tenho observado de perto os desejos de adiantamentos, em que se abrasam vossos corações; porque sei, que estaes persuadidos da necessidade de nos instruir, e que contaes obter os recursos de que necessitaes. Eu faço ao Eterno os votos as mais ardentes por vossas prosperidades litterarias, pelas vantagens de nossa Provincia, que eu contemplo como instrumento de sua grandesa pela gloria da Religião de quem deveis ser os defensores, e da Patria, que espera contemplar-vos; entre os melhores cidadãos. Disse.

Disse.

Oração recitada pelo P.<sup>e</sup> M.<sup>e</sup> Fr. Franc.<sup>o</sup> do M.<sup>te</sup> Alverne na abertura de seu collegio em S. Paulo em agosto de 1813.

Gurgel. [assinado]





## APÊNDICE 2



## 2.1 Transcrição do manuscrito “Sobre as Idéas” do Caderno de Evaristo Ferreira da Veiga e Barros

VEIGA, Evaristo Ferreira da.

[1818] *Sobre as idéas. Caderno.* Rio de Janeiro. Autógrafo. BN

### *Da percepção simples, ou idea (artigo 2º.)* ||fol. 1f|

Disputão os Metaphisicos sobre a natureza das ideas, e indagação,<sup>1</sup> se as ideas, e percepção simples são a m.<sup>ma</sup> coisa, q.<sup>do</sup> a percepção he o acto/<sup>2</sup> apprehensivo do objecto; e a idea imagem representativa.<sup>3</sup>

Alguns Philosophos seguem que a idea he o mesmo que a per/cepção com a diferença porém que as percepções são noções dos/<sup>5</sup> órgãos sensorios, e do cerebro. Desta opinião he Hobbes.<sup>6</sup>

Outros seguem, que idea e percepção he a m.<sup>ma</sup> coisa; que o m.<sup>mo</sup> /<sup>7</sup> acto, em q.<sup>to</sup> se refere ao entendim.<sup>to</sup> chama de percepção, em q.<sup>to</sup> se/<sup>8</sup> refere ao objecto conhecido, chama se idea. Esta opinião he de Ar/naldo; e outros sustentão, que a idea he distincta da percepção/<sup>10</sup> e que (+) imprime no entendim.<sup>to</sup> humano a idea dos entes q.<sup>do</sup>/<sup>11</sup> os objectos se offercem aos sentidos. Assim pensou Mallebranche/<sup>12</sup> que não conhece no entendim.<sup>to</sup> humano activid.<sup>e</sup> alguma/<sup>13</sup> de produzir suas ideas. Outros em fim distinguem as ideas/<sup>14</sup> materiaes, a que chamão phantasmas das ideas intellectuaes.<sup>15</sup> Chamão ideas materiaes impressões feitas nos órgãos senso/rios e no cerebro: ideas intellectuaes as percepções pelas quaes as ideas/<sup>17</sup> phantasticas se representão no cerebro. Chamão a idea/<sup>18</sup> material especie impressa, e a idea intellectual especie ex/prensa dizem mais que a cada idea material correspon/de huma espiritual, e a cada espiritual, uma material.<sup>21</sup> Esta he a opinião dos Escholasticos. Entre tanta diversid.e de o/pinião adoptamos a seguinte.<sup>23</sup> ||fol. 1v|

### *Proposição 1ª.*

A idea, e percepção simples são m.<sup>ma</sup> coisa. Prova-se. A idea he/<sup>1</sup> um acto produzido pelo entendim.<sup>to</sup>: ora todo o acto he percepção, logo. /<sup>2</sup>

Alhem disto, segundo Genuense, o entendimento não pode ver fór/mas corporeas nem os objectos fora de si porém dentro de si/<sup>4</sup> he que os conhece, mas dentro da potencia intellectiva nada/<sup>5</sup> póde ser produzido, senão percepção, logo se a idea he produzi/<sup>6</sup>da por esta potencia, a idea deve ser percepção. De mais, se a i/dea não he alguma imagem espiritual produzida pelo en/tendim.<sup>to</sup> e por isso a m.<sup>ma</sup>/percepção, segue se, que, ou ella he/<sup>9</sup> imagem dos objectos [que] representatham no cerebro ou (+) pro/duz na alma immediata.<sup>te</sup> nossas ideas: ambas as Hypo/theses são absurdas. A 1ª suppõe a idea material, de que não/<sup>12</sup> tratamos, e a qual a alma não pode immediatam.<sup>te</sup> vêr.<sup>13</sup> A 2ª destroe a activad.<sup>e</sup> da alma em produzir suas ideas/<sup>14</sup> o que he contra o sentim.<sup>to</sup> commum dos philosophos. Logo.<sup>15</sup>

Concluamos pois que a idea, e a percepção tem diversos nomes/<sup>16</sup> de diversas relações: o m.<sup>mo</sup> acto, em q.<sup>to</sup> se refere ao entendim.<sup>to</sup> que/<sup>17</sup> conhece, chama-se percepção, em q.<sup>to</sup> se refere ao objecto chama de/<sup>18</sup> idea. Accresce mais dizer, que \se/ a idea se distingue realm.<sup>te</sup> da per/cepção para serve a idea, por que a idea serviria para que o entendim.<sup>to</sup>/<sup>20</sup> conhecesse os objectos nella, ou por ella, isto não se pode fa/zer, sem a alma saber, que esta idea he idea daquelle objecto; po/rem a alma

nunca poderia ter este conhecim.<sup>to</sup>, porque, ainda/<sup>23</sup> que a ideia representasse seu objecto, nunca poderia dizer, que he **||fol. 2f** ella he a m.<sup>ma</sup> sozinha imagem daquelle objecto. Logo se a ideia he/<sup>1</sup> distincta do objecto (+) percepção para nada serve./<sup>2</sup>

**Objecções/<sup>3</sup>**

O entendim.<sup>to</sup> (+) as ideias e não sobre as percepções. Logo a ideia/<sup>4</sup> não he [.....]. O entendim.<sup>to</sup> concebe as ideias/<sup>5</sup> racionalm.<sup>te</sup> citando (+) as percepções [.....] recebe fomalm.<sup>te</sup>/<sup>6</sup> isto he por ocasião do provimen.<sup>to</sup> feitos no cerebro e entendimen.<sup>to</sup> forma/<sup>7</sup> [...] ideias m.<sup>mos</sup> objectos nossas [.....] m.<sup>mas</sup>/<sup>8</sup> percepções, ideias produzidas e como entendim.<sup>to</sup> recebe [.....]/<sup>9</sup> **||so** m.<sup>te</sup> as impressões [.....] se que amostras (!) destas impressões/<sup>10</sup> [...]

[.....]/<sup>11</sup>

[.....]/<sup>12</sup>

**Objecção 2<sup>a</sup>./<sup>14</sup>**

A ideia he objecto da percepção, logo he a m.<sup>ma</sup> percepção/<sup>15</sup>

R. A ideia de certo modo se pode chamar objecto da percepção po/rem objecto interno e não externo. Na verd.<sup>e</sup> nos podemos contem/<sup>17</sup> (+) objecto [.....] percepção interior e exterior. O externo he/<sup>18</sup> e a m.<sup>ma</sup> ideias (sic) a que se offerece ao entendim.<sup>to</sup> elle percebe o externo he/<sup>19</sup> aquillo o que essa ideia representa que racionalm.<sup>te</sup> existe fora de nós/<sup>20</sup> auspice [.....] espera estar na porta. Vizinho com toda a/<sup>21</sup> rectidão. Ideias diante de tudo aquillo que [.....] entendim.<sup>to</sup>/<sup>22</sup> percebe no mom.<sup>to</sup> em que cogita q.<sup>do</sup> concorda alguma coisa/<sup>23</sup> que antes não conhecia [.....]. Se não/<sup>24</sup> conhecim.<sup>to</sup> para o conhecim.<sup>to</sup> nesta passagem [.....] ação de cogi/tar nesta passagem [.....] entendim.<sup>to</sup> [.....]. Algum ob/jecto que dantas não tinhas. Este objecto [.....]/<sup>27</sup> [.....] mais entendimento. A este objecto [.....] agitação he/<sup>28</sup> **||fol. 2v** que eu chamo ideia. Este objecto he a união essencial objecto/<sup>1</sup> ideia, ou, para fallar com mais da [.....] he assim m.<sup>ma</sup>/<sup>2</sup>

Alem disto o objecto exterior[r] da ideia he aquillo que alguém/<sup>3</sup> julga representar pella ideia, que actualm.<sup>te</sup> tem presente ao/<sup>4</sup> seu entendimento. Daqui [.....]/<sup>5</sup> ma relação he objecto da percepção debaixo de outras relações/<sup>6</sup> he a m.<sup>ma</sup> percepção./<sup>7</sup>

Se a ideia he não distingue realm.<sup>te</sup> da percepção/<sup>8</sup> segue se que a \substancia/ perceptiente, e o objecto serão a m.<sup>ma</sup> coisa/<sup>9</sup> o que he um absurdo, alhem disso as percepções todas/<sup>10</sup> são singulares, pelo contrario algumas ideias são, \logo/ [.....]/<sup>11</sup>

R. a 1a. p.<sup>te</sup> da objecção falla do objecto/<sup>12</sup> interno da ideia, ou do externo, sendo interno, he sem o mo/nismo fundam.<sup>to</sup>./ Para que de nosso sistema unicam.<sup>te</sup> se segue que/<sup>13</sup> uma, e a m.<sup>ma</sup> modificação da al[ma] se chama ideia, e per/cepção, e isto não impede que esta percepção \modifica/ se distinga/<sup>15</sup> da substancia perceptiente. Assim como um inssobo de/<sup>16</sup> cera, a redondeza se distingue da m.<sup>ma</sup> cera. Segue todo /<sup>17</sup> objecto externo he egualm.<sup>te</sup> he destituido de verdade [a] objec/ção, pois que tal por um era m.<sup>mo</sup> acto se representa [.....] da no/ssa alma he percebido por ella [.....] ideias que he a m.<sup>ma</sup> coisa a alma percebendo a ideia<, > o despercebido./<sup>20</sup>

R. 2a. parte da objecção. As ideias nos são universaes/<sup>21</sup> em sua natureza; em sua natureza são modificações ge/raes do nosso entendim.<sup>to</sup>, por isso consistem

[.....]/<sup>23</sup> existe he a singularidade das ideias, [.....]/<sup>24</sup> sabem relação ao modo com que representa os objectos, ou/<sup>25</sup> ||**fol. 3f**|| ao m.<sup>mo</sup> objecto; por que chamamos/<sup>1</sup> ideia nas escolas (!) q.<sup>do</sup> a/<sup>2</sup> ideia não apparecem todas as qualid.<sup>es</sup> de algum objecto (+)/<sup>3</sup> único naquillo que convem a m.<sup>tos</sup> indivíduos, enquanto/<sup>4</sup> podem predicar de m.<sup>tos</sup>./<sup>5</sup>

Esta ideia [[sensorial]] he toda obra da nossa mente [.....]/<sup>6</sup> não tem objecto real universal, seu objecto he [[singular]]/<sup>7</sup> porque he aquella propried.<sup>e</sup> que eu [[lem]]brro em m.<sup>tos</sup> indivíduos estas qualid.<sup>e</sup> [.....] metaphisicam.<sup>te</sup> se/<sup>9</sup> pode chamar qualidade ou natureza commum; contudo/<sup>10</sup> se poderá [[este]] título em sentido logico. Por exemplo a ideia/<sup>11</sup> universal de humanidade na natureza de Pedro, pôde cha/mar na natureza de Paulo, por esta semelhança, enq.<sup>to</sup>/<sup>13</sup> tudo, que pertence à humanid.<sup>e</sup> que se concebe existindo em/<sup>14</sup> Pedro, tambem se conceberá existindo em Paulo./<sup>15</sup>

Devemos distinguir 2 coisas na ideia universal, com/preensão e extensão. Comprehensão da ideia he a represen/tação daquelles predicados que se contêm na ideia de ~~em~~/<sup>18</sup> qlq.<sup>r</sup> coisa das (sic) quais predicados, nenhum não se pôde deixar, sem/<sup>19</sup> destruir a m.<sup>ma</sup> ideia. Ex. gr. A animalid.<sup>e</sup> e racionalid.<sup>e</sup> de/<sup>20</sup> tal sorte se contem na ideia de homem, que sem elles/<sup>21</sup> não se pôde ~~conceber~~/conceber homem. A extensão da ideia se pro/cura naquelles indivíduos, a quem ella pode convir./<sup>23</sup> Assim a ideia de homem convhem a Pedro, e a Paulo; logo/<sup>24</sup> Pedro, e Paulo são os sujeitos, de quem eu predico esta noção [de] ho/mem. A animalid.<sup>e</sup> e racionalid.<sup>e</sup> são os predicados, que se/<sup>26</sup> ||**fol. 3v**|| contêm nesta m.<sup>ma</sup> noção: homens. Quanto mais fóra a ex/tensão da ideia tanto menos sera a sua comprehensão/<sup>2</sup> q.<sup>to</sup> maior for a sua comprehensão tanto menos será a sua \extensão/./<sup>3</sup>

#### *Objeção 4.<sup>a</sup>./<sup>4</sup>*

As ideias são formas nas quaes se representam os objectos./<sup>5</sup> As percepções não são estas formas. Logo ideia e percepção/<sup>6</sup> não he a m.<sup>ma</sup> cousa/<sup>7</sup>

R.: Os objectos se representam suas ideias como represen/tação vital e intellectual, e não com representação mu/da, e morta. A representação vital intellectual he o m.<sup>mo</sup>/<sup>10</sup> conhecim.<sup>to</sup>, ou percepção do objecto, a representação muda/<sup>11</sup> e morta he a que apparece em q.q.<sup>r</sup> postura, esta só tem/<sup>12</sup> lugar em coisas corporeas, e exige uma intesão phísica/<sup>13</sup> e real, porém como há no cerebro noções feitas por objectos/<sup>14</sup> externos, ainda que ignorem o como ellas se fazem sabe/mos contudo, que o entendim.<sup>to</sup> por isto comoções conhece os/<sup>16</sup> objectos, e conhecendo produz a imagem espiritual do obje/cto conhecido, a q.<sup>1</sup>/ imagem tambem se chama ideia, pala/vra ou verbo do entendim.<sup>to</sup>, especie espessa, noção, percepção, todos esse nomes significão a m.<sup>ma</sup> coisa./<sup>20</sup>

Advirtamos finalm.<sup>te</sup> em prim.<sup>o</sup> lugar [[que]] q.q.<sup>r</sup> ideia em/<sup>21</sup> si e no m.<sup>mo</sup> estado de representação herdada, e distincta por/que o entendimento conhece perfeitam.<sup>te</sup> o objecto que se represen/ta na ideia, e o distingue de outro q.q.<sup>r</sup> objecto/<sup>24</sup> attendido po/rem o modo, com que as ideias referem os objectos, podem/<sup>26</sup> ||**fol. 4f**|| ser obscuras ou confusas./<sup>1</sup>

As ideias serão obscuras quando representarem o objecto de/baixo de alguma razão, sem, explicarem os attributos particu/lares de sua natureza, e pelos quaes se conheça qual seja o objecto./<sup>4</sup> Ex. gr. Quando um Boi apparece de longe, e eu conhe/ço som.<sup>te</sup> da razão de certo animal. chamão-se (sic) ideias/<sup>6</sup> confusas aquellas que, posto que representam o objecto, como he/<sup>7</sup> em sua natureza, com tudo não

mostrão todas, nem ao/<sup>8</sup> menos as notas principaes pelas quaes elle se distingue/<sup>9</sup> de outro q.q.<sup>f</sup> objecto. Por isso he verdadeiro axioma que af/firma não haver idea obscura positivamente mas sim negativamente.<sup>te</sup>/<sup>11</sup>

Adivirtamos em 2.<sup>o</sup> lugar. Como a alma trabalha sobre/<sup>12</sup> as impressões feitas no cerebro, e orgão sensoriaes, por isso a/<sup>13</sup> imagem que a alma fórma dos objectos, como he forma/<sup>14</sup> da seg.<sup>do</sup> as impressões, sempre he conforme estas impressões/<sup>15</sup> po[rêm] as impressões, nem sempre representam o objecto/<sup>16</sup> como he em si; mil circunstanças pódem causar esta/<sup>17</sup> falta de conformidade entre as impressões, e os m.<sup>mos</sup> objectos.<sup>18</sup> d'onde vem as impressões: daqui se segue, que as ideias/<sup>19</sup> ainda que sempre seja conforme com as impressões, nem/<sup>20</sup> sempre se conforma com o objecto, como he em si porque/<sup>21</sup> a impressão não mostra o objecto como devia representar/<sup>22</sup> e havendo desconformidade entre as impressões do objecto/<sup>24</sup> como he em si, há necessariamente haver desconformidade entre/<sup>25</sup> o objecto e a idea, que eu fórmo deste objecto, porque esta idea.<sup>26</sup> ||fol. 4v| he sempre conforme as impressões. Esta conformidade da idea/<sup>1</sup> com impressão, chamão os Philosophos verdadeiramente natural,<sup>2</sup> he a conformidade da idea com o objecto, como he realmente chama/mão verdadeiramente lógica. De tudo isto se infere que toda a ideia he verdadeira como verdadeiramente natural e, nem toda ideia tem verdadeiramente lógica, mas toda a idea, que tem verdadeiramente lógica tem igualmente verdadeiramente natural.<sup>6</sup>

**Proposição 2.<sup>a</sup>.**/<sup>7</sup>

Não se dá ideia de nada, nem de privações, ou negações. Prova-se. O entendimento não póde humano formar ideia daqui[lo].<sup>9</sup> não tem propriedades reais, e qualidades, ou materias, ou espirituas, com que se possa representar; o nada,<sup>11</sup> privação, negação não tem propriedade real alguma com que se/<sup>12</sup> possam representar ao entendimento logo. (+) Nem disto, se do nada/<sup>13</sup> negação ou privação se puder formar ideia, então seriam/<sup>14</sup> de nada em si por que seriam como se supõe e não seriam na/ se representavam em na[[tur]]eza/<sup>15</sup> positiva, ou qualidades proprias, o que repugna. Porque nada/<sup>16</sup> he pura exclusão de todo ente, privação he a ausencia, ou/<sup>17</sup> a falta de alguma qualidade em algum subjecto, que he capaz/<sup>18</sup> de possuir esta m.<sup>ma</sup> qualidade. Negação he a ausencia de algum/<sup>19</sup> predicado em um substancia, que tem repugnancia/<sup>20</sup> para possuir este predicado. Exemplo: A cegueira no homem/<sup>21</sup> he privação porque o homem cego, ainda que atualmente não/<sup>22</sup> veja, tem toda a capacidade para ver. A cegueira na pedra he/<sup>23</sup> negação para que entre a pedra e a facultade visivel, há complete ||fol. 5f| ta repugnancia. A cegueira no homem he privação porque/<sup>1</sup> Ora essa privação, a negação se conhecem não com a [i]de[a]/<sup>2</sup> porem naquelles entes, de quem são exclusões: a ideia do na/da he a ideia dos entes excluidos daquelle lugar: a ideia da/<sup>6</sup> irracionalidade he a ideia da racionalidade excluida do [.....]/<sup>7</sup> to: a ideia da cegueira he a ideia da vista de Pedro, que/<sup>8</sup> he excluida.<sup>9</sup> [.....] Discorramos da m.<sup>ma</sup> sorte/<sup>10</sup> sobre a chimera. Chimera he aquillo, que, encerra em si/<sup>11</sup> attributos repugnantes, por isso contem impossibilidade intrinseca para existir. ex. gr. Homem Leão. Logo se homem leão/<sup>13</sup> p[arti]lham imagens, ou representações, porque estas imagens/<sup>14</sup> seria imagem de uma natureza constituída de 2 naturezas [[inteir]]amente oppostas. Esta imagem repugnante/<sup>16</sup> porque o entendimento representando se a natureza do homem/<sup>17</sup> e do Leão, conhece a impossibilidade ou repugnancia que estas naturezas tem para existirem juntos e por isso que ellas mutuamente se excluem, a alma não as póde/<sup>20</sup> unir em [[um]] conceito, ou ideia, e só contemplando estas 2/<sup>21</sup> naturezas como repugnantes se conhece as chimeras [de] homem e Leão. Logo esta chimera exprime duas ideias, hum/<sup>23</sup> da

*Apêndice Documental*  
*Sobre as Ideias de Evaristo Ferreira da Veiga*

natureza do homem, e outra da natureza de leão./<sup>24</sup> [[As]] 2 naturezas com o repugnante entre si./<sup>25</sup>

Não fallamos aqui da chimera impropriam.<sup>te</sup> cha/mada [ser] do ente de razão, como o monstro [[pintadado por]]/<sup>27</sup> Horá[[cio]]. Póde conceber se um ente no qual se [unão] m.<sup>tas</sup> for- ||**fol. 5v**|mas intimas diversas naturezas. Esta obra he toda produ/ção da phantasia, nem se repugna esta representação [[ima]]/gem, porque nella não apparecem identificadas naturezas/<sup>3</sup> repugnantes, mas som.<sup>te</sup> apparecem unidas no mesmo ente./<sup>4</sup>

*Objeção*/<sup>5</sup>

O nada se define. O nada, privação, negação são voccabu/los que são m.<sup>tas</sup> vezes sujeitos de nossas preposições (sic): os voccabu/los são signaes das ideas: logo se usamos destas vozes em no/[[ssas]] preposições (sic) [.....] afirmar della alguma idea como se/<sup>9</sup> para definir uma coisa de que se não tem idea./<sup>10</sup>

R. Os voccabulos são na verd.<sup>e</sup>. Signaes das ideas, que forma/mos dos entes, mas os voccabulos ou exprimem directam.<sup>te</sup>/<sup>12</sup> o[u] [[indirectam.te]] [o] que temos nos entes ou tambem significações,<sup>/13</sup> exclusões, privações, ou ausencias dos m.<sup>mos</sup> entes. As ideas pois que/<sup>14</sup> manifestamos pelos voccabulos nada, privação, negação/<sup>15</sup> são as ideas daquelles entes, as qualid.<sup>es</sup> reaes, cuja ausencia/<sup>16</sup> explicação estas palavras. Logo, quando dizemos, ou definimos/<sup>17</sup> o nada, esta definição não he uma definição, que expli/que explicitam.<sup>te</sup> a natureza positiva e real do nada, mas esta definição mostra unicam.<sup>te</sup> que este voccabulo/<sup>20</sup> nada significa senão a ausencia dos entes phisicos, e re/aes, que podiam existir naquelle lugar, mas que não exis/tem. E q.<sup>do</sup> a Escriptura diz: Deos fez tudo do nada, dizemos/<sup>23</sup> antecedeo do nada como termo, e não como uma mate/ria preexistente, isto he, que antes da creação não existe ||**fol. 6f**| a ente algum, e mandando Deos todas as coisas começarão./<sup>1</sup>

*Artigo 3º.*/<sup>4</sup>

*Da origem das nossas ideas*/<sup>5</sup>

O Systema das ideas innatas foi inventado para explicar/<sup>6</sup> a origem das nossas ideas, porem os defensores deste syste/ma não concordão; vamos expor seus sentimen.<sup>tos</sup>/<sup>8</sup>

Platão julgou que todas as almas forão *ab eterno* crea/das por Deos no Ceo empireo, e porque peccarão, forão mandadas/<sup>10</sup> para os corpos para expiarem e satisfazerem os castigos devidos ao/<sup>11</sup> seu delito. Disse, que todas as sciencias eram innatas, que/<sup>12</sup> nossas ideas eram eternas e subexistentes, as quaes ideas Deos com/prehendia em [[si]] o entendim.<sup>to</sup> e intelligencia e depois as com/municar a aos <seres> inferiores no systema pois de Pla/tão nossos conhecim.<sup>tos</sup> erão as recordações daquellas coisas, [que]/<sup>15</sup> nossas almas tinham visto em Deos, q.<sup>do</sup> estavam perfectam.<sup>te</sup>/<sup>16</sup> unidas com elle o homem não adquiriria novos conhe/cim.<sup>tos</sup> mas todas as nossas ideas/ erão de novo extintas, e recor/dadas [.....] [[Descartes]] reformão a opinião de Pla/tão e explicou de outro modo as ideas innatas: chamou ide/as innatas são fórmis [[improprias]] participadas de Deos as quaes/<sup>22</sup> sejam alguma coisa diversa da faculd.<sup>e</sup> de cogitar [[fariam]] chamou/<sup>23</sup> ideas innatas as fórmis daquellas cogitações, que nem depen/dião dos objectos externos, nem da determinação da vontade,<sup>/24</sup> mas só da faculdade de cogitar, como diz Genuense, se ellas ||**fol. 6v**| cessem do entendim.to por necessid.<sup>e</sup> da natureza./<sup>1</sup>



Henrique Moro chama ideas innatas, aquellas ideas se/mentes de todas as sciencias theoreticas, e practicas, as quaes Deos/<sup>3</sup> infundiu na alma humana, no m.<sup>mo</sup> instante em que a/<sup>4</sup> criou; porem para que estas ideas se excitam dependem/<sup>5</sup> do movim.<sup>to</sup> dos sentidos. Silvano Regis nega que as/<sup>6</sup> ideas innatas fossem infundidas por Deos nas almas, porem/<sup>7</sup> diz que a idea de [.....] do corpo, e da alma são innatas porque/<sup>8</sup> apparecem na alma no m.<sup>mo</sup> instante, em que he unida ao corpo./<sup>9</sup>

Passemos em silencio as opiniões de outros m.<sup>tos</sup> Philosophos, a/gora uniam.<sup>te</sup> mostraremos a falsid.<sup>e</sup> dos systemas referidos./<sup>11</sup>

**Proposição**/<sup>12</sup>

Todas as nossas ideas são adquiridas; nã[o] há no homem ide/as innatas.

Prova-se prim.<sup>o</sup> contra Descartes./<sup>13</sup>

He impossível haver no \homem um/ conhecim.<sup>to</sup> que resulte intrin/seco \ou/ da necessidade da natureza porque este conhecim.<sup>to</sup> seria/<sup>15</sup> essencial, e permaneceria constantem.<sup>te</sup> neste caso o enten/dim.<sup>to</sup> tornaria a idea de si mesmo e então não poderi/amos dar a razão, porque o entendimento produziria/<sup>18</sup> ma[i]s ideas, e não produziria outras. Logo. □/<sup>19</sup>

As ideas innatas envolvem manifesta contradição./<sup>20</sup> As ideas innatas estão sepultadas, e como adormecidas/<sup>21</sup> na alma. Dizer pois que a alma tem estas ideas, que/<sup>22</sup> ella não conhece, ou das quaes apenas tem hum levis/simo conhecim.<sup>to</sup> he dizer que estas ideas existem e não existem. ||**fol. 7f**| na alma ao m.<sup>mo</sup> tempo existem porque assim se suppõe, e não/<sup>1</sup> existem porque a alma não tem dellas o minimo conhe/cimento [...] chamou esta ideal. Com mais diffusão [...]/<sup>3</sup> [.....] qlq.<sup>r</sup> idea, ou cogitação da alma, ou póde estar/<sup>4</sup> separada da m.<sup>ma</sup> idea na cogitação, ou não he um modo dis/tincto. Porque se o senso intimo de qlq.<sup>r</sup> idea possuir um modo/<sup>6</sup> d'alma distincto da idea, e a idea pudesse estar sem parado/xo [.....]/<sup>8</sup> onissível, pois appheendemos a idea de um triangulo, a alma/<sup>9</sup> conhece, que tem idea de triangulo mas este conhecimento não/<sup>10</sup> podia [.....] immediatam.<sup>te</sup> sua existencia, porque/<sup>11</sup> sendo hum modo distincto [[das outras]] assim como a idea não/<sup>12</sup> se pode fazer sentir por si m.<sup>ma</sup> nem se podia fazer/<sup>13</sup> por outra. 3.<sup>a</sup> modificação porque se para advertir a alma/<sup>14</sup> do senso intimo da 2.<sup>a</sup> modificação, se requer esse 3.<sup>a</sup>. requiere/-se-hia outra [...] para conhecer a existencia da 3.<sup>a</sup>. o que admite/<sup>16</sup> um progresso *in infinitum* que nós não podemos conhecer/<sup>17</sup> nem admitir./<sup>18</sup>

Daqui pois se collige que as afeições da al/ma todas as vezes, que existirem prologar no conhecim.<sup>to</sup> ou/<sup>20</sup> intimo senso da sua existencia este senso intimo de m.<sup>ma</sup>/<sup>21</sup> afeição sentida immediatam.<sup>te</sup> por isso não a alma ter/<sup>22</sup> qlq.<sup>r</sup> idea, ou cogitação, sem conhecer que a tem, a este conhecim.<sup>to</sup>/<sup>23</sup> ||**fol. 7v**| he que nós chamamos senso intimo da idea. Se dissermos/<sup>1</sup> que a cogitação que/<sup>2</sup> tinha excitado o conhecim.<sup>to</sup> da sua existencia podia per[...]/<sup>3</sup> rão, tendo podido este conhecim.<sup>to</sup> que novam.<sup>te</sup> [.....],/<sup>4</sup> por isso, m.<sup>mo</sup> que idea se tomo da idea não sendo [.....],/<sup>5</sup> da m.<sup>ma</sup> idea, segue se que a idea não póde prescindir de senso/<sup>6</sup> intimo, voltaria egualm.<sup>te</sup> a idea de novo, de outro modo [[se]]/ria existir, e ao m.<sup>mo</sup> tempo existir e não existir, ex. gr. A dor não pó/de existir porque a dor, que não produz senso intimo de si não/<sup>11</sup> he dor, e este exemplo podemos applicar as outras afeições d'alma./<sup>12</sup>

~~Alem disto he absurdo \chamar a idea/ (+) aquella por cuja mediação nós não/<sup>13</sup> conhecemos os objectos chamar idea. Mas tal he a conclusão,/<sup>14</sup> que resulta de dizer se que podemos ter uma idea sem \ter/ conhe/m.<sup>te</sup> ou sensação, de que a possuimos porque não conhecemos/<sup>16</sup> os objectos, senão os distinguimos uns dos~~

*Apêndice Documental*  
*Sobre as Ideias de Evaristo Ferreira da Veiga*

~~outros, e não podemos<sup>/17</sup> distinguir os objectos, se as nossas ideas forem despidas de (+)<sup>/18</sup> senso intimo; eu não posso distinguir o triangulo de quadra/do, se não formar idea diversa de triangulo, e de quadrado;<sup>/20</sup> e se as ideas são despidas de senso intimo, a idea de triangulo<sup>/21</sup> e quadrado não produziria em mim diverso conhecim.<sup>te</sup> porém<sup>/22</sup> elas se por si não produzirão conhecim.<sup>te</sup> algum. Logo.<sup>/23</sup>~~

Portanto dizer que as ideas foram infundidas por [[Deos em nos]]/sas almas desde o 1.<sup>o</sup> instante de sua criação; que estas ideas<sup>/25</sup> ||**fol. 8f**| existem na alma, sem a alma as sentir, q.<sup>do</sup> o senso intimo<sup>/1</sup> da idea não se distingue della, dizer isto he hum absurdo<sup>/2</sup> pois, como nota um Sabio, afirmar que uma coisa está<sup>/3</sup> no entendim.<sup>to</sup> e que o entendim.<sup>to</sup> a não conhece que está na<sup>/4</sup> alma, sem que a alma a perceba he o m.<sup>mo</sup> que afirmar que <sup>/5</sup> esta [[vi]]da está e não está no entendim.<sup>to</sup>.<sup>/6</sup>

Primeiras ideas innatas estão sopetadas na alma por que a<sup>/7</sup> alma as conheça, (sic) [[as]] necessita ou não necessita da excitação dos<sup>/8</sup> objectos. Se não necessita, como diz Descartes não se póde assi< m > egua/lar uma razão junta por que a alma as não tem produzida no<sup>/10</sup> longo espaço de m.<sup>tos</sup> annos: então devemos admittir nas crea/turas conhecim.<sup>tos</sup> essencialm.<sup>te</sup> permanentes o que repugna, por que<sup>/12</sup> os actos da alma são acciden[[taes]]. Por isso, transeuntes em.q.<sup>to</sup> dura\ção<sup>/14</sup> como diz Henrique Moro, entre as [[ammenesis (?)]] ideas, que es/tão como adormecidas na nossa alma porque se suscitão u/mas, e não outras? E estas suscitadas por quem forão susci/das? Por si mesmas? Por movim.<sup>tos</sup> do cerebro? Por outro qlq.<sup>r</sup> prin/cipio? Analizemos estas ideas.<sup>/19</sup>

Se as ideas suscitadas se suscitirão a si mesmas, q.<sup>1</sup> he<sup>/20</sup> a razão porque este poder, ou facilid.<sup>e</sup> de se determinarem,<sup>/21</sup> compete a uma idea, e não a outras? Quero dizer porque u/ma idea innata póde excitar se, ficando adormecida outraz<sup>/23</sup> m.<sup>tas</sup>? Se as ideas forão excitadas por movim.<sup>tos</sup> do cerebro, como pó<sup>/24</sup> ||**fol. 8v**|dem estes movim.<sup>tos</sup> determinar a alma a attender a estas<sup>/1</sup> ideas, se os movim.<sup>tos</sup> impomos (?) não podem representar a Deos,<sup>/2</sup> os espiritos e as coisas abstractas? Demais se o movim.<sup>to</sup> corpo/reo o poder de excitar a alma para attender a uma idea<sup>/4</sup> a que esta como adormecida e sepultada na alma qlq.<sup>r</sup>/<sup>5</sup> não terá a virtude de mover a alma para conhecer o objecto<sup>/6</sup> sem immediatam.<sup>te</sup> ser necessário recorrer a ideas innatas.<sup>/7</sup>

Alem disto, se a alma necessita desta excitação, como<sup>/8</sup> diz Henrique Moro, então necessita igualm.<sup>te</sup> da informação<sup>/9</sup> dos objectos feita por meio dos sentidos [[logo]] se imprimem no<sup>/10</sup> cerebro as especies dos objectos externos, antes que a alma co/nheça a estes objectos, logo este conhecim.<sup>to</sup> não he innato, porem<sup>/12</sup> formado por mediação dos sentidos. Se nos disserem<sup>/13</sup> porem que as ideas innatas são suscitadas por outro prin/cipio, respondão qual he esse principio, q.<sup>1</sup> seu nome? Em<sup>/15</sup> tal caso fugirão para as qualid.<sup>es</sup> occultas [[da materia, de q<ue><sup>/16</sup> t.<sup>to</sup> são reprehendidos os Peripateticos. E. q.<sup>do</sup> tudo isso estivesse<sup>/17</sup> explicado, ainda restaria explicar o modo, com que a alma<sup>/18</sup> conhece os objectos representados n'aquella idea, a que applica<sup>/19</sup> a attenção. O que entende Henrique Moro por sem.<sup>te</sup> de ideas, ou<sup>/20</sup> he a virtude productiva das ideas, ou as m.<sup>mas</sup> ideas.<sup>/21</sup>

Se he a virtude productiva, logo a potencia de produzir idea<sup>/22</sup> he innata no homem, mas não a idea. Se he a idea, logo<sup>/23</sup> deve conceder, que desd'o principio da sua existencia qlq.<sup>r</sup> ho/||**fol. 9f**| mem recebe de Deos todas as ideas das sciencias, e que he contra<sup>/1</sup> a experiencia, logo, tambem por isso que estão conhecim.<sup>tos</sup> actuaes<sup>/2</sup> não necessitam de externa excitação por serem [.....] pela<sup>/3</sup> alma e elles appareção que he contra o systema de Henrique.<sup>/4</sup> E ja devemos concluir que sua [.....] não é a alma.<sup>/5</sup>

**Objeção**<sup>6</sup>

Prim.<sup>ra</sup>. He [...] principios primarios de todos os necessarios/<sup>7</sup> conhecim.<sup>tos</sup> nos quaes todos os homens concordão [...] facilme.te ap[[enas]]/<sup>8</sup> lhes são propostos estes principios, sem preceder operação alguma/<sup>9</sup> do entedim.<sup>to</sup> [[de que]] estes principios são innatos./<sup>10</sup>

R. 1<sup>a</sup>: Retorquindo ao argum.<sup>to</sup> há m.<sup>tas</sup> proposições sobre as qua<li>/dades sensíveis da matéria, as quais se conhecem no inst.<sup>e</sup> em que/<sup>12</sup> nos são propostas; porem as ideias destas proposições nos são in/natas porque os Cartesianos são obrigados a confessar que as i/deas das [[coisas]] sensíveis são adquiridas e por meio dos órgãos dos/<sup>15</sup> sentidos, logo, não se [...] inferir, que estes principios são inna/tos, porque são conhecidos ao prim.<sup>ro</sup> golpe de vista./<sup>17</sup>

Em 2<sup>o</sup>. lugar este consentim.<sup>to</sup> não prova que estes principios/<sup>18</sup> são innatos, porque há immensas proposições, tanto em Arithme/tica, como em Phisica, que se percebem a prim.<sup>ra</sup> vista. Ex. gr./<sup>20</sup> dois e dois são iguais a quatro, dois corpos não podem occupar/<sup>21</sup> o m.mo espaço, e outras m.<sup>tas</sup> que qlq.<sup>r</sup> homem entendendo os ter/mos de que ellas são [[com]]postas, as comprehende immedia/tam.<sup>te</sup> que as ouve pronunciar. Por isto, basta a facilid.<sup>e</sup> de cogitar. ||**fol. 9v**||

Quando estes principios são os 1<sup>os</sup>. conhecidos, Estes (sic) princi/pios são gerais e abstractos, e os principios abstractos são/<sup>2</sup> mais estranhos ao nosso espírito, que as ideias particulares/<sup>3</sup> que por si m.<sup>mas</sup> são evidentes, por isso os principios geraes entram/<sup>4</sup> mais tarde em um espirito que se começa a formar por/<sup>5</sup> se conhecer a sua verd.<sup>e</sup> he conhecer a verd.<sup>e</sup> das sin/gulares contid[[os]] nelles, e dos quaes elles são formas [[dos]] <he>/<sup>7</sup> necessario ter a ideia do sujeito, e predicado de que são compostas/<sup>8</sup> as proposições que explicam estes principios, ex. gr. esta proposição:<sup>9</sup> o todo he maior, que suas partes não se conhece como [[verda]]/deira, senão diga que se conhece o que he todo, e o que he parte,<sup>11</sup> o que é ser maior. estas (sic) ideias se adquirem pela experiência/<sup>12</sup> e exemplos: conhecida ella, conhece-se immediatam.<sup>te</sup> que a i/dea do attributo se contem na ideia do sujeito, e se reconhece/<sup>14</sup> igualm.<sup>te</sup> a realid.<sup>e</sup> do principio, o q.<sup>1</sup> não necessita ser innato/<sup>15</sup> para [.....] o meu [.....] m.<sup>mo</sup> golpe de vista que lançou/<sup>16</sup> sobre elle. Assim tambem para eu conhecer a outro principio/<sup>17</sup> que chamão innato, he impossivel que uma coisa seja, e/<sup>18</sup> não seja ao m.<sup>mo</sup> tempo para conhecer este principio he necessa/rio, que eu tenha ideia de identid.<sup>e</sup> e diversid.<sup>e</sup>./<sup>20</sup>

As ideias de todo, e de parte são relativas as ideias a que/<sup>21</sup> se referem são as ideias de extensão e numero, e parte [[não po]]/demos (+) innatas porque então serão innatas as ideias de/<sup>23</sup>||**fol. 10f**|| extensão, e numero he impossivel ter ideia de uma relação,<sup>1</sup> sem ter a ideia de coisa a q.<sup>m</sup> esta relação [.....], e em [.....]/<sup>2</sup> da. Assim a ideia de semelhanças e iguald.<sup>e</sup> e conveniência/<sup>3</sup> [[Portanto]], não são innatas, por isso, não podem formar nem principio in/nato. A [...] sentimos [[mais que estes principios]] não são/<sup>5</sup> innatos [...] que supostos não se segue todo, q.<sup>to</sup> sede/<sup>6</sup> [[va]] seguir e o homem póde ter m.<sup>tos</sup> conhecim.<sup>tos</sup> sem cogitar/<sup>7</sup> se [[estes]] principios: porem aquillo que he o m.<sup>mo</sup> não he diver/so [...] por saber esta verd.<sup>e</sup> [[exemplo]] isso [[nós]], qualid.<sup>es</sup> não he o/<sup>9</sup> mundo que o [.....] não he o [...] por ter nestas ideias de pre/cisa [.....] as ideias de m.<sup>to</sup> de volta, [...], e do Universo/<sup>11</sup>. E tambem para conhecer estas verd.<sup>es</sup> sem me lembrar deste /<sup>12</sup> principio, eu conheço [.....] [.....]/<sup>13</sup> do que o numero. Não é o n.<sup>o</sup> (+), sem me recordar, que a/quillo que he o m.<sup>mo</sup> não he diverso./<sup>15</sup>

**Objeção 2<sup>a</sup>.**/<sup>16</sup>

*Apêndice Documental*  
*Sobre as Ideias de Evaristo Ferreira da Veiga*

A ideia de Deos, o conhecim.<sup>to</sup> da Ley natural brilha em to/do [[ o ho]]mem, logo, ao me[[nos]] este conhecim.<sup>to</sup> he innato.<sup>/18</sup>

R: Se alguma ideia pudesse ser rejeitada por innata, seria<sup>/19</sup> sem duvida a ideia de Deos porque he difficil conceber, co/mo poderião haver principio de uma ideia innata [[.....]]<sup>/21</sup> ideias innatas \pois tento a ideia do [.....]/ das quaes se chama Deos. [.....] a ideia de Deos não<sup>/22</sup> he innata, e sem faltarmos nos [.....], cujas [.....];<sup>/23</sup> [.....], a mesma [....] interna sua ideia de Deos ind.<sup>e</sup>, podem ter-se [....]||**fol. 10v**| mas no livro 1 de Locke cap. 3<sup>o</sup>. Em segundo lugar, vendo que<sup>/1</sup> todos os povos tivessem ideia de Deos, nem por isso negar<sup>/2</sup> que esta ideia seja innata, assim como, porque todos os<sup>/3</sup> povos tem ideia de fogo, ou de sol, não se segue [.....] i/deas são \character/[.....] impressas na alma; q.<sup>do</sup> [.....]/<sup>5</sup> da provaria a existencia de Deos se todos os homens<sup>/6</sup> não tivessem ideia delle, assim como, se não pode negar<sup>/7</sup> a existencia do diam.<sup>te</sup> por que algum povo não tem i/dea delle nem noção com que o expliquem. Os homens<sup>/9</sup> abasteceram-se de palavras para formarem diversas ideias<sup>/10</sup> mas {.....} não poderão deixar de receber certas ideias,<sup>/11</sup> que aquelles, com que elles conversavão, explicavão<sup>/12</sup> com certos nomes, se esta ideia trazer consigo alguma<sup>/13</sup> qualid.<sup>e</sup> extraordinaria, se internas por algum moti/vo, ou se se representava \no espirito/debaixo da imagem d'algum<sup>/15</sup> poder absoluto, e irresistível, que o homem não pode<sup>/16</sup> deixar de temer, esta ideia [[pa]]ra sobre nos uma impressão maior, que [[outra]] qlq.<sup>r</sup> [[ideia]], sobretudo se [.....]/<sup>17</sup> com os simples principios da razão, e se inferir natu/ralm.<sup>te</sup> do conhecim.<sup>to</sup> do Universo, tal he a ideia de Deos<sup>/19</sup> as liga a [.....] duma [[sabedoria]] [[manifestada]]<sup>/20</sup> externam.<sup>te</sup> [[nem affirmarem]] [.....] nas ideias<sup>/21</sup> da [[exceção]] que qualifica [....] faz [.....]/<sup>22</sup> ma reflexão, conhece. logo (sic) o [.....] desta [....]/<sup>23</sup> lha este conhecim.<sup>to</sup> he tão interessante e [...] comi<sup>/24</sup>||**fol. 11 f**|go pensam.<sup>tos</sup> tão importantes que, [[devão]] fazer a [.....] im/pressão na alma de quem [[nesse]] \m.<sup>ma</sup>/ uma só vez o nome<sup>/2</sup> deste ente, e este tem tanta propriedade de se propagar, que<sup>/3</sup> [[nunca]] estranho apparecerem (?) ações externas sem terem \a//<sup>4</sup> [[máxima]] ideia de Deos, assim como nos causaria admira/ção encontrarem se povos que não tivessem ideia do fogo.<sup>/6</sup>

O nome de Deos uma vez que fosse adaptado com qual/quer canto da terra para significar um ente supremo, om/nipotente e invisivel. □ conformid.<sup>e</sup> (sic) que esta ideia tem com<sup>/9</sup> o principio da razão, devia necessriam.<sup>te</sup> propagar esta [[ide]]/a de geração, em geração.<sup>/11</sup>

Eu suppondo, que a paternid.<sup>e</sup> {de} Deos he conhecida, sejam<sup>/12</sup> se, que os 1<sup>os</sup>. que a descobrição, [[servirão]] se para isto de sua<sup>/13</sup> razão, fazendo serias reflexões sobre os entes [[della]] [.....]/<sup>14</sup> ferindo os a [.....] um origem a esta importante ver/d.<sup>e</sup> huma vez communicada aos homens mesmo pensa/dores tem em si toda a impossibilid.<sup>e</sup> de ser jamais es/quecida; mas daqui não se conclui que o nome, ou i/dea de Deos seja innata.<sup>/19</sup>

Podemos também advertir que os povos tem formado<sup>/20</sup> ideias diversas da Divindad.<sup>e</sup>; ideias, algumas vezes diametralm.<sup>te</sup>/<sup>21</sup> oppostas e \in/compatíveis. Sera pois innata a ideia de Deos do<sup>/22</sup> \bem/ poderão dizer que pertencia à bondade de Deos gravar no<sup>/24</sup> coração do homem o conhecim.<sup>to</sup> com que o forma<sup>/25</sup>||**fol. 11v**|ra: (?) nós respondemos que Deos formando o home de<sup>/1</sup> tudo de quald.<sup>es</sup> intellectuaes, por [....] delle póde este<sup>/2</sup> facilm.<sup>te</sup> vir no conhecim.<sup>to</sup> da sua [[substancia]]. Deos não [[tam]]<sup>/3</sup> bem, que em todos os paizes sempre tem havido [[....]]<sup>/4</sup> ideias puras da Divind.<sup>e</sup> do que tirão se conse/quencias: 1<sup>a</sup>. Exclue toda a universalid.<sup>e</sup> do conheci/m.<sup>to</sup> de q.<sup>to</sup> pertencia a Deos excepto o nome, este he que to/dos unicam.<sup>te</sup> conheciam o nome de Deos e sendo os Sabios<sup>/8</sup> em pequeno numero, esta universalid.<sup>e</sup>

da idea de Deos/<sup>9</sup> se achava reconcentrada em limites muito estreitos. 2.<sup>a</sup>/<sup>10</sup> segue se que, as ideas perfeitas que nós temos da Di/vind.<sup>e</sup> não foram [.....][.....] mas sim ad/quiridas pela meditação, e uso legitimo das faculd.<sup>es</sup>/<sup>13</sup> intellectuaes, visto que em todos os paizes só aquelles, q.<sup>e</sup>/<sup>14</sup> se applicavão a esta meditação tinham ideas puras da/<sup>15</sup> Divind.<sup>e</sup> em q.<sup>to</sup> o resto do povo só tinha ideas grosseiras/<sup>16</sup> formadas, ou sobre a commum tradição, ou sobre as/<sup>17</sup> noções vulgares sem tomarem o trabalho de as analy\sar./<sup>18</sup>

Sobre os principios da Ley natural, negarmos que/<sup>19</sup> sejam innatos, visto que os \seus/ deffendores não numerão q.<sup>tos</sup> elles/<sup>20</sup> são; os homens tem princípios de pratica inteiram.<sup>te</sup> op/postos uns aos outros. Nações inteiras rejeitão as regras/<sup>22</sup> de moral, a m.<sup>ma</sup> consciencia não prova que estes princi/pios sejam innatos, porque há povos inteiros, que prati/<sup>24</sup>||**fol. 12f**|ção [.....] sem o menor remorso de consciencia, e/<sup>1</sup> [[a]] m.<sup>ma</sup> [.....] promovida as regras <nos> dá, tem [.....]/<sup>2</sup> que elles não são innatas. Podem se ver largam.<sup>te</sup> expla/[[nadas tem]] argum.<sup>tos</sup> no Cap. 2.<sup>o</sup>. <livro> 1.<sup>o</sup>. do Entendim.<sup>to</sup> Huma/<no>. Os adversários factores dos principios inna/tos defendem sua opinião dizendo que estes principios/<sup>6</sup> foram [.....], irrompidos pela educação, e educação/<sup>7</sup> daquelles, com quem convivessem. R: Se estes princi{pios}/<sup>8</sup> podem ser alterados de [.....] a utilid.<sup>e</sup> e usamos/<sup>9</sup> são, porque [[ esta ley \natural/ não nos impediria de estar/mos na m.<sup>ma</sup> [.....] sem ella tanto valle/<sup>11</sup> ter (+) que, [....] ter uma regra falsa, ou que en/tão [[outras]] oppostas indifferentes ou não sei discernir q.<sup>1</sup>/<sup>13</sup> he a verdade.<sup>ra</sup>. Ou estes principios podem ser anniqui/lados apparecer em todos os homens. Se pódem devem ao me/nos brilhar mais q.<sup>do</sup> então mais proximos a sua origem/<sup>17</sup> isto he, nas entranhas, [[ain]]da não adquirão dominio./<sup>18</sup>

Se [[acaso]] explicarem que estes principios necessitão, que o ho/mem tenha [...] de orgão para [...]ham, responderemos que/<sup>20</sup> esta asserção própria, [...] que os homens logo que fazem [...]/<sup>21</sup> a idea, razão conheçam estes principios, ou que o uso da razão/<sup>22</sup> he que lhes descobre estes Principios. Da 1.<sup>a</sup>. Hypothese não se com/<sup>23</sup>||**fol. 12v**|clue que elles são innatos, sem affirmarmos esta [[verd.<sup>e</sup>]]/<sup>1</sup> são innatas todas as verd.<sup>es</sup> que o homem conhece, logo que/<sup>2</sup> começa a fazer [...] da razão, o que elles negão. Da 2.<sup>a</sup>. Hyppo/these segue se que á razão privilegio de [.....]/<sup>3</sup> impressas no espirito do homem [[he o m.<sup>mo</sup>]] que dizer que [[não.....]]/<sup>4</sup> da razão faz ver ao homem aquillo que elle [[já sabia]] [...]/<sup>5</sup> tando mais precisam.<sup>te</sup> he dizer que a huma [.....]/<sup>6</sup> tempo estas verd.<sup>es</sup> que estando impressas em [[cada alma]]/<sup>7</sup> antes do uso da razão, necessitavão do uso da razão [[para serem]]/<sup>8</sup> conhecidas. Concluirmos finalm.<sup>te</sup> esta proposição onde [[ten]]/do sobre o modo com que o homem forma estes pois ninguem/<sup>10</sup> a que depois chama innatas. O espirito do homem na/<sup>11</sup> sua infancia he \como/ um papel limpo, no q.<sup>1</sup> se pódem escre/ver [.....], quaes se quizer, por isso, a nossa alma na/<sup>13</sup> nossa infancia [.....] estes bons principios que nosso Pay/<sup>14</sup> ou Educadores já receberão de seus [.....] que elles re/<sup>15</sup>putão como artigos de fé [...] neste [.....]/<sup>16</sup> começamos a perceber o que [.....]/<sup>17</sup> mos em annos nos confirmaram nestas [.....] pela/<sup>18</sup> profissão [...] e [[tacito constantem.<sup>te</sup>]], daquelle com que [[não]] vi/vemos, ou pelas [.....] daquelles, que a sabedoria [.....]/<sup>20</sup> ad.<sup>e</sup> fazendo nos recommendar ela sua [.....] não mais por muito/<sup>21</sup> tem falla destas [...] se não [[conhecermos seus verdad.<sup>ros</sup> fundam.<sup>tos</sup>]/<sup>22</sup> de Religião e bons costumes. Quando instruídos deste modo/<sup>23</sup>||**fol. 13f**|reflectimos sobre nós [.....] da razão, nada e nem/1 [...] no nosso espirito, não seja mais [...] que neste lu/távamos que nos forão [[ensinados]] antes que nossa memoria/<sup>3</sup> pudesse [...] como registram suas ações, e marcão o tempo em q.<sup>1</sup>/<sup>4</sup> nossa [.....] alg.<sup>a</sup> [.....] ima/ginavam que estes pensam.<sup>tos</sup> são impressões de Deos e da natu/reza [...] coisas que [...] homens [.....], e/<sup>7</sup>

consagram se lhe então o m.<sup>mo</sup> em q.<sup>to</sup> que temo por nossos Paes,<sup>/10</sup> porque [.....] ideias, não nos [.....] de do<sup>/11</sup> tempo, em que as adquirimos, as julgamos [.....]<sup>/12</sup> existentes, e na vida com [.....]. Alem disto, os homens [..]<sup>/13</sup> padas em diferentes [.....] não se lembrão de<sup>/14</sup> entrar na tralyse (?) destes princípios ou por ignorância, o que<sup>/15</sup> distracções ou por preguiça ou por outro qlq.<sup>r</sup> motivo: porem<sup>/16</sup> suppondo que elles \tem/ transpor (sic) [.....] [[entrarmos esta]]<sup>/17</sup>. Analyse; quem terá [.....] de destruir os fundam.<sup>tos</sup>/<sup>18</sup> de todos os seus <dever> (?) e suas ações parecidas? (?) Quem pode/ra suportar a idea mortifera (?) [.....] de ter vivido no erro<sup>/20</sup> tantos annos? Quem poderá soffrer o nome de Deista<sup>/21</sup>? Com os quaes infallivem.te será caracterizado todo aquelle,<sup>/22</sup> que se atrever a duvidar destes princípios, que a maior parte<sup>/23</sup> dos homens julgão, farão provadas em nossas almas, para<sup>/24</sup> serem a regra de todas as nossas opiniões. Princípios que<sup>/25</sup> não podemos deixar de contemplar como [....] nada porque<sup>/26</sup> ||**fol. 13v**|| são os mais antigos, que \conhecemos/ existem e os nossos espiritos, [.....]<sup>/1</sup> os outros homens contemplão com mais respeito. [[Conclui/mos]], finalm.<sup>te</sup>, que não existem princípios innatos [[nem]] se/jão especulativos, ou [.....] representadas [[em nossas ideias]]<sup>/4</sup> são malqueridas, por isso, esta he huma [consequência.] (?)<sup>/5</sup>

**Proposição**<sup>/6</sup>

Todas as nossas ideias são produzidas pelas faculdades de<sup>/7</sup> nossa alma, cuja faculd.<sup>e</sup> conhecemos pelo [[intimo senso]].<sup>/8</sup>

Pri[[meira]]. A ideia, que tomamos são objectos das<sup>/9</sup> [[sensações]] sensíveis; os objectos [[sensíveis]] ou podem ser pre/sentes, ou ausentes, se ellas de todos estes objectos pro/duzidos pela alma. Os objectos sensíveis conheço<sup>/12</sup> se por meio da sensação ausentes e dos [.....]<sup>/13</sup> [.....] forma\m/ a nossa alma ideias pelas faculd.<sup>es</sup> que tem<sup>/14</sup> de imaginar, attender, abstrair, compor, refletir, e ra/cionar. As ideias dos objectos sensíveis ausentes são feitas<sup>/16</sup> pela phantasia, porque no sensório commum, se exci/tão ou noções novas [.....], ou noções já excitadas<sup>/18</sup> em outro tempo, por isso a faculd.<sup>e</sup> de imaginar se exerce<sup>/19</sup> de 2 modos, ou q.<sup>do</sup> se [[exci]]tão noções novas e, então se<sup>/20</sup> chama absolutam.<sup>te</sup> faculd.<sup>e</sup> de imaginar; ou q.do se excita<sup>/21</sup> noções já adquiridas em outro tempo com o soccorro dos<sup>/22</sup> orgãos sensíveis, e então se chama faculd.<sup>e</sup> de reproduzir i/deas das coisas percebidas antigam.<sup>te</sup> pelos sentidos immediam.<sup>te</sup>/<sup>24</sup> ||**fol. 14f**||

Mas eu posso reproduzir ou todo o objecto da ideia emq.<sup>to</sup> della<sup>/1</sup> no 1º caso a ideia reproduzida chama-se phantasma [.....]<sup>/2</sup> poria, no 2º caso, chama-se de phantasma singular, ou fingi/mento; e a este poder, que a alma tem de reproduzir parte dos<sup>/4</sup> objectos antigam.<sup>te</sup> percebidos chama-se faculd.<sup>e</sup> de fingir, por<sup>/5</sup> meio desta faculd.<sup>e</sup> he [.....] alma fórma as ideias das coi/sas insensíveis, \representadas/ com imagens<sup>/7</sup> sensíveis impressas, em huma [.....] da [.....] da figura de uma marca ornada de 2 asas:<sup>/8</sup> por isso estas ideias nomeadas phantasticas. E falla [dos entes (?)]<sup>/9</sup> sensíveis externos porque a ideia [.....] das [.....]<sup>/10</sup> e [.....] da alma, nós formamos pelo senso intimo, porque<sup>/11</sup> experimentamos que cogitamos, que queremos, e appetite/mos. Analysemos o modo, como que formamos a (sic) ideias<sup>/13</sup> dos entes insensíveis. Que Deos existe, mas colligimos deste mo/do das [.....] pelas ideias dos entes contingentes, cuja ideia<sup>/15</sup> adquirimos pelos sentidos, inferimos a existencia de outro<sup>/16</sup> ente [[de]] uma ordem superior, e natureza diversa: depois<sup>/17</sup> com outro [[raciocinio]] induzimos, que neste ente necessario<sup>/18</sup> devem existir todas as perfeições, concebemos as perfeições<sup>/19</sup> [.....] [.....] como separada dellas, estendêmo-las com/plicava-la até d.<sup>to</sup> todos os limites da natureza fini/ta; e Depois (sic) de assim

ampliadas as ajuntamos, e junctas/<sup>22</sup> as attribuímos a este ente necessario: e deste modo aval/<sup>23</sup> {ma} fórman a idea de [.....] perfeítissima./<sup>24</sup>

As ideas dos espiritos se formam deste modo. conheço (sic) a existência/<sup>25</sup> ||**fol. 14v**|ou qualid.<sup>es</sup> dos entes compostos [.....] que o ente simples/<sup>1</sup> he o contrario do composto, ou com [.....] que [.....] existir qualid.<sup>es</sup> contra/rias e oppostas ás qualid.<sup>es</sup> do corporeo, por ex.: se o corporeo he/<sup>3</sup> [.....] solida e a simples não deve ser extenso, solido e por igual/<sup>4</sup> raciocinio infere<-se> que o ente que cogita, deve ser simples, porque as/<sup>5</sup> comportarão cogitar depois reflexionando sobre [.....]/<sup>6</sup> [..] m.<sup>tos</sup> denotar que na alma existem as facult.<sup>es</sup> [.....] produ<z>/<sup>8</sup> [[timo (?)]], he que chamo espirito; e por um argum.<sup>to</sup> he induzir,<sup>9</sup> e intimo senso conduz finalm.<sup>te</sup> que todos os corpos [.....]/<sup>10</sup> especie [.....] espirito semelhante ao que eu possuo;/<sup>11</sup> [[n]]em há tambem [.....] repugnância alguma/<sup>12</sup> para que existão outros [...] [[existam]] separadas da coisa./<sup>13</sup> As ideas são universaes trazemos, especie se firmão abstra/hindo das ideas singulares. A nossa alma [[marca]] (?) em m.<sup>tos</sup> en/tes alguma qualid.<sup>e</sup> que todas possuem, e ajunta (+) em um/<sup>16</sup> a qualid.<sup>e</sup> que esta a [.....] por todos elles, [[e assim]] formão/<sup>17</sup> a idea universal: ex. gr.: eu vejo que Pedro e José [.....] todos/<sup>18</sup> os demais homens são [[animaes dotados]] de razão [.....]/<sup>19</sup> lembro de José e Pedro, e, mas unicam.<sup>te</sup> [[se juntarem como]] sujeito/<sup>20</sup> a animalid.<sup>e</sup> e racionalid.<sup>e</sup> que eu vejo estiver José e Pedro; e to/dos os mais homens, algum forma a idea [[inventado (?)] do ho/mem cuja idea ou estabelece, dizendo que todo o homem/<sup>23</sup> he animal racional. Do mesmo modo fazemos as ideas dos/<sup>24</sup> ||**fol. 15f**|| [[axiomas]], abstrahindo de m.<sup>tas</sup> proposições singulares [[formam]] o/<sup>1</sup> que ellas tem de commum, fazemos uma idea [[universal]]/<sup>2</sup>

Portanto, como por meio dos sentidos temos conhecido que/<sup>3</sup> [[o todo]] (+) he maior, que qlq.<sup>r</sup> uma das partes de que se compoe, [[ainda]]/<sup>4</sup> [.....] torna conhecido, que esta m.<sup>ma</sup> experiência se verifica/<sup>5</sup> nos todos: B, C, D, E colligimos, que he [[assumido (?)] um [[todo]]/<sup>6</sup> [.....] a grandeza a qlq.<sup>r</sup> de suas parte [[e que a parte]]/<sup>7</sup> he menor que o todo./<sup>8</sup>

As ideas das virtudes não são formadas com toda/<sup>9</sup> facilid.<sup>e</sup> pelos principios geraes [[de direito natural]] que o ho/mem conheça appli<an>do a mais leve attenção/<sup>11</sup> concorre m.<sup>to</sup> para estas ideas a doutrina, e exemplo [[daquelle]]/<sup>12</sup> com que vivemos, por isso, no genero humano he tanta a/<sup>13</sup> [[diversid.<sup>e</sup>]] de [[agir (?)] sobre as [[virtudes]] e vicios, e tanto mais/<sup>14</sup> [[polida]] uma nação q.<sup>to</sup> melhores ideas forma das virtudes e vicios./<sup>15</sup>

### *Objeções/<sup>16</sup>*

Prim.<sup>a</sup> O ente finito só se conhece comparando-o com o ente in/finito. Chama-se ente finito ao que não tem as (+) perfeições, ou/<sup>18</sup> os grãos de perfeição necessarias para ser infinito. Este negação de/<sup>19</sup> perfeição como não he uma coisa positiva, não he intelligivel/<sup>20</sup> por si m.<sup>ma</sup>, porem só se conhece, ou póde conhecer no objecto q.<sup>e</sup>/<sup>21</sup> [[que encerra em si]] toda a perfeição: assim como as trevas só se/<sup>22</sup> conhecem em comparação da luz, de quem são privação: as/sim como a [[estatural]] de um homem baixo só se conhece/<sup>24</sup> ||**fol. 15v**|| [[comparando-o a <um> [[homem]] mais alto do que separa a idea o/<sup>1</sup> o ente finito não póde ser formada antes da idea de ente infini/to, por isso a idea do ente infinito de nenhum [[modo]] depende/<sup>3</sup> dos sentidos. R.: A experiencia destroe as razões [[citadas]] porque,<sup>4</sup> a experiência mostra que ha m.<sup>tos</sup> [[homens]] {m.<sup>to</sup> restar} que com/tenham optimam.<sup>te</sup> o que he ente infinito. A razão he,<sup>6</sup> q.<sup>to</sup> que todos os entes sensiveis se offerecem aos nossos sentidos/<sup>7</sup> limitados com certos termos, e nos (sic) m.<sup>mos</sup> conhecemos, que a [.....]/<sup>8</sup> de que a

alma tem de entender, [[marca (?)]] o corpo [[originar (?)]]<sup>9</sup> □ Não se estando illimitadam.<sup>te</sup> atada a coisa, e por isso,<sup>/10</sup> colligam que a nossa alma ge[[rariam]] suas potencias demons/tra de certo [...] he portanto, todas as ideas que temos im/mediatam.<sup>te</sup> pelos sentidos só representão os objectos limita/dos na sua extensão abstrahindo pois esta qualid.<sup>e</sup> que/<sup>14</sup> achamos nos entes que percebemos, formamos uma idea/<sup>15</sup> ou conceito universal, e deste modo fazemos a idea de finito/<sup>16</sup> ou limitado; formando esta idea marchamos a fazer idea/<sup>17</sup> de ente infinito deste modo: nós advertimos nos entes/<sup>18</sup> [[finitos há uns que tem mais perfeição que outros, daí/<sup>19</sup> que concluimos, que esta perfeição só pode augmentar, e/<sup>20</sup> diminuir; nós a augmentamos em nossa imaginação, e/<sup>21</sup> a elevamos a um grão tão alto que, chegamos a concebe-/la no seu Zenithe de elevação, e totalm.<sup>te</sup> illimitado e depois/<sup>23</sup> chamamos ente finito \aquelle/ em que (+) existem as perfeições/<sup>24</sup> ||**fol. 16f** nesse grão illimitado. He verd.<sup>e</sup> que não comprehendemos o/<sup>1</sup> ente infinito, nem delles formamos idea adequada para/<sup>2</sup> com este raciocínio mostramos ser este ente positivo. Daí/<sup>3</sup> que se manifesta q.<sup>do</sup> he falso dizer argumento que não po/demos ter idea do ente infinito sem a ter primeiro de/ finito, q.<sup>do</sup> por meio do finito he que conhecemos o infinito./<sup>6</sup>

He innegavel que ente finito he tal pela negação que/<sup>7</sup> tem de possuir maiores perfeições; mas advirta-se que pe/la diversa grandeza da m.<sup>ma</sup> perfeição em diversos entes/<sup>9</sup> entendemos que se pódem augmentar alguma visa as/<sup>10</sup> forças de cada um dos entes com esta negação, ainda/<sup>11</sup> que se não percebe diretam.<sup>te</sup> e por si m.<sup>ma</sup> contudo [[concebe]] se/<sup>12</sup> indirectam.<sup>te</sup> com toda a clareza, e em razão do augmen/to possível. por isso (sic), não he necessario, que se compare o/<sup>14</sup> ente finito, com o ente infinito para se formar idea do/<sup>15</sup> finito, [[mas basta]] que comparemos m.<sup>tos</sup> finitos, mais, e/<sup>16</sup> menos perfeitos, os quaes se conhecem immeditam.<sup>te</sup> pelos/<sup>17</sup> sentidos. Nada vale a parid.<sup>e</sup> da estatura do ho/mem porque com (sic) geralm.<sup>te</sup> fallando não conhecemos/<sup>19</sup> as grandezas absolutas dos entes, mas só as comparações,<sup>/20</sup> não deve admirar, que se julgamos das grandezas dos/<sup>21</sup> entes comparando-os a outras grandezas, porem o ente fi/nito em si he um ente absoluto, dotado de perfeições abso/lutas, que se pódem augmentar mas, que conhecemos são/<sup>24</sup> limitadas. Assim como para hum homem saber, que um [[anão]]/<sup>25</sup> ||**fol. 16v** [[não podem]] comparar-se a um gigante, assim [[que a]] com/nhecer o ente finito basta, que se compare [[com outros entes]]/<sup>2</sup> mais, e mais perfeitos, porem do m.<sup>mo</sup> genero. As trevas con/sistem na mera negação da luz, a mera negação so (sic) se en/tende comparando-as o [[positivo]], de quem he negação/<sup>5</sup> pelo contrario o ente finito há um e[[n]]te positivo, que tem/<sup>6</sup> em si unicom.<sup>te</sup> a negação de maior perfeição; mas es/ta negação conhece-se excellentem.<sup>te</sup> pelos grãos de perfei/ção que o ente finito actualm.<sup>te</sup> possua-se pelo argum.<sup>to</sup> por/<sup>9</sup> [.....] mais grãos de perfeição, como se tem mostrado./<sup>10</sup>

### *Objeção 2<sup>a</sup>*<sup>11</sup>

Se não há ideas innatas, e todas são formadas pela/<sup>12</sup> alma não há differença entre a alma dos/<sup>13</sup> meninos no ventre materno, e as almas dos animaes;<sup>/14</sup> pois que todas seri[[ão]] unicom.<sup>te</sup> almas sensiveis. □/<sup>15</sup>

Responde-se. A differença essencial dos entes simpli/ces deve por [...] ar as se das diversas faculd.<sup>es</sup> as quaes póde/<sup>17</sup> ser postas em acto pela interna essencial do ente/<sup>18</sup> e não de certas modificações [[evidentes]] nas quaes per/tencem as ideas naturaes, ou sejam innatas ou não./<sup>20</sup>

Tiradas as ideas innatas; entre as almas dos meninos/<sup>21</sup> no ventre materno, e a dos animaes, ha a m.<sup>ma</sup> diffe/rença, que há entre a alma dos animaes, e a dos



*Apêndice Documental*  
*Sobre as Ideias de Evaristo Ferreira da Veiga*

adul/tos. Nem daqui se collige, que as almas dos meninos no/<sup>24</sup> ventre materno estão em total [[innaição (?)], [...]]/<sup>25</sup>||**fol. 17f**| do senso do tacto, sentem os corpos externos, e por elles são to/cados de diversos modos podem logo excitar em si as ide/as de propried.<sup>es</sup> que conhecem pelo tacto, e talvez que a/<sup>3</sup> [[instando (?)]| esta propried.<sup>e</sup> conheção outras./<sup>4</sup>

**Objeção 3<sup>a</sup>/5**

As nossas ideas são infundidas em nossas almas imme/<sup>6</sup>diatam.te por Deos. Prova-se. Deos abriu por [...]] sim/<sup>7</sup> plices e faceis; a Escripura, e os [...] chamão a Deos/<sup>8</sup> illuminador dos corações: o homem em tudo deve depen/der de Deos e os corpos são inintelligiveis: logo as nossas i/deas. □ São futeis as razões, com que Mallebranche es/tabelece sua opinião. Para Deos obras por meio simples/simos, basta que enriquecesse a alma, dando-lhe vir/tude de produzir suas ideas com dependência dos movim.<sup>tos</sup>/<sup>14</sup> dos órgãos sensorios; e nesta opinião seria inutil tanta/<sup>15</sup> belleza, e perfeição, com que Deos formou estes órgãos. O ti/tulo de illuminador dos corações que se dá a Deos pode-se/<sup>17</sup> entender de 2 modos, ou da razão natural, que he u/ma luz, que nos foi dada pelo auctor da natureza;/<sup>19</sup> ou da revelação sobre natural, que he uma luz conce/dida aos homens auctor da graça. A dependencia/<sup>21</sup> de Deos resplandece confessando, que a nossa alma rece/be de Deos a virtude de produzir ideas, [[e]] para exercitar/<sup>23</sup> esta virtude necessita da conservação, e perpetuo concurso/<sup>24</sup> de Deos. He falso dizer se, que os corpos são inintelligiveis por/<sup>25</sup>||**fol. 17v**| se Deos os conhece, como elles são em si, he por que elles são ca/pazes de terminar algum conhecim.<sup>to</sup> e, [...]]/<sup>2</sup>rão que deste ser infinito a [[potencia]], ou virtude de conhe/cer os corpos porque he irrespondível o argum.<sup>to</sup> seguinte seg.<sup>do</sup>/<sup>4</sup> a opinião de Mallebranche nossas almas vem < vêem > os corpos/<sup>5</sup> em Deos, mas a virtude de nossa alma não he infi/nita com elle confessa, logo não deve ser infinita a vir/tude, ou poder de conhecer os corpos em si m.<sup>mos</sup>/<sup>8</sup>

Fim/<sup>13</sup>

## APÊNDICE 3



### 3.1 Carta de Euclides da Cunha a d. Agustín de Vedia

[1908] *Carta a d. Agustín de Vedia*. Rio de Janeiro, 13 out. 1908. 4p. Autógrafo. (coleção Adyr Guimarães). BN

“Rio – 13 de Outubro de 1908.

D. Agustín de Vedia.

Desejava, meu eminente amigo, agradecer o gentilíssimo offerecimento do seu livro, ‘Constitucion Argentina’, depois de o ler todo. Mas não é trabalho que se realize de um lance. Exige meditação e vagar. Antecipo-me por isto – embora ainda esteja nas primeiras páginas – para não demorar o meu agradecimento. Além disto, as primeiras páginas lidas, denunciaram uma tão grande afinidade entre os nossos modos de pensar que não posso [exaltar] a expansão do mais compreensível orgulho, ao ver-me emparelhado com tão elevado espírito. E para o demonstrar envio, com esta, um discurso que pronunciei em fim do ano passado, ante os estudantes ||**Fol. 1v**| de direito de S. Paulo, a proposito de um dos nossos maiores poetas, Castro Alves. Lendo-o verá o meu preclaro amigo (à pag. 13) que antes de o ter lido já eu pensava, por outras palavras, que ‘no se puede dar el nombre de Constitucion à esos ensayos efimeros de estatutos y reglamentos, mas à menos difersos....’, porque ‘uma constituição é sempre uma resultante historica de componentes seculares accumulados no evoluir das idéas e dos costumes...’. E acrescentava que, por isto mesmo, ‘uma constituição não se *faz*, mas *descobre-se*, na conciliação das nossas novas aspirações e novos ideaes com os ||**Fol. 2f**| esforços nunca perdidos das gerações que nos precederam’. Assim critiquei, rapidamente, o nosso luxuoso Codigo Organico de 1822, feito *par en haut*, por cima da nação. Vejo, agora, á luz de um criterio mais brilhante, que andei acertadamente.

A sua última carta deu-me também uma notícia captivante: a encommenda dos ‘Sertões’. Mas preciso dizer-lhe que não lho mandei, espontaneamente, porque aquelle livro bárbaro de minha mocidade – monstruoso poema da brutalidade e da força – é tão destoante da maneira tranquila pela qual considero hoje a vida, que eu ||**Fol. 2v**| mesmo as vezes custo a entendel-o. Em todo o caso é o primogênito de meu espírito; e há críticos atrevidos que affirmam ser o meu *unico* livro... Será verdade? Repugna-me, entretanto, admittir que tenha, com elle, chegado a um ponto culminante, restando-me o resta da vida descel-o. Depois de o ler, diga-me o meu lucido amigo, se estarei, realmente, condemnado a tão pouco invejável destino. A sua opinião será para mim valiosíssima; e desejo-a embora rapidamente enunciada.

Não desejando tomar-lhe um tempo tão precioso, encerro esta, pedindo-lhe que continue a mandar noticias suas a quem é, sempre com muito apreço e verdadeira estima, seu

[abreviaturas] e admirador

Euclides da Cunha [assinado]

R. Humaytá, 61.”

### 3.2 Carta de Euclides da Cunha a Otaviano Veira

[1909] *Carta a Otaviano Veira*. Rio de Janeiro, 8 ago. 1909. 4p. Autógrafo. (Coleção Olyntho Sanmartin). BN

“Rio – 8-8-909.

Octaviano<sup>1050</sup>:

Respondo a tua puxada carta de 7 – agradecendo-te as palavras animadoras – embora recordes melancolicamente, que já estamos na *reserva*. Para você, elegante e faceiro, o caso é desastroso; para mim desaranjado e revoltado é uma merga (?). Estou na reserva desde os vinte annos; quando em mim (?) me assaltou o pessimismo incuravel com que vivo atravessando esta existencia no peor dos peiores pavores (?) possíveis e imaginaveis. Talvez não acredites: ando nas mas (?) desta aldeia de avenidas, com as nostalgias de um inglez *smart* perdido numa ||**Fol. 1v**| enorme aringa da África Central. Nostalgia e revolta: tu não imaginas como andam propicios os tempos a todas as mediocridades. Estamos no período dos grandes homens-pulhas, dos Pachecos empavezados e dos Acacios triumphantes. Nunca se hurrou tão convictamente tanta asneira sob o sol! Na Camara e no largo de S. Francisco, os *mirabeaux* (*m* pequeno) andam aos ponta-pés. Em cada esquima um O’Cornel; em cada degráo de Secretaria um salvador das instituições e da Pátria. Da noite para o dia surgem não sei quantos immortaes... É asphixiante! A atmosphaera moral é magnifica para bactrachios. Mas affoga o homem. Ás vezes penso em romper a fundo com tudo isto: dous ou tres artigos desabalor (sic) e vigor – tomando a frente de toda essa ingenua canalha com o meu velho desassombro culvelo (?) *sans pens et sans reproche*. Mas contenho-me. Lembro-me do unico Homem que ||**Fol. 2f**| resume o resto das esperanças do paiz, e ao lado do qual ainda estou, [...]. Elle ainda não me dispensou. Mas no dia em que não houver mais trabalhos para o cartographo da Secretaria do Exterior... que desabafo! Como eu açularei nervosamente no rastro destas raposas nesciamis (?) a matilha feroz dos meus adjectivos implacaveis!

Ponto, porem. Deus está espantadíssimo! Absolutamente não contavas com esta tirada de ex-rebelde da Praia Vermelha... Nem eu. Escapou-me no final de um artigo de fundo, hippocrita, como a maioria dos que por ahi se imprimem! E como a tua carta [...] dar com a leitura delle – apanhaste uns restos de rajada.

Tornando ao assumpto principal da sua carta: a L”A[....] diz que combinou com o velho de buscal-o nos primeiros dias de Setembro, depois que elle ordenar as cousas na Fazenda. Diz tambem que elle prefere a ida della á do Arnauldo. Mas pela tua carta deduzo que elle quer vir já. Se assim for manda-me dizer logo, para providenciarmos.

Hontem estive com o comendador Chaves, que se mostrou muito interessado pela saúde de meu pai, a quem vai escrever. Tambem o Dr. Gomes e Eurico mandam-me muitas recommendações, ||**Fol. 2v**| desejando vel-o bem, aqui.

Já iniciou o meu curso de Logica no ex-Gymnasio Nacional (hoje Pedro 2º graças a um lance de hysteria republicana). Curso principiado no meio do anno – serei obrigado a sapear a matéria para preencher o programa. Mas levo-o por deante uma grande convicção pedagógica. Ao menos darei aos meus alunos a simples e

---

<sup>1050</sup> Conforme informação de VENANCIO, *Op. Cit.*, p. 54, o juiz Octaviano Vieira ao qual a carta era endereçada era cunhado e amigo de Euclides da Cunha.

*Apêndice Documental*  
*Cartas de Euclides da Cunha*

límpida lógica de Stuart Mill, ao inves de transcendentais tolices metaphysicas. Levo-me a consciencia de que serei mais útil do que o fenomenalesco philosopho (diz-se elle o *único* philosopho brasileiro!) da *Finalidade do Mundo*, que há 25 annos escreveu um livro que ninguém lê e estuda uma lógica que ninguém entende.

Muitas lembranças ao Dr. Deolindo. Saudades a Adelia e sobrinhos. Escrevo-te – deitado – não por doença; mas porque é Domingo e como não posso ainda andar muito, aproveito a occasião para pagar o meu silencio anterior. D’ahi os exaggeros desta carta, a que darais [...] os devidos descontos.

Abraça-te cordialmente o

Euclides da Cunha [assinado].”

||**Fol. 1f**||: Anotação marginal:

“A S’Asminha disse-me que o Sr. Ellis ahi contou uma porção de cousas (que lhe revelava grandes difficuldades na vida etc.) Embora eu já esteja fatigado de repellir as torpezas desta pobre humanidade – não tenho senão em mim que não declare: o Sr. Ellis mentiu. E peço-te que não dêes ouvidos a taes individuos com os quaes fallo de anno em anno fortuitamente.”



## APÊNDICE 4





## 4.1 Parecer de Farias Brito no provimento da Cátedra de Filosofia do Externado do Ginásio Nacional

BRITO, Raymundo de Farias.

[1910] *Parecer de Raymundo de Farias Brito sobre o provimento da Cadeira de Filosofia do Gymnasio Nacional na ocasião da aposentadoria de Silvio Romero.* Rio de Janeiro, 14 set. 1910. 21p. Autógrafo. NUDOM.<sup>1051</sup>

||Fol. 1f|

“Tractando-se de um concurso aberto pa<sup>1</sup>ra preenchimento da vaga deixada no<sup>2</sup> Externato Bernardo de Vasconcellos pela apo<sup>3</sup>sentadoria do Dr. Silvio Romero, creio não <sup>4</sup>dever omittir meu parecer sobre as obras <sup>5</sup>apresentadas pelos concorrentes que se jul<sup>6</sup>gam com direito á nomeação independen<sup>7</sup>temente do concurso na forma do Codigo<sup>8</sup> de ensino, art. 52 combinado com o art. 35<sup>9</sup> sem primeiro manifestar minha<sup>10</sup> admiração e o meu respeito por aquelle<sup>11</sup> illustre Professor que é incontestavelmente<sup>12</sup> um (sic) das glorias mais brilhantes de nossa Pa<sup>13</sup>tria, orgulho de nosso magistério secunda<sup>14</sup> (sic) e também superior, pois elle é egual<sup>15</sup>mente lente, como se sabe de uma das Escolas<sup>16</sup> de direito desta Capital. Tracta-se effecti<sup>17</sup>vamente de um grande espírito, de um<sup>18</sup> extraordinário batalhador do pensamento,<sup>19</sup> conhecido e consagrado em todos o Paiz, es<sup>20</sup>pecialmente no norte, um dos fundadores<sup>21</sup> dessa chamada escola teuto-sergipana<sup>22</sup> essa tão poderosa influencia tem exercido<sup>23</sup> sobre a mentalidade brasileira. E é de ||Fol. 1v| <sup>1</sup>facto a ação da escola teuto-sergipana no<sup>2</sup> Norte, com a da escola positivista no<sup>3</sup> Sul com Benjamin Constant a frente,<sup>4</sup> que se deve tudo o que de mais fe<sup>5</sup>cundo tem, por ultimo, produzido o<sup>6</sup> espirito brasileiro nas mais altas ma<sup>7</sup>nifestações da especulação científica. É<sup>8</sup> junto, pois, que a esse Mestre venera<sup>9</sup>do eu a esse infativavel revolucio<sup>10</sup>nario de ideas se rende homenagem.<sup>11</sup> É o que eu, por minha parte, tento<sup>12</sup> fazer aqui; e assim precedendo,<sup>13</sup> creio interpretar fielmente o senti<sup>14</sup>mento desta doutra Congregação.<sup>15</sup>

Era para desejar que o preenchimento<sup>16</sup> da vaga por elle deixada fosse feito<sup>17</sup> por concurso, não só porque se fa<sup>18</sup>ria assim com mais brillantismo a<sup>19</sup> substituição, em correspondencia com<sup>20</sup> o tom particular de combatividade<sup>21</sup> que caracteriza o nosso illustre collega,<sup>22</sup> como tambem porque todos os outros<sup>23</sup> concorrentes inscriptos são tambem<sup>24</sup> homens de alto merecimento, alguns<sup>25</sup> também escriptores consagrados e aucto<sup>26</sup>res de livros de valor, e o combate<sup>27</sup> seria mais amplo e triumpho<sup>28</sup> mais valioso para aquelle que viu-<sup>29</sup>se a alcançar a vitoria.<sup>30</sup>

Acontece, porem, que acima de<sup>31</sup> todas estas considerações está a lei e<sup>32</sup> esta auctoriza a nomeação inde<sup>33</sup>pendentemente de concurso quando ||Fol. 2f| quando se apresentam pretendentes que pu<sup>1</sup>blicaram obras e, sendo estas sujeitas ao<sup>2</sup> exame da Congregação, são julgadas co<sup>3</sup>mo reveladores de sufficiente preparo na<sup>4</sup> materia que é posta em concurso. Tal é<sup>5</sup> o caso do Dr. Agliberto Xavier e Dr. Affo<sup>6</sup>nso Duarte de Barros. A esta doutra Congre<sup>7</sup>gação cabe resolver se as obras que a<sup>8</sup>presentam estão nas condições estatuidas<sup>9</sup> pela lei.<sup>10</sup>

---

<sup>1051</sup> O parecer de Farias Brito aqui reproduz na íntegra O fac-símile do original.

Por minha parte penso do modo seguinte.<sup>/11</sup>

I/<sup>13</sup>

**Quando ao Dr. Agliberto Xavier/<sup>14</sup>**

Os trabalhos apresentados pelo Dr. Agli/<sup>15</sup>berto Xavier são os seguintes:<sup>/16</sup>

Ensaio de Lógica, de 1903.<sup>1052</sup>/<sup>17</sup>

Função do Cerebro, de 1909.<sup>/18</sup>

Theorie des approximations numeriques et des calcul abregé, também de/<sup>20</sup> 1909 (obra que foi aprovada pela Congre/<sup>21</sup>gação da Escola Polytechnica desta Ca/<sup>22</sup>pital, unanimemente, e que foi elogiada/<sup>23</sup> e recommendada pelo Conselho de Ins/<sup>24</sup>trucção da Escola Naval, como pelo Con/<sup>25</sup>selho de Instrução da Escola de Artilha/<sup>26</sup>ria e Engenharia, conforme documentos/<sup>27</sup> que me foram enviados pelo próprio/<sup>28</sup> candidato a que aqui apresento.)/<sup>29</sup>

Calculo das secções angulares;<sup>/30</sup>

Da Fermentação e Theoria microbiana;<sup>/31</sup>

Da Pluralidade das substancias al/<sup>32</sup> ||**Fol. 2v**||/luminoides.<sup>/1</sup>

Os dois ultimos trabalhos não são de/<sup>2</sup> Lógica; o que não quer dizer que se/<sup>2</sup>jam sem valor como comprovação/<sup>4</sup> do merecimento do auctor. Os traba/<sup>5</sup>lhos de ordem mathematica. (Theorie/<sup>6</sup> des approximations et (sic) Calculo das/<sup>7</sup> secções angulares), technicos e não/<sup>8</sup> methodologicos, também se poderá di/<sup>9</sup>zer que estão fóra do quadro dos es/<sup>10</sup>tudos de Logica. Mas, considerando-/<sup>11</sup>se que o auctor é adepto da philo/<sup>12</sup>sophia de Augusto Comte e que este/<sup>13</sup> equipara a Mathematica e a Logica,<sup>/14</sup> comprehende-se que possam ser apre/<sup>15</sup>sentados como trabalhos de Logica, por/<sup>16</sup> quanto se a Logica é a Mathema/<sup>17</sup>tica, é manifesto que todo o estudo/<sup>18</sup> sobre a Mathematica é estudo de Logica.<sup>/19</sup> Nada há, pois, de estranho da parte do/<sup>20</sup> auctor, quando apresenta as suas obras/<sup>21</sup> de Mathematica como prova de seu prepa/<sup>22</sup>ro em Logica. Ao contrario proce/<sup>23</sup>de nisto inteiramente de accordo/<sup>24</sup> com os seus principios. Demais qual/<sup>25</sup>quer trabalho poderia servir para/<sup>26</sup> dar a comprovação de seu mere/<sup>27</sup>cimento, maximo tractando-se de/<sup>28</sup> trabalhos scientificos, mais do que isto,<sup>/29</sup> de trabalhos destinados ao ensino/<sup>30</sup> sendo permittido apreciar o seu/<sup>31</sup> methodo de exposição, a ordem/<sup>32</sup> que adopta na sucessão das idéas,<sup>/33</sup> ||**Fol. 3f**|| a applicação enfim que costuma fa/<sup>1</sup>zer da Logica; numa palavra: o grao/<sup>2</sup> de desenvolvimento de seu espirito; o/<sup>3</sup> que tudo importa para julgar de seu/<sup>4</sup> merito como pretendente ao lugar que/<sup>5</sup> era occupado por um Professor nas/<sup>6</sup> condições do Dr. Silvio Romero.<sup>/7</sup>

No trabalho referente á Logica pro/<sup>8</sup>priamente dicta e publicado mesmo /<sup>9</sup> sob o título de Ensaio de Lógica, pro/<sup>10</sup>põe-se o auctor exactamente a de/<sup>11</sup>fender o ponto de vista da Logica tal/<sup>12</sup> como foi estabelecida por Comte na/<sup>13</sup> Synthese subjectiva, quer dizer, da Lo/<sup>14</sup>gica equiparada à Philosophia Mathe/<sup>15</sup>matica: Ahi vem a classica definição:<sup>/16</sup> a Logica consiste no concurso nor/<sup>17</sup>mal dos sentimentos, das imagens/<sup>18</sup> e dos signaes para inspirar-nos as/<sup>19</sup> concepções que convêm ás nossas/<sup>20</sup> necessidades morais, intellectuais/<sup>21</sup> e physicas. Esta definição alias é incom/<sup>22</sup>patível com a equiparação da Lo/<sup>23</sup>gica á Mathematica, mas não adianta/<sup>24</sup> grande couza fazer aqui a apreciação dessa/<sup>25</sup> incompatibilidade. Ahi vêm as

---

<sup>1052</sup> Parece, ao que se apurou, haver um engano na citação desta data por Farias Brito. A única edição que encontrada é de 1908.

for/<sup>26</sup>mulas conhecidas: - agir por afeição/<sup>27</sup> e pensar para agir - ; induzir pa/<sup>28</sup>ra deduzir afim de construir - ; for/<sup>29</sup>mulas todas estas extranhas ao domi/<sup>30</sup>nio mathematico propriamente dito./<sup>31</sup>

No primeiro capítulo faz o auctor/<sup>32</sup> a apreciação geral da Logica posi/<sup>33</sup> ||**Fol. 3v**|/<sup>1</sup>tiva. Depois distingue a razão/<sup>2</sup> abstracta da razão concreta e de/<sup>3</sup>duz o conceito de lei natural, pre/<sup>4</sup>valecendo sempre em todas as suas/<sup>5</sup> investigações a preocupação mathe/<sup>6</sup>matica. Em seguida refuta o/<sup>7</sup> que chama materialismo mathe/<sup>8</sup>matico, entendendo por materialis/<sup>9</sup>mo a tendencia em que se nota/<sup>10</sup> em certos pensadores para reduzir/<sup>11</sup> os phenomenos superiores a phe/<sup>12</sup>nomenos inferiores por acção/<sup>13</sup> da influencia deductiva. Por fim/<sup>14</sup> estuda os ensinamentos lógicos/ que resultam do Calculo, da Geometria e os ensinamentos lógicos/<sup>15</sup> que resultam da Mecanica ge/<sup>16</sup>ral./<sup>17</sup>

Devo confessar que nunca me pu/<sup>18</sup>de conformar com essa comparação/<sup>19</sup> da Logica e da Mathematica; o que/<sup>20</sup> equivale a eliminar a Logica para/<sup>21</sup> ficar somente com a Mathematica/<sup>22</sup> como processo para a elaboração/<sup>23</sup> do conhecimento. Alias não foi/<sup>24</sup> Augusto Comte o primeiro que fez/<sup>25</sup> essa equiparação. Hobbes se ante/<sup>26</sup>cipou neste sentido ao fundador/<sup>27</sup> do positivismo. Augusto Comte/<sup>28</sup> deu ao primeiro volume de sua/<sup>29</sup> *Synthese Subjectiva* este título: Sys/<sup>30</sup>tema de Logica ou Tractado de/<sup>31</sup> *Philosophia Mathematica*. Hobbes, ||**Fol. 4f**|/antes d'elle, qualificava a parte do De/<sup>1</sup> Corpore referente a Logica, por estas/<sup>2</sup> palavras: *Computatio sive Logica*./<sup>3</sup> Ambos foram victimas de um equivoco/<sup>4</sup> exagerando a reacção, que desde Ba/<sup>5</sup>con e Descartes se tornou em moda/<sup>6</sup> contra a auctoridade de Aristóteles. Por/<sup>7</sup>que a Mathematica é a mais exacta/<sup>8</sup> das sciencias e a única que possui/<sup>9</sup> um methodo rigorosamente preciso e/<sup>10</sup> infallível entenderam que é sobre ella/<sup>11</sup> como base que se \deve/ fundar todo o syste/<sup>12</sup>ma de nossos conhecimentos. Mais do/<sup>13</sup> que isto: como a Mathematica é um/<sup>14</sup> modelo de precisão, entenderam que é/<sup>15</sup> ella mesma que deve servir como/<sup>16</sup> methodo para todas as sciencias. Que a/<sup>17</sup> Mathematica venha a servir como mo/<sup>18</sup>delo para o methodo em todas as scien/<sup>19</sup>cias, - comprehende-se; mas que co/<sup>20</sup>meçando - por ali, venha a se trans/<sup>21</sup>forma em methodo único, - é o que/<sup>22</sup> não se explica. É nisto que consis/<sup>23</sup>te o equivoco em que caíram Hobbes/<sup>24</sup> e Augusto Comte. Aliás a Mathe/<sup>25</sup>matica é de si mesma e com certo/<sup>26</sup> sentido um methodo \logico/ porque, consis/<sup>27</sup>tindo, como se sabe, a segunda for/<sup>28</sup>mula mesma de Augusto Comte, na/<sup>29</sup> medida indirecta das grandezas, po/<sup>30</sup>de-se dizer que tem por fim medir/<sup>31</sup> e contar, e contar e medir não é/<sup>32</sup> propriamente um conhecimento, porém/<sup>33</sup> ||**Fol. 4v**|/ antes um processo para a elaboração/<sup>1</sup> do conhecimento. Deste modo pode/<sup>2</sup>mos dizer: sim, a Mathematica é um/<sup>3</sup> methodo, a Mathematica é um instru/<sup>4</sup>mento da Logica. Mas isto não/<sup>5</sup> quer dizer que a Mathematica/<sup>6</sup> seja a Logica, nem tão pouco que/<sup>7</sup> seja o seu unico methodo, porque/<sup>8</sup> a Logica tem, alem do calculo e/<sup>9</sup> da medida, outros methodos, outros /<sup>10</sup>processos mais complicados, e a prova/<sup>11</sup> é que contanto e medindo nós não co/<sup>12</sup>nhecemos as cousas senão sob um de seus/<sup>13</sup> aspectos mais simples, isto é, sob o aspecto/<sup>14</sup> da extensão e da quantidade; e em ver/<sup>15</sup>dade, ainda que nos fosse permittido con/<sup>16</sup>tar e medir todo o cosmos, pouca cousa/<sup>17</sup> poderíamos chegar a conhecer sobre a/<sup>18</sup> natureza das cousas, se os fosse vedado/<sup>19</sup> consideral-as sob outros aspectos e pene/<sup>20</sup>trar alguns de seus segredos por processos/<sup>21</sup> logicos de outra natureza./<sup>22</sup>

De maneira que, mesmo considerada/<sup>23</sup> como simples methodo, a Mathematica não/<sup>24</sup> se confunde com a Logica; está para ella/<sup>25</sup> como a parte para o todo, ou mais preci/<sup>26</sup>samente, como o instrumento para/<sup>27</sup> a acção, como um dos

processos para o<sup>28</sup> exercício de uma certa e determinada \função/ <sup>29</sup>em operação mais vasta e complicada.<sup>30</sup> Além disto acontece que a Mathematica<sup>31</sup> não é somente um methodo, mas<sup>31</sup> também uma sciencia; e é uma sci<sup>32</sup> ||**Fol. 5f**/encia, porque estuda a realidade sob um<sup>1</sup> determinado aspecto, e neste sentido tem o<sup>2</sup> seu dominio proprio e sobre este dominio<sup>3</sup> elabora conceitos, estabelece principios e de<sup>4</sup>duz consequencias. Parte da simples con<sup>5</sup>sideração do conceito: tudo o mais vem<sup>6</sup> por deducção e consequencia. D'ahi a<sup>7</sup> alta significação do methodo deductivo<sup>8</sup> em Mathematica. E como em Mathe<sup>9</sup>matica os conceitos são absolutos; d'ahi resul<sup>10</sup>ta o character absoluto da certeza mathe<sup>11</sup>matica character próprio pelo qual esta<sup>12</sup> sciencia se distingue essencialmente de<sup>13</sup> todas as outras. Sabe-se que as sciencias<sup>14</sup> mathematicas não particularmente caracte<sup>15</sup>risadas pela denominação muito signifi<sup>16</sup>cativa de sciencias exactas.<sup>17</sup>

É considerando a Mathematica sob es<sup>18</sup>se ponto de vista, que se torna patente,<sup>19</sup> manifesto, visivel o absurdo de sua equi<sup>20</sup>paração com a Logica. Com efeito;<sup>21</sup> a Mathematica tem por objecto a extensão<sup>22</sup> a quantidade, ou mais precisamente, a ex<sup>23</sup>tensão e o numero. Tracta-se de dois con<sup>24</sup>ceitos derivados unicamente da considera<sup>25</sup>ção do espaço. As cousas se nos apresen<sup>26</sup>tam no espaço como multiplas e como<sup>27</sup> occupando um espaço determinado. Quer<sup>28</sup> dizer: as cousas se nos apresen<sup>29</sup>tam no espaço como multiplas e as cousas<sup>30</sup> são extensas: Da consideração da multipli<sup>31</sup>cidade resulta a noção do numero; da<sup>32</sup> consideração do espaço determinado ou<sup>33</sup> limitado resulta a noção da extensão;<sup>34</sup> ||**Fol. 5v** / e como <d>as cousas consideradas objectiva<sup>1</sup>mente que se referem estas noções, segue<sup>2</sup> se d'ahi que o número e a extensão são<sup>3</sup> propriedade das cousas; por onde se vê<sup>4</sup> que a Mathematica é uma sciencia<sup>5</sup> objectiva, referente á realidade exterior.<sup>6</sup>

A Logica, pelo contrario, é de sua<sup>7</sup> natureza e essencialmente uma sci<sup>8</sup>encia subjectiva, psychica, pois tem<sup>9</sup> por objecto o conhecimento, e ninguem<sup>10</sup> poderá contestar que o conhecimento<sup>11</sup> seja um phenomeno psychico. Mais<sup>12</sup> do \que/ isto: é uma sciencia absolutamen<sup>13</sup>te independente da mathemati<sup>14</sup>ca, pois é a noção do espaço que, co<sup>15</sup>mo se sabe, consititue a ordem mathe<sup>16</sup>matica, e o conhecimento é um phe<sup>17</sup>nomeno, uma energia, uma activi<sup>18</sup>dade, como quer quer se chame, que<sup>19</sup> se desenvolve totalmente fóra da con<sup>20</sup>sideração do tempo. Numa<sup>21</sup> palavra: a Logica pertence á or<sup>22</sup>dem dos phenomenos psychicos e não<sup>23</sup> ha exforço de imaginação pelo qual<sup>24</sup> se possa reduzir o factio psychico á<sup>25</sup> factio de ordem mathematica.<sup>26</sup>

Pelo exposto claramente se vê que<sup>27</sup> me colloco, quanto à comprehensão da<sup>28</sup> Logica, em ponto de vista diametral<sup>29</sup><mente> opposto ao do Dr. Agliberto Xavier. Isto,<sup>30</sup> porem, não me impede de julgar com<sup>31</sup> toda a imparcialidade sobre a legitimi ||**Fol. 6f**/dade de sua pretensão no caso de que<sup>1</sup> aqui se tracta, nem diminue, a meus<sup>2</sup> olhos, o seu merecimento como espirito<sup>3</sup> culto e mesmo como logico. Pelo con<sup>4</sup>trario estas divergencias são naturaes<sup>5</sup> e inevitaveis; maxime, quando é sa<sup>6</sup>bido que o momento é de anarchia<sup>7</sup> e demolição, e todas as idéas tradicionaes<sup>8</sup> da humanidade são abaladas em seus<sup>9</sup> fundamentos, como se o espirito huma<sup>10</sup>no se achasse tomado de vertigem.<sup>11</sup> No debacte das idéas, no naufragio de<sup>12</sup> nossas crenças mais valiosas, numa tem<sup>13</sup>pestade de ódio e de paixões indoma<sup>14</sup>veis em que tudo se desmorona, co<sup>15</sup>mo se soprasse o vento da destruição,<sup>16</sup> o nosso ponto de apoio deve ser preci<sup>17</sup>osamente a Logica; mas esta mesma<sup>18</sup> foi também envolvida na [[o]]nda e<sup>19</sup> com difficuldade resiste ao furação que<sup>20</sup> cada vez mais avulta e mais se<sup>21</sup> complica. Ao Organum de Aritoteles<sup>22</sup> que pelo [[es]]paço de cerca de vinte seculos<sup>23</sup> dominou e foi o objecto das mais<sup>24</sup> graves

cogitações, servindo ao mes<sup>25</sup>mo tempo de leme para os mais ar<sup>26</sup>duos trabalhos do espirito humano,<sup>27</sup> succedeu o *Novum Organum* de Ba<sup>28</sup>con. Descartes, por seu lado, e com maior<sup>29</sup> auctoridade, levantou com seu Dis<sup>30</sup>curso do Methodo a bandeira da [[in]]<sup>31</sup>dependência, rompendo com o chamado criterio de auctoridade e inaugurando<sup>32</sup> ||**Fol. 6v**| / a era da sciencia e o dominio da razão.<sup>1</sup> A velha Logica aristotelica foi assim<sup>2</sup> posta de lado, repellida com o qualif<sup>3</sup>cativo deprimente de Lógica puramen<sup>4</sup>te formal e por consequente esteril,<sup>5</sup> e em seu lugar foi levantada a<sup>6</sup> Logica real ou objectiva com os seus<sup>7</sup> processos novos, com a sua technica<sup>8</sup> complicada; e por um dos seus<sup>9</sup> representantes mais auctorizados,<sup>10</sup> Stuart Mill, foi a theoria syllogis<sup>11</sup>tica, a parte talvez mais importante<sup>12</sup> da Logica de Aristoteles, condem<sup>13</sup>nada como solenne futilidade,<sup>14</sup> ao mesmo que Spencer antece<sup>15</sup>deu pulverisal-a com o qualificativo de absurdo psychologico. Mas<sup>16</sup> poucos tempos se passam e bem de<sup>17</sup>pois da Logica real a Logica ge<sup>18</sup>netica, inspirada na theoria da evo<sup>19</sup>lução. É um novo desmoronamen<sup>20</sup>to. Novos canones são indicados e a<sup>21</sup> lei da causalidade, por exemplo, lei<sup>22</sup> que é o objecto principal de que se occu<sup>23</sup>pa Mill, de que se pode dizer que a<sup>24</sup> Logica de Mill não é senão um mi<sup>25</sup>nucioso e longo commentario, é repelli<sup>26</sup>da com esta simples nota: o sophisma<sup>27</sup> da causa e do effeito. É como se ex<sup>28</sup>prime, por exemplo, James Baldwin,<sup>29</sup> um dos inauguradores do sistema,<sup>30</sup> em recentissimo trabalho sobre a Lo<sup>31</sup>gica genetica. É o pragmatismo<sup>32</sup> ||**Fol. 7f**|/ contra o intellectualismo; é a declaração de<sup>1</sup> guerra contra a philosophia do conceito.<sup>2</sup>

Ora este estado cahotico a que se reduz<sup>3</sup> o pensamento philosophico em nossos dias,<sup>4</sup> algumas correntes mais estaveis resistem;<sup>5</sup> entre estas o positivismo que tem seu<sup>6</sup> methodo próprio, sua doutrina particu<sup>7</sup>lar, e por isto ainda dispoe (sic) de vitali<sup>8</sup>dade para resistir na lucta das ideas.<sup>9</sup> É a essa corrente que se liga o Dr. Agli<sup>10</sup>berto Xavier. É natural, pois, que seja<sup>11</sup> no sentido do positivismo que compre<sup>12</sup>henda a Logica.<sup>13</sup>

Seu ponto de vista é falho, penso eu,<sup>14</sup> e a prova disto acredito já ter apresen<sup>15</sup>tado, de modo a não poder haver duvi<sup>16</sup>da. Mas não desconheço que o Dr.<sup>17</sup> Agliberto Xavier seja um espirito de<sup>18</sup> elevado saber, nem que tenha, no seu<sup>19</sup> systema, [[o]] necessário preparo para<sup>20</sup> se dedicar ao ensino da Logica. Dis<sup>21</sup>to mesmo da prova por seu livros<sup>22</sup> que são valiosos e assim há o reconhe<sup>23</sup>ceu esta douta Congregação no ultimo<sup>24</sup> concurso. É homem de trabalho e<sup>25</sup> meditação, ponderado e criterioso, en<sup>26</sup>fim um espirito grave, de reconhecida<sup>27</sup> cultura, especialmente em mathema<sup>28</sup>tica. Sou, pois, de opinião que está<sup>29</sup> em condições de ser nomeado indepen<sup>30</sup>dentemente de concurso, em vista dos<sup>31</sup> livros que apresenta.<sup>32</sup>

||**Fol. 7v**|

## II<sup>1</sup>

### Quando ao Dr. Duarte de Barros<sup>2</sup>

O Dr. Duarte de Barros apresenta<sup>4</sup> como titulo de justificação para sua<sup>5</sup> nomeação independentemente de [con-]<sup>6</sup> concurso dois trabalhos.<sup>7</sup>

Taes são:<sup>8</sup>

Lógica (compendio organizado<sup>9</sup> com o programma official)<sup>10</sup>

Eternos problemas (apreciações<sup>11</sup> philosophicas, criticas e estudos de Lo<sup>12</sup>gicas. (sic)<sup>13</sup>

No Compendio de Logica que<sup>14</sup> forma um volume de perto de<sup>15</sup> duseitas paginas desenvolve o<sup>16</sup> auctor todo o programma actual<sup>17</sup>mente em vigor no Gymnasio; e<sup>18</sup> no livro publicado sob o título de<sup>19</sup> Eternos problemas, tracta de diffe<sup>20</sup>rentes assumptos, todos elles ligados<sup>21</sup> mais ou menos directamente aos<sup>22</sup> problemas da Logica. Ao que diz<sup>23</sup> o auctor são todos estes trabalhos<sup>24</sup> o resultado do estudo que teve de fazer<sup>25</sup> para tomar parte no concurso + que<sup>25</sup> ultimamente se procedeu para pre<sup>26</sup>enchimento da cadeira de Logica do<sup>27</sup> Externato, cadeira que devido á<sup>28</sup> benevolência desta illustrada Con<sup>29</sup>gregação e a boa vontade do Governo,<sup>30</sup> veio a caber ao humilde relator des<sup>31</sup>te parecer; depois da morte tão tragi<sup>32</sup> ||**Fol. 8f**|ca quão lamentavel e triste, tão tragica<sup>1</sup> quão sentida do morto. Dr. Euclides<sup>2</sup> da Cunha, espirito selecto que os nos<sup>3</sup>sos homens mais cultos em tão alto<sup>4</sup> gráo apreciavam.<sup>5</sup>

O proprio Dr. Duarte de Barros ex<sup>6</sup>plica o modo porque foi confecciona<sup>7</sup>da a sua obra nos termos seguintes:<sup>8</sup>

‘Candidato ao concurso da cadeira<sup>9</sup> de Logica do Gymnasio Nacional,<sup>10</sup> realisado de Maio a Junho de 1909,<sup>11</sup> e no qual fomos habilitados, se bem<sup>12</sup> que externássemos idéas que ferissem<sup>13</sup> vivamente um certo grupo de illustres<sup>14</sup> lentes daquelle estabelecimento de en<sup>15</sup>sino publico, resolvemos, attenta a via<sup>16</sup>gem que fomos obrigados a fazer no<sup>17</sup> campo da philosophia, publicar, ou antes,<sup>18</sup> - dar forma mais concreta ao nosso<sup>19</sup> modo de sentir sobre delicados aspectos<sup>20</sup> de muitas questões travadas dentro do<sup>21</sup> departamento da Logica. É o que fa<sup>22</sup>zemos agora. Para que, porem, as<sup>23</sup> nossas energias intellectuaes sejam, pa<sup>24</sup>ra o futuro melhor aproveitadas, busca<sup>25</sup>remos seguir rigoroso methodo, acom<sup>26</sup>panhando, senão servilmente, pelo<sup>27</sup> menos a largos traços, o programma<sup>28</sup> actual do alludido Gymnasio, referente<sup>29</sup> á cadeira para a qual concorreremos<sup>30</sup> no certamen scientifico, e a qual<sup>31</sup> nos ligam laços da mais estreita<sup>32</sup> afinidade psychica.’<sup>33</sup>

||**Fol. 8v**|

Estas fórmulas nos parecem extranhas;<sup>1</sup> mais do que extranhas: imaginarias,<sup>2</sup> phantasticas, e são decididamente<sup>3</sup> inacessiveis aos methodos moder<sup>4</sup>nos. Deste facto resultou o desmo<sup>5</sup>ronamento da philosophia de Hegel.<sup>6</sup> Não obstante, há talvez ahi occulta<sup>7</sup> uma verdade profunda. E como<sup>8</sup> esta verdade é de facto inaccessivel<sup>9</sup> por methodos modernos, deve-se<sup>10</sup> d’ahi concluir, não que tal verda<sup>11</sup>de seja absurdo; mas, pelo contrario,<sup>12</sup> que os methodos modernos são ainda<sup>13</sup> insufficientes. Vê-se que o momento<sup>14</sup> é decisivo para a Logica e que<sup>15</sup> problemas da mais elevada signifi<sup>16</sup>cação para os destinos do pensa<sup>17</sup>mento se offerecem á consideração<sup>18</sup> dos pensadores.<sup>19</sup>

Uma cousa se faz patente: é que<sup>20</sup> as sciencias physicas e mathema<sup>21</sup>ticas, só por si, não podem forne<sup>22</sup>cer uma chave sufficiente para<sup>23</sup> interpretação do verdadeiro sentido<sup>24</sup> da existencia, como se affigurou<sup>25</sup> possivel ao materialismo. Tam<sup>26</sup>bem a preponderancia momenta<sup>27</sup>nea deste systema passou a sua<sup>28</sup> esterialidade tão desesperadora sob<sup>29</sup> o ponto de vista moral é facto<sup>30</sup> que nenhum espirito sensato po<sup>31</sup>dera, de boa fé, contentar. Appella-<sup>32</sup>se para um ideal mais alto, e se<sup>33</sup> ||**Fol. 9f**| mais conhecidas, (sic) propoe o seu ponto de vista<sup>1</sup> nestes termos: a Logica é a dynamica<sup>2</sup> psychica a serviço da evolução cos<sup>3</sup>mica e humana. Mas exprimindo-<sup>4</sup>se assim, não justifica o seu conceito.<sup>5</sup>

A formula é nebulosa, não há duvida.<sup>6</sup> Entretanto comprehende-se. Há talvez<sup>7</sup> ahi um echo da concepção hegeliana.<sup>18</sup> Vejamos como a cousa se pode expli<sup>19</sup>car. Dynamica é a força, dynamica<sup>20</sup> é movimento. Ora, o que se pode<sup>21</sup>

compreender por força psychica é o<sup>22</sup> pensamento. A formula do Dr. Duarte<sup>23</sup> se pode, pois, mudar nesta outra: a<sup>24</sup> Logica é o pensamento a serviço da<sup>25</sup> evolução cosmica e humana. O pen<sup>26</sup>samento é assim transportado da es<sup>27</sup>phera puramente humana para a<sup>28</sup> esphera natural e universal. Tam<sup>29</sup>bem Hegel faz da idéa um prin<sup>30</sup>cipio anterior e superior á natureza.<sup>31</sup> Sabe-se que Hegel, ao principio<sup>32</sup> aristotelico: - *nihil est in intellectu quod<sup>33</sup> prius non fuerit in insensu* - ,<sup>34</sup> oppos este outro principio: - *nihil<sup>35</sup> est in sensu quod prius non fuerit<sup>36</sup> in intellectu*. Tudo isto quer dizer:<sup>37</sup> no começo era a idéa. A idéa é, pois,<sup>38</sup> sob este ponto de vista, o facto primor<sup>39</sup>dial, e as differentes phases da evolu<sup>40</sup>ção universal não são senão<sup>41</sup> momentos sucessivos do desenvol<sup>42</sup>vimento da idéa.<sup>43</sup>

||**Fol. 9v**||

Considerando o pouco tempo de que<sup>1</sup> dispoz e que devia estar com o espi<sup>2</sup>rito ainda atordoado pelos trabalhos<sup>3</sup> mesmo do concurso, não se pode<sup>4</sup> deixar de admirar a tenacidade do<sup>5</sup> Dr. Duarte. Vê-se que é um espirito<sup>6</sup> laborioso; vê-se ainda que é dotado de gran<sup>7</sup>de aptidão para a produção intellectual,<sup>8</sup> e, por maiores que sejam os defeitos<sup>9</sup> que por ventura possam ser apresen<sup>10</sup>tados em seus livros, não se pode<sup>11</sup> deixar de reconhecer que o seu ex<sup>12</sup>forço merece estímulo. E quem<sup>13</sup> souber o que custam as produções<sup>14</sup> desta ordem, necessariamente lhe fa<sup>15</sup>ra esta justiça.<sup>16</sup>

Ha talvez ardor exagerado em<sup>17</sup> suas cogitações, uma certa [.....]<sup>18</sup> na mesma na coordenação das idéas,<sup>19</sup> consequencia talvez da precipitação<sup>20</sup> com que foi feito o trabalho ou<sup>21</sup> questão de temperamento. Isto é<sup>22</sup> para evitar em trabalhos scientificos,<sup>23</sup> especialmente em trabalho de Logica,<sup>24</sup> pois a Logica, de si mesma, deve<sup>25</sup> ser a precisão e a regularidade, a co<sup>26</sup>ordenação e o methodo.<sup>27</sup>

Não se limitando a repetir idéas<sup>28</sup> alheias e pretendendo concorrer com<sup>29</sup> alguma cousa propria para a obra<sup>30</sup> que [[e]]mprehende, o auctor recusa<sup>31</sup> o conceito tradicional da Logica,<sup>32</sup> e depois de criticar as definições<sup>33</sup> ||**Fol. 10f**|| /distinguindo-se os dois conceitos - materia<sup>1</sup> e espirito -, é rigorosamente neces<sup>2</sup>sario explicar um pelo outro, em<sup>3</sup> vez de ser pela materia que se deve<sup>4</sup> explicar o espirito, ao contrario, é<sup>5</sup> pelo espirito que se deve explicar<sup>6</sup> a materia. Isto mesmo já se come<sup>7</sup>ça a perceber e uma poderosa cor<sup>8</sup>rente se desenvolve neste sentido<sup>9</sup> nas mais altas espheras do pensa<sup>10</sup>mento, - 'O mundo diz Ludwig<sup>11</sup> Noiré, é um desenvolvimento do es<sup>12</sup>pirito' - E Denys Cochin, mais<sup>13</sup> recentemente, repete a mesma idéa<sup>14</sup> nestes termos: - 'ser não é bramir<sup>15</sup> como o oceano, nem brilhar como<sup>16</sup> o sol, nem rolar no espaço co<sup>17</sup>mo os astros; ser é sentir e pen<sup>18</sup>sar.'<sup>19</sup>

O Dr. Duarte de Barros adopta em<sup>20</sup> philosophia o ponto de vista hylozonta,<sup>21</sup> ou, segundo elle proprio se exprime<sup>22</sup> por outros termos, o ponto de vista do<sup>23</sup> monismo espiritualista. Mas não<sup>24</sup> justifica esta concepção, e passando a<sup>25</sup> desenvolver a materia propria da<sup>26</sup> Logica, fica o seu ponto de vista phi<sup>27</sup>losophico quasi sem influencia, li<sup>28</sup>mitando-se o auctor a fazer trabalho<sup>29</sup> de coompilação. Verdade que, dadas<sup>30</sup> as condições em que operou, mais<sup>31</sup> do que isto lhe era impossivel. Em<sup>32</sup> todo o caso, seu esforço foi considera<sup>33</sup> ||**Fol. 10v**||/vel, e com mais ou menos segurança,<sup>1</sup> com mais ou menos desenvolvimento,<sup>2</sup> o certo é que se occupou de todos os<sup>3</sup> pontos do actual programma do<sup>4</sup> Gymnasio.<sup>5</sup>

É um moço trabalhador e ar<sup>6</sup>doroso e tem paixão pelos estu<sup>7</sup>dos \philosophicos, em particular / [[pe]]la Logica. Seria nestas condi<sup>8</sup>ções injustiça dizer que lhe falta<sup>9</sup> o necessario preparo para reger<sup>10</sup> a cadeira de Logica. E isto<sup>11</sup> mesmo já reconheceu esta douta<sup>12</sup> Congregação, approvando-o no<sup>13</sup> último concurso. Que



*Apêndice Documental*  
*Parecer de Farias Brito*

tem<sup>/14</sup> para o ensino dessa materia<sup>/15</sup> o necessario preparo - [. ] - prova<sup>/16</sup>-o também por seus livros.<sup>/17</sup>

III<sup>/19</sup>

Em conclusão: sou de parecer<sup>/21</sup> que os dous candidatos Dr. Agliber<sup>/22</sup>to Xavier, Dr. Affonso Duarte de<sup>/23</sup> Barros devem ambos ser indicados<sup>/24</sup> ao Governo como estando nas<sup>/25</sup> condições do Código de ensino, art.<sup>/26</sup> 32, na parte em que se refere aos<sup>/27</sup> concorrentes que apresentam livros<sup>/28</sup> e provam ter o necessario preparo<sup>/29</sup> na materia em concurso, tendo<sup>/30</sup> assim direito á nomeação indepen<sup>/31</sup>dentemente de concurso. Cabe<sup>/32</sup> ao Governo resolver em de<sup>/33</sup>finitivo como julgar de<sup>/34</sup> conveniencia e justiça.<sup>/35</sup>

||**Fol. 11f**||

Tal é meu parecer. Esta doutra Congrega<sup>/1</sup>ção o completará carregando-o nas<sup>/2</sup> suas folhas e emendando-o no que<sup>/3</sup> estiver errado. Foi com dificuldade<sup>/4</sup> que o elaborei, por que me sinto sem<sup>/5</sup>pre muito embaraçado para servir co<sup>/6</sup>mo juiz, sendo quasi invencivel o<sup>/7</sup> constrangimento de que me sinto pos<sup>/8</sup>suido quando sou obrigado a me<sup>/9</sup> pronunciar sobre questões desta na<sup>/10</sup>tureza, em que [[h]]a interesses a ferir<sup>/11</sup> e direitos a respeitar. O que fiz foi so<sup>/12</sup>mente por dever.<sup>/13</sup>

Rio, 14 de Setembro de 1910.”<sup>/16</sup>

Raymundo de Farias Brito (assinado)<sup>/17</sup>

## APÊNDICE 5



## 5.1 Conclusões Filosóficas de Lógica e Metafísica de Carlos Teixeira da Silva e Simão B. da Costa Passos (1817)

SILVA, Carlos Teixeira da. & PASSOS, Simão Bernardino da Costa.

[1817] *Concluzões Philosophicas de Logica, e Metaphysica*. Rio de Janeiro: Impressão Régia. BN

### **Logica**<sup>/1</sup>

Capítulo Unico/

LOGICA he Arte de cogitar, ou Philosophar,/ isto he, Arte, que augmenta a Razão, e a re/ge no estudo da sabedoria.

O objecto da Logica são as Operações do/<sup>5</sup> Entendimento, em quanto tem capacidade de serem dirigidas á verdade./

O Entendimento he a Faculdade de Perceber, Julgar, Raciocinar./

Percepção simples he o acto, pelo qual o/ entendimento apprehende unicamente o objecto sem/ affirmar, ou negar delle alguma couza./<sup>10</sup>

Juizo he a Percepção clara da convenien/cia, ou disconveniencia de duas ideas, percepção/ tida por modo intuitivo./

As Fontes dos nossos conhecimentos são/<sup>15</sup> quatro. Sentidos, Intimo senso, Auctoridade ex/terna, Raciocínio./

Os Vocabulos são signaes de nossas idéas./

O character da Verdade he a Evidencia real,/ conhecida como tal./<sup>20</sup>

A Evidencia he de tres qualidades. Meta/physica, Physica, e Moral./

As condições, que deve ter cada huma des/tas Evidencias para produzir certeza explanaremos, se formos perguntados./<sup>24</sup>||p. 5|

### **Metaphysica**<sup>/1</sup>

Capítulo Unico/

METAPHYSICA he a Scientia, que com/templa as cauzas, e razões mais genericas das/ couzas eternas, existentes/<sup>5</sup> e possiveis./

### **Ontologia**/

ONTOLOGIA he a Sciencia, que contempla/ o Ente, e suas propriedades genericas./

O Ente ou he Necessário, ou Contingente./<sup>10</sup>

*Apêndice Documental*  
*Conclusões Filosóficas de Lógica e Metafísica*

Ente Necessário he aquelle, que repugna não/ existir./

O Ente Contingente não póde ser cauza/ de sua existência./

Repugna huma serie infinita de Entes Con/<sup>15</sup>tingentes, sem hum Ente Necessário./

O Ente Contingente não precedeo do Ente/ necessario por essencial emanação, mas sim por/ criação./

A criação, e conservação do Ente contin/<sup>20</sup>gente depende da livre vontade do Ente Necessario./||p. 6|

**Psychologia**/<sup>1</sup>

PSYCHOLOGIA he a Sciencia, que contempla/ as qualidades de nossa alma em quanto espirituaes./

A alma he huma substancia Espiritual, In/tellectiva, Volitiva, e Immortal./<sup>5</sup>

Substancia Espiritual he a substancia sim/ples, e cogitante./

A propriedade intellectiva já definimos no/ Capítulo de Logica./

A propriedade Volitiva he a potencia, pe/<sup>10</sup>la qual a alma livremente se determinará a abra/çar o bem, que apetece, ou fugir o mal que teme./

A immortalidade da alma he a perpetua com/tinuação de sua vida, e existência./

**Theosophia**/<sup>15</sup>

THEOSOPHIA he a sciencia, que fundada uni/camente nos principios naturaes, contempla a/ Deos, e seos attributos./

Existe Deos. Ente Espiritual, Unico: crea/dor: Providentíssimo; Conservador do Universo,<sup>20</sup> em huma palavra, Ente Perfeitíssimo./

RIO DE JANEIRO – NA IMPRENSA RÉGIA, 1817/

Com licença da Mesa de Desembargo do Paço/||p. 7|

## APÊNDICE 6



## 6.1 Provas do concurso à Cátedra de Lógica do Externato do Ginásio Nacional

O texto das provas são aqui reproduzidos – *ipsis litteris* – conforme publicado em duas edições consecutivas do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro), em 1º e 2 de Junho de 1909. A banca examinadora assim assume a responsabilidade pela autenticidade dos textos publicados conforme se reproduz abaixo:

“Assumimos a responsabilidade dos conceitos por nós emittidos e, se preciso fôr, faremos pela impresna. Não vai nisto indirectas á illustrada Congregação do Gymnasio: não absolutamente.

Assim fallamos para os leigos que nos queiram ferir com olhares ferinos de zoilos maldizentes.

As cópias conferem com os originaes.

A Commissão examinadora:

Dr. Eugenio de B. Raha Gabalia.

Dr. Rodolpho de Paula Lopes.

Dr. Paulo de Frontin.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”<sup>1053</sup>

Para maior clareza quanto à citações feitas a partir do texto das provas aqui reproduzidas, foi incluída neste apêndice numeração de parágrafos para facilitar a localização dos trechos citados no texto da dissertação.

### 6.1.1 – Prova escrita de Adrien Delpech

“Ponto N. 3 - Verdade e erro”<sup>1054</sup>

Srs. Juizes:

[§ 1] Conta Cicero, que Pythagoras tendo o primeiro entre os pensadores, tomado o nome de philosopho, respondeu a quem o interrogara a respeito da significação deste titulo:

[§ 2] A humanidade assemelha-se a estas immensas aglomerações de gente que se reúnem na occasião dos jogos publicos; uns vêm para vender e comprar, outros para colher applausos e coroas, outros, emfim, para serem simples espectadores. É assim que os homens vêm ao mundo, procurando a fortuna e os prazeres, a gloria e os triumphos, entregando-se, um pequeno numero, á contemplação e ao estudo da natureza das cousas.

[§ 3] Se no tempo em que o chefe da escola italica proferia estas palavras, o espectaculo da natureza e de suas leis bastava para alimentar a vida de um homem, numa época em que a historia se confundia com a legenda e não tinha quasi nada que contar, em que as especulações humanas desenvolviam-se inutilmente em redor de

---

<sup>1053</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4.

<sup>1054</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4.



alguns principios aprioristicos, que diremos, nós que recolhemos desde o tempo fecundo da cultura grega, a herança de 2.600 annos de intellectualidade evolutiva, e de trezentos annos de inducção e de experimentação intensa.

[§ 4] Mas se a philosophia se limitasse a uma egoista contemplação, ella não mereceria, de certo, o nome de “*sciencia scientiarum*”, que lhe foi dado. Preenchia outrora as immensas lacunhas de uma sciencia incipiente e falha. Une hoje harmoniosamente as diversas partes do soberbo edificio de nossos conhecimentos, e em todos os tempos teve a pretensão de fornecer aos homens um sólido ponto de apoio para suas acções e sua conducta moral.

[§ 5] O professor de logica, recebendo de vossas mãos o adolescente, que, passo a passo, vos acompanhou no dedalo da sciencia, abre-lhe o santuario das iniciações, semelhantes ao sacerdote dos templos de Memphys, que ensinava aos privilegiados os segredos dos numeros e os mysterios de Sathis.

[§ 6] Ao alumno que leu numa *physica* elementar, a formula de Meyer e de Joule: “Il existe une rélation numerique entre les quantites de travail detruit et les quantités de chaleur sensible correspondante”, elle mostra o Universo levado numa immensa progressão, de causa e de effeitos, e a força immortal mudando de aspectos como o Protheu da antiga fabula.

[§ 7] Faz surgir diante das vistas maravillhadas do neophito as grandes lições tiradas dos annaes do passado, alcança através do tempo e do espaço o instante em que a nebulosa primitiva se condensou no ether, acompanhando-a até o momento em que os planetas esvoaram do meio da massa cosmica quaes gaivotas do infinito.

[§ 8] E, das leis abstractas do pensamento, dos axiomas da sciencia; eleva-se até os principios superiores que regem a humanidade, nas suas faculdades, nas suas relações e no seu porvir.

---

[§ 9] ‘Erro e Verdade, Verdade e Erro’, todas as ancias da alma humana cabem nestas duas palavras; ellas lembram a legenda de Hercules hesitando na encruzilhada dos caminhos desconhecidos.

[§ 10] Eu acompanharei em primeiro lugar summariamente a humanidade ao través das idades, enumerando as diversas escolas philosophicas e synthetizando as suas opiniões.

[§ 11] As concepções cosmogonicas enchem a primeira idade do pensamento humano. O argumento de autoridade impera. Os discipulos seguem cegamente as tradições do mestre. O eterno antagonismo das escolas monistas e dualistas já separa as intelligencias, os jonicos, os eleaticos, os epicuristas, os discipulos de Pythagoras dão cada um sua interpretação. Não é de admirar que em opposição a um dogmatismo sem base, o scepticismo ironico já se insurja contra toda possibilidade de alcançar a verdade. Ao lado de scepticos sem grande valor, como Gorgias, Pyrrhon dá motivos serios de seu scepticismo; a mutabilidade das opiniões humanas no tempo, no espaço, na vida de cada um de nós; a defeituosidade de nossos sentidos, a falta de um criterio absoluto. Platão, pelo contrario, faz da verdade uma cousa real absoluta, as idéas existem de per si, são preexistentes, saber é propriamente lembrar-se: é por um ‘participação’ que conhecemos as idéas.

[§ 12] Já Aristoteles eleva-se contra semelhante asserção, e seculos antes de Condillac, estabelece o principio da nossa raça. A escola de Socrates se divide, cada ramo vai seguir sua natural evolução até a escola Alexandrina e a Scolastica.

[§ 13] O protesto do 17º seculo contra as entidades, leva Descartes ao realismo das idéas, como consequencia do seu criterio.

[§ 14] ‘M’étant avisé que dans cette phrase, ‘je pense donc je suis’, il n’y avait rien de probant que la constation de ce fait que tout ce que je conçois d’une façon claire doit en réalité exister...’

[§ 15] A esta concepção de verdade, já Locke vai oppôr esta constatação que nossas percepções são função de nossos sentidos, Berkeley, pensando elevar-se contra o sensualismo de seu predecessor, fornece ao scepticismo ideologico as mais terriveis armas demonstrando que o Universo é em realidade o que a nossa subjectividade o faz; e Hume, levando ao auge o argumento do celebre bispo, nega o principio da causalidade em si, considerando-o apenas no ponto da sucessão necessaria e limitando a alma humana a uma serie de phenomenos moveidos.

[§ 16] Diante desta anarchia, Kant trata de fazer a critica do conhecimento, conhecemos suas conclusões, idealista e parcialmente sceptico na critica da razão pura, limitando o conhecimento ao phenomeno e negando a possibilidade de chegar ao noumeno, mostra-se, pelo contrario, dogmatico na critica da razão pratica, dando como razão que todo acto humano é ‘um acto de fé’.

[§ 17] ‘O que a razão pura, diz elle, põe em duvida, a razão pratica que governa o mundo a aceita como certa’. Não tenho tempo para falar da escola do mestre, que com Spinoza, Fichte, Shelling e Hegel, cahio no pantheismo, como não posso fallar de Condillac, como não fallarei de muitos outros, por falta de tempo. Em presença das eternas duvidas, da eterna luta, o positivismo moderno resolveu desinteressar-se do incognoscivel: ‘o incognoscivel é o dominio da religião, declara Spencer; e Comte limita o dominio do conhecimento ‘Á la relation et á la succession des phénomènes.’ ’

---

[§ 18] O quadro, tal como acabo de o apresentar, não é animador, não é desanimador tambem, elle mostra a humanidade perseguindo a verdade através de todas as difficuldades, e estabelecendo relações de mais a mais complexas augmentando sempre o dominio de nossos conhecimentos.

---

[§ 19] Negação, affirmação representando a certeza sob seus dous aspectos: duvida e probabilidade, taes são as diversas phases ou os diversos estados da intelligencia em frente do conhecimento.

[§ 20] Num outro ponto de vista, o erro e a verdade constituem os estados antagonicos; mas o sujeito tem sempre consciencia de negar, de duvidar ou de affirmar, emquanto que innumeradas vezes acha-se inconscientemente no erro.

---

[§ 21] Vamos retomar succintamente as diversas escolas para estudar os seus systemas e seus criterios.

[§ 22] Para o dogmatismo a aquisição da verdade é possível, mas qual é o seu critério?

[§ 23] ‘A evidencia dizem alguns: mas a difficuldade é julgar desta evidencia. O delicado autor dos ‘Essais’ comprehendeu bem a difficuldade e a exprimio admiravelmente na ‘Apologie de Raymond de Sebonde, ‘Pour juger l’observation, il faut un instrument pour juger l’instrument il faut l’ observation, et nous voilà au rouet.’

[§ 24] Em opposição ao critério da evidencia outros allegam a veracidade divina como Mallebranche e Pascal, outros como Lemnais a opinião universal.

[§ 25] Os scepticos dividem-se entre duas cathgoricas, uns que negam a possibilidade de qualquer conhecimento certo, outros que como Kant, ao qual já me referi, negando a possibilidade de attingir ao conhecimento o ‘*ens in se*’ acreditam na possibilidade de conhecer o ‘*ens per accidens*’.

[§ 26] Scientificamente devemos limitar as nossas ambições nestes limites restrictos; as aspirações humanas estarão sempre de pé em frente do infinito, e o absoluto existe pelo menos na nossa alma como concepção innegavel:

‘Borné dans ses desirs, infini dans ses voeux.

[§ 27] L’homme est un Dieu déchu qui se souvient des cieux.’

Diz o poeta.

Mas praticamente como passar certos limites.

[§ 28] Como por exemplo resolver o conflicto que separa os aprioristicos dos idealistas da escola de Kant a respeito das idéas innattas.

[§ 29] Se se considerar a metaphysica como o dominio do possível, muito bem, mas nunca ninguem a encarou assim, se se considerar a metaphysica como o vasto campo das hypotheses irreductiveis, ella não é mais a scientia, ella nunca será a Scientia.

[§ 30] Podemos ter a certeza de nossa existencia porque viver e acreditar que se vive, se confundem como noção; podemos acreditar na existencia do mundo exterior por motivos correlativos, não sendo a vida pschycologicamente (sic) fallando outra cousa senão a reacção do sujeito em presença do objecto: podemos acreditar na lei da identidade do pensamento porque podemos conservar a nossa personalidade intellectual no tempo e transmitil-a aos outros, e por este mesmo motivo podemos acreditar no principio da casualidade e da uniformidade da natureza, mas não podemos conhecer absolutamente nem o sujeito nem o objecto de um modo absoluto.

---

[§ 31] O primeiro grande principio que domina a intelligencia humana é o principio da relatividade. Todo conhecimento tem duas faces; a toda noção affirmativa oppõe-se uma negativa, se bem que seja possível reunir num mesmo termo em que a ‘*connotation*’ e a ‘*denotation*’ sejam iguaes se confundem duas noções complementares. O segundo é o principio de ‘consistencia’ já affirmado pelos scolasticos; ‘*quid quid est, est*’ ‘*quid non est, non est*’.

[§ 32] O principio de Spencer; a impossibilidade de conceber o contrario, tem apenas um valor secundario porque aceitamos, ou temos tendencia de aceitar

muitas vezes afirmações indemonstráveis baseando-nos sobre a fé ou o sophisma da autoridade.

[§ 33] Bain admite no seu notavel capitulo sobre o ‘postulat universel’ diversos criterios concurrentes que se resumem harmoniosamente no principio da uniformidade da natureza.

---

[§ 34] *‘Est intellectus humanus intar spendi inaquatis ad radice rerum, qui naturam suam, naturae rerum uniscet, cumque ditornquet et inficit.’*

[§ 34A] Nada póde dar uma idéa mais perfeita das nossas propensões a errar, que esta phrase do imaginoso Bacon.

[§ 34B] Em opposição, a definição escolastica da verdade:  
‘Equatio rei et intellectus’. (sic)

[§ 34C] Tem a plasticidade e a concisão das formulas eternas. – É geral e definitiva, convem a todas as escolas que não cahiram no scepticismo absoluto.

[§ 36] Succede-me neste momento o que deve succeder a todos os viajantes que sobre no alto dos gigantes graniticos de nossa Bahia. Ficam confusos diante da multiplicidade dos pontos de vista. A seus pés estende-se o mar immenso que vai até os paizes longinquos, até as extremidades do globo; em frente delles a floresta mysteriosa desfralda o seu pavilhão auri-verde nas épocas do anno em que o outro dos ipês destaca-se na suave ramagem; mais longe eis a cidade dormindo no esplendor do sol e a corôa de montanhas que se perdem no horizonte.

[§ 37] Assim o philosopho nas alturas do pensamento, fica assombrado diante da multiplicidade dos pontos de vista.

[§ 38] Para esgotar mesmo em termos muito resumidos o ponto que nos coube por sorte precisaria enumerar todas as tendencias de nosso espirito para o erro sob a multiplicidade dos aspectos que escolheram os diversos pensadores: os sophismas de Aristoteles, as considerações de Wenell, as discriminações de Stuart Mil (sic) e de Bain, sem esquecer as ‘*idolas*’ de Bacon. Precizaria tambem resumir os principios de Newton com os escolhidos que as acompanham; precisaria poder deixar correr minha penna durante longas horas que não disponho.

[§ 39] Vejamos como o espirito humano se comporta nas suas pesquisas para chegar ao conhecimento da verdade.

[§ 40] Tomaremos como exemplo phenomeno da combustão.

[§ 41] Para os antigos o fogo é um elemento, para certos povos é uma divindade. Eis bem caracterizados dous periodos do conhecimento humano, conforme a classificação de Turgot e de Comte, estamos em frente da concepção religiosa ou metaphysica, é bom reparar effectivamente que a palavra ‘elemento’ nesta accepção não tem absolutamente um character scientifico que toma na chimica. Dizer que o fogo é um elemento, é explicar item por item, como diziam os escolasticos, não há relatividade, é uma tautologia, o primeiro passo dado no caminho da relatividade a respeito da combustão, data do 17° seculo, em que Stahl inventou o phlogistico; Stahl se enganou, mas o seu erro era baseado sobre uma observação, a do accrescimo do pezo dos oxidos que chamava corpos dyphlogisticados. Estava em contradição com a grande lei da gravitação, é real; mas tinha achado o fio de Ariadne que devia levar

Priestley e Lavoisier, a descobrir a relação positiva que procuravam. Todos os sábios do tempo aceitaram a descoberta, por que? É justamente porque estabelecia uma relação; nossa intelligencia precisa (sic) uma base para estabelecer um systema architectonico. Apesar das immensas lacunas que apresenta a theoria atomica, é hoje aceita por motivos identicos. Mas eis que Priestley reduz o oxido de mercurio e tudo se esclarece. Elle, é verdade, fica cego. Lembra os habitantes da caverna de Platão ou as palavras do psalmista: *Aures habent et non audient, oculos habent et non videbunt*. A amizade e admiração que tem para Stahl furam-lhe os olhos; eis bem caracterizado uma das *idola tribus* de Bacon. Porém Lavoisier não se deixa perturbar; a balança na mão que o peso do O e do Hg é o mesmo antes da combinação e depois. De uma vez estabelece duas relações definitivas; a combustão e a respiração são um único phenomeno e a aurora de uma grande inducção levanta-se sobre o mundo.

---

[§ 42] Vejamos uma outra grande ligação de causa a effeito: a da gravitação.

[§ 43] Para os antigos é um phenomeno; nada mais.

[§ 44] Uma primeira série de relação é estabelecida por Galileu e Kepler; sem o conhecimento da grande abstracção da inercia, a gravitação seria incomprehensivel.

[§ 45] Sem a descoberta das leis dos movimentos planetarios, não teria Newton provavelmente encontrado a formula geral.

[§ 46] Vejamos agora a sucessão dos phenomenos logicos e mentaes.

[§ 47] A observação leva Galileu ao descobrimento da attracção terrestre, a observação dos movimentos de Marte, as interpolações deductivas que revelam a Kepler a lei do movimento orbitario formam a segunda phase. Hooek presente a atracção universal, mas não encontra a formula.

[§ 48] Eis nos chegados ao periodo da hypothese.

[§ 49] Newton presente que o movimento da Lua é regulado pela mesma força que produz a attracção na superficie da terra. Queria poder desenvolver as considerações que o levaram á sua descoberta. A supposição de que a atracção se effectua da terra para a lua em razão inversa do quadrado das distancias, consideração sobre o movimento tangencial e circular, a verificação de que a lua cabe num minuto de 4m90 quantidade igual á queda dos corpos graves num segundo na superficie da terra e a deducção desta similitude, verificada sob diversos outros aspectos, porteriormente é que permitem a Newton formular a sua lei definitiva.

---

[§ 50] Assim no dominio da sciencia a verdade corresponde bem aos criterios que enumerei precedentemente.

---

[§ 51] Ao lado das verdades scientificas, existem as hypotheses architectonicas, ds quaes tambem fallei. A procura da verdade, sendo geralmente progressiva, o homem precisa martellar mil vezes ao co (sic) duro das suas pesquisas, para eliminar as escorias.

[§ 52] Lembro-me que há muitos annos visitei uma das tres ou quatro grandes usinas do mundo em que são fundidos os instrumentos de morte, destinados aos grandes exercitos modernos. Na sala immensa as fornalhas dardejaram as suas linguas de fogo e projetavam reflexos de sangue. Bruscamente abriram as valvulas dos crisões em que a materia em ignição dormia seu sono de fogo. Os elementos constitutivos da aliagem precipitaram-se, respingando, faiscando num furor brutal e soberbo.

[§ 53] Pouco a pouco socegaram correndo mansamente no molde onde se transformaram num bloco compacto, capaz de resistir á deflagração da polvora e á pressão dos lobuzes de ferro e de aço até o dia em que enferrujado pelo tempo, seria necessario atiral-o na fornalha.

[§ 54] Assim evoluem as idéas no meio do revolução dos imperios e da lucta das opiniões divergentes, unem-se, concretizam-se, impõem sua tirania ao mundo, e depois envelheceu até o dia em que novas gerações atirem ao crisol das hypotheses, a materia eterna do pensamento humano.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”

### **6.1.2 – Prova escrita de Geonísio Curvello de Mendonça**

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1055</sup>

[§ 1] Ha para o homem tres problemas distinctos, cujas soluções elle procura sempre e sempre as encontra, embora estas soluções defiram em cada phase da sua evolução. Estes problemas são: o bom, o bello, o verdadeiro. As suas soluções são: a politica, na sua significação completa; a arte, a philosophia, transformando-se para este termo, no passado, a significação que o mesmo tem nos tempos presentes, isto é, incluindo nelle a sciencia.

[§ 2] Como acima ficou dito, as soluções achadas vão variando a cada momento, o que logo leva a concluir que as mesmas são relativas ao gráo de evolução de cada povo ou melhor da reunião de povos cuja evolução é uniforme. É necessario, portanto, reduzir nossa analyse a uma só serie social para apanhar as leis da evolução que nos há de mostrar quaes foram as soluções achadas para os problemas acima mencionados. Estas leis da evolução, descobertas por Augusto Comte, mostram que cada serie social, bem examinada, passa por três estados successivos: theologico, metaphysico e positivo, o que o levou a denominal-a de leis dos tres estados.

[§ 3] A esta é preciso juntar a lei da classificação hierarchica das concepções que explica como os pensadores da idade theologica podiam ter concepções positivas em mathematica ou melhor em logica, etc. Cada uma destas tres phases é a consequencia de uma maneira de encarar o mundo. Primeiramente o homem anima tudo que o rodeia, como elle mesmo é animado, e esta interpretação do mundo, demasiado subjectiva, é extraordinariamente util para a sua vida (e para a nossa, pois os animaes são domesticados neste tempo pela sympathia que despertam), pois que ella é a única sahida possivel que se encontra.

[§ 4] Pois para observar é necessario uma doutrina e para ter uma doutrina são necessarias observações. Dahi nasce a logica dos sentimentos, logica restricta, que não póde ser voluntaria. Em politica esta idade funda a familia, o

---

<sup>1055</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4.

governo e mesmo o sacerdocio, pela conservação dos velhos, rudimento (sic) da igreja futura.

[§ 5] Quanto ao bello poder-se-há dizer que todos são poetas neste tempo, pois que o fetichismo leva a tudo olhar com sympathia. Finalmente, quanto á verdade, objecto que nos occupa, descobre os numeros e as operações de sommar, diminuir e multiplicar. Detenhamo-nos aqui, porém, para explicar o sentido proprio da palavra verdade.

[§ 6] Para isso precisamos distinguir entre o objectivo e o subjectivo, entre o homem e o mundo, assumptos permanentes das nossas cogitações. Esta distincção, que é capital, nunca foi bem comprehendida até Augusto Comte, pois o mesmo Kant, que melhor a esclareceu, não o fez de maneira a evitar duvidas futuras, como bem o provam seus discipulos directos, exagerando e restringindo as suas concepções.

[§ 7] Uma vez aceita esta separação, é preciso que aceitemos tambem que todas as idéas que aceitemos tambem que todas as idéas do sujeito contemplador são organizadas com materiaes fornecidos pelo mundo, de accordo com a 4<sup>a</sup> lei de philosophia primeira.

[§ 8] Postos estes principios, logo se conclue que o espirito, formando idéas com os materiaes que o mundo lhe fornece, póde combina-las de modo a representar a realidade exterior, com um gráo de approximação maior ou menor, mas sempre apreciavel, obtendo esta coincidencia notavel das suas cogitações com o espectáculo externo que constitue a *verdade*.

[§ 9] Os fetichistas, portanto, descobrem os numeros e as suas combinações, como as crianças o fazem nos seus primeiros annos. É este um primeiro gráo indispensavel e necessario da abstracção, que, extendida convenientemente a todos os phenomenos, levará o homem a descobrir leis immutaveis que regem os seres. O problema de conhecer a verdade fica desde então posto e mesmo a sua solução começa a ser apanhada. É evidente que os fetichistas não podiam descobrir as leis de todos os phenomenos, embora tivessem a attenção voltada para tudo e não para um canto do mundo.

[§ 10] É a lei auxiliar da historia já citada que permite pensar positivamente em arithmetica e fetichicamente a respeito do mais, da mesma maneira que é possível, sendo-se theologista ou metaphysico pensar positivamente em logica, astronomia, physica e chimica e mesmo em parte da biologia, sem que comtudo o espirito atinja a plenitude de conhecimentos, mesmo nestes assumptos.

[§ 11] Passando agora a considerar a segunda idade da primeira phase, para a qual a solução achada para os nossos problemas, temos a considerar os seus diversos aspectos, não sendo mais possível encaral-a num único, em virtude da sua menor homogeneidade.

[§ 12] Esta segunda idade da primeira phase se assemelha a primeira porque o homem ainda é o ponto de partida das explicações geraes: ha porem uma grande distincção a estabelecer na maneira de interpretar os phenomenos exteriores. O fetichismo suppunha tudo que o rodeava animado de vida, mesmo o que estava morto; o theologismo suppoz tudo morto, mesmo o que estava vivo. Consequencia logica de exagerada abstracção, conduzia este modo de ver a erros de toda sorte, mais difficeis de rectificar do que os dos primitivos fetichistas.

[§ 13] Esta idade é subdividida em polytheismo conservador: polytheismo intellectual, grego; polytheismo militar, romano; e finalmente monotheismo catholico. Para o fim especial, de conhecer a evolução da verdade, para distinguil-o, que nos preocupa bastará dizer que a esta idade se deve o desenvolvimento da arithmetica, criação da geometria, e observações diversas sobre astronomia physica (Archimedes) biologia (Aristoteles e Hypocrates) e sociologia e moral.

[§ 14] O erro, porém, perdura ainda e o estabelecimento do movimento da terra e, com maioria de razão, a descoberta dos bons instinctos na natureza humana, são impossiveis.

[§ 15] É preciso notar que esta época, embora menos poetica do que a anterior, deu lugar a grandes concepções desta natureza pela cultura isolada de alguns homens eminentes. Quanto a politica, a patria encontra todo seu desenvolvimento na admiravel civilização dos romanos.

[§ 16] A metaphysica se lhe segue permittindo, como mero dissolvente do theologismo, sem nada crear de estavel e o surto belissimo da sciencia. Bacon e Descartes como philosophos com Kepler e Galileu como auxiliares scientificos abrem horizontes novos a Humanidade já triplicamente preparada pelo impulso intellectual dos gregos, o militar ou pratico dos romanos e sympathico do catholicismo.

[§ 17] Pouco a pouco a sciencia vai reduzindo a ignorancia ou o erro, pois quem ignora, pensando sobre o que ignora erra, a limites cada vez mais estreitos, até que Augusto Comte fundando a sociologia e moral, reduzindo o saber espalhado pela sciencia a ama philosophia demonstravel, completa o edificio grandioso que é facilimo comprehender, embora tivesse custado o doloroso labor de todas as gerações passadas. O erro não é mais possivel porque cada questão que se nos propuzer será resolvida pelas sete sciencias classificadas de accordo com a generalidade decrescente e complexidade crescente dos phenomenos, isto é: logica, astronomia, physica, chimica, biologia, sociologia e moral. Tudo, porém, é relativo, e quando dizemos que o erro não é mais possivel, queremos affirmar que a falta de coincidencia entre os nossos pensamentos e os factos terá attingido o minimo do seu imperio.

[§ 18] Partimos do fetichista cujos conhecimentos se limitaram ás operações arithmeticas e chegamos á nossa época positivista, época em que os conhecimentos abrangem todas as escalas dos phenomenos. E é porque esta escola chegou até nós, tendo partido do mundo, modestamente, mostrando a cada passo que os phenomenos mais nobres são subordinados aos mais grosseiros, que a convicção se estabelece de que ella está completa.

[§ 19] Há, além desta fonte de erro que reside na ignorancia, naturalmente motivos outros que nos fazem errar, como quando applicamos mal os principios que regulam a solução de cada questão: (sic) Estes, porém, dependem da incapacidade do agente e a rectificação delles é facilmente feita pelos competentes.

[§ 20] Podemos affirmar, neste caso, que a verdade é evidente por si mesma, como diz Descartes, embora não seja evidente para todo mundo. Quando eu affirmo que uma pedra lançada do alto do mastro de um navio chae ao pé do mastro, quem me ouve, se conhece mecanica, ou lei de composição dos movimentos pela lei de Galileu logo descobre ser isso verdade.

[§ 21] Agora façamos algumas considerações sobre o ensino de logica por parte dos positivistas.



[§ 22] Todos os systemas philosophicos e religiosos criados até hoje não são mais do que instrumentos logicos para interpretar os factos objectivos e subjectivos: (sic)

[§ 23] Não será o positivismo um instrumento desta ordem? Ninguém poderá negal-o. Eis porque, sinceramente positivista nos propomos a ensinal-a, desejando tambem que outros mais competentes e como o mesmo espirito o façam.

[§ 24] Alias, poderíamos perguntar será possivel dar o programma deste gymnasio, seguindo-se qualquer doutrina philosophica?

[§ 25] Não, porque todos não se accordam com a sciencia, inclusive a ultima das metaphysicas sito (sic) é, a de Spencer.

[§ 26] Portanto se é necessario que todas as doutrinas se adaptem aquelle fim, porque é impossivel não se ter uma, parece-nos que a nossa tambem se poderá adaptar, e quiçá mais facilmente, como qualquer outra.

[§ 27] Para ensinar o caminho da verdade ou do bom raciocinar, de modo que o interior reflecta o exterior, as doutrinas de Augusto Comte são tão sufficientes como para afastar-nos do erro ou da falta de coincidencia do exterior com o interior.

[§ 28] Para isto a escola positivista dispõe dos methodos de deducção, observação, experimentação, nomenclatura chimica, comparação biologica com as escolas de logica communs, e ainda mais os de filiação historica e constructiva só ensinados por Augusto Comte. É preciso notar ainda que a mathematica fornece exemplos de todos estes methodos, apezar de rudimentares, a um professor poderá mostral-os aos seus alumnos antes mesmo de seu emprego se tornar necessario a constituição das sciencias seguintes.

[§ 29] O methodo é sempre mais importante do que a doutrina que se estuda a cada passo, salvo na essencial final, isto é, na moral, e é essencial que elle seja dada completo, para que possamos evitar o erro em todas as situações em que a vida nos colloca.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”

### 6.1.3 – Prova escrita de Ovídio Alves Manaya

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1056</sup>

[§ 1] A verdade, *veritas*, *verum*, é o que é, diz a escolastica, ‘*verum est quod est*’, é o ser, é o ente, é o phenomeno, é o que existe. É a adaptação, a conformidade do pensamento com o objecto. Foi-nos a principio revelada pela boca dos sibillos, dos augures, dos evocadores; depois, pela retorta e pelo alvião. Chegou o momento de renderem-se os factos ao naturalista e ao anatomista. É o microscopio que nos vem dar a verdade, pois foi com o seu poderoso auxilio que se póde constituir a embriologia de Kolliker, que nos mostra que o feto humano, para chegar á sua verdadeira fórma, passou por todas as fórmas da animalidade. A verdade nós é dada pela sciencia: mas esta está sujeita ao espirito philosophico da época, pois, á medida que uma época toma uma feição qualquer, as sciencias mudam logo de côr.

[§ 2] Os systemas philosophicos podemos reduzil-os a quatro: idealismo ou metaphysico, materialismo, positivismo e evolucionismo.

---

<sup>1056</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4.

[§ 3] Este ultimo systema pôde ser o evolucionismo mecanico, pratico de Haecker ou o philosophico de Noiré, tambem chamado agnosticismo ou criticismo evolucionista cujos representantes são: Kant, cujas doutrinas dominam ainda hoje no mundo philosophico; Spencer, que marca uma época na historia do desenvolvimento do espirito philosophico, e que pôde ser considerado um dos maiores evolucionistas modernos, pois fez em sciencias moraes o que Haeckel tem feito em sciencias naturaes. É este o systema que domina. A verdade, a natureza das cousas, não está na sua propria essencia e sim no evoluir, na sua transformação, pois vemos toda a parte o *fieri*, o *devenir*, o *icarden*, a transformação. Nietzsche nos diz que a palavra criação não corresponde á realidade; ninguem vê o principio e o fim da transformação; mas vê-se a transformação constante.

[§ 4] Com esta nova intuição monistica do mundo as sciencias deixaram cahir o involucro metaphysico e escolastico e se banharam por assim dizer nestas novas aguas. É a evolução, a transformação por toda a parte: de sorte que podemos dizer que o que não tem o cunho de evolucionismo não é scientifico.

[§ 5] Que evolução admiravel não houve do amiba (sic) ao homem? Que evolução extraordinaria desde a caverna do homem prehistorico, contemporaneo dos manouths e megatherios até os palacios de crystal moderno? Que evolução admiravel tambem desde o maracá do homem selvagem até o piano de Litz e de Robeinstein; desde o grito animal que se metamorphoseou no espaço e no tempo e tomou a fôrma admiravel da linguagem que hoje usamos, a qual passou por tres phases segundo Shelgel: monosyllabismo, aglutinismo, flexionismo, sendo augmentada mais uma – o analytismo de que fallou André Lefèvre.

[§ 6] Que evolução ainda notamos vendo que a ellipse, a parabola, a hyperbole, são o resultado da evolução do ponto que é a menor particula de espaço que se pôde imaginar. Que o riso humano prende-se ao riso animal; a responsabilidade humana que aquella abnegação que os passarinhos têm para com os seus filhinhos prende-se digo, é o ponto de partida da abnegação de Jesus Christo a S. Vicente de Paula?

[§ 7] Assim tudo é movimento. Baseado neste principio o philosopho Sergipano (sic) Tobias Barreto, tratando da lei de movimento e desenvolvimento de todos os seres diz: As flôres desabrocham, o mar estua, o leão ruga, o vento sibila, os passaros cantam, o sol brilha, o sangue circula, o coração palpita – tudo isto são phenomenos kineticos.

[§ 8] Se na evolução da humanidade o espirito philosophico tem variado, as sciencias que nos dão a verdade, tambem tem variado e portanto a verdade com ellas. Assim não ha verdade absoluta, toda a verdade é relativa.

[§ 9] O que é verdade hoje pôde não o ser amanhã, como a escravidão foi nos primeiros tempos um acto humanitario, um grande passo na senda da civilização e mais tarde tornou-se uma mostruosidade.

[§ 10] A verdade pôde ser subjectiva e objectiva ou empirica e scientifica, conforme nos vem pelo systema nervoso ou pelo processos scientificos estabelecidos pela logica, que dirige o espirito no caminho da verdade.

[§ 11] Tem-se estabelecido diversos criterios para se ter a verdade, como: a autoridade daquelle que a prefere ou diz, o senso commum, o senso universal a

inconcibibilidade da negativa estabelecida por Spencer; mas, exclusivamente, nenhum destes serve; o que serve é o emprego de processos logicos; paciencia.

[§ 12] *Erro*

‘*Error est quod non est*. O erro é a falta de conformidade do pensamento com o objecto.

[§ 13] Quando a verdade é subjectiva e objectiva, o erro é sómente subjectivo.

[§ 14] O erro póde ser resultante de causas internas e externas. As internas são intellectuaes e moraes. Tudo vem ou da falta ou estado pathologico do cerebro do cognoscente; ou é levado por algum sentimento moral, como o odio, a paixão, a sympathia, o amor, pois sabe-se que, segundo dizem, olhando com paixão o corvo é branco e o cysne é preto.

[§ 15] As causas externas do erro dão-se quando nos vem por intermedio do sensorio; quando o cognoscente não apanhou bem o objecto observado, digo, quando há interferencia de um corpo qualquer entre o cognoscente e o objectivo, como por exemplo: uma vara na água parece tórta, quando realmente ella é direita.

[§ 16] Bacon estabelece quatro especies de causas de erro, como: *idola tribus, idola specus, idola theatri, idola juri*.

[§ 17] Poderiamos ainda desenvolver, se tivessesmo tido tempo, a theoria dos sophismas que tambem são erros inductivos.

Rio, 17 de Maio de 1909.”

#### 6.1.4 – Prova escrita de Vital de Almeida

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1057</sup>

[§ 1] A verdade é a perfeita adaptação das idéas aos factos e das idéas entre si; e, como bem é razão, o erro deverá ser tomado em sentido contrario.

[§ 2] Estabelecida semelhante proposição, della decorre naturalmente que a verdade é toda ella relativa, valendo pelo tempo em que puder satisfazer a explicação dos factos de uma maneira mais precisa. Conhecidas de todos são as opiniões de Poincaré relativas á mathematica, de Mach relativas á constituição das sciencias physico-chimicas, bem como as de Ostwald, Duhem, etc.

[§ 3] Para só nos termos aqui a uma individualidade scientifica, abordoamo-nos ás considerações de Mach no que diz respeito á verdade.

[§ 4] Para elle, como para nós, a verdade é um producto todo elle humano, que se vai estabelecendo com mais precisão á medida que nos vamos aparelhando com os recursos necessarios a semelhante mister. Isto não implica, seja dito de passagem, que uma verdade, uma vez estabelecida, possa ser invalidade por uma outra que venha a ser conhecida posteriormente. Assim, a ter algum fundamento, ou o que é melhor, a ser verdade o que nos diz o Dr. Le Bom respeito á materia, poder-se-hia suppôr que a lei da gravitação universal viria a desaparecer por não mais se ajustar á explicação dos factos, cai, porém, não se dará, pois quando muito poderá

---

<sup>1057</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.

desaparecer a segunda parte da lei, conservando-se intacta a primeira, isto é, as cousas se passando como se os corpos se atrahissem na razão direta de suas massas.

[§ 5] Que a verdade, e aqui tomamos por base tão sómente a verdade scientifica, com exclusão da verdade revelada, o que é assumpto para outras considerações, peculiares todas a outra ordem de factos, seja relativa já nos está mostrando o modo por que se vai constituindo, ao ser estabelecida, tendo por base todas aquellas verdades já agora erros com que o sabio vai jogar, afim de melhor constituida compor-se com elementos mais precisos, pela mais perfeita adequação do pensamento aos factos, ou dos pensamentos entre si.

[§ 6] A prova, de que a verdade é isso que estabelecemos, nos é dada pelo desenvolvimento da *physica*, sciencia que parece hoje em dia atravessar terrivel crise, pois já se lhe nega a precisa objectividade. E, de facto, quem attentar nas diversas theorias, que nesse terreno se degradiam, não deixará de suppôr a crise apontada em sufficiente evidencia. Tal, porém, não se dá pois os *physicos*, consultados as suas opiniões, e dellas tirando quanto seja inteiramente pessoal, para só nos reportarmos ao que tenha de *commun*, são todos concordes em reconhecer a objectividade da *physica*, porquanto até hoje só por meio da *physica* foram conhecidos os *phenomenos physicos*, e só por meio de seus processos de investigação é que continuarão os mesmos *phenomenos* a ser determinados, bem como as leis da sua apparição e da sua variação.

[§ 7] Se nisto concordam os *physicos*, concordes ainda o são em assignar que os factos da *physica* só poderão ser conhecidos pela experiencia, pois que o mundo jamais poderá ser advinhado. E, para elles, a experiencia será o único criterio de verdade, pois a verdade só é verdade quando se deixa ver clara e distinctamente.

[§ 8] Se temos até aqui apontado o quanto a *physica* nos poderá encaminhar no estabelecimento do que seja a verdade, (e, se não fôra a escassez do tempo, dariamos um circumstanciado desenvolvimento das idéas notaveis de Rankin, Mach, Ostwald, Duhem, Poincaré, etc., bem como todas as consequencias philosophicas que poderiam ser tiradas da *physica* contemporanea relativas á questão; se, repetimos, nos temos cingido ás considerações da *physica*, é porque, devido ao lugar excepcional por ella occupado, melhor nos apresentamos para o que houvermos mister.

[§ 9] Mas se isto é, a theoria do conhecimento, (e por conhecimento entendemos tão sómente o scientifico), deixa muito a desejar; e a nós nos parece que ella deve ser refundida com bases muito mais precisas do que as actuaes, onde por alguns dados que possam ser verdadeiros, não deixam de ser notados outros. Constituidos por *hypotheses*, que são de si muito discutiveis.

[§ 10] Eis as razões que nos impedem de melhor discutir o ponto em questão; é com isso não queremos dizer que não tenhamos atacado o ponto na medida que elle deveria ser atacado.

[§ 11] Se nos é possivel dar o nosso modo de encarar a questão, como ella deve ser encarada, diremos em resumo que semelhante theoria do conhecimento só poderá ser constituida, tomando como elementos basicos as consequencias philosophicas todas ellas decorrentes de um estudo aprofundado da sciencia, nos seus diversos departamentos. Mas, se isto até agora ainda não foi tentado, resta-nos ao menos o consolo que as criticas estabelecidas pelos pragmatistas e as conquistas recentes da sciencia tenham-nos mostrado quanto de pequice se mostra nos diversos

systemas philosophicos, nos quaes se enquadre uma theoria relativa ao conhecimento.

[§ 12] Outro consolo nos restará ainda, e é de ver que a verdade perdeu um certo sentido com que a revestiam para se nos mostrar em toda a sua nudez, tendo por seguro fundamento a experiencia, criterio que jámais falhará, em que peze aos que ainda se obstinam em negar-lhe o justo valor.

[§ 13] Mas objectar-se-há, attendendo ás formas por que se nos apresenta o conhecimento, o criterio único da experiencia, classificaria de arbitrarias certas construcções, onde poderia dominar a razão. Isto, porém, que parece certo, só o é literalmente, porquanto, respeitadas os principios da identidade e da não contradicção, desde que as construcções theoricas se vão ajustando pela medida da evidencia que dellas se destaca, o fundamento único a que se apegam para se abordarem não deixa nunca de ser a experiencia provada dos factos a que tendem a explicar.

[§ 14] Assás dissemos sobre a verdade; resta-nos agora algumas considerações sobre o erro.

[§ 15] O erro se engendra em razão das mesmas causas psychologicas que engendram a verdade. Differem, porém, num único ponto: a verdade é o resultado feliz de uma pesquisa, o erro não. Muitas vezes, porém, o erro se nos apresenta sob a mascara da verdade: foi o que se deu com as determinações astronomicas feitas por meio das séries convergentes, sendo preciso a capacidade de Poincaré para mostrar o que nellas havia de errado.

[§ 16] O que acima apontamos para a verdade, tambem diremos para o erro. Antithese da verdade, para ser bem determinado, fôra necessario o estabelecimento de uma theoria do conhecimento e, o que mais é, o tempo necessario para uma discussão mais perfeita do assumpto, que nestes casos só poderá ser estudado nas suas linhas mais geraes.

[§ 17] Encarando os erros que possam ser estabelecidos, já nos juizos, já nos raciocinios, diremos que em relação aos primeiros o erro consiste na falsa relação estabelecida entre o sujeito e o predicado, já por uma affirmação, já por uma negação de convenniencia ou conteúdo. E esses erros se explicam pela natureza muito complexa dos conceitos que vêm a ser relacionados. As denominações de *idola tribu*, *theatri*, etc., com que são designados os erros, são devidas a Bacon.

[§ 18] Quanto aos erros que estabelecem a falsidade dos raciocinios, são melhor denominados por sophismas, e são relativos á deducção á inducção, como tambem os que poderiam ser designados por extralogicos.

[§ 19] Entre os sophismas, notam-se: a ignorancia do assumpto, a petição de principio, as falsas analogias, etc.

Rio de Janeiro (sic), 17 de Maio de 1909.”

### 6.1.5 – Prova escrita de Armando Dias

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1058</sup>

---

<sup>1058</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5-6.

[§ 1] O ponto enunciado cabe perfeitamente na esfera da philosophia. Sciencia basica para o raciocinio, ella produz o conhecimento da verdade pela indagação das cousas pela comparação systematica, pelos methods scientificos. Verdade (sic) no sentido philosophico é tudo quanto não estiver de encontro a razão, isto é, tudo quanto o pensamento não vem a repellir pelo absurdo ou inconsistencia do que foi enunciado.

[§ 2] Isto posto, é indispensavel estabelecer como premissa que no ponto em discussão ha duas grandes delimitações a fazer: sciencia e moral, ou, antes, conhecimentos que decorrem da demonstração concreta, experimental e outros que dizem respeito exclusivamente a mui delicada e insolúvel quasi fabulosa da finalidade das causas, do mysterio impenetravel das origens.

[§ 3] A sciencia que em tempos idos, na sua obediencia da igreja (*ancilla Ecclessae*) pelo dominio theorico que desde as antigas civilizações avassalava os homens e portanto as vidas, tanto é dizer: as consciencia foram pouco a pouco se libertando deste amplexo poderoso que lhe amortecia os surtos e assim recorrendo á experiencia, ao facto, ao exame, á analyse, poude apresentar no correr dos seculos conquistas taes que lhe tornam indispensavel o dominio, o triumpho para melhor garantia da humanidade, em suas multiplas descobertas na floração esplendida de tantos homens illustre que, mortos já, inda deslumbram os tempos hodiernos, vivendo por bem dizer em suas obras tiradas do esquecimento pela somma prodigiosa de commetimentos por elles praticados.

[§ 4] O problema da verdade em contraposição ao erro é mui complexo para em synthese ainda rapida poder analysal-o, discutil-o sob suas multiplas fórmas.

[§ 5] A antiga philosophia hellenica com Aristoteles e Platão, suas differentes escolas desde o Lyceo propriamente até os stoicos, scepticos, os cynicos, todos esses Socrates como Pythagoras, Democrito, Heraclito; Marco Aurelio e Lucrecio entre os Romanos, todos elles apegados á religião de sua época – o paganismo, são exemplos frisantes de que através do tempo existe perenne conflicto entre o homem, ser fallivel, e o incognoscivel. Aristoteles, discutindo a razão como força suprema, causa theologica da vida, Platão levantando a Idéa, ambos haviam antes e afinal indirectamente confessado sua esperança na immortalidade da alma, tanto os apavorava o desconhecido; são exemplos do que fica dito.

[§ 6] A religião pagã, o pantheismo, vicejando [...]

*[falta trecho ilegível nos originais consultados para esta transcrição]*

[§ 1A]... tão grande o poder scolastico, esses vultos e também outros como Scott Erigene, Duns Scott, os dominicanos, Giodano Bruno, Savanarola, em opposição á these religiosa, aos dogmas, não se degladiarm tanto tempo ante esse mysterio incomprehensivel: o além, tanto vale dizer a origem, a finalidade das causas, no começo e no fim?

[§ 2A] A Igreja Romana Christã, com esse passado estupendo de grandeza, nos offerece o mesmo spectaculo de luta entre a verdade e o erro.

[§ 3A] Nos primeiros tempos são conhecidos os grande schismas que abbalaram a cadeira de S. Pedro, o poder então enorme, incontestavel do solio

pontifício, já porque elle era um triumphante e derrocava os pagãos, já porque os nobres, os patricios, os principes o acolheram á sua sombra.

[§ 4A] Essas grandes lutas são conhecidas na historia sob os nomes: *arianismo*, *pelagianismo* e *manichismo*.

[§ 5A] Foram crises formidaveis em que entraram na luta papas, bispos e imperadores. O arianismo, de Ario, presbytero de Alexandria, em polemica com o Bispo Alexandre, ao ouvil-o sustentar o mysterio da Santa Trindade, negando Ario que o Filho proviesse do Pai e o Espirito Santo, produziu innumeradas refregas religiosas, muito sangue, portanto, innumeradas paixões, invadindo até os palacios e mais tarde o proprio mundo occidental christão. A proposito dessa grande crise religiosa foi convocado o famoso concilio de Nicea, em 329, a elle assistindo mais de trezentos bispos.

[§ 6A] Desse concilio resultou, como é sabido, a condemnação do arianismo, apesar de Ario, presente ao concilio, haver sustentado com a maior coragem as suas opiniões religiosas. Depois desse concilio, o Imperador Constantino, então *Basileus* grego, em Constantinopla, escreveu uma mensagem famosa a Ario e Alexandre, antagonistas, aconselhando paz e concordia, e mesmo porque não valia á pena atizar paixões em torno de taes discussões, envolvendo materias quase inapprehensiveis ao commum dos mortaes e accrescentava: '*porque não é prudente mostrar a verdade aos olhos da turba.*'

[§ 7A] Essa mensagem, esse rescripto imperial, é, na phrase de Broglie, historiador catholico, e, portanto, insuspeito, um modelo de argucia politica.

[§ 8A] O *arianismo* feneceu, acabando depois de uma luta encarniçada entre varios bispo e arcebispo no Oriente Catholico, na Transylvania, pobre e humilhada.

[§ 9A] O *pelagianismo*, outra crise religiosa, teve origem na heresia sob ponto de vista dogmatico, romano, de Pelagio, também ecclesiastico, sustentando que o homem não podia comprehender o peccado original, visto Christo ser summamente bom e religioso.

[§ 10A] Contra elle appareceu na liça Santo Agostinho, defendendo as escripturas e sustentando a pureza da doutrina evangelica. Foi intensa a luta, mas a protecção secular a serviço da Igreja promptamente domina esta heresia, restabelecendo a unidade religiosa, tão cara á Igreja.

[§ 11A] Seguiu o manicheismo, de Manel ou Manés, originario da Persia, protegido por Saper I, Imperador do Iram, isto é: monarcha persa, mais tarde, porém, esfolado vivo por ordem de Behran, novo soberano.

[§ 12A] Suas idéas eram um mixto de doutrina de Zoroastro, sustentando dous mundos, um *sensível*, outro *incognoscível*, sendo a luz a expressão da substancia divina, ultima *ratio* da Divindade.

[§ 13A] O tó ór grego, de Aristoteles, era para elle a luz fonte da vida e energia. Seus livros perderam-se, queimados por ordem do clero.

[§ 14A] Apezar disso o manicheismo, condemnado por Tertuliano, invadio o mundo christão, [...] o Oriente, o é assim que S. B[.]ve, profundo critico francez, estudando esta chamada heresia, explica as orgias de seu culto, a dissolução dos costumes, entre os partidarios da doutrina, pela influencia asiatica, pelo sensualismo

tambem tão impregnado nas raças orientaes. O manicheismo chegou até á França, entre os Albigenses e extinguiu-se sem deixar vestígios.

[§ 15A] Depois dessas crises, já antigas, surgiu na Igreja a grande, a perigosa luta da reforma do século 16.

[§ 16A] Falar em Luthero é recordar a energia que desenvolveu esse monge, impulsivo, terrível, contra o Poder inconstável, temido do Papado. São factos conhecidos sua excommunhão, a rebelião contra Roma, seu comparecimento ante o concilio de Augsburgo, na presença de Carlos V, que, ao que dizem chronicas do tempo, fingia dormir, enquanto Luthero desenvolvia sua doutrina.

[§ 17A] Parece que, em se tratando de um facto qual ‘a verdade e o erro’, é impossivel deixar de abordar esses grandes conflictos religiosos, inseparaveis em todo o tempo das paixões humanas, pretendendo sempre, em seu orgulho, assentar numa crença final, bloco de granito, inabalavel, eterno.

[§ 18A] A philosophia é succedanea na historia, quando estuda esses grandes abalos das idéas, da alma, do pensamento humano.

[§ 19A] Se a Historia, na phrase lapidar de Renan, é um escandalo permanente, parece, entretanto, que sendo philosopho, na accepção profunda do termo, não é preciso tanta paixão, tamanha indignação ao ver, ao sentir a cadeia de injustiças e horrores que, em todos os tempos, aferrou a humanidade.

[§ 20A] No desfile de homens e escolas é sempre o mesmo embate de paixões.

[§ 21A] Bacon, escrevendo *o Novum Organum*, depois do velho organum de Aristoteles, em que o chanceler inglez (refiro-me a Bacon), tão grande na especulação philosophica, como fraco de character, ao que reza a história (com[...], protegido dos Stuarts), reagiu pela primeira vez facto extraordinario, contra a escolastica, que debatia as questões aridas, sem base concreta, de nominalismo e realismo, firmando que a observação, a experiencia era única regra possivel na sciencia humana, abrindo assim um mundo desconhecido até então ás intelligencias: logo a seguir, vemol-o atacado por Kant, este por sua vez, apezar do gennio philosophico profundo, produzindo a critica da razão pura (Kritik des reinem Vernunft), a critica da razão pratica, a Analyse transcendental, etc., o foi igualmente por todos seus successores, inda mesmo intitulado-se seus discipulos. Fichte, Schelling a seguir se não respeitaram o arcabouço magistral da obra do Mestre.

[§ 22A] Um dos maiores genios allemães: Hegel – philosopho ontologista imanente, autor de um tratado de logica, incomparavel pela riqueza da imaginação, elevação da linguagem, pensador que na opinião de Taine, é o maior pensador produzido pela Allemanha, não tem agora sua obra considerada como simples marco da estrada interminada da Philosophia?

[§ 23A] Esta sciencia não tem acaso tantas escolas, todas essas sustentando que estão com a verdade? Na Allemanha é um grupo respeitavel, a começar por Kant, nascido em Koenigsberg e onde sempre viveu e morreu, solteiro, sem família, entregue às especulações espirituais.

[§ 24A] Da sua época pouco resta hoje, sendo ella entretanto que levantou a questão do *eu* e do *não eu*, creando os *nonienas*, genial concepção philosophica que devia necessariamente produzir outras.



[§ 25A] Leibniz, não menos eminente pensador, homem protegido da fortuna, cartearando-se com príncipes, protegido do Duque de Anhak, diplomata por distração, indo a Pariz e Londres, a Amsterdam, ao serviço então do Duque de Banswich, produz a *monadologia*, as *monodas*, celebre criação de sua escola, ‘sem janellas para o mundo’ como elle dizia espirituosamente, cahindo de cofre sobre nossos nervos, produzindo as emoções, a vontade, o pensamento, a sensibilidade, etc.; que resta disto?

[§ 26A] É outro marco na estrada philosophica.

[§ 27A] Chegamos afinal a Schopenhauer, philosopho materialista, autor do afamado: *Welt als Wille und Vorstellung* ou em vernaculo: O mundo como representação e como vontade. Esse philosopho, que tantos males causou com a doutrina pessimista, apesar de homem feliz, endinheirado, pagando na Italia, Terra asiatica, o tributo inseparavel do homem e do artista ás bellas mulheres (leia-se a respeito em Ribot, ‘*Pyschologia* (sic) de Schopenhauer’) e das maravilhas da renascenças, entiché de *bonne tisonne*, como diz com ironia seu critico, já apontado, préga *nirvana*, o desaparecimento pela morte, o suicidio!!!! É um seu discipulo M[.]laemd para lhe seguir as pégadas mata-se exclamando:

A vida é a morte.

[§ 28A] No entretanto, Schopenhauer, filho de uma mulher de talento, intima de Goethe, em Weimar, quando rebentou a peste em Berlim, em 1848, fugio para Colonia... onde sua sinceridade philosophica?

[§ 29A] Assim nos seus ‘l’arga paralipomena’ recheiado de maximas abstractas e absurdas.

[§ 30A] E todo elle, Schopenhauer, suppunha dizer a verdade, explicando o erro da vida com suas miserias e vicissitudes.

[§ 31A] Finalmente ainda, entre esses philosophos transviados da *dritta via*, para fallar a linguagem bronzea de Dante, avulta, ultimo na escada – o tão fallado Nietzsche.

[§ 32A] É o autor do *Superhomem* (sic), criação enfermica de um cerebro doentio.

[§ 33A] Fallecido em 1901, (sic) sempre doente, assim se explica que tão vasta intelligencia cahisse em taes desvaneios. No seu livro, extraordinario pelo incomprehensivel ‘*Als sprach Zarathusta*’ elle suppõe um dialogo com uma divindade e assim préga a omnipotencia do homem em luta contra as paixões e vencendo pela *vontade*, e pela energia.

[§ 34A] Filia-se a Kant, unicamente nesse ponto, isto é: estatuinto a vontade como alavanca suprema da vida, força que nos deve levar ao infinito.

[§ 35A] Sua biographia: Frau Salomé, citada com elogio no livro profundo de Ed. Schuré (*Précurseurs et Révoltés*) diz que elle era um infeliz e conclue:

[§ 36A] Não era um homem mas um inconsciente (Nicht ein maun aber ganz umbewusstlos).

[§ 37A] Tres escolas philosophicas partilham assim o mundo occidental, e digamos mesmo oriental.

[§ 38A] A philosophia e a sciencia allemã com Hackel, Werchow, Helmholtz são accentuadamente transformistas.

[§ 39A] Para Hackel o monismo, no seu livro (Origem da Creação) da celula no famoso bathibius Hackelii na *monera*, no *amiba* (experiencias de Huxley, de Bersel) está a materia prima da vida. Não há intervenção nenhuma sobrenatural, é simples mecanismo a formação do ser em todas as escolas, ainda mesmo a primeira da serie: *o homem*.

[§ 40A] Para os Inglezes, tem-se como principio basico a *evolução*.

[§ 41A] Assim Darwin, Stuart Mill e Spencer.

[§ 42A] É uma questão complicadíssima essa do *Darwinianismo* ou evolucionismo.

[§ 43A] Na origem das especies (origin (sic) of species), Darwin fundou magistralmente a escola.

[§ 44A] Antes delle, porém, Lamark, Patrick Malthus, outro inglez, Robert Wallace; em 1858 exactamente quando appareceu o trabalho deste sabio, tinham tido a intuição do problema.

[§ 45A] O ultimo até escrevera a Darwin da India, onde então se encontrava, remetendo seus trabalhos ao transformista illustre, informando que estava em vésperas de publicar o livro que devia immortalizal-a. Imagine a posição delicada de Darwin?

[§ 46A] Este facto é citado no livro curioso: “Problemes de l’histoire de Margeole.”

O dawinismo, porém, resolveu o problema das especies?

É possivel afirmal-o com energia?

Deixo a mais doutos fazel-o.

[§ 47A] Peço licença entretanto para dizer que em relação ao problema emocionante do homem e sua origem, parece que, ainda que impreciza, algo possa apparecer a verdade.

[§ 48A] É assim que recentemente no departamento de Correse, em França, numa caverna profunda os abbdes Bouissony e Brisson descobriram um craneo enorme perto de uma aldeia chamada Les Saintes, e desenterrando-o cuidadosamente, foram pressurosamente entregál-o a anthropologistas eminentes. Heim, Reinchbredt, allemão, examinando-a a esse craneo em Baser, na Sulssa, attribue-lhe pelo menos vinte mil annos... idem Bruce, directo da *Revue Anthropologique*, enthusiasmado ante essa descoberta.

[§ 49A] Antes os craneos de Neuderbad, de Dubois, hollandez, pesquisando em Java, tambem haviam feito descobertas dignas de apreço.

[§ 50A] O grande problema, entretanto, prece que não cedo será resolvido a contento, parecendo que ao homem é vedado resolver, devassar este profundo mysterio – a origem.

[§ 51A] Voltaire, espirito fecundo deffensor de Callas, Silvain, etc. dizia sempre que a philosophia é um brinquedo para entreter o orgulho humano pois que termina sempre por uma incognita.

[§ 52A] Se na escola allemã encontramos o transformismo, na ingleza, patria de Locke, Hume, Macleod etc. homens frios e calculistas, deparamos com o evolucionismo. Vamos agora á França para analyzar o ecclletismo.

[§ 52B] Não há ahi, em terra franceza, tão rica entretanto em homens extraordinarios (sic) um vulto que se aponte como philosopho profundo, creador, que tenha revolucionado a sciencia.

[§ 53A] A minha modesta penna acóde, é certo, o nome de Augusto Comte, philosopho e pensador, autor de Systema de Politica Positiva e synthese subjectiva (sic).

[§ 54A] Grande intelligencia, conhecimento encyclopedico, o que é innegavel, fizeram delle um astro no mundo scientifico.

[§ 55A] Suas idéas capitaes partem da leis dos tres estados, da vida subjectiva e objectiva: se grandes são, sem duvida, não parecem originaes, pois antes delle Turgot quanto à lei dos tres estados, a havia dito, e em relação á vida subjectiva, influencia dos antepassados, prestigio da tradição, dos mestres, etc., com o succedaneo de sentimentos inferiores e superiores, etc., etc.; se encontra o mesmo em quasi todas as religiões, desde Confucio e Brahma até a crença *shitoista* que domina o Japão.

[§ 56A] Não é exemplo disso a fama, a coragem heroica etc., dos Japonezes diante de Porto Arthur, em Mukden, um Tsushima, em Lyao-Uang, em Cha-Ho, etc.,? E as ceremonias do culto *shintoista* chamado os mortos, não é concludente?

[§ 57A] Até alimentos, flôres lhes offerecem os que subsistiram.

[§ 58A] Das religiões, com excepção única do *Budhismo* que diz categoricamente que tudo aqui acaba, não há doutrina que não acene ao homem com o infinito.

[§ 59A] O mahometismo apesar do seu fatalismo ainda préga a immortalidade.

[§ 60A] E o christianismo?

É excusado entrar em detalhe, pois seus dogmas e doutrinas são bem conhecidos.

[§ 61A] Assim, a verdade e o erro são inseparaveis da vida humana.

[§ 62A] A doutrina positivista refuta o erro anthroponcentrico; é fechada, não diz nada além da vida.

[§ 63A] Da vida e da morte não cuida, isto é, sob o ponto de vista da origem e do alhem.

[§ 64A] Parece que é uma doutrina propria para um escól, única para uma nação.

[§ 65A] Na sciencia arvora como méta o que estabelece; tudo está na phase positiva.

[§ 66A] E o futuro?

Então a humanidade nunca mais evolue?

*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

[§ 67A] Se suprime a Igreja Romana e toda a igreja constituida institue uma outra crença: a da *humanidade*.

[§ 68A] Na politica prêga o despotismo, a dictadura militar ou civil, exemplo: quando offereceram os positivistas ao fallecido Imperador D. Pedro II proclamar-se dictador, idem ao fallecido Marechal Deodoro.

[§ 69A] São factos.

[§ 70A] Assim na sciencia, ao lado das grandes descobertas mecanicas, medicas, etc., é inegavel o surto philosophico que a verdade e o erro são contingencias inseparaveis da propria humanidade.

[§ 71A] Assim, sciencia e religião, são forças enormes que devem marchar quase paralelas, isto é, nunca se encontrando.

[§ 72A] É o parecer de homens como os Boudroux, Dastre, etc.

[§ 73A] O grande pensador allemão Goethe dizia o mesmo.

[§ 74A] Assim também James Well escrevendo “Religião Sciencia”, Ristchel, etc.

*Pragmatismo*

[§ 75A] Nem tudo se resolve no intellecto – é um pensamento profundo de Pasteur.

[§ 76A] Luthero dizia que o materialista escondia pelo menos cinco tyrannos.

[§ 77A] Que importa que um espirito como *Renam* tenha dito, inaugurando seu concurso em 1864, na Sorbone: Il n’y a que la verité que tienne.

[§ 78A] Mas onde está a verdade?

Eis a questão.

[§ 79A] Assim, analyzando, como fizemos rapidamente todas as escolas philosophicas, calando mesmo um Lange, um Barão d’Holbach, um Lamarthie, um Broussais, um Cabanis, vemos que nenhum delles diz, descobre onde está a verdade.

[§ 80A] O teclado philosophico é sempre desafinado, dizia Cousin, aliás philosopho ecclético.

[§ 81A] Assim verdade e erro são a contingencia da propria vida.

[§ 82A] A verdade parece estar no character, na moral, no bem, em uma palavra na honestidade.

[§ 83A] É o que parece mais simples e como tudo que é simples... poderoso (Machiavel).

[§ 84A] De que serve tamanhas polemicas em torno de um Descartes, de um Spinoza?

[§ 85A] Nenhum delles resolveu o grande problema humano.

[§ 86A] Assim tambem a Encyclopedia, apezar de Diderot, de D’Alembert, Rousseau, etc., todos esses mestres de então cahiram.

[§ 87A] Assim, o mundo é a evolução, é a marcha para o futuro.

*Feci quod potui, faciunt meliora potentes.*

[§ 88A] Que me releva a illustre congregação o desalinho da phrase, a rapidez da synthese em assumpto tão vasto.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”

### 6.1.6 – Prova escrita de Affonso Duarte de Barros

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1059</sup>

[§ 1] Poder-se-há dar definição exacta e perfeita, não diremos que these sobre a qual vamos dissertar e que nos coube por sorte, mas de quaesquer alvos ou objectivações philosophicas?

[§ 2] Eis a primeira interrogação que se estadeia ao espirito do investigador, do analysta e do sábio merecedor deste nome.

[§ 3] Para sermos correcto com o nosso credito scientifico, com as normas, dentro das quaes agimos e pensamos, responderemos á pergunta acima formulada *negativamente*. Em outras palavras:

[§ 4] A verdade e seu termo antonymo – o erro são duas entidades abstractas, de existencia subjectiva, sem corporificação. Uma e outra só existem em nosso *eu*, em nossa *psyche*.

[§ 5] Outros diriam que se nosso expressar traduzisse a *fidelidade real* e logica não existiria a sciencia que é, conforme pensou Littré, – ‘*o poder dos seculos, combinado com o poder dos genios.*’ Se harmonizam perfeitamente os dous grandes e intensos factores de toda a civilização – o tempo e a autoridade scientifica.

[§ 6] A illustrada Congregaçã do Gymnasio Nacional não formula, porém, nenhuma pergunta, nem busca investigar se os dous termos que epigrapham esta prova são ou não definiveis.

[§ 7] Não ha duvida que erro e verdade são as duas extremidades do pensamento humano, os dous pontos de mira da immensa pugna (sic) não só da sciencia como da religião.

[§ 8] Já houve quem o dissesse ‘a lógica é a culminancia do verdadeiro’; mas também não soffre contestação é que nos falta um criterio seguro, fixo, immutavel, para determinar-se onde a verdade ou onde o erro. (sic)

[§ 9] Aquilo mesmo que uma systematização philosophica e scientifica estabelece, determina e proclama ser certo, demonstravel, inilludivel, evidente, categorico, outra systematização, outro architectar, dito também scientifico, vem provar ser illusorio e fantastico.

[§ 10] No intrincado e majestoso labyrintho das idéas no drama constantemente desdobrado do progredir, no evoluir das épocas, no estupendo armazem dos conhecimentos humanos não se póde dogmatizar e dizer imperativamente: – ‘tal doutrina é falsa, tal outra é a única verdadeira’. Vejamos:

[§ 11] A humanidade tem passado, e isto é corriqueiro e historico, pelos estadios – 1º animismo naturalistico, 2º polytheismo e 3º monotheismo.

---

<sup>1059</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 6.

[§ 12] Onde a verdade destas doutrinas e destas phases religiosas, onde o erro?

[§ 13] O animista dirá que tem a verdade do mesmo modo que o polytheista ou o monotheista. Desta luta não se poderá dar a victoria a este ou áquelle grupo. A nós outros occidentaes e de raça latina parecerá que a questão esteja mal encaminhada, ou em posição instavel, e com esta orientação, *dogmatizando*, diremos:

[§ 14] Em sua quasi totalidade os povos e as nacionalidades são monotheistas e nesta explicação da phenomenologia social-religiosa queremos buscar a verdade.

[§ 15] Paginas bellissimas sobre a verdade escreveu o brilhante espirito de Max Nordau, na sua obra Paradoxos. Buscaremos transcrever para aqui o sentir profundamente didactico da extraordinaria cerebração allemã.

[§ 16] Consta-nos que em tempos idos, na phase collegial, um seu companheiro divertira-se crivando um papel em branco de pontos, com tinta differente, muitas vezes, e depois reunia estes mesmos pontos (fossem quaes fossem suas disposições), construindo paisagens, figuras de animaes e de cousas diversas.

[§ 17] Nordau affirma que a hodierna systematização philosophica imita o divertimento de seu companheiro de collegio; faz sentir que taes pontos no papel em branco representam os phenomenos cosmicos, biologicos, ou sociaes, e que as figuras, as paisagens, lembram o architectar da sciencia.

[§ 18] Isto posto, entremos a analysar quaes as modalidades philosophicas mais importantes.

[§ 19] O preclaro mestre deste Gymnasio, Dr. Sylvio Romero ensina que a quatro podem reduzir-se os systemas philosophicos:

[§ 20] Monismo, dualismo, Positivismo e Criticismo evolutivo kanteano; e assim fazemos para mostrar ainda uma vez a veracidade, a logica do sentir de Max Nordau.

[§ 21] O monismo explica o mundo, o homem, os phenomenos e as cousas como tendo uma origem única e nesta unidade quer descobrir a verdade. Thales, Pythagoras, os Eleatas, o Budhismo, no Oriente, são monistas. Notamos, embora de passagem, que é esta a tendencia mais pronunciada da corrente scientifica. Sua divisa é dada pelo vocabulo latino – *Scimus*.

[§ 22] Qual seja, porém, a unidade fabricadora do universo e dos seres é o que não se estabeleceu até hoje: é, podemos sentil-o, o eterno sonho martyrizante da humanidade.

[§ 23] Estará, acaso, o Monismo, a verdade, seja elle explicado a Descartes como fórma de movimento, seja explicado a Haeckel, como plasma e formador do planeta, dos mundos e do ontologismo (mundo dos sêres).

[§ 24] Iniciamos esta prova graphando que as definições eram sempre imperfeitas e falhas e como as definições escrevemos tambem que as verdades participavam desta duvida. É precizo, faz-se mister gravar e dizer agora que, se tivéssemos de nos inclinar, sim, se quizessemos nos abrigar a um florestal digno de admiração o fariamos no vasto campo do monismo.

[§ 25] Ou se reduza tudo que existe a força, ou á energia animica, como querem William Crookes, A. R. Wallace, Alexandre Aksakof e companheiros, ou se corporifique numa unidade – X ou Deus. O que nos parece mais justo e mais veridico é que a modalidade philosophica monistica sahe triumphadora entre as outras no renhido debate das idéas.

[§ 26] O dualismo explica os mesmos factos com uma dualidade de vistas. Tem igualmente como divisa o mesmo tempo latino.

[§ 27] A elle tambem pertence grande numero de religiões e de scientists, desde Socrates e Platão até S. Thomaz e seguidores.

[§ 28] O positivismo foi estudado ou melhor presentido desde a antiguidade grega. Tem tido seguidores da importancia de um Condorcet, Saint-Simon (foi por onde o Positivismo iniciou-se), Quetelet, isto para não fallarmos nas theorias de Montesquieu e de seus adeptos.

[§ 29] Já Aristoteles, o excepcional genio grego, fallava e ensinava as leis moraes querendo ou iniciando a Codificação da Moral, isto há dous mil annos.

[§ 30] Seguiram-lhe os passos na descoberta destas leis Diderot, George Leroy, Cabanis, Gall e finalmente Augusto Comte – o fundador official da Sociologia e grande sequito de actuaes scientists.

[§ 31] Mas, se bem que o positivismo tenha dado largas explanações á sciencia – é, dizemos nós, e provaremos opportunamente, dogmata.

[§ 32] Quer encerrar o pensamento e estreitar o ambito da sciencia; vai de encontro à lei evolucional. Seu ponto dorsal é a lei dos tres estados, e esta não se verifica.

[§ 33] O homem parece mais e mais tender para a religiosidade, seja seu credo synthetizado num tosco lenho, seja symbolizado no trabalho, por meio, *verbi gratia*, de um esquadro ou de uma espada e de uma balança, se o divinize num principio immanente da cousa.

[§ 34] A humanização até das cousas as espiritaliza.

[§ 35] O positivismo é, pois, transitorio e para elle a verdade é o phenomeno.

[§ 36] Esta phenomenologia nos arrasta fatalmente ao apparente, pois o verdadeiro é o visivel, o que se nos mostra, isto é, o phenomeno em si – é enganoso e falso.

[§ 37] Nordau diz-nos que o homem falla da distancia da terra a Syrius e não obstante não se sabe ao certo a distancia que media entre o observatorio de Washington e o de Boa Esperança.

[§ 38] Kant tem seu maximo merecimento, porquanto foi o primeiro a estabelecer o agnosticismo, a relatividade dos conhecimentos. Parte da duvida e chega á certeza. Admitte a possibilidade dos phenomenos, a sua concebibilidade da sua natureza e faz sentir que o mundo exterior, o não eu, vem sempre impregnado absolutamente de nossa subjectividade.

[§ 39] Depois deste ligeirissimo desdobrar das philosophias, nos seus varios aspectos, perguntamos:

Onde a verdade? Onde o erro?

---

[§ 40] Deixemos agora este modo amplo de philosophar e indaguemos mais particularmente, mais detalhadamente o que seja a verdade e o erro de accôrdo com os compendios em voga: Stuart Mill, Bain, Sortaris, Morselli, J. Balmes e outros.

[§ 41] ‘Verdade, disse-o De Maistre, é uma equação entre o sentimento e as cousas’.

[§ 42] Para Santo Agostinho – é o que é. – *perum est isd quod est.*

[§ 43] Póde ser considerada debaixo de certo aspecto como a relação exacta entre o sentir e o expressar.

[§ 44] Dividem na em logica, metaphysica e moral.

[§ 45] A logica é a que estabelece a identidade perfeita entre o sentir e as cousas, é a relação directa entre o objectivo e o subjectivo.

[§ 46] Contrario da verdade logica é o erro.

[§ 47] A metaphysica é o que se firma em realidade abstractas, ou que busca mostrar a essencia das cousas.

[§ 48] A moral é o que se acha depende do nosso criterio intimo. Estabelece laço harmonico entre o que se expressa e o que se sente realmente.

[§ 49] Erro, segundo os compendios já citados, é a não conformidade do que se pensa com os factos.

[§ 50] A verdade é o grande objectivo da logica que muitas vezes é definida – a sciencia da verdade. E esta póde também, conforme autores diversos, ser dividida em experimental, physica mathematica e moral.

[§ 51] As palavras evitam que entremos em analyses mais minuciosas.

Causas dos erros.

[§ 52] Nos sophismas iremos ver a genesis dos erros feita especialmente – por Bacon – o pai da logica inductiva.

[§ 53] Os erros têm como origem a precisão de um estudo de logica feito cuidadosamente.

[§ 54] Na indução os erros são: uma observação mal feita, uma experimentação precipitada, uma analogia forçada, uma hypothese inverificavel ou falsamente estabelecida, etc.

[§ 55] Em summa: o erro tem como origem na indução – a má interpretação, a marcha irregular nos processos que vão constituir a mesma indução.

[§ 56] Estes erros podem estar no cognoscente ou no meio irregular e imperfeito que se poz em pratica.

[§ 57] Na deducção os erros mais importantes são de má interpretação, de amphibologia, de falsa causa, etc.



[§ 58] Ha tambem, segundo Bacon, Locke e outros já acima citados, os erros chamados extra-logicos – que Bacon encerra-os em classes especiaes, e chama-os de *Idola Tribus, Idola Specus, Idola Fori et Idola Theatri*.

[§ 59] O primeiro, os *idola tribus*, são os communs á especie humana v. g. o do anthropocentrismo, o de quererem um Deus á sua semelhança, etc.;

[§ 60] O segundos, *idola specus*, são os preconceitos pessoaes, v. g. o mathematico quer ser tudo e explicar mathematicamente.

[§ 61] Neste numero entram o misoneismo e o filoneismo.

[§ 62] Os terceiros *idola fori* – provêm de se fallar de cousas sem a noção exacta, só por ouvir dizer.

[§ 63] Finalmente, *idola theatri* são os erros que prevêm das falsa idéas e theorias espalhadas no theatro da vida.

[§ 64] As genesis dos erros podem ser classificadas de um único modo, a nosso ver, pois são sempre pessoaes.

[§ 65] Quer taes erros se dêem pelo emprego errado dos processos, quer se notem pelo *daltonismo* scientifico do observador ou do cientista.

[§ 66] Podemos graphar que o erro e a verdade são duas faces do espirito scientifico e que bem podem representar a treva e a luz.

[§ 67] Constituem uma só linha cujos extremos se tocam: sim, se tocam para denunciar o antagonismo.

[§ 68] Napoleão, o soldado illustre, ambicioso e de vistas geniaes, o epiloptico divino, como alguem já o baptizou, escreveu conceito grandioso sobre a verdade, dizendo:

‘A verdade é a maior das offensas’.

[§ 69] Sob o ponto de vista moral, parece-nos logico e eurhitmico este sentir com a sciencia corrente.

[§ 70] Bacon, que definio a experimentação como o flagello da natureza, conceituou a verdade assim se expressando: ‘nenhum prazer é comparavel ao de nos acharmos na altura da verdade.’

[§ 71] Difficilimo é conceituar-se com rigorosissima precizão quer a verdade quer o erro, e desta difficuldade é que nasce a multiplicidade de conceitos.

[§ 72] Já affirmaram que não existia erro, senão sentimentos differentes: que quando se dizia – tal livro não corresponde ao nome do escriptor, por exemplo, ou tal maneira de sentir não é verdadeira – tudo isto nada mais queria traduzir senão que o autor do livro figurado ou do conceito emitido sentia contrariamente ao seu critico. E sentir contrariamente não é errar.

[§ 73] Estes conceitos individualistas, singulares e que tantas vezes chegam a adquirir proselitos, arrastam a absurdos, a extravagancias.

[§ 74] Ha quem queira ver em tudo a mathematica, não somos note-se bem, dos que tem ogeriza á grande e dignificadora sciencia de Euclides, mas querer como alguns reduzir a formulas – a verdade, a logica, como Pastor, v. g.: sim ver para a toda parte numeros, grandezas, signaes e chegar-se á mania de David Hume, que

assim se expressa: ‘Abri um livro: se não tratar de numeros, fechai-o; é um livro inutil’...

[§ 75] A logica é a sciencia que projecta luz no espirito evidenciando a verdade ou espancando o erro.

[§ 76] Já a hora se approxima; se assim não fosse, entrariamos em outra ordem de considerações mais particulares, porém dignas de estudo e de seria meditação.”

### **6.1.7 – Prova escrita de Roberto Gomes**

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1060</sup>

[§ 1] Quando Christo compareceu diante de Pilatos, annunciando-lhe que viera ensinar aos homens a Verdade, perguntou Pilatos: ‘Que é a Verdade?’ – E Christo não respondeu.

[§ 2] O problema da procura da Verdade tem sempre singularmente preocupado o espirito da humanidade. Desde que ha homens, e que pensam, têm-se elles atirado á solução deste problema com um ardor que, apesar dos seus innumeros insucessos, se não tem até hoje desmentido.

[§ 3] Entretanto, o modo de se encarar esta questão tem variado, conforme os século e acha-se hoje transformado por completo. Para os antigos, embora já Parmenides, entre outros, distinguisse o conhecimento sensível do racional, não havia difficuldade alguma em ver as cousas taes quaes eram. Reflectiam fielmente no espirito como em um espelho sem defeito. Era completa a ‘adequatio rei et mentis’ como disseram mais tarde os escolasticos. A questão única era descobrir os meios que nos permitissem attingir esta Verdade, quer residisse nas cousas, quer pairasse, como queria Platão, no mundo transcendental das Idéas e do Absoluto.

[§ 4] Os próprios scepticos não encaravam o problema pelo modo por que foi mais tarde estudado.

[§ 5] Hoje não se trata de saber se o espirito pôde conhecer a Verdade, mas se esta uma vez descoberta, é a única, a absoluta, em uma palavra, se as cousas em si são o que nos parecem, se além dos phenomenos que observamos, existem atrás delles uma parte que nos deve ficar, pela nossa propria constituição, eternamente desconhecida, se além dos phenomenos, emfim, há o que Kant chamou os noumenos.

[§ 6] O problema como se vê, acha-se completamente transformado. Já, é verdade, Sexto Empiricus fazia presentir Kant, quando perguntava como o espírito podia sahir de si mesmo para attingir as cousas que se achavam fóra delle. A Kant, porém, cabe a gloria de ter exposto o problema da relatividade do conhecimento humano, em sua obra philosophica, a qual constitue a mais curiosa tentativa que se tenha feito para conciliar as theorias da liberdade e do determinismo.

[§ 7] Esta relatividade do conhecimento, brilhantemente sustentada por Spencer, é também a pedra angular do positivismo moderno. Parece-me, porém, que se é perfeitamente justo sustentar-se que não podemos conhecer as cousas como são, affirmar que este conhecimento impossivel para nós, o é realmente em si, já é sahir do terreno logico para invadir o da metaphysica. Verdade é que Schopenhauer censurava

---

<sup>1060</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909a], p. 6.

a Kant sua theoria dos noumenos, que considerava uma inutil supervivencia de sua educação metaphysica.

[§ 8] Sabemos, hoje, pois, que por mais que façamos, só conseguiremos conhecer as apparencias das cousas; nesta pesquisa ardente, nesta procura incessante da Verdade, que Bacon comparava com uma caça (*renatio Panis*), as cousas só chegarão ao nosso conhecimento através das fórmulas a priori da nossa sensibilidade e das categorias do nosso entendimento, porque não podemos sahir de nós mesmo: que não dariamos para podermos contemplar alguns instantes do universo com os olhos de uma mosca ou o cerebro de um animal? Infelizmente não o conseguiremos: nosso espírito é, como bem o viu Bacon, na sua classificação dos erros (*idola specus*), como a caverna em que se acham os prisioneiros de Platão: estamos na caverna e só podemos ver os espectros da caverna.

[§ 9] Modernamente, porém, esta pobre Verdade relativa que nosso espirito julgava poder alcançar, foi ella mesma posta em duvida pelos pragmatistas, na concepção que formam da sciencia, subordinando-a á pratica, renovando a concepção hellenica das artes.

[§ 10] A primeira vista, observa o Sr. Rey, este modo de ver nada altera: quer a sciencia esteja subordinada á pratica, quer a pratica derive da sciencia, os resultados para nós são os mesmos. Entretanto, reflectindo-se um pouco, vê-se que as consequencias são importantissimas.

[§ 11] Antes de tudo, a Verdade não passa mais de uma vã palavra. Uma affirmação verdadeira é a revelação de um artificio que deu bom resultado. E como são vários os meios de se chegar, muitas vezes, a um resultado, teremos de adoptar o aphorismo pragmatico: ‘Todos os meios que nos conduzirem a um resultado pratico serão igualmente legitimos, e todos os que nos conduzirem a um *mesmo* resultado pratico serão igualmente verdadeiros.’

[§ 12] Para o pragmatista, viver é agir. A Verdade se define em funcção da acção e do resultado feliz ou infeliz desta acção. É o que expressa Bradley quando declara que a ‘a Verdade e o Erro têm as mesmas fontes psychicas: um erro é apenas uma verdade parcial e incompleta’. Aliás, esta confiança no exito do resultado que vem a ser senão a confiança do sabio na experimentação, nesta experimentação pela qual, segundo Claude Bernard, o homem se torna um verdadeiro contra-mestre da creação? Quando diz o experimentador que sua hypothese é verdadeira, senão quando a experiencia lhe forneceu o resultado que esperava? Nossas sciencias, são, pois, segundo esta doutrina, meramente fortuitas. São uns simples meios de se chegar a uma verdade, entre muitos meios possíveis, por que se adaptam mais commodamente aos nossos órgãos e ao nosso espirito.

[§ 13] Sem insistir nesta concepção pragmatica da Verdade e considerando os varios systemas que têm procurado definil-a, acho que o único systema que nos conseguiria dar de verdade uma certeza completa, seria o idealismo absoluto. Se as leis da razão se verificassem nas cousas se o Sensível não fosse, como quer Leibnitz, senão o Intellectual ainda envolto e confuso, se a sensação se identificasse á Categoria, como parecem tel-o querido Platão na antiguidade e Hegel nos tempos modernos, se animassemos a materia bruta, vendo nella a vida sob sua fórmula mais humilde e mais baixa, poderíamos então, quando conhecessemos um objecto, affirmar que delle temos conhecimento real e completo, pois o mundo, sahindo por deducção do nosso espirito, a elle voltaria por simples redução.

[§ 14] Infelizmente, é esta uma engenhosa hypothese, e nada mais, hypothese que têm tido, hodiernamente, uma estranha fortuna, pois se os logicos francezes conservam, entre o realismo e o idealismo, uma attitude um tanto ambigua, os logicos allemães modernos mais conhecidos, com excepção de Wundt, francamente realista, são por completo idealistas. Bastaria citar Bergmann, cujo idealismo objectivo se assemelha ao idealismo transcendental de Kant, Scuppe, o autor da theoria da Immanencia, e Lange, o renovador do movimento neo-Kantista, para quem a cousa em si é um puro conceito de limite.

[§ 15] Como, porém, já disse é uma hypothese, e nada mais. Nem tão pouco os systemas de Kant e Spencer (considero, sob este ponto de vista, os dous extremos) terão em si uma confirmação da Verdade, pois são logicamente indemonstraveis).

[§ 16] Qual será pois o criterio de Verdade, pois que, á medida que os systemas se desenrolam diante dos nossos olhos, se duvidas se vão amontoando em nosso espirito? Deixamos aqui a parte a hypothese da Revelação Divina, que pertence ao mundo da crença e não do raciocínio, e que a menor duvida que podia suscitar seria esta: “O que nos tem sido revelado será a Verdade, porque nos foi revelada, ou foi-nos revelado porque é a Verdade?”

[§ 17] Qual é pois o criterio de Verdade? A questão é para nós de grande importancia não só pela sua generalidade, como porque a affirmação da Verdade é invocada como a base da logica, segundo quer Rabier, a sciencia da evidencia, digna de servir de prova á Verdade.

[§ 18] Contra este modo de ver se têm insurgido varios philosophos; observaram antes de tudo que a Verdade não é uma cousa simples: é, segundo a definição já citada, a ‘*Adequatio rei et mentis.*’ De mais a mais, observa o Sr. Delboeuf, a certeza da Verdade adquirida nunca se poderá impôr ao nosso espirito. Se a Verdade é estabelecida por uma relação entre o sujeito (espirito) e o objecto, como admittir uma equação em que o sujeito fosse subjectivo e o attributo objectivo? Se pudessemos ter um signal que nos avisasse quando conseguissemos attingir a Verdade, nada mais facil. Não existe, porém, e temos de invental-os, erigil-os, para pouco depois derrubal-os sem termos até hoje chegado a uma solução definitiva. Dous critérios têm sido, entre outros, propostos e por muitos adoptados: a *evidencia* e o *sensu comum*.

[§ 19] A evidencia segundo Descartes, se impõe a nós com tal força, quando temos attingido a Verdade, que afasta para sempre a duvida do nosso espirito. Quando temos formado uma idéa perfeitamente clara e distincta de um conceito, quando nelle não resta mais nada de ‘ôco e surdo’, como diz Leibnitz, a contradicção está afastada e a Verdade resplandece. A difficuldade está apenas transposta. Como terei eu a prova de que meu conceito está perfeitamente distincto? Quando o tiver completamente analysado. Mas como saber que a analyse foi levada aos seus ultimos limites? Nada m’o prova. Não disponho de instrumentos para isso, senão do instrumento dos instrumentos: o espirito. Assim como para resolver um problema que nos offerece a natureza, temos de decompol-a e analysal-a: ‘*Facienda est naturae solutio et separatio, non per ignem certe, sed per mentem, tamquam ignem divinum.*’ (Bacon), assim temos de agira para com nossas idéas, mas para esta analyse mental não temos nunca verificação completa.

[§ 20] Spinosa pretende, é verdade, que a certeza e a evidencia só existem para a Verdade: ‘Nunca me farão dizer, escreve Spinosa na *Ethica*, que um homem errado esteja certo (entenda-se: possua certeza). Infelizmente a proposição contraria as mais elementares leis da *psychologia*, e o proprio erro é justamente basear-se em uma evidencia illusoria. É a engraçada phrase de Hobbes; ‘Bem queria saber em que hospedaria se aloja a Evidencia do Sr. Descartes, para que ninguem mais fosse nella morar.’

[§ 21] O mais simples seria, aliás, deixar em presença, se possível fosse, Descartes e Spinosa e ver em que bases diferentes fariam elles repousar suas respectivas verdades.

[§ 22] O *sensu commum*, o consentimento universal, também invocados, entre outros pelo Sr. Reid, não parecem tão pouco criterios satisfactorios.

[§ 23] Que quer dizer ‘senso comum’? Será, sem duvida, o bom senso, o senso de um espirito que não se acha estragado por uma infinidade de theorias e philosophias – o senso do ignorante, enfim, posso quasi dizer da estatua de Condillac, antes de qualquer sensação.

[§ 24] É esquecer, porém, que nunca o espirito do homem é como uma cera virgem em que se viessem anotar todas as sensações externas. O espirito do ignorante já se acha atulhado de idéas, preconceitos e erros oriundos de sua própria ignorancia: as paixões o impellem cecamente – e é sabido o papel influente das paixões nas nossas crenças. Está elle mais ou menos nesta especie de ‘vertigem mental’ que o Sr. Renouvier analysou no homem selvagem.

[§ 25] Quanto ao ‘conhecimento universal’, a explicação nem merece ser levada em conta. São tantos os exemplos de crenças communs que dominaram a humanidade durante seculos para em seguida desmoronar bruscamente e para sempre!

[§ 26] Basta citar o geo-centrismo.

[§ 27] E se realmente os homens conseguiram cahir de accôrdo a respeito de certas idéas, digamos antes de certas palavras, se as analysarmos, veremos que cada qual nellas acredita por motivos que lhe são particulares. A única concordancia geral está no nome – *nomina, flatus vocis*.

[§ 28] Quer um, quer outro destes criterios se reduz afinal no da evidencia, porque, no caso do *sensu commum* qual o critério senão que a verdade se torna evidente para um espirito commum, e, quanto ao consentimento universal, que vem a ser, senão uma evidencia para a humanidade inteira? E já vimos que o criterio da evidencia é illusório. De todas as contradicções tiraram os scepticos partido enorme. Não nos compete fazer aqui um historico do scepticismo Pyrron a Nietzsche, porque, se as conclusões de Nietzsche são conclusões de acção e vida intensa, a ellas foi, porém levado pelo mais absoluto scepticismo.

[§ 29] Os obstaculos á pesquisa da Verdade são innumerous.

[§ 30] Podem ser reduzidos de modo geral a três: a ignorancia, o erro e o circulo vicioso.

[§ 31] Em primeiro lugar, como bem vio Nietzsche, o homem foi educado pelos seus erros e estes erros constituiram como um fundo de sua natureza, de que difficilmente se póde libertar. O homem foi educado pelos seus erros e estes erros

prolongam-se e estendem-se e, encontrando algumas verdades, confundem-se com ellas e constituem novos erros, mais perigosos que os outros, como vêm a ser todos os erros mesclados de verdade.

[§ 32] Em primeiro lugar, (sic) o homem teve de si e das cousas uma idéa incompleta, determinando assim normas de vida que não estavam de accôrdo com sua natureza. O homem teve durante muito tempo uma idéia errada, julgando-se em antagonismo ao resto da natureza e considerando-se, segundo as palavras de Spinoza, como ‘um imperio em um imperio’. Além disto creou taboas que bem sempre novas, alternando-as, dando a primeira ora a um ora a outro sentimento e dahi resultou uma certa confusão que difficultou ainda mais a sua pesquisa da verdade. Accrescente-se o habito, tomado pelo individuo, transmitido pela hereditariedade, o habito que conserva no homem civilizado aquillo que era necessario e mesmo indispensável no homem primitivo, habitos pessoaes, habitos sociaes, e é a estes que se refere a lei formulada por Wundt sobre a ‘heterogenia dos fins’.

[§ 33] Há a este respeito uma curiosa theoria de Myers sobre o inconsciente. E não fallemos aqui na palavra, que é uma grande creadora de erros, que evolue, é verdade, mas cuja evolução nem sempre é parallela á do pensamento, e que é uma conservadora de erros e de verdades também, é possível; mas que é, em todo o caso, conservadora e anti-liberal. ‘Toda palavra, diz Nietzsche, é um preconceito’.

[§ 34] E, se reflectir que quando penso, fallo, que meu pensamento só se torna preciso e distincto por uma involuntaria palavra interna e que, antes disto, eu antes aspirava a pensar do que pensava realmente, verei como o erro, encontrando sua explicação em motivos inherentes á natureza humana e por outra parte em razões adventicias que me obrigam ao erro, mesmo quando o quero evitar, compenentrar-me-hei de quando o erro se acha implantado no homem e o quanto é difficil delle libertar-se.

[§ 35] O argumento da contradicção foi tambem muito invocado. Condensado está elle na phrase de Pascal: ‘Verdade a quem dos Pyrineus: erro além.’ Onde estará a Verdade? Existirá mesmo, se sobre todos os assumptos vemos as opiniões mais adversas, mais contradictorias? Que fazer? Adoptar o molle septicismo (sic) de Montaigne ou o alegre scepticismo de Rabelais, ou o doloroso scepticismo de Pascal, que atira sua vida na mesa do jogo, com uma pobre miseravel moeda sem valor em troco da felicidade eterna que lhe promete o banqueiro e nos dá em um grito de desespero o desolador conselho: ‘Bestificai-vos!’ – ou procurar demonstrar as cousas, deduzil-as de suas causas, remontando, regressando até os últimos élos da correntes, mas não se póde regressar ao infinito e já nol-o disse Aristoteles: ‘É preciso parar em algum ponto’.

[§ 36] Encontraremos na consciencia moral esta prova da Verdade que a consciencia intellectual me recusa? Sinto-me não poder estender neste ponto, que só por acaso me vi levado a abordar, mas a moral é uma das cousas humanas sobre que menos se tem realmente reflectido até hoje, a da fascinação que exerce sobre os que della tratam, mas não se acha também obrigado a recorrer a um imperativo categorico final, que ordena sem explicar?

[§ 37] Procuram os psychologos explicar as causas dos erros, analysando-os, classificando-os. Bancon, para não citar senão a sua classificação clássica dos erros, os divide em *idola tribus* (erros inherentes á natureza humana), *idola specus*

(inherentes ao espirito de cada homem), *idola fori* (devidos ao commercio dos homens) e *idola theatri* (devido aos fundadores de metaphysicas e philosophia).

[§ 38] Deixo, pois, de parte os erros inherentes á natureza humana. Evidentemente, só posso conhecer as cousas através do meu espirito e toda verdade será apenas uma verdade humana. É o caso de retomar as palavras de Górgias: ‘Só posso conhecer o que é humano; se, por acaso, pudesse conhecer o que o não é, não conseguiria verificá-lo, e se por acaso o pudesse verificar, não saberia transmiti-lo aos outros’. Sim, a verdade será uma verdade humanamente absoluta? Não será a tradução fiel das cousas, mas apenas uma interpretação, a única que possamos compreender, e, para me servir de uma comparação de Spencer, ‘como a projecção de um solido em uma superficie’. A questão é attingir esta verdade, aceita por todos os homens.

[§ 39] Deixemos, pois, de parte os erros provenientes da nossa natureza e consideremos apenas os erros adventícios que possam sobrevir.

[§ 40] Se a Verdade é *adacquatio* (sic) *rei et mentis*, o erro será, *ipso facto*, a discordância entre o sujeito e o objecto. Ora, nas representações que formamos de um objecto, tres são as cousas que devemos considerar: o objecto, o sujeito, o intermediario.

[§ 41] Ora, o erro nunca póde residir no objecto. Um objecto é o que elle é – nada mais; nem tão pouco na representação. Imagino, represento-me um centauro, uma chimera – não ha nada errado neste facto. Ora, como a representação é a fiel tradução do objecto (fidelidade humana, bem entendido) parece que não é possível a existencia do erro. Este, porém, reside não na representação em si, não no objecto em si, mas na interpretação dada por nosso juizo a esta representação. Dahi a immensa série de erros que somos levados a commetter pois nosso juizo está a cada instante influenciado pelos nossos habitos, nossas paixões, nossos preconceitos, que nos levam a commetter erros innumeraveis, erros de accrescimo, de diminuição ou do substituição.

[§ 42] A psychologia nol-o ensina, a percepção não é cousa simples; é constituida por uma synthese de elementos que fazem uma verdadeira construcção, o que fez dizer a Stuart Mill que em toda sensação há apenas 1/10 de sensação e 9/10 de inferencias. Neste sentido é que se pôde dizer que ‘perceber é relembrar-se’. Golschneider em uma experiencia famosa (não há tanto tempo para descrevel-a) não mostrou como advinhamos a maior parte das cousas que julgamos ver.

[§ 43] Os erros de accrescimo são muito communs: attribuímos a certas pessoas qualidades que não tem: vice-versa, tiramos a desaffectedos qualidades que realmente possuem, pois é-nos impossível contemplar a natureza e os homens sem ter este olhar humedecido pelas paixões humanas, de que falla Bacon com tanta verdade.

[§ 44] Quizera tratar ligeiramente da divisão de Descartes em erros formaes e materiaes, estabelecer a divisão logica de erros em sophisma de inducção e deducção – todos lógicos porém, ao contrario do que pensa Mill. Não m’o permite, porém, a exiguidade do tempo.

Concluamos.

[§ 45] Se realmente, até hoje os homens não têm conseguido attingir a verdade absoluta – e talvez esta não exista – talvez só existam verdades – não creio que seja este um motivo para de todo abandonar esta pesquisa. O numero de erros

parece que já se foi reduzindo. Não creio que por isso a humanidade tenha sido mais feliz. Renan já perguntava com angústia: ‘Quem sabe se a Verdade não é triste?’ Mas a sciencia promette ou procura dar a Verdade, não diz, porém, que esta deva produzir a felicidade. E mesmo, se a Verdade existe e nos deve eternamente ser velada, se apesar de seus ingentes esforços, o homem não conseguir nunca descobri-la e mudar a face das cousas, pelo menos nesta luta intensa e dolorosa, nesta aspera e ardente pesquisa da verdade, terá conseguido um fim: mudar-se a si mesmo, fazer de si um homem, em vez da cousa que elle era.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”

### **6.1.8 – Prova escrita de Agliberto Xavier**

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1061</sup>

[§ 1] A suprema difficuldade do espirito theorico, diz Lagrange, consiste em ver e formular as cousas mais simples. Se fôra mister trazer uma confirmação eloquente a esta verdade, dentre as numerosa e variadas theorias que conhecemos, poderemos vantajosamente escolher esta que a sorte nos designou. De feito, a verdade e o erro têm sido sempre apontados, mas a sua apreciação positiva reclama elementos philosophicos que só podiam emanar dos conhecimentos mais elevados, porque são justamente aquelles que mais salientam o uso da relatividade.

[§ 2] Geralmente se considera a verdade e o erro de um modo absoluto e o erro em opposição completa á verdade. Neste assumpto, como em tantos outros, é mister recorrer á philosophia mathematica para termos uma noção clara, em virtude da simplicidade do assumpto, e transportarmos em seguida essa noção aos dominios superiores, afim (sic) de completarmos o nosso exame. As sciencias superiores suscitam a noção de relatividade e as inferiores dão as idéas mais claras sobre essa materia, em vista da sua natureza fundamental.

[§ 3] Quem observa a imperfeição dos nossos sentidos, imperfeição tal que somos, muitas vezes, excedidos por algumas especies animaes; quem reconhece a imperfeição inevitavel dos instrumentos proprios a aperfeçoar e medir mesmo essas sensações, nenhuma duvida pôde ter que os raciocinios fundados nessas medidas estão inçados de erros; não podem ser de uma exactidão absoluta. Por outro lado quem conhece a fraqueza da nossa intelligencia, mesmo nos typos mais eminentes da especie, fraqueza deductiva que não permite resolver uma equação do quinto gráo, nem integrar uma fórmula transcendente um pouco complicada. Fraqueza inductiva que não permite apprehender as relações mais complicadas dos phenomenos physicos e chimicos, quem observa esta fraqueza, dizemos, não póde negar que as nossas concepções theoricas ou praticas não são mais que approximações da realidade e jamais a propria realidade. A nossa intelligencia é um espelho que tende sempre e cada vez mais a representar o mundo exterior de um modo mais perfeito, mas a perfeição nunca será attingida, em vista da sua propria constituição. Haverá sempre na nossa intelligencia o que Bacon chamou de *idola specus*.

[§ 4] Disso resulta que as proprias leis naturaes nada mais são do que a expressão mais ou menos approximada da realidade. Quem suppuzer que as leis da gravitação universal, por exemplo, traduzem absolutamente a realidade, engana-se. Ellas representam uma approximação que basta actualmente a todas as nossas

---

<sup>1061</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909a], p. 6.



necessidades moraes, intellectuaes e praticas. Aqui, como por toda a parte, a verdade é uma aproximação da realidade.

[§ 5] Mas voltemos á mathematica, para termos a noção clara, precisa e consistente do que vem a ser erro. Chama-se, nesta sciencia, erro de um numero a differença entre o seu valor exacto e o seu valor approximado. E como há certos valores exactos que se não conhecem, em vez de assignalar-se exactamente o erro, dá-se um limite superior ou inferior. É assim que se diz que um certo numero representa a relação entre a circumferencia e o diametro com um erro maior ou menor que tanto. Em quaesquer outras concepções, podemos dizer que erro de uma noção é a differença entre essa noção e a noção que convém plenamente ás nossas necessidades, porque a noção absolutamente exacta nos é sempre desconhecida. Com semelhante criterio é que temos leis capazes de guiar a nossa conducta, permittindo verdadeiras previsões, como se dá em astronomia, por exemplo.

[§ 6] Ha em mathematica uma consideração importante sobre a relatividade dos erros, que convém reportar para as outras sciencias. Chama-se erro relativo de um numero a relação entre o erro absoluto e o seu valor exacto, se é conhecido, ou o seu valor approximado; é o que se pôde chamar erro por unidade de medida. Esta noção deve ser transferida, tomando em consideração não a unidade propriamente dita porque não se trata sempre de medida para bem dizer, mas dos elementos que devem ser tomados em conta e que o não foram por circumstancia inevitaveis. É assim que, na apreciação moral dos homens e na apreciação sociologica dos factos, temos de tomar em consideração os tempos e os lugares, de sorte que os erros apreciaveis devem soffrer uma modificação para se tornarem relativos. A astronomia offerece-nos naturalmente um exemplo fecundo dessas correcções ou modificações em outro sentido. Sabe-se que as observações soffrem duas ordens de correcções: primeiramente as de refração e parallaxe em seguida as de precessão, aberração, parallaxe annual e nutação.

[§ 7] Poderíamos entrar aqui em outras considerações relativas á theoria dos erros em mathematica, onde a razão theoria e a razão pratica se combinam, a razão pratica completando a razão theorica e a razão pratica se combinam, a razão pratica completando a razão theoria e a razão theoria reagindo sobre a razão pratica, para guial-a. Sendo, porém, demasiadamente escasso o tempo, limitamo-nos a lembrar o que a este respeito escrevemos num opusculo intitulado *Ensaio sobre Logica*. Semelhantes considerações devem ser levadas aos dominios superiores com o necessario criterio scientifico.

[§ 8] Tratando-se do erro em geral, isto é, podendo affectar tanto o methodo como a propria doutrina, seria de desejar que déssemos aqui uma classificação dos erros segundo o nosso modo de ver pessoal. É o que passo a fazer por meio de uma exposição mui rapida.

[§ 9] Inspirado pela moral catholica e systematizando o bom senso vulgar, que vê nas nossas affeições a origem dos nossos [...] mais importantes, Vauvernaugues formulou este precioso principio:

[§ 10] Os grandes pensamentos vêm do coração.

[§ 11] Quer isto dizer que as grandes concepções se fundam em  
 sent' tos sympathicos, ou, em termos mais coraes, as nossas opiniões dependem do  
 noss' tado affectivo. É evidente q' Observação nobres sentimentos secundam os  
 noss' pensamentos dando-lhes a ind Experimentação stencia, a ausencia deste precioso

Analyse e synthese

Deducção Comparação

Construcção Filiação histórica

O sentimento  
A intelligencia

I. Subjectivos, affectando

elemento e a preponderancia do egoismo se tornam sempre a fonte dos nossos peiores erros. Mas há casos em que não basta um estado affectivo favoravel para acertarmos: é mister também uma sábia e systematica assistencia de imagens e signaes, é necessario um uso regular dos methodos de raciocinio. Posto isto e para abreviarmos o discurso, apresentamos aqui um quadro synoptico que fizemos para nosso uso.

[§ 12] CLASSIFICAÇÃO DOS ERROS

[§ 13] 2<sup>o</sup>. Objectivos, devidos á imperfeição dos nossos sentidos e instrumentos de que nos servimos.

[§ 14] Não perderemos a oportunidade de assignalar alguns erros capitaes que, a nosso ver, entravam o progresso das sciencias, tanto mais quanto não aceitamos o divorcio que geralmente se admite entre o methodo e a doutrina. Indicar estes erros, por outro lado, implica indicar um máo uso dos methodos nas sciencias correspondentes. Este erros são:

1<sup>o</sup> Admittir que a materia é inerte.

2<sup>o</sup> Admittir como verificaveis hypotheses puramente metaphysicas que os cientistas têm aceitado inconsideradamente.

3<sup>o</sup> Admittir a existencia de uma materia viva por essencia e sustentar, segundo Charles Bonnet, que a organização é a modificação mais excellente da materia.

4<sup>o</sup> Suppor que os phenomenos sociaes e moraes não esta submettidos a leis tão incoercíveis como as que regem a ordem: physica.

[§ 15] Tratando do erro, não deixaremos de dizer algumas palavras a respeito dos sophisma, se bem que este ultimo assumpto mereça apenas uma apreciação historica. O sophisma, póde-se dizer, teve origem na Grecia, e seu estudo reclama um ligeira apanhado da situação social dos antigos Hellenos.

[§ 16] Sabe-se que a Grecia constituia uma civilização polytheista progressiva, cujo surto militar foi contido por circumstancias especiaes, mórmente locaes, de sorte que, em vez de guerreiros, aquella nação nos apresenta uma pleiade illustre de philosophos, cientistas e artistas. Mas a cultura scientifica, philosophica e esthetica ficou reduzida a um punhado de homens; o resto da nação, em vez de empenhar-se numa actividade collectiva tendo destino social, como aconteceu com os Romanos, entregou-se aos maiores desregramentos. Os proprios philosophos, cientistas e artistas, que não eram entendidos pela massa popular, foram supplantados pelos declamadores, pelos demagogos, Comprehende-se, pois, que papel importante devia desempenhar o uso da palavra entre aquelles rethoricos. Foi allí que surgiu e se desenvolveu a rhetorica, a dialectica e a sophistica.

[§ 17] É preciso accrescentar a esta summaria apreciação o desconhecimento das leis naturaes dos phenomenos, a partir da physica. Não suspeitando, sequer, que os phenomenos moraes e sociaes estão sujeitos a leis irrevogaveis, comprehende-se que partido tiravam os declamadores dessa situação. Dahi a pesquisa dos meios de illudir o adversario com as subtilezas da dialectica e os máos raciocinios da sophistica.

[§ 18] Embora seja o sophisma um erro de má fé, elle não deixa por isso de originar-se já no methodo, já na doutrina; não deixa de provir de um estado moral

adrede (sic) preparado para produzi-lo. Assim, pois, os sophismas classificam-se como os erros em geral e obedecem á classificação que apresentamos.

[§ 19] Há, porém, um certo numero de sophismas que figuram nos tratados communs de logica e que, em muitos casos, deixam de ser sophismas, porque nelles incorremos sem nenhuma má fé; são, neste caso, verdadeiros erros de deducção e inducção. Taes são:

*Ignoratio elenchi.*

*Petitio principii.*

*Fallacia grammatica.*

*Fallacia compositionis et divisionis.*

*Fallacia dicto secundum quid ad dictum simpliciter.*

*Non causa pro causa. Post hoc, ergo propter hoc.*

*Enumeratio imperfecta.*

*Fallacia accidentis.*

*Ignova ratio au sophismas pigrum.*

*Polysseteseos e heteroseteseos.*

[§ 20] Na redacção dos proprio elementos de geometria, Euclides deixa transparecer claramente a preocupação de embaraçar os sophismas. Nas suas obras, Archimedes serve-se de outro meio: apresenta demonstrações tão complicadas e obscuras que os sophistas do seu tempo absolutamente não as poderiam entender. A situação de hoje é differente: não se trata de confundir sophistas, mas de divulgar a sciencia no tríplice empenho de esclarecer, fortalecer a intelligencia e moralizar o individuo.

[§ 21] De tudo o que acabamos de expôr se depreheende que a verdade é a expressão da realidade com o gráo de precisão que nos convém, e que o erro é inevitavel em todas as concepções humanas. O aperfeiçoamento consiste em dar a essas concepções esse gráo de precisão que as nossas necessidades reclamam. Ir além é tão irracional como dar ás medidas angulares em topographia a mesma precisão que só se exige em astronomia.

Capital Federal, 17 de Maio de 1909.”

### **6.1.9 – Prova escrita de Manoel Ribeiro de Almeida**

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1062</sup>

*Summario* – 1 – Petição de principio. 2 – A continuidade. 3 – Os nomes geraes. 4 – Proposições verdadeiras e proposições falsas. 5 – Qual a qualidade commum ás proposições verdadeiras. 6 – Relação e *fundamentum relationis*. 7 – Criterio *a posteriori* da verdade. 8 – Criterio *a priori*. 9 – Doutrinas. 10 – Accôrdo.

[§ 1] 1 – Nesta questão como em outras fundamentaes de Logica, como quando se trata de instituir a Logica: Sciencia ou corpo de doutrina independente, apparece inicialmente uma objecção á primeira vista insuperavel. A resposta á

---

<sup>1062</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.

pergunta – que é a verdade? – ou – que é o erro? – parece envolver necessariamente uma operação mental apontar-á sempre como erronea, falha, capaz de conduzir a toda e qualquer conclusão errada, cujos resultados só são aceitos por engano. É sempre possível, seja qual fôr a resposta dada a estas duas perguntas, objectar: ‘Mas qual é a garantia de que essa resposta seja exacta? De que ella seja *verdadeira*? Não se aceitando a hypothese de que a pessoa que apresente a explicação seja tal que se aceite cégamente o que elle diz, a explicação cahe. Quer-se um criterio, um signal, pelo qual se deva distinguir a verdade ou o erro onde elles estejam, e esse criterio, esse signal como saber se deve ou não confiar nelle? Parece ser necessario e razoavel pedir outro *criterio*, outro *signal*, que justifique o primeiro, e assim indefinidamente ou então, se para na primeira resposta explicação, no primeiro *signal* indefinido, têm-se a justificação do signal por si mesmo, a affirmação da exactidão da primeira resposta dada, por ella mesma. Ter-se-hia então uma *petição de principio*, uma affirmação receosa, que se suportaria a si mesma.

[§ 2] As difficuldades desta ordem não são privativas da Logica. Ellas apparecem em toda e qualquer sciencia, tendo sido apresentadas, modernamente em relação a varias dellas, sobretudo entre os modernos scienistas francezes filiados a Kant, como o Sr. H. Poincaré. Acontece, porém, que em Logica ellas se apresentam mais immediatamente, mais espontaneamente do que nas outras sciencias em mathematica, por exemplo ou em physica.

[§ 3] 2 – Para resolver resolver as difficuldades, fazendo sentir e aceitar uma maneira de ver, observemos aonde nos iria levar alternativa opposta á *petição de principio*. Vimos que teriamos de percorrer de diante para trás toda uma serie indefinida de explicações de affirmações indicativas do *criterio* pedido. A idéa da serie indefinida parece á primeira vista importar em qualquer cousa que envolve um absurdo ou uma impossibilidade. Parece que para saber o que é a *Verdade* por esse meio seria preciso percorrer uma a uma, em sentidos diversos, essas proposições, que não se chegaria á ultima dessas proposições por não haver uma ultima proposição ahi e que assim nunca se poderia sahir do estado de indecisão em que se estava primitivamente diante da primeira resposta. *Mas não teriam sido ellas, de algum modo, percorridas no sentido directo?* Correspondendo ellas a estados de consciencia, esses estados de consciencia não terão sido percorridos? A partir de um ponto qualquer no passado, ponto que se póde suppôr a distancia finita, o homem não terá vindo aos poucos compondo o estado ou conjunto de estados de consciencia que correspondem actualmente á palavra *Verdade*?

[§ 4] Precizemos. As modificações na Natureza, toda a série de transformações por que passa o mundo, tem lugar, se não totalmente, pelo menos em grande parte, de um modo continuo. As series mentaes, correspondem ás series naturaes, e por meio das quaes nós procuramos comprehender a estas, são séries *descontínuas*. Esse facto é sobretudo visivel na impossibilidade que tem o espirito humano, pelo menos actualmente, de representar mentalmente, com rigor, a esse respeito, mesmo a mais simples *modificação continua* – o movimento. O famoso sophisma de Zenon relativo á impossibilidade do movimento, quando não tivesse outra vantagem, tem essa de mostrar com clareza o vicio grosseiro das nossas representações do coninuo. É assim que ás representações mentaes das series infinitas de estados quaesquer successivos (que se avance ou recue no tempo) desde que devam ser percorridas em tempo *limitado*, *finito*, prende-se sempre a idéa de um primeiro termo ou de um ultimo termo. Entretanto é facil vêr que sendo continua a

transformação real ella não tem ultimo termo em um caso e não tem primeiro termo no outro caso.

[§ 5] Assim com as noções, as idéas, a linguagem, assim toda a evolução do pensamento. Tudo isso resultou de uma transformação incessante ao contacto directo das cousas, por adaptações e influencia de toda a ordem, aos poucos, gradativamente, continuamente. O estado mental, o estado de consciencia correspondente ao termo *Verdade* ou ao termo *Erro* (porque existe de facto esse estado) resultou assim de uma evolução possível e sem absurdo e não de uma petição de principio inicial.

[§ 6] 3 – A *Verdade* e o *Erro* como nomes geraes, a que correspondem estados de consciencia, podem ser anlycados como qualquer outro nome geral, uma vez afastada a affirmação de que elles envolvam necessariamente o absurdo ou a impossibilidade.

[§ 7] As idéas a respeito que se deva entender como a significação dos nomes geraes têm variado muito com as doutrinas philosophicas. Uma philosophia sendo sempre um interpretação do mundo, cada systema philosophico é um ponto de vista de onde das cousas são percebidas e sentidas de uma maneira differente. Talvez todas as cousas sejam vistas differentemente de cada um desses pontos de vista. Em todo caso, ou porque isso não se dê sempre ou porque para certos grupos de cousas as differenças sejam pequenas, há sempre – para os systemas não muito afastados – grupos de factos que parecem ser percebidos de maneira identica.

[§ 8] Com a questão dos nomes geraes, porém, isso não se tem dado. De *Platão a Stuart Mill* as interpretações têm variado extraordinariamente.

[§ 9] Do ponto de vista em que me colloco e de accordo com o exame da evolução das idéas, os estados de consciencia correspondentes aos nomes geraes são aggregados de toda uma serie de sensações de accôrdo e differença determinadas pelos factos, phenomenos, cousas de que elles são actualmente os nomes.

[§ 10] Assim o nome geral não corresponde a nenhuma entidade e a *Verdade* é apenas um nome que denota a qualidade, ou conjunto de qualidades communs ás *proposições verdadeiras*, e o erro, a qualidade, ou conjunto de qualidade communs ás *proposições falsas*. Supponho aqui falso synonymo de errado, ou melhor, falsidade synonymo de erro. Faço isso, comquanto me pareça razoavel a restricção de Kant a respeito, porque a opposição *Verdade-Erro* é dada pelo proprio enunciado do ponto.

[§ 11] 4 – Chegados a este ponto, vejamos o caminho percorrido. Tratava-se de dizer, de explicar em que consiste o erro, em que consiste a verdade. Mantendo aqui de passagem com as restricções necessarias, a distincção scolastica das *definições de palavras e definições de cousas*, tratava de dar uma explicação (que correspondesse a uma definição de cousa) do que se deve entender pela *Verdade* e uma explicação correspondente para o *Erro*. Assim a definição forneceria um criterio, necessariamente, para o emprego da palavra *Verdadeiro* ou *Erroneo*. Uma ou outra podendo ser ou não applicavel á propria definição, o criterio parecia dever fallar ahi por uma impossibilidade á primeira vista evidente. Mostramos que essa impossibilidade não era assim evidente, que quando existisse não seria pelo argumento apresentado. Assim as palavras *Verdade* e *Erro* estariam nas condições de ser submetidas aos mesmos processos de investigação relativa aos nomes geraes quaesquer. E assim vimos que o *criterio* pedido deve ser procurado analysando as

correspondências, as semelhanças entre as proposições verdadeiras e as proposições falsas.

[§ 12] 5 – Façamos essa analyse. Tomemos a proposição: *O angulo de incidencia é proporcional ao angulo de refração*. É excusado explica o que seja esse angulo de incidencia e o que seja em detalhe a proposição. Ella é conhecida. É a proposição que exprimia o resultado das observações feitas em physica sobre a refração da luz até Snellius, até 1620, mais ou menos. Essa proposição é uma proposição que não podemos hoje denominar verdadeira. Sabe-se hoje que essa proporcionalidade tem lugar entre os senos desses angulos. A primeira se denomina uma proposição *falsa* e a segunda uma proposição *verdadeira*. Vejamos essa proposição e esta outra: a Terra está immovel no espaço. Ahi tambem temos claramente uma proposição a que não recusamos a denominação *verdadeira* e outra que denominamos *falsa*. Se examinarmos em que concordem umas e outras e construirmos assim um valor provisorio para significação da palavra verdade e da palavra erro, poderemos em seguida verificar se esse valor é de facto o valor que resulta sempre da approximação dos casos a examinar ou se é preciso modificá-lo em que sentido.

[§ 13] Assim obteremos o valor seguinte: a proposição é denominada verdadeira quando está de accôrdo com os factos observados; é denominada falsa, comquanto anteriormente pudesse ter sido denominada verdadeira (de accôrdo com o criterio assignalado), quando foi encontrada em desaccôrdo com factos observados.

[§ 14] Nós vemos aqui nos casos citados, porém com relação ao facto, o seguinte: Uma proposição verdadeira até, supponhamos, 1620, foi considerada falsa dahi por diante, mas essa denominação de – proposição falsa – fica sendo então considerada como o que devia caber á proposição citada mesmo antes de 1620. Se, sob esse ponto de vista, examinarmos outras proposições, veremos que umas estão sujeitas a essa contingencia e outras não (como: Athenas é a Capital do Mundo Civilizado). Essa particularidade que convém pôr em destaque é sempre conhecida em presença da proposição quando o seu sentido tenha sido comprehendido.

[§ 15] De posse dessa observação, pôde-se tomar o valor achado para as qualidades communs de um lado ás proposições verdadeiras e de outro ás proposições falsas. Assim pôde-se verificar que elle é sempre exacto num sentido. Toda vez que houver desaccôrdo entre a proposição e os factos, ou melhor, toda vez que não se tenha motivos para duvidar da observação desse desaccôrdo, a proposição é denominada falsa.

[§ 16] Mas acontece que ás vezes há desaccôrdo e nem por isso se denomina falsa a proposição immediatamente. Modernamente há varios exemplos interessantes disso. Os phenomenos denominados radioactividade por momentos, approximados de certas proposições scientificas não pareciam estar de accôrdo com ellas e mesmo não parecem ainda: pelo menos esse accôrdo ainda não foi claramente mostrado. Eram pelos menos de tal natureza que uma proposição em que se tivesse uma confiança menor do que, por exemplo, na relativa á permanencia da energia, tera sido declarada em desaccôrdo com os factos e denominada falsa. É assim tambem que em physica e mecanica está-se entre a hypothese de Lorentz e a lei fundamental de Newton da equivalencia da acção e da reacção.

[§ 17] Assim a questão do accôrdo ou desaccôrdo com os factos é um pouco mais complicada do que podia parecer á primeira vista ou ao primeiro valor

obtido para o conhecimento que procuramos. De algum modo o accôrdo ou desaccôrdo não é propriamente com o facto, mas com os factos. A aceitação do accôrdo ou desaccôrdo particulares dá-se mais rapidamente ou menos rapidamente conforme o conjunto de accôrds correspondentes a cada proposição.

[§ 18] Isso que verificamos em relação ao *desaccôrdo* de uma proposição com os factos pôde ser verificado tambem em relação ao *accôrdo com os factos*. Examinando diversas proposições verifica-se que mesmo sem desaccôrdo algum verificado com os factos não se denomina verdadeira ás vezes uma proposição comquanto nesse caso ella não seja denominada *falsa*. E assim nós fazemos a nossa ultima restricção ao valor primitivo obtido para o conhecimento do que sejam a *Verdade* e o *Erro*. Não é qualquer conjunto de *accôrds* com os factos, mesmo sem observação de nenhum desaccôrdo, que faz com que se denomine *verdadeira* uma proposição.

[§ 19] Assim obtemos a nossa fórmula final de que se pôde verificar a exactidão: Uma proposição é denominada *verdadeira* quando exprime um certo conjunto de *accôrds* com os factos. Uma proposição é denominada falsa quando em desaccôrdo com os factos.

[§ 20] Chegados a este ponto convém uma explicação detalhada desenvolvendo as expressões: *accôrdo com os factos e desaccôrdo com os factos*. Accôrdo com os factos quer dizer – accôrdo da proposição com os factos. A proposição, uma proposição quando não seja puramente verbal, significando sempre que um certo phenomeno acompanha sempre um outro phenomeno, esse accôrdo significa a realização desta ligação de phenomeno a phenomeno, *mutatis mutantis* o desaccôrdo.

[§ 21] Mas agora: porque razão um determinado conjunto de accôrds faz com que uma proposição seja denominada verdadeira e outra não? Que *accôrds* são esses? Que concordancias são essas? Se não basta que uma proposição não esteja em desaccôrdo com os factos e esteja de accôrdo com alguns para ser denominada verdadeira, que é preciso mais? É uma questão de numero de accôrds, ou das duas cousas? Porque é que ás vezes quasi que um único accôrdo basta (como na determinação do peso especifico de um corpo simples) para que não se faça esperar muito a denominação de verdadeira á proposição que o exprime de um modo geral e outras vezes um enorme numero de accôrds é considerado insufficiente para permittir a denominação com a mesma confiança? Qual o *critério ahi*?

[§ 22] 6 – Convém notar aqui de passagem, uma vez que acabamos de indicar o facto principal que dirige o emprego dos nomes em questão, que esse facto que seria denominado o fundamento da relação entre os dous Verdade e Erro sendo uns relativos, isto é, nomes taes que a applicação de um suppõe a existencia de qualquer cousa correspondente ao outro, as cousas que elles denotam devem apparecer simultaneamente em algum facto que determina a associação de idéas que nos faz pensar em relação. É esse facto o *fundamentum relationis* correspondente aos nomes. No caso em questão é o que fica apontado acima. Aproveito o ensejo para fazer notar isso aqui, sendo a occasião de apontal-o. Em um curso a questão a resolver nesta prova não deveria sel-o de uma vez e sim ser distribuida por varios estados do desenvolvimento completo de um programma.

[§ 23] 7 – Fechemos o parentheses. Nós procuramos saber qual o critério que preside a escolha deste ou daquelle conjunto de accôrds. Anteriormente

havíamos deixado estabelecido com precisão que o desaccôrdo importaria na declaração que a proposição era falsa. É portanto esse um criterio da Verdade ou de Erro – criterio *a posteriori*. Qual o criterio *a priori*?

[§ 24] 8 – Esse criterio *a priori* é o problema fundamental da logica – o criterio da inteferencia do particular e da inferencia do grupo limitado de observações a grupos indefinidos de factos. É a *inducção*.

[§ 25] Resolver esse problema é fazer um curso de lógica; é resolver, por assim dizer, dada a sua importancia – o problema da lógica.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”

### 6.1.10 – Prova escrita de Manoel de Bethencourt

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1063</sup>

[§ 1] O conceito da verdade é, em philosophia, um dos mais abstractos que se possam determinar; a sua antithese, o erro, obedece, portanto, á fluctuação do seu contrario. Conceitos diametralmente oppostos, verdade e erro, não podem ser definidos, sem primeiro se delinear uma doutrina do conhecimento, um theoria que explique como é que o homem pensa.

[§ 2] A historia da philosophia, dando-nos conhecimento dos differentes systemas philosophicos que têm reinado, ensina-nos que, máo grado a pluralidade que nelles reina, duas tendencias oppostas não dirigido ou governado a especulação philosophica: a realista e a idealista. Para a primeira, o homem apprehende pelo pensamento uma realidade exterior, adequada ás suas concepções; para a segunda, o homem apenas possui nas suas representações imagens que não póde affirmar correspondem á realidade externa. O mundo da representação para o realista é; para o idealista, elle só é como funcção do eu nos diversos estados de consciencia.

[§ 3] Entre o realismo e o idealismo existem systemas mixtos, participando ora de uma concepção, ora da outra. São elles o que vulgarmente se chama de dualismo, affirmação de que entram no conhecimento duas realidades: o *eu* que concebe e o *não eu* que é concebido.

[§ 4] Ha realismo e realismo: um, o que os francezes chamam de naif, traduzindo uma palavra germanica equipollente, aceitando como realidade inteira a que os sentidos nos apresentam, isto é, tomando o mundo tal qual a representação que delle temos. Entre os psychologos e logicos allemães. Wundt é o principal campeão desse realismo. Outro, o que vai além das grosseiras percepções, affirmando uma realidade exterior de que a representação não é uma imagem, mas uma simples indicação. Entre os realistas desta segunda fórma, podemos incluir Stuart Mill, elle que, não aceitando *in totum* que a representação corresponde á realidade exterior, admite esta, porém, como uma possibilidade de sensação.

[§ 5] No idealismo varias feições se pódem determinar; comtudo são menos precisas que no realismo. O idealista, resumindo a sua theoria do conhecimento no aphorismo de Schopenhauer: O mundo é a minha representação, encerra a razão em um circulo de ferro: o de nada conhecer que não seja o *eu* a cujas modalidades se cinge toda realidade.

---

<sup>1063</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.



[§ 6] Estabelecidas as duas direcções da especulação philosophica, facilmente se determinará qual o conceito da verdade em ambas. O realista, crente que apprehende pela idéa o mundo exterior na sua realidade, affirma com S. Thomaz de Aquino que a realidade é ‘*equatio rei et intellectu*’, a igualdade da cousa e da idéa que lhe corresponde. O idealista, partindo do principio que o conhecimento das cousas, a cousa em si de Kant, o *nomenon*, nos é vedado, conclue que a verdade é apenas o accôrdo do pensamento consigo mesmo, uma harmonia entre representações que se não destroem.

[§ 7] Haverá um *criterium* para a verdade? Philosophos e philosophos se consumiram para obtel-o e todas as suas tentativas foram vãs, nem poderiam deixar de sel-o, porquanto uma formula geral definido as características da verdade seria em si mesma uma *contradicta in adjecto*. Subsommando, como proposição geral, as particulares que encerrassem os diferentes predicados das verdades reconhecidas, teria que eliminar as differenças que entre elles existem e ficaria sendo apenas uma formula vasia. A evidencia que Descartes preconisou como criterio da verdade, indo além da simples certeza, quando muito póde ser aceitavel nas proposições que se nos apresentam como axiomas, v. g. o *esse, non esse, non potest esse*, logico, e os mathematicos, como – duas quantidades iguaes a uma terceira são iguaes entre si, proposição de identidade que, para alguns logicos, como Mansel, é o fundamento primordial de todo raciocinio. Sabemos, porém, que não existe menor verdade, por exemplo, num theorema de geometria que nos axioma (*sic*) da mesma. Aquelle que affirma serem os tres angulos de um triangulo iguaes em somma a dois angulos rectos, não apresenta uma proposição evidente, mas nella há a verdade que a demonstração, a prova, estabelece.

[§ 8] Criticando os diferentes *criteriums* da verdade, no livro que serve de introdução á sua *Philosophia Cristã*, o Padre Ventura de Raulica moteja justamente dos que appellam para a veracidade divina, affirmando que a verdade é, por Deus nos não poderia enganar. Effectivamente, uma vez que o engano é frequente, que o erro é possivel, o argumento da veracidade divina cabe inteiramente, *contradictio* pelos factos.

[§ 9] Kant, encarando os juizos que a razão póde formular na quarta categoria, a modalidade, dá-nos uma theoria approximada não de um *criterium* da verdade, mas das condições em que esta é possivel, provavel ou necessaria. Quando uma proposição não contradiz abertamente a experiencia, ella é problematica quanto ao juizo que encerra: quando de harmonia com os dados da referida experiencia, apresenta-se como assertorica; quando tudo na experiencia completa offerece á razão.

[§ 10] Para Herbert Spencer existe um postulado universal, que é o criterio supremo da verdade: a inconcebivildade do contrario. Dado um juizo, sendo impossivel á razão aceitar o seu contrario, devemos concluir que o primeiro é verdadeiro. Estamos em face do erro que Kant profliga (*sic*) na – *Critica da Razão Pura* – o de tomarmos como realidade o que é apenas uma fórma do espirito. Porque a minha razão não concebe o opposto do juizo que formulou, não se segue que aquelle fosse verdadeiro e este falso, antes duas outras alternativas se podem dar: que o contrario, que apenas tem como objecção a idéa opposta que formamos seja verdadeiro, ou que ambos sejam falsos. Conceber que uma coisa é porque se lhe não suppõe a contraria, não se a concebe, faz-nos voltar, como dizem Bain e Stuart Mill, ao celebre exemplo dos antipodas, apresentados como argumentos contra a

espheracidade da terra: como não os podiam conceber de cabeça para baixo, negava-se-lhes a existencia e com ella a realidade da redondeza da terra.

[§ 11] O que a experiencia nunca contradisse deve ser tomado como *criterium* da verdade, affirmam outros philosophos. A experiencia porém, apenas nos póde dar os casos particulares com os quaes formamos uma proposição geral, inductiva. Ora, a inducção perfeita suppõe o conhecimento de todos estes casos, é uma verdade fechada que não nos abre caminhos para outras verdades, não alarga em nada o dominio intellectual. A inducção imperfeita, não enumerando todos os casos, concluindo sobre os que a experiencia não affirmou, dilata, é verdade, a area do entendimento, mas quanto muito firma uma hypothese, alguma coisa que só se basea na probabilidade e que uma simples experiencia póde destruir. No dominio da sciencia temos numerosos casos de leis formuladas, com o presupposto de que a experiencia nunca os contradissera, e, comtudo, mais tarde se lhes reconheceu a fallibilidade.

[§ 12] Não havendo *criterium* para a verdade, como consideral-a? Estamos longe da concepção platonica da verdade absoluta, enfeixando todas as idéas mães no seu seio: tempos que aceital-a meramente como uma relação, um puro phenomeno formal do pensamento, accôrdo entre representações que se não chocam, nem contradizem. A logica, deixando a questão da existencia e da essencia, que ultrapassam o seu dominio, só tem que ver com a verdade formal dos raciocinios, as normas que o pensamento discursivo segue. P. Hermant, no seu livro – *Théories Modernes de Logique* – edição de 1909, na parte final, uma conclusão resumindo o exame que fez dos logicos allemães, inglezes e francezes, affirma que estão com a razão os que se apegam á logica formal, não se desprendem da velha doutrina aristotelica. Basta examinar o que neste ultimos cem annos se tem escripto sobre logica, para aperceber que não possivel o accôrdo entre as differentes theorias reinantes, inconciliaveis como são, todas querendo determinar a verdade, mas todas só a encarando por um lado restricto. A verade (sic) de Lotze não é a de Wundt, como a verdade de Lotze não é de Wundt, como a listas (sic), idealistas, neo-kantistas, empirio-criticistas, pragmaticas, solipsistas batem-se sem que os conceitos logicos com elles lucrem. Dahi a volta á logic formal, a que estuda as leis do pensamento, a que Port Royal, na sobriedade elegante do seu dizer, chamou de *Art de Penser*.

[§ 13] As verdades que ella conhece são as que resultam das formas correctas do raciocinar, que outra verdade não é dado ao homem conhecer, porque lhe é vedado ao entendimento, encerrado na lei da relatividade do conhecimento, condicionar o absoluto.

[§ 14] A escola pragmatista applicou ao estudo do espirito humano a theoria da evolução perfilhando a lei darwinica da selecção natural. D’ahi para a verdade o conceito de idéa que evolue, obedecendo á escolha que o espirito vai fazendo dos materiaes que a experiencia lhe fornece e que elle põe em fórma sua. Para William James e Dewey (sic) a verdade não é uma idéa rigida, mas uma concepção que cada vez mais tende para se adaptar ás condições da existencia mental.

[§ 15] Define-se o erro como opposto da verdade, o que, em rigor logico, não é uma definição, mas simplesmente uma exclusão. Oppondo ao conceito idealista da verdade – accôrdo do pensamento consigo mesmo – o do erro, póde-se definil-o – desaccôrdo do pensamento com o proprio pensamento. Todavia esta reciproca não é rigorosamente verdadeira: póde existir accôrdo, pelo menos, appparente do pensamento consigo mesmo e haver o erro. Ha erros numerosissimos em que o

espírito humano cahe, sem que contudo lhes percebe o desaccórdo com as normas logicas do pensamento. Assim como o postulado universal de Spencer não basta para prova da verdade de uma proposição, tambem o facto de se não conceber como verdade o que nos parece um erro, não estabelece certeza de que o seja.

[§ 16] Stuart Mill, enumerando e classificando os sophismas, abrange na sua enumeração e classificação todos os erros de que é susceptivel o *eu* humano, em materia racional. Para o logico inglez os sophismas são ou de simples inspecção ou de raciocinio. Nos primeiros inclue elle todos os prejuizos, todas as idéas preconcebidas, sem operação alguma intellectual preliminar; nos segundos estuda o que chama de sophismas inductivos, os de observação e generalização, os deductivos, de simples raciocinio formal e os de confusão. Whateley apresenta divisão mais simples: sophismas logicos e não logicos. Nos primeiros abre duas categorias: os inteiramente logicos e os semi-logicos. Nos não logicos nenhuma divisão ha.

[§ 17] A primeira classificação que se conhece dos sophismas ou erros do espirito é devida a Aristoteles. Os escolasticos seguiram-n-a quasi servilmente, discipulos convictos como eram da dialectica aristotelica. *O fallatia amphibologiae, o accidentis, o non causa pro causa, o compositionis et divisionis, o petitio principii, o ignoratio elenchi*, etc. mereceram largo estudo dos doutores da Igreja, sem com tudo isso a sciencia lucrasse, augmentasse o seu dominio com trabalhos tão minuciosos. Comprehende-se que assim seja, que o conhecimento dos erros não prepare o espirito, nem para a aquisição da verdade, e nem para evitar novos erros. O proprio Stuart Mill, na enumeração que faz dos erros, inclue o de attribuirem o calor a uma modalidade de movimento, isto é, considera de erro o que hoje serve á thermodynamica. Fluctuante como é a noção da verdade, a linha divisoria com o erro é impossivel de traçar.

[§ 18] As causas dos erros para o homem são a estrutura mental sua, as condições phenomenaes do seu *eu*. Já Protagoras, o grande sophista, definia o individuo pensante como a medida de todas as cousas; e Sexto Empyrico, citado por Oenesidemo (*Hypotyposes Pyrrhones*) abunda na mesma consideração. Na linguagem de Kant é a experiencia que nos dá a materia do conhecimento, mas é o espirito que reveste da sua forma. Assim como a imagem que se imprime na retina humana não é objecto em si, mas uma representação determinada pela estrutura do globo ocular, há idéas, os conceitos que a mente do homem formula são resultado da organização intima da mesma. O antropomorphismo, o automorphismo são fataes no pensamento do homem e todos nós, mais ou menos, nos parecemos com aquelle inglez de que fallava Lebférere, que ao visitar os templos e mais monumentos da Italia, os ia medindo gravemente com o guarda-chuva, satisfeito de poder mais tarde, quando de volta á patria Inglaterra, poder dizer de S. Pedro de Roma e a Madona de Fiori de Florença mediam tantos guardas-chuva de comprimento e altura.

[§ 19] Os erros resultantes da percepção, os que têm origem nas impressões sensoriaes, são de facil correcção: os que provêm do raciocinio, nem sempre. A cada momento da vida historica da humanidade no globo com que corresponde uma concepção deste: cada systema interpreta o momento psychologico humano. Significa isto que certas idéas adquirem fóros de verdade e outras passam á categoria do erro. No terceiro seculo da era christã os mysticos de Alexandria juravam por Plotino e Proculo, as Euneades eram como que um Evangelho da Philosophia grega ao expirar: para os philosophantes de então era a verdade e o contrario della – o erro. No XVIII seculo, aquelles espiritos que foram Diderot, de La

Mettrie, D’Halbah, viam a verdade numa concepção materialista do mundo e consideravam de erro quanta se lhe oppuzesse em sentido idéalista ou espiritualista. O *Système de la Nature* foi recebido com uma alta elaboração philosophica, embora hoje lhe conheçamos da imperfeição. Para cada tempo, cada philosophia, o que não é dizer cada logica.

[§ 20] Assentam na psychologia as origens dos erros humanos e um estudo sommatico dos estados de consciencia do homem patenteia-nos como o espirito fórma conceitos adequados e não adequados ás cousas. As leis de associação das idéas, descoberta por Hartlye, são a primeira origem, quer das representações coherentes do espirito, quer das incongruentes. O espirito recebe na sensação um material que não escolhe; que lhe é determinado pelo meio que é funcção do seu *eu*: só depois de um trabalho ulterior de reflexão sobre si mesmo, é que poderá distinguir entre a congruencia e a incongruencia das associações.

[§ 21] Os erros em logica formal são, porém, facilmente determinaveis; no terrenos da deducção ha regras que permitem ao espirito estar sempre de harmonia consigo mesmo. No dominio da logica applicada, a que chamam de inductiva, o erro não é tão facilmente evitavel. Máo grado a grande autoridade de Francis Bacon, a inducção imperfeita a alta generalização, tão recommendada pelo philosopho do ‘*De Dignatate et Augmentis Scientiarum*’ – é o maior factor que se conhece dos erros. Em ultima analyse, essa lei inductiva da inferencia leva o espirito a aceitar como base das suas conclusões a uniformidade da natureza, generalização anthropomorphica vaga, que apenas vale pela somma de factos que reune, mas não possui o caracter de certeza.

[§ 22] Seria bello para o espirito humano traçar a raia que separa a verdade do erro; no dia que assim fosse, o homem conheceria do absoluta, isto é, todo o conhecimento que vive da relação expiraria, confundidos o *eu* e o *não eu*. Ante este impossivel para a razão humana, limitando-se a estabelecer nexos logicos entre as diferentes representações da mente, feliz sempre quem consegue dar uma estrutura coherente ao edificio do pensamento.

[§ 23] Em rigor a questão da verdade e erro, se em parte pertence á Logica, vai até aos dominios da Ontologia, a sciencia do Ser. Entra-se em pleno dominio metaphysico, o que é dizer que a razão ahi se póde libertar da impossibilidade em que se acha de apprehender a cousa em si, a realidade exterior que escapa ao pensamento e se lhe impõe, sómente como uma negação do conhecido, do condicionado.

[§ 24] Questão capital, esta da verdade e erro entende com a philosophia inteira, porque toda a historia do espirito humano se póde resumir na formula: em busca da verdade, mas vagando no oceano do erro, tão imperfeitos são os meios que temos de conhecimento.

Capital Federal, 17 de Maio de 1909.”

#### **6.1.11 – Prova escrita do Monsenhor Fernando Rangel de Mello**

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1064</sup>

[§ 1] Este ponto pertence á segunda parte da logica, isto é, á logica material. Entremos em assumpto.

---

<sup>1064</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909a], p. 5-6.

[§ 2] *Verdade.*

Que é verdade?

[§ 3] Procedendo, como sós a um amigo da sciencia, usado a buscar e investigar as razões das cousas, como é proprio do espirito devotado seriamente á philosophia, comecemos definindo a verdade.

[§ 4] Bem sei como é sobremodo arduo e difficil dar a definição de alguma cousa; conheço os perigos que corre o espirito, procurando definir o que seja objecto de seu conhecimento nos multiplos, variados e nobres ramos do conhecimento humano; porquanto definir é delimitar, é extremar uma cousa de outra, mostrando em que uma differe da outra, e tambem mostrando o que ella tem de commum com a outra; isto é, quem define tem de distinguir sem separar, unir sem confundir, Isto posto, definimos a verdade.

[§ 5] Etymologicamente, verdade tem sua origem do latim – *veritatem* – : numa e noutra lingua é uma palavra flexional.

[§ 6] Sob o ponto de vista real. – verdade – é no dizer da escola, com São Thomas de Aquino, *adacquati intellectus et rei*, isto é, é a conformidade ou conveniencia da cousa com a intelligencia.

[§ 7] Com Santo Agostinho e outros podemos tambem definir a verdade do seguinte modo: *Veritas id est quod est*: a verdade é o que é. Das definições dadas deprehendemos que a essencia da verdade ou sua razão de ser consiste na justeza, exacção e conveniencia entre a cousa e a intelligencia, ou entre essa e aquella. Ainda da definição da escola fazemos defluir com muita propriedade mais de uma especie de verdade.

[§ 8] Com os sabios, principalmente os que seguem a escola espiritualista, dividimos a verdade em verdade metaphysica[,] logica e moral. Verdade metaphysica é a em que se dá a conformidade ou conveniencia da cousa com a intelligencia; de sorte que, sob este ponto de vista, a cousa vem posteriormente á idéa, ella suppõe e reclama um exemplar na mente daquelle que a produz. Assim verdadeiramente metaphysicas, ou antes, todas as cousas que constituem o mundo ligadas entre si, não, como ensina Leibnitz e Bonnet por uma lei de continuidade, lei inexplicavel e absurda, mas pelos laços teleologicos e dynamicos, todas essas cousas, repito, são metaphysicamente verdadeiras, porquanto ellas em nada discrepando dos exemplares que demoram na intelligencia de Deus, creador do universo, são absoluta e inteiramente conformes com as idéas archetypas do Supremo Artifice, causa primeira, e suprema de todos os seres.

[§ 9] Sob o espirito destas noções ora expendidas, folgamos de reconhecer o mundo[,] universo, ou o Cosmos, como elegantemente lhe chama a philosophia grega, como este livro mimoso, dado por Deus ao homem, ou potencias de ser – eu –, investigando as cousas e suas razões, surpendendo a natureza em seus encantos, perscrutando-lhe os innumerados e grandiosos segredos, possa o homem passar intellectualmente do que vê para o que não é visivel, do sensivel para o suprasensivel, do material para o immaterial, da materia ao espirito, do effeito á causa, desse mundo contingente e mutavel a Deus, ente necessario, omnipotente, sapientíssimo, immutavel, que existe por necessidade intrinseca de sua natureza simplicissimo: emfim, de ser contingente e ephemero possa o homem sem quebra de sua dignidade,

num prejuizo de suas luzes intellectuaes passar a admittir e reconhecer Aquelle que é o Absoluto, o – Ens a se.

[§ 10] Não se dá, nem é possível conceber nem admittir o opposto á verdade metaphysica: porquanto ou a cousa é, existe e é conforme ao exemplar que está na mente do ser que a produz e crea, ou ella não é e não existe. A verdade metaphysica é estudada mais detalhadamente na parte da philosophia, que, com os escolasticos, classificamos de philosophia primeira ou ontologia.

[§ 11] Passemos á verdade logica.

Essa é propriamente a verdade, que cabe a esta parte da sciencia, que se chama – Logica. – Seu opposto é o erro.

[§ 12] Comecemos definindo-a.

A verdade logica é a conformidade ou conveniencia da intelligencia com a cousa.

[§ 13] Convem notar a precisão dos termos da definição. Na verdade logica não é a cousa que se deve conformar com a intelligencia, mas é a intelligencia que tem de convir, concordar ou conformar-se com a cousa. Aqui na verdade logica o conhecimento vai procurar nas cousas seu exemplar, elle se tem de modelar pelas cousas, de modo que a exacção do conhecimento, aquillo ou o *quid* que constitue a verdade está em o conhecimento manter e guardar completa igualdade ou [...]

*[falta trecho ilegível nos originaes consultados para esta transcrição]*

[§ 1A]... se não observam as regras da logica, as regras que, atravessando seculos, têm regulado o espirito no caminho das investigações da verdade, commetemos um erro. A causa de tal erro é e se diz logica ou causa intellectual.

[§ 2A] A causa intellectual do erro consiste, pois, em não observar a intelligencia as regras sabiamente traçadas pela logica na acquisição da verdade.

[§ 3A] Quando por uma paixão ou algum sentimento, isto é, por algum movimento do nosso coração deixamos de admittir a verdade, não queremos caminhar para onde e como aconselha rectamente o espirito, cometemos um erro. A causa deste erro é moral e não raro se encontra nos preconceitos de escola; minha escola assim pensa, logo assim é. Esse erro de ordinario se dá quando o espirito, que se diz emancipado, procura sacudir para longe de si a verdade sobrenatural, que, formosa e bella, se nos depara no christianismo, esta religião vinte vezes secular, que se ufana de Ter nutrido e glorificado os maiores genios, honra e gloria da especie humana. A historia de todos os dias nos affirma que , ao lado de um pequeno numero de adversarios verdadeiramente dignos e nobres, para os quaes o christianismo olha cheio de esperanças, cresce e se amontoa uma multidão de adversários, que, cobrindo-se do manto bellissimo e sobremodo honroso da sciencia e da liberdade, filhos do céu, sem investigação profunda, qual q que exige o problema da origem e destino e dos destinos do homem, nega tudo que traz o cunho sobrenatural! Dahi o espectáculo tristissimo que se nota na sociedade, isto é, os homens de uma certa classe, reprovados em seus costumes pela lei grandiosa do Evangelho, não podendo supportar a censura do christianismo, servindo-se de todas as armas, apaixonados, dizem que de tudo

descrem: não há moral, mas costumes: não há religião, mas religiões. E quando nós lhes perguntamos que sabem, elles crêm mais do que nós, com uma differença, nós, os catholicos, cremos na verdade de vem de Deus: elles crêm em A. Comte, Spencer, Huxley, Hegel, Haeckel, etc. Tinha razão Leibnitz quando disse que se os theoremas de nosso coração, certamente quasi todos já estavam negados. A paixão é causa moral do erro e é a peor. Ainda assim o erro pode prestar grande serviço e é que, humilhando-nos, faz com que com maior diligencia e perspicacia busquemos a verdade.

Rio, 17 de Maio de 1909.”

### 6.1.12 – Prova escrita de Raymundo de Farias Brito

“PONTO NO. 3 – A verdade e o erro”<sup>1065</sup>

[§ 1] A existencia universal não só se desenvolve numa variedade infinita de modos através do espaço e do tempo, como ao mesmo tempo tem a propriedade de se representar na consciência. Ao que se representa ou é capaz de se representar na consciência, ou mais precisamente, ao que existe, pode-se dar o nome de realidade, empregando-se esta palavra em sua significação mais ampla (equivalendo a existência mesmo). A representação da realidade na consciencia dá-se o nome de conhecimento. O conhecimento é, pois, como um segundo modo de existência das cousas, especie de sombra ou representação da realidade, como se a consciencia pudesse ser comparada a *um espelho através do qual se reflete a imagem do mundo*, para empregar uma expressão memoravel de Leibnitz. De maneira que temos de um lado a existencia e de outro lado o conhecimento como representação da existencia. Mas para que o conhecimento se possa compreender, indispensável é imaginar um principio mais alto – a consciencia, sem a qual é inconcebível a representação das coisas. A consciência, é pois, o fato primordial da natureza, espécie de ponto de contacto de dois mundos, de que um é a imagem do outro. Realidade de um lado e conhecimento de outro, como imagem da realidade – eis tudo, poder-se-ha dizer: mas além disto, é indispensável a consciencia como condição do conhecimento. De maneira que, além da realidade exterior que se desenvolve no espaço e no tempo, forçoso é reconhecer a existencia de uma realidade interna, de uma actividade de ordem psychica, sem a qual não se compreheende consciencia, e que é o principio mesmo productor do conhecimento. Essa actividade tambem se representa nas consciencia, sendo que não só conhecemos as forças da natureza, como as forças mesmas do espirito, de onde a distincção fundamental entre as sciencias naturaes ou a physica (em seu sentido mais geral, compreendendo a physica inorgânica (cosmologia, a física orgânica (biologia), - e as sciencias de ordem psychica ou a metaphysica.

[§ 2] Aqui, antes de passar a outras considerações, devo explicar o sentido desta palavra metaphysica – um sentido um tanto equivoco hoje. E para evitar confusão, convém começar explicando a origem mesma da palavra. Sabe-se que a palavra *metaphysica*, embora tantos trabalhos notaveis tenham sido publicados sobre a metaphysica de Aristoteles, não foi empregada por Aristoteles mesmo. Foi depois de Aristoteles, quando trataram de fazer a collecção de suas obras, que essa palavra appareceu, e dêste modo: o colleccionador reunio em primeiro lugar tudo o que se referia ao estudo dos phenomenos physicos, e completa essa collecção, reunio todos os outros trabalhos referentes a outros assumptos, isto é, referentes à psychologia, à moral, à theologia, etc., e a essa segunda colleção deu o nome *de Meta – ta – physica*;

---

<sup>1065</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909], p. 6.

o que apenas significa isto: *além da física*, ou *depois da física*. E foi essa a origem bem modesta da palavra que depois adquiriu tão grande fortuna, como nos é explicado por Weber em sua *Historia da Filosofia Européia*.

[§ 3] Não posso aqui indicar o capítulo e a página, por me não lembrar de memória. O que é, porém, conveniente accentuar, é que ao espírito do colleccionador, não passou despercebido que havia uma distincção radical entre os estudos que foram publicados sob o título de *Physica*, e os que foram publicados apenas com a nota: *depois da Physica*, ou *além da Physica*.

[§ 4] A palavra *metaphysica*, teve depois disto destinos varios, e seria fóra de proposito fazer aqui a sua história; mas não devo passar adiante, para entrar precisamente na matéria do ponto, sem primeiramente me referir à sua última luta, isto é, à luta que teve de sustentar a *metaphysica*: primeiro com o criticismo de Kant, depois com a filosofia de Augusto Comte, luta de que resultou a crença geral entre os maiores pensadores do ultimo periodo da historia do pensamento, - que havia resultado o desmoronamento e a morte da *metaphysica*.

[§ 5] Eu faço desta luta uma historia minuciosa e completa em um trabalho que publiquei sob o titulo de *Evolução e relatividade* (1º volume da série iniciada sob o título de *Finalidade do Mundo*), e creio ter o direito de me reportar aqui a esse trabalho; e não posso deixar de o fazer, porque é vastissima a questão que nos coube por sorte, e eu de certo não a poderei esgotar no curto espaço de tempo de que disponho. Mas em todo o caso, é bom que fique consignado o seguinte, que é o que se deduz do espirito de meu trabalho: a *metaphysica*, que é desmoronada por Kant e por Augusto Comte, não é a de que nos deixou indicação Aristoteles. Esta permanece sempre viva, porque a ninguém é permitido negar a realidade dos phenomenos psychicos e moraes, nem há estudo que de modo mais soberano se imponha à curiosidade do espirito. A propria theologia não se póde negar o seu character de permanencia, porque a theologia não é senão uma psychologia de ordem transcendente, e transcendência é uma necessidade natural do espírito, havendo não sòmente uma transcendência mathematica e dynamica, como igualmente uma transcendência psychica. Quer isto dizer: assim como a consideração da série dos numeros nos leva fatalmente a concepção do espaço infinito, sendo que esta serie não pode ser esgotada, e, dado um número qualquer, é sempre possivel imaginar um numero maior, para o que basta augmentar uma unidade; assim como a consideração da extensão nos leva fatalmente à concepção do espaço infinito, pois não podemos conceber limites para o espaço, e para onde quer que sejamos levados nos confins dêste, sempre dahi por diante se segue o espaço; do mesmo modo a consideração dos phenomenos psychicos, desde que a consciência de que temos conhecimento, embora seja de proporções limitadas, tem, entretanto, aspirações illimitadas, pois não há limites para a nossa aspiração cognitiva, - a consideração dos phenomenos psychicos, digo, nos leva necessariamente á concepção de uma consciencia infinita

[§ 6] Esta metafísica não morre, nem ha quem seja capaz de matal-a, porque para isso seria preciso que a consciencia fosse suprimida do mundo.

[§ 7] Não é, porém, esta a *metaphysica* a que se oppuzeram Kant e Augusto Comte, parecendo antes que esses dous auctores criaram um phantasma, para terem o prazer de desmoroná-lo. A *metaphysica* que Kant combate é a que elle imagina como estudo da alma, de Deus e do mundo, como simples idéas a que nada corresponde na realidade. Trata-se, pois, de uma verdadeira phantasmagoria. Mas não é a isto que se dá o nome de Psychologia. Esta é o estudo da consciencia, e a



consciencia é o que ha de mais vivo e real, e tudo poderá ser negado, menos a consciencia, pois sem a consciencia não se concebe a negação mesma.

[§ 8] Augusto Comte chama *Metaphysica* a interpretação da ordem da existencia pôr acção de entidades abstratas, como estado do espírito que succede á theologia, considerada por elle como interpretação da ordem da existêcia por acção de vontades abstratas (deuses).

[§ 9] Não tenho tempo para discutir aqui o positivismo. Reporto-me, pois, mais uma vez, á obra citada.

[§ 10] Voltemos, pois, ao problema inicial. A existencia, já considerada em suas formas exteriores, já na sua manifestação interna, como energia productora do conhecimento – eis a realidade. Esta representada na consciencia – eis o conhecimento. Nós podemos definir o conhecimento nestes termos: a noção que adquirimos das cousas. Mas esta definição é imperfeita, porque noção e conhecimento são uma só e mesma coisa, e deste modo, dizer: - o conhecimento é a noção que adquirimos das cousas - , vem a ser a mesma coisa que dizer: - o conhecimento é o conhecimento que adquirimos das cousas – o que envolve uma petição de princípio. Verdade é que os conceitos ultimos são de definição mui difficil, e se a definição tem por fim esclarecer, acontece, o mais das vezes, que, tratando-se de certos princípios, a definição, em vez de facilitar, pelo contrario difficulta a comprehensão do phenomeno. Com relação ao conhecimento, porém, não se dá isto e eu penso que o conhecimento pôde ser com todo o rigor definido nestes termos: o conhecimento é a representação da existencia na consciencia.

[§ 11] As considerações que venho até aqui fazendo e que deixei ainda incompletas pela defficiencia do tempo, e o conceito que fica aí por ultimo firmado, eram indispensaveis para explicar a verdadeira significação da verdade e do erro.

[§ 12] Se a representação corresponde rigorosamente á cousa representada, temos o estado de espirito a que se dá o nome de verdade. Se não há essa correspondencia, temos uma falsa correspondencia, temos por conseguinte um erro. A verdade é, pois, a perfeita correspondencia entre a representação e a coisa representada na consciencia, entre a realidade e a idéa. O erro é uma falsa representação, quer dizer, uma representação que não corresponde á realidade.

[§ 13] Questões gravissimas poderiam ser levantadas aqui. Por que o espirito que tem por destino proprio conhecer, adquire falso conhecimentos; mais do que isto: está nas cousas mais communs sujeito a erros gravíssimos e só com grandes difficuldades e por prolongados esforços chega ao conhecimento da verdade? Por que a consciencia, órgão que tem por função representar a realidade, está sujeita a represental-a falsamente?

[§ 14] Não entrarei na indagação de taes questões, pois nada poderia adiantar sobre problemas de tamanha gravidade em tão poucos momentos. Limitar-me-hei a fazer o desenvolvimento technico da questão da verdade e do erro.

[§ 15] A verdade é um estado do espírito; mas não é o único. Ha outros estados, constituindo o que Leibnitz chamava os differentes graus do assentimento. Ha em primeiro lugar o erro que parece o polo opposto da verdade. Mas o erro representa já um esforço do espirito: não equivale, pois a zero na ordem de conhecimento, o que se pode chamar o nada na consciencia. No erro ha já uma

representação, se bem que falsa; na ignorancia ha apenas a aptidão para o conhecimento, a capacidade do conhecimento.

[§ 16] Ha ainda a distinguir a duvida, a verossimilhança, a probabilidade, a certeza. Seria escusado entrar aqui na deducção de todos esses conceitos. A cousa é para deixar de lado por elementar em excesso. Questões de maior interesse podem ser levantadas.

[§ 17] Consideremos em particular a certeza. O que vem a ser a certeza? Certeza é a posse da verdade. Se eu tenho a noção ou representação de uma cousa ou de um facto, e tenho ao mesmo tempo a consciencia de que essa representação corresponde á realidade, digo que estou certo. Mas eu posso supor que a minha representação corresponde á realidade e estar, não obstante, enganando. Como resolver então? Está aí a distincção que vai da certeza para a convicção. A certeza é, de facto, a posse da verdade: mas eu posso suppor que a verdade está comigo e defender, não obstante, como verdade uma falsa representação. É que há distincção radical entre a certeza e a convicção. Examinemos essa questão, pois está aí o problema máximo do espírito, sendo necessário estabelecer o que se pode chamar o critério da verdade, o que mais importa para a distincção entre a verdade e o erro.

[§ 18] A certeza é a posse da verdade: a convicção é apenas crença nessa posse. Se eu possuo a perfeita representação, a representação adequada de um facto, tenho certeza. Se eu acredito ter essa representação, se há em mim êsse pensamento, mas sem garantia objectiva, podendo, entretanto, essa representação ser verdadeira ou falsa, neste caso tenho apenas uma convicção. A convicção é, pois, apenas uma certeza de character subjectivo. Mas aquillo que eu suponho ser a verdade, aquillo que se me apresenta no foro da consciencia como verdade é o que constitui para mim a verdade. E eu tenho o dever de defender a minha crença, tenho dever de lutar pela minha convicção. Neste caso como decidir?

[§ 19] A necessidade de um critério se impõe e o objectivo principal da logica não é senão fornecer-nos esse criterio para decidir entre a verdade e o erro.

[§ 20] Já estou cansado e não poderei dar a esse problema o necessário desenvolvimento. Mas, só pelos termos em que é posta, comprehende-se a importancia da questão. O meu maior esforço consistirá em fazer o resumo das idéias.

[§ 21] Criterio é julgamento. Diz-se que tem criterio aquele que sabe julgar; isto, qualquer que seja o ramo de conhecimento em que se manifesta a actividade do espirito. Ha, porém, o criterio moral que é o que dirige as nossas acções; e ha o criterio do conhecimento que é o que resolve entre a verdade e o erro. Comprehende-se que uma coisa está subordinada a outra, sendo certo que o conhecimento constitui um dos motivos e o mais importante na determinação das nossas acções. Quer dizer: nós somos determinados por verdades ou erros, e conforme é maior ou menor a influencia da verdade, maior ou menor é o grau da nossa moralidade. Por isto podemos rigorosamente dizer que a Moral é a Logica da acção, do mesmo modo que podemos dizer que a Logica é a Ethica do pensamento.

[§ 22] Como claramente se vê, cada uma destas proposições envolve questões da maior importancia. Mas eu infelizmente não as posso aqui discutir.

[§ 23] Sobre o criterio moral, isto é, sobre a regra suprema das nossas acções já publiquei também um trabalho exactamente sob esse título: *A Verdade como regra das acções*. A esse trabalho peço igualmente permissão á illustrada

comissão examinadora para me reportar. É ahi apresentada como regra suprema, como criterio da conducta, a verdade. Resta agora deduzir o critério da verdade mesma. O primeiro problema pertence á Moral; o segundo pertence á Logica. Vê-se por essa fôrma, que a Logica se prende immediatamente á Moral; nem podia deixar de ser assim quando é sabido que o conhecimento é solidário da acção, nas mesmas condições que o conhecimento é solidario do conhecimento.

[§ 24] Consideremos, porém, o critério da verdade. Toda a historia do espirito humano não é senão a historia de seu esforço continuo pela conquista desse criterio. Mas não é a verdade que domina a marcha do espirito. A verdade constitui apenas a sua aspiração suprema e a muitos se afigura como um ideal até certo ponto inatingível. O que domina o espirito e rege a marcha da historia é a convicção, e esta varia de individuo a individuo, e no mesmo individuo varia de momento a momento. Por isto mesmo, tratando-se do criterio da verdade, as opiniões se dividem, variando os criterios propostos na sucessão dos sistemas em que se decompõe o espirito em seu esforço pela conquista da verdade.

[§ 25] Eu apresentarei aqui em rapidas linhas as opiniões mais notaveis.

[§ 26] O criterio da verdade é o testemunho da divindade. É o criterio da filosofia da fé. Trata-se de uma filosofia que descansa na crença de que um dia Deus revelou a verdade ao mundo. Se há uma consciencia suprema e essa consciencia um dia falou e fez conhecer a verdade, comprehende-se que não pode haver criterio mais seguro. Mas para isso era preciso em primeiro lugar que se provasse a verdade dessa revelação sobrenatural; e quando mesmo essa prova fosse dada, ainda assim não poderia ser aceito o criterio proposto, por se tratar neste caso de um criterio exterior, imposto de fóra; e é necessario que o criterio da verdade tenha o seu fundamento na propria consciencia como órgão do conhecimento. De outra forma como se comprehende que pudesse a consciencia julgar da verdade da revelação mesma?

[§ 27] Fazer a historia detalhada deste systema, analisar os seus argumentos, analisal-o em suas multiplas modalidades, seria aqui impossível. Passemos, pois, a outro systema.

[§ 28] O criterio da verdade é o testemunho da antiguidade. É uma concepção que se prende á concepção anterior. Suppõe-se que Deus falou no começo dos tempos e que a sua voz repercutiu com maior intensidade no espaço; mas gradativamente se foi enfraquecendo através das idades o eco da palavra divina...

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1909.”

### **6.1.13 – Prova escrita de Júlio Oscar de Novaes Carvalho**

PONTO NO. 3 – A verdade e erro <sup>1066</sup>

[§ 1] “Como preliminar a respeito do assumpto concreto – verdade e erro – , direi que, sem uma theoria estatica e dinamica do entendimento, a avaliação de uma e o conhecimento do outro degeneram em vãos artificios do espirito humano, tentando explicações quaesquer no dominio dessa dupla verdade, objecto de toda philosophia – o mundo e o homem. Na especificação da parte estatica e dinamica do entendimento, a concepção age exercitando o organ da contemplação concreta ou

---

<sup>1066</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 4. O próprio autor reproduz o mesmo texto das provas com comentário. Cf. NOVAES [1909].

relativa aos seres, de onde synthese; abstrata ou relativa aos acontecimentos, donde analyse.

[§ 2] Também, na ordem contigua cortical do mesmo polo nervoso correlativo, quero dizer os lobos frontaes do encephalo, se trabalhando por comparação – induz – para generalizar, e, por deducção – coordena em vista da systematização. Dotado desses dous pares de orgams frontaes, os resultados correlativos á contemplação e á meditação precisam de um novo orgam o da expressão, que é aquelle centro nervoso em virtude do qual a communição se estabelece graças á palavra e á mimica. Após esse determinismo no cortice cerebral, que é a parte estatica e, portanto, anatomica, do entendimento, torna-se mister, abordando o lado estatico e dynamico do problema mental, anatomo-physiologico, evidentemente attender ás leis de philosophia 1<sup>o</sup>. que regulam a materia. Isto posto, direi, como regras fundamentaes, que é preciso subordinar por toda a parte, as construcções subjetivas aos materiaes objectivos; que as imagens interiores são sempre menos nitidas e vivas do que as impressões exteriores; que a imagem normal é de todas quantas a agitação cerebral faz, simultaneamente, surgir, a que tende a preponderar. Afóra taes regras estaticas da mentalidade especulativa, que, por assim dizer, importam no substractum da questão, a philosophia primeira, attendendo ao subjectivismo em jogo, nas leis do pensamento em movimento, ordena os seguintes criterios dynamicos: - o pensamento evolue apresentando a successão de tres estados: ficticio, abstracto e positivo, quaesquer que sejam as nossas concepções moraes, intellectuaes e praticas, conforme os grãos correspondentes dos phenomenos.

[§ 3] Ora, posto o problema nos termos anatomo-physiologicos em que o foram, prescindindo de verbiagem esteril, logo se percebe que a avaliação relativa da *verdade e do erro* depende da harmonia preestabelecida na mentalidade, tomando-se as fórmulas do pensamento como a função do orgam que pensa. A formula logica do methodo positivo recommenda – ‘Induzir, para deduzir, afim de construir’ e, tambem, ‘agir por affeição e pensar para agir.’

[§ 4] De sorte que; estabelecido na economia do encephalo o laço que correlaciona o espirito, o sentimento e a actividade e o erro dependem, intrinsicamente, da harmonia synergica e do consenso commum dentro dos processos da razão. As imagens, os signaes e os sentimentos se vão coordenando, segundo um fim – o do conhecimento relativo ao Mundo e ao Homem. É em virtude da propagação do *neurocymo* através dos *cylindros-eixos* ora centrifugos, ora centripedos, que, usando os *engrammas* impressos no protoplasma da cellula nervosa sobretudo cortical, a razão distingue o que é *verdade* do que é *erro*; tambem, tal qual opera, quando percebe o que exprime a constancia na variedade, ou á meditação e, a mais, inspirando pelo sentimento os materiaes intellectuaes. Não é de outra sorte que os genios philosophicos têm construido, em todas as épocas, o monumento evolutivo do pensamento humano até o estado final de positividade relativa. Entre o bom senso vulgar do homem do povo e o raciocinio do pensador, a differença esta apenas no grão de exercicio das funções do cerebro.

[§ 5] Galileu não descobriu a quêda dos graves differentemente do modo pelo qual uma criança descobre, primeiro, sua progenitora, depois seo pai, e, em seguida, a si mesma.

[§ 6] E ninguem dirá, dentro dos moldes positivos da razão concreta ou abstracta, que o facto se passa com especificidade em cada caso.

[§ 7] A verdade, e já posso concluir, é aquelle estado de consciencia vinculado á persistencia das imagens normaes, que preponderam, segundo o voto dessa philosophia primeira, que sonhada por Bacon, só foi realizada pelo genio aristotelico do S. Paulo Moderno – o fundador da Philosophia Positiva.

[§ 8] A verdade, comprehende-se é sempre relativa; o seo conteudo nos escapa; nós só vivemos de aproximações utilitarias, conforme as necessidades da vida pratica. E é por isso, justamente, que a gymnastica intellectual do syllogismo, a despeito das preocupações que vincula á verdade transitoria, antes suggestão que harmonia mental: tal como a Synthese Subjectiva ensina. O professor Bechterew, no estudo das funcções nervosas teme o syllogismo e o agrava com estigmas, do mesmo modo que o professor Forel no estudo da alma como funcção do cerebro. São deste eminente didacta os seguintes reparos acerca deste syllogismo em figura fundamental: a) Todos os homens têm estomago; b) F. é homem; c) logo, F. tem estomago. Ora, diz o eminente professor aos seus discipulos, aqui está uma *pseudo verdade* da deducção do geral para o particular (naturalmente o neurologista não quis escrever a palavra verdadeira, porque se diz que não se escreve) F. já não possui estomago, está vivendo muito bem sem elle, emquanto o syllogismo aristotelico ainda o constata. Portanto, ao envez (sic) da verdade, havia o erro. A verdade, como bem ensina o professor Mach em seo livro – “O conhecimento e o Erro” – tem gradação, mas não pode ser e não ser. A verdade mathematica não ser capaz de ser excedida por nenhuma outra, em precisão, como genero, na especie scientifica. Da verdade mathematica ( $2+2=4$ ) á biologica, há muita contingencia a pensar. As leis naturaes, da propria *Mathesis* passam vida mais relativa, na interpretação dos phenomenos correlativos – coexistentes e successivos –, do que muito letrado ainda pensa: os proprios planetas do nosso systema não descrevem as respectivas ellipses como um vehiculo nos trilhos.

[§ 9] Passando á verdade biologica, tomarei a neurologia e a cirurgia para exemplificar melhormente a mobilidade da verdade.

[§ 10] Está em revisão a theoria da aphasia.

Outr’ora, era verdade que a palavra humana se localizava no pé da terceira circumvolução frontal esquerda. Quando Broca mostrou na topographia cerebral a degeneração dessa circumvolução ao pé da fenda de Sylvius, alli no cerebro de Leborgne, houve uma delirante admiração em torno do cirurgião e anatomopathologista, talvez superior a que foi tributada a Newton no dia em que, corrigindo seo calculo, descobriu a gravitação universal.

[§ 11] Entretanto, em taes questões biologicas, a verdade é tão difficil de pesquisar, que, emquanto a gravitação continúa a reger a federação planetaria do nosso mundo, já se abalou o dogma da localização de Broca, graças aos admiraveis estudos de Pierre Marie e Mutier, em que peze a Von Monakov e Dejerine.

[§ 12] Pierre Marie, rectificando os trabalhos do seo mestre, encontrou a apparencia, onde elle mostrara ao seo mestre, encontrou a apparencia, onde elle mostrara ao seo seculo, o que julgava verdade. Para os que viveram na sua época e já não existem, aquella foi a verdade: e era o erro. O erro acompanha a verdade; por mais que esta formula pareça paradoxal, como a sombra ao corpo. Se a verdade fosse uma e única, por toda a parte, agora mesmo e sempre, a localização da palavra não passaria do pé da 3a. circumvolução frontal, para a área do campo de Wernicke.

[§ 13] Quando aquilo, que o gênero humano supõe *verdade* oscilla em seus fundamentos, o erro começa a surgir: se um desaparece, o outro surge. Só há uma única verdade absoluta, como ensina Augusto Comte, – é que tudo é relativo.

[§ 14] Todas as nossas theorias vivem á mercê de hypotheses mais ou menos approximadas da verdade. De remodelação em remodelação, a theoria das hypotheses como que gradua a tolerancia do parallelismo entre a verdade e a concepção della, entre as construcções subjectivas e os materiaes objectivos.

[§ 15] Da verdade absoluta só cogita o transcendentalismo esteril de uma metaphysica repudiada.

[§ 16] Ninguém consegue tocar a causa primeira do phenomeno. Não é em vão que o Prof. Mach, libertando-se do idealismo e do realismo nativo, dos neokantianos, na Allemanha, do pragmatismo nos Estados Unidos, do Empirio – criticismo francez, na theoria hegeliana da essencia, da theoria da immanencia, para tomar inspirações ao positivismo scientifico, conclue em seo livro, sobre o *conhecimento e o erro*, que a noção de *Causa primeira* deve ser substituida, pela de correlação entre funcção e orgam. No admiravel debate em que se encontraram Charles Richet e Sully Prudhomme sobre a questão da teologia, o poeta ficou physiologista, ao mesmo tempo que o physiologista se tornou poeta. Os admiraveis trabalhos de Lamarck sobre a *Philosophia Zoologica* e os derradeiros estudos de Espeleologia, convencem que o olho não foi feito com determinismo biologico – para a visão; que a estrutura evoluindo sob a acção do meio correspondente é que permite a visão.

[§ 17] O animal que é cego nas cavernas e cujos descendentes nem se quer apresentam, á pesquisa embryologica e adulta, os rudimentos dos orgams (sic) visuaes, trazidos, demoradamente, da plena obscuridade para a luz, meridiana, conseguem estruturar no meio o orgam da visão, transmittindo-o integro, por hereditariedade.

[§ 18] A mimosa-pudica, se o teleologismo zoologico e botanico a dá como feita para sentir, commette um *erro*, porque, quando se a faz viver submersa nos tanques de experimentação, ella muda de habito e de estrutura: nem só não se agasta mais, mas tambem, seo esqueleto perdeo em fibras a potencialidade de agastar-se. A verdade não pode ser teleologica.

[§ 19] Como bem diz Bain, nós não sabemos o *porque* cahimos de uma escada: será por causa da altura, por causa da gravidade do corpo, de uma vertigem, de passo falso? etc., etc. Eu sustento com a *Philosophia positiva*: a verdade teleologica é um erro certo. A verdade se demonstra em astronomia – observando: porque se a astronomia é a sciencia fundamental da observação, a observação é o methodo astronomico, tal como o methodo deductivo pertence a mathematica, que é a sciencia da deducção. A *Physica* é a sciencia da experimentação, porquanto a experimentação é o methodo physico; a *Chimica* é a sciencia da nomenclatura, porque a nomenclatura é o methodo chimico; a *Biologia* é a sciencia da comparação, porque a comparação é methodo biologico; a *Sociologia* é a sciencia da filiação historica, porque a filiação historica é o methodo sociologico; emfim a *Moral* é a sciencia da construcção, porque a construcção é o methodo da Moral.

[§ 20] Ora, procedendo com logica positiva, eu posso dizer que em mathematica as verdades se coordenam por deducção: em astronomia, por observação; em physica, por experimentação, etc., etc.

[§ 21] Tanto, por exemplo, não importa em dizer que a experimentação em biologia, quando feita pelos Claude Bernard, Vulpian, Cyon, Dastre, Morat, não seja um instrumento precioso: as grandes verdades biológicas do nosso século, devem-se ao método experimental. O *Erro de Broca*, isto é, a *Verdade* de ontem, neste particular, revela grande subsídio e expressão no caso.

[§ 22] Vejamos: Um cirurgião acaba de demonstrar, experimentalmente, que o centro da palavra não tinha por *habitat* a zona de Broca.

[§ 23] Os estudos anatomo-clínicos e physio-pathológicos, os métodos de impregnação do protoplasma com os cortes respectivos, etc., etc., já o haviam provado: o cirurgião porém, fez-o experimentalmente. Operando um louco delirante violento, accendendo a cada passo uma hemorragia de palavras correndo por sobre uma alalia incoercível, retirou-lhe o centro da palavra, a bisturi, de onde Broca a tinha localizado. A decorticação do pé da 3a. circ. Frontal foi completa, mas o louco não parou de excitar-se sob o domínio despótico da *ecphoria dos engrammas*. Eis aqui uma verdade abatendo-se sobre o golpe ousado de uma experiência *intra-rilam*, que eu condemno.

[§ 24] É preciso pesquisar a verdade e corrigir o erro, mas agindo com moralidade.

[§ 25] O homem não pode ter a dignidade ao nível da do animal de laboratório.

[§ 26] A verdade apresenta caracter estático em cosmologia e dynamico em biologia.

O erro é commum em biologia e rarissimo em mathematica: as previsões dos eclipses desafiam as previsões biológicas, sociaes e moraes. Tudo quanto não for verdade é o seu contrario, embora, até certo ponto, possam comprehender-se os dois extremos operando com certo meio alguma ligação.

[§ 27] Seria mister tratar da verdade em pathologia cerebral: o erro ahi é frequente. Da verdade e do erro nos grandes mysticos, em Sta. Thereza de Jesus, por exemplo, nos grandes artistas e criminosos celebres, na politica e na religião, etc., etc., seria mister tratar para tornar completa esta dissertação. Os grandes poetas como Homero, disseram verdades em versos: quando Ulysses, partindo de Calypsos, demandou Corfou, essa viagem foi descripta em verso pujante, com excellente sciencia astronomia grega.

[§ 28] O poeta, em chegando a mitos recommendou a Odysseus que fitasse as Pleiades, a Grande Ursa, Orion, e, conta nosso illustre Professor Faye em sua cosmogonia, refazendo a derrota do poeta grego, descripta, há 3.000 annos, ficou emocionado deante da precizão da verdade astronomica do poeta.

[§ 29] Se, como muito bem affirma o illustre pedagogo hespanhol, aprende-se a andar, andando; a pensar, pensando; a fallar, fallando; tenho como certo, que se aprende a descobrir a verdade, amando-a.

[§ 30] O homem que vive moralizado na fatalidade das leis naturaes, no pleno exercicio da sua actividade utilitaria, ama a Sciencia, que é a verdade, segundo a qual nós aprendemos que o 'Homem se agita e a Humanidade o conduz'. Dizem que o *erro* é uma especie de presciencia. Questão apenas de nome; mas se com isso, se quer significar, que, no inicio, o homem suppõe a terra plana para, ao depois, acertar

que é esphérica (Geoide); se se pretende notar que, a principio, o physiologista suppõe as paixões nas visceras thoraco-abdominaes, para depois as ir assentando no seo lugar de eleição – o cerebro – confesso, evidentemente, aceito essa presciencia como a embryologia da Lei dos Estados. Uma regra universal commanda a pesquisa de toda a verdade: é preciso fazer a hypothese mais simples, mais esthetica e sympathica de accordo com o conjunto do dados a representar. Foi assim procedendo que os grandes genios empolgaram as sublimes verdades.

[§ 31] Diz-se, até, que foi contemplando a queda de uma maçã, que Newton ficou Newton, o que é um absurdo acreditar: antes da queda da maçã o eminente cosmologo vio muito grave cahir. Eis aqui um erro grosseiro: Newton só foi Newton, porque o conjunto da elaboração astronomica dos seos antepassados, permittio o seu surto genial. Das verdades cosmologicas o homem falla com jactancia; das biologicas articula a medo. Todavia, há fallibilidades classicas, direi erros historicos, mesmo em astronomia: Laplace, tomando a idéia da nebulosa a Kant, entendeo fazer do cahos alguma cousa; assim, em notando 40 movimentos planetarios directos, entendeo generalizar este objecto a todos os corpos do systema planetario. Puro engano (!). surgiram, em nosso systema astros com movimentos retrogradados, e, o que mais é, ja se notou até alguns que gyram, periodicamente, de um e outro modo. A conclusão a tirar desse successo, é que Laplace commetteo um erro de generalização, ao passo que Kant teve a previsão da verdade, que ja se verificou. Verdade é este aphorismo aristotelico completado pela addição leibniziana – *Nihil est in intellectu quod prius non fuerit in sensu. Nisi intellectus ipse.*

[§ 32] Verdade é que tudo provém de um ovo, segundo Harvey. Verdade é que o homem é o producto da fecundação de um ovulo pelo elemento masculino de consorcio. Verdade é a circulação do sangue; como são verdades; a despeito de Gustavo Le Bom, o principio de Lavoisier e a radio-actividade dos corpos. Erro é crêr na eternidade e em phantasmas espirituaes, entidades quaesquer, em geração expontanea, na força intro-atômica da materia, capaz de reduzir o corpo a esse ether metaphysico.

[§ 33] Verdade é, bem dita verdade, a Familia, a Patria e a Humanidade.

Distrito Federal, 17 de Maio de 1909.”

#### **6.1.14 – Prova oral de Júlio Oscar de Novaes Carvalho**

“Illustre Sr. Director do Externato do Gymansio Nacional, Illustre Didactas das Congregações Conjuntas do Gymnasio Nacional; Illustres Professores da Commissão Examinadora; Meos Senhores!

*Ponto 20. Diferença entre a logica formal e a logica real.*

O ponto manda differenciar entre a logica formal e a que é real. Simples na dualidade de explicar-se a differenciação, parece, quem quer faria o individualismo na especie logica, como o que separa o abstracto do concreto, o sujeito do objecto; porque o formal implica o dominio especulativo, de pura intellectualidade, emquanto o real se refere – por isso que obra da experiencia ao que se possui de tangivel o material. E, justamente, praticada de chofre a prelecção no caso binario, o exgotamento do motivo da disseração seria fatal em duas palavras! Não deixa a margem a sorte para cogitação relevantes neste pretexto, como que escravizando o cerebro a meio de duas arestas, onde mal meo pensamento oscilla. Mas, talvez, não por al, deante desse despotismo em superficie do assumpto, me consiga revoltar



contra elle, em busca da originalidade com que prometto impregnar esta prova. Tomando iniciativa pelo lado historico interessante de attenção, que a logica formal desperta, apenas de inicio assignalo, foi o illustre Aristoteles, ao pôr os principios della, traçar o quadro de seos attributos, indo de resto formular as leis respectivas no caso, aquelle que lhe deo esse geito systematico. Assim, tal qual nasceo, já desfilou duas mil vezes por meio dos seculos afóra, atendo-se ao feitio originario; quasi incolume. No interregno prolongadamente secular a logica parece parada deante desse marco grego derivante do formalismo aristotelico. Nunca se notou equilibrio tão fixo nas obras do espirito humano. Essa fortuna singular coube à logica, ao passo que as sciencias progrediam de vez em quando com renovamentos completos. Todo mundo o sabe, a reforma formal da logica está vitalmente adherida aos trabalhos doutrinarios dos illustres logicos da escola ingleza, divulgados no XIX seculo. Essa theoria do predicado quantifeito, proposta simultaneamente por Hamiltonn, Thompson e Morgan, adaptando-se no caso a prioridade a George Bentham, marca com relevo, aliás sem consequencias destructivas do ensino aristotelico, uma phase de correcção convergente para a logica formal. Há que repartir de principio os logicos inglezes contemporaneos em duas principaes escolas: - a da logica especulativa, formal ou subjectiva, por excellencia; - a da logica material, real ou objectiva.

Entr'ambas não existe meio termo; de um lado os factos, do outro as idéas: os factos obrigam sensações; as idéas implicam construcções. Para alguns a inducção é que prima pelo instrumento da prova experimental; os demais, apegados á deducção, emprestando-lhe o relevo conforme Kant, erigem a logica á cathegoria de sciencia das leis formaes do pensamento, emquanto pensamento. Em quadro eschematico de interesse synthetico, o cathedratico de logica da Universidade de Granada – Prof. Izquierdo – assignala em cinco chaves as direcções fundamente da logica. Na ordem didactica, conforme o ensino do cathedratico latino, temos: (I) *A logica idealista* personificando-se em seos principaes dundadôres Fichte, Schelling; Hegel -; Scheiermacher e Krause. (II) *A logica positivista* dechotomisando-se em *formalista* (Hamilton, Mansel. & *e inductiva* (St. Mill, Bain, Spencer, &). (III) *A logica das sciencias ou methodologia* (Sigwart, Wundt, &). (IV) *A logica-extra racional ou dos sentimentos* (Lapie, Rauh, Ribot, &). (V) *A logica tradicional: os escolasticos*. Nos Estados Unidos do Norte, o illustre Prof. Baldwin, da Universidade de Baltimore, em original estudo referente a *logica-genetica*, propõe della o seguinte plano divisorio.

Aqui cabe, por inteiro, a diferenciação dualista de que venho tratando com a emprestada auctoridade do docente americano, o que convem assignalar antes de lhe traçar os limites completos, accingindo-me à synthese neste dissertar. *A logica genetica* lança os motivos intrinsevos do seo exercicio entre o “*funccional*” e o “*real*”: *logica funcional*, sciencia das marchas e processos de desenvolvimento do conhecimento [1ª marchas geraes: theoria genetica do conhecimento e do pensamento (logica experimental); 2ª. marchas particulares: methodologia das sciencias.]; *logica real*, theoria das realidades conhecidas; [1º. conjuncto organizado das verdades conhecidas; 2º. Theoria genetica da realidade.]

Tanto a *logica positivista* com a *logica genetica*, ambas ellas encerram no arranjo didactico da alçada peculiar – o formal e o real; a deducção e a inducção; a analyse e a synthese; o abstracto e o concreto; a generalização e a systematização; em duas palavras – o objecto e o sujeito.

Passo, desde agora, a cuidar da feitura original desta prova.

É que pretendo ao separar distinguindo o objectivo do subjectivo, as sensações e a intelligencia, os materiaes e a construcção, o mundo e o homem, pôr a logica inductiva de par coma deductiva dentro do esquema do Prof. Grasset, de Montpellier; - onde um genio se revelou na historia sabia. Selecciono de prompto no meio de multiplos graphics esse que convem de proposito accommodando-se com o aphorismo de Aristoteles, completo por Leibniz: “*Nihil est in intellectu quod non prius fuerit insensu, nise intellectus ipse.*” Tomo dos estudos da “*Mecanica do Systema Nervoso*”, ao Prof. Garcia (de Barcelona), segundo Blocq, as localizações cerebraes quaes se podem apreciar neste desenho.

[Figura 1]<sup>1067</sup>

Não fôra com complicações analyticas desenvoltas extraordinariamente, o receio de prejudicar minha synthese apertada no preleccionamento, e dar-vos-ia a geometria descriptiva axoneana cerebral de um Becheterew, Van Gehuchten. Dejerine, com todos os traços de chamada e certa linha de terra encravada no bulbo. É neste ensino ‘*physiologico de philosophia*’ devido ao illustre Prof. Grasset, que o deo aos alumnos de mathematica do Prof. Milhaud, retido os elementos essenciaes á divulgación do mecanismo nervoso da inducção e da deducção, quanto vale apreciar a fundo o real defronte do formal.

O limite topographico na corticalidade cerebral, divide-se em triplece logar anatomico: cerebro anterior; cerebro medio; cerebro posterior. Relevante é que se note na figura o contraste das sombras côradas; assignalam a zona cortical inexcitavel; a área clara de permeio – essa parte do pallio da cortex dito em technica região psychomotôra. Represente-se por esta circumferencia de circulo – O –, a synthese anatomica do cerebro anterior, o pelo nervoso do pensamento como subtractum do cortice á fonte, resumo do que alli se distingue (apontando...) nas localizações de Blocq; sejam, da mesma sorte, *A*, *V*, *T* as fórmulas graphics similares dos centros auditivos, visual, e tactil; *E*, *M*, *K*, identico modo, definem os centros da escripta, da palavra e kinetico, o kinetico, que da comamdo (sic) aos movimentos geraes, posto ao serviço da mimica – especie de linguagem surda –, gestos; a linguagem feita com sons articulados e a palavra escripta: eis a *facultas signatrix* de Kant, a facultade symbolica de Finkelbourg. *A*, *V*, *T* integram o sensorio nos logares corticaes das circumvoluções temporaes, pericalcariniana e perirolndica; *E*, *M*, *K* localizam-se nas zonas circumvolutioaes aos pés da 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> frontaes e da perirolandica. Os sons affectam as planuras ciliadas do organ de Corti com os estremecimento vibratorio dos elementos figurados na endolympha; a fórmula; o relevo, a extensão, o movimento impressionam o aparelho peripherico tactil e visual, o influxo nervoso agitando-se em neurocymo, que se move atravez dos cylindro-eixos centripedos, afim de firmar na cortex o registro da imagem correlativa. *aA*, *vV*, *tT* são as vias de conducção lançadas da periphéria para o centro do systema –nervoso; vias axoneanas centripetas; *Ee*, *Mm*, *Kk* conduzem o neurocymo centrifugo. O centro *O* consubstancia a textura do psychismo alto e consciente no polyono de Grasset; as consucções *tTEe*, *vVMm*, *aAKk*, etc., vias habeis dos sentidos, vehiculam os excitantes externos e internos numa especie subconsciente de trabalho mental no psychismo baixo ou polygono automatico. Num acto consciente de synergia cerebral, supponhamos, a funcção conjuncta polygonal do systema nervoso trabalha as descargas afferentes e efferentes, effectuando-as com normalismo; fica assim

---

<sup>1067</sup> Não foi possível reproduzir as figuras de Novaes [1909], pois o livro não encontrava-se disponível para cópia na BFD.

estabelecido o laço systemático colligando o objecto ao sujeito; donde, por exemplo: as formulas seguintes de actividade nervosa auditiva: *aAOEe*, *aAOMm*, *aAOKk*, ou, em linguagem vulgar, traduzindo estas expressões literaes do synérgico psychismo alto, quer dizer, *o som vibrado*, (palavra, nota) pode reproduzir-se graphicamente (escriptores, compositores, também pela palavra fallada senão vocalista no canto, na poesia e na prosa, emfim, por meio de gestos. Succede, devéras, que affectado o prolongamento optico retiniano deante do mundo exterior, a imagem qualquer visual vem de conduzir-se via centripeta acima, desde *v* até *V*. articulada nos neurones de *V* entra em relação mercê de fibras associativas, atiradas e projectadas de *O* em *V*. Se, porem, *O* não permite a adaptação connexiva na cadeia nervosa de ligação superior, ella se faz abaixo, ás expensas de *VE*, *VM*, *VK*, para actuar por *Ee*, *Mm*, *Kk*. Houvera a articulação neuroneana com *O*, o neurocymo centrifugo escapar-se ia por *OEe*, *OMm*, *OKk*.

[Figura 2 - Gráfico Grasset-Novaes]

Aquillo que digo do sentido da visão, do sensorio visual articulando-se com o polo intellectual, não fôra seperfetação, repetiria para a orgam de Corti e toda gamma de sons; também para o aparelho de Timofeew estremecendo endogenamente nos corpusculos de Pacini, de Meissner sua rêde desembanhada entortilhando-se em tufos de festões axoneanos. Mas me baste a exemplificação singular, porque os demais sentidos seguem a regra geral. Por ultimo, fixe-se que as fibras supra-polygonaes – *AO*, *VO*, *TO* – alem de centripetas são ideo-sensoriaes; as que centrifugam o pensamento (*OM*, *OE*, *OK*) realizando o acto: - ideo-motrizes; também supra-polygonaes. As fibras subpolygonaes travam-se de efeitos nervosos conduzidos nos psychismo automatico.

Na escola de Baltimore, a *logica formal* é a logica do logico, também distinguida como *exacta e pura*; a *logica dialectica* passa por ser a do *metaphysico*; somente a *logica genetica* se considera a do *sabio*. Todos os theoreticos da logica real se filiam a Bacon.

Bacon não que tenha na architectonica da experimentação produzido processo de methodo precisos, ou, ao dizer de Liard – completos e infalliveis; apenas o grande mestre da *inducção*, dentro do seo tempo, salientou a dignidade do estudo positivo dos factos; assim (?) bem ensinou a observar a natureza, para lhe concluir a lei dos phenomenos respectivos; donde essa logica nova que floresceo através dos Herschel de Whewell e St. Mill, de Bain e Spencer. Nesta conformidade, a evolução da escola ingleza, por entre os philosophos e logicos, começa no dominio experimental, pondo-se em fôco com os methodos inspirados a Whewell pela tradição baconiana (sic): de tal modo, se passa do methodo *das curvas*, *do das medias*, *menores quadrados e residuos áquelles da concordancia*, *da differença*, *da concordancia e differença*, *dos residuos*, *das variações concomitantes*, conforme o systema logico de Mill.

Se Bacon formulara essa sentença critica – ‘*Regicimus Syllogismum*’ –, sobram razões para que se acredite, apenas pretendera condemnar (sic) como instrumento de descoberta a logica deductiva. Whewell rompeo com Bacon; St. Mill e Herbert Spencer, arraigados ás doutrinas por que se extremam no atinente á genese do conhecimento, propugnham a annexação do dominio integral do formalismo á logica inductiva cujas excellencias a levantam na concurrencia mental. Augusto Comte a quem St. Mill sempre ouviu como discipulo, em que pese a honra do trato de collega com que o Philosopho o distinguiu, agradeceo ao didacta inglez a offerta do ‘*systema*

de *Logica*' que denominou de '*precioso tratado*'. Depois, no '*Discurso sobre o Espirito Positivo*', o Fundador do Positivismo assignala de modo impressionante, que a logica inductiva não poderá nunca ser melhor concebida nem caracterisada do que o foi pelo seo eminente amigo (Mill) assim associado á fundação directa da nova philosophia.

Talvez, attendendo-se a esse julgamento do positivismo, haja o logico moderno encontrada auctoridade historica e original sobretudo, para nomear a logica inductiva como factor da logica positivista.

Bem sei eu a evolução desse pensar na Philosophia Positiva e, finalmente, através das paginas da '*Synthese Subjectiva*.'

De facto a logica positivista é a logica da mathematica.

Na philosophia positiva se diz: a logica pode ser possivel mais tarde; no momento inexecutavel; o espirito abstractamente se reduz a generalidades tão vagas que não affectariam o regimen intellectual; os grandes processos logicos independentes da applicabilidade ficam sem precisão.

E a logica foi possivel – *mais tarde* – na *Synthese Subjectiva*..... porque *Logica é Mathematica*.

A formula final no particular da logica será: "*Induzir para deduzir, afim de construir*."

(Pausa...)

resumidamente: - No polygono de Grasset, *act*, dá-nos, em epura nervoas, a installação do aparelho peripherico universal de captação dos sentidos em exercicio no meio; *A V T* é o logar anatomico do aparelho central receptor ou do sensorio, onde os engrammas se accumulam; em *O*, a *intelligencia* proporcionando se a analyse, a *synthese*, a abstracção, a concretisação, induz e copara para generalizar; deduz e coordena, para systematizar. Ainda não se concluiu o trabalho nervoso nesse interessante artificio da epura logica de Grasset.

Certo: os aparelhos de captação e de recepção já funcționaram á direita do polygono; resta que funcțione á esquerda – o de transmissão. Houve excitação, sensibilidade, sensação e consciencia, em trabalho nervoso; agora a exteriorisação delle se expressa no gesto, na palavra fallada ou escripta; direi, a mercê da *facultas signatrix* de Kant.

É, assim trabalhando suas representações, cada qual – letrados e illetrados – se governa na sociedade.

Explicado em rapidos traços o eschematismo do Prof. Grasset, tome-se um exemplo inductivo na creança, a titulo de applicação, que se sancionará a theoria. Em pleno periodo de desenvolvimento, no apuro dos sentidos, a creança dá certa vez com a luminosidade aurea da chama oscillante de certa vela a gastar-se. Attrahida, ella lhe fixa o olhar, parando-o de chofre, em cima; em epoca que principia a coordenar os movimentos. Está-se em plena alvorada dos instinctos. E se diz que há mais intelligencia no instincto que instincto na intelligencia. Se – quem traz a creança – a desvia da luz, contrariando-lhe a *sympathia* da visada, ella se retorce toda até que dê em cheio co'a vista no fóco de attracção. Deite-se-lhe ao alcance da luz que, de incerteza em incerteza, oscillando a apreensão incipiente em tom (sic) do objecto, como quem tactea no ar, por fim, chega a total-a, queimando-se: chora e defende-se. É raro senão impossivel, doutra vez, reincida na aventura.

*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

Disse eu: época da alvorada dos instintos; mais intelligencia no instincto que instincto na intelligencia; coordenação motriz incipiente; atracção para luz.

Ora a crença, como que com o olhar parado, espia a fonte luminosa; se se a desvia, ella a busca de novo.

Não se lhe negam laivos de apercepção e filigranas intellectuaes. Fóra de duvida, entrentanto, o trabalho mental passou-se no polygono automatico: as vias em jogo foram: vVKk + tTKk, vVMm + tTMm.

Repita quem quer a experiencia e as formulas se reproduzem. Mas a mesma creança se avisa de vez numa inducção instinctiva. Deante da luz, a despeito da belleza primitiva da representação aurea, ademais o habito fazendo o aperfeiçoamento que monotonisa a sensação de retorno, o que causa a necessidade de emoções renovadas em derredor de outros objectos, logo a idéia de luz e de dôr surgem de par auctorisando-se instinctivamente e acautelando innexperto contra á ignorancia do phenomeno. A creança infere que *o fogo queima*; ao menos, apesar de tentada pela chamma, della se defende. Será, porventura, esta a inducção do sabio? É um esboço rudimentar do que seja isso em cabeça de sciente.

A creança guardou precisa, ou se pensa isto, a representação de certa reacção entre o fogo e a causticidade delle; quando percebe um, logo se lembra da outra, pelo simples motivo de que a imagem desperta o sentimento; afinal de contas identifica no acto a relação futura com a relação passada; todavia, no concluso, nenhum principio geral se auctorisou.

Pois a mesma inferencia, instinctivamente, entra em reproduzi-se com o phenomeno, sempre, cada vez, não se ultrapassa o caso actual, quer dizer, descursa-se de generalização. Agora já respondo ao que me perguntei antes: o sabio como induz? Essa inducção instinctiva na creança, passa a ser reflectiva no sabio. Da inferencia do particular ao particular, ascende-se a do particular para o geral, isto é, a inducção sabia consiste de facto nisto: admittir que o phenomeno se repete; o que é verdade em um caso particular, ficará sendo sempre em todos os casos semelhantes.

Ora, por tal caminho, se chega ao postulado da causalidade universal, isto é, dão-se casos paralelos na natureza, sufficientemente semelhantes, permitindo identificar o que aconteceu com o que acontecerá. A uniformidade da natureza.... dada aqui, em que pese a St. Mill, um circulo vicioso bem divulgado com a excellente critica do Prof. Liard, que acceito em sua plenitude, calando-a no interesse de seguir por deante. Pausa...

O polygono Grasset, systematizando a intelligencia e a actividade, em philosophia, como se o sentimento não existisse, precisa de completar-se. O homem não é feito só de intelligencia e de character; o sentimento prima em sua organização. A faculdade de sentir [.....] o coração, a de julgar é obra do espirito; o querer o character executa. Note-se: há o amor do eu; agindo, intensivamente, a serviço da personalidade estreita; certo, elle se desempenha função imprescindivel no conjuncto organico de cada ser, nas cumiadas de escala zoologia, no homem; nenhuma unidade, qualquer, em nossa especie, coexistiria á revelia delle; ajuda a manter-nos na vida avisando-nos das necessidades organicas; precisa, comtudo, estabelecer-se em exercicio proporcional. O altruismo como compensação se lhe oppõe ás demasias.

É mais fraco, embora mais nobre.

Tem solicitude delicada e sublima-se em grandes almas. Bem sei eu que a localização do sentimento é theorica.

O quadro cerebral de Augusto Comte tem uma estrutura toda subjectiva. Obra de um genio sem par; no dominio objectivo tudo está por fazer; nem sei por que methodo os neurologos, clinicos, anatomo-pathologistas, psychiatras e psychologos hão de justificar as localizações, segundo a hypotese de Aug. Comte.

Não se pensa nisso ainda (!); mas essa theoria admiravel, sorprendente, philosophica e biologica, utilitaria sobremodo, capaz de rege-nos, os nossos pensamentos., sentimentos e actos; em uma palavra; uma construcção philosophica da physiologia cerebral fica em nosso dias douctrina profunda e sem rival, satisfazendo ás necessidades moraes, intellectuaes e praticas. É bastante para que a continue acceitar; se não existisse, era mister invental-a. O Prof. Grasset acaba de pôr o problema da localização dos centros psychicos, avisando que não tem conclusões firmes ou definitivas. Ora, preencho no eschema do professor de Montpellier, a lacuna, que lhe notei, antes pelo lado graphico que pelo anatomico, se não se quizer acceitar para leito cortival do sentimento – os logares anatomicos inexcitaveis por detrás da area psychomotôra. Pois, seja  $O'$  (Fig. 2 – vide) a representação circular da zona do sentimento. Não a chamo de meo centro; não sei porque... (1) (Riso). Sendo  $E'$  o egoismo e  $A'$  o altruismo, que devem ser concentricos a  $Q'$  (synthese do sentimento), onde se mistura nas reacções reciprocas a dualidade affectiva (2), todos unidos, respectivamente, aos centros sensoriaes receptôres e transmissôres, vem assim ao dominio superior de  $O$ , teremos importantes conclusões a retirar debaixo do ponto de vista logico, philosophico e psychologico. Vejamos. No evoluir das escolas, tem-se a impressão de que o surto dos conhecimentos logicos se alevanta (sic) com primasia nos recintos universitarios da Allemanha. Pretiro o parallelismo entre a nova e a velha escola germanica. Não mais a metaphysica de Fichte e Schelling, a dialectica de Schleiermacher, etc.; apenas o normalismo moderno de Wundt e a methodologia de Sigwart e Wundt.

O eixo das cogitações logicas fez translação da Inglaterra para Allemanha.

Ao menos me parece que isso se deo.

A synthese do sentimento, misturando-se de egoismo e altruismo, no polygono de Grasset, sanciona o *normalismo* allemão em logica; tambem a *logica dos sentimentos* e a extra-nacional. Supponhamos em  $A$ ,  $V$ ,  $T$  a synthese das sensações. Se della, por vias altas supra-polygonaes, partem associações para  $O$ , desarticulando-se no momento o todo de  $O$ , o effeito derivante do sentimento sobre as imagens sensoriaes á revelia dos conselhos da intelligencia preponderantes em  $O$ , permite uma *logica estra-racional*. Se, porem, as imagens sensoriaes chegam igualmente ao dominio intellectual ( $O$ ) e ao do sentimento ( $O$ ), as reacções reciprocas, em cada caso, dão-se contas da logica positiva dos sentimentos, que não é feita de sophismas ou de erros, mas de synergia da razão qual especie de harmonia mental utilitaria. O normalismo allemão inclue-se na logica positiva dos sentimentos. Bem ensina o Prof. Wundt, o papel do *normalismo*, em logica, firma-se na necessidade do estabelecimento das leis reitôras do nosso pensamento e conducentes á *verdade*; especie de moral impondo leis para o *bem*. Ora, com a verdade a *razão* está; como bem o *sentimento* se adjunge, e, eis-porque e como, da moderna escola germanica, fica o normalismo logico dentro do polygono de Grasset. O automatismo no polygono permanece o mesmo; em logar de explodir firmando apenas o centro  $O$ , ao mesmo tempo inibe  $O$  e  $O'$ , ( $E'$ ,  $A'$ ). exemplo de automatismo: Trabalhando nosso systema

nervoso com as formulas  $aAOO'Mm$  e  $vVOO'Mm$ , no entretenimento de uma conversa, com certo amigo, supponhamos, ao terminal-a, sob a impregnação das idéias trocadas, pode acontecer, entabulando-se nova prosa com outro amigo, não raro o chamemos pelo *nome* do primeiro. Esse acto automarico, explodindo a modo de resonancia, é trabalho nervoso de  $aAMm$  e  $vVMm$ , pelo facto de ter-se dado a desagregação de  $O$ , ou de  $O + O'$  ( $E'$ ,  $A'$ ). em ( $E'$ ,  $A'$ ) e respectivamente  $O$  e  $O'$  aos transmissôres motrizes, asseguram synergicamente o exercicio mental da logica inductiva e da logica deductiva. Assim se chega induzir para deduzir, afim de construir.

Para aquelles logicos que pretendem o objecto da logica como simples exercicio do formal; os que se apegam ao syllogismo, como instrumento inventivo e jamais de prova; os que excluem quanto se refere à materia; a inducção á margem; esses, que trabalham (julgam trabalhar) o centro  $O$  independentemente da articulação com o s receptores sensoriaes, são os logicos do pensamento puro, emquanto pensamento puro.

O *material* entra-lhes pelo sentidos; todavia não se avisam delle, trabalhando-o.

Nesse caso o formal, em logica, o ideal, em philosophia, se concertam na função automa e tradicionalista do centro  $O$ ; dahi, tudo deriva num formalismo exercitado sem qualquer outra addição ao acto do pensamento que não seja pensamento.

O centro  $O$  autonomo e livre promovendo a deducção pura, "*nise intellectus ipse*", desagregado das vias associativas sensoriaes contra a regra do "*prius in sensu*", integra o formal conforme o tradicionalismo e a escolastica. Isso não importa em retirar a Aristóteles e ao doutor angelico, a parte de conhecimento porventura que lhes caiba sobre a antivisão scientifica da inducção.

Mas se considere, agora, o real – o experimental – para de passagem assignalar a doutrina inductiva por que se esforçam os Mill, Bain e Spencer, na escola ingleza.

Há que se considerar a theoria syllogistica. Abstrahindo-se de todo conhecimento ligado a objectos particulares, para só considerar o exercicio em geral do entendimento, ensina Kant, funda-se uma sciencia, pondo á margem a materia do conhecimento.

Da verdade dos principios tampouco das conclusões, ninguem se obriga; a preocupação única é ter sciencia de como certas proposições dadas, hypotheticas, se chega a concluir de conformidade com os requisitos do entendimento. Sim: mas é o que se nega, St. Mill á frente. Dado o conhecimento estructural do syllogismo, Aristoteles fizera reparo de que com premissas falsas se pode tocar a verdade. Exemplo: [Todo páu é pedra; Toda pedra é vegetal; logo = Todo páu é vegeta]; [Toda pedra é páu; Todo páu é mineral; logo = Toda pedra é mineral]. Já o Prf. (sic) Wundt, atinando com o lado psicologico do syllogismo, dá um surto novador nesta theoria – talvez a mais importante da sua logica –; [O céu é azul; o sulfato de cobre é azul; logo = o céu é sulfato de cobre (no ponto de vista da côr)]. Ora, a applicação da centragem aperceptiva de Wundt é delicadissima em se tratando do syllogismo classico.

Para St. Mill que nega aquella sciencia do entendimento, conforme Kant, só há inferencia do particular para o particular; a inferencia do geral para o particular

não é um modo primitivo e irreductivel do raciocinar. No aspecto commum de todo syllogismo, ahi se nutre uma petição de principio, em circulo vicioso: [Todos os homens são mortaes; Socrates é homem; logo = Socrates é mortal].

Diz Mill: ali, na 1.<sup>a</sup> premissa vive encravada a conclusão. Não nos dá nenhuma novidade como é. E prava (sic) [prova]. Ah! Se todos os homens são mortaes, por isso mesmo Socrates o é tambem. Não elle fôra isso, como admittir a plena generalidade da premissa maior? O principio geral, quem é, o recebe como verdadeiro (?), se há duvida quanto um caso que deve conter. Herbert Spencer, como Bain, Mill, Descartes, Hegel, Cajal, Schopenhauer, etc. têm razões bem proprias para descalidar a syllogistica. Todavia, como nenhum outro – afóra St. Mill –, a refutam de perto e com segurança original. Para o philosopho inglez há raciocinnios extra-syllogisticos: as affirmações simples da razão, tambem as complexas, escapam ao dominio dos syllogismos.

Nos dons extremos do raciocinio fallece ao pensamento enquanto pensamento (Kant), pelo modo do syllogismo, auctoridade nos raciocinnios. Consequentemente, essa modalidade logica, deixando de ser a verdadeira expressão de todo acto qualquer do raciocinio-primitivo, ou seja essencial, mediato, secundario e immediato, etc., repito, deixando e preterindo as affirmações mais simples senão complexas, da razão, fóra da figura architectonica da deducção syllogistica, incide em defeito insanavel. No exame directo do syllogismo, Spencer o agrava, como disse; indirectamente, criticando-o da grande premissa até a conclusão, seo feitio não tem nada de especial. Argumenta, mais ou menos, como Mill sobre o seguinte syllogismo: [Todos os crystaes têm um plano de clivagem; Isto é um crystal; Pois = Isto tem um plano de clivagem].

Psychologicamente, há triplice momento no instrumento deductivo tradicional e classico; mas, na successão a inferencia não retorna da proposição maxima para a minima. O syllogismo não exprime, pois, o processo de attingir o conclusio.

Tenho que parar aqui defronte do formal. Já mostrei como se o trabalha no eschema do Prof. Grasset com as minhas modificações a respeito do sentimento, por cujo intermédio dei conta na epura logica do normalismo allemão. Vio-se como no jogo eschemativo dos centros nervosos, o espirito apanhou e apanha a constancia na variedade; como combina, compara, separa, dissocia...

Descobrimo entre semelhanças e identidades o nexos dos conceptos, com autonomia a intelligencia trabalha a materia intrinseca dos seus juizos: eis o dominio do formalismo logico. Da especie do real em logica, já o disse todo o bastante.

Mas retomo o mesmo fio para o ligar melhormente (sic), pois que me ia esquecendo de propôr este reparo: H. Spencer, entrentanto, oppondo-se a St. Mill e quantos com elle pensam, aponta, desassombradamente, no computo dos elementos integrantes da trama syllogistica – 4 temos ao envez dos tres classicos! Ora, eu me parece, ninguem tomou a serio esse abuso da dialectica espenceriana em opposição ao illustre Mill, e, ao menos qu'eu o saiba, ainda não foi objecto digno de qualquer solidariedade de logicos e philosophos. Mas, se Spencer offerece a exquisitice reparavel de destacar quatro elementos no syllogismo, tambem Wundt a consente ensinando, contra tudo quanto a didactica logica regula, devem posuir caracter essencial na syllogistica as premissas e não a conclusão.



*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

These original (!) inspirada talvez nas obras de Beneke e de Stanley Jevons.

(Pausa)

Meos Senhores:

De inicio, eu vos prometti originalidade!...

Penso que na feitura desta prova, a estas alturas, posso avisar-vos de que me desobriguei do modesto programma anteriormente traçado, impregnando-o com as credenciaes do homem de estudo. (Movimentos de approvação na Congregação). Disse-vos da logica através escolas ingleza, allemã, americana, franceza e hespanhola, e, se nellas fiquei parado de preferencia na exposição – a culpa foi voluntaria, pois que de facto melhor empolgam o ponto da minha sorte. Não dominasse a preocupação de adjungir-me á especie delle, dar-vos-ia com proposito justo quanto na escola italiana se ventila, pelos orgams (sic) dos docentes illustres – Profs. F. Enriques (de Bologne) e Benedetto Groce (de Napoli).

Na escola italiana já entro a *theoria do neurone*, e se ensina que a formação das idéias permite-se representar physiologicamente qual um conjuncto de correntes nervosas analogas de certo modo ás coexistentes nas funcções cerebraes mais baixas.

Em uma palavra: é do dominio dessa escola neo-latina que, nos processos correspondentes ao desenvolvimento logico, as correntes são passíveis de localização, segundo as vias axoneanas fixas entre certos grupos de neurones e fibras no curso do trabalho mental.

Reportando-me ao eschema do Prof. Grasset, faço ainda o reparo, a nota feliz, assignalando-o com designio capaz de comportar a evolução da logica-italiana, que consiste em referir os objectos pensados ás partes dos tecidos cerebraes determinados pela neurologia, que dizer, aquelles grupos de cellulas (apontando para o eschema), onde synthetisei os centros A, V, T, O, O' (E', A'), M, K, E. a logomachia terá expirado de vez, em logica, ao tempo em que cada logico se venha dobrar de um neurologista, psycho-physiologista, physiologista, drimando sobre todos – o mathematico.

Onde, pois, a differença logica entre o formal e real, para o neurologista, psycho physiologista, o mathematico e o philosopho? Inverta-se a ordem. Deante do philosopho, o real consubstancia *o mundo*; o formal – *o homem*.

Não há differença para o mathematico: o real e o formal – completam-se; a regra é – induzir para deduzir, afim de construir.

Para o psychologista moderno – nada está na intelligencia que não nos sentidos, salvo a propria intelligencia; a differença, de uma só vez, tanto é philosophica como anatomica: de um lado, os elementos nervosos perphericos de captação mergulhados no meio; de outro lado, os elementos nervosos receptores cortices; a opposição se trava, por exemplo, entre o orgam de Corti esremecendo os cilios tocados na endolympha, pelos corpusculos agitados, e o centro cortical de registo auditivo; - a via centripeta conduz o real; a centrifuga – o formal.

Emfim, o neurologo apura mais a divergencia funccional, comparando o detalhe estruturado dos orgams em a analyse fina da visão directa. É que o neurologista na manipulação delicada dos côrantes do protoplasma, mercê e uma technica cada vez mais perfeita, tinge a cadêia neural, por onde se conduz o

neurocymo até o registo dos engrammas. Desta sorte apanha, com elevado criterio scientifico, o laço effectivo entre o objecto e o sujeito, o real e o formal – neurones acima na cadeia organica da captação, recepção e representação, sancionando-se essa harmonia por que se esforça o verdadeiro philosopho, quero dizer, a perfeita conjugação do facto á idéia, dos materiaes objectivos ás construcções subjectivas (1). Em synthese: a differença existe na funcção como na forma; na periphèria affecta-se, por exemplo, dentro do corpusculo de Pacine – o aparelho de Timofeew – com as vibrações do *real* –, cuja lembrança as fibrillas endo-cellulares do cortice respectivo affirmar em imagens vivas, que a intelligencia regula no *formal*.

Meos Senhores:

O typo de vero sciente obriga-se a tratar das cousas do pensamento, olhos fitos no organ que pensa.

Um logico viver puro de anatomia, physiologia, psycho-physiologia (!)... é um decapitado nesta epoca.

A psychologia vae-se regenerando na psycho-physiologia moderna dos eminentes Profs. Wundt, W. James e Höffding. E não há que admirar, amanhã, a psycho-physiologia se integralise na physiologia cerebral, conforme o ensino de Augusto Comte. Nesta alvorada do successo universal das doutrinas positivas, quando a psychologia doutr'ora transmudada hoje em psycho-physiologia mais se approxima da psychologia cerebral, tambem a logica, proporcionando-se a feliz reacção dos mathematicos – começa a ficar positiva, isto é, mathematica.

Não noto divergencia entre o mathematico e o physiologista: elles se completam. Aqui'stá esta projecção geographica reunindo um ao outro. Nesta carto geographica (Fig. III) com parallelos e meridianos, onde os grãos marcam as longitudes e latitudes, o genio do Prof. Rossolimo dezenhou as circumvoluções cerebraes, que passam a ter coordenadas, como os pontos salientes de qualquer paiz.

[Figura 3 – Projecções geográficas das circumvoluções cerebrais]

A *palavra* vem, pois, de exhibir uma latitude e uma longitude na topographia cerebral e craneo-encephalica. O sonho do Prof. Charcot ao prefaciá a feodesia-craneana do grande Beneditk, é um facto. A Leibniz se deve o jeito eschematico das figuras syllogisticas antes que a Euter, e, no moderno ensino allemão de logica, salvo tenues acrescimos na côres figuradas, o Prof. Ed. Wildschrey conserva as tradições graphicas da escola germanica. Com o sabio auctor do calculo infinitesimal esculpem-se as bases da logica sob fundo mathematico.

Começou a perguntar-se, então, ao parecer de Poincaré – com certaz (sic) razões – a mathematica pôde reduzir-se á logica, collocando-se em fôro differente do de seos principios?

Está-se em debates. Existe com fé toda uma escola operando. Vae-se dos trabalhos ácerca do numero cardinal transfinito de Cantor ás novidades dos Hilbert, Peano, Russell. Emquanto os escolastivos, Leibniz e Euter, se limitam á grapica syllogistica, Pastore inventa com muito talento o modelo ideo-physico, como motivo representativo da dynamica deductiva no syllogismo. O artificio mecanico das figuras syllogisticas, rege-se ao compaso de movimentos produzidos em torno de um eixo cylindrico, por intermedio de rodas concentricas capazes de exoluição directa ou retrograda.

Symboliza-se com tanto proposito o acto deductivo, vasta uma mola em decalque para obrigar premissas á conclusão após o estabelecimento da communicabilidade de forças entre uma serie de rodas successivas. E podemos, ao lado do engenho, que é a machina logica de Pastore, installar o pequeno piano logico de Stanley Jevons, tendo para teclado sujeitos e predicados unidos pela copula. O Prof. Poincaré pouco ou nada crê no symbolismo peaneano, chama-se a elle pesigraphia ou se lhe eleve a dignidade á logistica. O Prof. Coutural bem entende a concepção de Peano... até a definição da unidade, conforme Buralo Forti: por isso se oppõe de frente ao criticismo de Poincaré. Se Leibniz previo o modelo mathematico da logica, por certo não a imaginava com o feitio do peaneano. Pretende-se por elle a arte de escrever um trabalho de mathematica sem empregar qualquer palavra da linguagem usual.

É esse o pleno dominio do symbolismo qual abandonou *o porque, o como, o donde, o logo, o transpondo, o substituindo, etc., etc....* pelos effectos litteraes.

Nunca foi tão preciosa algures a tenacidade critica de uma sciencia e outra os desvanecios (sic) do seo tempo: Poincaré, neste momento, consubtanciando a elite de uma raça de mathematicos, persegue com um raciocinio preciso – defronte do qual as concepções logisticas se desfazem. Mas... o proprio Poincaré da-se contas, mal se refutou a demonstração a um logicista, salvo mudanças ligeiras, a idéa renasce. E a Logica de Russell, contrariada com as antinomias cantorinas, bem o prova.

Em uma palavra: da psychologia tradicional, autonoma, mentora das deis do pensamento por só introspecção, houve mister a passagem até a psychophysichologia dos Wundt... Esta-se a caminho da physiologia cerebral pela transição moderna. Succede tal qual á Logica Formal – Logica Real; Pasigraphia. Logistica, Algorithmica, donde logica mathematica. Há motivos de suppôr que a evolução scientifica moderna auctorise esse limite positivo para que tendem a psychologia e a logica. (Pausa)

Já disse quanto convem. Agora – á logica genetica.

Preciso de tomar o plano de seo conjuncto para que melhor a modele pelo ensino didactico do Prof. Baldwin.

Traçarei depressa este quadro, para – a seguir – considerar suas partes integrantes á altura da respectiva synthese.

Eil-o:

[Figura 4 – Lógica]

Analysemos a logica funccional e os tres estados correspondentes.

O presidente da Banca Examinadora: Está terminado o tempo.

(*Palmas prolongadas do auditorio*).

### 6.1.15 – Arguição de Júlio Oscar de Novaes Carvalho

**Primeiro argüente: professor Paula Lopes<sup>1068</sup>**

**Professor** – Qual a diferença entre logica formal e real?

---

<sup>1068</sup> A arguição aqui reproduzida foi publicada pelo próprio Júlio Novaes. Cf. NOVAES [1909], p. 140-161.

*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

**Auctor** – Respondeo, em synthese, nos moldes da prova oral.

P – Como o candidato metteo (textura) a logica formal e real dentro do polygono de Grasset?

A – Redarguiu conforme a prova oral.

P – O candidato pensa que cada qual no seo cerebro possui aquellas linhas e circulos que desenhou na pedra?

Pensa o candidato que na cabeça de nós todos vivem esses detalhes de esquema do Sr. Grasset? De sorte que aquellas linhas todas lá estão na brutalidade material do traçado?

A – Demonstrou a differença entre a theoria e a pratica. Salientou o que seja um *artificio logico*, um meio mnemotchnico; depois argumentou com as localizações cerebraes no dominio experimental, pathologico, cirurgico e neurologico. Retomou a clinica e exemplificou com a symptomalogia cerebral, que faz com que um cirurgião – via de regra – colha o tumor – se possivel, no logar anatomico, onde existe. Invocou-se o signal – repique de Brissand –; a corôa irradiante de Reil; o percurso dos axones na associação e ligação entre territorios nervosos, etc., etc.

P – O candidato fallou em memoria auditiva e visual, pois não sabe que os ensinios de Augusto Comte auctorizam só uma especie de memoria?

Não existe memorias auditivas e visual.

A – Bem sei o que A. Comte ensina; mas a sciencia moderna inspirando-se em extraordinarias provas anatomo-clinicas.....

P – Estamos de accordo; pergunto esses detalhes para salientar isso mesmo.

P – A sua Prova oral esteve melhor que a escripta.

O candidato fallou, ao dizel-a muito depressa; por isso apenas insisto sobre o polygono do Dr. Grasset. Por que o escolheu na applicação?

A – Illustrado professor.

P – Perdão: eu não sou illustrado.

A – (com intenção) Sr. Professor: Teve de seleccionar dentre 26 esquemas, que os vae apreciar em paralelo respectivo, para justificar a preferencia (tinha apanhado uma ficha sobre o motivo de dentro da these do Dr. Moutier, mas foi inhibido de continuar em proa a respeito).

P – Sabe que o candidato conhece essas cousas taes como tratam os auctores; agora, porem, nada tem que vêr com estes livros (apontando); a auctoridade somos nós....

A – Sr. Professor: O Dr. Vicente de Souza...

P – De saudosa memoria!

A - .... o Prof. Vicente de Souza traduzio, para uso dos estudantes de logica deste Externato, as “Lições sobre as Localizações Cerebraes e a Physio Pathologia da Linguagem” da lavra do Prof. Bianchi (mostrando o livro de Bianchi); as lições de logica, ditas neste Externato por aquelle docente, foram publicadas neste “Curso de Logica” (1900 – 1902) synthetisado em 218 pgs., das quaes só 107 – *quasi metade do curso!* – estão occupadas com os altos problemas da psycho-physiologia em

consorcio com a logica. Hoje Sr. Prof., taes elementos que illustram a logica, se se repara vem no progresso vencido, não cabem mais nos limites deste livrinho (apontando o Curso de Logica, 1900 – 1902); já o ultrapassaram; aqui esta o grandioso trabalho da Escola de Bicêtre, onde pontifica Pierre Marie; ao Dr. Vicente de Souza bastava o subsidio tecnico advindo do Prof. Bianchi; a mim, por agora, me basta o trabalho magistral do Dr. Moutier. O logico que ignora a psycho-physiologia é um decapitado: o pensamento despende do organ que pensa. Dentro do artificio de Grasset, como em nenhum outro, faz-se funcionar a inducção e a deducção. É claro. O exemplo que deo da inducção na creança e no sabio, basta evidentemente. O esquema do Prof. Bianchi em seo mecanismo do trabalho na epura da mentalidade, senão outro qualquer, deixa muito a desejar; nem comporta os desenvolvimentos e as explicações de que se dá contas o polygono de Grasset. Por isso eu o seleccionei. É um artificio logico, sem duvida. (Tomando o livro citado do Prof. Grasset entre as mãos continúa o A.) Aqui se lê; quem escreve é o proprio auctor da epura polygonal: “o esquema não serve senão para expôr e facilitar o ensino” (lendo). O esquema, parece de origem kanteana. Não é que o polygono fique traçado no cerebro de quem que.....

P – (com ares de pedanteria e affectando altos conhecimentos, dando-se pro mal satisfeito de quando ouvira, parecia emprestar ao auditorio a convicção de que arguido, deixou de articular cousas profundas e familiares ao seo genio. Nunca se vio um ignorante *in-materia* fingir tão bem o seo officio.)

Mas o candidato podia dizer tudo o que foi dito, a despeito do polygono de Grasset; usou do artificio para effeito didactico. Bem. A sua prova oral foi proferida muito depressa; por isso criticou apenas de modo rapido, um ou outro ponto. Agora á prova escrita.

P – (lendo) Chama o candidato de assumpto concreto, em prova escripta, a verdade e o erro?

A – Dizendo assumpto concreto, quis referir-se áquelle bilhetinho numerado que sahio da urna á sorte.

P – (lendo) Dá o candidato em seguida a theoria estatica e dinamica do cerebro. Muito bem, de acordo.

Mas, em seguida, tratando da evolução do pensamento escreve – “as concepções moraes, etc.” Há concepções moraes? (Pausa). Não: tem isto menor importancia; adeante...

A – O P. está com razão num ponto. Trata-se de uma lei de philosophia primeira, onde se escreveo apenas – “*conceções quaesquer*” –; mas, não se teve em vista reproduzir servilmente a respectiva lei. Contudo, há concepções moraes. O Prof. Hoffding...

P – Adeante: isto não tem importancia...

P – Não julga que se tenha bem dito, assim, como escreve o candidato – “... dentro dos processos da razão.” Porém, isso não vale um reparo; o que assignala, com intenção, é essa tecnologia da propagação do *neurocymos com cylinder-eixos, engrammas, etc.* Naturalmente quer dizer, *no tubo nervoso* há um fluido, o qual penetrando, por ahi, faz onda até o cerebro. Confessa a ignorancia *em neurocymos e engrammas.*

*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

A – Ensinou ao P. o que tudo significava, desanuviando-lhe a cegueira e com paciência premeditada.

P – (com admiração) Ah! Engramma é isso! Agora, sim, se compreende a technica do candidato: (repetindo) cylindro-eixos, neurocymos, ecphorias...

A – (com intenção) Está em condições de provar já o prestimo e a originalidade de taes termos. Aliás, convem notar, Pierre Laffitte, nestas lições de Philosophia Primeira (agitando o I tomo) aceita o technicismo dos *cylinder-axis*.

P – Se A. Comte penetrasse nesta sala, agora mesmo, havia de protestar contra o seguinte juizo (lendo): “philosophia primeira, que sonhada por Bacon, só foi realisada pelo genio aristotelico do S. Paulo Moderno – o fundador da Philosophia Positiva”. O que devia de ter escripto o candidato, era: - Fundador do Positivismo. Não acha?

A – Perdão: a qualidade de S. Paulo Moderno caracteriza, sufficientemente, o lado religioso de Augusto Comte; ahi cabe por inteiro o Positivismo Religioso; o positivismo Scientifico aqui precisando relevo, por isso se escreveo – fundador da Philosophia Positiva. É Augusto Comte o foi. Attenderam-se os dous lados – o religioso e o scientifico. Aliás a comparação de Augusto Comte com S. Paulo, Aristoteles e Bruto, fel-a o Dr... (procurando lembrar-se do nome)... Robinet. Essa comparação encontra-se em these que apresentou á Faculdade de Medicina.

P – O candidato escreveo (lendo) a respeito da verdade – “*o seo conteudo nos escapa*”; conteudo da verdade?

A – Fez um paralelo entre a verdade, co-resultante de componentes. Os componentes todos por junto, integrariam a verdade absoluta; seriam o conteudo della. Ora, disse, como tudo é relativo, inclusive a verdade, o contendo (componentes) não se integralisa perfeitamente na verdade (resultante). É claro que, se a verdade tem elementos; se taes não se definem em totalidade; algo entre elles escapará. Parece demonstrativo.

P – Agora (lendo) entra na parte menos importante da sua prova: o syllogismo. De novo temos a considerar os engrammas, cylindros-eixos e neurocymos; mas já nos entendemos a respeito. O candidato é muito evolucionista. Assim (lendo) escreveo aqui, em sua prova, “... o monumento evolutivo do pensamento humano...”

A – Precisa de lêr tudo; não pára ahi o sentido.

P – “... até o estado final de positividade relativa”

P – “os proprios planetas” etc.

A – É uma imagem essa bem cara a Aragô. A patente de invenção não lhe cabe.

P – Então o candidato pensa que um animal sem olhos em vindo da obscuridade para a luz, sem possuir os elementos e rudimentos do aparelho visual, consegue adquiril-o apenas com a mudança de meio.

A – Não se pensa isso, nem tal cousa se deduz do que está ahi redigido. Aqui neste livro – *Le Monde Végétale* – de Gastn Bonnier (mostrando-o) tudo se prova contra a teleologia zoologica ou finalidade animal. Compreende-se que o aparelho visual lá está no proten, no insecto, apenas tão profundamente atrophiado, via de regra, nada se distingue delle. A cultura á luz provoca a formação dos olhos.

*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

Affastando-se a finalidade, a causalidade, o que se pretende, evidentemente, é propôr a substituição do elemento logico metaphysico pelo positivo.

P – (com admiração) Então, animaes sem olhos na escuridão, os adquirem á luz natural?

A – Já se disse como os olhos surgem á cultura luminosa. Convem notar, nem só a luz diurna interfere como resultado; a artificial, expecialmente a electrica, convem sobremodo. As esperiencias estão feitas. São factos – Sr. Professor!

P – Então (?!), as grandes verdades biologicas do nosso seculo devem-se ao methodo experimental?!

A – É um facto...

P – Vamos adeante. O candidato pensa que tirada ou decorticada por seo pé a 3<sup>a</sup>. cire, frotal, se o individuo, que soffreo tal decorticação do organ da palavra, continúa a fallar, isto importa em má localização?

A – Perfeitamente.

P – (com enthusiasmo) Ao contrario, a integridade da palavra ahi corre por conta da *lei de persistencia*.

A – (com vehemencia) Está muito enganado – Sr. P. - : não há funcção sem orgão. Não cabe no caso o socorro á lei de persistencia.

P – (replicando) Em virtude das ligações nervosas, a despeito da decorticação, persiste a funcção, com intenção. Persiste!

A – Absolutamente não! Demais, a persistencia, dado que tenha cabimento, não podia transformar a excepção na regra; a persistencia da palavra teria termo afinal, como o movimento adquirido. Na hypothese valeria muito mais appellar para o organ symetrico; todavia, a funcção symetrica precisa de ser educada, e, sem essa adaptação, se torna impossivel a supplencia perfeita desde inicio, como que sem *hiatus*.

P – Mas, então, Sr. Candidato, a experiencia da secção medullar da rã e a defesa que se proporciona, em seguida, quando se lhe pinça uma pata, não provoca a *persistencia* da acção?

A – O P. esta muito enganado na interpretação dessa antiga experiencial! Sr. P.: a rã..... (o P. travando um dialogo sem nexo para se defender de tanta futilidade, como se isso fosse possivel, com o tom austero da sua impulsividade, quasi em aura, inibe a contestação precisa e franca)

P e A – Fallam ao mesmo tempo.

P – Contesta que seja privilegio da verdade offerecer character estactico em cosmologia e dynamico em biologia. Pois em a cosmologia não há verdades com character dynamico?

A – Tanto não importa em sustentar que as verdades cosmologicas não possam offerecer um fundo dynamico a certas de suas concepções. Mas, d’ahi a negar-se-lhe o character normal estatico, para se tomar o dynamico como directriz – é o que se condemna. O evidente, como um facto acceito, sanciona, por ex., que duas perpendiculares a uma recta situada em um mesmo plano, são parallelas entre si, jamais se encontrarão; roa, de tal proposição geometrica não resulta qualquer contradicção; o que lhe acredita o principio, tambem as pallicações, em mathematica.

Há fixidez nos theoremas de mathematica; dir-se-a caracter estatico nessa variedade da especie cosmologica, onde mais se generaliza. Em biologia, tome-se de momento, a concepção relativa á estructura do protoplasma.... Pois, quem ignora, a verdade é dinamica nesse particular?! O P. tem razão em admittir a phase dinamica da verdade em cosmologia; todavia, precisa-se notar, essa traduz a excepção e não a regra.

P – Donde se conclue que está com a razão. Pois olhe: Dos arrependidos o mundo está cheio (como percebesse o P. que mal repetio o chavão da plebe), ou, queria dizer, “os arrependidos são os que se salvam”.

A – (Ficou pasmo, e deixou passar a rajada psycasthenica)

P – (fazendo a ultima pergunta com ares de inspirado) Sr. Candidato: (lendo) “Verdade é que tudo provem de um ôvo, segundo Harvey”; protesto. Nem tudo provem de um ôvo: porem do vivo.

A – (com energia) Dá no mesmo – o reparo, Sr. Professor! O ôvo é uma cellula; uma cellula é um corpo vivo; pois, um ôvo é um corpo vivo. Portanto, o aphorismo de Harvey – *oume vivum ex ovo* – ...

P – (destemperando-se, articula uma perlenga inhibindo a critica justificada do auctor, confundem-se ás vozes do P e do A.)

#### **Segundo argüente: Prof. Paulo Frontin**

P – Aonde colloca o candidato o ficticio em logica?

A – Colloca-o na logica extra-racional.

P – Ao Candidato, disse: apreciou sua prova oral, aquellas referencias sobre o cerebro, os diagrammas, quanto disse da aphasia, da palavra, das imagens, no polygono de Grasset – o todo adaptado á theoria logica da inducção e da deducção. Julga mesmo muito bôa e interessante a prova oral do candidato; não dirá o mesmo da escripta. Entretanto, reportando-se as notas que tomou prelecção, tem que objectar. Assim, começa a reparar: - o candidato admittio um logica formal completamente autonoma? Qual a differença entre a logica formal e a real?

A – O formalismo autonomo surgido na prova das considerações historicas expressas particularmente no definido kantiano: pensamento emquanto pensamento.

P – Perdão: não foi ao tratar do pensamento conforme a logica de Kant.

A – De certo, não se pensa ao menos que se não accete a concepção adulterada do homem isolado – segundo Rousseau, como que possuidor dos sentidos apartados do spectaculo do mundo, trabalhando seos pensamentos sem a materia prima dos factos, o que compromette a hypothese da connexão entre a inducção e a deducção, dizia, não se pensa mais a estas horas em admittir o pensamento puro, emquanto pensamento. Acaba de diferenciar entre o formal e o real perante o arguente anterior...

P – É bastante. Ouvio o candidato affirmar que para o mathematico não há differença, trate-se de inducção ou de deducção?

A – Perfeitamente; porque se completam os methodos; sempre se tem em vista na formula positiva – induzir para deduzir, afim de construir. Aliás a escola



*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

logica ingleza só admite a inducção; nella, mais do que no sentido dado ao emprego da palavra differença, pelo A., com um único termo não se estabelecem relações.

P – Desejava saber qual a philosophia que segue o candidato. Naturalmente filia os seus conhecimentos á certa disciplina, e deseja saber qual ella, para o espirito do candidato.

A – (Pausa) Aceita a Philosophia Positiva: (acrescentando) com toda essa elasticidade, que só ella comporta, adaptando-se aos progressos modernos.

P – E não se teme que essa elasticidade venha a romper-se á carga? (Riso do auditorio).

A – Absolutamente: não há ruptura, porque – á carga de prova – as forças se fazem equilibrio. (Riso prolongado).

P – (passa á prova escripta). O candidato começa dando a theoria cerebral, para concluir a seguir o que seja *a verdade*, isto é, faz della um problema de harmonia mental.

Pede explicações.

A – Sr. professor (disse): nada melhor que um exemplo, para provar que uma sufficiente harmonia utilitaria entre nossas concepções subjectivas e nossas impressões objectivas, é o que constitue a *verdade*. Ora, supponha se em jogo a memoria auditiva. Qualquer dos que estão nesta sala (Externato do Gymnasio Nacional) pode recordar consigo mesmo, neste momento, essa musica que é o hymno-nacional da nossa Patria. Pois bem: se o escutassemos mal executado, agora, como se diz – commumente – assassinado, todos perceberiamos, graças a ruptura da harmonia, esse hymno não é a verdade, como foi idéalizada e escripta pelo grande compositor!?! Não é?

P – Mas, foi buscar, justamente, um exemplo que não serve: a harmonia na harmonia; o que não convem. O exemplo está dentro da arte...

A – Na arte, foi o exemplo collocado muito de proposito, porque melhor a synthese impressiona e convence...

P – O *Illustre candidato* sabe que na arte tudo está determinado (citou um exemplo, se não há equivoco – de Leonardo da Vinci).

A – Ao contrario disso: a sciencia é que possui assumpto determinado, fôra de qualquer escolha livre. A arte é livre, por sua propria natureza de moral em acção na escolha dos assumptos e no modo como os idealisa.

P – Precisa de propôr-se-lhe uma pergunta neste particular. É possivel? (movimento de approvação). Se na arte predomina o determinismo que pretende o professor (sic), agora irá resolver um problema de arte por cuja solução ainda os technicos suspiram.

O Professor vae definir qual seja a posição dos braços da Venus de Milo, dada a attitude com que o estatuario a cinzelou. Ahi tem o systema; o problema é determinado; pergunta-se-lhe: - qual a solução? (movimento de attenção: ruido no auditorio).

P – (sorri tambem). Mas o exemplo se deo na arte, e o nosso dominio especial é logico; portanto, diga-se, scientifico.

*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

A – A sciencia como a arte vivem (sic) dos sentidos. O exêmplo fundou-se na harmonia auditiva. Evidentemente se o poderia generalizar para a verdade como facto de harmonia visual e mesmo tactil. Não se crê mais na possibilidade do centauro; permite-se-lhe apenas a concepção artistica: o centauro como typo organico deturpa a verdade, quebrando a harmonia visual na analyse da escala zoologica. Nada ahi o justifica. Logo o determinismo não fica na arte, mas na sciencia.

P – O candidato (lendo) diz que Galileu não descobriu a queda dos graves differentemente do modo por que uma creança, faz suas descobertas. Não concorda com o afirmado, pretendendo explicações.

A – Sem duvida alguma: os orgams cerebraes de Galileu são os mesmos que a creança possui; o que varia simplesmente é o gráo de desenvolvimento delles. Não foi mister áquelle sabio de pôr de qualquer funcção cerebral que a creança falleça. O grande sabio fez analyse e synthese, meditou e contemplou, induzio e deduzio, coordenou, systematisou, generalizou.... e tudo isto a creança pratica em ponto pequeno com geito espontaneo e hereditário. Apenas, qualquer, tendo os mesmos orgams que elle, na cabeça, nenhum em nossa especie, descobriu as leis reservadas ao seo genio.

P – Afinal se chega, agora, a questão da aphasia tão discutida em nossos dias; como se diz – em revisão;

Pretende o candidato abater dogma de Broca dispondo apenas de um caso contrario?

A – Engana-se – P.! Veja este livro (Dr. Moutier op. cit.)!! É bastante volumoso para preterir o asserto de Broca mediante um só caso! (abrindo o livro de cujas paginas retira uma ficha, lendo). São 387 casos!

Observações excellentes.... (repetio) observações magistraes....

P – *Porque* foi Fulton quem descobriu a machina a vapor e não os homens sabios do seo tempo?

A – *Porque* foi Newton quem descobriu a gravitação universal – e não Hook?

P – O *distincto candidato*, baseando-se em uma *lei positiva*, quiz dizer – de philosophia primeira, affirma que a imagem normal é menos nitida e intensa que aquellas que a agitação cerebral faz simultaneamente surgir! Está enganado: a imagem normal guarda a mesma nitidez (com entusiasmo)!

A – Absolutamente não! Se a imagem normal não fosse menos nitida e intensa, por certo seria igual ou superior ao objecto que a desperta,

P – (disse qualquer cousa; interrompendo)...

A – Mais nitida e intensa a imagem que a realidade exterior!?... seria a loucura! Igual ao proprio objecto, ao original, seria o idiotismo! Nem loucura, nem idiotismo!

P – Se o illustre candidato já houvesse bem prestado segura attenção a uma mulher vaidosa, a que vive vida de espelho, estaria farto de saber como guarda a imagem de todos os detalhes de fôrma, situação, côr, volume, do signal que lhe embelleza a face: senão mais nitido do que é em si esse signal, a imagem delle a guarda tal qual é.

P – Se se aprende a andar – andando, – a pensar – pensando, - etc., deve-se aprender a descobrir verdade... descobrindo-a; ao passo que o candidato, na prova, conclue que é... amando-a.

A – Pode parecer ao inexperto, não indo ao fundo da analyse do que se objecta, ao professor a razão pertence. Ora, não há quem se destine a empolgar as verdades quaesquer, sobre tudo scientificas e transcendentes, sacrificando-se e mantendo-se nas pesquisas, em lucta com mil vicissitudes e persistindo nos esforços intellectuaes, moraes e praticos, tudo ao serviço da idea por cuja realisação o homem se dedica, sem que um *quid* o retenha e estimule, o domine e apure todo o valôr...

P – (interrompendo, quebrando o fio ao conclusivo) se só se pode pensar – pensando, andar – andando –, é obvio...

A – Quer dizer (repete, esse *quid* é totalizado na paixão, na vocação, em uma palavra, no *amor* que o artista dedica á arte, o cientista á sciencia, o experimentador á...

P – Descubra se a verdade.... descobrindo-se, isto é, aprendendo-se a descobri-la.

A – Há muitos meios de descobrir a verdade! As vezes basta o acaso! Se um exclusivamente existisse, a formula logica do professor conviria. Se há um só modo normal de andar é pensar, existem infinitas combinações de methodo e de doutrina para dar com a verdade. Não se diz com a verdade... como se anda.

P – A philosophia positiva vive cheia de fetichismo e phrenologia. Nella niguem percebe a psychologia, ao passo que, por toda parte, a phrenologia surge... (continua proliferando taes frioleiras, impondo silencio ao arguido; ao termo da hemorragia de palavras, dá-se por satisfeito, e, rompendo o auditório, dirige-se ao arguido, para dar-lhe parabens com fortes apertos de mão pelas provas de concurso).

### 6.1.15 – Prova escrita de Graciano dos Santos Neves

“Ponto N. 3 - Verdade e erro<sup>1069</sup>

[§ 1] ‘Verdade aqui, erro além dos Pyreneos’ – disse um dia amargamente Pascal, esse grande espirito torturado que debalde procurou repouso para o seu incuravel pessimismo. A verdade é humana, é relativa a sociedade e ao homem. Em primeiro lugar, a verdade depende dos sentidos. Diziam os os (sic) antigos que ella é a conformidade entre a intelligencia e as cousas: – *conformitas intellectus et rei*. Basta essa consideração para mostrar desde logo que não há verdade absoluta, desde que a verdade é uma relação entre o sujeito e o objecto. Na parte critica da philosophia de Kant assim o demonstrou, patenteando a inanidade dos esforços humanos na descoberta de verdades absolutas: – só podemos conhecer os phenomenos, aquillo que affecta os nossos sentidos, disse o grande philosopho de Koenigsberg. E mesmo na percepção dos mais simples phenomenos, temos tantas vezes occasião de testemunhar que os nossos sentidos isoladamente se enganam, e que é preciso que um delles se rectifique pelos outros! Taine, na sua celebre obra *De l’Intelligence* mostrou com esse factio é commun. Ora, se as nossas construcções intellectuaes dependem das acções que recebemos dos sentidos, imaginemos como ellas não devem ser precarias, como difficilmente se levantam, e como muitas vezes se falsea a relação que elas devem manter com os factos.

---

<sup>1069</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5.

[§ 2] De certo a intelligencia tem as suas leis proprias. *Nihil est in intellectu quod prius non fuetir in sensu*, excepto, como disse Leibniz, a propria intelligencia. Ha leis logicas que obedecem os sujeitos e leis physicas a que obedecem os objectos. Nem, como disse fortemente Buckle, inspirado nos principios de Kant, se podem comprehender umas sem outras. Se pudessemos suppor que os phenomenos se manifestassem sem regularidade, claro está que a nossa intelligencia tambem não teria leis, assim como é absolutamente insensato suppor o caso inverso.

[§ 3] Ha leis logicas e ha leis physicas que mutuamente se suppõem. Da relação de umas com outras é que nasce para nós o criterio da verdade. Mas, é proprio da intelligencia humana, é mesmo o seu character fundamental, que ella não se contente com o conhecimento dos factos particulares.

[§ 4] Ella tende á generalização, ella procura incessantemente inferir cousas desconhecidas de cousas conhecidas. Pela observação, pela experimentação, pela analogia, pela hypothese, por todos os recursos logicos de que dispõe, ella tende a ascender ás leis que regem os phenomenos, para os prever.

[§ 5] Mesmo uma lei de menor esforço, um principio de economia intellectual para isso impelle, conforme abundantemente o demonstra o professor Mach, no seu magnifico livro: *Conhecimento e o Erro*.

[§ 6] Kepler, por exemplo, tendo observado que a orbita do planeta Marte era elliptica, não fez duvida em concluir immediatamente que tambem o eram as orbitas dos outros planetas. Observações posteriores demonstram que assim era. Houve, pois, conformidade entre a construcção intellectual de Kepler e a realidade do facto previsto. E é isso que se chama verdade. É a conformidade da intelligencia com as cousas, é uma relação entre o objectivo e o subjectivo, o que desde logo indica o character eminentemente relativo das verdades a que podemos atingir. Quando pela mais engenhosa e mais perfeita das deducções chegamos a um resultado, só podemos saber que é verdadeiro o principio de que ella partio quando o resultado conseguido fôr verificado como certo.

[§ 7] Dado o character relativo da verdade, podemos tambem concluir que essa conformidade da intelligencia com os seus objectos só pode ser approximada, como, aliás, todas as leis physicas o demonstram. As leis que regem os phenomenos só são conhecidas como certas quando se realizam as respectivas previsões que ellas fazem. Quando Mariotte descobriu a sua celebre lei da proporção inversa entre os volumes dos gazes e as suas pressões, as primeiras previsões, dentro de certos limites experimentaes, foram verdadeiras. Pouco depois se vio que, além desses limites, as previsões que ella fornecia eram incertas. E eis ahi um exemplo da relatividade das leis. Seja, porém, como fôr, é com essa relatividade entre o sujeito e o objecto que nós construimos a sciencia, na qual acreditamos, mesmo quando as leis que ella formulla não estão ainda provadas pelo exemplo de outras leis que já vimos verificadas. É como dizem os positivistas, uma fé demonstravel.

[§ 8] A nova escola pragmatista, a philosophia da acção, como lhe chamam os seus adeptos, vai muito mais longe. Diz ella que as construcções scientificas só tem valor quando conduzem a resultados praticos, como se fosse possivel que ellas chegassem a taes resultados se não fossem capazes de os prever. A pratica prova, mas não prevê.

[§ 9] Chama-se erro a não conformidade entre a intelligencia e as cousas. Quando numa construcção intellectual se prevê algum facto e essa previsão é

desmentida pela experiencia, diz-se que ella está errada. As mais perfeitas construcções subjectivas, desde que não concordem com os factos objectivos, podem ter um certo valor como simples exercicios intellectuaes, mas são erradas. Assim como as verdades são sempre relativas e approximadas, assim também muitos erros são approximações da verdade e, por isso, muitas vezes necessarios para a descoberta desta. Aliás, não há regras que nos preservem de errar. Como diz o vulgo, é necessario errar para acertar. As proprias condições da intelligencia nos levam a essa necessidade.

[§ 10] Os processos inductivos, isto é, aquelles que nos dão as bases das nossas construcções scientificas, são uma fonte inexgotavel de erros necessarios, contra os quaes não nos podemos precaver. No raciocinio inductivo nós suppomos a uniformidade da natureza para tirar conclusões geraes de alguns factos particulares e reciprocamente consideramos as nossas conclusões geraes como provas dessa uniformidade.

[§ 11] Quando de algumas observações de certos phenomenos nós induzimos uma lei que declaramos regel-os, não temos garantia alguma para não errar. Só a falsidade das deducções que della tiramos, e que são desmentidas por verificação pratica posterior, é que nos mostra o erro inductivo que comettemos. As analogias mais proximas, as hypotheses mais prudentes se mostram muitas vezes falsas, ao passo que outras mais arrojadas e aparentemente mais gratuitas podem levar a grandes descobertas. A comparação das ondas liquidas e sonoras com a preparação da luz e da electrecidade, têm revolucionado a physica moderna. Entretanto, nenhuma garantia *a priori* poderíamos obter de que essas hypotheses nos não conduzissem ao erro. A conservação da energia é ainda uma hypothese, mas, já muitos cientistas a empregam como uma explicação de todos os phenomenos.

[§ 12] Acontece até que hypotheses contrarias são applicadas indifferentemente em certo casos para a explicação de certo phenomenos, conduzindo aos mesmos resultados. E é este um grande argumento dos pragmatistas para provar a primazia da acção sobre a theoria, asseveração temeraria, como já vimos, e que a historia das sciencias desmente por completo.

[§ 13] O erro está nos sentidos, na organização mental do homem, e só á força de errar que elle póde se approximar da verdade relativa a que lhe é unicamente dado aspirar.

[§ 14] Demais, a historia nos mostra como tem sido fecundos muitos erros. Os epyciclos de Ptolomeu conduzirem ás verdades da Astronomia, os erros dos alchimistas á formação da Chimica, etc.

Rio de Janeiro, 17 de Maio de 1909.”

### 6.1.16 – Prova escrita de Euclides da Cunha

“PONTO NO. 3 – A verdade e o êrro <sup>1070</sup>

---

<sup>1070</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909b], p. 5. O texto desta prova pode ser encontrado em diversas publicações. As mais interessantes são a de NOVAES [1909], p. 73-117 e a de REALE [1998], p. 147-156. A primeira consiste num protesto público contra diversos aspectos do concurso. A prova de Euclides é lá reproduzida nos extratos que o autor do *Accuso* comenta com crítica e ferocidade. A segunda indicação, mais recente, é a de REALE [1998], p. 157-178. Não nos pautamos em sua reprodução uma vez que este autor optou pela atualização da ortografia, procedimento que aqui não se adota.

[§ 1] Sabe-se como os logicos tradicionalistas, que ainda existem, obedientes à influencia aristotelica. Ligeiramente modificada pela elaboração mais perturbadora do que fecunda de Hamilton e Mansel, caracterizam o dominio da logica que para elles é a unica logica, a Logica Formal. Dizem: é a sciencia das leis formais do pensamento. Quer dizer a logica no analisar os conceitos repartindo-os nos seus atributos essenciaes, no organizar os juizos ligando os conceitos, e no desdobrar os atributos essenciaes, no organizar os juizos ligando os conceitos, e no desdobrar os juizos na triade syllogistica ou nos longos encadeamentos deductivos – digo encadeamentos do raciocinio deductivo em todas estas operações se desliga da realidade. Nada tem com a genesis desses elementos que são os seus elementos dominantes. Aceita-os formados e não inquire se são verdadeiros. O seu objeto unico é saber se elles são legítimos, rigorosamente submetidos aos princípios universais da identidade, da contradicção e da exclusão do meio. Dado o conceito, o juizo e o raciocínio, a missão do logico não é saber se o primeiro se constitui não obediente a uma consulta lucida das coisas, se o segundo traduz um conhecimento real ou científico, se o terceiro é o molde infrangivel da verdade. A sua missão é mui outra: é saber se o conceito que lhe apresentam, e que elle não viu nascer, encerra ou não encerra alguma contradicção intrinseca, em uma palavra, se é legitimo: se o juízo é analytic ou synthetic, já exprimindo apenas o desdobramento de uma noção nos atributos que lhe são inherentes, já reflectindo uma conquista real do pensamento sobre o mundo: e feita a distincção, o logico tradicionalista considera ‘legítimo’ o primeiro e francamente illegítimo o segundo. Porque é somente os criterios inversos da extensão e da compreensão dos termos, que elle poderá desdobrar as cadeias syllogisticas adscritas a uma condição unica, primordial e necessaria, a condição de serem ‘consequentes’. Não importa que as premissas sejam flagrantemente erradas: a conclusão será legitima desde que se não violem as regras atinentes exclusivamente á *fôrma*, e não á *materia* do conhecimento. Não precisamos exemplificar, o que seria facillimo. É evidente que nesse remontar exageradamente a realidade a Logica Formal só *se vincula* á verdade por intermedio de laços muito frageis, ou através de uma influencia de todo em todo negativa – limitando-se, por exemplo, a negar a possibilidade de realizar-se ou de traduzir uma existencia inegavel aos conceitos ou juizos contraditorios. Foi á luz desse criterio que Leibniz, mau grado a sua profunda religiosidade, negou a possibilidade de Deus e que Zenon negou a possibilidade do movimento engenhando ha dois mil annos um sofisma indestrutivel ante o qual embalde se debateram os espiritos privilegiados de Aristoteles, Descartes e D’Alembert.

[§ 2] Mas reduzindo-se deste modo, a ser ‘a sciencia do possível’ a logica formal ladeia, visivelmente, o problema da Verdade. Em um lance unico ella aparentemente o encerra – na teoria geral da demonstração, definida, em uma concisão admiravel, por Aristoteles, como sendo o syllogismo do necessario. Quer dizer: aos princípios universais, e ao principio maximo do *de omni et de nullo* e regras que se derivam dele, o logico tradicionalista adita pela primeira vez a condição da realidade. Mas ainda nesse descer do ceu á terra, tomando pé entre os fatos, observa-se que *même en marchant elle a des ailes*. Realmente, na demonstração mathematica que ella especialmente considera, a conclusão dos raciocínios é necessaria, e traduz, ao parecer a verdade, porque as premissas se atem á condição de traduzirem principios verdadeiros. Mas considerando-se que essa demonstração só póde progredir a mercê da energia latente dos axiomas e dos elementos claros fornecidos pelas definições mathematicas, não é difficil mostrar, de relance – por não desviarmo-nos do assumpto principal – que ainda neste lance o desdobramento syllogistico a que se poderia

submitter toda a mathematica desde a geometria á mecanica – estabelece no seu próprio rigorismo o compromisso de um abandono mais ou menos dilatado da realidade.

[§ 3] De fato, embora não admittamos – por incompreensão ou fragilidade de pensar – que os juizos mathematicos tenham um caracter de necessidade inelutável pela circunstância de serem ‘*juizos sintéticos a priori*’, consoante a denominação de Kant, inexplicavelmente partilhada por mathematicos destes dias, de estatura de Poincaré e outros – e esteiemo-nos de preferencia na opinião dos que demarcam à mathematica uma genese experimental, caracterizada por verdades inductivas, quase espontaneas e intuitivas, e por isto mesmo totalmente desapercibidas em uma vasta sistematização deductiva; não podemos deixar de reconhecer que o mathematico se subordina por momentos á realidade, sob a condição de abandoná-la logo depois. Todo o rigorismo logico de suas conclusões advém-lhe do fato de ter sido elle o proprio construtor dos elementos com que lida. As suas noções ou definições, desde a de numero até às figuras mais complicadas, surgem de leis que elle estabelece e com os elementos que escolhe. Talha-as na realidade viva, certo, mas submetendo-as a uma lei de geração superior a essa mesma realidade. Não precisamos exemplificar. Basta-nos mostrar que enquanto todas as definições desde as mais simples definições de palavras às mais seguras definições das cousas, se chama perenemente abertas, em um perpetuo devenir, sujeitas a modificações permanentes, constantemente provisórias e reflectindo continuamente nas suas transfigurações o dinamismo indestrutível, do pensamento humano e a sua evolução continua – as definições mathematicas persistem imutaveis. Para citar dois exemplo únicos: a *água* que para Aristoteles era um dos quatro elementos básicos com que elle imaginava constituir toda a natureza do mesmo modo que com as *categorias* suppoz integrar todas as noções, não tem a mesma definição para os chimicos de hoje, e não terá o mesmo significado para os de amanhã, dado o descobrimento crescente das propriedade que a definem. Ao passo que a linha recta ou circulo tem hoje o mesmo significado de ha dois mil annos. Assim as verdades mathematicas permanecem immóveis no fluxo continuo da existencia universal. Em toda a parte todas as noções se alteram porque a verdade é móvel; é, como a vida, um fato complexo ‘que continua’, de sorte que as noções se transmudam, envolvendo, á medida que se vão desvendando novas propriedades. Ao passo que na mathematica, sabem-no todos, são as novas propriedades que a pouco e pouco se desvendam e surgem de noções ou definições – absolutamente fechadas e estaveis.

[§ 4] Neste contraste está em grande parte o contraste das sciencias deductivas e inductivas. Mas apontamo-lo apenas para mostrar os dois aspectos únicos sob o que nos apresenta a verdade: de um lado as verdades abstractas, as únicas através das quais a Logica Formal se prende por momentos á realidade; de outro a verdade real, nascente da própria realidade. As primeiras são fixas, indestrutíveis; mas são uma illusão. O logico e o mathematico, formando-as, articulando-as e desenvolvendo-as, constroem no rigorismo complexo do vocabulo um mundo ideal, uma especie de mundo asymptótico á natureza real. A passagem, quase sempre penosissima e as mais das vezes impossível, do abstracto para o concreto, do resultado das fórmulas analyticas para as exigencias da prática é inilludível atestado de uma separação que póde ir gradualmente subindo das simples operações geometricas ao largo desenvolvimento da Analyse transcendente. As segundas são necessariamente relativas, contingentes, variaveis, mas nesta relatividade, nessa mesma contingencia, nessa variabilidade incessante traduzem ao mesmo passo o

ajustamento e a harmonia obrigatoria do pensamento e das cousas, e a propria evolução da intelligencia em função dos novos aspectos da existencia.

[§ 5] Assim a verdade definida como um pensamento adequado perfeitamente ás cousas, não podemos encontral-a na Logica Formal, e a propria mathematica que é uma promoção da syllogistica, ou a sua ‘irmã brilhante e gigantesca’ no dizer de Bain, a propria mathematica, somente nô-la revela através de um complicado symbolismo. Uma e outra, a primeira mais que a segunda, só nos permitem a legitimidade das consequencias.

[§ 6] A verdade é o domínio da Logica inductiva. Só podemos alcançal-a por meio da observação, já interior, da consciencia, já exterior, dos sentidos, assistida dos methodos experimentais e completada pela generalização das experiencias que as leis naturaes resumem. Dahi se lhe deriva um caracter essencial, a relatividade. E no desconhecimento maior ou menor dessa relatividade essencial está em grande parte a explicação dos conflictos philosophicos que tão profundamente tem perturbado a consciencia humana. Lamentamos a escassez de tempo que nos impede de explana-los. Veriamos que entre o ‘realismo ingenuo’ dos primeiros dogmaticos e o subjectivismo excessivo de Berkeley ou de Fichte, entre os que acreditam que se cousas se nos mostram como verdadeiramente existem e os que negam a propria existencia das cousas – ha uma serie continua de theorias ou fantasias philosophicas cuja simples citação demandaria largo tempo. Mas veriamos tambem que a preocupação da Verdade principia, não já no se considerarem as mais simples relações entre as cousas, senão nos proprios resultados da nossa percepção immediata dos seus elementos mais simples. Neste ponto, porém, chegamos a suma das fronteiras ainda não bem demarcadas entre a Logica e a Psychologia, onde se tem travado e retravado os maiores conflictos entre os systemas. Somos forçados a deixal-a. Observemos, entretanto, que a propria inibilidade de tantos esforços na pesquisa de um ‘critério da verdade’ (o que durante tanto tempo foi o caracteristico das mais profundas cogitações dos pensadores), delata impressionadoramente o flagrante desvio de methodo dos que fascinados por uma Verdade ideal, completamente acima da condição humana, mantiveram-se illogicamente no meio dos vagos principios aprioristicos, abandonando inteiramente a unica estrada para conseguil-a, a solida estrada inductiva francamente aberta ás intelligências activas e conquistadoras. Assim (vamos a correr pelos pontos determinantes da questão), Descartes no estabelecer a ‘duvida methodica’, que tão efficazmente reagio sobre o pensamento, e estatuinto que só se deve admittir ‘como verdadeiras as noções que se nos apresentam tão claramente e distinctamente’, que não dêem lugar á menor vacillação, firmou como criterio supremo da Verdade a Evidencia; a Evidencia que por sua vez se constituiu fundamento da Certeza, uma alliança tão intima, tão inheridas as tres, que difficilmente se distinguem destacadas. Hobbes, porém, pedindo-lhe logo depois um *Critério para a evidencia*, demonstrou com uma ironia profunda, o desvio do philosopho que um exagero deductivo (só ultrapassado depois por Spinoza) chegara ao absurdo de proclamar com substancia unica a extensão, dando – consequentemente e paradoxalmente – uma realidade objectiva completa ás figuras geometricas.

[§ 7] Pelos menos Spinoza na pesquisa da verdade foi mais lógico. Estabelecido o seu princípio fundamental (e não discutiremos, alongando-nos) e delle tirando deductivamente a consequencia de que as cousas que nos rodeiam, que se impregnam de nossos pensamentos não admittem mais distincções entre a verdade e a evidencia, entre a verdade e a realidade. E negou abertamente a existencia do erro – caracterizando-o apenas como uma verdade incompleta.



[§ 8] Neste ponto interrompo a exposição por estar terminado o prazo da prova – digo por estar terminado o prazo.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1909.”

### 6.2.17 – Prova oral de Euclides da Cunha

A IDÉA DO SER<sup>1071</sup>

“O Sr. Euclides da Cunha (*movimento de atenção*):

[§ 1] Senhores. – Estudando as varias theorias da logica, quer da logica formal, que procurei seguir além dos moldes habituaes, até a analyse mathematica da inferencia deductiva creada polo (sic) genio de George Boole, na sua tentativa <de> realizar em logica uma transformação identica a que Descartes realizou em geometria: quer da logica inductiva, que procurei acompanhar muito além do mecanismo dos methodos experimentaes, até ao calculo das probabilidades, o qual máo grado a sua significação anti-philosophica, é uma das mais bellas e das mais interessantes tentativas do espirito humano, para colher o proprio fortuito e forrar-se ás ciladas permanente do acaso: neste tirocinio, acompanhando as verdadeiras sciencias para ver como o methodo se transforma e se transfigura, conforme as exigencias de cada uma dellas, só houve uma cousa em que não pensei: foi no ponto que me coube por sorte.

[§ 2] Apresso-me em dizer que, absolutamente, não lamento o facto. Apenas apresentarei os motivos de ter sido colhido de surpresa. É que eu imaginei que tratar deste assumpto fora incidir na condemnação da propria sciencia normativa que procurei comprehender.

[§ 3] Explico a razão de minha surpresa.

[§ 4] Apelo para a propria definição do que se denomina metaphysica.

[§ 5] Metaphysica dizem, é a sciencia do Ser, e alguns acrescentam – do Ser, ou do Absoluto. Ora, o ser implica, inegavelmente, as mais arrojadas concepções philosophicas: a idéa de ser enfeixa, sem exceptuar uma só, todas as conclusões de todos os systemas dogmatico e é, necessariamente, o corpo, e o amago de uma falsa sciencia, toda arquitetada de hypotheses aventurosas, de hypotheses inverificaveis – portanto, inaceitaveis – de uma falsa sciencia, toda feita de hypotheses arrojadissimas, desenvolvendo-se sob o influxo exclusivo do methodo reflexivo, inteiramente a cavaleiro dos preceitos regulares que a logica nos dá para que afiremos a legitimidade do nosso pensamento.

[§ 6] Era natural que eu vacilasse no primeiro momento, vendo que nesse terreno tão claro, tão firme, da logica, me aparecia o problema tremendo de enfrentar a realidade em si, numa situação que, dado o proprio titulo do ponto, me talha uma atitude de Hamlet, agitando *o ser e o não ser*; ou agitando três palavras – *o ser, o absoluto e a substancia* – três palavras sinonimas, através das quaes os exageros materialistas e espiritualistas procuram lbrigar as noções fundamentais de tudo quanto existe.

[§ 7] Mas preciso ainda aditar que fui colhido de surpresa porque no momento actual os problemas positivos são demasiado numerosos e demasiado sérios,

---

<sup>1071</sup> JORNAL DO COMMERCIO [1909c], p. 6. O texto desta prova pode, do mesmo modo que a prova oral, ser encontrado em diversas publicações. Destacam-se, sobremaneira, NOVAES [1909], p. 73-117 e a de REALE [1998], p. 157-178.

para que nos permitam a pior das *gaspillages*, que é a intelectual. Ainda recentemente uma frase singela de Ernest Mach, o extraordinário pensador austriaco, fez a volta ao mundo porque sintetizava uma infrangível verdade: – a sciencia significa a economia do pensamento.

[§ 8] Ademais, o preocupar-me com uma these de tal porte fora quase que admitir a sciencia estagnada ha uns cinco seculos nas paginas da *Summa Theologica*.

[§ 9] Mas, note-se que estou dentro do ponto; dele não me afastarei. Apenas preciso dizer que se eu subisse a esta tribuna para falar, muito seriamente, do ser, como representando as coisas existentes ou possiveis; do ser que o cardeal Mercier, ainda ha pouco tempo, com extraordinaria bravura declarou constituir o objecto formal do nosso pensamento, e alguns accrescentam de toda a philosophia; se eu fizesse isso praticaria um acto de insinceridade.

[§ 10] Certo, pelos simples jogo mecanico da memoria, e naturalmente paralizando as forças vivas, superiores do espirito, eu poderia preencher largamente esta hora, feito um escolastico, impondo-me a mim mesmo torturas extraordinarias e pontificando muito seriamente do *ens in quanto ens* e falando das *substantiae*, das *essentiae*, já simples e purissimas, sintetizadas num Deus, já compostas de uma materia, esse *in potentia*, e de uma forma, esse *in actu*, combinando-se numa especie de metachimica maravilhosa, e constituindo todos os generos, todas as especies, todos os individuos e todos os objectos do nosso pensamento. Mas, ainda que tentasse esta empresa, surgiria uma difficuldade insuperavel: e é que o Ser, a idéia do ser isolada, diante da fluidez correntia da realidade a que se prende o nosso pensamento, cientificamente, e, portanto, logicamente, não existe.

[§ 11] De facto, é até um truismo o dizer-se hoje que o valor dos nossos conhecimentos, que o objectivo dos nossos conhecimentos está não nas cousas, mas no encadeamento das coisas. Ninguem absolutamente o nega. Toda sciencia é, sobretudo uma coordenação de factos presos a systemas de relações. A realidade exterior é tão fugitiva, é tão volúvel que ela só se nos define e só se nos fixa quando a ligamos pelos elos indissoluveis das leis em que ela se formula. Não se comprehende nenhuma sciencia das cousas em si, nenhuma sciencia do Ser. Compreendem-se sciencias de relações. E são estas as que a logica acompanha, assistindo-as de perto, para julgar se as condições em que se travaram estas relações são correctas e, dadas as relações, se o resultado corresponde aos seus elementos iniciaes ou formadores.

[§ 12] Acode-me neste momento a reflexão de um homem que considero a mais pura das glorias scientificas da França contemporanea, Poincaré.

[§ 13] Não posso repetil-o literalmente. Mas Poincaré, em resumo, nos diz que se por acaso um Deus conseguisse, afinal, descobrir a natureza do Ser, a natureza íntima das cousas, e pudesse falar aos nossos ouvidos terrenos, nem por isso adiantariamos muito, por uma razão – nós não o comprehenderiamos.

[§ 14] Eu poderia, continuando neste rumo (se não temesse abandonar o assumpto, porque efectivamente não desejo abandoná-lo) mostrar também, percorrendo de relance a historia da sciencia e mais particularmente das teorias scientificas, que todas elas, quando desabam, trazem sempre dentro do seio, uma dessas idéas ontologicas ou absolutas. Seria um argumento negativo. Mas poderia completal-o mostrando as sciencias que se transfiguram e se levantam pelo simples facto de abandonarem esses elementos estranhos e dissolventes.

[§ 15] Sugestivo exemplo está na *physica*. Apesar da acção extraordinária de Galileu, ela só se sistematizou, definitivamente, e se racionalizou e pode francamente desencadear todo o vigor do seu *methodo* predominante, quando se viu expurgada de oito ou dez fluidos e, da hipótese do calórico.

[§ 16] A Astronomia, constituída ha tanto tempo, só se revestiu de caracter inteiramente positivo depois que a hipótese dos turbilhões varreu os anjos, postos, inexplicavelmente, por Kepler, ás ilhargas dos planetas e predestinados a guial-o com segurança nas orbitas, cujo traçado geometrico ele descobrira.

[§ 17] A Biologia, ao desenvolver-se, abandonou um sem numero de pre-*noções*, submetendo-se á influencia exclusiva do raciocinio experimental, instituido por Claude Bernard; e hoje, progredindo, liberta-se da propria ‘idéia diretriz’, que este ainda lhe deixara no seio como ultimo reflexo ou refugio da finalidade.

[§ 18] A Sociologia, até ha pouco ainda, sujeitava-se exclusivamente a uma lei incompleta, ou pelo menos de aproximação muito precaria, porque visava caracterizar o desdobramento evolutivo das sociedades, por sua natureza extremamente complexa, considerando uma variavel unica – o tempo; e tinha a orientar-lhe as investigações a preocupação flagrantemente metaphysica de uma Humanidade ideal.

[§ 19] Hoje, transfigurada, progride, pela simples circumstancia de ater-se á consideração dos ‘fatos sociais’ em toda a sua extrema variabilidade.

[§ 20] Na Chimica depar-se-nos exemplo mais expressivo. Ela surgiu, de golpe, aparelhada inteiramente, da noite para o dia, de uma experiencia unica de Lavoisier. Mas, nesta experiencia, ao mesmo passo que se revelava a verdade experimental da oxidação, demolia-se a velha entidade metaphysica o *flogístico*, de *Stahl*.

[§ 21] Poderia continuar por aí, mas, prefiro cingir-me ao ponto; e é bem possível que, fixando-me nele, encontre novos argumentos.

[§ 22] A idéa de Ser, de *substancia*, de *essencia* – porque tem varios nomes esse Prometeu metaphysico – a idéa do Ser é um velho sonho, ou melhor, é um belo pesadelo da humanidade.

[§ 23] Ela surgiu, pela primeira vez, muito apagadamente, com o hилоzoismo antigo; ou antes, o hилоzoismo helenico foi a nebulosa espiritual em que ela principiou a germinar, ainda incaracteristicamente, em uma evolução indecisa. Aí, a idéa do Ser, eu seria mais tarde o motivo das maiores discordias philosophicas, está ainda *in potentia*, como diria Aristoteles ou o seu avatar medieval, S. Tomas de Aquino.

[§ 24] Então, o espirito e a materia confundiram-se. Mais propriamente, somente a materia, aviventada por um intenso antropomorphismo, existia, vibratil em transfigurações excessivas, onde se iam formando os varios seres da natureza.

[§ 25] Compreende-se que não possa delongar-me considerando em seus diferentes aspectos essas concepções primitivas, a que se alia a *physica* incipiente dos Jônios.

[§ 26] Apenas incidentemente, notarei, a correr uma gravissima falta de logica, certo já perpetrada antes, porém mais accentuada a partir daquela quadra, na qual os maximos ancestrais do materialismo moderno se abalançaram á tentativa

prematura de uma synthese objectiva. Os extraordinarios pensadores entre os quais avultava Thales (que tem, como se sabe, uma posição singular na philosophia, por ter sido o descobridor da primeira lei científica) aberraram então, realmente, da logica, desgarrando-se num desvio de methodo, cujas consequencias, avolumando-se pelos seculos em fora, se constituiriam o determinante de quase todas as aberrações ou erroneas (sic) philosophicas. Este desvio está na facilidade ou no alvedrio com que se estabeleceram ‘princípio’ – principios dos quaes se tiravam depois, deductivamente, todas as sciencias. Deslembravam-se de que as verdades scientificas em começo só se estabelecem inductivamente. E este erro propagou-se pela humanidade em fora, reflectindo-se, ao mais leve exame, nos exageros de todos os systemas philosophicos. O nome de ‘principios’ nasceu e persistiu até hoje, trazendo desde a origem a eiva de uma clamante antinomia.

[§ 27] Com os Eleatas a idéa do Ser pareceu organizar-se. Anaxagoras destacou da materia caotica, amorfa, inerte, o *nous*, o espirito vibratil e refulgente, propiciando, assim, o dualismo platonico, no qual se instituiu a hegemonia soberana das idéas sobre a materia imperfeita e contingente.

[§ 28] Como quer que seja, o Ser surgiu pela primeira vez da fusão de dois principios: - a materia e a idéa.

[§ 29] Aristoteles caracterizou-lhes então as relações recíprocas: e, ao traçar, subsecutivamente, o quadro das suas categorias, promoveu a nova idéa – a idea do ser (substantia, essentia) em chefe de classe das propriedades que elle arbitrariamente indicou para servirem de attributos communs de todas as cousas, ou pontos de semelhança de todos os objectos do pensamento.

[§ 30] A escassez de tempo impossibilita-me, infelizmente, de considerar de frente a grande illusão de Aristoteles, ao imaginar que o seu quadro de categorias representasse não já os seres como os concebemos, senão tambem como elles, de fato, existem na natureza; illusão que se delatou por quinze séculos ou mais e foi compartida pelos mais robustos espiritos ao admittirem que naquella modula se refletisse a natureza toda, dos phenomenos mais elementares aos mais complexos.

[§ 31] O meu fim único é dizer que esta idéa lançada à frente da filosofia, pelo maior gênio da antiguidade, a idéa do Ser, sujeito universal dos attributos communs de todas as cousas, nunca mais se removeu do primeiro plano das divagações metaphysicas.

[§ 32] De ponto não poderia discriminar todas essas divagações. Felizmente, a metafísica tem isto de vantajoso: varia na forma; altera-se, ou transmuda-se consoante as varias perspectivas que determina; mas os seus caracteres essenciaes persistem inalteraveis. A idéa do Ser, por exemplo. Ella constituiu e continue ainda, dos mais remotos tempos até hoje, o lastro principal de toda a metaphysica, sob os seus mais dispares aspectos.

[§ 33] Que é a idéa do Ser para a metaphysica?

[§ 34] Para a metaphysica, de um modo geral, é isto: a mais simples (e alguns aditam um superlativo impossivel) – a mais simples e a mais universal de todas as idéas. É tudo quando existe – substancia ou propriedade: é a primeira e a ultima palavra da sciencia, porque todas as sciencias têm por objeto determinál-a, analisando já o Ser em si, já o seu conteúdo, já as relações entre o Ser e os elementos que o compõem.

[§ 35] Assim, apareceu na philosophia a trilogia da these, da antithese e da synthese.

[§ 36] Considere-se o Ser na sua integridade perfeita, como unidade: teremos a these; examine-se subsecutivamente o Ser em seus elementos, como multiplicidade, - e teremos realizado a antithese; finalmente, façamos reagir sobre esses elementos desagregados e contrapostos, que por vezes vivamente se repulsam, a influencia misteriosa do todo, originando uma harmonia suprema - e atingiremos a synthese.

[§ 37] Assim se faz a determinação de todos os principios do Ser. O homem, por exemplo, é uma unidade - é a these; o homem se biparte-se em alma e corpo, em espírito e matéria - é antithese; estes dois elementos, ao cabo, se justapõem, o espirito superpondo-se á materia sem com ela confundir-se, uma e outro (sic) unidos, mas distinctos - e assim se realiza a synthese.

[§ 38] Não vale a pena continuar. Neste jogo inexpressivo e inutil de palavras, o assumpto é naturalmente illimitado. Mas confesso que a minha educação filosófica, certo por demasiado modesta, me incompatibiliza de todo com essas divagações.

[§ 39] Só poderia enveredar por aí considerando talvez o lado pitoresco da questão, porque, realmente, entre Platão e Jouffroy, ha numerosos especimens, interessantissimos e originaes, de sonhadores, que em todos os tempos e em toda a parte tanto se afatigaram na urdidura dos romances transcendentales das idéas e dos seres.

[§ 40] Mas prefiro definir claramente o meu pensamento relativamente ao nosso ponto essencial; embora esse pensamento careça de originalidade, seguirei de perto os ensinamentos claros da psychologia contemporanea.

[§ 41] Penso que o Ser não pode constituir objecto do nosso pensamento, porque, já contemplando o mundo, pela observação exterior, já contemplando o nosso eu, reflexivamente, numa introspecção profunda; num e noutro caso - do mundo e do nosso eu - as cousas que nós realmente conhecemos são as nossas sensações. Nada mais.

[§ 42] Toda a psychologia moderna, no seu character rigorosamente experimental (embora ella não abandone - porque não o deve abandonar - o methodo proprio, que a define, que é o da introspecção) toda a psychologia moderna nos demonstra, de maneira iniludível, o character mediato das nossas percepções. A sensação é o intermediario obrigatorio entre a nossa intelligencia e o mundo. Mais incisivamente: entre a nossa intelligencia e o mundo está o nosso systema nervoso. Nesta afirmativa reproduzo o pensamento integral da maioria dos psychologos destes dias. Fôra inutil nomeal-os.

[§ 43] As modificações produzidas em nossa organização nervosa pelos excitantes externos são o único objecto directo da nossa consciencia. Daí se infere, naturalmente, a necessidade de distinguir a sensação - que é o unico objecto directo da nossa consciencia - da causa exterior, da causa que nô-la produz, isto é, do objecto exterior, que não negamos. Negamos, porém, que a sensação reproduza exactamente o objecto externo. E a prova têmo-la ainda nos documentos da mais remota psychologia.

[§ 44] Propositamente me estarei em experiencias velhas de duzentos danos, (sic) que a tanto remonta a lei da *energia específica dos nervos*, de Muller.

[§ 45] Á luz desta lei, que persiste inabalavel em meio de todas modificações inherentes ao proprio desenvolvimento das sciencias, a natureza de nossas impressões depende menos da natureza dos agentes ou excitantes externos, que no-las determinam, que das natureza do órgão sensorial que as recebe, do cordão nervoso que as transmite ou propaga, e do órgão receptor que as recolhe.

[§ 46] Projetai um raio de luz numa pupila, exercei um recalque, ou pressão sobre um globo ocular; fazei que atravessasse uma corrente elétrica, seccional, de um talho de bisturi, o nervo ótico... Aí então, sem dúvida, quatro agentes de todo em todo diferentes e produzem a mesma impressão luminosa. Por outro lado, e inversamente, um mesmo agente, variamente applicado, pode determinar, ora uma impressão de som, ora uma impressão de cor. Não ha fugir-se ás consequencias de tais fatos. Diante deles põe-se de manifesto quão illusoria é toda tentativa de descobrir-se a natureza intima das coisas.

[§ 47] Muito provavelmente (e não sou quem fala, é o Diretor do Laboratório de Psicologia Experimental da Sorbonne, isto é, da mais conservadora, talvez, entre todas as instituições científicas) muito provavelmente, diz elle, fora de nós, na natureza, não ha extensão, não há coisa alguma do que nos é ordinariamente dado pelas sensações.

[§ 48] A luz é apenas a excitação do nervo optico. A luz brilha e refulge somente em nosso cerebro. Nada absolutamente nos diz que o excitante, o agente exterior que a propicia, seja luminoso. Em pleno deslumbramento de um aurora; é bem possível que em torno, fora de nós, esteja de fato a noite, a noite eterna e indescritível. O som, por sua vez, é uma excitação do nervo acustico. O ruido está todo no nosso cerebro. Nada nos demonstra que o agente externo seja sonoro. Escutemos os rumores profundos da natureza, os barulhos irritantes das cidades; em roda de nós falam vozes amigas, estalam gritos agressivos; e os rumores e os barulhos, e as vozes e os gritos, temol-os dentro de nós mesmos. Fora de nós, está, talvez a mudez eterna e misteriosa das cousas.

[§ 49] O mesmo se diria dos demais sentidos.

[§ 50] Destarte, bem se pode repetir com Stuart Mill, que tudo quanto podemos afirmar da realidade externa, é que ella é a causa desconhecida e misteriosa das nossas sensações.

[§ 51] Não podemos ir alhem. O aparelho nervoso, que nos associa á realidade é, paradoxal. É um elo e um isolador. Mostramo-la, mas afastamo-la.

[§ 52] Ora, neste contraste explica-se a separação que se estabeleceu entre a sciencia e a metaphysica; entre a logica e a idealidade philosophica. A sciencia entrega de bom grado ás temeridades da metafísica esse Incognoscivel, que existe de fato, menos talvez pela natureza que acaso possa existir nas coisas que nos rodeiam, do que em virtude da fatalidade da nossa propria natureza. A metaphysica que lhe dê á vontade um nome, escolhendo um *S* maiúsculo e denominando-o o *Ser*, ou um *S* ainda maior e dando-lhe o nome de *Substância*, e que se debata ansiosamente entre as voltas constrictoras destes maiusculos pretenciosos. A sciencia é mais modesta; cuida apenas das relacções dos phenomenos, isto é, das causas como se nos aparecem. Esta

relação mutua entre as cousas é a nossa unica realidade; é o objecto unico do conhecimento.

[§ 53] O que nós chamamos mundo exterior é apenas o complexo das nossas sensações; e o destino das sciencia está precisamente no determinar a solidariedade em que ellas se travam por meio das leis que estabelecem as suas dependencias e vibrações. (*Pausa*)

[§ 54] Infelizmente, a hora está muito adiantada. Não devo prosseguir atentando mais perto no problema da nossa percepção.

[§ 55] Se o fizesse, veríamos que as percepções, sobretudo as externas, são synthese, sensações, algumas bastante complexas, a que se associam imagens (porque toda percepção se pode definir: uma sensação seguida por uma escolta de imagens) num travamento tão intimo que ás vezes se nos afigura intuição imediata o que não raro traduz uma sucessão de numerosas impressões.

[§ 56] Estudando-as, verificaríamos com maior destaque o character de relatividade das nossas percepções e demonstraríamos com mais limpidez a permanente illusão do mundo exterior.

[§ 57] Illusão ou alucinação.

[§ 58] Taine emitiu a este proposito um dos conceitos mais extraordinarios e profundos de toda a Psychologia; ‘Tudo o que divisamos em torno se traduz numa *alucinação verdadeira*.’

[§ 59] A frase resiste á mais rigorosa analyse na sua concisão incomparavel.

[§ 60] Alucinação: porque tudo quanto dissemos anteriormente prova que o denominado objeto externo é uma synthese muito intensa travada e retravada, de sensações: verdadeira: porque é fixa, porque é superior á nossa vontade; verdadeira porque ella impressiona igualmente aos nossos semelhantes; porque é normal, não destoa na harmonia da nossa consciencia, e não é patologica.

[§ 61] Realizei parte da minha tarefa.

[§ 62] Tenho, bons ou imperfeitos, mas definidos motivos para não acreditar na idéa absoluta do Ser. Daí, o admittir também que as nossas sensações exteriores, oriundas da contemplação do mundo, e as nossas próprias observações internas, na visão reflexiva do nosso eu, não podem scientificamente, nem legitimar logicamente os próprios conhecimentos que ellas nos sugerem.

[§ 63] Não creio que se possa inferir destas palavras uma profissão de cepticismo.

[§ 64] Neste caso seria um ceptico Leibniz, o mais crente dos philosophos, porque para elle tambem a realidade é um sonho, apenas acrescentando: ‘um sonho bem ligado’.

[§ 65] Urge, entretanto, esclarecer um ponto: a illusão a que me refiro não é a illusão no significado vulgar – porque na realidade as sensações vão, em nossa consciencia, accompanhando paralelamente as varias excitações derivadas do meio. Ora, as percepções sendo syntheses de sensações, revelam naturalmente que este meio externo, de qualquer modo que o consideremos, existe. Para isto se faz mister que ellas retratem fielmente.

[§ 66] As percepções não delineiam o objeto exterior, não o desenhavam; não o decalcam numa semelhança completa; as percepções simbolizam-no.

[§ 67] A realidade, com todos os seus deslumbramentos e todos os seus aspectos infinitos, apresenta-se-nos sob a forma de um perpetuo simbolismo.

[§ 68] Poderemos, por ventura, rompe-lo ou decifra-lo? Podemos corrigir os efeitos desta espécie de refração espiritual que se realiza em nós? Conseguiremos ver, através do que se nos apresenta, o fato *noumenal*? Teremos vigor para quebrar os ídolos da nossa caverna?

[§ 69] Em resumo: poderemos ter afinal uma idéia adequada e perfeita do que se chama o Ser?

[§ 70] Naturalmente, não.

[§ 71] Basta considerar-se que, desde os primeiros dogmáticos até á prodigiosa concepção de Kant, a idéia, ou pensamento, ou tentativa, de descobrir a essência íntima das coisas, ou de definir as substâncias de que todas as coisas se originam como modalidades, perdeu continuamente o terreno em todo o decorrer da história, até reduzir-se (antes da elaboração da filosofia crítica, que libertaria o espírito humano dessa obsessão inútil) á substância única de Descartes, a *extensão*; ou á *extensão e impenetrabilidade* ou resistência, de Leibniz.

[§ 72] Não valeu ao ideal metaphysico, neste recuo, o proprio auxilio formidavel de Spinoza, tentando, *more geometrico*, resolver o problema indecifrável.

[§ 73] O aparecimento de Spinoza na filosofia lembra um cataclisma na região superior do pensamento.

[§ 74] Não se medem as ousadias de um espírito que parece haver tentado tomar de assalto o Absoluto.

[§ 75] Brochard o esculpiu admiravelmente. Para o philosopho holandês, é por uma sorte de intuição imediata ou visão direta que o pensamento desvenda as coisas intelligíveis. O conhecimento verdadeiro não se distingue absolutamente da realidade. A realidade de algum modo se impregna de pensamentos. A certeza é a propria verdade. E a verdade, reflexo superior do Ser, é, por isto mesmo, o critério de si mesma. *Verum index sui*.

[§ 76] Mais tarde, Bossuet repetiu, como um eco: *A Verdade é o Ser*.

[§ 77] Ora, em todo esse desvio ideativo de balde procuro um lugar para Lógica.

[§ 78] Se o Ser se impõe desta maneira inelutável, de modo que o simples facto da certeza racional é uma condição suficiente da realidade, o que cabe á Lógica, á velhissima logica deductiva – anterior a Bacon – é apenas fornecer a estas idealizações os quadros vazios de seus monotonos syllogismos para que delles se tirem as deducções mais singulares.

[§ 79] Neste arquitetar de construções phantasticas, ou melhor, neste alinhar os cantos de seu vasto poema philosophico, não maravilha que Spinoza – e insisto neste nome porque Spinoza é o mais tipico e o maior representante do dogmatismo metaphysico – não maravilha que Spinoza, realizando o milagre de um desvairamento methodico, ao mesmo passo que harmonizava a sua mentalidade poderosissima e desequilibrada com as argumentações mais inflexivelmente



*Apêndice Documental*  
*Provas do Concurso de Lógica do Colégio Pedro II em 1909*

mathematicas, chegasse a extraordinarias conclusões – legitimas, todas correctas, mas inquinadas (sic) da falsidade original das premissas – entre as quais se destaca a negação do erro.

[§ 80] Era talvez o meio unico de evitar o dizer-se mais tarde que toda a sua filosofia estava errada.

[§ 81] Está a esgotar-se o tempo. Terminarei recordando uma frase de um dos mais subtis e claros espiritos do final da Idade Media, Cesar Vannini, que, como Giordano Bruno e Bacon, foi um dos paraninfos do pensamento moderno. Nesta frase, pronunciada a proposito de questão metaphysicas, Vannini realiza, o que mui raras vezes acontece, o consorcio da ironia e do bom senso. Adaptando-a ao meu pensamento direi: ‘a metaphysica é uma sciencia soberana e adorável, de grande e privilegiados recursos; é uma formosa sciencia, que nos incute conhecimentos inestimaveis e raros; mas é uma sciencia que só deve estudar, quando se é velho, rico e alemão. (Riso)

[§ 82] As duas últimas condições dizem de modo iniludível que jamais estudarei metaphysica.

[§ 83] Sendo assim, persistirei tranquilamente nas ultimas linhas dos criticistas irreductiveis e tranquillos, e indiferentes a todas as inuteis indagações, perenemente insoluveis.” (Palmas).